O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quarta-feira 30 de ABRIL de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48042 || estadao.com.br

ESTADÃO 150 ANOS

Fachin reforça papel do Congresso na regulamentação de redes sociais

__ *Vice-presidente do STF atacou o que chama de 'populismo digital autoritário'*

Em declaração no Fórum Liberdade de Expressão, evento em comemoração dos 150 anos do **Estadão**, o vice-presidente do STF, Edson Fachin, fez cobrança velada ao Congresso pela aprovação da regulamentação das redes sociais. "O Congresso Nacional hoje é interpelado a discutir a regulamentação de tais plataformas e, por consequência, a criar legítimos mecanismos de contenção democrática dos impactos danosos das fake news", afirmou. Fachin também disse que as redes sociais privilegiam o compartilhamento de informações que buscam o maior número de visualizações e não a prestação de informações. O ministro chamou o movimento de "populismo digital autoritário". O Congresso não discute a regulamentação das redes sociais desde maio de 2023. __PÁGS. A12 e A13

> ***"O ódio, infelizmente, vende bem mais do que a solidariedade"***
> **Edson Fachin**
> Vice-presidente do STF

Homenagem __ A16 e A17

Em destaque, a defesa dos valores republicanos e da democracia

Cerimônia no Congresso marcou os 150 anos do **Estadão**. "O jornal atuou em cada tempo histórico como nasceu, com o olhar voltado para o futuro", disse Francisco Mesquita Neto, presidente do Conselho de Administração.

> *"Em cada fase da nossa história, lá estava o 'Estadão': firme, íntegro, ousado"*
> **Senadora Mara Gabrilli**

> *"O 'Estadão' revelou os problemas de transparência do Orçamento"*
> **Deputado Hildo Rocha**

> *"É um jornal que sempre nos trouxe a realidade, o prazer de ler"*
> **Senadora Tereza Cristina**

WILTON JUNIOR / ESTADÃO



Da esq. para a dir., à frente, no Senado, Erick Bretas (CEO da S/A O Estado de S. Paulo), o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), a senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), Francisco Mesquita Neto (presidente do Conselho de Administração) e Eurípedes Alcântara (diretor de Jornalismo)

Liberdade de expressão __A14
Especialistas dizem que há 'usurpação' do conceito

Plataformas digitais __A14
Texto enxuto e focado pode ser saída para a regulação

Novos desafios __A15
Ataques anônimos ampliam ameaças à imprensa

Entrevista: Dana Green __A15
'A liberdade de imprensa não existe isoladamente'

Fraude nas aposentadorias __A8

Ex-presidente do INSS deu descontos 'excepcionais' para entidades, diz PF

Investigação aponta que, após dizer que seria "bastante duro", Alessandro Stefanutto deu aval a abatimentos em benefício de entidades suspeitas.

Cuba __A20
Opositores são presos 3 meses após liberação em aceno ao papa

Operação Narco Vela __A22

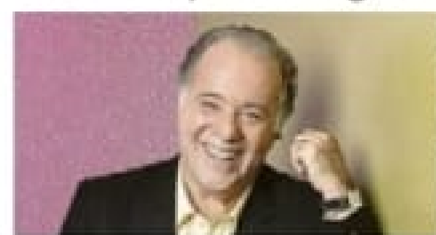
23 são presos por tráfico de drogas em veleiros do PCC para Europa e África

Força-tarefa contou com DEA (departamento antidrogas dos EUA), Marinha dos EUA, Guarda Civil Espanhola e Marinha Francesa.

Seleção brasileira __A28
Técnico Carlo Ancelotti diz não à CBF mais uma vez

Telenovelas __C1

Tony Ramos encarna seu 149º personagem


MANOELLA MELLO / GLOBO

Ator vive o empresário Abel em 'Dona de Mim', nova novela das 19h da TV Globo.

E&N Vaivém __B7
Trump alivia taxas para carros e peças importados pelos EUA

Notas e Informações __A3

Cem dias de bagunça na Casa Branca

Vera Rosa __A10
O 'botão de segurança' do Supremo

Andrés Oppenheimer __A21
Desastre econômico e fuga de aliados

Fábio Alves __B5
Empresas nos EUA estão no escuro com Trump



Edição de hoje
4 CADERNOS – 88 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar... **E&N. Destacar** Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

JC. Jornal do Carro

Tempo em SP
16° Mín. 19° Máx.

SSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Fusão dá sobrevida ao PSDB e instiga candidatura de Aécio ao governo de Minas Gerais

A fusão do PSDB com o Podemos, que recebeu aval ontem da cúpula tucana, deu sobrevida ao partido e instigou possível candidatura de Aécio Neves ao governo de Minas Gerais em 2026. As duas siglas terão 83 prefeitos e se consolidarão como a segunda maior força do Estado, atrás apenas do PSD e empatadas com o Republicanos. Como mostrou a *Coluna*, Aécio tem reunido apoios para disputar o cargo. Pesquisa Quaest de dezembro exibiu o tucano em segundo lugar, com 15%. Em primeiro, apareceu Cleitinho (Republicanos), com 26%. "Quanto à candidatura em Minas, não é meu foco agora, mas é claro que existem manifestações lá o tempo inteiro, porque disputo as eleições lá", disse Aécio à *Coluna*, ao afirmar que focará primeiro em fechar os detalhes da fusão.

MALAS PRONTAS. Um dos principais nomes hoje do Podemos em MG, o senador Carlos Viana avalia migrar para o União Brasil, segundo aliados. Sem a concorrência de Viana, que disputou o governo estadual em 2022, Aécio pode ser tornar o candidato natural da nova aliança partidária no Estado.

RECADO. "Eu costumo brincar dizendo que mandaram muitas coroas de flores ao longo dos últimos meses para o PSDB, e muita gente vai ter que pedir reembolso do dinheiro gasto porque nós voltamos como uma força renovada", declarou Aécio à *Coluna*.

LUPA. A deputada Marussa Boldrin (MDB-GO), que disse nesta semana ter sido espancada pelo ex-marido e pedido medida protetiva, tenta aprovar um projeto de lei que endurece penas para crimes de feminicídio e agressões contra mulheres em áreas rurais. Marussa apresentou a proposta à Câmara há um mês.

PÁGINAS. A sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 150 anos do **Estadão** ontem foi proposta pela senadora **Mara Gabrilli** (PSD-SP) e pelo deputado **Baleia Rossi** (MDB-SP). A senadora lembrou que entre 2007 e 2012 apresentou o programa *Derrubando Barreiras* na *Rádio Eldorado*, do Grupo Estado.

MEMÓRIAS. "Fui muitas vezes buscar o **Estadão** na banca a pedido do meu pai, depois que o avião da Varig chegava a Mato Grosso do Sul. Tenho saudade disso", disse a senadora Tereza Cristina (PP-MS) na sessão.

ALÔ. Após a cerimônia, o ex-presidente Michel Temer telefonou para o presidente do Conselho de Administração do Grupo Estado, Francisco Mesquita Neto. "São 150 anos de democracia. O País passou por longos momentos autoritários. Mas nada abalou a postura democrática do **Estadão**", afirmou o ex-presidente.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Baleia Rossi e Mara Gabrilli,
deputado (MDB-SP) e senadora (PSD-SP)

CARTÃO... Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) rechaçou a ideia de a seleção brasileira usar camisa vermelha, apesar de parte da militância petista ter se empolgado. "Qualquer cor diferente do verde, amarelo, branco e azul não se justifica", disse o senador.

...VERMELHO. O eventual novo uniforme gerou críticas de bolsonaristas pela associação da cor com o PT. Dos EUA, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foi às redes sociais mostrar que o prefeito de Miami tinha uma camisa da seleção em sua sala. "Não a vermelha!", frisou.

PRONTO, FALEI!



Luiz Philippe de Orleans
Deputado federal (PL-SP)

"É preciso bloquear os bens e punir quem fraudou o sistema de aposentadorias, sem jogar a conta no colo do cidadão ou varrer a sujeira para debaixo do tapete."

CLICK

PSDB NACIONAL



Marconi Perillo
Presidente do PSDB

Em ligação de vídeo com a presidente do Podemos, Renata Abreu, depois que a Executiva Nacional do PSDB aprovou a fusão entre os dois partidos.

e|investidor ESTADÃO
e-book gratuito

COMO DECLARAR
O IMPOSTO DE RENDA

Confira o checklist de documentos necessários e o **passo a passo** para não errar na sua **declaração do IR de 2025**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso guia exclusivo e gratuito



QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2025

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

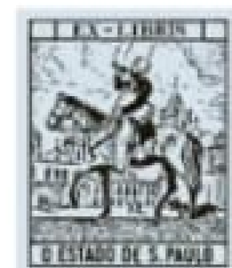
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Cem dias de bagunça na Casa Branca



Trump apequena o país que prometeu tornar 'grande de novo' ao ameaçar os fundamentos da democracia liberal, aqueles que fizeram a grandeza dos EUA. Quem preza a liberdade deve reagir

Tudo aquilo que fez os Estados Unidos grandes pode ser resumido numa fórmula: democracia liberal. Sempre que o país se desviou do respeito à divisão dos Poderes, às liberdades civis, ao livre comércio e à ordem internacional baseada em regras, apequenou-se. Nunca o risco de ruptura desses fundamentos foi tão grande como nos cem primeiros dias do segundo mandato do bagunceiro Donald Trump.

Internamente, seu populismo iliberal se manifesta na concentração desmedida dos poderes do Executivo. Reprimindo contrapesos e governando por decretos, Trump desafia a autoridade do Congresso e do Judiciário, mina instituições independentes e desmantela freios internos do próprio Executivo. A vingança contra instituições consideradas adversárias, como universidades ou ONGs, é indisfarçável. Trump já não se contenta em desmoralizar o *establishment*, quer tomar seu lugar.

No plano internacional, ele substituiu a diplomacia pela chantagem comercial e a ameaça militar velada. Sua "nova ordem mundial" é uma tentativa de girar o relógio da História rumo ao velho mundo das potências imperiais. Trump crê que um mundo regido pelo poder bruto, pela soberania absoluta e pelo unilateralismo – ao invés da democracia, dos direitos humanos e das alianças multilaterais – lhe dá melhores condições de fazer "negócios". O outrora autoproclamado "líder do mundo livre" se transformou num Estado desonesto, imprevisível e predatório.

Os riscos são maiores do que em 2017: Trump não pode mais se reeleger e age mais por instinto e ideologia do que por cálculos eleitorais; afastou quadros republicanos moderados, cercando-se de militantes; e o contexto internacional está muito mais instável. Sua *hubris* autodestrutiva não é estranha à História: potências como a China sob Mao ou a URSS sob Stalin se debilitaram pelas políticas desastrosas de líderes inflexíveis com poder excessivo e visões ideológicas totalizantes.

Não cabe pessimismo, contudo. Primeiro, porque a estratégia trumpista tem limites. Visto como revolucionário por seus correligionários e como tirano por seus adversários, Trump é, antes de tudo, um narcisista indisciplinado e temperamental. Brigas internas e negociações improvisadas revelam um padrão: proclamações grandiloquentes seguidas de recuos humilhantes. A teoria do "líder louco" – intimidar inimigos com reações imprevisíveis – é insustentável quando aplicada a aliados. A reafirmação do peso geopolítico dos Estados Unidos sem coordenação com a Europa ou parceiros asiáticos cria vácuos que China e Rússia exploram. Domesticamente, a tática de governar com dramas e polêmicas multiplica sinais de exaustão e medo mesmo entre apoiadores.

De resto, os Estados Unidos não são a URSS ou a China, muito menos a Venezuela ou a Hungria. Sua cultura democrática lhes dá reservas morais de outra ordem para reafirmar os valores constitucionais de liberdade de expressão, independência judicial e profissionalismo da burocracia pública. Setores da sociedade já reagem com ações na Justiça, mas precisam suplantar iniciativas isoladas com uma coordenação cívica. Sobretudo, não devem confundir a defesa das instituições com a defesa do *status quo* pré-Trump. Restaurar a confiança exige humildade e autocrítica para propor reformas que enfrentem as desigualdades e os ressentimentos que abastecem o movimento Maga.

A reação internacional tampouco deve ser "contra" os Estados Unidos, mas a favor da ordem liberal: europeus, asiáticos e latino-americanos precisam reforçar sua integração econômica, tecnológica e de defesa, através de acordos de livre comércio, parcerias de inovação e capacidades multilaterais de dissuasão militar.

Democracias não sucumbem apenas a golpes de força, mas podem ser lentamente corroídas pela apatia e a normalização do abuso de poder. Eventuais recuos de Trump sob a pressão dos mercados não significam que seus impulsos autoritários serão erradicados – podem até ser intensificados. Mais do que indignação ocasional, resistir a eles exige coordenação, perseverança e a coragem de defender os princípios que tornaram grandes não só a América, mas todo o mundo democrático liberal. ●

A dívida fala mais alto

Governo Lula alardeia o cumprimento da meta fiscal e exalta o arcabouço, mas a trajetória da dívida bruta nos últimos anos e os gastos com pagamento de juros ilustram um cenário desafiador

A dívida bruta deve ultrapassar a marca de R$ 10 trilhões em 2026, segundo reportagem publicada pelo *Estadão/Broadcast*, e o gasto com o pagamento dos juros deve chegar a R$ 1 trilhão ainda neste ano, cifra inédita na série de estatísticas fiscais do Banco Central (BC) iniciada em 2001. Os dados ilustram a escalada do endividamento público e provam a insuficiência do arcabouço fiscal como instrumento para estabilizar sua trajetória.

Nos últimos dez anos, a dívida bruta mais que dobrou. De R$ 3,252 trilhões em 2014, o endividamento atingiu R$ 8,984 trilhões no fim do ano passado. Na proporção do Produto Interno Bruto (PIB), por sua vez, o avanço foi de cerca de 20 pontos porcentuais, de 56,28% para 76,50% do PIB. Em 2028, a projeção é de que ela atinja R$ 11,314 trilhões, o equivalente a 89,27% do PIB, segundo previsões do mercado coletadas pelo BC.

O governo Lula da Silva sustenta não haver riscos de insolvência, cenário com o qual ninguém, de fato, trabalha no mercado financeiro. Mas isso não significa que não haja problemas, pois uma dívida elevada é, por óbvio, cara. Segundo o BTG Pactual, apenas a Bolívia precisa captar mais dinheiro que o Brasil para rolar sua dívida.

Ainda que não haja expectativa de calote, o aumento da dívida causa impactos na inflação e exige do Banco Central que mantenha a taxa básica de juros elevada por mais tempo, o que afasta investimentos e dificulta o crescimento econômico.

Não é por outra razão que economistas cobram do governo que faça um ajuste fiscal e volte a alcançar superávits primários, ou seja, um saldo positivo entre receitas e despesas, com exceção dos gastos com juros da dívida. Eis o único caminho para conter o endividamento e, consequentemente, os juros e a inflação de maneira sustentável.

Com uma meta de inflação a perseguir, o BC não pode simplesmente baixar os juros para impedir que a dívida e seu custo aumentem mais. O governo, no entanto, ajudaria muito se trabalhasse em conjunto com o BC para fazer da política fiscal uma aliada da política monetária, e não sua oponente.

Seria, ademais, uma maneira de desobstruir os canais de transmissão da política monetária, que hoje, nas palavras do presidente do BC, Gabriel Galípolo, exigem que "as doses do remédio sejam mais elevadas para que você consiga atingir o mesmo efeito".

Mas o governo já deu mostras suficientes de que não fará nada nesse sentido. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, reconheceu que o arcabouço fiscal terá de ser modificado, mas afirmou que isso só será possível em 2027 – ou seja, depois das eleições presidenciais de outubro do ano que vem.

Uma vez que se coloca de forma tão contrária à revisão de gastos, o governo deveria ao menos preservar a arrecadação para impedir a piora da dívida até lá. Mas não é o que tem ocorrido. A prometida reforma do Imposto de Renda foi abandonada para dar lugar a um projeto cujo principal objetivo é isentar todos aqueles que ganham até R$ 5 mil mensais.

O governo tampouco conseguiu encontrar espaço para incluir programas prioritários em sua agenda no Orçamento, como o Pé-de-Meia, que paga bolsas para incentivar estudantes de baixa renda a concluírem o ensino médio. Até agora, também não encontrou uma forma de financiar o Auxílio Gás, que terá o alcance quadruplicado até o ano que vem.

E, enquanto o BC aumenta os juros para conter a demanda e a inflação, o governo abre a torneira para ampliar o crédito consignado privado e criar mais uma faixa para financiar a aquisição de moradias pela classe média no Programa Minha Casa Minha Vida.

Culpar o ex-presidente do BC foi a estratégia do governo enquanto a instituição esteve sob a liderança de Roberto Campos Neto, e na falta de um discurso melhor a ladainha foi repetida depois das reuniões do Copom de janeiro e março.

É por essas e outras que o mercado financeiro passou a acompanhar a evolução da dívida bruta com lupa nos últimos meses. Pouco importa alardear o cumprimento da meta de déficit zero quando várias despesas são excluídas do cálculo. A dívida fala mais alto. ●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Anistia não, reduzir pena sim

Antonio Cláudio Mariz de Oliveira

A Constituição federal prevê intervenções dos Poderes Executivo e Legislativo na configuração de três institutos nela consagrados que têm por escopo minimizar o rigor e as agruras do processo penal e das decisões proferidas pelo Poder Judiciário.

A doutrina considera a anistia, a graça e o indulto como atos de indulgência, que extinguem a punibilidade daquele que responde a um processo ou já sofreu condenação.

O Estado renuncia ao seu direito-dever de punir.

O instituto da anistia atinge diretamente o fato delituoso e como decorrência quem o praticou. Ao contrário do indulto e da graça, que se referem aos acusados da prática criminosa e não ao fato.

A Constituição, em seu artigo 5.º, XLIII, impede a concessão de graça ou anistia para os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e os definidos como crimes hediondos. Essa restrição constitucional se estende aos mandantes, executores e aos que não evitaram a prática delituosa, embora pudessem tê-lo feito.

O principal objetivo da anistia é a pacificação da Nação, pois possibilita o retorno de brasileiros à sua Pátria, na hipótese dos exilados, e a extinção dos processos e das condenações dos que estão sendo acusados ou para os que já foram condenados, basicamente pelo cometimento de crimes políticos.

A anistia recai sobre eventos determinados e não sobre indivíduos. Esses são beneficiados como decorrência de terem sido protagonistas desses mesmos fatos delituosos.

Passa-se uma esponja num passado de conturbação, conflitos e desassossegos. Em regra, são episódios que se prolongam no tempo, dividem a sociedade e provocam embates fraticidas que deixam marcas de demorada cicatrização. A situação política e social a ser corrigida pela anistia não se caracteriza, em regra, pela ocorrência de um só episódio. Um conjunto de acontecimentos marcam a época sobre a qual recai a anistia.

São crises institucionais de cunho ideológico que se prolongam no tempo, e que suscitam uma punição imposta pelos vencedores aos vencidos.

> *Qual a razão pela qual a sociedade brasileira deverá apagar essa conduta vil e repelente de sua história?*

Passado o tempo, a anistia possui o condão de recuperar a concórdia e a harmonia para o ambiente social.

Conforme nos ensina o professor Miguel Reale Júnior em seu *Código Penal Comentado*, o instituto foi utilizado no Brasil em várias ocasiões de abalo social e institucional desde o século 17. Beneficiou os que colaboraram com os holandeses e, após, os que participaram da revolta do Maranhão.

Ensina ainda o ilustre advogado e professor que durante os dois governos imperiais e na regência, várias sedições tiveram os seus participantes anistiados. Na República, em vários governos, o instituto foi utilizado para perdoar condutas políticas e ideológicas. Em agosto de 1979 foi editada a Lei da Anistia aos que desde 1961 teriam cometido crimes políticos. Ela permitiu a volta à Pátria de inúmeros brasileiros que estavam exilados.

Saíram do País para evitar prisões, torturas e assassinatos.

Na hipótese da anistia, agora ardorosamente perseguida por alguns segmentos, não houve nenhum processo político ou ideológico, mas sim um inconformismo eleitoral que levou os seus protagonistas à prática de vandalismos contra próprios da União.

Destruíram bens móveis, danificaram bens imóveis e cometeram toda série de selvageria, emanada apenas do inconformismo com a derrota e do ódio dela gerado.

Qual a razão que levou os insanos predadores à brutalidade e à barbárie? A malvadez pela malvadez. O ódio brotado de suas almas.

Se estivessem guiados por motivação política ideológica poderiam apenas ter ocupado os prédios como simbolismo, sem cometer atrocidades.

Mas destruíram. Por que e para quê? Ação sem causa. Quadros, relógio, móveis, estátuas, bustos destruídos. Portas e vidros quebrados e a conduta vil e abjeta de defecar no chão. Há algo que justifique essa infame conduta?

Teriam esses homens e mulheres sido impelidos a agir dessa forma por idealismo, amor à Pátria ou outro sentimento nobre que agora invocam. Não, afirmar tais intenções é um escárnio, uma caçoada, um menosprezo à inteligência do homem médio.

E querem perdoar esses predadores. Querem anistiá-los, mas não nos dizem o porquê.

Qual a razão pela qual a sociedade brasileira deverá apagar essa conduta vil e repelente de sua história?

Esse movimento de "bondade" me leva a indagar por que não anistiamos os milhares de brasileiros que estão presos há anos sem terem sido julgados? Ou as mulheres encarceradas, mães que cometeram crimes de menor gravidade? Ou, ainda, aqueles que não tiveram condições de se defender, praticantes dos chamados crimes de bagatela ou dos crimes famélicos?

Em vez de se prestar uma homenagem à selvageria por que não render tributo ao senso de justiça que nos é ínsito e corrigir, por meio do perdão, distorções desumanas do nosso caótico sistema penitenciário?

Criticam-se as penas aplicadas aos já condenados pelos atos de 8 de Janeiro. Eu concordo que elas foram exacerbadas. Para adequá-las ao melhor sentido de justiça pode-se recorrer ao instituto da comutação de penas e diminuí-las.

Mas anistia, não. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • **E-mail:** forum@estadao.com

Fraude no INSS

O governo sabia

É um escárnio o roubo nas aposentadorias de idosos e pensionistas. Pior ainda quando o ministro Carlos Lupi admite que sabia dos descontos irregulares, mas, pelos fatos divulgados até aqui, não tomou nenhuma providência efetiva a respeito. Gravíssimo isso, e as provas estão nos extratos de cada brasileiro lesado. Quer prova mais legítima do que essa? Se o ministro nada fez, é hora de o presidente Lula tomar as medidas necessárias. Lupi foi colocado no Ministério da Previdência, entre outras coisas, com a promessa de dar celeridade aos pedidos de aposentadoria, mas a fila de espera já está em mais de 2 milhões de pessoas. Que tipo de serviço este senhor presta ao cidadão brasileiro? Ao que parece, ele prevaricou neste caso do INSS e isso precisa ser investigado.

Izabel Avallone
São Paulo

Cargos em conselhos

Cabides dos compadres

Ao ler a notícia de que *Lula turbina salários de 323 aliados com cargos em conselhos* (**Estadão**, 28/4, A6), concluí não ser nada além de o PT sendo o PT. É por isso que a palavra privatização foi arrancada do dicionário dos integrantes desse partido. Eu ficaria surpreso se soubesse que o governo não pendurou seus compadres nos cabides de empregos das estatais. Trabalho pesadíssimo: participar mensalmente de algumas reuniões – quando muito – e ganhar umas míseras dezenas de milhares de reais pelo *sacrifício*. É como o Brasil (não) funciona.

Luciano Nogueira Marmontel
Pouso Alegre (MG)

Contracheque turbinado

Com o PT, o Brasil sempre melhora... a vida dos *cumpanheiros* do PT e dos partidos aliados.

Panayotis Poulis
Rio de Janeiro

Traição

Estas nomeações de aliados para cargos em conselhos são um tapa na cara da população brasileira que sofre com a insegurança, que mora mal e sem o mínimo de conforto e não tem acesso a educação e saúde de qualidade – especialmente para quem acreditou em Lula e votou nele.

Emerson Luiz Cury
Itu

8 de Janeiro

Redução de penas

Alcolumbre prepara projeto para reduzir penas de condenados no 8/1 (**Estadão**, 29/4, A10). Tem tanta coisa para nossos parlamentares fazerem pelo povo brasileiro e pelo Brasil, mas o presidente do Senado prefere se dedicar a um projeto (e a conluios) para beneficiar golpistas. Vergonhoso.

Luiz Claudio Zabatiero
São Paulo

Prioridades

Com tanto escândalo de corrupção para esclarecer e solucionar, nossos parlamentares ainda perdem tempo buscando diminuir a pena dos baderneiros condenados pelo 8 de Janeiro? Realmente, as prioridades dos senhores parlamentares não são as mesmas que as dos cidadãos que votaram neles.

Claudia Lebovits
São Paulo

Código Civil

Cônjuge não é herdeiro

Discordo em parte do editorial *A reforma do Código Civil é desastrosa* (**Estadão**, 28/4, A3). É imperioso que seja aprovada a parte do Projeto de Lei 4/2025 que elimina o direito de o cônjuge sobrevivente no regime da separação absoluta de bens figurar como herdeiro na sucessão do falecido. Ora, se em vida a escolha foi pela incomunicabilidade absoluta de bens na hipótese de divórcio do ex-casal, nada mais correto do que se persista no caso de morte. Cônjuge não é herdeiro e assim deverá prevalecer. Entre meus pares há uma forte corrente que defende essa premissa, e oxalá seja aprovada.

Célia Maria Anderáos
São Paulo

Seleção brasileira

Camisa vermelha?

Site especializado diz que camisa nova da seleção para Copa de 2026 será vermelha (**Estadão**, 28/4). Uai, onde é que temos a cor vermelha na bandeira ou em qualquer outro símbolo brasileiro? Que negócio é esse de camisa vermelha para a seleção brasileira de futebol? Temos de boicotar estes inaptos dirigentes. Um boicote do povo, de atletas e de demais autoridades. A cor vermelha não representa o Brasil.

Milton Bulach
Campinas

Bandeira brasileira

Então a CBF pretende apresentar uma camisa oficial da seleção vermelha? E a bandeira, vão mudar quando?

Sérgio Eckermann Passos
Porto Feliz

A cada ano esta certeza só aumenta: o reconhecimento dos clientes é o nosso maior prêmio.



XP. Eleita 7x consecutivas a melhor assessoria de investimentos.

Ser reconhecida sete vezes como a melhor assessoria de investimentos nos traz a certeza de que seguimos fiéis àquilo que nos fez abrir as portas há 24 anos: o sonho de transformar o mercado de investimentos, fazendo sempre o melhor para os nossos clientes.

Porque foi transformando que conquistamos tudo isso.

Cada um dos 7 prêmios é um reconhecimento à nossa história e àquilo que buscamos para o futuro. Um reconhecimento aos nossos mais de 18 mil assessores, que estão com a gente todos os dias construindo excelência, e aos nossos clientes, que confiam a nós não só seus investimentos, mas seus objetivos e sonhos.

Ser sete vezes eleita a melhor assessoria é valioso. Mas o maior resultado é ter a certeza de que estamos fazendo a diferença na vida de quem escolheu estar com a gente. E, quando ajudamos nossos clientes a enxergarem mais longe, chegamos longe.

Se você já é XP, essa conquista também é sua. Se ainda não é, o convite está feito: vem descobrir por que cada vez mais pessoas têm certeza de que a XP é a melhor escolha para os seus investimentos.

Vem ser XP.
O impossível é só o começo.



Fonte: Prêmio O Melhor de São Paulo 2025, da Folha de S.Paulo.

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Direto ao ponto

Luiz Felipe D'Ávila

Vamos direto ao ponto. O Supremo Tribunal Federal (STF) tornou-se a maior ameaça ao Estado Democrático de Direito no Brasil. Durante anos, a Suprema Corte foi vista como a última instância capaz de barrar as ações de governantes populistas, frear a proliferação dos escândalos de corrupção e fazer valer a Constituição. Ministros do Supremo costumavam ser cumprimentados em restaurantes e conferências por suas decisões. Hoje, não conseguem sair às ruas, tomar um avião comercial ou frequentar um restaurante porque temem ser achincalhados. O que houve? O Supremo deixou de ser uma corte constitucional para se tornar um fórum político.

Em nome da "defesa da democracia", o STF passou a ignorar os fundamentos da Constituição e do devido processo legal. Apelou para artimanhas autoritárias, como inquéritos sigilosos por tempo indeterminado; proferiu sentenças injustas que violaram os princípios da individualização, dosimetria e razoabilidade das penas; descumpriu o preceito da isenção do magistrado em ação em que o próprio juiz é vítima, investigador e julgador; e transformou o Supremo num tribunal penal para julgar cidadãos que deveriam ser julgados nos tribunais de primeira instância.

Além da arbitrariedade das decisões do STF, a imoralidade pública prevalece numa corte em que a decisão monocrática de um juiz inocenta corruptos confessos da Operação Lava Jato e juízes não se envergonham de julgar casos nos quais seus familiares e parentes advogam para clientes no STF. O presidente do Supremo considera "injustas" as críticas a uma casta de privilegiados, cujos benefícios, gratificações e remuneração transformaram o Poder Judiciário no mais caro do mundo e um dos mais ineficientes. Ademais, o STF vem ultrapassando os limites do seu poder constitucional e imiscuindo nas decisões dos Poderes Executivo (como aumentar gastos fora do Orçamento) e Legislativo (legislar sobre temas como aborto e liberação de drogas). O ativismo judicial é o retrato de um Supremo que se transformou num fórum político e abandonou seu papel de Corte constitucional.

> *O ativismo judicial é o retrato de um Supremo que se transformou num fórum político e abandonou o seu papel de Corte constitucional*

A Constituição não outorgou poderes arbitrários ao STF. Um Poder que ignora as limitações da lei e da Constituição é um usurpador do poder. Justiça não é vingança, tribunal de exceção ou palco de arbitrariedade de juízes. Justiça é o cumprimento da lei, do Direito e da Constituição. Sem a devida confiança nas leis e nas normas do Estado de Direito, a democracia se torna uma panaceia. Ao perder a confiança na democracia, nas instituições e nas leis, abre-se o caminho para a eleição de populistas e governos autoritários. Fréderic Bastiat, pensador liberal do século 19, dizia que "quando existe contradição entre a lei e a moralidade, ou o cidadão perde o seu senso moral ou perde o respeito pela lei".

Há três maneiras de restabelecer a confiança e o respeito pela Suprema Corte. A primeira é a mais saudável: o exercício da autocontenção do próprio Judiciário.

Felizmente, alguns ministros do STF já manifestaram desconforto com os desvios institucionais da Corte e desejam ver o Supremo voltar ao seu papel primordial de Corte constitucional. Trata-se de um bom começo. Resta saber se terão coragem e respaldo dos seus pares para conter o afã dos justiceiros de toga que reinam no STF. A segunda é o Poder Legislativo; ele pode atuar como contrapeso e frear os rompantes arbitrários e inconstitucionais dos ministros do Supremo. A terceira é a mobilização cívica.

Frequentemente, menosprezamos o impacto das nossas ações. Foi o "povo na rua", enojado com a corrupção e com o desgoverno, que desencadeou o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Foi a atitude corajosa de Rosa Parks, uma cidadã negra que se recusou a ceder o seu assento no ônibus para um passageiro branco que levou Martin Luther King a liderar o movimento civil nos Estados Unidos, cujo desfecho foi a aprovação da Lei dos Direitos Civis em 1968.

Rui Barbosa, o nosso grande tribuno, nos lembra dos efeitos nefastos de um país carcomido pela injustiça. "A injustiça desanima o trabalho, a honestidade, o bem; semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão; promove a venalidade e insufla a baixeza de todas as formas. De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto." As palavras de Rui Barbosa deveriam nos despertar da omissão cívica e abraçar a nossa missão como sociedade de lutar para restabelecer a confiança na Justiça, na lei e na democracia. No Brasil, a apatia das instituições empresariais e das associações de classe, a conivência da mídia e do terceiro setor em relação às arbitrariedades do STF é espantosa. O futuro da democracia depende das nossas escolhas e das nossas ações. Se não reagirmos aos ataques à ordem constitucional, seremos cobrados pelas próximas gerações pela nossa covardia. ●

CIENTISTA POLÍTICO, AUTOR DO LIVRO 'VIRE À DIREITA, SIGA EM FRENTE', FOI CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TEMA DO DIA

REPRODUÇÃO/MEDICINA.SANTAMARCELINA.EDU.BR



Educação

Faculdade expulsa 12 alunos de Medicina por cantos e faixa com alusão ao estupro

Os alunos são acusados de cantarem hinos machistas e misóginos e usarem uma bandeira em apologia ao crime de estupro numa competição esportiva universitária em 15 de março. Outros 11 alunos foram suspensos. ●

12.168 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Finalmente encontramos uma instituição de respeito nesse País."
ERIC CAMPOS

● "Como é que alguém que estuda para salvar vidas pode fazer isso? É inconcebível."
MARI CAVALLARI

● "Pena que em breve a Justiça vai mandar a universidade readmitir esses alunos."
GERACILIA MASCARENHA

● "Conduta adequada da universidade. Agora esperamos outras universidades se inspirarem e fazerem o mesmo."
MARCIA BELAS



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ALEX SILVA/ESTADÃO - 9/7/2024



Clima



Temperatura despenca em São Paulo no feriado. ●
https://bit.ly/4lTAryC

Jornal do Carro



Manutenção: o que fazer no veículo antes de viajar? ●
https://bit.ly/42KCqOB

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
www.estadao.com.br/e/mozartt

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo) ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

FIAT //// Híbridos

Único carro
que anda mais,
com você
pisando no freio.



Fiat Fastback



Fiat Pulse



/ Novo Motor T200 Hybrid
/ Sistema de recarga por desaceleração
/ Motor mais forte da categoria: 130 cv



Desacelere. Seu bem maior é a vida.

Operação Sem Desconto

Ex-presidente do INSS deu descontos ‘excepcionais’ para entidades, diz PF

Após anunciar que seria ‘bastante duro’ e que levaria caso à PF, Alessandro Stefanutto concedeu aval para abatimentos em benefício de associações suspeitas, afirma investigação

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

O ex-presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) Alessandro Stefanutto autorizou descontos indevidos nos contracheques de aposentados e pensionistas depois de ter vindo a público anunciar que acionaria a Polícia Federal (PF) para investigar denúncias de fraudes. As suspeitas levaram à demissão de Stefanutto após ele ter sido afastado do cargo por ordem judicial na Operação Sem Desconto – que apura um esquema fraudulento de deduções indevidas em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

Pressionado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que emitiu sucessivos alertas sobre descontos irregulares, Stefanutto prometeu ser “bastante duro” com entidades que estivessem envolvidas em fraudes e garantiu que a PF seria notificada para apurar as suspeitas. As declarações são de abril de 2024 e foram publicadas no site do INSS.

Em março de 2024, Stefanutto suspendeu as cobranças de descontos associativos até o desenvolvimento de mecanismos mais seguros de autorização e verificação de identidade, como biometria facial dos aposentados e assinatura eletrônica avançada, recursos que, segundo ele, ainda seriam desenvolvidos pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

A suspensão foi formalizada em uma instrução normativa assinada por Stefanutto que eximiu o INSS de responsabilidade sobre os descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas, conforme revelou o **Estadão**.

O ex-presidente do INSS também prometeu revisar os acordo de cooperação técnica fechados com associações e entidades para descontos de mensalidades associativas.

‘APARENTE DILIGÊNCIA’. Ocorre que, segundo a investigação da PF, “a despeito da aparente diligência publicizada”, internamente a direção do INSS buscava uma solução transitória que possibilitasse a retomada dos descontos, o que efetivamente aconteceu.

RAFA NEDDERMEYER/AGENCIA BRASIL - 4/1/2024



Stefanutto, ex-presidente do INSS, foi alvo de ação da PF e da CGU

> ***“As ações divulgadas pelo INSS para impor maior rigor e controle à implementação de descontos associativos não atingiram os efeitos a que se propuseram, à medida que a direção da autarquia autorizou excepcionalizações às regras”***
> **Polícia Federal**
> **Em representação à Justiça na Operação Sem Desconto**

A Polícia Federal aponta que, em junho de 2024, Stefanutto determinou o “desbloqueio excepcional” de descontos em benefício de entidades investigadas, mesmo sem os requisitos técnicos definidos pela Dataprev e sem previsão normativa. “Nesse contexto, as ações divulgadas pelo INSS para impor maior rigor e controle à implementação de descontos associativos não atingiram os efeitos a que se propuseram, à medida que a direção da autarquia autorizou excepcionalizações às regras de regência da matéria, sem que existisse previsão normativa para tanto ou, sequer, tivessem sido realizadas análises que pudessem sustentar o interesse dos aposentados e/ou pensionistas nos atos”, afirma a Polícia Federal na representação da Operação Sem Desconto.

A PF crava que “o único interesse em voga e observado pela direção do INSS foi o das entidades associativas”.

Segundo a corporação, a cúpula do INSS ignorou informações e alertas recebidos por diferentes meios e de diferentes órgãos de controle para reverter “autorizações precárias concedidas” para os descontos.

Além de ter retomado os descontos em curso, o INSS permitiu 785.309 novos abatimentos, englobando 32 entidades, baseados exclusivamente em termos de compromisso das associações.

DESCONTOS EM LOTE. A PF também põe sob suspeita uma autorização do presidente do INSS para o chamado desbloqueio em lote e automático de descontos em pelo menos 34 mil pensões e aposentadorias em benefício da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Os investigadores afirmam que o aval foi concedido em um cenário de “inexistência de qualquer tipo de controle, pelo INSS, acerca da veracidade das informações apresentadas” pela entidade.

Em um primeiro momento, a cúpula do INSS negou o pedido da Contag. Em outubro de 2023, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, então chefe da Procuradoria Federal do INSS, mudou de posição e emitiu parecer favorável ao pedido.

Segundo a PF, Virgílio Antônio recebeu R$ 12 milhões de intermediários das associações suspeitas de fraudes bilionárias contra aposentados e pensionistas.

O ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, André Paulo Félix Fidélis, concordou com o parecer e enviou o documento ao gabinete do presidente do INSS. A Polícia Federal também identificou repasses suspeitos a Fidélis, na ordem de R$ 5 milhões.

Em novembro de 2023, Stefanutto assinou a autorização do INSS para os descontos em lote em favor da Contag. Ele afirma no documento que a decisão tem como base o “princípio da boa-fé” e a “declaração de responsabilidade” da confederação.

INTERMEDIÁRIOS. A PF calculou que ex-servidores do alto escalão do INSS receberam mais de R$ 17 milhões de intermediários das associações suspeitas de fraudes bilionárias contra aposentados e pensionistas. Foram identificados repasses a três dirigentes: André Paulo Felix Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão; Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança e Gerenciamento de Riscos e de Governança, Planejamento e Inovação e Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-chefe da Procuradoria Federal Especializada do INSS.

O dinheiro teria sido repassado por meio de empresas registradas no nome de familiares dos ex-diretores “sem motivo razoável conhecido para tanto”. Eles foram alvo da Operação Sem Desconto, deflagrada na semana passada.

“Observa-se a ação em conluio entre os investigados a fim de conferir aparente legalidade ao pagamento realizado pelos operadores financeiros e o recebimento de vantagens ilícitas por parte de servidores do INSS, abastecido pelo dinheiro proveniente dos descontos indevidos realizados pelas entidades associativas, em ação concertada”, afirma a Polícia Federal na representação que levou à operação.

FLUXO FINANCEIRO. Os repasses foram descobertos porque a Polícia Federal conseguiu reconstituir uma complexa rede de pessoas físicas e jurídicas que, segundo a investigação sobre as fraudes no INSS, operou a distribuição do dinheiro desviado por meio de associações.

O empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, citado no inquérito como “Careca do INSS”, é apontado como o principal operador do esquema. Ele é dono de dezenas de empresas com personalidade jurídica própria, usadas para blindar os sócios controladores, e até de uma offshore nas Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal no Caribe. Defesa diz que ele vai comprovar inocência.

Segundo a PF, pessoas e empresas relacionadas ao “Careca do INSS”, receberam R$ 48,1 milhões diretamente de associações suspeitas, além de R$ 5,4 milhões de empresas ligadas a essas entidades, totalizando R$ 53,5 milhões.

Conforme a investigação, Virgílio Antônio, que chefiou a Procuradoria Federal Especializada do INSS, recebeu R$11.997.602,70 por meio de empresas registradas no nome da mulher e da irmã. André Paulo Félix Fidélis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, recebeu R$ 5.186.205,0041 por meio do filho e da nora. O ex-diretor de Governança e Gerenciamento de Riscos e de Governança, Planejamento e Inovação, Alexandre Guimarães, ficou com R$ 313.205,29.

A PF também afirma que o “Careca do INSS” transferiu um Porshe Taycan 2022 para a mulher de Virgílio.

‘INOCÊNCIA’. Os advogados de Antonio Carlos Camilo Antunes afirmaram que “as acusações apresentadas contra seu cliente não correspondem à realidade dos fatos”. “A defesa confia plenamente que o tempo propiciará uma apuração adequada dos fatos, possibilitando uma atuação ampla e isenta por parte das instituições”, disseram em nota. “Estamos certos que ao longo do processo, a inocência de Antonio será devidamente comprovada.”

Procurados pelo **Estadão**, a defesa do ex-presidente do INSS e de outros citados não se manifestaram ou não foram localizadas. ●

Operador

R$ 53,5 mi **é o total recebido por pessoas e empresas relacionadas ao ‘Careca do INSS’, segundo relata a Polícia Federal**

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado pela Prefeitura de São Paulo



Estudo da FGV mostra que investimentos da Prefeitura contra enchentes reduzem em 20% pontos de alagamentos em 42 distritos

São Paulo aplicou R$ 8,4 bilhões em obras, serviços e manutenções no sistema de drenagem desde 2021 — aumento de 96% em relação aos 8 anos anteriores

Ciete Silvério/Divulgação/Prefeitura SP



Obra do piscinão Água dos Brancos, no Capão Redondo, na Zona Sul

Levantamento elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou queda de cerca de 20% nos pontos de alagamento em 42 distritos da capital e redução pela metade no tempo de duração das ocorrências durante a temporada 2023/2024.

Os resultados refletem o investimento recorde da gestão municipal na área. Entre 2021 e 2024, a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb) destinou R$ 8,4 bilhões para obras, serviços e manutenção do sistema de drenagem urbana — um crescimento de 96% em relação aos oito anos anteriores. No período, foram entregues sete novos reservatórios (sendo cinco piscinões) e outros nove seguem em obras.

Esses reservatórios estão em diferentes bacias da cidade, incluindo o Ribeirão Perus, Morro do S, Córrego Antonico, Jardim Lapenna, Carumbé, Mooca, Córrego Paraguai-Éguas e Córrego Zavuvus. Outras 83 obras de menor porte foram realizadas pelas subprefeituras, como reformas de galerias, implantação de jardins de chuva e manutenção preventiva.



R$ 8,4 bi
FORAM INVESTIDOS EM AÇÕES CONTRA ENCHENTES DESDE 2021

42
DISTRITOS REGISTRARAM QUEDA NO NÚMERO DE ALAGAMENTOS

91
OBRAS EM ÁREAS DE RISCO FORAM CONCLUÍDAS

Além do trabalho da FGV, estudo da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), da USP, confirma que a cidade registrou entre 2023 e 2024 a menor relação entre volume de chuva e número de alagamentos desde o início da série histórica.

Mais investimentos

Em julho de 2024, a Prefeitura atualizou o Plano Diretor de Drenagem, que prevê 97 obras estruturantes, com investimentos de R$ 8,7 bilhões, além da intervenção em 53 mil metros de rios e córregos em 33 bacias hidrográficas.

As intervenções são baseadas em estudos técnicos e estratégicos elaborados em parceria com a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica da USP. Os documentos avaliam riscos, propõem soluções e integram medidas estruturais, como túneis, galerias e reservatórios, a alternativas baseadas na natureza, como praças de infiltração, poços, pisos permeáveis e parques lineares.

Entre as soluções já adotadas estão reservatórios com função social, como o do córrego Paciência, que abriga um campo de futebol e um centro comunitário, e os reservatórios do córrego do Cordeiro, construídos sob praças públicas. Outros exemplos são a Praça de Infiltração da avenida Nove de Julho e os reservatórios do Ribeirão Perus, na Zona Norte.

A Prefeitura também vem atuando em áreas de risco. Até abril de 2025, 91 obras foram concluídas e outras 19 estão em andamento. Desde 2024, a cidade conta com o Plano Municipal de Redução de Risco, uma ação intersecretarial que se aplica a todas as áreas do município.

Divulgação/Prefeitura SP



Obra no córrego Corumbé

Obra inovadora promete conter cheias

A Prefeitura de São Paulo iniciou na Brasilândia (Zona Norte) a implantação de uma solução inédita contra enchentes: galerias pluviais com capacidade de reservar água da chuva. A obra, prevista para o primeiro semestre de 2026, vai beneficiar mais de 243 mil pessoas e receberá R$ 56,2 milhões em investimentos.

As duas galerias estão sendo construídas sob a avenida Manoel Bolívar, com 350 metros de extensão, oito de profundidade e capacidade para reter até 9,2 milhões de litros. O sistema foi projetado para evitar desapropriações e reduzir impactos no trânsito. Após as chuvas, a água será liberada de forma gradual, evitando transbordamentos nos córregos Carumbé e Bananal. A intervenção inclui ainda nova pavimentação, bocas de lobo e poços de visita. O projeto, elaborado em parceria com a USP, integra o Plano Diretor de Drenagem da cidade.

Conteúdo patrocinado

Eufrázio



Vera Rosa E-mail: vera.rosa@estadao.com X: @VeraRosa61

O destino do inquérito das fake news

Na madrugada de 14 de março, quando uma "lua de sangue" aparecia no céu com o eclipse total e bolsonaristas ampliavam a ofensiva por anistia, o inquérito das fake news completava seis anos. Desde 2019 tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF), a investigação que ficou conhecida como "inquérito do fim do mundo" foi prorrogada até junho, mas a verdade é que não tem data para acabar. Na prática, virou uma espécie de "botão de segurança" da Corte.

Sob a batuta do ministro Alexandre de Moraes, também relator da ação envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros réus por tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, a investigação tem um foco amplo, geral e irrestrito. Foi aberta por Dias Toffoli, então presidente do STF, para apurar notícias falsas, ofensas e ameaças aos magistrados e à própria democracia.

Muitos sustentam que a crise daquela época, com a omissão da Procuradoria-Geral da República, não existe mais, tanto que Bolsonaro foi denunciado e o general Braga Netto está preso. Além disso, acusam o STF de se aliar ao Palácio do Planalto.

"Nunca é demais recordarmos que o Brasil sofreu uma tentativa de golpe", rebate Moraes. "Mesmo assim, mentiras divulgadas pelas milícias digitais nascidas no chamado 'gabinete do ódio' tentam convencer as pessoas de que tudo foi um passeio no parque."

Investigação do fim do mundo completa seis anos e vira 'botão de segurança' do STF

Três outros ministros do STF ouvidos pela *coluna* admitiram, sob reserva, que o inquérito das fake news serve como escudo de proteção para o tribunal. Diante de um cenário hostil, a maioria dos magistrados avalia que as diligências não só podem como devem durar por tempo indeterminado. O argumento para manter o "botão de segurança" à mão é que os ataques ao STF não terminaram, as fake news também não e a democracia precisa ser "defendida permanentemente".

Agora, o julgamento de Bolsonaro pela Primeira Turma do STF também traz à tona fatos que têm conexão com as investigações em curso há seis anos. Não sem motivo seus aliados pressionam o presidente da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, para que o pacote da negociação com o STF inclua o ponto final no inquérito das fake news.

Moraes não cede e dobra a aposta. De qualquer forma, o acordão envolve possíveis mudanças na lei para reduzir a punição de quem participou dos atos do 8 de Janeiro, mas não liderou o movimento. A proposta em discussão prevê, ainda, critérios "mais generosos" para progressão de pena. Ministros do STF dizem que é impossível conceder anistia aos golpistas. Se o projeto passar, no entanto, muitos delitos serão perdoados. Vem aí uma nova crise. A Corte está acuada e sob cerco político. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Operação Sem Desconto

Lupi: INSS não deveria intermediar relação entre pensionista e associação

Em audiência na Câmara, ministro sugere que Congresso elabore nova legislação sobre o tema: 'Que se resolva entre eles'

BRASÍLIA

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, propôs ontem o fim dos descontos diretos nos benefícios de aposentados e pensionistas. Lupi sugeriu que o Congresso elabore uma nova legislação sobre o assunto. Ao participar de audiência na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara, Lupi afirmou que, na sua opinião, o governo não deveria se meter na relação entre o trabalhador e uma associação.

Ele previu novos casos suspeitos se não houver mudança na lei. "Se não, daqui a algum tempo, e não vai demorar muito, você vai ter novamente denúncia que isso acontece. Daqui a pouco, se a gente não extinguir o câncer, a obrigatoriedade do desconto da folha. Por que o INSS tem que fazer isso, se tem duas instituições que podem se acordar? Essa, para mim, é a melhor solução", disse o ministro.

"O trabalhador tem que se entender com a associação. A associação quer fazer cobrança, que se resolva entre eles. Resolveram colocar o INSS para fazer esse trabalho (*de intermediação*), como se tivéssemos pouco trabalho. Qual o papel da previdência de intermediar nesse processo?", questionou.



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL - 29/4/2025

Carlos Lupi durante audiência em comissão da Câmara

'FAZ UM PIX AÍ, VOVÔ. "Se eu sou uma entidade representativa, eu busco testar serviço, busco aposentado e faço a cobrança diária com ele. Faz um boleto, faz um Pix, como diz aqui meu neto sempre: 'Faz um Pix aí, vovô'. Por que o INSS tem que cuidar disso? Acho que não é a função principal do Instituto Nacional de Seguridade Social", completou Lupi. Ele disse que vai conversar com a Casa Civil e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o fim do intermédio do INSS.

O ministro enfrenta forte desgaste em razão das investigações que apontam para um esquema de desvios de recursos de aposentados e pensionistas. Ontem ele voltou a se defender, afirmando que não demorou em determinar a apuração das suspeitas.

'IRA SANTA'. O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) levou à comissão uma idosa que disse ter sido alvo de descontos indevidos em sua aposentadoria. Van Hattem chegou a embargar a voz para falar da senhora, que sentou ao seu lado no plenário do colegiado.

Parlamentares questionaram a conduta do deputado do Novo. Lupi cobrou respeito de Van Hattem. "Eu enfrentarei (*injustiças*) com tranquilidade, com a lucidez dos justos, mas cuidado, a minha ira é santa", afirmou.

A mulher contestou o ministro: "E nós aposentados não merecemos respeito?" Em resposta, Lupi disse que "não tem quem defenda mais aposentado" do que ele.

Van Hattem questionou sobre uma eventual ameaça durante a discussão. "Não sei o que o ministro quis dizer com ira santa, se quis, de alguma forma, ameaçar, mas eu não me sinto amedrontado por vossa excelência", afirmou o deputado. ●

PEPITA ORTEGA E VICTOR OHANA

Auditoria da CGU

Analfabetos, indígenas isolados e doentes graves 'autorizaram' descontos

A auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) nos descontos ilegais em contracheques de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) revelou situações flagrantes de fraude. Foram descobertos cadastros em nome de analfabetos, indígenas de comunidades isoladas, idosos com doenças graves e pessoas com deficiência.

São pessoas que, segundo a CGU, não teriam como comparecer pessoalmente às associações e nem como assinar fichas de filiação e termos de autorização para os descontos em benefício dessas entidades. Algumas até residem no exterior.

Os casos foram descobertos a partir de entrevistas feitas com uma amostra de 1.273 beneficiários do INSS, registrados nos 27 Estados e no Distrito Federal, que tiveram valores descontados de seus contracheques – 97,6% dos entrevistados informaram à CGU não ter autorizado os abatimentos.

Os beneficiários do INSS podem aderir a associações civis e sindicatos e autorizar descontos mensais em seus contracheques para cobrir custos de filiação. Para isso, as entidades devem estar habilitadas junto ao INSS e precisam receber autorização "prévia, pessoal e específica" de aposentados e pensionistas interessados.

Parte dos aposentados ouvidos pela CGU só tomou conhecimento dos descontos no momento das entrevistas.

A PF investiga se idosos foram induzidos a assinar autorizações de desconto sem saber a verdadeira finalidade dos documentos e até se assinaturas foram forjadas. Segundo a apuração, servidores do INSS venderam dados de aposentados e pensionistas em troca de propinas e facilitaram os descontos indevidos direto nos contracheques dos beneficiários.

OPERADORA. A advogada Cecília Rodrigues Mota é citada como suposta operadora financeira do esquema. Segundo a PF, escritórios de advocacia e empresas ligadas a Cecília receberam R$ 14 milhões de associações investigadas por golpes em aposentados e repassaram recursos a servidores do INSS suspeitos de corrupção.

Cecília teria intermediado transferências a André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, e a Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-chefe da Procuradoria Federal Especializada do INSS.

A Polícia Federal afirma que ela "desempenha um papel central na teia financeira que sustenta o esquema de descontos indevidos sobre os benefícios de aposentados". O **Estadão** não conseguiu contato com a advogada ou sua defesa. ●

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO

União Progressista

União Brasil e PP formam o maior bloco do Congresso

RENATO ARAÚJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ciro Nogueira e Hugo Motta durante o anúncio da nova federação

Formalização da aliança entre as siglas reuniu líderes do Centrão, do PL de Bolsonaro e ministros do governo Lula

Com a presença de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e sem petistas, o União Brasil e o PP anunciaram ontem a formação de uma nova federação, chamada União Progressista. Esse novo grupo terá a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado (107 e 14, respectivamente), além de seis governadores.

Tudo isso com mais quatro ministros, ao mesmo tempo em que líderes da sigla desejam desembarcar do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O evento de ontem, realizado no Salão Negro da Câmara, reuniu alguns dos principais nomes do Centrão – como o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) – e do PL – Valdemar Costa Neto, presidente da sigla, e os líderes da Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), e do Senado, Carlos Portinho (RJ).

Participaram, além deles, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, pré-candidato do União Brasil à Presidência em 2026 e os ministros do governo Lula.

MANIFESTO. O União Progressista lançou um manifesto comum, lido pelos presidentes do União Brasil, Antônio Rueda, e do PP, Ciro Nogueira (PI), que comandarão conjuntamente a federação em 2025. O texto defende a "modernização do Estado" e um "choque de prosperidade".

Esse choque, segundo o manifesto, será "mais que uma simples reforma administrativa". "Deve promover a inovação, com o uso de fórmulas avançadas de repensar a dimensão dos entes estatais", diz o documento. ● LEVY TELES

Supremo

Para PF, homem que se matou em frente à estátua da Justiça agiu por extremismo

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



A Polícia Federal (PF) concluiu as investigações sobre o atentado ocorrido em novembro de 2024, na praça dos Três Poderes, em Brasília, nas proximidades do Supremo Tribunal Federal (STF). As investigações apontam que o autor, Francisco Wanderley Luiz, o Tiü França, agiu sozinho, "sem participação ou financiamento de terceiros", e que a motivação do crime foi "o extremismo político". Na noite de 13 de novembro, Francisco se matou ao explodir uma bomba junto à sua cabeça em frente à estátua da Justiça. Em nota divulgada ontem, a PF informou que recorreu a diversos meios de prova, com destaque para a análise das comunicações e dos dados bancários e fiscais e exames periciais. ●

Ação penal do golpe

Bolsonaro reitera nomes de Tarcísio e de Mourão como testemunhas no processo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reiterou nomes e acrescentou duas novas testemunhas na ação penal do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a trama golpista. Anteontem, Bolsonaro enviou ao Supremo a defesa prévia do processo após ser intimado na semana passada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, onde se recupera de uma cirurgia no intestino. Entre os nomes reiterados por Bolsonaro estão o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o ex-vice-presidente, general Hamilton Mourão. As novidades são Giuseppe Dutra Janino, ex-servidor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Ricardo Peixoto Camarinha, ex-médico da Presidência no governo Bolsonaro. ●

Qual estratégia faz um produto vender mais?
Será o preço?
A distribuição?
A inovação da concorrência?

O Scann Market, que possui dados totais do varejo alimentar de todo o Brasil, te entrega essas respostas para que sua estratégia seja sempre a mais eficiente!

São mais de 13 bilhões de tickets lidos ao ano direto do caixa de mais de 55 mil pontos de vendas de forma automática.

scanntech
inteligência com resultados

É a maior base de dados granulares do mundo para a melhor precisão do mercado.
Acesse scanntech.com.br e saiba mais





Fachin cita papel do Congresso na regulamentação das redes

Em fórum do 'Estadão', vice-presidente do STF destaca a necessidade de se criar 'legítimos mecanismos de contenção democrática dos impactos danosos das fake news'

GABRIEL DE SOUSA
LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, fez ontem uma cobrança velada ao Congresso Nacional para a aprovação da regulamentação das redes sociais. A declaração de Fachin foi dada no Fórum Liberdade de Expressão – 150 Anos em Defesa da Liberdade e da Democracia, promovido pelo **Estadão**, em Brasília. O evento fez parte da celebração do sesquicentenário do jornal.

"O Congresso Nacional hoje é interpelado a discutir a regulamentação de tais plataformas e, por consequência, a criar legítimos mecanismos de contenção democrática dos impactos danosos das fake news", afirmou Fachin.

O ministro do Supremo também observou que as redes sociais privilegiam o compartilhamento de informações que visam ao maior número de visualizações e não à prestação de informações. Ele classificou o movimento de "populismo digital autoritário", cujo "tsunami" deve afogar as democracias do Ocidente.

"Desenvolve-se o populismo digital autoritário, cujo tsunami está prestes a afogar as democracias ocidentais e as clássicas conquistas das liberdades. O ódio, infelizmente, vende bem mais que a solidariedade", disse o magistrado.

O Congresso não discute a regulamentação das redes sociais desde maio de 2023, quando a Câmara dos Deputados engavetou o Projeto de Lei das Fake News, que estava prestes a ser votado pelos parlamentares. O travamento da proposta se deu após forte pressão das big techs e da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a dizer, em abril do ano passado, que o projeto estava morto e convocou um grupo de trabalho para debater a regulação das redes sociais e elaborar um texto mais "robusto" sobre o tema. Passado um ano, o colegiado criado por Lira ainda não saiu do papel.

PROPOSTAS. Desde que o Projeto de Lei das Fake News foi enterrado na Câmara, diversas propostas que buscavam regular as redes sociais, em diferentes medidas, foram protocoladas e posteriormente engavetadas no Congresso. Tramitam atualmente 159 textos visando a algum grau de regulação nas redes. Vinte e cinco deles abordam o Código Penal, oferecendo novos tipos penais ou aumento de penas; 17 se referem à proteção de crianças e adolescentes; 14 tratam de combate a notícias falsas e 11 se referem à vedação do anonimato.

Como mostrou o **Estadão** em fevereiro, o governo Lula prepara dois projetos de lei que buscam regulamentar as redes sociais. O motivo que levou à elaboração das propostas foi o acirramento da relação com as big techs que se aliaram ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

JUDICIÁRIO. Na palestra promovida pelo **Estadão**, Fachin disse também que o Judiciário é alvo de pressões por maior eficiência, qualidades e limites. Porém, o vice-presidente do Supremo afirmou que "eventuais erros" são utilizados para tentar "erodir a autoridade do STF", em vez de fortalecer as instituições.

"Isso, por certo, não desonera as próprias instituições de corrigirem os seus erros, nem lhes outorga leniência para agirem como bem aprouverem", destacou Fachin.

Ele disse também que os ministros da Corte têm "deveres a cumprir" no debate da regulamentação das redes sociais. Mas pontuou que a atuação do Judiciário não deve se adentrar nas discussões políticas.

"Nós, juízes, também temos deveres a cumprir. Devemos cada um e cada uma, em seus respectivos campos, apresentar o respectivo comportamento como contraprova do discurso. Não vivemos graças à Justiça e sim pela Justiça. Ao Direito o que é do Direito, à Política o que é da Política", disse o vice-presidente da Corte.

'PERSPECTIVAS ESTREITAS'. Na palestra do Fórum Liberdade de Expressão, Fachin afirmou que a ascensão das redes sociais e a popularização das redes sociais reforçam "vieses, propensões e preconceitos". Segundo ele, o fenômeno ocorre principalmente devido à construção de perfis personalizados por algoritmos.

"Ao invés de alargar os horizontes, dado o amplo acesso à informação e a possibilidade de interação com pessoas distintas, o que costuma ocorrer, não raras vezes, é o reforço ⊕

> **"Desenvolve-se o populismo digital autoritário, cujo tsunami está prestes a afogar as democracias ocidentais e as clássicas conquistas das liberdades: o ódio, infelizmente, vende bem mais que a solidariedade"**
>
> **"Ao invés de alargar os horizontes, dado o amplo acesso à informação e a possibilidade de interação com pessoas distintas, o que costuma ocorrer (...) é o reforço de perspectivas estreitas, no sentido de enviesadas e agora reforçadas por curtidas e compartilhamento"**
>
> **Edson Fachin**
> Ministro do STF



Ministro Fachin fala sobre redes e valor da liberdade de expressão em debate organizado pelo 'Estadão'

Trechos

'Ódio vende bem mais que a solidariedade'

O fato de que o uso de tais plataformas, especialmente das redes sociais, é amplamente compartilhado pela maioria da população não significa que a forma de manejo e uso é idêntica. Pelo contrário, inclusive. Estudos de antropologia, levado a efeito por Juliano Spyer, demonstram que no Brasil quem posta, o que posta e como posta é distinto do que pode ser considerado por muitos como o "uso normal" da plataforma. Tal constatação é relevante para compreender as mudanças estruturais que essa revolução opera na compreensão do funcionamento da esfera pública.

Ela demonstra como as redes sociais podem ter espacialidades e temporalidades diversas, isto é, não há nada de linear, de cronológico, ao rolar o feed de uma rede social. Isso é agravado pelo fato de que a construção de perfis personalizados pelos algoritmos apresenta o que supostamente o usuário mais quer ver, por conta do acesso aos seus dados, gostos e desgostos. São reforçados vieses, propensões, e, inclusive, preconceitos. Ao invés de alargar horizontes, dado o amplo acesso à informação e a possibilidade de interação com pessoas distintas, o que costuma ocorrer é o reforço de perspectivas estreitas, enviesadas, e de ideias previamente concebidas, agora reforçadas por curtidas e compartilhamentos.

Pretende-se difundir a noção de que a liberdade de expressão permite exprimir, inclusive, a expressão do aniquilamento da liberdade. Não nos parece que assim deve ser: a liberdade deve proteger a liberdade, a democracia deve proteger a democracia. Esta linha de pensamento possui respaldo na ordem constitucional brasileira, tampouco estão de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos que a República Federativa do Brasil celebrou, aprovados pelo mesmo Congresso Nacional que hoje é interpelado a discutir a regulamentação de tais plataformas e, por consequência, a criar legítimos mecanismos de contenção democrática dos impactos danosos das fake news.

Desenvolve-se o populismo digital autoritário, cujo tsunami está prestes a afogar as democracias ocidentais e as clássicas conquistas das liberdades: "o ódio, infelizmente, vende bem mais que a solidariedade." Como sabemos, mesmo os canais tradicionais da mídia impressa e da TV sofrem seus efeitos. É evidente a complexidade que se impõe. Cabe não reduzir o quão complexo é esse cenário. Contudo, nada pode servir de justificativa ou de salvo conduto ao pessimismo ou a tecnofobia. Demanda-se a atuação de distintas instituições, autoridades públicas, privadas e da sociedade civil.

Para isso, entendo que é possível delinear

Eufrázio



WILTON JUNIOR/ESTADÃO

de perspectivas estreitas, no sentido de enviesadas e de ideias previamente concebidas, agora reforçadas por curtidas e compartilhamento", disse Fachin.

MARCO CIVIL. No fim do ano passado, o Supremo deu início ao julgamento de duas ações que podem modificar o Marco Civil da Internet e ampliar as responsabilidades das empresas virtuais por conteúdos ilícitos publicados por usuários. As duas ações em julgamento no STF tratam da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil. O trecho prevê que as plataformas só podem ser responsabilizadas pelos conteúdos publicados por terceiros quando elas deixarem de cumprir uma ordem judicial específica de remoção.

O relator, ministro Dias Toffoli, e o ministro Luiz Fux votaram pela ampliação dessa responsabilidade.

Barroso, por sua vez, apresentou uma divergência parcial, defendendo a remoção imediata, sem ordem judicial, de conteúdos envolvendo pornografia infantil, terrorismo e ataques à democracia, mas mantendo a exigência de decisão judicial para casos de crimes contra a honra. O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro André Mendonça.

'ESTABILIDADE'. Fachin também lembrou que a marca de 150 de história atingida pelo **Estadão** é "a prova de que estabilidade e permanência permitem ver longe". "A imprensa continua a ser, a imprensa deve continuar a ser a visão da nação. Creio que 150 anos são a prova de que estabilidade e permanência permitem ver longe, ver com estabilidade e ver com a indispensabilidade desse meio de comunicação", afirmou.

O fórum promovido pelo **Estadão** debateu a liberdade de expressão diante dos desafios impostos pelo avanço da tecnologia, destacando como uma imprensa livre é vital para a preservação da democracia no Brasil. Na abertura da palestra, que inaugurou o evento, Fachin disse: "A liberdade deve proteger a liberdade e a democracia deve proteger a democracia".

Citando o atentado, em 2015, contra o *Charlie Hebdo*, onde cinco cartunistas da revista satírica francesa foram mortos por radicais insatisfeitos com as críticas feitas pelo veículo, Fachin questionou quem no Brasil seria capaz de apresentar uma alternativa aos extremismos que buscam coibir a liberdade de expressão.

"Dez anos faz desde aquela manhã de 7 de janeiro (*dia do ataque em Paris*), e nesta última década oscilamos entre violências, indiferenças e rejeições ao convívio no dissenso. A complexidade dessa estação é interpelante", disse Fachin. ●

> ***"A imprensa continua a ser, a imprensa deve continuar a ser a visão da nação. Creio que 150 anos (do Estadão) são a prova de que estabilidade e permanência permitem ver longe, ver com estabilidade e ver com a indispensabilidade desse meio de comunicação (...)***
>
> ***"A liberdade deve proteger a liberdade e a democracia deve proteger a democracia"***
>
> **Edson Fachin**
> Ministro do STF

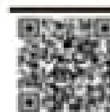
como se pode dar a atuação de algumas instituições de conhecimento que funcionem como salvaguardas da democracia constitucional e da liberdade de expressão. Passemos a elas. Para que a liberdade de expressão seja expressão da autonomia, da democracia e da livre circulação das ideais, requer-se que as instituições, além do Poder Judiciário, funcionem plenamente.

Reitero que a imprensa, portanto, tem papel fundamental para levar ao conhecimento do público os fatos, o que é essencial para informar o eleitor, os órgãos de controle e ainda contribuir para o respeito do Estado de direito. Além disso, a proteção dada à imprensa inclui a relevante função de investigar para produzir as informações, reportagens e escrutínios. Precisamente, nesse sentido, é a advertência do também jornalista Gabriel García Márquez para: "Ter sempre presente algo que parece esquecido: que a investigação não é uma especialidade, um gênero do ofício, mas que todo jornalismo tem que ser investigativo por definição."

Ao Poder Judiciário, como se sabe, cabe interpretar e aplicar o direito. Conforme mencionei, o Supremo Tribunal Federal se alinha à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos que tem procurado proteger tais direitos. As críticas, ainda que duras, a agentes públicos são partes constitutivas da democracia e são imprescindíveis para a construção do Estado democrático de direito.

O que ocorre, tanto com o Poder Judiciário, como a imprensa, é "a dupla estratégia de disseminação de fake news", como bem observou Habermas. Articula-se contra instâncias que não reproduzem os vieses e bolhas ou que sancionam a violação do direito. No caso do Poder Judiciário, procura-se apequená-lo. Eventuais erros quando não são apontados para o aprimoramento e fortalecimento das instituições, mas sim superlativados para erodir a sua autoridade, ao fim e ao cabo, almeja-se implodir a institucionalidade, diluir o Estado, as instituições públicas e privadas, e reinstalar-se um novo hobbesiano 'estado da natureza'.

As questões do Direito, da justiça dos julgamentos e das decisões judiciais são, portanto, inevitavelmente permeadas por controvérsias. E é bom que assim seja. Essa é uma questão que interessa a toda sociedade (...) Isso, por certo, não desonera as próprias instituições de corrigirem os seus erros, nem lhes outorga leniência para agirem como bem aprouverem. "No duro ofício do viver", disse Saramago perante a Academia Sueca, na Estocolmo de 1998, o escavar em direção às próprias raízes ensina "a honradez elementar de reconhecer e acatar, sem ressentimento nem frustração, os (...) próprios limites".



NA WEB
Fachin defende regulação das redes e imprensa livre; leia íntegra do discurso
www.estadao.com.br/



Os desafios da tecnologia e a relevância da imprensa livre para a democracia

Fórum Liberdade de Expressão – 150 anos em Defesa da Liberdade e da Democracia, realizado pelo 'Estadão', reuniu especialistas e jogou luz sobre os rumos do jornalismo

Especialistas debateram ontem, ao longo de três painéis do "Fórum Liberdade de Expressão – 150 Anos em Defesa da Liberdade e da Democracia", realizado pelo **Estadão**, a questão da liberdade de expressão diante dos desafios impostos pelo avanço da tecnologia e a importância de uma imprensa livre para a preservação da democracia no Brasil. O evento em Brasília fez parte das comemorações do sesquicentenário do **Estadão**.

A percepção de que o conceito de liberdade de expressão enfrenta atualmente uma "usurpação" e uma "confusão" no País norteou o painel Liberdade de Expressão em Essência. "Há verdadeiros abusos cometidos sob o véu conveniente da liberdade de expressão", afirmou o professor, jornalista e integrante da Academia Paulista de Letras, Eugênio Bucci.

Discussão

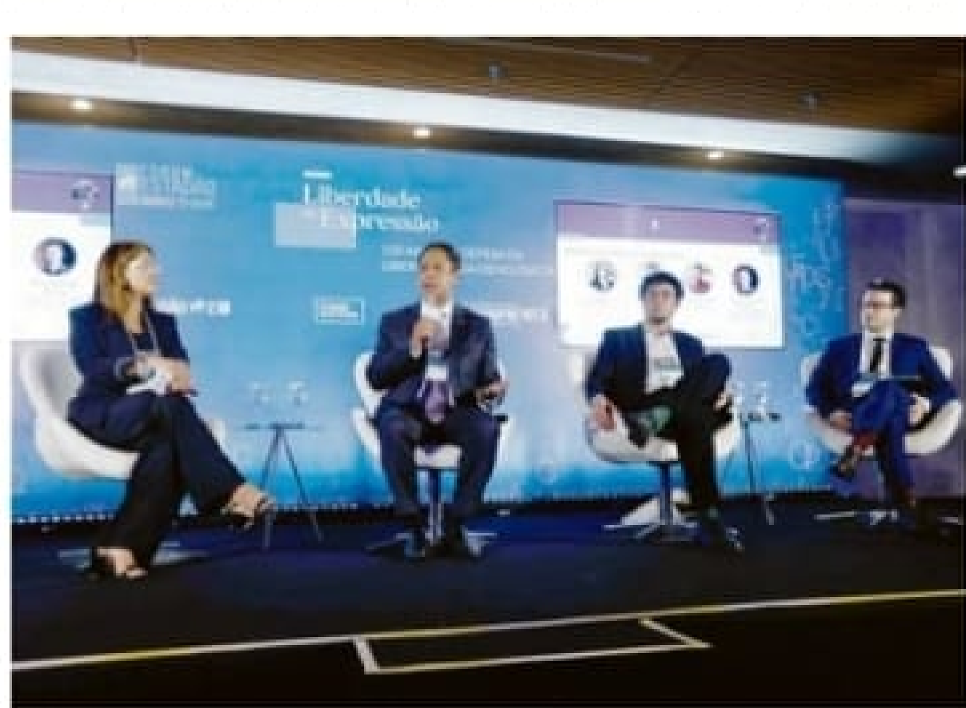
3 painéis foram realizados durante o fórum sobre liberdade de expressão

O advogado Afranio Affonso Ferreira Neto, por sua vez, que participou do painel Imprensa Livre, destacou a ⊕

FOTOS WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Painel reuniu especialistas que debateram a forma como os cidadãos brasileiros estão se expressando



Em outro painel, discussão foi sobre como regular plataformas

Há 'usurpação' e uma 'confusão' em relação à liberdade de expressão

GUILHERME CAETANO
BRASÍLIA

O conceito de liberdade de expressão vive tanto uma "usurpação" quanto uma "confusão" no Brasil. A avaliação permeou o debate promovido pelo **Estadão** ontem, com Eugênio Bucci, professor titular da ECA-USP e membro da Academia Paulista de Letras; Pierpaolo Bottini, advogado criminalista e professor de Direito Penal da USP; e Sebastião Ventura, presidente do Instituto Millenium.

O debate foi feito no painel Liberdade de Expressão em Essência, do Fórum Liberdade de Expressão – 150 Anos em Defesa da Liberdade e da Democracia, promovido pelo **Estadão**. O painel foi mediado pelo editor executivo do Núcleo de Política e Internacional do **Estadão**, Renato Andrade.

O evento, aberto pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin e que integra as comemorações de 150 anos do jornal, foi realizado ontem, em Brasília.

Em foco, o que a sociedade brasileira tem debatido sobre o direito de cidadãos de se expressarem. A comunicação por meio das plataformas digitais, que se tornou cotidiana na maior parte do mundo, teve centralidade no debate.

Crítico do poder de manipulação de companhias como a Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) e Alphabet (Google e YouTube), Bucci afirma que o mundo nunca viu a coordenação de tamanho oligopólio de plataformas digitais, e que a legislação deveria "cuidar de estabelecer limites não para a liberdade de expressão, mas para o abuso de poder".

Big techs

Um dos temas centrais foi a necessidade de limitação para um eventual abuso de poder de plataformas

"Muitas vezes nós não estamos lidando com liberdade de expressão quando presenciamos certas atrocidades na esfera pública. Não é o exercício da liberdade de expressão que nos vitimiza, mas algo diferente, que eu caracterizaria como abuso de poder. Liberdade de expressão não é prerrogativa de conglomerados monopolistas globais. Há verdadeiros abusos cometidos sob o véu conveniente da liberdade de expressão", disse Bucci.

Bottini segue na mesma linha ao afirmar que é comum se deparar "com certa confusão conceitual". "Por muitas vezes, usa-se o conceito de liberdade de expressão para tentar legitimar um discurso de ódio e de abuso de poder".

'MÃE DAS LIBERDADES'. Ventura, por sua vez, considerou a liberdade de expressão como a "mãe" de todas as outras liberdades. Ele divergiu de Bucci e Bottini ao colocar ressalvas a eventuais limitações no direito de expressão como forma de defesa de valores mais importantes. "Eu vejo surgir uma linha para que nós, para defender a democracia, temos que restringir a liberdade de expressão. Acho esse ponto delicado", afirmou Ventura.●

Regulação enxuta para plataformas é um dos caminhos apontados

BRASÍLIA

Pensar uma regulação mais enxuta para as plataformas digitais como Facebook, Instagram e YouTube pode ser o caminho para o País aprovar novas regras para o setor. A avaliação foi feita no painel Redes Sociais e o Direito à Livre Manifestação, do fórum sobre liberdade de expressão, promovido pelo **Estadão** ontem.

O debate teve a participação do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP); de Pedro Henrique Ramos, diretor executivo do Reglab, professor do Ibmec e sócio do b/luz advogados; e de Paulo José Lara, codiretor executivo da Artigo 19 Brasil. A mesa teve mediação da jornalista Roseann Kennedy, titular da *Coluna do Estadão*.

A sugestão de uma regulação menos pretensiosa foi dada por Silva, relator do Projeto de Lei 2630/2020, conhecido como PL das Fake News e que foi engavetado na Câmara após pressão da oposição e das empresas de tecnologia.

"Se hoje eu avaliasse o que foi a trajetória (*do PL 2630*), se um erro houve, foi abrir muito o leque", analisou o deputado, questionado sobre a ainda ausente regulação do setor no País. O governo federal atualmente elabora dois projetos de lei, um voltado ao direito do consumidor nas redes sociais e outro mirando abusos concorrenciais, mas não houve avanços nos últimos anos.

A análise teve concordância de Ramos: "Ampliou demais o debate. Foram colocados diferentes 'jabutis' lá dentro. A ideia de você transformar isso numa lei menor e mais focada é o caminho. Enxergo com bons olhos que seja feito pelo Congresso e não pelo Supremo Tribunal Federal".

Lara, por sua vez, afirmou que o Brasil "sofre com a negação de acesso à informação, assédio judicial contra comunicadores, monopólio de veículos de comunicação e ausência de recursos perenes para uma mídia diversa e plural". ● G.C.

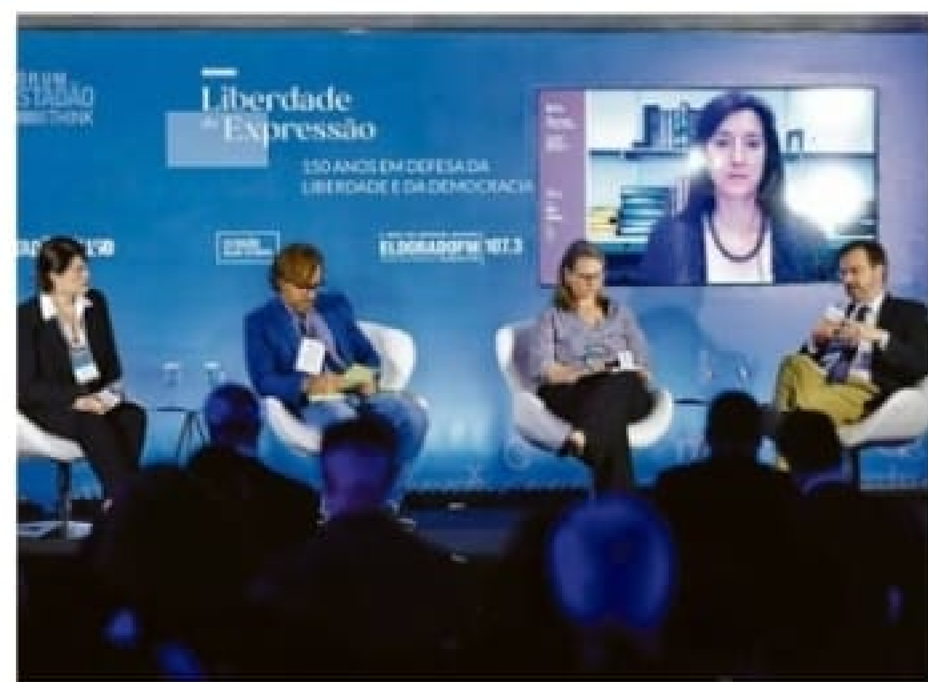
questão do anonimato na internet como uma brecha para a prática de delitos contra a imprensa e jornalistas, sobretudo por meio de discursos de ódio e ameaças. "É uma dificuldade que protege esse mal que vem se propagando cada vez mais rápido", disse ele.

PLATAFORMAS. Já o painel Redes Sociais e o Direito à Livre Manifestação aprofundou o debate sobre os limites do Estado e a autonomia das big techs no Brasil e também ao redor do mundo. O silenciamento, a exclusão e a censura prévia foram alguns dos pontos centrais da discussão.

A sugestão de uma regulação das plataformas menos pretensiosa foi dada pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB), relator do Projeto de Lei 2630/2020, conhecido como PL das Fake News, que foi enterrado na Câmara após forte pressão da oposição e das empresas de tecnologia.

O governo federal elabora dois projetos de lei, um voltado ao direito do consumidor nas redes sociais e outro mirando abusos concorrenciais, mas nada concreto avançou nos últimos anos.

O fórum integrou uma série de iniciativas do **Estadão** ao longo de 2025 para reforçar a importância da liberdade de expressão e do jornalismo independente na construção de sociedades democráticas. ●



Outro tema em foco foi o jornalismo como alvo de discurso de ódio

Desafios novos e antigos potencializam ameaças à imprensa

BRASÍLIA

A imprensa livre sofre gama diversa de ameaças ao redor do mundo, de ataques anônimos na internet à falta de financiamento, e elas se potencializam na medida em que desafios antigos se somam a novos. A conclusão foi de especialistas que participaram do painel Imprensa Livre, no fórum sobre liberdade de expressão promovido ontem pelo **Estadão**, em Brasília.

O debate reuniu Dana Green, conselheira-geral adjunta do *New York Times*; Bia Barbosa, coordenadora de Incidência do escritório do Repórteres Sem Fronteiras para a América Latina; Marcelo Godoy, repórter especial do **Estadão**; e o advogado Afranio Affonso Ferreira Neto. A mesa foi mediada pela editora executiva do **Estadão** Luciana Garbin.

"Um ponto fulcral que, infelizmente, tem sido esquecido é o anonimato com que se praticam esses tipos de delitos (*ataques e discurso de ódio contra a imprensa*) na internet, o que é vedado pela Constituição Federal. É uma dificuldade que protege esse mal", disse Ferreira Neto.

Bia Barbosa destacou que o Brasil faz parte de um contexto sul-americano mais amplo: a região é campeã em mortes de comunicadores no mundo, segundo ela. Bia afirmou que, fora dos grandes centros urbanos, existe maior vulnerabilidade às autoridades locais, o que pode colocar o jornalismo entre a independência e a sobrevivência econômica.

Dana Green definiu a atuação jornalística sob Donald Trump como "desafiadora" e observou que não existe liberdade de imprensa se outros valores democráticos são vilipendiados (*mais informações nesta página*).

Godoy, por sua vez, afirmou que a atuação de facções criminosas vem se colocando cada vez mais como um obstáculo ao exercício do jornalismo. ● G.C.

Dana Green

'A liberdade de imprensa não existe isoladamente'

Vice-presidente jurídica do 'NYT' vê declínio democrático, o que pode ter impacto no jornalismo

ENTREVISTA

É vice-presidente jurídica e atual conselheira-geral adjunta do 'The New York Times', maior jornal do EUA

BRASÍLIA

Há um recuo nos compromissos com a democracia liberal, os direitos humanos e o estado de direito em todo o mundo e, sem eles, não há como existir uma imprensa plenamente livre. Esta é a avaliação de Dana Green, vice-presidente jurídica e conselheira-geral adjunta do *The New York Times*, maior jornal do Estados Unidos. Ela participou ontem do Fórum Liberdade de Expressão – 150 Anos em Defesa da Liberdade e da Democracia, promovido pelo **Estadão** em Brasília.

Quais riscos ameaçam atualmente a liberdade de imprensa nos Estados Unidos e no mundo?

A mídia independente está sob enorme pressão em todo o mundo. A primeira e talvez mais prosaica ameaça é simples: dinheiro. O jornalismo de verdade custa dinheiro. As reportagens de maior impacto exigem anos de treinamento dos repórteres, desenvolvimento extensivo de fontes, ferramentas sofisticadas de narrativa e o apoio de advogados e editores. Sem esse compromisso de tempo e recursos, o jornalismo não pode cumprir sua função essencial de responsabilizar os poderosos. Nos EUA, estima-se que 75% dos empregos no jornalismo foram cortados nos últimos 20 anos. Podemos ver como isso afetou a reportagem sobre corrupção ou Justiça criminal. E, em todo o mundo, vemos um recuo nos compromissos com a democracia liberal, os direitos humanos e o estado de direito. Estudos concluíram que os valores democráticos estão em declínio. A liberdade de imprensa não existe isoladamente. Ela depende desses outros direitos.

Alguns especialistas acreditam que as redes sociais podem ser tão perigosas para a liberdade de expressão quanto governos autoritários. A sra. concorda?

Não concordo. A desinformação deliberada é um problema sério. Mas não acho apropriado equiparar a liberdade de expressão dos cidadãos ao poder coercitivo e punitivo de um Estado autoritário. Além disso, "controlar a desinformação" tornou-se justificativa para controlar a expressão que o governo não gosta; é um grito de guerra de regimes autoritários que buscam silenciar a dissidência. Qualquer pessoa que valorize a liberdade de imprensa deve ser muito cética quando o governo busca poderes para decidir quais informações valem a pena ser ouvidas e quais não valem.

Como vê a relação do governo Trump com a imprensa americana?

O governo tem tido uma abordagem inconsistente, talvez até contraditória, em relação à liberdade de imprensa. Por um lado, uma das primeiras ordens do presidente foi direcionada a "restaurar a liberdade de expressão e acabar com a censura federal". O presidente e seus apoiadores afirmam defender uma nova era de liberdade de expressão. E o presidente tem sido muito mais acessível à mídia do que o presidente Biden. Ele dá coletivas de imprensa regularmente, responde a perguntas e é muito envolvido com a mídia. Mas essas ações positivas são direcionadas em grande parte aos oradores que o presidente favorece. Em outros aspectos, o governo tomou medidas significativas e sem precedentes para restringir a liberdade de expressão nos Estados Unidos e no exterior. Entre outras coisas, o presidente utilizou o aparato administrativo para investigar certas emissoras e encerrou o financiamento a entidades de comunicação social. A administração também minou a transparência ao remover informações anteriormente públicas dos sites do governo.


NYT/DIVULGAÇÃO

"Qualquer pessoa que valorize a liberdade de imprensa deve, na minha opinião, ser muito cética quando o governo busca poderes para decidir quais informações valem a pena ser ouvidas e quais não valem"

Em que tipos de casos contra jornalistas do *NYT* ou contra o próprio jornal a sra. tem trabalhado? Há algum caso de censura prévia por ordem judicial?

A censura prévia foi considerada inconstitucional, exceto em circunstâncias extremamente raras. Portanto, é praticamente desconhecida nos EUA e não é um fator em nosso trabalho. No entanto, somos alvo de processos por difamação e outras ações semelhantes. Esses casos não são tão comuns quanto se poderia esperar. O *Times* publica mais de 200 matérias por dia e apenas alguns processos são movidos contra nós a cada ano. A maioria desses casos é indeferida em fase inicial. O outro aspecto importante do meu trabalho é proativo. Eu e dois dos meus colegas movemos regularmente ações judiciais contra o governo ao abrigo das leis de liberdade de informação, para obter informações. Por exemplo, estou atualmente litigando um caso para obter informações sobre quais as autorizações de segurança que foram concedidas a Elon Musk. E, no início deste ano, obtivemos com sucesso um relatório confidencial do governo sobre crimes sexuais cometidos por agentes do FBI. Também estou litigando nossa primeira ação judicial sobre liberdade de informação na Europa. Voltando ao meu primeiro ponto, essas ações judiciais são essenciais para promover a supervisão pública e a prestação de contas. Mas poucas organizações de notícias têm condições de arcar com os custos. ● G.C.





Homenagem destaca a defesa dos valores republicanos e da democracia

Cerimônia no Congresso marca o sesquicentenário do 'Estadão'; 'O jornal atuou em cada tempo histórico como nasceu, com o olhar voltado para o futuro', diz Francisco Mesquita Neto

GABRIEL DE SOUSA
LEVY TELES
BRASÍLIA

O Congresso Nacional realizou na manhã de ontem uma sessão solene pelo aniversário de 150 anos do **Estadão**. Autoridades e profissionais do jornal se reuniram em Brasília para homenagear a história de um dos principais veículos de comunicação do Brasil.

Estiveram presentes, compondo a mesa da sessão, além da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), uma das autoras da proposta da sessão solene, e do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), o presidente do Conselho de Administração do Grupo Estado, Francisco Mesquita Neto, o CEO do **Estadão**, Erick Bretas, e o diretor de Jornalismo do Grupo Estado, Eurípedes Alcântara.

Em discurso, Francisco Mesquita Neto lembrou a história do jornal na luta pela República e contra ditaduras. "O **Estadão** faz oposição a todos os governantes que se mostrarem fiscalmente irresponsáveis, liberticidas ou reacionários", afirmou. Ele também ressaltou os principais valores que o **Estadão** carrega em seus 150 anos de história: o liberalismo e as causas republicana, abolicionista, modernizadora e democrática. "O jornal nasceu junto com as forças sociais e políticas inconformadas com o imobilismo da sociedade imperial e escravista."

Francisco Mesquita Neto declarou ainda que não existe liberalismo econômico sem liberdades políticas e sem liberdade de expressão. "Enfraqueça esta última e as demais não se sustentarão", disse. "O jornal atuou em cada tempo histórico como nasceu, com o olhar voltado para a frente, para o futuro", completou.

'FAROL'. "Celebramos 150 anos de resistência, de coragem, de profissionalismo, de compromisso inegociável com a verdade", disse Mara Gabrilli na abertura da cerimônia. "O **Estadão** sempre foi farol em tempo de trevas, afirmou a senadora, ao mencionar sua própria história com o jornal. Mara foi apresentadora do programa Derrubando Barreiras, na *Rádio Eldorado*, entre 2007 e 2012.

Aniversário
Senadora Mara Gabrilli e deputado Baleia Rossi foram os autores da proposta de homenagem

"Temos a esperança de que veículos como o **Estadão** continuarão sendo guardiões da nossa democracia", disse ela, para quem o jornal "não é apenas testemunha dos grandes momentos do nosso país, mas protagonista". "Esteve presente na luta pela abolição da escravidão, na defesa intransigente da República, na resistência corajosa diante da censura da ditadura militar. Em cada fase da nossa história, lá estava o **Estadão**: firme, íntegro, ousado", completou.

MISSÃO. Bretas afirmou que a missão do **Estadão** é "informar o cidadão" com independência. "Não desejamos ser vistos como um poder paralelo. Nossa missão é outra: informar a sociedade para que cada cidadão possa tomar as decisões que considere certas, tanto na busca de sua realização pessoal quanto na construção de uma sociedade funcional e equilibrada. Cumprimos essa missão com independência. Sem abdicar do direito à crítica. Sem fugir do dever da honestidade", disse o CEO do **Estadão**.

"Um jornal que pretende ser consciência crítica de seu tempo não pode deixar de reportar, analisar e criticar a atividade dos homens e mulheres que constituem os Poderes da República", afirmou Bretas, em referência ao Legislativo.

Já o diretor de Jornalismo do Grupo Estado destacou o papel da imprensa e do Poder Legislativo em "tempos difíceis", como o crescimento do populismo. "Nosso papel agora e ao longo dos 150 anos foi intransigente na busca por transparência e responsabilidade, mas sem jamais pretender substituir a voz soberana do povo", afirmou Eurípedes Alcântara.

"A história mostra que não existe democracia sem o Legislativo forte. Também não existe democracia sem uma imprensa livre e não existe democracia sem uma opinião pública bem informada", continuou o diretor de Jornalismo do Grupo Estado. "O **Estadão** compreendeu que ser os olhos e os ouvidos da Nação requer acompanhar criticamente a atuação dos Poderes públicos, entre eles, o Congresso Nacional."

TRANSPARÊNCIA. Participaram da sessão solene outros parlamentares, como as senadoras Tereza Cristina (PP-MS) e Margareth Buzetti (PSD-

→

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO



Autoridades e profissionais do 'Estadão' durante sessão solene no Senado

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO



"O Estadão faz oposição a todos os governantes que se mostrarem fiscalmente irresponsáveis, liberticidas ou reacionários"
Francisco Mesquita Neto
Presidente do Conselho de Administração do Grupo Estado

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO



"O Estadão não é apenas testemunha dos grandes momentos do nosso país, mas protagonista. Em cada fase da nossa história, lá estava o Estadão: firme, íntegro, ousado"
Mara Gabrilli
Senadora (PSD-SP) e autora da proposta da sessão solene

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO



"Nossa missão é informar para que cada cidadão possa tomar as decisões que considere certas (...) Cumprimos essa missão sem fugir do dever da honestidade"
Erick Bretas
CEO do Estadão

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



"É um jornal que sempre nos trouxe a realidade, com conteúdos excepcionais, excelentes profissionais jornalistas e que sempre nos deu prazer de ler"
Tereza Cristina
Senadora (PP-MS)

MT) e o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), além de representantes diplomáticos de outros países, como Angola, Cuba, Palestina e República Dominicana.

A homenagem ao **Estadão** foi proposta por Mara Gabrilli e pelo deputado e presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP). Baleia Rossi foi representado por Hildo Rocha na cerimônia. Rocha destacou o compromisso do jornal na redemocratização brasileira e a sua importância. "Nos últimos anos, o **Estadão** mostrou novamente o seu compromisso com o País ao revelar os problemas de transparência do Orçamento. O Congresso tem sido obrigado a se ajustar. Mudanças já ocorreram, o que é positivo, e isso se deve a uma postura vigilante do **Estadão**, o primeiro veículo a expor os problemas", disse o deputado em uma referência à revelação, pelo jornal, do orçamento secreto.

BANCA. Tereza Cristina relatou sua história como leitora do jornal. "Nós esperávamos o avião da Varig chegar, meu pai mandava pegar na banca... Ele tinha tanta ansiedade de ler o jornal que mandava pegar na banca. Tenho muita saudade disso", afirmou a senadora.

"Como defensora da agropecuária brasileira, quero agradecer o que vocês têm feito pelo agro brasileiro, sem tender para lá ou para cá", afirmou. "É um jornal que sempre nos trouxe a realidade, com conteúdos excepcionais, excelentes profissionais jornalistas e que sempre nos deu prazer de ler", disse Tereza Cristina.

História
Trajetória do jornal foi exaltada, com destaque para o compromisso com as liberdades

Hauly destacou o jornalismo como um dos principais instrumentos de defesa da democracia brasileira. Ele afirmou que o **Estadão** formou e continua formando gerações de leitores e lembrou que o jornal foi fundado em defesa da República e das liberdades.

Antes da realização da cerimônia, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmou que, "como todo grande jornal, o **Estadão** não se limitou a documentar a história, ele fez história".

RELEVÂNCIA. Na justificativa para a realização da solenidade, Mara Gabrilli ressaltou que, ao longo de seus 150 anos, o **Estadão** esteve presente nos principais acontecimentos do Brasil e do mundo, sempre pautando temas relevantes e defendendo causas de grande impacto para a sociedade.

"O **Estadão** é o segundo jornal mais antigo do País em circulação. O periódico noticiou e teve atuação decisiva nos principais fatos da cidade de São Paulo, do Estado, do País e do mundo. Nas suas páginas, defendeu causas como a abolição da escravidão e o regime republicano, resistiu aos arbítrios de governos ditatoriais e estampou o que se tornariam clássicos da literatura brasileira", disse a senadora do PSD. ● COLABOROU KARINA FERREIRA

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO



"Nosso papel foi intransigente na busca por transparência e responsabilidade, mas sem jamais pretender substituir a voz do povo"
Eurípedes Alcântara
Diretor de Jornalismo do Grupo Estado

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



"O Estadão mostrou novamente o seu compromisso com o País ao revelar os problemas de transparência do Orçamento"
Hildo Rocha
Deputado (MDB-MA)

Realização: ESTADÃO 150
Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO | a rádio dos melhores ouvintes ELDORADO FM 107.3
Apoio: B HOTEL

Eufrázio

Impacto político

Novo premiê busca papel global contra Trump após vencer eleição no Canadá

Mark Carney mantém tom agressivo, critica presidente americano e defende aliança com países da Europa e da Ásia para reduzir impacto da guerra comercial dos EUA

OTTAWA

Após derrotar os conservadores em uma arrancada surpreendente, o novo primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, se colocou como líder de um movimento global anti-Trump. No discurso da vitória, ele defendeu o multilateralismo como antídoto ao protecionismo americano e disse que a velha relação com o país vizinho acabou. "Trump está tentando nos dividir para que os EUA possam nos conquistar. Isso nunca vai acontecer."

O Partido Liberal, de Carney, caminhava a passos largos para uma derrota humilhante na eleição de segunda-feira. De acordo com o agregador de pesquisa da emissora CBC, ele tinha apenas 22% das intenções de voto no dia 20 de janeiro, quando Donald Trump tomou posse em Washington. O Partido Conservador, chefiado por Pierre Poilievre, tinha mais que o dobro, 45%.

As ameaças de Trump, que impôs tarifas aos produtos canadenses e falou em transformar o país no 51.º Estado americano, provocaram um tsunami nacionalista, catapultando a candidatura de Carney. Ontem, o resultado final da apuração mostrou uma vitória dos liberais sobre os conservadores (44% a 41%).

O partido de Carney elegeu 169 deputados – ficou a 3 da maioria absoluta de 172 e terá de fazer um governo de minoria, que significa negociar constantemente apoio no Parlamento. Os conservadores elegeram 144 deputados, mas Poilievre perdeu sua cadeira para o liberal Bruce Fanjoy, no distrito de Carleton, nos arredores da capital, Ottawa.

Sem um mandato parlamentar, Poilievre não pode atuar como líder do Partido Conservador e deve perder o direito de morar em Stornoway, residência oficial do líder da oposição – uma reviravolta extraordinária para uma estrela em ascensão da política canadense que, três meses atrás, já era tido como o futuro primeiro-ministro.

ANTI-TRUMP. Carney foi a primeira pessoa a chefiar dois bancos centrais de países do G-7 – ele foi presidente do Banco do Canadá e do Banco da Inglaterra. Durante a campanha, ele usou o currículo para convencer os eleitores de que ele tinha a experiência necessária para conquistar credibilidade internacional e resistir à pressão de Trump.

O discurso duro contra o presidente americano rendeu votos. Ontem, falando a apoiadores após a confirmação da vitória, Carney não se esqueceu disso. "Vamos apoiar países amigos e vizinhos que estão na mira de Trump em uma crise que não criamos", disse. "Como venho avisando, os EUA querem nossas terras, nossos recursos, nossa água e nosso país."

DAVE CHAN/AFP



Carney chega ao gabinete em Ottawa: reviravolta eleitoral com ajuda das ameaças de Donald Trump

> ***"Trump está tentando nos dividir para que os EUA possam nos conquistar. Isso nunca vai acontecer"***
> **Mark Carney**
> **Primeiro-ministro do Canadá**

Agora, com um mandato na mão – ele vinha atuando como premiê interino, após a saída de Justin Trudeau –, Carney indicou como pretende enfrentar a guerra comercial com os EUA. "Nosso velha relação com os EUA, baseada na integração, chegou ao fim. O sistema de comércio global aberto, ancorado pelos EUA, acabou." De acordo com o novo premiê, a saída para o Canadá será buscar novas parcerias na Europa, na Ásia e em outras partes do mundo. "Traçaremos um novo caminho, pois somos nós que decidimos o que acontece no Canadá."

REAÇÃO. Trump não comentou a vitória dos liberais. Tammy Bruce, porta-voz do Departamento de Estado, emitiu um comunicado protocolar. "Os EUA parabenizam o primeiro-ministro Mark Carney e seu partido pela vitória nas recentes eleições federais do Canadá."

O gabinete do premiê disse que ele conversou ontem com Trump por telefone. De acordo com relato do governo canadense, os dois concordaram em se encontrar em breve e o premiê avisou que vai adotar tarifas retaliatórias a produtos americanos. A Casa Branca não comentou a ligação. ●

NYT, AFP e AP

A voz das urnas

Quatro destaques da eleição canadense

● Carney contra Trump

Carney não se encontra com Trump desde que se tornou líder do Partido Liberal, no mês passado. Durante a campanha, conseguiu colocar as ameaças e as tarifas no centro do debate político. O premiê deu indicações de que pretende manter as tarifas retaliatórias contra os EUA e diversificar as alianças do Canadá. Em março, fez uma viagem à Europa para enfatizar essa abordagem.

● Resultado foi apertado

A vitória de Carney representou uma extraordinária reviravolta para os liberais. Em janeiro, eles estavam quase 30 pontos porcentuais atrás do Partido Conservador, segundo pesquisas. Mas, embora os liberais tenham tirado um milagre da cartola e a direita tenha perdido uma eleição que estava no bolso, o Partido Conservador elegeu 24 deputados a mais do que na eleição anterior, em 2021.

● Avanço conservador

Pierre Poilievre (*foto*) perdeu o cargo como representante de um distrito de Ottawa, uma derrota dolorosa para um homem que parecia destinado a se tornar o próximo primeiro-ministro há apenas algumas semanas. Ele é um político de carreira e ocupava a cadeira havia duas décadas, desde que tinha 25 anos. Antes que a notícia de sua derrota fosse confirmada, Poilievre havia prometido permanecer como líder da oposição. Ele classificou o resultado dos conservadores como o "início de uma grande mudança na política canadense", destacando os importantes ganhos que o partido obteve sob sua liderança. "A mudança é necessária, mas difícil de conseguir. Leva tempo, exige trabalho", afirmou. Agora, não está claro se o partido o manterá como líder. Líderes conservadores responsabilizam Poilievre por não ter conseguido se reposicionar após as ameaças de Trump. Além disso, perder seu cargo de deputado enfraquece sua autoridade. A bancada conservadora destituiu os dois líderes anteriores após derrotas eleitorais semelhantes. Analistas, no entanto, acreditam que Poilievre ainda tenha um forte controle sobre os destinos do partido.



MINAS PANAGIOTAKIS/AFP

● Decisões rápidas

No mês passado, Carney chegou a conversar com Trump por telefone e disse que o presidente dos EUA concordou em iniciar negociações sobre questões econômicas e de segurança assim que o período eleitoral passasse. Portanto, uma reunião entre os dois é esperada para breve. Carney também terá de tomar rapidamente uma série de decisões políticas, começando pela formação de um gabinete e pelo início das sessões parlamentares. Outros obstáculos que o aguardam incluem ser sabatinado pela primeira vez pelo Parlamento e em breve os líderes do G-7, incluindo Trump, em uma cúpula que será realizada em Kananaskis, um resort em Alberta, em junho.

Sem energia

Espanha investiga apagão; cidades celebram volta da luz

MADRI

O governo e o Judiciário da Espanha anunciaram ontem uma investigação para determinar as causas do apagão que afetou a Península Ibérica na segunda-feira. Até ontem, as operadoras da rede elétrica de Espanha e Portugal afastavam ataques cibernéticos, mas não apresentaram nenhuma outra hipótese.

Na terceira entrevista coletiva em menos de 24 horas, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, culpou os operadores de energia – formados por empresas privadas – e anunciou a criação de uma comissão liderada pelo Ministério da Transição Ecológica para apurar as causas do apagão. "Serão tomadas as medidas necessárias para que isso nunca mais aconteça", disse.

Em paralelo, a Audiência Nacional, jurisdição de Madri que trata de casos complexos, abriu uma investigação para apurar se houve "sabotagem informática", o que poderia constituir um "crime de terrorismo".

Horas antes, a operadora da rede elétrica da Espanha havia descartado a possibilidade de um ataque cibernético como causa do apagão. O governo de Portugal também disse não haver indícios de uma ação dessa natureza.

RETORNO. As redes elétricas dos dois países estavam totalmente operacionais ontem, segundo as autoridades. Nas cidades espanholas, o retorno da energia foi acompanhado por gritos de alegria após um longo dia sem luz e, em muitos casos, sem internet ou celulares.

O retorno da eletricidade permitiu a retomada do tráfego ferroviário em várias rotas, incluindo as movimentadas rotas Madri-Barcelona e Madri-Sevilha, segundo a empresa ferroviária Renfe. No entanto, os problemas continuaram em algumas linhas, que voltaram a funcionar parcialmente.

O apagão não tem precedentes na Europa. Na Espanha e em Portugal, voos foram cancelados, os sistemas de metrô pararam de funcionar, comunicações foram cortadas e caixas eletrônicos foram fechados. A estimativa é de que 6,4 milhões de pessoas ficaram sem luz.

O diretor de serviços de operação do sistema de energia elétrica da Espanha, Eduardo Pietro, afirmou que "dois eventos de desconexão" abruptos e consecutivos foram observados antes de a energia cair. Ontem, ele afirmou que é necessário mais tempo para entender por que isso ocorreu.

A agência meteorológica da Espanha, Aemet, não detectou nenhum "fenômeno meteorológico ou atmosférico incomum", tese que se espalhou entre os europeus, em uma declaração atribuída à operadora portuguesa REN, que a negou.

Sem precedentes
Segundo estimativas, 6,4 milhões de pessoas ficaram sem energia em Portugal e Espanha

Uma outra hipótese que se espalhou é a de que a queda seria atribuída à falta de energia nuclear – há dois meses, o governo espanhol fechou dois dos sete reatores nucleares em funcionamento no processo de transição energética e foi criticado pela extrema direita. ● AFP e AP

LEILÃO DE IMÓVEL
OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL

CASA EM LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA NO BAIRRO SIRIÚBA, ILHABELA/SP

Casa em terreno amplo com localização privilegiada, acesso direto pela Avenida Leonardo Reale, uma das principais vias da região. Situado no bairro Siriúba, rodeado por áreas verdes e praias deslumbrantes, como a Praia do Curral — uma das mais procuradas de Ilhabela. A região oferece fácil acesso ao centro da ilha, com variedade de mercados, escolas, hospitais e restaurantes.





ÁREA CONSTRUÍDA: 202,82M²

ÁREA DO TERRENO: 638,73M²

SOMENTE ONLINE 30/05 ÀS 11H

LANCE INICIAL: R$6.000.000





COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO

ILHABELA/SP. SIRIÚBA. UM TERRENO, SITUADO NO LOCAL DENOMINADO SIRIÚBA, NO MUNICÍPIO DE ILHABELA, NA AVENIDA LEONARDO REALE, Nº 3.093, COM ÁREA DE 638,73M² E ÁREA CONSTRUÍDA DE 202,82M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 35.869 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO SEBASTIÃO/SP E NA INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº DE 1002.3093.0010. OBS.1: O IMÓVEL ESTÁ SENDO LEILOADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, TANTO EM TERMOS FÍSICOS QUANTO EM TERMOS DOCUMENTAIS, CABENDO EXCLUSIVAMENTE AO COMPRADOR SE INFORMAR ANTECIPADAMENTE SOBRE TAIS ESTADOS E EFETUAR SEUS LANCES CONSIDERANDO POSSÍVEIS REGULARIZAÇÕES POSTERIORES AO LEILÃO. OBS.2: OS DÉBITOS DE IPTU, DEVERÃO SER APURADOS E PAGOS PELO ARREMATANTE, SEM DIREITO A REEMBOLSO. VALOR APROXIMADO DO IPTU ATÉ A PRESENTE DATA COTA ÚNICA É DE R$20.915,35. OBS.3: CASO HAJA CONSTRUÇÃO PENDENTE DE AVERBAÇÃO NO RI, FICARÁ DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE A DEVIDA REGULARIZAÇÃO. OBS.4: CONSTA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, PROCESSO Nº 0024751-62.2011.8.26.0100 ,EM TRÂMITE NA8ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP E DUAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL – DÍVIDA ATIVA DA 1ª VARA DO FORO DE ILHABELA/SP SOB O Nº 1501898-09.2023.8.26.0247 E 1500042-44.2022.8.26.0247. O VENDEDOR RESPONDE PELO RESULTADO DA AÇÃO, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS E LIMITES ESTABELECIDOS NAS CONDIÇÕES DE VENDA DOS IMÓVEIS CONSTANTES DO EDITAL. OBS. 6: IMÓVEL É OBJETO DE INVENTÁRIO, NA QUAL A AACD TEM 50% COM OUTRA ENTIDADE QUE TAMBÉM TEM 50%. A VENDA SE EFETIVADA, OCORRERÁ MEDIANTE DEPÓSITO DO VALOR EM JUÍZO. DESOCUPADO. AGENDE SUA VISITA OU TIRE SUAS DÚVIDAS. TELEFONE: (11) 2464-6460 / CELULAR: (11) 97777-0753/ E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.SODRESANTORO.COM.BR

OS VALORES ARRECADADOS SERÃO DESTINADOS À AACD E ÀS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS DE SAÚDE

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Ataque na Caxemira

Índia dá 'liberdade total' às forças armadas

O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, deu 'liberdade total' às forças armadas para decidir como e quando responder ao ataque que matou 26 pessoas na Caxemira, na semana passada. Nova Délhi acusou o Paquistão de envolvimento e impôs medidas punitivas. Islamabad negou e também retaliou o país vizinho. ●

RIZWAN TABASSUM/AFP



Síria

Confrontos religiosos deixam 14 mortos

Confrontos em um subúrbio de Damasco, capital da Síria, entre combatentes drusos e grupos pró-governo deixaram ontem 14 mortos. A violência foi desencadeada pela circulação de uma gravação de áudio, atribuída a um druso, que continha insultos religiosos, segundo a ONG Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH). ●

Ditadura no Caribe

Cuba prende opositores 3 meses após libertação negociada com Vaticano

José Daniel Ferrer e Félix Navarro Rodríguez foram acusados de descumprir condições da condicional

HAVANA

Dois dos dissidentes cubanos soltos em liberdade condicional em janeiro, sob um benefício concedido a mais de 500 prisioneiros como um gesto ao papa Francisco, foram presos novamente ontem. Um comunicado do Supremo Tribunal Popular anunciou que as liberdades de Félix Navarro Rodríguez, de 72 anos, e José Daniel Ferrer, de 54, um histórico líder opositor, foram revogadas sob a alegação de que ambos não cumpriram as condições impostas.

Eles estavam em liberdade condicional desde janeiro, como parte de um acordo entre Cuba e o Vaticano, após a decisão do então presidente dos EUA, Joe Biden, de retirar a ilha da lista de países patrocinadores do terrorismo. Ao retornar à Casa Branca, Donald Trump voltou a incluir Cuba na lista.

Ao reagir ontem à revogação da liberdade condicional de ambos, o Departamento de Estado dos EUA condenou o "tratamento brutal e a detenção injusta de patriotas cubanos". "Pedimos a libertação imediata das centenas de presos políticos e de consciência detidos injustamente", disse a porta-voz Tammy Bruce.

Navarro foi condenado a 9 anos de prisão, em 2021, por desordem pública, desacato e agressão, e foi libertado em 18 de janeiro. Segundo o tribunal da cidade de Perico, na Província de Matanzas – a 200 quilômetros da capital –, ele saiu do município sete vezes sem autorização do juiz.

No caso de Ferrer, sua fiança foi revogada por ele não comparecer ao tribunal em diversas datas em que foi intimado. Ferrer cumpria uma pena de 4 anos e 6 meses, determinada em 2020, por agressão a outra pessoa. A sentença inicialmente não envolvia confinamento prisional, mas um tribunal ordenou sua reintegração em 2021.

Em 16 de janeiro, ele foi libertado pelo tribunal municipal de Santiago de Cuba – a cerca de 800 quilômetros de Havana –, mas não compareceu perante o juiz, conforme as instruções, diz o comunicado.

MANIFESTAÇÕES. Tanto Navarro quanto Ferrer têm uma longa história de oposição política. As tentativas da agência Associated Press de contatá-los não tiveram sucesso. O Conselho para a Transição Democrática, um grupo de várias organizações de oposição, afirmou que uma "operação violenta" ocorreu ontem na sede da União Patriótica de Cuba, liderada por Ferrer, que o dissidente foi preso com outras três pessoas. O conselho também confirmou a prisão de Navarro em sua casa na cidade de Perico.

No início de janeiro, o próprio presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, divulgou uma carta ao papa Francisco na qual relatou a libertação gradual de 553 cidadãos por razões humanitárias, como um gesto para o ano jubilar – um momento de reconciliação na tradição católica.

A maioria dos 200 presos políticos registrados pelas ONGs está ligada às manifestações de julho de 2021, quando milhares foram às ruas para protestar contra as más condições de vida e a escassez de suprimentos, algumas exigindo mudanças no governo. ● AP e AFP

YAMIL LAGE/AFP



Dissidente cubano Jose Daniel Ferrer concede entrevista em 2016

EUA
Joe Biden tirou ilha da lista de países patrocinadores do terrorismo, mas Trump voltou a incluí-la

PLANETA ELÉTRICO





A MAIOR PLATAFORMA DE CONTEÚDO SOBRE ELETROMOBILIDADE DO PAÍS

CANAL EXCLUSIVO REÚNE CONTEÚDO MULTIMÍDIA SOBRE OS RUMOS DA MOBILIDADE ELÉTRICA NO BRASIL E NO MUNDO, COM INICIATIVAS RELEVANTES, OPORTUNIDADES E DESAFIOS SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.

ACESSE E ACOMPANHE



Realização: ESTADÃO 150 Mobilidade ESTADÃO

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO



Andrés Oppenheimer

Desastre econômico e fuga de aliados

O presidente Donald Trump, que prometeu consertar a economia e alcançar um acordo de paz entre Rússia e Ucrânia no primeiro dia da presidência, completa 100 dias no cargo e até mesmo alguns de seus apoiadores mais ativos admitem que seu segundo mandato tem sido um desastre.

O índice de ações S&P 500 caiu 10% nesses primeiros três meses, o pior declínio no período de qualquer presidente dos EUA desde a Grande Depressão, de acordo com o Dow Jones Market Data. As tarifas sobre países amigos e hostis, que o presidente foi forçado a reverter parcialmente, diante de uma onda de críticas, levaram o FMI a prever uma desaceleração econômica global. O FMI agora projeta que o crescimento econômico global cairá de 3,3% para 2,8% este ano.

O turismo internacional aos EUA caiu significativamente. Notícias de alemães e canadenses presos durante as deportações em massa de Trump assustaram muitos visitantes.

IMAGEM. Em vez de aumentar o respeito global pelo governo americano, as promessas de Trump de comprar a Groenlândia, tomar o Canal do Panamá e transformar o Canadá no 51.º Estado dos EUA fizeram do presidente motivo de chacota no mundo.

Enquanto isso, a China não poderia estar mais feliz com o rompimento de Washington com seus aliados tradicionais e os cortes quase totais na ajuda externa dos EUA e nos programas de apoio à democracia na África e na América Latina.

> *Não será fácil restaurar a credibilidade dos EUA após 100 dias de governo errático*

No cenário interno, os ataques de Trump às instituições democráticas têm aumentado quase diariamente. Uma nova pesquisa da Fox News, emissora que apoia Trump fervorosamente, mostra que 55% dos americanos desaprovam o desempenho geral do presidente, enquanto 44% aprovam.

REVERSÃO. Na verdade, Washington deve muito de seu poder econômico à percepção internacional de que os EUA são um país com instituições fortes, não à mercê dos caprichos do atual ocupante da Casa Branca. Os latino-americanos sempre economizaram em dólares porque consideram a moeda americana um porto seguro contra a instabilidade. Mas agora muitos estrangeiros começaram a vender dólares e títulos do Tesouro dos EUA para diversificar suas poupanças.

Eu não ficaria surpreso se Trump, diante do desastre que causou, continuasse a recuar e a reduzir suas tarifas. Mas o dano já está feito. Não será fácil restaurar a credibilidade dos EUA após esses primeiros 100 dias de governo errático. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● QUA. Andrés Oppenheimer ● SÁB. Fareed Zakaria ● DOM. Lourival Sant'Anna

---

Comício

Trump marca 100 dias de governo com ataques a juízes e opositores

Em discurso em Michigan, republicano chama magistrados de 'comunistas' e os acusa de tentar usurpar os poderes presidenciais

ALEX BRANDON/AP



Donald Trump discursa em Warren, Michigan; fala foi marcada por distorções e desinformações

DETROIT, EUA

O presidente dos EUA, Donald Trump, marcou ontem os primeiros 100 dias de seu governo com um comício em Warren, no Estado de Michigan. O roteiro do discurso incluiu os melhores hits da campanha: ataques a juízes e oponentes, defesa dos poderes presidenciais e dos cortes de funcionários federais, eliminando o que ele chama de "burocratas incompetentes e desnecessários do estado profundo", além de se colocar como vítima da esquerda radical.

Durante mais de duas horas, Trump retomou uma linguagem incendiária para atacar os juízes federais que bloquearam seus decretos, considerando-os ilegais ou inconstitucionais. Após chamá-los de "comunistas", ele reclamou que os magistrados "*estão tentando tirar os poderes presidenciais*".

Outra coisa que não faltou na noite de ontem foram as distorções e desinformações. Trump disse que o preço dos ovos havia caído 87% e os da gasolina estavam abaixo de US$ 2 por galão em três Estados. Nenhuma das afirmações é verdadeira. Segundo o *New York Times*, o preço médio dos ovos no atacado caiu cerca de 50% desde a posse, mas o preço dos ovos no varejo subiu de US$ 4,95, em janeiro, para US$ 6,23 em março. Em nenhum Estado americano o preço médio da gasolina por galão está abaixo de US$ 2, de acordo com a AAA, que monitora o setor.

IMIGRAÇÃO. O presidente americano aproveitou também para pintar os migrantes como "monstros" e criminosos violentos, exibindo vídeos que mostravam com orgulho a repressão à imigração. "Assinei a Lei Laken Riley (*que facilita a deportação de imigrantes sem julgamento*). Nas últimas semanas, os agentes prenderam milhares de estupradores, assassinos, sequestradores, traficantes de drogas e ladrões", disse.

Trump destacou ainda o acordo com o presidente salvadorenho, Nayib Bukele, que possibilitou o envio de imigrantes para uma prisão de segurança máxima em El Salvador. E exibiu o vídeo que mostra um suposto integrante de gangue sendo deportado para o país da América Central, sob gritos e aplausos da multidão de apoiadores. "O Partido Democrata radical está correndo em defesa de alguns dos selvagens mais violentos da face da Terra", disse.

Ele aproveitou o discurso para reforçar o apoio ao secretário da Defesa americano, Pete Hegseth, pressionado a deixar o cargo após divulgar planos militares em grupos no aplicativo de mensagem Signal. Um deles incluiu por engano o editor-chefe da revista *The Atlantic*. O outro tinha sua mulher, seu irmão e o advogado pessoal do chefe do Pentágono.

> *"Nas últimas semanas, os agentes prenderam milhares de estupradores, assassinos, sequestradores, traficantes de drogas e ladrões"*
> **Donald Trump**
> **Presidente dos EUA**

"Tenho confiança nele. As notícias falsas o perseguem, mas ele é durão. Eles não sabem o quanto ele é duro", disse Trump, que tem se recusado a demitir o ex-apresentador da Fox e atribuído o escândalo a delatores insatisfeitos com as mudanças no Pentágono.

DECRETOS. O jornal *Washington Post* publicou ontem reportagem afirmando que funcionários do Departamento de Justiça estão discutindo maneiras de remover acampamentos de moradores de rua e aumentar hospitalizações involuntárias de pessoas com doenças mentais.

Membros do alto escalão do Departamento de Justiça enviaram a funcionários do Escritório de Programas de Justiça um e-mail com oito perguntas sobre o tema. "O que o Departamento de Justiça pode fazer para transferir com mais eficiência os moradores de rua do espaço público para um lugar mais concentrado, para que a ordem possa ser restaurada e os recursos e serviços possam ser implantados de forma mais eficaz?", dizia uma das perguntas.

Trump tem criticado moradores de rua e doentes mentais que vivem em vias públicas. O governo começou a desmontar políticas que priorizam a colocação de pessoas em moradias antes de tentar encaminhá-las para serviços de saúde mental ou tratamentos de dependência química. ●

NYT e WP

Crime organizado

PF prende 23 por tráfico de drogas em veleiros do PCC para Europa e África

Investigação teve início após apreensão em barco pela Marinha dos EUA, perto da África; Justiça Federal ordenou bloqueio e apreensão de bens de até R$ 1,32 bilhão

FAUSTO MACEDO
RAYSSA MOTTA

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Narco Vela para reprimir tráfico internacional de drogas com o uso de veleiros e barcos que seguiam do Porto de Santos, litoral paulista, para Europa e África. O trabalho contou com ações do DEA (departamento antidrogas dos EUA), da Marinha dos EUA, da Guarda Civil Espanhola e da Marinha Francesa.

A investigação da PF começou a partir de uma comunicação do DEA sobre a apreensão de 3 toneladas de cocaína em fevereiro de 2023, no veleiro 'Lobo IV', que foi abordado pela Marinha Americana em alto-mar, próximo do continente africano. Na ocasião, foi preso Flávio Pontes Pereira.

Com base nas informações do DEA, a PF identificou a participação de Leandro Ricardo Cordasso, ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC), que "mantinha relação de afinidade com Rodrigo Felício, o Tico, e Levy Adriani Felício, o Mais Velho, ambos integrantes da facção".

No tráfico, eram usados satélites e embarcações com autonomia para travessias oceânicas, incluindo veleiros. Mais de 300 federais e 50 policiais militares de São Paulo cumpriam ontem 4 mandados de prisão preventiva, 31 de prisão temporária e 62 de busca e apreensão, em São Paulo, Rio, Maranhão, Pará e Santa Catarina. Até ontem, 23 investigados haviam sido presos. Além de prisões e buscas, a Justiça Federal determinou bloqueio e apreensão de bens até o valor de R$ 1,32 bilhão. Outros carregamentos também foram interceptados em águas internacionais por Guarda Civil Espanhola e Marinha Francesa.

APREENSÕES. A operação teve ordem do juiz federal Roberto Lemos dos Santos Filho, da 5.ª Vara Criminal Federal de Santos, litoral paulista, onde está o maior porto da América Latina e por onde o PCC despachou a maior parte da droga para o exterior. Lemos mandou prender 35 suspeitos amparado em um relatório do Grupo Especial de Investigações Sensíveis, braço da Superintendência Regional da PF em São Paulo, que registra apreensão, em operações distintas nos últimos três anos, de pelo menos 8 toneladas de cocaína, carga avaliada em cerca de R$ 1,54 bilhão.

Pelo menos quatro suspeitos estão fora do País. Roberto Lemos decretou a prisão preventiva de Peterson Rodrigues da Silva, Soufyan Hossam El Dani, Wellington Salustre e Flávio Pontes Pereira. "Expeçam-se mandados de prisão preventiva, devendo constar destes o compromisso de se requisitar a extradição dos investigados presos." O juiz mandou incluir os nomes dos quatro na Difusão Vermelha da Interpol – o index dos mais procurados em todo o mundo.

'Primeiro golpe'
Em fevereiro de 2023, o veleiro Lobo IV foi interceptado pela Marinha com 3.082 kg de cocaína

A Narco Vela aponta para a ligação de duas empresas de comércio exterior e apoio marítimo com o esquema de alcance internacional do PCC. As empresas são controladas por quatro investigados.

Ao longo das investigações, ocorreram oito grandes apreensões de cocaína transportadas em embarcações, como veleiros, barcos pesqueiros e navios cargueiros. O primeiro golpe no tráfico foi em fevereiro de 2023, quando o veleiro Lobo IV foi interceptado com 3.082 kg de droga. Flávio Pontes Pereira foi preso e interrogado pelas autoridades americanas. Seus relatos foram reportados pelo DEA à PF brasileira detalhando outro carregamento de cocaína por via marítima e levaram à identificação de Leandro Ricardo Cordasso, "pessoa que possui vínculos com o PCC". A quebra do sigilo de celulares e de e-mails, principalmente com relação a terminais telefônicos ligados a Pereira, possibilitou identificar o grupo responsável pela logística de comunicações via satélite, utilizadas para travessias oceânicas.

Em outra operação, em julho de 2022, a PF já havia confiscado 1,9 tonelada de cocaína a bordo do veleiro Vela I. Outras embarcações – Batuta IV e Eros, a última com 2.400 kg de cocaína – foram recolhidas em abril e maio de 2024. Ainda em maio de 2024, os federais apreenderam 560 quilos de cocaína em Belém e flagraram "atos preparatórios" para uso do veleiro Obelix, além de abordar a lancha Albatroz 2, também na capital paraense.



POLÍCIA FEDERAL
Droga apreendida em embarcação pela Guarda Civil Espanhola

NÚCLEOS. O avanço das apurações resultou na identificação de quatro núcleos ligados ao tráfico internacional de drogas e/ou de lavagem de capitais, assim nominados: Grupo Baixada Santista, Grupo Limeira, Grupo Eros e Grupo Batuta IV (logística). O Baixada Santista é definido pela PF como "com ampla experiência na logística marítima voltada ao transporte de grandes quantidades de cocaína, cujo modus operandi compreende desde o planejamento e execução da comunicação via satélites até a realização de operações complexas de transbordo da droga para embarcações de diferentes tipos". "No centro dessa engrenagem criminosa figura Marco Aurélio de Souza, o Lelinho, apontado como um dos principais articuladores do tráfico marítimo na costa brasileira", diz a PF. Lelinho é proprietário de diversas embarcações, responsável direto por uma empresa de serviços marítimos e controla uma outra, de comércio exterior.

A investigação destaca que foi constituído um subgrupo operacional com atuação voltada à Região Norte do País, "possivelmente como estratégia para se esquivar da crescente fiscalização nas imediações do Porto de Santos". Esse núcleo passou a operar intensamente no Maranhão e no Pará. Essa etapa da apuração, que incluiu a quebra do sigilo do celular de Klaus Motta, levou ao nome de Gabriel Gil, o Jogador, "membro de destaque do PCC".

O Grupo Limeira, supostamente liderado por Leandro Cordasso, advogado estabelecido naquele município do interior de São Paulo, "está diretamente vinculado às travessias ilícitas realizadas pelos veleiros Vela I e Lobo IV". A PF apurou que Cordasso "estabeleceu laços familiares com integrantes associados ao PCC, o que possivelmente resultou em seu envolvimento direto em duas operações de tráfico internacional de drogas que culminaram na apreensão de mais de 5 toneladas de cocaína em águas internacionais." O advogado foi casado com Pamela Felício Cordasso, filha de Adriana Felício, que é irmã de Rodrigo Felício, o Tico, e de Levi Andrade Felício, o Mais Velho. Os dois são reconhecidos nacionalmente por sua estreita relação com o alto escalão do PCC, diz a PF.

Em números

8 toneladas
de cocaína foram apreendidas nos últimos três anos em operações distintas, segundo registrado em relatório do Grupo Especial de Investigações Sensíveis, da Polícia Federal

R$ 1,54 bilhão
é o valor aproximado da carga apreendida

Foram identificados laranjas associados aos telefones satelitais adquiridos para as travessias dos veleiros Vela I e Lobo IV. Sobre o Grupo Eros, a PF diz que recebeu esse nome graças à ligação dos suspeitos com o veleiro Eros, depois rebatizado Diana II. A PF suspeita de que os membros do Eros fizeram "empreitada criminosa transoceânica, culminando no transporte ilícito de aproximadamente 2,5 toneladas de cocaína". A carga, porém, foi apreendida pela Marinha Francesa em setembro de 2023. "Não obstante a apreensão da substância entorpecente, por razões atinentes à legislação francesa, os tripulantes foram liberados e retornaram ao território nacional, permanecendo impunes naquele país", acentua o documento da PF.

Investigação da PF
Aponta para ligação de 2 empresas de comércio exterior e apoio marítimo com o esquema do PCC

O Grupo Batuta IV cuidava do núcleo logístico. "Tal núcleo apresenta conexões técnicas e operacionais com o grupo liderado por Marco Aurélio de Souza, o Lelinho, notadamente pela utilização de equipamentos de comunicação satelital vinculados à empresa Jacksupply Assessoria de Bordo e Comércio Exterior, já amplamente identificada como braço logístico daquele grupo criminoso", diz a PF. Outro advogado, conhecido como Doutor, tinha papel de confiança na organização criminosa, diz o relatório. Ele atuava como "uma espécie de assessor jurídico estratégico".

Ao representar pela decretação da prisão dos investigados, a PF argumentou "estarem todos envolvidos diretamente nas operações de tráfico internacional de drogas" e alertou para o risco de destruição e manipulação de provas. ●

Crime organizado

Autoridades federais e de SP veem fim da trégua entre o PCC e o CV

Facções teriam celebrado um acordo em fevereiro, mas há informações de que o pacto de não agressão chegou ao fim

ÍTALO LO RE
PAULA FERREIRA
BRASÍLIA

REPRODUÇÃO TV GLOBO-8/4/2025



Operação contra facções criminosas no Rio; promotor acredita que as disputas locais limitam acordos

Autoridades federais e de São Paulo monitoram o fim da trégua entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). O **Estadão** apurou que chegou ao conhecimento do Ministério da Justiça e Segurança Pública informações que indicam que o acordo entre as duas facções, principais grupos criminosos do País, chegou ao fim.

Em fevereiro, relatório de inteligência da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) revelou a existência de uma suposta aliança, de forma a que se suspendessem as mortes entre os grupos. Quando a aproximação foi celebrada, a intenção era sobretudo flexibilizar o tratamento dado atualmente a líderes no sistema penitenciário federal. Um integrante do alto escalão da Polícia Militar paulista ouvido sob reserva pelo **Estadão** aponta que a repercussão dessa aproximação, porém, levou dúvidas a integrantes do PCC e do Comando Vermelho, uma vez que há dificuldades, para quem está nas ruas, de se comunicar com as lideranças.

ROMPIMENTO. "Recebi vários comunicados, que vieram de várias fontes da polícia, e também dos Ministérios Públicos. Seja do lado do PCC, com o comunicado falando sobre o fim da trégua, seja do Comando Vermelho", disse ao **Estadão** o promotor paulista Lincoln Gakiya, que investiga o PCC há 20 anos.

"Eu já não acreditava, desde o início, que essa trégua seguiria adiante, porque tanto o PCC quanto o Comando Vermelho têm interesses comuns, que são rotas (*de venda de drogas*) disputadas, principalmente na Região Amazônica, ou disputas por pontos de tráfico. Dificilmente alguém abriria mão simplesmente por haver determinação da cúpula", afirma Gakiya.

Além disso, um nome forte do Comando Vermelho, que para alguns seria o próprio Marcinho VP, não teria aceito o acordo, conforme o Ministério da Justiça. Segundo fontes da área, um possível fim da trégua chegou ao ministério, que agora monitora a movimentação criminosa. Até o momento, no entanto, as informações ainda não foram validadas pela área de inteligência da pasta ou do Senappen.

O PCC e o Comando Vermelho, oriundos respectivamente de São Paulo e Rio, são as duas maiores facções criminosas do Brasil, têm capilaridade em todo o País e conexões com o narcotráfico internacional. Ao **Estadão**, em março, o secretário de Políticas Penais do ministério, André Garcia, não confirmou a existência de trégua, mas disse haver "indícios, de algum tempo para cá, de tentativas desses acordos em função da representação judicial, estratégias de ataques judiciais". Na época, ele disse que autoridades brasileiras haviam acabado de retornar de São José da Costa Rica para defender a qualidade e a necessidade do modelo de presídios federais para o Brasil.

Para Gakyia, pesou ainda o fato de que, no CV, os grupos da facção nos Estados têm certa autonomia. "Nem todas as ordens que são determinadas pelo comando central, pelo conselho do Rio de Janeiro, acabam acatadas pelos Estados. É exatamente isso que levou ao fim desse acordo."

Como o **Estadão** mostrou ainda no ano passado, PCC e Comando Vermelho têm integrantes presos em quase todos os Estados. Outro relatório da Senappen, de 2024, já havia mostrado aliança desses grupos com facções locais, o que capilariza o poder do crime.

Avanço de rotas de tráfico
Facções chegaram a ter 'convivência equilibrada' até 2016; depois, houve conflito nas cadeias

HISTÓRICO DE MORTES. As duas facções chegaram a manter uma "convivência equilibrada" até 2016, em uma fase de expansão das rotas de tráfico pela América do Sul, mas a situação mudou no ano seguinte. E em 2017 o Brasil teve um recorde de mortes com 64 mil homicídios. Por trás do número, estava a escalada dos confrontos dentro das cadeias, com massacres no Amazonas e no Rio Grande do Norte. ●

COLABOROU JOSÉ MARIA TOMAZELA

CPI das Bets prende empresário por falso testemunho

VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

A CPI das Bets, do Senado, prendeu, durante a sessão de ontem, o empresário Daniel Pardim Tavares Gonçalves, sob a acusação de falso testemunho. Ele era ouvido na condição de testemunha e se negou a detalhar participação na empresa Peach Blossom River Technology. Após a prisão, a reunião da CPI foi encerrada.

A prisão foi pedida pela relatora da comissão, Soraya Thronicke (Podemos-MS), e aceita pelo presidente do colegiado, Hiran Gonçalves (PP-RR). Daniel Pardim aparece oficialmente como responsável pela Peach Blossom, empresa investigada por envolvimento com jogo de apostas ilegais e suposta participação em esquema de lavagem de dinheiro.

A defesa dele, liderada pelo advogado Lucas Monteiro Faria, afirma que não foi respeitado o direito ao silêncio e a condição de testemunha de Pardim. E classificou o episódio como abuso de autoridade.

Apesar da ligação formal com a empresa, Faria disse que Daniel Pardim é um "mero cozinheiro". Na CPI, ele se apresentou como alguém formado em Gastronomia. Nas investigações, porém, é apontado como um "laranja" da advogada Adélia de Jesus Soares, outra investigada por suspeita de envolvimento com apostas ilegais. Ela também foi convocada para a sessão, mas não compareceu. Hiran Gonçalves disse que ela será chamada coercitivamente para prestar depoimento.

O interrogado evitou responder às perguntas de senadores sobre a empresa. Também afirmou desconhecer Adélia Soares. A Peach Blossom tem participação na Playflow, empresa que registra Adélia Soares como administradora.

Segundo uma investigação da Polícia Civil do Distrito Federal, a Playflow contribuiu para que um grupo chinês operasse jogos ilegais no Brasil. Com sede no exterior, ela também serviria para orientar brasileiros sobre como faturar com esquemas de apostas que não cumprem a legislação.

Prorrogação prevista
Comissão tem final marcado para hoje, com questionamentos sobre a falta de resultados

Para senadores, seria impossível Daniel Pardim, ao mesmo tempo, ser o responsável pela Peach Blossom e desconhecer Adélia. A contradição foi interpretada como uma mentira, o que é proibido a quem é interrogado como testemunha. A defesa dele reiterou que o cozinheiro desconhece Adélia. Segundo o advogado, Pardim não é alvo de investigações, mas a opção por não esclarecer as questões apresentadas se deu por não ter acesso às "acusações" preparadas contra ele.

A relatora Soraya Thronicke levantou a suspeita de que os advogados de Pardim seriam, na verdade, advogados que atuam pelos interesses de Adélia. O interrogado foi perguntado sobre como remunerava os três profissionais que o acompanhavam e foi orientado por um deles a responder "pro bono", ou seja, sem custos.

"Se tem alguém pagando para ele e o senhor não está defendendo o seu cliente, o senhor também se compromete. O senhor tem a obrigação de defender o seu cliente que está sentado aqui, e não quem está pagando", afirmou a senadora.

Segundo Lucas Faria, ele foi chamado para atuar no caso por uma amiga que já havia feito trabalhos para a família de Daniel Pardim. A pena prevista para o crime de falso testemunho varia de 2 a 4 anos. Por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, prevê liberação rápida.

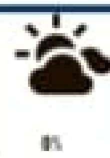
CONTEXTO. O delegado Lucimério Campos, responsável pela operação Game Over, em Alagoas, afirmou à CPI das Bets no dia 23 que o combate a apostas ilegais precisa de leis atualizadas e mais rígidas. Segundo a Agência Senado, para denunciar influenciadores que fazem propagandas enganosas, ele utilizou uma lei de 1950, que prevê punição de apenas 2 anos.

Iniciada em novembro, a CPI das Bets tem final marcado para hoje, com questionamentos sobre a falta de resultados. Mas há um acordo para prorrogação dos trabalhos por mais 45 dias. ●

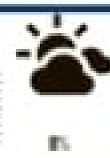
PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 29/04



HOJE: MANHÃ 17° — 0%



HOJE: TARDE 19° — 0%



HOJE: NOITE 16° — 0%

VOLUME DE CHUVA 0MM

UMIDADE RELATIVA 60 a 100%

AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
15°/22°	16°/24°	15°/26°	18°/25°

SOL



NASCENTE: 6h25
POENTE: 17h41

LUA: NOVA

NOVA	27/04	16h31
CRESCENTE	04/05	10h51
CHEIA	12/05	13h56
MINGUANTE	20/05	8h58

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)



Fonte dos dados: meteoblue®



Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.	Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	0%	0mm	24°C/30°C	MACEIÓ	0%	0mm	24°C/31°C
BELÉM	90%	9mm	25°C/28°C	MANAUS	80%	7mm	25°C/29°C
BELO HORIZONTE	60%	4mm	18°C/21°C	NATAL	0%	0mm	25°C/29°C
BOA VISTA	50%	5mm	26°C/30°C	PALMAS	45%	0mm	24°C/32°C
BRASÍLIA	100%	7mm	18°C/23°C	PORTO ALEGRE	0%	0mm	13°C/19°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	14°C/25°C	PORTO VELHO	80%	7mm	24°C/29°C
CUIABÁ	10%	0mm	24°C/28°C	RECIFE	0%	0mm	26°C/30°C
CURITIBA	20%	0mm	12°C/18°C	RIO BRANCO	60%	9mm	23°C/26°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	16°C/22°C	RIO DE JANEIRO	15%	0mm	22°C/23°C
FORTALEZA	25%	0mm	25°C/30°C	SALVADOR	25%	0mm	25°C/29°C
GOIÂNIA	25%	2mm	20°C/26°C	SÃO LUÍS	90%	8mm	25°C/30°C
JOÃO PESSOA	0%	0mm	25°C/28°C	TERESINA	35%	5mm	25°C/31°C
MACAPÁ	75%	0mm	25°C/29°C	VITÓRIA	50%	2mm	22°C/25°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	13°C/25°C	LOS ANGELES	-4h	13°C/20°C
ATENAS	+6h	13°C/17°C	MADRID	+5h	13°C/21°C
BARCELONA	+5h	15°C/21°C	MIAMI	-1h	24°C/25°C
BERLIM	+5h	11°C/24°C	MONTEVIDÉU	0h	12°C/20°C
BRUXELAS	+5h	11°C/24°C	MOSCOU	+6h	5°C/8°C
BUENOS AIRES	0h	15°C/21°C	NOVA YORK	-1h	16°C/22°C
CARACAS	-1h	21°C/28°C	PARIS	+5h	11°C/24°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	18°C/24°C	ROMA	+5h	14°C/26°C
ESTOCOLMO	+5h	7°C/12°C	SANTIAGO	-1h	7°C/17°C
GENEBRA	+5h	11°C/23°C	SYDNEY	+13h	14°C/18°C
JOANESBURGO	+5h	11°C/22°C	TEL-AVIV	+6h	18°C/23°C
LIMA	-2h	18°C/21°C	TÓQUIO	+12h	12°C/23°C
LISBOA	+4h	14°C/17°C	TORONTO	-1h	2°C/11°C
LONDRES	+4h	8°C/25°C	WASHINGTON	-1h	21°C/27°C

Clima

Feriado deve ter frio e pouca chuva em grande parte do Estado de SP

Temperatura estará em queda hoje e amanhã; para maio, a previsão meteorológica é de chuva dentro da média

RENATA OKUMURA

O Estado de São Paulo deverá registrar, de forma mais intensa, uma sequência de dias gelados ao longo deste feriado prolongado. As mínimas previstas para a capital paulista e para cidades do interior indicam temperaturas muito baixas, reforçando o cenário típico de outono, conforme prevê a Climatempo. Campos do Jordão (SP), por exemplo, terá mínimas entre 8°C e 10°C e máximas de 18°C a 20°C.

Com o frio mais intenso, a cidade de São Paulo pode registrar as mínimas mais baixas do ano. Até ontem, o recorde era de 15,4°C, registrado nos dias 6 e 22 de abril. Havia perspectiva de que esse recorde pudesse ser batido ainda na noite de ontem ou nesta madrugada.

"A expectativa é de queda ainda mais expressiva da temperatura hoje, com mínima prevista de 14°C, e novamente nesta quinta-feira de feriado, dia 1.º, quando a temperatura pode atingir 13°C, consolidando um novo recorde para 2025 até agora", afirma a empresa de meteorologia.

A semana iniciou com alterações climáticas importantes, com uma frente fria movendo-se para o Nordeste e influenciando o Sudeste, permitindo a entrada de uma massa de ar polar no Centro-Sul. A condição climática resultou em um clima mais seco e frio, com expectativa de que as temperaturas baixas e o tempo seco continuem nos próximos dias.

Além de São Paulo, o Mato Grosso do Sul também terá temperaturas mínimas mais baixas nesta semana, especialmente em cidades do sul do Estado. Na Região Sul do Brasil, as temperaturas serão as mais baixas do País em diversas localidades. "A previsão indica geada em várias áreas, reforçando a presença do ar frio intenso", afirma a Climatempo.

CHUVA. Esta semana também deve terminar marcada por pouca chuva na maior parte das regiões. "As exceções ficam para a faixa oeste do Rio Grande do Sul, o litoral de São Paulo, o norte paulista e o norte de Mato Grosso, onde ainda podem ocorrer pancadas isoladas", estima a Climatempo.

No restante do Centro-Sul, a tendência é de predomínio de sol, céu aberto e ar seco, especialmente a partir de hoje, o que tende a reforçar a sensação de frio nas primeiras horas do dia e temperaturas mais agradáveis à tarde, segundo os meteorologistas.

COMO SERÁ MAIO? A previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) para o mês de maio indica chuvas dentro da média climatológica em grande parte da Região Norte, exceto em áreas pontuais do Amazonas, centro-norte do Pará, além do Amapá e sul de Roraima, onde os volumes podem ultrapassar essa média. A região vem sofrendo com a chuva.

> **Nesta semana**
> **Além de São Paulo, Mato Grosso do Sul também terá mínimas mais baixas**

Para as Regiões Centro-Oeste e Sudeste, são previstas chuvas próximas e abaixo da média, com volumes inferiores a 150 mm. O mesmo ocorre em grande parte da Região Sul. Por fim, no Nordeste, as chuvas devem continuar acima da média no centro-sul do Maranhão, oeste do Piauí, mas principalmente na costa do Ceará até a Bahia, com precipitações acima de 150 mm. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra zeladoria no entorno do Metrô Sumaré

Reclamação de Denys Yamamoto: "No último ano, tenho acompanhado um aumento grande na insegurança no entorno do Metrô Sumaré. Muitas pessoas têm sido assaltadas na saída do Metrô. Eu mesmo fui perseguido uma vez por alguns meninos em bicicletas. Além disso, há quase seis meses, vejo um acúmulo grande de lixo e entulhos nas calçadas e canteiros nessa região. A Prefeitura e a Enel cortaram uma árvore aparentemente saudável na esquina da Rua Oscar Freire com a Rua Galeno de Almeida há quase seis meses e a chuva deu conta de derrubar outra árvore na mesma esquina. Gostaria de solicitar reforço no policiamento, zeladoria urbana e reposição arbórea."

Resposta da Prefeitura: "A Secretaria de Segurança Urbana realiza, com a Guarda Civil Metropolitana, o patrulhamento comunitário e preventivo 24 horas. O patrulhamento será intensificado. Já a Secretaria Municipal das Subprefeituras disse que realiza diariamente serviços de limpeza e varrição na Avenida Sumaré e na Rua Oscar Freire, além da limpeza semanal de bueiros nesses endereços. O plantio de nova muda na esquina da Oscar Freire está previsto para esta semana." ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Estradas de ferro

A bitola estreita

Velocidade adquirida em estradas de ferro de bitola estreita Estradas de ferro de Anvers d Gand

Esta linha, construida em 1842, com a bitola de (1m = , 10) um metro e dez centimetros, possue declives e curvas identicos aos usados em as grandes linhas de communicação; sendo o declive maximo de seis decimos por cento, e o raio minimo de curvas de oitocentos metros.

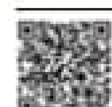
O trafego existente é consideravel e é feito com a mesma velocidade em uso nas outras vias ferreas belgas que são de bitola larga. ●



CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

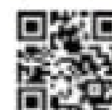
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

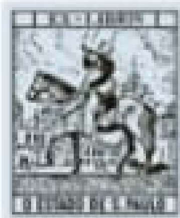
Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/



NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

NOTAS E INFORMAÇÕES

O prejuízo com a insegurança



Bem-vinda, a Trilha Interparques precisa oferecer sensação de segurança para vingar

Carente de áreas verdes, São Paulo ganhou recentemente uma trilha urbana de 182 quilômetros, a maior da cidade, que conecta unidades de conservação, represas e parques naturais na zona sul da capital. É, portanto, uma excelente notícia, festejada pelos paulistanos, como pudemos verificar nas manifestações de leitores deste jornal reunidas no *Tema do Dia* da edição de 20 de abril passado. No entanto, todos esses leitores foram unânimes em dizer que, apesar de felizes com a iniciativa, não pretendiam usufruir da novidade, por uma razão fundamental: a insegurança.

"A região é linda, mas o extremo da zona sul é muito violento, não tenho coragem", escreveu a leitora Sheila Bitencourt. Outra leitora, Edilaine Bompani, também lamentou: "Deve ser lindo, mas com certeza a segurança é zero".

Esse é um bom retrato da sensação de vulnerabilidade que muitos paulistanos têm em sua cidade. Ainda que a Trilha Interparques, como é chamado o circuito, tenha sido entregue com a promessa de vigilância 24 horas em alguns pontos, os moradores da capital desconfiam – um sentimento que só será mitigado quando o policiamento se fizer mais efetivo e presente e quando andar com o celular na mão deixar de ser perigoso.

É uma pena que o medo impeça o paulistano de usufruir de tudo o que a cidade tem para o lazer de seus moradores, como é o caso da Trilha Interparques, que oferece píeres com vista para a Represa Billings, um dos principais reservatórios de água da região metropolitana, torre de observação panorâmica para outra represa, a Guarapiranga, e áreas para piquenique.

O visitante também pode ver a transição da Mata Atlântica, bioma caracterizado por mata densa e exuberante, para o Cerrado, de vegetação mais baixa e esparsa. Acessível por diversos pontos, a Trilha Interparques pode ser percorrida a pé ou de bicicleta. De acordo com a Prefeitura, o percurso é sinalizado de modo que ninguém se perca em área de mata.

Ademais, projetos como a Trilha Interparques podem estimular a preservação ambiental. Nessa região específica, de grandes represas, um ganho potencial é a conscientização sobre a necessidade de fontes de água livres de poluição. E para a população local um parque desse tipo pode representar oportunidades econômicas que, como se sabe, não são abundantes nos extremos da capital paulista. Ou seja, todos têm a ganhar.

Para que todo esse potencial se realize, contudo, o poder público precisa atuar de maneira mais firme para dar aos usuários a segurança que eles esperam. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana afirmou que intensificou o patrulhamento da Guarda Civil Metropolitana em pontos estratégicos do parque, mobilizando 29 viaturas e 87 agentes. Parece insuficiente para uma rota de mais de 180 quilômetros, que atravessa regiões com altos índices de criminalidade.

Seria uma pena que a Trilha Interparques fosse preterida como programa familiar de lazer dos paulistanos em razão do medo. ●

LEILÃO IMPERDÍVEL

07/05 ÀS 10H00 SOMENTE ONLINE





5 VEÍCULOS DE PASSEIO: VW / 3 GOL 1.0 - 2007/13, 1 SPACEFOX - 2012/13 E 1 SANTANA - 2005 • 4 MOTOCICLETAS: HONDA / XRE 300 - 2014/15 • 2 ÔNIBUS: M. BENZ / O-400R - 1995/96 E APACHE A - 2003 • 2 CAMINHÕES: F350G - 2002/09 • 1 REBOQUE RECLAL CA RC - 2016 • 4 SUCATAS DE REBOQUES - 2006/11/19 • 1 TRATOR DE RODAS VALMET 785 - 2007 • SUCATAS MISTAS DIVERSAS (APROX. 13.830 ITENS) • 13 CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS • CONTENTORES • CAIXAS DE SOM (APROX. 100 ITENS) • SUCATAS DE CARRINHOS DE SUPERMERCADO (APROX. 150 ITENS).LOCALIZAÇÃO DOS LOTES E CONTATOS PARA O AGENDAMENTO OBRIGATÓRIO DE VISITA: Lotes 1/11/12/13/15/16 - Garagem Municipal: Rua Reinaldo dos Santos, 357, Glória, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 08h às 10h30 e das 13h às 16h - Tel.: (13) 3496-5748 - 3496-5679 - 3496-5681 - 3496-5683 - Sr. Jefferson/Sr. Amarildo; Lotes 2/3/4 - Estacionamento do Paço Municipal: Av. Pres. Kennedy, 9000, Mirim, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Sr. Carlos - Tel.: (13) 3496-2439; Lotes 5/6 - Garagem SEAS: Rua Emancipador Paulo Fefin, 775, Boqueirão, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h -Tel.: (13) 3496-5036 - Sr. Jorge; Lotes 7/8/9/10 - Sede SEASP: Av. Ministro Marcos Freire, 6.660, Quietude, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-5130 - Sr. Almir; Lote 14 - Garagem SEDUC: Rua Fernando Di Stefano, 160, Quietude, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 08h às 10h30 e das 13h às 16h - Tel.: (13)3496-1459 - Sr. Robson; Lote 17 - Depósito SETRAN: Rua Amália Bellotti Pastorello, 180, Sítio do Campo, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-5075 - Sr. Natalício; Lote 18 - Galpão da SESAP: Rua Itajubá, 245, Guilhermina, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-2420 - Sr. Clayton; Lotes 19/21/22 - Galpão do Patrimônio: Rua Adriano Dias dos Santos, 200, Cidade das Crianças / Av. Min. Marcos Freire, 6650, Quietude, ambos na Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-2012 - Sra. Júlia; Lote 20 - Terminal de Transbordo: Av. do Trabalhador, 2300, Vila Sônia, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13)3496-5624 - 3496-5676 - Sr. Amarildo; Lote 23 - Espaço Piaçabuçu: Av. Presidente Kennedy, 9000, Mirim, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-2012 - Sra. Júlia.

VEÍCULOS MATERIAIS SUCATAS

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



PRAIA GRANDE



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

Ambiente

STF prevê desapropriação por incêndio e desmate

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou ontem a desapropriação de imóveis rurais onde tenham ocorrido incêndios criminosos ou desmatamento ilegal, quando a responsabilidade do dono estiver devidamente comprovada.

A desapropriação deverá ser providenciada pelo governo federal e pelos Estados. A decisão do ministro foi proferida na ação na qual o STF determinou medidas para prevenção e combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal.

Para Dino, a Constituição permite a desapropriação de terras que não cumprem sua função social, mediante prévia e justa indenização com títulos da dívida agrária. Segundo o ministro, nos casos de incêndios e desmatamentos ilegais, a desapropriação pode ser autorizada pela falta de preservação do ambiente. ● FABIO GRELLET

Novo papa seguirá linha mais progressista de Francisco?

___ *Conclave pode escolher alguém muito diferente do pontífice argentino; o perfil depende do que se considera o maior desafio atual do catolicismo*

ARTIGO The Economist

A morte do papa Francisco ocorre em meio a um período convulsivo nas relações internacionais, no qual se esperava que o falecido pontífice desempenhasse um papel importante. Sua partida retira do cenário internacional um líder com grande poder de influência e uma visão nitidamente ambígua do novo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Embora nem todos de 1,4 bilhão de católicos romanos batizados do mundo sigam a orientação de seu líder espiritual em questões temporais, mesmo aqueles que discordam veementemente das opiniões do pontífice não podem ignorá-las.

Francisco dificilmente poderia ter dado um sinal mais claro de sua desaprovação dos planos de Trump para a deportação em massa dos imigrantes ilegais dos Estados Unidos. Em 19 de janeiro, ele chamou esses planos de "calamidade". De qualquer forma, o papa não era um grande admirador dos Estados Unidos ou do capitalismo desenfreado. Como latino-americano, ele tinha visto de perto alguns dos aspectos menos dignos de crédito da política externa americana.

Talvez mais do que qualquer um de seus antecessores, ele enfatizou que a doutrina social católica condenava não apenas o marxismo, mas também o liberalismo econômico sem controle. Seus pontos de vista ficaram evidentes menos de um ano depois de sua eleição, com a publicação de seu livro, *Evangelii Gaudium* (Alegria do Evangelho), no qual ele se insurgiu contra "uma economia de exclusão e desigualdade", acrescentando que "essa economia mata". Suas ideias sobre as mudanças climáticas estavam em desacordo com as de Trump e seu movimento. "Devemos nos comprometer com a proteção da natureza, mudando nossos hábitos pessoais e comunitários", disse ele no ano passado. A reação dos americanos conservadores às suas restrições e exortações variou de consternação a indignação. É profundamente irônico que a última figura internacional com quem ele se encontrou antes da morte tenha sido J.D. Vance, vice-presidente dos Estados Unidos.

No entanto, o falecido pontífice e Trump concordavam sobre o aborto e, em um grau mais sutil, sobre a necessidade de pôr fim aos conflitos na Ucrânia e em Gaza. Mas parecia improvável que essas concordâncias viessem a evitar um choque de valores e vontades. Pelo contrário, em 20 de dezembro, Trump nomeou Brian Burch, um crítico linha-dura de Francisco, como seu enviado à Santa Sé. O papa pareceu responder com a nomeação do cardeal Robert McElroy, defensor ferrenho dos imigrantes, como arcebispo de Washington, D.C. O cenário estava armado para o confronto.

Isso não acontecerá agora, a não ser, é claro, que os cardeais encarregados de eleger o sucessor de Francisco escolham um homem nos mesmos moldes. Para alguém de fora, isso pode parecer inevitável: de todos os 135 cardeais com menos de 80 anos que têm direito a voto no próximo conclave, apenas 27 não foram escolhidos por Francisco. Mas as eleições papais, que os católicos acreditam ser guiadas pelo Todo Poderoso sob a forma do Espírito Santo, costumam ser surpreendentes. Francisco foi escolhido em 2013 por um eleitorado quase inteiramente composto por cardeais nomeados pelos antecessores conservadores, João Paulo II e Bento XVI.

MOTIVOS. Há várias razões pelas quais um pontífice liberal não é uma certeza. Uma delas é circunstancial. Francisco foi arrancado "do fim do mundo", nas suas próprias palavras, e tinha uma propensão a nomear cardeais de lugares muito mais isolados do que sua terra natal, a Argentina. Entre aqueles que escolherão seu sucessor está o prefeito apostólico de Ulaanbaatar, capital da Mongólia. O resultado é que muitos dos cardeais eleitores não se conhecem. Eles podem, portanto, ser mais suscetíveis à influência de um lobby bem organizado. E nos escalões mais altos da Igreja Católica não há lobby mais bem organizado do que o dos cardeais conservadores americanos.

FRANCISCO SECO/AP



Francisco foi eleito para sacudir a administração do Vaticano. E cumpriu essa solicitação

Outro motivo é que nem todos os indicados por Francisco para o Colégio de Cardeais são progressistas. Na África, particularmente, são raros os bispos e arcebispos liberais. Em muitos casos, o falecido papa teve pouca escolha a não ser nomear o tradicionalista mais competente disponível. Isso talvez explique por que a África estará sub-representada no próximo conclave. A população católica do continente representa cerca de um quinto do total global. No entanto, os africanos representarão apenas um oitavo dos votos.

Outra consideração é a maneira pela qual os papas são escolhidos. Antes do conclave, os cardeais passam por vários dias de debates informais. Uma das razões é dar-lhes tempo para se conhecerem e decidirem quantos deles são papáveis. Isso será particularmente importante desta vez. Mas o outro motivo é tentar chegar a um acordo sobre a principal questão enfrentada pela Igreja no momento, para que ela possa ser usada como critério de seleção do próximo papa. Costuma-se dizer dentro e fora do Vaticano que, se os cardeais tivessem concordado em 2005 que o maior desafio do catolicismo era a disseminação do Islã, provavelmente teriam optado por Francis Arinze, um cardeal nigeriano. Em vez disso, decidiram que era a secularização da Europa, e então entregaram o cargo a um alemão, Joseph Ratzinger, que se tornou Bento XVI.

Francisco foi eleito para sacudir a administração do Vaticano e, em especial, para torná-la mais receptiva à igreja em geral. A intenção era reforçar a autoridade e a influência das assembleias de bispos que se reuniam no Vaticano para discutir questões específicas. O pontífice cumpriu a primeira dessas missões em 2022 com a publicação de uma nova constituição do Vaticano – resultado de nove anos de trabalho de um comitê de cardeais.

Mas a segunda continua sendo mais uma aspiração do que uma conquista, em grande parte porque Francisco não se mostrava disposto a ceder quando as assembleias, ou sínodos, chegavam a conclusões das quais ele não compartilhava.

O QUE SERÁ CONSIDERADO. O reforço dos poderes dos sínodos pode ser visto como a questão mais urgente. Mas existem várias outras possibilidades. Uma delas é a preocupação com a secularização crescente não apenas da Europa Ocidental e da América do Norte, mas também da Europa Oriental católica e da América Latina. Isso se deve, pelo menos em parte, a outra questão ainda premente: o efeito contínuo e debilitante de repetidos escândalos de abuso sexual de jovens pelo clero.

Outra é a ascensão da China, apesar de suas atuais dificuldades econômicas. Isso poderia justificar um prelado asiático. Qualquer que seja a questão escolhida, pode ser que um conservador seja mais adequado para enfrentá-la do que qualquer um dos progressistas – por mais papável que seja. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Cardeal barrado por Francisco desiste do conclave

O cardeal italiano Giovanni Angelo Becciu, condenado por desvio de verbas e despojado de seus privilégios pelo papa Francisco, informou ontem sua decisão de "obedecer" à decisão da Igreja Católica de vetá-lo do conclave que elegerá o próximo pontífice. A eleição começa no dia 7. Apesar de não estar na lista oficial de eleitores, ele mantém o título de cardeal e participa das reuniões preparatórias da sucessão.

A mudança ocorre após o cardeal Pietro Parolin apresentar a Becciu dois documentos assinados por Francisco que confirmavam o veto. Uma primeira carta datava de 2023 e a outra do mês passado, segundo informou o jornal *Domani*.

"Tendo no coração o bem da Igreja, à qual servi e continuarei servindo com fidelidade e amor, bem como para contribuir para a comunhão e serenidade do conclave, decidi obedecer, como sempre fiz", disse o cardeal em um comunicado. Ele nega as acusações.

Becciu, de 76 anos, foi uma das figuras mais poderosas do Vaticano, assessor de Francisco, e chegou a ser considerado papável. Isso antes de vir a público um escândalo de corrupção que envolvia a compra de uma propriedade em Londres por E$ 350 milhões com dinheiro da Igreja Católica. ● AFP

São Paulo

Justiça confirma prisão de auxiliar do HC por estupro

O funcionário foi preso em flagrante no domingo, após estuprar um paciente; hospital fez a denúncia à polícia

RENATA OKUMURA

A prisão de um auxiliar de enfermagem do Hospital das Clínicas suspeito de estupro foi convertida em preventiva ontem, de acordo com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O funcionário, de 31 anos, foi preso em flagrante no domingo, após estuprar um paciente de 39 anos que está internado na unidade. O processo tramita em segredo de Justiça. O nome do profissional não foi divulgado.

Em nota, o hospital afirmou que acionou a Polícia Civil após identificar um caso de violência cometido por um de seus colaboradores. Ele foi preso logo após a denúncia e imediatamente demitido por justa causa, segundo a direção.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO_26/3/2024



HC diz que funcionário foi imediatamente demitido

O hospital disse ainda que continuará colaborando com as investigações, além de oferecer suporte aos familiares do paciente. O caso foi registrado pelo 14.º Distrito Policial (Pinheiros).

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) também informou que está apurando o caso. "Diante de situações de possível infração ética, segue os ritos de apuração e as diretrizes da resolução Cofen 706/2022, além de reforçar seu compromisso com o exercício profissional de enfermagem seguro e livre de danos aos pacientes e cidadãos", disse a entidade.

Apuração em aberto
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo acompanha a investigações

Vinculado à Universidade de São Paulo (USP), o HC foi considerado o maior hospital da América Latina e, pelo terceiro ano consecutivo, foi a única instituição pública do Brasil a figurar no ranking global divulgado pela revista americana *Newsweek* com os melhores hospitais do mundo. ●

Contra o sarampo

Iniciativa continental busca ampliar vacinação

GABRIEL DAMASCENO

Países do continente americano vão fazer um esforço em conjunto ao longo desta semana para aumentar os índices de vacinação. A campanha, desenvolvida pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), começou no sábado e segue até o dia 3. O objetivo é aplicar 66,5 milhões de doses de imunizantes durante o período.

Essa iniciativa é especialmente direcionada para a imunização contra o sarampo, por causa dos surtos registrados em Estados Unidos, Canadá e México, com mais de 2,6 mil casos confirmados e 3 mortes. O número é três vezes maior do que o do ano passado.

Em abril, quando ocorreu o primeiro óbito em dez anos em decorrência da doença nos EUA, apenas 2% dos norte-americanos infectados tinham o esquema vacinal de duas doses completo. Outros 4% haviam tomado a primeira dose. Os demais, 94%, não haviam se imunizado ou não sabiam dizer se tomaram a vacina.

BRASIL. O cenário no exterior reforça a necessidade de imunização no País, segundo especialistas. "A reintrodução do vírus é algo esperado. O mundo não está livre do sarampo. A entrada de pessoas infectadas no Brasil já aconteceu e voltará a acontecer. O que precisamos evitar é que o vírus encontre um ambiente suscetível", disse Renato Kfouri, presidente do Departamento Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). "Talvez (*o sarampo*) seja a doença de maior transmissibilidade que conhecemos. Para cada caso, você pode ter 20 casos secundários." ●

E por aqui?
O cenário no exterior reforça a necessidade de imunização no País, segundo especialistas

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
APARTAMENTO DUPLEX

MORUMBI
SÃO PAULO-SP

12/05 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 277,17M²

LANCE INICIAL: R$852.500









APARTAMENTO DUPLEX Nº 131, LOCALIZADO NOS 13º E 14º ANDARES DO EDIFÍCIO STUDIUM VOGUE, SITUADO NA AVENIDA PRESIDENTE GIOVANNI GRONCHI, Nº 3.993, ESQUINA COM A RUA DOUTOR LAERTE SETUBAL, COM A ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 277,17M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB O Nº 25.555 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP E NA INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº170.148.0092-1. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL.: (11)2464-6460, CELULAR (11)9.7777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Eufrázio



Seleção brasileira

Real trava negociação e CBF desiste de contratar Ancelotti

Espanhóis cobrariam multa para liberar técnico antes do Mundial de Clubes; Jorge Jesus é a opção

JOSE BRETON/AP



Ednaldo se frustra novamente com Ancelotti; italiano não virá

MARCEL RIZZO

O acordo entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o técnico Carlo Ancelotti ruiu após o Real Madrid decidir fazer jogo duro para liberar o treinador antes do início do Super Mundial de Clubes, que será disputado entre 14 de junho e 13 de julho. A CBF queria o italiano já trabalhando no fim de maio.

O nome da vez agora volta a ser o do treinador português Jorge Jesus, com quem a CBF já manteve contato no início de abril, antes da possibilidade de contratar Ancelotti voltar a crescer. Ontem, o Al-Hilal, clube que Jesus treina na Arábia Saudita, caiu na semifinal da Champions League da Ásia. Com poucas chances de ser campeão nacional e com contrato vencendo no próximo mês de julho, a chance de Jesus sair do time neste momento cresce.

NEGOCIAÇÃO. A conversa entre os emissários da CBF e representantes de Ancelotti chegou até o limite. A entidade apresentou ao treinador italiano uma proposta de salário mensal de R$ 5 milhões, que o agradou. Já havia conversas sobre a equipe que trabalharia com o treinador no Brasil, ressaltando a necessidade de um profissional brasileiro experiente ao seu lado, provavelmente um ex-jogador da seleção.

Na tarde de ontem, Ancelotti finalmente se sentou para discutir com o Real Madrid sua saída – ele tem contrato com o clube espanhol até meados de 2026. Ouviu que o Real não o liberaria antes da disputa do Mundial de Clubes sem o pagamento da multa rescisória. Ou seja, o italiano teria que pedir demissão e indenizar o clube, o que não fará.

VERSÕES. Essa foi a versão apresentada diretamente por Ancelotti ao presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, em conversa por telefone. O **Estadão** apurou que dentro da confederação há, entretanto, a desconfiança de que Ancelotti possa ter recebido uma oferta maior de outro clube ou seleção. Por isso, a CBF nem cogitou assumir o valor de rescisão de Ancelotti.

Pela segunda vez em dois anos, a negociação com Carlo Ancelotti não se concretizou. Na primeira vez, o avanço não havia sido tão grande quanto dessa vez e o italiano decidiu renovar com o Real Madrid na ocasião.

Programação

Seleção deve se apresentar dia 2 de junho em São Paulo para treinos visando jogos com Equador e Paraguai

ELIMINATÓRIAS. No dia 18 de maio, a CBF tem que enviar uma pré-lista de jogadores convocados à Fifa para os jogos de junho das Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2026. No dia 5, o rival será o Equador, em Quito, e no dia 10 o Brasil recebe a seleção do Paraguai, na Neo Química Arena, em São Paulo.

A lista de jogadores não precisa ser assinada por um técnico. O documento pode ter a rubrica do diretor de seleções da entidade, Rodrigo Caetano, do coordenador Juan Santos ou até mesmo do presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues.

A convocação deve ser anunciada pela entidade no fim de maio, já que a apresentação dos jogadores em São Paulo será a partir de 2 de junho. Os treinamentos ocorrerão no centro de treinamento do Corinthians, antes e depois da viagem a Quito. Se Jesus de fato fechar, a CBF espera que ele esteja pronto para assumir antes de junho. ●

Brasil vai de amarelo e azul na Copa, diz CBF

Em meio à confusão causada pela informação do site *Footy Headlines*, de que a camisa reserva da seleção brasileira para a disputa da Copa do Mundo de 2026 seria na cor vermelha, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) afirmou ontem, em contato com o **Estadão**, que a equipe usará no próximo Mundial as suas camisas tradicionais – a titular amarela e a reserva azul.

A entidade, contudo, não se posicionou a respeito da produção de uma camisa vermelha. Fornecedora de materiais esportivos para a CBF, a Nike também foi procurada pela reportagem, mas preferiu não comentar o assunto.

Fontes ouvidas pelo **Estadão** apontam que, de fato, a seleção brasileira terá uma camisa de cor diferente das habituais, não em tom vermelho, mas sim algo mais próximo do rosa. Esse material faria parte de uma campanha a ser lançada pela Nike.

Seja ela vermelha, rosa, ou qualquer outra cor que não verde, amarela, azul ou branca, uma nova camiseta da seleção brasileira precisaria da aprovação da CBF.

O estatuto da entidade, de 2017, em seu capítulo III, artigo 13, inciso III, trata da questão relativa às cores do uniforme da seleção. Nele, apesar de delimitar que sejam utilizadas as mesmas presente na bandeira, há uma "brecha" para que, em casos especiais, seja aprovado um uniforme diferente daquele previsto no estatuto.

"Os uniformes obedecerão às cores existentes na bandeira da CBF (...), não sendo obrigatório que cada tipo de uniforme contenha todas as cores da bandeira e sendo permitida a elaboração de modelos comemorativos em cores diversas, sempre mediante aprovação da Diretoria", diz o texto.

A polêmica em torno da cor da suposta nova camisa do Brasil chegou ao Congresso Nacional. Ontem, em Brasília, o deputado federal Zé Trovão (PL-SC) apresentou um projeto de lei para tentar impedir a seleção brasileira de usar uniforme vermelho. ● M.R, M.C.A. E R.S.

Champions League

PSG bate o Arsenal em Londres e se aproxima da decisão

LONDRES

O Paris Saint-Germain deu um grande passo ontem para chegar à sua segunda final da Champions League. Vice-campeão da edição de 2019/20, quando perdeu o título para o Bayern de Munique, o time francês visitou o Arsenal no Emirates Stadium e venceu por 1 a 0, gol de Dembélé logo aos três minutos de jogo. Hoje, na outra semifinal, Barcelona e Inter de Milão se enfrentam às 16h, na Espanha.

Ontem, a vantagem francesa poderia ser ainda maior se seus jogadores caprichassem nas finalizações. Foram duas bolas na trave, além de chance impressionante perdida por Barcola no final, ao errar o alvo na frente do goleiro. O Arsenal teve um gol de Merino invalidado por impedimento.

O jogo decisivo ocorre no Parque dos Príncipes, na quarta-feira da próxima semana, e o PSG jogará pelo empate para se garantir na decisão do último dia de maio, na Allianz Arena, em Munique, na Alemanha. Quem avançar entre franceses e ingleses disputará o inédito título, já que o Arsenal também foi derrotado na final de 2005/06 pelo Barcelona no Stade de France, em Paris.

ADAM DAVY/AP



Dembélé celebra gol que deu a vitória ao Paris Saint-Germain

Com linda festa nas arquibancadas de ambas as torcidas no Emirates – os torcedores do PSG foram em grande número a Londres ontem –, a partida começou em alta intensidade, marca registrada das ofensivas equipes, e não demorou para Dembélé, destaque do PSG, abrir 1 a 0.

Com somente três minutos, o time visitante saiu tocando da defesa, o atacante francês buscou a bola no círculo central e avançou. Após passe para Kvaratskhelia aberto da esquerda, se posicionou na área para receber de volta e chutar de primeira, no canto, sem chances para o goleiro Raya. ●





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados do Santos Futebol Clube, em cumprimento ao artigo 46-A, da Lei 9615/98 e o artigo 93, parágrafo quinto do Estatuto Social, o Santos Futebol Clube publica suas demonstrações financeiras.

A administração do Santos Futebol Clube submete à apreciação o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Estes demonstrativos refletem com transparência os atos e operações da Administração, assim como a situação patrimonial e financeira do Clube no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Informamos que foi publicada em nosso Portal da Transparência/Gestão a prestação de contas do início da gestão de 100 dias, 180 dias e 2º semestre, onde encontrarão informações importantes das ações de todas as áreas do Clube, bem como as demonstrações financeiras completas acompanhadas do Relatório dos auditores independentes Macso Legate Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras e notas explicativas na íntegra no endereço eletrônico: https://transparencia.santosfc.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Abertura do resultado contábil das demonstrações financeiras de 2024: Com o intuito de demonstrar de forma resumida os valores que compõem o resultado contábil do ano de 2024, apresentamos o quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANO DE 2024 - ANÁLISE GERENCIAL	
Receitas Recorrentes	252.041.637
Receitas com Negociações de Direitos Federativos e Empréstimos de Atletas	207.447.599
Total Geral das Receitas	**459.489.236**
Custos Recorrentes	(251.502.705)
Custos com Negociações Atletas	(82.633.085)
Despesas Administrativas	(66.991.692)
Total Geral dos Custos e Despesas	**(401.127.483)**
SUPERÁVIT ANTES RESULTADO FINANCEIRO	58.361.753
Provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais e arbitrais	**(43.675.045)**
SUPERÁVIT APÓS PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS	14.686.709
Despesas/ Receitas Financeiras	(72.972.825)
Amortização Atletas	(43.944.128)
Depreciação	(2.562.813)
Amortização Direito de Software	(412.476)
(DÉFICIT) APÓS Amortizações, Depreciação e Resultado Financeiro	(105.205.533)

Os valores apresentados demonstram que as receitas operacionais superaram as despesas operacionais, resultando num superávit de R$ 58 milhões antes das despesas financeiras líquidas e da provisão para demandas judiciais.

Algumas considerações importantes explicam o déficit contábil de R$ 105 milhões:

(a) PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS: Registrados em virtude de eventos passados que podem exigir uma saída de caixa futura para as perdas consideradas prováveis, de acordo com os assessores jurídicos do Clube referente a processos cíveis, trabalhistas, tributários e arbitrais ainda em andamento. Os processos são avaliados periodicamente e podem ter suas classificações de chances de perdas alteradas entre possível, provável e remota de acordo com o andamento do processo até a decisão transitada em julgado.

(b) DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS: As despesas financeiras líquidas foram impactadas principalmente pelos **(i)** encargos de financiamentos e empréstimos - R$ 22 milhões, de contratos já existentes anteriores a 2024 e novos em condições mais favoráveis; **(ii)** Atualização pela Taxa SELIC mensal dos parcelamentos PROFUT, Perse e Parcelamento Simplificado com pagamento a curto e longo prazos, R$ 22 milhões; **(iii)** Variação cambial de contratos em moeda estrangeira firmados na anterior e atual gestão - R$ 10 milhões; **(iv)** Regime Centralizado de Execuções - R$ 13 milhões, atualização SELIC curto e longo prazos, acordo firmado no ano de 2022; **(v)** multa, cujo a principal foi referente ao pagamento de transfersban R$ 5,4 milhões.

(c) AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES: São itens não monetários, ou seja, que não impactam no caixa sendo, basicamente, a amortização dos custos de atletas realizados de acordo com a vigência contratual (direitos federativos e econômicos) dos atletas, em bases mensais, ou com o encerramento do contrato, de acordo com as normas contábeis aplicáveis em entidades desportivas. As depreciações são sobre os valores de custos dos bens imobilizados, também em bases mensais, utilizando-se o método linear, baseado na vida útil estimada dos bens

2. Quitação de dívidas e Certidões Negativas de Débitos:

Entre as condições para manter o Clube no PROFUT, atendendo as regras da APFUT, bem como para obter os benefícios da Lei do Incentivo ao Esporte e mantendo a responsabilidade fiscal da gestão, obtivemos êxito ao conseguir, no exercício de 2024, manter as Certidões Negativas de Débito dos Tributos Federais e FGTS em dia.

No início da gestão, de acordo com o fluxo de caixa de 31/12/2023 o Clube apresentava um déficit financeiro de R$ 62 milhões e, apesar da conjuntura financeira do início de 2024, conseguimos sanar com sucesso situações como do Transfersban junto à Krasnodar e o ex-técnico Fabian Bustos e auxiliares no montante de R$ 34 milhões, com medidas eficazes, mesmo que tenha custado a antecipação parcial de receitas de 2025 e empréstimos em melhores condições que no passado.

Além disso, foi possível quitar salários atrasados de dezembro de 2023, no total de R$ 11 milhões, liquidamos empréstimos bancários contraídos na gestão anterior, no total de R$ 14 milhões e contratações de atletas negociados da gestão anterior no total de R$ 53 milhões, além de acordos extrajudiciais trabalhista e cível celebrados na gestão anterior, no total de R$ 14 milhões.

3. Desempenho Operacional e Redução de Gastos (Financeiro):

Receitas: As receitas operacionais provenientes de negociações de atletas superaram as expectativas, ainda mais considerando que o Clube deixou de receber receitas significativas por não ter participado da Série A do Campeonato Brasileiro.

Conseguimos receitas substanciais de cotas televisivas, através do contrato com o GRUPO LIBRA, bem como de novos patrocinadores e renovações de contratos de marketing já existentes, além do aumento do número de sócios.

Custos e Despesas: As despesas representativas dos gastos com a principal atividade do clube, Futebol Profissional, são a folha de pagamento, benefícios, encargos trabalhistas e direito de imagem. Comparado à previsão orçamentária do clube para o exercício de 2024, aprovada em outubro de 2023, os custos foram inferiores em 7,21%:

Em R$

VALORES CONTÁBEIS	REALIZADO EM 2024	ORÇADO PARA 2024	% VARIAÇÃO
Remuneração, encargos e benefícios - Operacional	151.439.283	162.385.150	-6,74%
Direito de Imagem Atletas	26.973.550	29.946.281	-9,93%
Remuneração Administração	16.596.624	17.830.272	-6,92%
Totais	195.009.457	210.161.703	-7,21%

Dados contábeis

Também em 2024, comparado ao exercício anterior, tivemos uma redução de 20,84% nos gastos com direitos de imagem.

Em R$

VALORES REALIZADOS - CONTÁBIL	2023	2024	% VARIAÇÃO
Direito de Imagem	34.075.613	26.973.550	-20,84%

dados dos registros contábeis conforme contratos.

A folha de pagamento do elenco do futebol profissional tem o seguinte cenário mensal:

Em R$

FOLHA DE PAGAMENTO DEZEMBRO/2024		QUANTIDADE	SALÁRIO NOMINAL	TRIBUTOS DIRETOS	DIREITO DE IMAGEM	TOTAIS
FUTEBOL PROFISSIONAL MASCULINO	Elenco Principal	30	5.439.000	734.265	1.097.283	7.270.548
	Atletas em Transição	14	1.741.500	235.103	–	1.976.603
	Equipe Técnica e Apoio	27	201.966	27.265	–	229.232
	Administrativo	3	15.347	2.072	–	17.419
		74	**7.397.813**	**998.705**	**1.097.283**	**9.493.801**

*FOLHA DE PAGAMENTO DEZEMBRO/2024		QUANTIDADE	SALÁRIO NOMINAL	TRIBUTOS DIRETOS	DIREITO DE IMAGEM	TOTAIS
FUTEBOL PROFISSIONAL FEMININO	Elenco Principal	24	179.685	24.257	50.600	254.542
	Equipe Técnica e Apoio	17	96.320	13.003	–	109.323
	Administrativo	1	1.821	246	–	2.067
		42	**277.826**	**37.507**	**50.600**	**365.933**

dados extraídos da folha de pagamento fornecida pelo Departamento Pessoal.

Ressalte-se os empréstimos de 23 (vinte e três) atletas a outras agremiações, que contribuiu na redução da folha de pagamento e direito e imagem, mesmo arcando com o valor parcial em alguns casos, com uma economia de mais de R$ 20 milhões:

Economia anual em salário nominal e/ou direito de imagem (Em R$)

Pagos diretamente pelo clube que recebeu o atleta de forma integral ou parcial	23.739.500
Repassados para o Santos F.C. pelo clube que recebeu o atleta emprestado	1.073.000
Total da economia com os atletas emprestados	**24.812.500**

dados fornecidos pelo Departamento pessoal extraído dos contratos

4. Movimentação de atletas:

Durante o exercício de 2024 foram elaborados 545 contratos desportivos, registros e transferências (Futebol Profissional Masculino, Futebol Profissional Feminino e Categoria de Base). As atividades no futebol tiveram uma intensa movimentação com ajustes significativos nas equipes de todas as categorias com o intuito de otimizar os recursos financeiros e a qualidade dos atletas.

5. Recursos Humanos:

Visando um processo seletivo justo, os colabores internos têm prioridade sobre o recrutamento externo, respeitando os requisitos do cargo, incluímos todas as vagas em veículos que possam atingir o público-alvo. Efetuamos avaliação de desempenho de nossos colaboradores e realizamos e pesquisa de clima com o intuito de melhorar cada vez mais o ambiente de trabalho dos profissionais.

A capacitação também é uma preocupação do Clube e, nesse contexto, disponibilizamos os recursos decorrentes da Premiação Ouro do Programa de Excelência para que o R.H. possa investir na educação continuada de nossos colaboradores, além de parcerias com universidades e cursos on-line

Em 2024, realizamos o processo seletivo do Jovem Aprendiz, dando oportunidade a jovens entre 14 e 24 anos. O processo foi acompanhado e elogiado pelos membros do Ministério do Trabalho - Regional Santos.

Reconhecimento e respeito profundo aos nossos ídolos eternos, que são colaboradores do Clube e participam de eventos institucionais e esportivos. Os ex-atletas são gerenciados pelo Departamento de Comunicação e Responsabilidade Social.

6. Desempenho em campo:

Fruto do árduo trabalho da gestão e de todos os integrantes da equipe técnica e administrativa, conseguimos conquistas importantes em campo no ano de 2024:

FUTEBOL MASCULINO PROFISSIONAL

- Campeão Brasileiro da Série B com duas rodadas de antecedência.
- Vice-Campeão Paulista
- Classificação direta para a Copa do Brasil (Terceira Fase)

FUTEBOL FEMININO PROFISSIONAL

- Campeã da Copa Paulista
- Quartas de Final na Conmebol Libertadores
- 5ª colocada no Campeonato Paulista

CATEGORIA DE BASE FUT. FEMININO

- Semifinalista da Copinha Feminina
- Semifinalistas do Campeonato Paulista Sub-20
- Duas atletas convocadas para Seleção Sub-17

CATEGORIA DE BASE FUT. MASCULINO

- Campeão Paulista Sub-17
- 4 finais estaduais (17,15,14 e 11)
- Dezessete atletas convocados para seleções nacionais
- Conquista de título internacional, estadual e presença nas fases finais em todas as categorias do Campeonato Brasileiro (17,20,23)

7. Perspectiva para o ano de 2025

As metas para 2025 são arrojadas. A gestão sempre priorizou o principal produto do clube: o futebol. As conquistas de títulos sempre pautaram nosso planejamento e o desejo da atual administração é o de buscá-los em 2025, já que o exercício de 2024 foi um ano de reconstrução. Manter a política de investimentos nas categorias de base preparando novos atletas para a equipe principal. As ações de marketing serão ainda mais inovadoras. Continuidade do processo já implantado de profissionalização da gestão do clube buscando, cada vez mais, oferecer aos atletas um nível de excelência para a melhora do desempenho na área técnica, física e psicológica; investimento constante no seu corpo médico e de especialistas, garantindo a continuidade do planejamento e do trabalho desenvolvido pelas comissões técnicas; valorizar a condição de associado e torcedor tratando-os como consumidor de benefícios que atendam ou superem suas expectativas; manter a política financeira austera no sentido de minimizar custos, melhorar a liquidez e consequentemente aumentar o patrimônio do clube.

8. Considerações Finais

Os atuais indicadores, até para equacionar o passado, leva a acreditar que o ano de 2025 também será de dificuldades, porém, teremos um cenário mais favorável considerando a disputa dos campeonatos Paulista, Brasileiro e Copa do Brasil. Em 2025, o Santos F.C. continuará sua trajetória de crescimento e sua posição já consagrada a nível internacional, buscando a satisfação plena de seus associados, torcedores, colaboradores e toda comunidade santista.

Finalmente, o clube quer registrar seus agradecimentos aos associados, torcedores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Marcelo Pirilo Teixeira
Presidente do Santos Futebol Clube - 2024/2026



BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	170	582
Aplicação financeira	6	20.018	557
Valores a receber, líquidos	7	189.264	59.771
Despesas antecipadas	8	6.540	6.634
Outros ativos		71	1.543
Total do ativo circulante		**216.063**	**69.087**
Não circulante			
Valores a receber, líquidos	7	100.462	89.845
Despesas antecipadas	8	6.425	1.684
Depósitos judiciais	15.1	9.005	8.770
Imobilizado	9	46.273	48.617
Intangível	10	68.841	132.307
Total do imobilizado e intangível		**231.006**	**281.223**
Total do Ativo		**447.069**	**350.310**

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Circulante			
Fornecedores		4.563	3.589
Empréstimos e antecipação de recebíveis	11	125.212	70.183
Contas a pagar	12	133.554	101.326
Direitos de imagem de atletas	13	16.934	8.602
Receita diferida	14	59.810	57.073
Obrigações trabalhistas	16	22.426	20.228
Obrigações tributárias	17	21.511	13.452
Débitos com terceiros		353	529
Parcelamentos de tributos	18	14.413	12.150
Acordos judiciais	19	38.279	27.096
Total do passivo circulante		**437.055**	**314.228**
Não circulante			
Parcelamentos de tributos	18	96.555	94.984
Provisão para demandas judiciais	15	86.210	54.542
Contas a pagar	12	22.444	41.918
Receita diferida	14	158.767	114.197
Obrigações tributárias	17	79.737	59.338
Acordos judiciais	19	91.893	80.861
Empréstimos	11	4.379	15.007
Total do passivo não circulante		**539.985**	**460.847**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(452.760)	(447.819)
Reserva de reavaliação		27.995	28.507
Déficit do exercício		(105.206)	(5.454)
Total do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		**(529.971)**	**(424.766)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**447.069**	**350.310**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

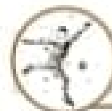


www.santosfc.com.br

continua

→ continuação





DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Futebol Profissional	Futebol Amador	Clube Social, Administrativo e Outros Desportos	Total 2024	Total 2023 (Reapres.)
Receitas operacionais						
Receitas com bilheterias e cotas de participação		22.495	11.350	497	34.342	25.695
Receitas com transmissões televisivas	21	55.079	–	401	55.480	96.593
Outras receitas líquidas - Negociação de atletas	20	126.875	–	153	127.028	148.651
Receitas de publicidade		72.623	2.247	14.244	89.114	77.626
Receitas com manutenção e frequência		–	–	28.032	28.032	19.174
Receitas de aluguéis		200	–	627	827	510
Receitas Timemania		–	–	600	600	1.440
Receita de Voluntariado Obtida	22	–	–	1.620	1.620	1.620
Receitas diversas		5.344	197	36.486	42.027	28.275
Total das receitas		282.616	13.794	82.660	379.070	399.584
Custos do departamento de esportes						
Pessoal e encargos sociais		(121.841)	(21.022)	(14.955)	(157.818)	(147.080)
Jogos e bonificações		(23.098)	(7.406)	(1.046)	(31.550)	(26.488)
Direitos de imagem e arena		(27.461)	(513)	(1.437)	(29.411)	(39.147)
Amortização de gastos com atletas		(41.986)	(1.893)	(65)	(43.944)	(40.795)
Outros custos		(17.992)	(6.852)	(10.094)	(34.938)	(23.848)
Total dos Custos		(232.378)	(37.686)	(27.597)	(297.661)	(277.358)
Despesas operacionais						
Pessoal e encargos sociais		(263)	(717)	(16.290)	(17.270)	(17.062)
Gerais e administrativas		(772)	(12)	(27.476)	(28.260)	(58.556)
Serviços profissionais		–	–	(8.636)	(8.636)	(12.966)
Depreciações		–	–	(2.563)	(2.563)	(2.395)
Amortização Intangível - software		–	–	(412)	(412)	(376)
Serviços Prestados por Voluntariado	22	–	–	(1.620)	(1.620)	(1.620)
Outras receitas (despesas) líquidas		–	–	(54.881)	(54.881)	(30.618)
Total das Despesas Operacionais		(1.035)	(729)	(111.878)	(113.642)	(123.593)
Resultado financeiro						
Atualizações monetárias de tributos		–	–	(21.769)	(21.769)	(23.481)
Juros sobre empréstimos		–	–	(13.880)	(13.880)	(16.305)
Outras despesas financeiras		(5.228)	–	(61.604)	(66.832)	(42.944)
Outras receitas financeiras		–	–	29.508	29.508	78.643
Total do resultado financeiro		(5.228)	–	(67.745)	(72.973)	(4.087)
(Déficit) Superávit do Exercício		43.975	(24.621)	(124.560)	(105.206)	(5.454)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



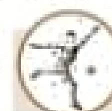
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 Reapresentado
Receita com jogos	34.341	25.695
Receita com repasses de direitos federativos	126.757	148.650
Receita com transmissões televisivas e publicidade	55.481	96.593
Outras receitas	162.220	128.645
	378.799	399.583
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custos de jogos e bonificação	(31.550)	(26.488)
Serviços de terceiros	(10.257)	(14.586)
Despesas gerais e administrativas	(71.934)	(79.443)
Outros custos	(30.101)	(24.094)
	(143.842)	(144.611)
Valor adicionado bruto	234.957	254.972
Depreciação e amortização	(46.919)	(49.276)
Valor adicionado líquido produzido pelo Clube	188.038	205.696

	2024	2023 Reapresentado
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	29.509	78.644
Outras	(10.507)	(9.451)
	19.002	69.193
Valor adicionado total a distribuir	207.040	274.889
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	205.055	191.507
Impostos, taxas e contribuições	4.708	6.107
Atualização monetária de tributos	21.769	23.481
Juros s/ empréstimos e financiamentos	13.882	16.305
Outras despesas financeiras	66.832	42.943
Ajuste anos anteriores - OTG2003	–	–
Superávit (déficit) do período	(105.206)	(5.454)
Valor adicionado distribuído	207.040	274.889

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações gerais

O Santos Futebol Clube ("Clube), cujo nome é imutável, com sede social e administrativa e foro jurídico na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Princesa Isabel, s/nº, Vila Belmiro. Sua praça de esportes principal fica localizada na cidade de Santos, não podendo ser transferida para outras cidades, podendo ser criados, mantidos e/ou encerrados centros de treinamentos, subsedes e praças de esportes secundários em outras cidades mediante iniciativa do Comitê de Gestão e aprovação do Conselho Deliberativo.

O Clube foi fundado em 14 de abril de 1912 com sede Administrativa na Rua Princesa Isabel, s/nº, Vila Belmiro Santos, é uma associação civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria. Tem por objetivos cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais, recreativas culturais, cívicas, assistenciais, de benemerência, esportivas e de educação física, em todas suas modalidades. Pode exercer outras atividades cuja renda reverta em benefício dos seus objetivos sociais, podendo, ainda, participar de outras sociedades como quotista ou acionista mediante aprovação do Conselho Deliberativo do Clube.

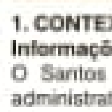
Sazonalidade

Existem períodos específicos do ano em que os clubes de futebol podem transferir jogadores de outros países para a sua equipe ("janela de transferência"). Essa transferência é completada após registrar o jogador no novo clube através da FIFA (Federação Internacional de Futebol), que regula o processo de forma geral e estabelece que haverá duas janelas, uma no intervalo entre as duas temporadas (máximo de 12 semanas) e uma mais curta (máximo um mês) no meio de uma temporada.

Os períodos específicos dependem do ciclo da temporada e são determinados pelas autoridades nacionais de futebol.

A janela de transferência de uma determinada confederação de futebol regula apenas as transferências internacionais. A janela da confederação que o jogador está deixando, não precisa estar aberta para que ocorra esta transferência.

Marcelo Pirilo Teixeira
Presidente do Santos Futebol Clube





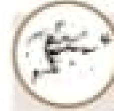
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 Reapresentado
Superávit (déficit) do Exercício	(105.206)	(5.454)
Outros resultados abrangentes	512	512
Resultado	(104.694)	(4.942)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(Déficit) Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	(449.963)	29.019	1.633	(419.311)
Incorporação do déficit ao patrimônio social	1.633	–	(1.633)	–
Realização da reserva de reavaliação	512	(512)	–	–
Déficit do exercício	–	–	(5.454)	(5.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	(447.818)	28.507	(5.454)	(424.765)
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(5.454)	–	5.454	–
Realização da reserva de reavaliação	512	(512)	–	–
Déficit do exercício	–	–	(105.206)	(105.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(452.760)	27.995	(105.206)	(529.971)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 Reapresentado
Das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	(105.206)	(5.454)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações	2.563	2.396
Amortizações Atletas	35.681	35.378
Amortizações Software	412	376
Baixa do ativo imobilizado e intangível	63.971	14.314
Provisão para perdas sobre valores a receber diversos	(113.016)	(2.700)
Atualização monetária e juros sobre empréstimos	13.880	16.304
Atualização monetária de tributos	21.769	23.481
Provisão para demandas judiciais	31.668	(41.136)
Resultado ajustado	(48.278)	42.959
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Valores a receber, líquidos	(27.093)	(39.387)
Aplicação vinculada/Depósito Caução	(19.461)	1.754
Outros ativos	(3.175)	2.605
Depósitos judiciais	(235)	14.579
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	974	846
Obrigações trabalhistas e tributárias	23.754	(41.156)
Direitos de imagem de atletas	8.332	313
Contas a pagar	12.754	9.966
Contas a pagar para partes relacionadas	–	(21.541)
Débitos com terceiros	(176)	(93)
Pagamento para demandas judiciais	11.183	82.852
Receitas diferidas	47.307	66.492
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.886	120.189
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Acréscimo de bens permanentes	(254)	(2.197)
Aquisições de atletas e outros	(36.564)	(110.640)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(36.818)	(112.837)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos bancários	80.600	37.300
Liquidação de empréstimos	(50.080)	(64.928)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	30.520	(27.628)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(412)	(20.276)
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	582	20.858
No final do período	170	582
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(412)	(20.276)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Marcia Mendes Fernandes
Contadora 1SP210846-O/6



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do
SANTOS FUTEBOL CLUBE
Santos - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do **SANTOS FUTEBOL CLUBE** (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas no Brasil.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SANTOS FUTEBOL CLUBE** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a NBC ITG 2002 (R1) - aplicável a Entidades Sem Fins Lucrativos e ITG 2003 (R2) aplicável a Entidades Desportivas Profissionais.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração do Clube é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Entretanto, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Após nossa leitura, não temos nada a relatar a este respeito.

ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme divulgado na nota explicativa nº 18, até a emissão desse relatório, os órgãos competentes ainda não homologaram a consolidação dos débitos relacionados PROFUT - FGTS administrado pela Caixa Econômica Federal (Programa de Parcelamento do Governo Federal - Lei 13.155/2015), ratificando os cálculos apresentados quando da adesão, protocolada em novembro de 2015, podendo, até a homologação, o clube ser solicitado a apresentar outros esclarecimentos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, incluindo a demonstração de valor adicionado, apresentadas comparativamente, foram objeto de auditoria por outros auditores independentes, com emissão do relatório em 08 de março de 2024, sem modificações e, também, com a mesma ênfase do parágrafo acima e foram preparadas originalmente antes do ajuste descrito na nota explicativa nº "4". Como parte de nossa revisão das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024, examinamos, também, os ajustes descritos na nota explicativa nº "4", que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 devido a alteração de prática contábil emanada pela ITG 2003 (R2) de 07/12/2023. Em nossa opinião, os ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis do Clube referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2023 tomadas em conjunto.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Clube, e apresentada como informação suplementar, conforme requerido pelo estatuto do Clube, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a revisão limitada das demonstrações financeiras Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Concluímos que a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a NBC ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Fins lucrativos e ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva Profissional, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC nº 1SP222941/O-8





www.santosfc.com.br

Copa do Brasil

Luciano brilha e São Paulo bate o Náutico

Atacante marca duas vezes após jejum de 12 jogos, time vence de virada por 2 a 1 e leva vantagem para duelo de volta, no Recife

LEONARDO CATTO

O São Paulo saiu na frente do Náutico na briga por uma vaga nas oitavas de final da Copa do Brasil. No MorumBis, ontem, o time levou um susto, mas viu a estrela de Luciano brilhar, com dois gols, para virar e vencer por 2 a 1. O jogo de volta está marcado para o dia 20 de maio, nos Aflitos, no Recife. Os são-paulinos têm a vantagem do empate.

O próximo jogo do São Paulo é já nesta sexta-feira, contra o Fortaleza, em casa, pelo Brasileirão. Na próxima semana, o clube viaja a Lima, no Peru, onde enfrenta o Alianza, pela quarta rodada da fase de grupos da Libertadores.



Gols: Caio Vitor, aos 16, e Luciano, aos 20 min do 1º tempo. Luciano, a 1 minuto do segundo tempo.
SÃO PAULO: Rafael; Cédric, Ruan, A. Franco (Sabino) e Wendell (Enzo Diaz); Alisson (Bobadilla) e M. Antônio; L. Ferreira (R. Francisco), Luciano e Matheus Alves (Rodriguinho); A. Silva. **Técnico:** Luis Zubeldía.
NÁUTICO: Muriel; Marcos Ytalo, Felipe Santana (Rayan), Carlinhos e Igor Fernandes; Auremir (Wenderson), Marco Antônio, Patrick Allan (Dudu) e Caio Vitor (Marquinhos); Kelvin e Paulo Sérgio (Bruno Mezenga). **Técnico:** Hélio dos Anjos.
Árbitro: Sávio P. Sampaio (DF).
Amarelos: M. Antônio e Luciano, Carlinhos, I. Fernandes e Auremir.
Público: 29.291 presentes.
Renda: R$ 1.078.518,00.
Local: MorumBis, em São Paulo.

PAULO PINTO/SÃO PAULO FC



Luciano pôs fim ao jejum, fez dois gols e levou o São Paulo à vitória

O São Paulo buscou pressionar desde o começo. Nenhuma chance chegou a assustar o gol de Muriel. Do outro lado, o Náutico também não levou perigo, mas surpreendeu ao demonstrar uma postura menos defensiva diante da disparidade dos times.

Aos 16 minutos, Caio Vitor recebeu na ponta esquerda, cortou para dentro e bateu, da entrada da área, no ângulo de Rafael. O golaço abriu o placar, mas não pressionou os são-paulinos, que continuaram suas ações ofensivas. Luciano, então, acertou a primeira do ataque do São Paulo.

Lucas Ferreira fez lançamento para o camisa 10. O atacante dominou de costas, girou sobre a marcação e bateu no canto de Muriel. Luciano encerrou um jejum de 12 jogos sem gols com o empate.

Nos últimos quatro jogos, essa foi a quarta participação de um dos garotos recentemente promovidos a titulares, nas ausências de Lucas e Oscar. Lucas Ferreira marcou contra o Libertad. Já contra o Santos, Matheus Alves deu passe para gol de André Silva. E, diante do Ceará, Ryan Francisco foi o autor do gol.

O empate persistiu até o intervalo, mas, na volta, durou pouco. Com menos de um minuto, Marcos Antônio driblou um marcador e lançou nas costas da defesa do Náutico, encontrando Luciano na pequena área. O artilheiro da noite apenas empurrou para as redes e anotou seu gol de número 90 pelo São Paulo.

O Náutico diminuiu o ritmo e não conseguiu mais marcar alto ou criar chances de gol. O São Paulo passou a dominar as ações, mas sem efetividade.

O São Paulo, porém, também caiu de ritmo. Luciano e Ryan Francisco ficaram presos no último terço do campo e não viam a bola chegar a eles.

André Silva perdeu a última chance, já no acréscimo. Apesar disso, o time pôde confirmar a sequência de dez jogos de invencibilidade, com seis empates e quatro vitórias.

A preocupação ficou por conta de Alan Franco, que sofreu um pisão e precisou sair. O argentino iniciou tratamento com gelo ainda no banco de reservas. Se confirmada lesão, ele se junta a outros nove atletas que estão no departamento médico do São Paulo.

DÍVIDAS. O São Paulo registrou aumento de R$ 301,5 milhões em seu endividamento em um ano, fazendo sua dívida crescer de R$ 666,7 milhões em 2023 para R$ 968,2 milhões no ano passado, segundo demonstrativo financeiro do clube. É o maior passivo já registrado na história da agremiação.

Parte importante do passivo do São Paulo é referente a acordos trabalhistas e processos cíveis: R$ 55,8 milhões. O valor caiu um pouco em relação a 2023, quando o clube devia R$ 71,5 milhões.

Entre os credores do São Paulo estão os técnicos Dorival Júnior (R$ 2,2 milhões) e Rogério Ceni (R$ 1,1 milhão), alguns escritórios de advocacia e os ex-jogadores Richarlison (R$ 2,5 milhões) e Daniel Alves (R$ 6,7 milhões). O ex-lateral teve passagem discreta pelo clube, entre 2019 e 2021.

O clube deve também R$ 25,4 milhões para a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Os débitos se referem a operações de trânsito em dias de jogos no MorumBis. ●

Campeonato Brasileiro
Na 7ª rodada, o São Paulo recebe o Fortaleza na sexta-feira, dia 2/5, às 21h30, no MorumBis

Com Dorival, Corinthians tenta acertar sua defesa



Dorival Júnior estreia no comando do Corinthians hoje, às 21h30, contra o Novorizontino, fora de casa, no jogo de ida pela 3ª fase da Copa do Brasil. O treinador chega com a missão de dar um padrão ao time, que vive uma fase de instabilidade na temporada.

Apesar do título do Paulistão em cima do arquirrival Palmeiras, a defesa corintiana tem sofrido demais. Nesta temporada, foram 33 gols sofridos em 29 partidas disputadas. A dupla de zaga corintiana já passou por diversas alterações no ano. Gustavo Henrique é o único com status de titular, enquanto André Ramalho recentemente voltou a ganhar a vaga de Félix Torres.



NOVORIZONTINO: Airton; Dantas, Rafael Donato e Patrick; Igor Formiga, Luís Oyama, Marlon e Patrick Brey; Waguininho, Robson e Matheus Frizzo. **Técnico:** Umberto Louzer.
CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho, André Ramalho, Gustavo Henrique e Fabrizio Angileri; Raniele, André Carrillo e Breno Bidon; Romero, Memphis Depay (Igor Coronado) e Yuri Alberto. **Técnico:** Dorival Júnior. **Árbitro:** Wilton Pereira Sampaio (Fifa/GO). **Horário:** 21h30.
Local: Estádio Jorge de Biasi, em Novo Horizonte (SP).

Em relação ao time, Dorival não sabe se vai poder contar com Memphis Depay. O camisa 10 levou uma pancada contra o Flamengo e saiu ainda no primeiro tempo – Coronado pode jogar em seu lugar.

O meia Rodrigo Garro ainda se recupera de uma tendinopatia patelar no joelho direito e não tem data para retornar. Assim, Romero segue como titular. ● RODRIGO SAMPAIO

Palmeiras quer vencer mais uma fora de casa



O Palmeiras começa hoje sua jornada na Copa do Brasil. Às 19h30, visita o Ceará na Arena Castelão. É o único duelo entre dois times da Série A nesta terceira fase da competição.

O Palmeiras tem aproveitamento melhor como visitante do que como mandante nesta temporada. O time perdeu o último jogo que fez no Allianz Parque – derrota para o Bahia por 1 a 0 – e ganhou os últimos cinco longe de seus domínios.

O plano é alcançar seis vitórias consecutivas como visitante, o que não consegue desde abril e junho de 2022. A atual série inclui triunfos sobre Sporting Cristal, do Peru, Sport, Internacional, Fortaleza e Bolívar, da Bolívia.



CEARÁ: Fernando Miguel; Fabiano Souza, Marllon, Willian Machado e Matheus Bahia; Dieguinho, Fernando Sobral e Lucas Mugni; Galeano, Pedro Henrique e Pedro Raul.
Técnico: Léo Condé.
PALMEIRAS: Weverton; Giay, Gómez, Bruno Fuchs e Piquerez; Martínez, Richard Ríos e Felipe Anderson; Estêvão, Facundo Torres e Flaco López. **Técnico:** Abel Ferreira.
Árbitro: Rodrigo Jose Pereira de Lima (PE).
Horário: 19h30.
Local: Arena Castelão, Fortaleza.

Esta noite, o lateral-direito Giay, que já igualou os 12 jogos disputados pelo Palmeiras em 2024 e vem sendo utilizado com frequência – será titular pela quinta vez seguida. "Isso dá confiança ao jogador. Estou me sentindo muito bem em campo, estou muito feliz por isso", afirmou o jogador argentino. ● RICARDO MAGATTI

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Champions League
Barcelona x Inter de Milão
16h / TNT e MAX
● Copa do Brasil
Botafogo x Capital-DF
19h / SporTV e Premiere
Ceará x Palmeiras
19h30 / Prime Vídeo
Paysandu x Bahia
21h30 /Prime Vídeo
Novorizontino x Corinthians
21h30 / SporTV e Premiere
CSA x Grêmio
21h30 / Prime Vídeo
● Liga dos Campeões da Concacaf
Inter de Miami x Vancouvers Whitecaps
21h / ESPN 4 e Disney+

BASQUETE
● NBA
Golden State Warriors x Houston Rockets
20h30 / ESPN 2, Disney+ e Prime Vídeo
Los Angeles Lakers x Minnesota Timberwolves
23h /Prime Vídeo

No Ceará

Açude Orós volta a ficar cheio d'água depois de 14 anos

Sangria beneficia cerca de 70 mil pessoas, reforça a vazão do Rio Jaguaribe e marca momento histórico



DIVULGAÇÃO/COGERH

Construído em 1961, o açude tem capacidade para armazenar cerca de 2 bilhões de metros cúbicos

Após 14 anos, o açude Orós, considerado o segundo maior reservatório do Ceará, voltou a encher na noite de sábado, segundo a gestão estadual. "Orós sangrou", anunciou o governo nas redes sociais. "O momento, muito esperado por toda a população, simboliza renovação de esperança, fartura e alegria."

A sangria beneficia diretamente cerca de 70 mil pessoas e reforça a vazão do Rio Jaguaribe. Construído em 1961, o açude conta com capacidade para armazenar cerca de 2 bilhões de metros cúbicos de água.

> **Recarga do reservatório**
> **Ocorre após sucessivos anos de boas chuvas na região das bacias do Alto Jaguaribe e do Salgado**

De acordo com a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), responsável pela operação do açude, o transbordamento marca um momento histórico não só para a região de Jaguaribe, mas para todo o Estado, "reforçando a segurança hídrica e renovando a esperança de milhares de cearenses".

PAPEL ESTRATÉGICO. A companhia afirma que o açude desempenha um papel estratégico no abastecimento de três importantes hidrossistemas: Orós-Feiticeiro, Orós-Lima Campos e Orós-Jaguaribe, tidos como essenciais para o fornecimento de água para consumo humano, irrigação e atividades econômicas em diferentes municípios cearenses.

"Hoje é um dia extremamente especial porque estamos tendo a oportunidade de, após 14 anos, verificarmos a sangria desse gigante da reserva hídrica do Estado", afirmou, em vídeo publicado nas redes sociais da Cogerh, o diretor de Operações da companhia, Tércio Tavares.

De acordo com ele, a recarga no reservatório ocorre depois de sucessivos anos de boas chuvas na região que compreende as bacias hidrográficas do Alto Jaguaribe e do Salgado, no sul do Ceará.

Neste ano, 11 açudes localizados nessas duas bacias hidrográficas atingiram sangria – sete no Alto Jaguaribe e quatro no Salgado.

As águas que caem dentro do açude Orós são dos rios e riachos presentes dentro da bacia do Alto Jaguaribe. Em Icó, alguns desses afluentes se unem ao Rio Jaguaribe, o maior do Ceará e o principal responsável pela alimentação do açude.

Ainda conforme o governo do Ceará, dos 134 açudes monitorados pela Cogerh em parceria com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o acúmulo encontra-se com 13.512.313.816 m³, o que representa 74,76% dos 18.073.965.477 m³ da capacidade total do Estado. ●

ESTADÃO



SUMMIT
MOBILIDADE

VEM AÍ
28 DE MAIO, 2025
DAS 8H30 ÀS 17H - Instituto Tomie Ohtake, SP

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
• Híbridos flex, eletrificados e novas tecnologias
• Visão de futuro: O Brasil como protagonista

Conheça as oportunidades de patrocínio.
Traga a sua marca para fazer parte!
Escreva para summit@estadao.com

Realização: ESTADÃO 150 · Mobilidade ESTADÃO
Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO · ELDORADO FM 107,3 · paladar 20
Patrocínio: STELLANTIS

Eufrázio

B28 Fim de impasse. Eletrobras aprova acordo com União e confirma pagamento de proventos adicionais

ECONOMIA & NEGÓCIOS
E&N
QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO



Minas e Energia **Desgaste político**

Silveira se aproxima de Lula e reata com Pacheco para segurar cargo

Desgastado com senadores liderados por Davi Alcolumbre (União-AP) e com empresários, ministro aposta na relação com o presidente e tenta reconstruir pontes

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, intensificou nas últimas semanas o trabalho para permanecer no cargo. Desgastado com senadores liderados por Davi Alcolumbre (União-AP) e com adversários que conquistou no meio empresarial, Silveira aposta na relação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tenta reconstruir pontes com antigos aliados no meio político.

Desde que a reforma ministerial na segunda metade do governo Lula entrou no radar, a troca de Silveira é especulada. A razão é o descontentamento declarado do consórcio político que patrocinou o seu nome para o Ministério de Minas e Energia, notadamente Alcolumbre, inconformado por ter sido ignorado em pedidos por cargos no governo.

Procurados, Silveira e o presidente do Senado não quiseram se manifestar. A Secretaria de Comunicação da Presidência da República também não comentou.

Pessoas próximas a Alcolumbre afirmam que a pressão pela retirada de Silveira do cargo é irreversível, e que a pasta deverá ter o mesmo fim do Ministério das Comunicações: ser ocupada por um técnico cujo nome passará pelo crivo do chefe do Senado.

> **Sem sucesso**
> **Em agosto, o ministro havia prometido ampliar o Auxílio Gás; proposta não vingou por falta de dinheiro**

Silveira, por sua vez, reforçou a aposta na caneta de Lula para resistir à pressão. Auxiliares do presidente afirmam que o ministro conquistou não apenas Lula, mas a primeira-dama, Rosângela da Silva, que ficou próxima também de Paula Lúcia, mulher do ministro. As duas se aproximaram durante a campanha eleitoral de 2022, nas viagens de Lula a Minas.

APELO POPULAR. Há poucos dias, Silveira lançou mais um programa de forte apelo popular, dessa vez com a promessa de zerar ou reduzir a conta de luz da população de baixa renda. Ninguém no setor energético duvida de que tenha sido mais um gesto para agradar a Lula, que está com a popularidade baixa, e assim manter-se no cargo.

Auxiliares do presidente têm a mesma visão, uma vez que a medida estava em discussão internamente havia meses, mas acabou sendo divulgada às pressas, sem coordenação prévia com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda.

Em agosto do ano passado, Silveira já havia prometido, ao lado de Lula e de Janja, ampliar o Auxílio Gás para 20 milhões de famílias ao custo de R$ 13,6 bilhões. A iniciativa não foi adiante porque o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não autorizou o uso do Fundo Social do Pré-Sal no programa e, no Orçamento de 2025, não havia recursos disponíveis.

Nova negativa ocorreu agora, com a rejeição de Haddad à tentativa de Silveira de usar o mesmo fundo para financiar a redução das contas de luz. ●

APROXIMAÇÃO COM IRMÃOS BATISTA TROUXE DESAFETOS A MINISTRO, PÁG. B2

SOMENTE ONLINE
LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO
VEÍCULOS DE SEGURO | 30/04/25 - 14h00, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS | É HOJE!


IPVA 2025 PAGO
PORSCHE PANAMERA T ST 17/18 (PEQ. MONTA)


IPVA 2025 PAGO
ROYAL ENFIELD HIMALAYA 21/22 (PEQ. MONTA)


IPVA 2025 PAGO
BLINDADO MERCEDES-BENZ GLB200 PROG 20/21 (MÉDIA MONTA)


TRIUMPH SPEED 400 24/25 (PEQ. MONTA)


IPVA 2025 PAGO
YAMAHA MT07 ABS 24/25 (PEQ. MONTA)

*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

PLP 108: nova tributação ameaça as holdings no Brasil

ARTIGO

Leonardo Roesler
Especialista em Direito Empresarial, pós-graduado em Direito Desportivo, graduado pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), foi representante de empresas na Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), em 2015

O Projeto de Lei Complementar n.º 108/2024, em tramitação no Senado Federal, acende um alerta crítico para empresários e gestores de holdings. Embora a proposta busque uniformizar a tributação do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), suas fragilidades podem trazer sérios prejuízos, especialmente às holdings patrimoniais e empresariais. A principal mudança é a adoção do "valor de mercado" como base de cálculo do imposto, substituindo o tradicional "valor patrimonial".

Para empresas de capital fechado e holdings, essa regra apresenta riscos significativos. O conceito de "valor de mercado", alinhado à realidade econômica, carece de padronização, permitindo ao Fisco utilizar metodologias subjetivas, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de mercado. Essas técnicas envolvem premissas complexas que podem inflar os valores avaliados e gerar cobranças desproporcionais.

A ausência de supervisão técnica uniforme para essas avaliações permite ao Fisco interpretar os critérios com o objetivo de maximizar a arrecadação, em detrimento da previsibilidade necessária ao planejamento empresarial. Outro ponto preocupante é a tributação proporcional ao Estado em que os imóveis da holding estão.

Proposta adiciona uma camada de incerteza jurídica, prejudicando o planejamento sucessório e patrimonial

Essa regra impõe obrigações administrativas complexas e submete as empresas a legislações estaduais conflitantes. Em vez de simplificar, a proposta adiciona uma camada de incerteza jurídica, prejudicando o planejamento sucessório e patrimonial.

A ausência de critérios claros para o cálculo do "valor justo" de ativos intangíveis, como marcas, patentes e fundo de comércio, aumenta a exposição a interpretações fiscais arbitrárias. Esses itens, frequentemente valorizados com base em expectativas de mercado, podem gerar distorções na apuração da base tributável.

Sem critérios claros, o risco é a ampliação de disputas tributárias, o aumento da carga fiscal e o desestímulo à formação de holdings. Para proteger o empresariado, o texto precisa de ajustes. A padronização das metodologias de avaliação, com critérios objetivos, é essencial. Além disso, é necessário repensar a tributação proporcional, centralizando a arrecadação num único Estado e simplificando o processo.

O empresariado brasileiro não pode arcar com as consequências de regras fiscais imprecisas que ameaçam suas estruturas patrimoniais e operacionais. Que o Senado revise o PLP n.º 108 com responsabilidade, garantindo equilíbrio entre arrecadação e segurança jurídica, protegendo as empresas e holdings, pilares fundamentais da economia nacional. ●

Minas e Energia **Desgaste político**

Aproximação com irmãos Batista trouxe desafetos a ministro

Medida provisória que beneficiou a empresa de Joesley e Wesley gerou insatisfação entre políticos e no meio empresarial

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Além de recorrer a agrados ao presidente Lula , o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também tenta restabelecer o apoio de antigos aliados na tentativa de se manter no cargo. Há três semanas, ele almoçou em Brasília com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ex-presidente do Senado, e um dos responsáveis pela indicação do ministro ao cargo no governo Lula.

A conversa marcou a reaproximação dos dois políticos, que estavam com relações estremecidas desde o ano passado, quando o nome de Silveira passou a constar da lista de potenciais candidatos ao governo de Minas Gerais na eleição de 2026. Pacheco ainda não disse se quer ser candidato, mas Lula não deixa de citá-lo toda vez que toca no assunto.

Na sexta-feira, em evento em Uberaba (MG), o ministro elogiou Pacheco e disse que só concorreria se fosse recrutado por Lula. "Acho que o (*ex*) presidente (*do Senado*) Pacheco, que eu sempre destaquei, é um nome que está preparado para assumir qualquer cargo público no País. Há um desejo do presidente Lula de que ele seja o palanque aqui." No mês passado, Silveira já havia feito um gesto de paz. Indicou um nome ligado a Pacheco para o conselho de administração da Petrobras, o do engenheiro mineiro José Fernando Coura. Procurado, Pacheco não quis comentar.


WILTON JUNIOR / ESTADÃO-19/6/2024

Alexandre Silveira tenta restabelecer o apoio de antigos aliados

ATUAÇÃO. No ministério, Silveira se aproximou dos donos da JBS, Joesley e Wesley Batista, conquistando desafetos e se distanciando do chamado "grupo do Senado". Como mostrou o **Estadão**, em maio de 2024 Silveira assinou uma medida provisória que beneficiou a empresa de energia dos irmãos Batista, a Âmbar, viabilizando termoelétricas recém-adquiridas na Região Norte. Adversários dos empresários no setor energético se insurgiram, a exemplo de Carlos Suarez, conhecido como "rei do gás", também interessado no negócio.

Meses depois, os donos da JBS compraram a empresa de distribuição de energia do Amazonas, mas o negócio ainda é objeto de questionamentos por parte de Suarez. Como o empresário exerce também influência no Congresso, ampliou-se o desgaste de Silveira.

A Âmbar rejeita a ideia de que houve benefício e afirma que se tratou de uma transação privada em acirrado processo competitivo, e que a busca por uma solução para a Amazonas Energia era de conhecimento público, "urgente e iminente".

A gota d'água ocorreu quando Silveira decidiu fazer indicações para as agências reguladoras sem combinar com os colegas. A iniciativa foi frustrada com a rejeição do senador Davi Alcolumbre (União-AP) aos nomes propostos, situação que se arrasta até agora.

Como os cargos em agências passam pelo crivo do Senado, os parlamentares creem ter a prerrogativa nessas indicações. O mal-estar emperrou a análise de nomes indicados para todas as agências e autarquias, não apenas as ligadas a Silveira, pelo Senado.

Em meio ao impasse, Silveira recuou e cedeu a vaga na diretoria-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para um nome proposto pelo senador Otto Alencar (PSD-BA). No caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cedeu o espaço para um indicado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), e prometeu outro a um nome ligado ao ministro do STF Gilmar Mendes.

Indicações
Silveira também fez indicações para agências reguladoras sem combinar com os colegas

Nem mesmo pessoas próximas ao ministro arriscam prever qual será o desfecho da queda de braço, nem se Lula bancará a sua permanência. Nos bastidores do Senado, Alcolumbre tem dito que não tem pressa. ●

Atuação nos bastidores do Senado antes de entrar para o governo

Ex-delegado da Polícia Civil, Alexandre Silveira chegou à cúpula do poder em Brasília como suplente do então senador Antônio Anastasia. Quando Rodrigo Pacheco assumiu a presidência do Senado, em 2021, o promoveu a diretor jurídico da Casa. No ano seguinte, por um acordo político amarrado por Pacheco e pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, Anastasia trocou o Senado pelo Tribunal de Contas da União. Silveira assumiu sua vaga.

De homem de confiança de Pacheco, responsável pela articulação nos bastidores com a distribuição de emendas a prefeitos aliados em Minas, Silveira ganhou os holofotes.

Naquele mesmo ano, flertou com o bolsonarismo ao se oferecer como eventual líder do governo no Senado. O intento não prosperou pela decisão firme de Kassab de não querer vincular o PSD ao então presidente. Silveira se recolheu e, na eleição, trabalhou para Lula em Minas Gerais.

Durante a transição, com Lula já eleito, Silveira foi destacado por Pacheco para relatar a PEC da Transição. A atuação elevou seu nome à lista de potenciais ministros. Com o apoio de Davi Alcolumbre e de Kassab, ele ficou com a pasta de Minas e Energia. ● M.C./BRASÍLIA

ASSOCIAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA

CNPJ 43.463.694/0001-06 - Rua Carlos de Campos, 668 - Centro - Fone (19) 3807-6058 - CEP 13900-260 - Amparo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADOS EM 31/12/2024 e 2023

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	Nota Explicativa Correspond.	2024 Educação	2023 Educação
Caixa e Equivalentes de Caixa......	Nota 6	72.776.823,28	69.526.074,37
Clientes e Outro Recebiveis		**2.668.905,19**	**2.868.498,57**
Anuidades Escolares a Receber.........	Nota 7	2.903.864,00	2.908.549,21
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	Nota 7	(1.061.046,15)	(1.054.468,70)
Outros Créditos..................................	Nota 8	826.087,34	1.014.418,06
		75.445.728,47	**72.394.572,94**
Despesas a realizar	Nota 9	146.512,33	126.475,28
Total do Ativo Circulante		**75.592.240,80**	**72.521.048,22**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado			
Terrenos...	Nota 10	12.631.950,58	12.631.950,58
Edifícios...	Nota 10	48.705.862,76	46.406.593,02
Móveis e Utensílios............................	Nota 10	2.174.806,66	2.094.510,84
Equip. Máquinas e Instalações..........	Nota 10	3.031.722,28	2.789.907,77
Computadores e Equip.de Informática..	Nota 10	3.013.450,34	2.758.546,14
Outras Imobilizações.........................	Nota 10	2.433.058,04	2.179.390,48
Depreciações Acumuladas...............	Nota 10	(36.608.114,80)	(34.386.581,05)
		35.382.735,86	**34.474.317,78**
TOTAL DO ATIVO		**110.974.976,66**	**106.995.366,00**

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	Nota Explicativa Correspond.	2024 Educação	2023 Educação
Fornecedores e Prest. de Serv. a Pagar	Nota 11-a	183.819,11	368.706,07
Obrigações Trabalhistas	Nota 11-b	1.050.852,75	1.184.237,35
Obrigações Tributárias........................	Nota 11-c	1.142.850,50	835.146,32
Outras Obrigações...............................	Nota 11-d	444.139,59	677.582,82
Provisão de Férias..............................	Nota 11-e	1.175.977,55	943.193,29
Anuidades Escolares Antecipadas...	Nota 11-f	3.804.082,98	3.249.254,36
		7.801.722,48	**7.258.120,21**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento Receita Federal Brasil	Nota 12	-	25.868,11
Prov. Contingências Trabalhistas	Nota13	40.332,66	23.332,66
		40.332,66	**49.200,77**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 15**		
Patrimônio Social..................................	-	99.688.045,02	96.698.461,93
Superávit do Exercício.........................	Nota 35	3.444.876,50	2.989.583,09
		103.132.921,52	**99.688.045,02**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**110.974.976,66**	**106.995.366,00**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERIODO EXERCÍCIOS 2024 E 2023

	Nota Explicativa Correspond.	2024	2023
Área Educacional			
Receita Bruta da Prestação de Serviços da Educação (Atividade Preponderante)			
Serviços Educacionais-Anuidades Escolares	Nota 18	36.187.094,44	32.512.976,21
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21-100%	Nota 18	2.566.391,00	2.719.494,00
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21 - 50%	Nota 18	1.461.678,50	1.453.914,00
Bolsas Convenção Coletiva		2.241.133,00	1.912.676,00
Bolsas Institucionais		1.138.153,60	698.773,45
Devoluções sobre Anuidades		(38.521,30)	(33.962,61)
Descontos sobre Anuidades		(557.520,79)	(468.940,00)
Outras Receitas Educacionais	Nota 18	186.044,99	121.324,69
Demais Receitas			
Subvenções	Nota 21	1.854.711,56	1.534.072,68
Contribuições e Donativos	Nota 20	998.103,79	470.923,22
Imunidade Usufruída Área Educacional	Nota 34	8.780.153,84	8.138.997,10
Total Receitas Educacionais		**54.817.422,63**	**49.060.248,74**
Despesas			
Serviço de Educação Básica	Nota 19	34.032.135,01	31.282.458,07
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21-100%	Nota 27	2.566.391,00	2.719.494,00
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21 - 50%	Nota 27	1.461.678,50	1.453.914,00
Bolsas Convenção Coletiva		2.241.133,00	1.912.676,00
Bolsas Institucionais		1.138.153,60	698.773,45
Serviço de Educação Infantil - Lei Complem. 187/21	Nota 27	5.418.220,97	5.209.587,01
Serviço de Educação Infantil -Recursos Públicos		1.854.711,56	1.534.072,68
Imunidade Contr.Social Área Educacional	Nota 34	8.780.153,84	8.138.997,10
Total Despesas Educacionais		**57.492.577,48**	**52.949.972,31**
Resultado Área Educacional	**Nota 35**	**(2.675.154,85)**	**(3.889.723,57)**
Área Institucional			
Receitas			
Receitas de Bens - Aluguéis	Nota 18	646.566,41	612.652,50
Serviços Voluntários	Nota 23	71.136,00	66.762,00
Receitas Financeiras	Nota 18	7.176.973,28	8.136.540,44
Receitas Eventuais	Nota 18	183.923,85	199.693,24
Total da Receitas Administrativas		**8.078.599,54**	**9.015.648,18**
Despesas			
Administrativas	Nota 19	1.887.432,19	2.069.579,52
Serviços Voluntários	Nota 22	71.136,00	66.762,00
Total da Despesas Administrativas		**1.958.568,19**	**2.136.341,52**
Resultado Área Institucional	Nota 35	**6.120.031,35**	**6.879.306,66**
Superávit do Periodo	**Nota 35**	**3.444.876,50**	**2.989.583,09**

Notas: Todos os serviços e programas desenvolvidos pela Entidade foram contabilizados na Demonstração do Resultado do Periodo, e estão registradas no Relatório de Atividades.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS 2024 e 2023

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2024	2023
Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	3.444.876,50	2.989.583,09
PCLD do exercício	352.953,25	38.193,93
Depreciação	2.221.533,75	2.211.204,35
Superávit Ajustado	**6.019.363,50**	**5.238.981,37**
Variação dos Ativos Circulantes		
Variação das Anuidades Escolares a Receber	(341.690,59)	(545.077,86)
Variação dos Créditos a Curto Prazo	168.293,67	104.712,21
	(173.396,92)	**(440.365,65)**
Variação dos Passivos Circulantes		
Variação de Fornecedores	(184.886,96)	259.891,43
Variação das Obrigações a Curto Prazo	12.876,35	519.024,40
Variação das Receitas Antecipadas	482.828,62	601.013,20
Variação de Provisões	232.784,26	55.130,00
	543.602,27	**1.435.059,03**
Variação do Ativo não Circulante	**(8.868,11)**	**(85.966,61)**
1- Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	**6.380.700,74**	**6.147.708,14**
Das Atividades de Investimentos		
Aquisições do Imobilizado	3.129.951,83	2.197.821,97
2- Caixa Liquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(3.129.951,83)**	**(2.197.821,97)**
3 - das Atividades de Financiamentos		
3- Caixa Liquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	-	-
(1+2+3) Variação das Disponibilidades	**3.250.748,91**	**4.296.886,17**
Disponibilidades do Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	69.526.074,37	65.229.188,20
Variação Ocorrida no Periodo	3.250.748,91	4.296.886,17
Disponibilidades do Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	**72.776.823,28**	**69.526.074,37**

Disponibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	11.859,68	21.445,48
Bancos Conta Movimento	195.520,42	195.725,54
Bancos Conta Poupança	105.951,73	98.974,08
Bancos Aplicações Liquidez Imediata	72.463.491,45	69.209.929,27
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	**72.776.823,28**	**69.526.074,37**

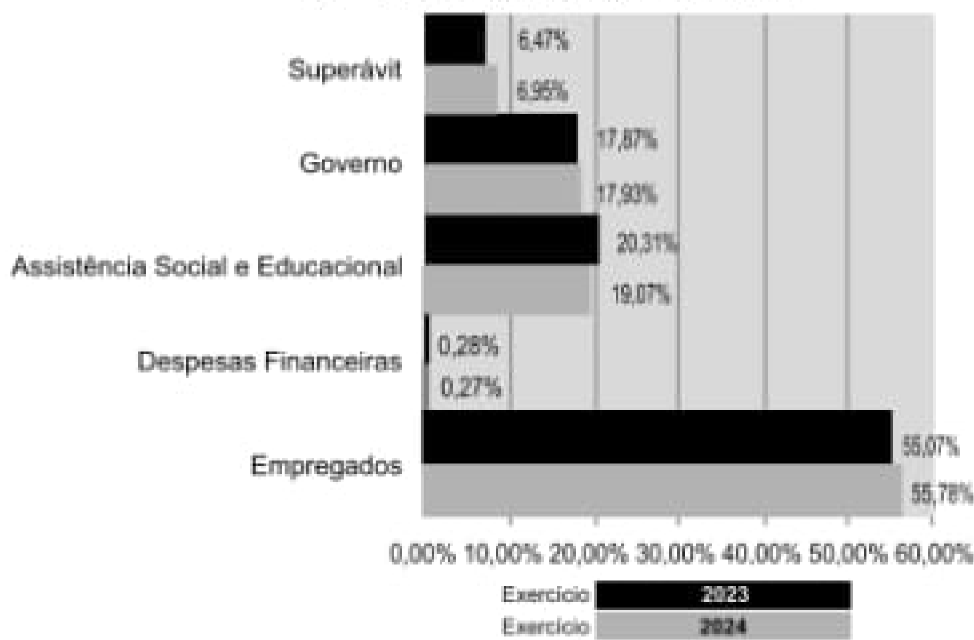
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2024 e 2023

Descrição	Patrimônio Social	Superávit Exercício	Total
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2.023	**92.887.172,87**	**3.811.289,06**	**96.698.461,93**
Incorporação do Superávit	3.811.289,06	(3.811.289,06)	-
Superávit do Exercício		2.989.583,09	**2.989.583,09**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.023	**96.698.461,93**	**2.989.583,09**	**99.688.045,02**
Incorporação do Superávit	2.989.583,09	(2.989.583,09)	-
Superávit do Exercício		3.444.876,50	**3.444.876,50**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.024	**99.688.045,02**	**3.444.876,50**	**103.132.921,52**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.) EXERCÍCIOS 2024 e 2023

Receitas	2024		2023	
Receitas de Atividades Educacionais e Assistenciais	43.184.453,44		38.916.255,74	
Outras Receitas	9.681.780,10		9.018.104,84	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos Administrativos na Manutenção da Atividades	596.624,59		493.319,81	
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	10.533.006,61		9.175.085,26	
Valor Adicionado Bruto	**41.736.602,34**		**38.265.955,51**	
Depreciações	2.221.533,75		2.211.204,35	
Valor Adicionado Liquido Produzido pela Entidade	**39.515.068,59**		**36.054.751,16**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Doações	998.103,79		470.923,22	
Subvenções	1.854.711,56		1.534.072,68	
Receitas Financeiras	7.176.973,28		8.136.540,44	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**49.544.857,22**		**46.196.287,50**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados	27.636.231,10	55,78%	25.440.128,93	55,07%
Despesas Financeiras	134.712,70	0,27%	129.334,90	0,28%
Assistência Social e Educacional	9.446.290,47	19,07%	9.382.995,01	20,31%
Governo	8.882.746,45	17,93%	8.254.245,57	17,87%
Superávit	3.444.876,50	6,95%	2.989.583,09	6,47%
Total do Valor Distribuido	**49.544.857,22**	**100,00%**	**46.196.287,50**	**100,00%**

Gráfico Percentual do Valor Distribuido



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS 2024 e 2023

I – CONTEXTO OPERACIONAL:

NOTA 01: A Associação das Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria, promove as pessoas por meio da assistência educacional, cultural, pela solidariedade social e, para tanto atende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) em plena sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na observância do princípio da universalidade e no atendimento de suas finalidades institucionais, a Associação envida esforços para: I - oferecer e desenvolver a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - oferecer e desenvolver a assistência social por meio da educação infantil em atividade de escola e /ou creche para crianças em situação de risco e vulnerabilidade social; III – oferecer e desenvolver ensino técnico profissional e profissionalizante como instrumento de convivência e fortalecimento de vínculos sociais, visando à inclusão no mercado de trabalho; IV – promover atividades de promoção social através da educação com o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, inclusive com cursos, encontros, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; V – promover ações de promoção e proteção das crianças, dos adolescentes, dos jovens e de adultos em situação de vulnerabilidade sócia através dos serviços de fortalecimento de vínculos; VI – oferecer e desenvolver a educação religiosa, moral e cívica para exercício da cidadania e inclusão social; VII – promover e desenvolver Programas e projetos Culturais; VIII – promover atividades, eventos artísticos e culturais de preferência em atendimento e promoção às Comunidades em situação de vulnerabilidade social; IX – concorrer para o desenvolvimento do princípio de solidariedade humana e assistência social através do respeito à dignidade humana, inspirado nos princípios cristãos, cívicos e democráticos; X – colaborar para o desenvolvimento regional e nacional por meio de atividade de extensão voltada à comunidade; XI – contribuir para a enculturação da mensagem evangélica na realidade brasileira; XII – colaborar para o desenvolvimento da solidariedade, à luz do evangelho especialmente no campo sociocultural; XIII – promover ações de amparo, defesa, promoção e proteção à família; XIV – apoiar instituições beneficentes com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias de colaboração, instrumentos de ajustes de colaboração, convênios e contratos, promovendo atividades conjuntas, mantendo intercâmbios educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos; XV – desenvolver atividades de garantia e defesa de direitos de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços e execução de programas, projetos ou serviços voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfretamento das desigualdades sociais, articulação de órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da Assistência Social; XVI - amparar e assistir as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social por meio da assistência social, da educação, do esporte e da cultura.

Nota 02- Registros e Certificados da Entidade:

C.N.A.S.: Registro nº 57 198/56 em 03/08/1956, Recadastrado em 06/02/1997, resolução 013, processo nº 28996.21634/94-40 e
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Proc. 247 049/75
Renovado 05/02/97, resolução 013, processo nº28996.21634/94-40
Renovado 22/11/2000, resolução 245, processo nº 44006.005331/97-58
Renovado em 08/12/2004, resolução 172, processo nº 44006.004491/2000-66
Renovado em 14/06/2007, resolução 98, processo nº71010002493/2003-01
Renovado em 23/01/2009, Resolução nº 3– Processo nº 71010.004236/2006-48 deferido pela MP446/2008
Renovado em 11/02/2011, Portaria MEC nº 8, publicada no DOU em 18/02/2011, processo nº 71010.004150/2009-68.
Renovado em 24/10/2017, Portaria MEC nº 1092, publicada no DOU em 25/10/2017, processo nº 23000.009926/2012-16.
Renovado em 16/07/2020, Portaria MEC nº 234, publicada no DOU em 17/07/2020, processo nº 23000.0024878/2015-21.
Processo nº 23000.0041786/2018-58 protocolado em 26/12/2018
Processo nº 23000.034524/2021-32 protocolado em 28/12/2021, substituído pelo Processo 23000.036471/2022-75 protocolado em 21/12/2022, com base no Art. 40, parágrafo 1º da Lei Complementar 187 que prorrogou o prazo de validade dos certificados vigentes até 31 de dezembro do ano subsequente ao do fim de seu prazo de validade.

UTILIDADE PÚBLICA:

FEDERAL:	Decreto	82 474	Data da publicação: 24/10/1978
ESTADUAL:		14 485	Data da publicação: 20/12/1979
MUNICIPAL:		850	Data da publicação: 01/07/1975

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Na elaboração das demonstrações contábeis do exercício 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **NOTA 04**– FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000) A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: NOTA 05 - a) **A Caixa e Equivalentes de Caixa**: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor b) ***Aplicações de Liquidez Imediata***: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro - rata até a data do balanço; c) ***Ajustes a Valor Presente***: Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo que sofreram efeitos relevantes estão ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação; d) ***Melhorias em edifícios***: As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. e) ***Depreciações***: Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor, levando em conta a vida útil-econômica dos bens. f) ***Provisão de Férias e Encargos***: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço acrescida dos encargos sociais decorrentes. g) ***Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)***: Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada segundo os critérios estabelecidos pela

CONTINUA...

ASSOCIAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA

...CONTINUAÇÃO

CNPJ 43.463.694/0001-06 - Rua Carlos de Campos, 668 - Centro - Fone (19) 3807-6058 - CEP 13900-260 - Amparo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADOS EM 31/12/2024 e 2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS 2024 e 2023

Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC N°1409/12 (NBC - ITG 2002) em seu item 14 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.h) **As Despesas e as Receitas**: estão apropriadas de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e a ITG 2002, respeitando os Princípios Fundamentais da Contabilidade, em especial o princípio da Oportunidade e o regime de Competência. i) **Apuração do Resultado**: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. j) **Prazos**: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante. k) **Estimativas contábeis**: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 06: A rubrica Caixa e Equivalentes é composta pelos valores em moeda em caixa, valores depositados em conta corrente bancária e os Títulos e Valores Mobiliários que referem-se às aplicações financeiras e poupanças, demonstradas pelo valor aplicado acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço com base no regime de competência. Estes recursos destinam-se à aplicação em suas finalidades institucionais. Composição do saldo no final do exercício:

Equivalentes de Caixa	2024	2023
Caixa	R$ 11.859,68	R$ 21.445,48
Banco Conta Movimento	R$ 195.520,42	R$ 294.699,62
Títulos e Valores Mobiliários	R$ 72.569.443,18	R$ 69.209.929,27
Total	**R$ 72.776.823,28**	**R$ 69.526.074,37**

NOTA 07: Anuidades a receber representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes de mensalidades vencidas. Considerando as possíveis perdas no recebimento dessas anuidades escolares a entidade provisionou anualmente montante suficiente a Título de Créditos de Liquidação Duvidosa.

Anuidades Escolares	2024	2023
Anuidades a Receber	R$ 2.903.864,00	R$ 2.908.549,21
PCLD	-R$ 1.061.046,15	-R$ 1.054.468,70
Saldo Liquido Previsto	**R$ 1.842.817,85**	**R$ 1.854.080,51**

NOTA 08: Demais Créditos a realizar pelas contábeis: Adiantamentos de férias e outros recebimentos a serem realizados a curto prazo a segui demonstrado:

	2024	2023
Antecipação de Férias	R$ 326.580,26	R$ 291.974,44
Cheques Devolvidos	R$ 376.702,32	R$ 467.262,37
Adiantamentos Diversos	R$ 53.428,46	R$ 127.898,22
Alugueis a Receber	R$ 65.916,13	R$ 78.472,50
Subvenções a Receber	R$ -	R$ -
Demais Recebíveis	R$ 3.460,17	R$ 48.810,53
Total a Receber	**R$ 826.087,34**	**R$ 1.014.418,06**

NOTA 09: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **NOTA 10**: O Ativo Não Circulante está representado pelos bens imobilizados, onde os imóveis encontram-se reavaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais decorrentes da depreciação. Parte dos bens móveis foram reavaliados, sendo o restante apresentam pelo custo de aquisição ou valor original, com as devidas baixas de depreciação decorrente. As alienações destes bens foram efetuadas também pelo custo de aquisição e as diferenças entre este valor e o valor de venda foram apropriadas em conta de resultado.

Os valores imobilizados que constam no Balanço Patrimonial referem-se a:

	Taxa Anual Deprec.	Saldo Exercício 2023	Aquisições no Exercício 2024	Baixas no Exercício 2024	Saldo Final do Exercício 2024
Terrenos	-	R$ 12.631.950,58	R$ -	R$ -	R$ 12.631.950,58
Edifícios	4%	R$ 46.406.593,02	R$ 2.299.269,74	R$ -	R$ 48.705.862,76
Veículos	20%	R$ 669.944,48	R$ 123.541,20	R$ -	R$ 793.485,68
Móveis e Utensílios	10%	R$ 2.094.510,84	R$ 80.295,82	R$ -	R$ 2.174.806,66
Equip. Máquinas e Instalações	10%	R$ 2.789.907,77	R$ 241.814,51	R$ -	R$ 3.031.722,28
Telefone	20%	R$ 110.546,92	R$ 12.803,30	R$ -	R$ 123.350,22
Equip. Hospit e Ambulatoriais	10%	R$ 5.761,78	R$ -	R$ -	R$ 5.761,78
Instalações Escolares	10%	R$ 532.695,58	R$ 77.160,80	R$ -	R$ 609.856,38
Biblioteca	10%	R$ 83.115,25	R$ 1.200,06	R$ -	R$ 84.315,31
Laboratório/Museu/Capela	10%	R$ 91.061,48	R$ 2.400,00	R$ -	R$ 93.461,48
Rouparia	10%	R$ 131.354,34	R$ -	R$ -	R$ 131.354,34
Instr. Musicais e Brinquedos	10%	R$ 161.132,55	R$ 37.193,20	R$ -	R$ 198.325,75
Computadores e Equip. Inform.	20%	R$ 2.758.546,14	R$ 254.904,20	R$ -	R$ 3.013.450,34
Equip. Instalaç Rec Convênios	10%	R$ 393.778,10	R$ -	-R$ 631,00	R$ 393.147,10
Saldo do Imobilizado		**R$ 68.860.898,83**	**R$ 3.130.582,83**	**-R$ 631,00**	**R$ 71.990.850,66**

NOTA 11: Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09 que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma.

• todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento;

• as operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova NBC TG47, que trata de receitas;

• operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.

a) Fornecedores e Prestadores de Serviços

	2024	2023
Fornecedores a Pagar	R$ 158.624,87	R$ 332.365,16
Autônomos a Pagar	R$ 768,00	R$ -
Serviços Públicos a Pagar	R$ 24.426,24	R$ 36.340,91
Saldo a Pagar	**R$ 183.819,11**	**R$ 368.706,07**

b) Obrigações Trabalhistas

	2024	2023
Ordenados a Pagar	R$ 1.046.474,00	R$ 954.802,00
FGTS a Recolher	R$ -	R$ 226.017,50
Contr. Assistencial a Recolher	R$ 3.988,39	R$ 3.417,85
Férias a Pagar	R$ 390,36	R$ -
13° Salário a Pagar	R$ -	R$ -
Saldo a Recolher	**R$ 1.050.852,75**	**R$ 1.184.237,35**

c) Obrigações Tributárias

	2024	2023
INSS a Recolher	R$ 176.241,46	R$ 141.989,79
FGTS a Recolher	R$ 239.506,91	
ISSQN a Recolher	R$ 2.360,43	R$ 1.308,57
IRRF s/ Folha de Pagamento	R$ 693.333,06	R$ 644.743,39
IRRF s/ Serviço Autônomo	R$ 4.498,25	R$ 2.467,04
IRRF s/ Nota de Serviços PJ	R$ 1.094,31	R$ 1.192,79
PIS s/ Folha de Pagamento	R$ 21.590,87	R$ 38.765,63
CSRFs/ Nota Serviços PJ	R$ 4.225,21	R$ 4.679,11
Saldo a Recolher	**R$ 1.142.850,50**	**R$ 835.146,32**

d) Outras Obrigações

	2024	2023
Subv.e Convênios a Realizar	R$ 406.019,87	R$ 542.424,19
Parcelamento RFB a Pagar	R$ 25.868,11	R$ 44.345,28
Alugueis a Pagar ou Antec.		R$ 72.000,00
Contas e Valores a Pagar	R$ 12.251,61	R$ 18.813,35
Saldo a Pagar/Realizar	**R$ 444.139,59**	**R$ 677.582,82**

e) Provisão de Férias e encargos

	2024	2023
Provisão de Férias	R$ 1.078.965,00	R$ 865.357,65
FGTS s/ Férias	R$ 86.222,92	R$ 69.182,06
Pis s/ Férias	R$ 10.789,63	R$ 8.653,58
Saldo a Pagar/Realizar	**R$ 1.175.977,55**	**R$ 943.193,29**

f) Receitas Antecipadas - Saldo das Anuidades Escolares referente ao ano seguinte recebidas durante o exercício vigente.

NOTA 12: As Obrigações exigíveis a curto prazo do Passivo Circulante foram cumpridas dentro dos prazos legais atribuído a cada tipo de obrigação. A obrigação exigível a longo prazo do Passivo não Circulante refere-se ao parcelamento de multa de entrega de declaração em prazo posterior ao exigido por lei perante a Receita Federal do Brasil. Essa obrigação apresenta-se pelo montante principal a pagar. Os juros e multas decorrente do parcelamento serão apropriados mensalmente durante o pagamento das prestações. **NOTA 13**: De acordo com orientações de nossos advogados para prevenir de eventuais despesas referentes a perdas em Processos em andamento, a entidade mantém uma Provisão para Contingentes Trabalhista no Passivo Não Circulante. A Entidade possui atualmente processo com possíveis perdas...

	2024	2023
Processos Trabalhistas	R$ 40.332,66	R$ 23.332,66

NOTA 14: Por ser remota a possibilidade de perdas não foi constituída a Provisão para Contingência Tributária (Cota Patronal INSS). A diretoria e seus conselheiros Jurídicos entendem que essa exigência é inconstitucional. **NOTA 15**: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit) ocorrido **NOTA 16**: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. **NOTA 17**: As transações ocorridas entre os Departamentos Filiais não compõem o resultado do exercício. **NOTA 18** Em atendimento a NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) da Entidades oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais), são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei No. 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas (fins e sustentáveis.) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. **NOTA 19** As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

a) Despesas Administrativas

	2024	2023
Salários e Encargos Sociais	R$ 527.664,28	R$ 527.664,28
Despesas de Manutenções	R$ 62.305,28	R$ 78.704,10
Despesas de Consumo	R$ 123.050,30	R$ 313.108,02
Apoio Institucional e Donativos	R$ 809.610,00	R$ 699.495,00
Depreciações	R$ 308.473,04	R$ 308.729,32
Outras	R$ 56.329,29	R$ 141.878,80
Total	**R$ 1.887.432,19**	**R$ 2.069.579,52**

b) Despesas Educação Básica

	2024	2023
Salários e Encargos Sociais	R$ 27.325.057,36	R$ 25.100.591,93
Despesas de Manuteções	R$ 956.000,52	R$ 1.047.107,14
Despesas de Consumo	R$ 2.587.211,03	R$ 1.569.743,61
Serviços de Terceiros	R$ 1.330.404,30	R$ 1.696.928,63
Depreciações	R$ 1.370.668,53	R$ 1.380.186,26
Prov Devedores Liquid. Duvid	R$ 352.953,25	R$ 385.193,93
Outras	R$ 109.840,02	R$ 102.704,57
Total	**R$ 34.032.135,01**	**R$ 31.282.456,07**

NOTA 20: A entidade recebeu no período as seguintes doações de pessoas físicas e/ou jurídicas:

	2024	2023
a) Recursos Financeiros PF	R$ 362.307,88	R$ 6.435,30
b) Recursos Financeiros PJ	R$ 165.212,98	R$ 134.696,21
c) Em Prod Consumo-PJ	R$ 15.265,78	R$ 12.284,23
d) Em Prod Consumo-PF	R$ 10.306,30	R$ 0,00
e) Prod.Consumo Prefeituras	R$ 321.897,24	R$ 317.507,48
f) Donativo em Equipamentos	R$ 2.200,00	R$ 0,00
g) Doação Bens Móveis/Imovéis	R$ 120.913,61	R$ 0,00
Total	**R$ 998.103,79**	**R$ 470.923,22**

NOTA 21: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução n°. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC N° 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público:

Educacionais	2024	2023
Termo de Fomento CMDCA		
Secr. Munic. Educação de Campinas	R$ 1.221.350,02	R$ 982.796,60
Secr. Munic. Educação de Lençóis Paulista	R$ 607.231,90	R$ 540.538,59
Governo do Estado de São Paulo	R$ 26.129,64	R$ 10.737,49
Subvenções Recebidas	**R$ 1.854.711,56**	**R$ 1.534.072,68**

NOTA 22: Conforme Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O valor apurado pela entidade com a prestação dos serviços voluntários foi de R$ 71.136,00. **NOTA 23** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC N°. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. **NOTA 24** A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC N°. 1.138/08 que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. **NOTA 25** A entidade, em conformidade com a Lei Complementar n° 187/2021, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, oferece bolsas educacionais para alunos, na forma da Lei. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo. • A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos. A Entidade já procedeu o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) **NOTA 26** Conforme determinação ao artigo 20 da Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, a instituição concedeu bolsas integrais nas proporções 1/9 e/ou 1/5 para cada estudante pagante no exercício, conforme demonstração abaixo:

DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

Educação Básica	Quantidade
Alunos Pagantes	1.440
Bolsas Necessárias (relação 1 para 9)	160
Bolsas Necessárias (relação 1 para 5)	289
Concedidas em conformidade com as Lei Complementar 187/2021 regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21/11/2023.	
Bolsas Integrais	94
Bolsas Integrais –Tempo Integral (1,4)	717
Total das Bolsas Integrais Concedidas	811
Bolsas 50% Concedidas em conformidade com as Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21/11/2023.	102

NOTA 27: As GRATUIDADES CONCEDIDAS, nos exercícios, através dos seus programas e serviços estão demonstradas mensalmente através de cada atividade desenvolvidas, segregadas por área de atuação e registradas integralmente no Demonstrativo de Superávit do Exercício e no relatório de atividades de acordo com os critério de concessão.

Área Educacional – Gratuidades Lei Comp.187/2021 regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21/11/2023	2024	2023
a) Conc. de Bolsas de Estudos- 100% Gratuitos	R$ 2.566.391,00	R$ 2.719.494,00
b) Conc. de Bolsas de Estudos- 50% Gratuitos	R$ 1.461.678,50	R$ 1.453.914,00
c) Serviço de Educação Infantil -100% Gratuitos	R$ 5.418.220,97	R$ 5.209.587,01
Total das Gratuidades Concedidas	**R$ 9.446.290,47**	**R$ 9.382.995,01**

NOTA 28 A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea"C" e seu parágrafo 4° e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **NOTA 29** A entidade é uma instituição educacional e social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9o. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 30 A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 31 A ENTIDADE é imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei Complementar No. 187/21, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023. **NOTA 32** A entidade é uma instituição educacional e social, sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12° da Lei No. 9.532/97 e artigo 1o. da Lei No. 187/21, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- a instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 33 A entidade é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 3° da Lei Complementar No. 187/21, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 34:

Demonstrativo de Imunidade / Isenção	2024	2023
INSS Cota Patronal	R$ 5.569.528,86	R$ 5.148.303,01
INSS RAT	R$ 277.594,29	R$ 256.573,49
INSS Terceiros	R$ 1.259.929,49	R$ 1.164.933,03
INSS Autônomos	R$ 49.625,15	R$ 71.567,52
Cofins s/ Receita	R$ 1.623.476,05	R$ 1.497.620,05
Total da imunidade Usufruída	**R$ 8.780.153,84**	**R$ 8.138.997,10**

NOTA 35: O superávit do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1409/2012 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

Amparo, 31 de dezembro de 2024.

Maria Aparecida Paccola - Presidente
RG 3.268.894-5 SSP/SP – CPF 178.209.109-25

Alessandro Tambellini Pastana – Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 205893/O-5 – CPF 252.063.588-60

"PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS" "(C.A.E.F.)".

O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (C.A.E.F.) da **Associação das Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria**, com sede em Amparo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos de Campos, n° 668, centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 43.463.694/0001-06 no exercício de sua competência, que lhe é atribuída pelo **Artigo n° 70** do Estatuto Social, **DECLARA**, que tendo examinado as Demonstrações Contábeis, relativas ao Ano Calendário findo em **31 de dezembro de 2024**, compreendendo o **Balanço Patrimonial**, a **Demonstração do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido**, do **Fluxo de Caixa**, do **Valor Adicionado**, complementadas por **Notas Explicativas**, bem como o **Relatório das Atividades** realizadas no período, é do **PARECER** que essas peças contábeis devam ser aprovadas pela **Assembleia Geral**, tendo em vista que a **Entidade** demonstrou estar aplicando rigorosamente seus recursos em suas **finalidades institucionais** de conformidade com o disposto em seu **Estatuto Social. Amparo, 04 de abril de 2025.**

Laura Pereira Campos - Conselheira - RG 12.553.059-6 CPF 337.296.719-00;
Maria dos Milagres Saraiva do Nascimento - Conselheira - RG 2.536.853 CPF 024.762.863-89;
Orlanda Dias Rodrigues - Conselheira - RG 28.661.752-3 CPF 181.911.728-60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. • O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 28 de abril de 2025. **AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS** - CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento - Sócio/Contador - CRC/SP 187.003/ O- 0 - CNAI – SP – 1620
Geraldo Nonato Severino - Sócio/Contador - CRC: 1 SP 163.191/O-2



Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; X:@colunafabioalve*

No escuro com Trump

Nem chegou à metade, e a temporada de balanços do primeiro trimestre deste ano das empresas nos Estados Unidos já causou um choque entre os analistas – não pelos lucros ou vendas registrados no período, mas, sim, pelo crescente número de empresas que se recusaram a fazer projeções sobre os seus resultados nos próximos trimestres.

É o que se chama de "guidance", ou seja, as estimativas para o ano inteiro de métricas, como receitas e indicadores operacionais, que são habitualmente divulgadas com os resultados do trimestre recém-apurado. Muitas vezes, são as estimativas, mais do que os resultados concretos do período em questão, que influenciam o comportamento dos investidores, correndo para comprar ou, se decepcionados, para desovar as ações de uma empresa.

Ao anunciar o cancelamento do "guidance", os CEOs e outros executivos de várias empresas estão alegando uma completa falta de visibilidade sobre o que vai acontecer com a economia mundial em razão das incertezas com a política do presidente Donald Trump de impor tarifas de importação sobre os produtos de uma gama enorme de países. As empresas estão tão no escuro agora quanto nos momentos mais críticos da pandemia de covid, quando houve uma quebra na cadeia global de produção.

> ***Empresas nos EUA deixaram de fazer novas projeções em função das incertezas com o tarifaço***

Entre as empresas que retiraram o "guidance", estão companhias aéreas americanas, como a American Airlines, Delta, Southwest Airlines e Alaska Air. Essas companhias temem que o ambiente de elevada incerteza possa levar os consumidores a retrair seus gastos, antecipando, entre outras coisas, uma recessão nos EUA. A American Airlines avisou que só vai voltar a fornecer estimativas do ano inteiro quando o cenário ficar mais claro. O problema é o vaivém no anúncio das tarifas e o comportamento errático de Trump.

A fabricante de equipamentos médicos Belluscura citou a guerra comercial como o principal motivo para não fazer projeções para seus resultados em 2025, uma vez que "uma proporção significativa" da matéria-prima e componentes é comprada de fornecedores chineses. No Reino Unido, o fabricante de brinquedos Character Group, dono da linha "Peppa Pig", um sucesso infantil, informou que as tarifas de importação de Trump turvaram "consideravelmente" a capacidade em prever o nível de suas vendas nos EUA.

E, mesmo as empresas que mantiveram o "guidance", acabaram revisando para baixo suas projeções de receitas e lucros em 2025, citando o impacto inflacionário não só das tarifas, mas de um dólar que já caiu mais de 8% no ano ante uma cesta de moedas fortes. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Contas públicas **Dados do Tesouro**

Governo central tem superávit de R$ 1 bi em março

FERNANDA TRISOTTO
DANIEL TOZZI
BRASÍLIA

As contas do chamado governo central – que congrega Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registraram superávit de R$ 1,096 bilhão em março, o melhor desempenho em termos reais (descontada a inflação) para o mês desde 2021 (a série histórica do Tesouro foi iniciada em 1997). Em março de 2024, o resultado havia sido negativo em R$ 1,024 bilhão, em valores nominais. Com o resultado, o saldo no acumulado do ano vai a R$ 54,532 bilhões, maior patamar para o período desde 2022.

Em março, as receitas tiveram alta de 2,2% na comparação com igual mês do ano passado. No acumulado de 2025 até março, houve alta real de 2,8%. As despesas caíram 0,5% em março, já descontada a inflação, em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado dos três primeiros meses do ano, a variação foi negativa em 3,4%.

Já em 12 meses até março, o governo central apresenta déficit de R$ 10,9 bilhões, equivalente a 0,07% do PIB. Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a informar a relação entre o volume de despesas sobre o PIB, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos.

Para 2025, o governo almeja um resultado primário neutro (0% do PIB), sendo permitida uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. Assim, o limite seria um déficit de até R$ 31 bilhões. O limite de despesas para 2025 é fixo em R$ 2,249 trilhões.

> **Acumulado**
> **Em 12 meses até março, o governo central apresenta déficit de R$ 10,9 bilhões, equivalente a 0,07% do PIB**

PRECATÓRIOS. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, estimou que o pagamento de precatórios da União em 2025 deverá somar aproximadamente R$ 70 bilhões, que serão pagos no mês de julho. Ele esclareceu que essa programação já está sendo alinhada com os tribunais envolvidos, especialmente o Conselho da Justiça Federal (CJF), que concentra o maior volume desses pagamentos.

Desses R$ 70 bilhões, cerca de R$ 44 bilhões não devem contar para o cálculo do cumprimento da meta de déficit primário zero neste ano, detalhou o subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, David Rebelo Athayde.

Em relação aos pagamentos de precatórios de 2027 em diante, quando os dispêndios voltarão a ser contabilizados como gastos do governo para o cumprimento das metas fiscais, Ceron defendeu a necessidade de uma discussão transparente sobre a questão. "Essa solução precisa ser endereçada até meados do ano que vem, idealmente até antes." ●

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

EMBRAESP
ESTUDOS ESPECIAIS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590



Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500
Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



Setor bancário **Na berlinda**

Senado quer ouvir banqueiros sobre Master

Comissão de Assuntos Econômicos aprova proposta para que presidentes do Master e do BRB expliquem operação de venda

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa aprovaram ontem proposta para que os presidentes do Banco Master, Daniel Vorcaro, e do Banco Regional de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, prestem esclarecimentos sobre a proposta de venda de 58% das ações do Master para o banco estatal.

O requerimento foi apresentado por parlamentares do Distrito Federal, que se dizem preocupados com a operação envolvendo o Banco de Brasília, tratada por operadores do mercado bancário como uma espécie de "salvamento" do Master. Procurados, Vorcaro e Costa não se manifestaram sobre a decisão.

Segundo relatos ouvidos pelo **Estadão**, senadores de partidos do Centrão se mobilizaram nos bastidores para tentar brecar a iniciativa, com o argumento de que o BRB é um banco regional e que, por isso, não seria assunto para uma comissão do Senado federal, mas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Vorcaro tem conexões com autoridades em Brasília, entre os quais o senador e presidente do PP, Ciro Nogueira (PI).

No dia 28 de março, o BRB anunciou a proposta de compra de 58% do capital total do Master por um valor aproximado de R$ 2 bilhões. A negociação foi colocada em atenção devido aos desequilíbrios acumulados pelo Master, que apostou na venda massiva de CDBs prometendo rentabilidade bem acima da praticada no resto do mercado.

De outro lado, o balanço da instituição registra ativos de alto risco e baixa liquidez, como precatórios e pré-precatórios (ações judiciais ainda sem decisão definitiva). Neste ano, segundo dados de seu balanço, o Master tem R$ 16 bilhões em compromissos a honrar, cerca de 25% do seu total de ativos (R$ 63 bilhões).

O temor dos parlamentares do Distrito Federal é de que os problemas sejam repassados ao BRB, ainda que o banco venha sustentando que só irá comprar a "parte boa" do Master e deixar de lado os ativos considerados de alto risco.

Resistência
Parlamentares do Centrão se mobilizaram para tentar derrubar convite para esclarecimentos

Uma auditoria do BRB ainda está em curso. O Banco Central e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) precisam aprovar o negócio. "(*O caso Master*) Está causando muita inquietação na sociedade, e nós entendemos que a vinda deles (*dos presidentes dos bancos*) aqui acalmaria a sociedade, eles trariam as explicações necessárias, e a gente daria um passo no sentido de esclarecer tudo que está acontecendo", afirmou a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), durante a audiência na CAE.

SEM INFORMAÇÕES. Nos bastidores, parlamentares reclamam do que veem como pouca transparência fornecida pelo BRB e pelo BC sobre a operação e a sustentabilidade para o BRB após a aquisição. Ainda ontem, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, voltou a conversar com deputados distritais sobre a operação (*mais informações nesta página*).

Segundo senadores, Galípolo não forneceu informações que ajudem a esclarecer se as atividades do banco estatal poderão ser afetadas – por isso, veio a proposta de convidar os executivos.

Ainda não há uma data para que os dois sejam ouvidos, mas a ideia dos parlamentares é de que eles prestem esclarecimentos na mesma sessão, para que as duas versões sejam observadas de maneira simultânea. ●

BRB não mandou toda a documentação ao BC, dizem deputados

Deputados do PT que se reuniram ontem com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, relataram que o BRB ainda não apresentou toda a documentação exigida sobre a pretendida compra de parte do Master. "Tem toda uma documentação que eles (*o BRB*) precisam completar de informação para o Banco Central. Depois que essa documentação chegar aqui, dependendo da análise do BC, será encaminhado ao Cade. Portanto, tem muito terreno ainda a ser percorrido", disse o deputado distrital Chico Vigilante.

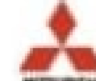
Os parlamentares ainda insistiram para que o processo passe pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, com o argumento de que o BRB é controlado pelo governo local. ● CÍCERO COTRIM e CÉLIA FROUFE/BRASÍLIA




jornaldocarro.estadao.com.br/
guia-de-compras/carros-0km







Eufrázio

Guerra comercial Vaivém

Trump alivia taxas para carros e peças importados por montadoras

Presidente dos EUA afirma que mudança é 'ponte' para que as empresas do setor voltem a produzir no país

WASHINGTON

O presidente dos EUA, Donald Trump, assinou ontem decreto que reduz as tarifas impostas a carros e a peças automotivas importados como forma de aliviar os prejuízos que as montadoras americanas disseram que teriam com as novas taxas sobre itens estrangeiros.

Conforme as companhias e analistas de mercado, as tarifas impostas pelo republicano poderiam aumentar os preços, reduzir as vendas e tornar a produção americana menos competitiva em todo o mundo. Trump descreveu as mudanças de ontem como uma "ponte para que as montadoras transferissem mais produção para os Estados Unidos".

"Queríamos apenas ajudá-las (*as montadoras*) durante essa pequena transição, de curto prazo", disse Trump ontem. "Não queríamos penalizá-las."

A medida ocorre duas semanas depois de o governo americano isentar smartphones, computadores, semicondutores e itens eletrônicos de suas tarifas punitivas impostas à China em razão de preocupações de empresas como a Apple de que os impostos de importação fariam os preços dispararem para os consumidores dos EUA.

Ontem, a General Motors anunciou que desconsideraria a previsão anterior de crescimento dos lucros neste ano em razão da incerteza criada pelas políticas comerciais de Trump. A montadora, que vende mais veículos nos Estados Unidos do que qualquer outra empresa, afirmou que qualquer previsão de lucro agora seria um "chute".

"Não podemos confiar nas orientações anteriores", disse Paul Jacobson, diretor financeiro da GM, durante uma teleconferência com jornalistas.

Howard Lutnick, o secretário de Comércio, disse que as mudanças foram resultado de conversas com as montadoras nacionais e que o governo estava em "contato constante" com as empresas para analisar seus negócios e garantir que a política tarifária estivesse totalmente correta. "Donald Trump e sua presidência vão trazer de volta a produção nacional de automóveis", disse Lutnick.

Conforme as regras anunciadas ontem, as montadoras receberão uma isenção da tarifa de 25% sobre peças automotivas importadas, equivalente a 15% do preço de varejo do carro. No segundo ano, a isenção será oferecida para 10% do preço de varejo do carro; a vantagem desaparecerá no terceiro ano.

Com o reembolso de tarifas para peças automotivas, por exemplo, analistas do banco britânico Barclays calcularam que um carro de US$ 50 mil poderia ter US$ 1.875 em itens que não estariam sujeitos a tarifas. Peças automotivas do Canadá e do México em conformidade com o acordo comercial Estados Unidos-México-Canadá permanecerão isentas de impostos.

HISTÓRICO. Em março, a Casa Branca anunciou planos para impor uma tarifa de 25% sobre automóveis e autopeças importados, apostando que os consumidores comprariam carros mais caros no curto prazo em troca da recuperação dos empregos perdidos na indústria.

Os impostos sobre automóveis entraram em vigor em 3 de abril, com as montadoras alertando que poderiam levar anos para aumentar a capacidade de produção dos EUA. A tarifa foi adicionada a um imposto já existente de 2,5% sobre carros importados, totalizando 27,5%. ● NYT, WP E AP

Republicano se queixa a Bezos e Amazon recua de informar tarifas

Após uma intervenção do presidente Donald Trump, a Amazon recuou da iniciativa de informar em seus produtos o custo das novas tarifas para itens importados.

A informação sobre a medida foi divulgada pelo site Punchbowl News. Na sequência, em uma entrevista coletiva conjunta com o secretário do Tesouro, Scott Bessent, a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse que havia acabado de falar ao telefone com Trump sobre os planos relatados da Amazon e criticou a empresa. "Esse é um ato hostil e político da Amazon", disse Karoline.

Segundo o jornal *Washington Post*, Trump ligou para Jeff Bezos, dono do jornal e fundador da Amazon, para se queixar da medida. Mais tarde, o porta-voz da companhia, Tim Doyle, disse que a equipe da Haul – empresa de comércio eletrônico criada pela Amazon para concorrer com a Temu – "considerou a possibilidade", que não atingiria a Amazon. Na sequência, ele disse que essa medida também estava descartada. ● NYT E WP

DE 28/ABRIL A 2/MAIO
RIBEIRÃO PRETO - SP

30 ANOS DE AGRISHOW.
UMA COBERTURA ESPECIAL COM A FORÇA DO ESTADÃO.



Em 2025, a **Agrishow** celebra sua **30ª edição** – um marco histórico para um dos **maiores eventos** de **tecnologia agrícola** do mundo.

E o **Estadão** está **presente** com uma **cobertura especial**, diretamente de Ribeirão Preto.


Reportagens diárias


Entrevistas ao vivo


AgriStories


Caderno especial pós-evento

ACESSE E ACOMPANHE



Realização: ESTADÃO 150 agro PYXYS
Apoio: ESTADÃO BLUE STUDIO ELDORADO FM 107,3
Patrocínio: LUBRAX TIM

Eufrázio

Guerra comercial Litígio

Tarifaço de Trump é alvo de processos de empresas, oposição e até aliados

Debate jurídico ocorre em razão de lei da década de 1970 usada por republicano para amparar decretos com novas taxas

WASHINGTON

Em algum lugar ao longo de uma distância de 12 mil quilômetros que começa em Shenzhen, na China, há 19 encomendas destinadas a Rick Woldenberg, presidente executivo da Learning Resources, uma empresa de brinquedos educativos de Vernon Hills, Estado de Illinois. Em breve, os contêineres com itens como quebra-cabeça e binóculos infantis chegarão a um porto nos EUA, e Woldenberg enfrentará uma decisão difícil e custosa. Ele poderá pagar as tarifas altíssimas que o presidente Donald Trump impôs à maioria dos produtos estrangeiros ou abrir mão de pelo menos parte do estoque, o que pode colocar em risco os seus lucros.

Woldenberg espera fazer um pouco dos dois, mas também optou por uma linha de ação mais agressiva, se juntando a uma lista crescente de oponentes que agora contestam legalmente a prerrogativa do presidente dos EUA de decretar mudanças tarifárias.

Quase quatro semanas após o início da guerra comercial global sem um fim à vista, Trump enfrenta uma enxurrada de processos judiciais de autoridades estaduais, pequenas empresas e até mesmo grupos políticos que antes eram aliados, todos alegando que o presidente não pode contornar o Congresso e taxar praticamente qualquer importação em níveis que ele preferir.

Os processos judiciais têm grande importância, não apenas porque as tarifas perturbaram os mercados financeiros e ameaçaram mergulhar os Estados Unidos em uma recessão. Os desafios legais também põem à prova as alegações de Trump de amplo poder presidencial, ao mesmo tempo que ilustram o difícil cálculo que seus oponentes enfrentam para decidir se devem reagir e correr o risco de retaliação.

Nenhuma das ações judiciais movidas neste mês conta com o apoio de grandes associações empresariais, embora muitas organizações – incluindo a Câmara de Comércio dos EUA (USCC, na sigla em inglês) e a Mesa Redonda Empresarial (BR, na sigla em inglês) – tenham criticado duramente o tarifaço e feito lobby para reduzir seu impacto. A USCC debateu reservadamente a possibilidade de entrar com um processo, mas decidiu que "não era a melhor opção neste momento", disse Neil Bradley, vice-presidente executivo do grupo. "Envolver a administração para obter uma redução rápida e imediata nas tarifas tem mais chances de ajudar as empresas", disse.

PULVERIZAÇÃO. A batalha, então, foi deixada para uma lista dispersa, mas crescente, de litigantes, incluindo Woldenberg, cujos advogados entraram com ação na semana passada. Ele disse que as tarifas haviam se tornado tão caras que ele não tinha "nada a perder" ao entrar com uma ação judicial. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance para manter minha empresa saudável."

Na semana passada, uma dúzia de procuradores-gerais democratas de Estados como Colorado, Nova York e Oregon também pediram à Justiça que bloqueasse o tarifaço, alegando que ele "perturbou a ordem constitucional e trouxe caos à economia americana". A Califórnia entrou com uma ação judicial no início deste mês, alegando que as políticas do presidente prejudicaram sua economia e seu orçamento.


Navio perto do Porto de Yangshan, em Xangai

A Casa Branca não respondeu a um pedido de comentário. A BR também não quis falar.

LEGISLAÇÃO. No centro da disputa jurídica, está uma legislação da década de 1970, a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, que ⊕

VEM AÍ
A 10ª EDIÇÃO!

ESTADÃO Melhores SERVIÇOS 2025

27.JUN NO DIGITAL
29.JUN ESPECIAL NO IMPRESSO

CONFIRA AS NOVIDADES DESTA EDIÇÃO E SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA EM EVIDÊNCIA

Mais de 2M de avaliações

Dashboard navegável exclusivo mede o desempenho de empresas e setores mensalmente

PERFORMANCE
EXPERIÊNCIA
SATISFAÇÃO

A **EDIÇÃO COMEMORATIVA** TRAZ O RANKING COM AS **EMPRESAS QUE MAIS ENCANTARAM** OS CONSUMIDORES EM 36 CATEGORIAS

SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA NO MAIOR E MAIS ABRANGENTE RANKING DE SERVIÇOS DO BRASIL.

ESCREVA PARA
publicacoes@estadao.com
E SOLICITE UMA PROPOSTA.



CONHEÇA AS EDIÇÕES ANTERIORES

Realização: ESTADÃO 150 ANOS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Parceria: HSR Specialist Researchers

THE NEW YORK TIMES-1/2/2025



permite ao presidente ordenar embargos comerciais, estabelecer sanções e limitar investimentos estrangeiros para afastar adversários no exterior.

Trump invocou a lei para impor suas tarifas iniciais sobre as exportações chinesas, no que descreveu como um esforço para interromper o fluxo de fentanil para os Estados Unidos. Ele também usou esses poderes para estabelecer um imposto de 10% sobre as exportações de quase todos os outros países e para justificar o que ele chama de tarifas "recíprocas", que significarão tarifas ainda mais altas contra outros países, incluindo aliados dos EUA. Como evidência de uma emergência, Trump apontou principalmente para o déficit comercial.

Nenhum presidente antes de Trump havia usado o mecanismo – a legislação, inclusive, não menciona a palavra "tarifa" nenhuma vez. Essa omissão preparou o cenário para conflitos jurídicos, que dependem em parte de se a lei realmente dá poder ao presidente "sem, de fato, mencionar explicitamente tarifas", disse Ted Murphy, colíder da área de arbitragem global, comércio e advocacia do escritório de advocacia Sidley Austin.

O processo mais recente chegou na quinta-feira passada, movido pela Pacific Legal Foundation, um grupo que seria ligado ao conservador Charles Koch – um doador frequente de campanhas republicanas. Em nome de uma empresa de roupas, uma designer de jogos de tabuleiro e outras pequenas empresas, o grupo criticou Trump por impor uma tarifa "ilegal e inconstitucional" de 145% sobre produtos chineses, resultando em preços mais altos para empresas americanas.

Jamey Stegmaier, cofundador da Stonemaier Games e autor do caso, disse que sua empresa tinha mais de 250 mil jogos de tabuleiro já encomendados que não poderia importar da China, a menos que estivesse disposta a pagar uma "tarifa total de cerca de US$ 1,5 milhão (*por volta de R$ 8,5 milhões*)".

A decisão de processar foi a "coisa certa", mas ainda assim uma escolha difícil, disse Jamey, citando o medo de retaliação de Trump. "É uma proposta meio assustadora se opor ao governo agora", disse.

Queda de braço

Companhias alegam prejuízos; entidades conservadoras dizem que tarifas são ilegais

Outro grupo jurídico com vínculos com Koch e o financista conservador Leonard A. Leo entrou com uma ação no início deste mês em nome de uma empresa da Flórida. Leo é copresidente da Sociedade Federalista, que assessorou Trump em nomeações judiciais.

A organização por trás do processo, a New Civil Liberties Alliance, não divulga seu conjunto completo de doadores, o que torna difícil determinar a força financeira exata por trás de cada um dos novos casos de tarifas.

Rob Bonta, o procurador-geral democrata da Califórnia, disse que o processo tarifário de seu Estado era semelhante a outras batalhas legais com Trump, e se resumia à "questão central da autoridade executiva". "Nossa posição tem sido clara de que não permitiremos que esse presidente exerça uma autoridade que ele não tem", disse.

Ao promulgar a lei de emergência econômica em 1977, o Congresso buscou restringir os poderes presidenciais após ex-comandantes terem abusado das declarações de emergência. O ex-presidente Richard Nixon chegou a recorrer a um estatuto comercial precursor para impor seu próprio imposto de 10% sobre as importações, o que também gerou uma contestação judicial, embora Nixon tenha vencido.

"O presidente não tem autoridade fora das autoridades delegadas a ele pelo Congresso para emitir tarifas", disse Jeffrey Schwab, conselheiro sênior do Liberty Justice Center, uma organização sem fins lucrativos com laços anteriores com Richard Uihlein, um industrial de Illinois e um megadoador republicano. Neste mês, o grupo processou o governo Trump em nome de pequenas empresas que alegam que as tarifas recentes as prejudicaram. ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

START

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO AR

Hub multiplataforma amplifica conteúdos de transformação digital que impactam nos negócios e na sociedade

Entrevistas com **grandes especialistas**

Análises e novidades do setor

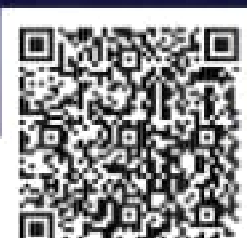
APRESENTADO POR:



Daniel Gonzales
Jornalista

Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Acesse e conheça:



Realização: ESTADÃO 150 | ELDORADO FM 107.3

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Patrocínio: NEC

Eufrázio

GRAACC

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

CNPJ: 67.185.694/0001-50

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	105.116	77.458
Recursos vinculados a projetos	4	9.622	10.971
Contas a receber	5	26.511	17.000
Estoques	6	5.876	6.393
Outros créditos	*1	680	841
Total do ativo circulante		147.805	112.663
Não circulante			
Depósitos judiciais	*2	255	250
Imobilizado	7	69.623	69.213
Intangível	19	1.479	2.404
Total do ativo não circulante		71.357	71.867
Total do ativo		219.162	184.530

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	8.267	8.546
Salários e encargos sociais	9	12.382	11.056
Obrigações fiscais a recolher		2.224	1.954
Subvenção e convênios	10	11.913	13.256
Outras obrigações	*5	1.286	669
Total do passivo circulante		36.072	35.481
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	11	11	-
Subvenção e convênios	10	16.629	18.702
Total do passivo não circulante		16.640	18.702
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	130.347	117.353
Superávit do exercício		36.103	12.994
Total do patrimônio líquido		166.450	130.347
Total do passivo e patrimônio líquido		219.162	184.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita			
Receitas com serviços prestados e gratuidades	13	85.088	61.231
Receitas com captações de recursos	14	153.664	127.509
Receita com trabalhos voluntários	15	2.830	2.811
		241.582	191.551
Custos operacionais			
Custos com serviços prestados e gratuidades	16	(167.791)	(142.498)
Custos com captações de recursos	17	(25.883)	(26.386)
		(193.674)	(168.884)
Superávit bruto		47.908	22.667
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	18	(14.464)	(13.086)
Perda por provisão ao valor recuperável do contas a receber	5	(3.693)	(2.143)
Despesa com trabalhos voluntários	15	(2.830)	(2.811)
		(20.987)	(18.040)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		26.921	4.627
Receitas financeiras	19	9.424	8.592
Despesas financeiras	19	(242)	(225)
Resultado financeiro, líquido		9.182	8.367
Superávit do exercício		36.103	12.994

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total do patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2022	104.524	12.829	117.353
Transferência para patrimônio social	12.829	(12.829)	-
Superávit do exercício	-	12.994	12.994
Saldos em 31 de dezembro de 2023	117.353	12.994	130.347
Transferência para patrimônio social	12.994	(12.994)	-
Superávit do exercício	-	36.103	36.103
Saldos em 31 de dezembro de 2024	130.347	36.103	166.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	36.103	12.994
Ajuste por :		
Depreciação / Amortização	8.116	8.726
Amortização receitas diferidas	(2.566)	(3.360)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	177	37
Provisão para devedores duvidosos	3.693	2.143
(Reversão) provisão para contingências trabalhistas	11	(32)
	45.535	20.508
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a projetos	1.349	4.570
Contas a receber	(13.202)	(3.834)
Estoques	517	(1.019)
Outros créditos	161	(261)
Depósitos judiciais	(5)	(6)
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	(279)	3.344
Salários e encargos sociais	1.326	(4)
Obrigações fiscais a recolher	270	42
Outras obrigações	616	(49)
Subvenção e convênios	(851)	(3.922)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.437	19.369
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo intangível	-	(85)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(7.779)	(9.899)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.779)	(9.984)
(Redução/aumento) do caixa e equivalentes de caixa	27.658	9.387
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	77.458	68.071
No fim do exercício	105.116	77.458
(Redução/aumento) do caixa e equivalentes de caixa	27.658	9.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Superávit do exercício	36.103	12.994
Resultado abrangente total	36.103	12.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

Instituído em 4 de novembro de 1991 como uma organização sem fins lucrativos, enquadrada em PME, o GRAACC tem o propósito de garantir ao maior número de crianças e adolescentes todas as chances de cura do câncer infantojuvenil, com qualidade de vida.

Para ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Estadual nº 50.679 de 31 de março de 2006;
- Título de Utilidade Pública Municipal nº 36.776 de 16 de março de 1997;
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 733/2012;
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde, portaria nº 112 de 04/02/2021, renovada pela portaria SAES/MS nº 965, de 16 de novembro de 2023;
- CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 1083/04.

Desde maio de 1998, possui um hospital, especializado em oncologia pediátrica, situado à Rua Pedro de Toledo, 572, na cidade de São Paulo, que atende cerca de quatro mil pacientes por ano e alcança índice médio de cura de 72%.

Oferece uma infraestrutura moderna com todos os serviços necessários para um tratamento efetivo, com alas de internação, UTI pediátrica, quimioterapia, radioterapia, transplante de medula óssea, centro cirúrgico, de diagnóstico por imagem e de reabilitação. O atendimento é dividido por diagnóstico de modo que o paciente é tratado por médicos e profissionais multidisciplinares experientes por tipo de tumor.

Em 2024, o GRAACC atendeu 3.875 pacientes, sendo 391 casos novos, e realizou 22.218 consultas médicas, 10.556 aplicações de quimioterapia, 4.330 sessões de radioterapia, 2.616 procedimentos cirúrgicos e 94 transplantes de medula óssea.

O ano foi marcado ainda pela entrada do GRAACC no Pediatric Neuro Oncology Consortium, uma rede científica de colaboração internacional entre centros de excelência dedicados à pesquisa de cânceres cerebrais infantis. O hospital é o primeiro da América Latina a integrar este grupo. Também realizou seu 2º Congresso Internacional de Oncologia Pediátrica com a presença de mais de 700 congressistas da América Latina, Estados Unidos e Europa.

Para garantir sua sustentabilidade, o GRAACC conta com recursos obtidos por meio de receitas hospitalares e não hospitalares, advindas da captação de recursos de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas.

Desde 2020, os investimentos do GRAACC têm como prioridade a expansão de sua capacidade, aumentando o conforto e a segurança de seus profissionais, pacientes e acompanhantes.A administração do GRAACC continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento com indicação de *impairment* e/ou não realização de seus ativos. Não há indícios de que possam gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Entidade.

Fundado com base numa tríplice aliança entre empresariado, sociedade e universidade, o GRAACC, ao longo de seus 33 anos, vem mostrando-se como o resultado dessa união frente a um objetivo comum, pode oferecer chances de cura e promover saúde a crianças e adolescentes com câncer, com qualidade de vida.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal e administração da Entidade em 22 de abril de 2025.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo e pelos ativos imobilizados recebidos de doações, também mensurados ao valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - provisão para crédito de liquidação duvidosas;
- Nota 7 - valor residual do ativo imobilizado; e
- Nota 11 - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas–Continuação

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

2.4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

b) Contas a receber

O contas a receber é registrado pelo valor produzido junto a convênios e ao Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização do contas a receber, para os títulos a vencer acima de 360 dias.

j) Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

i) *Doações*

As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que as contraprestações à essas doações são cumpridas pela Entidade.

ii) *Subvenção e convênios*

O reconhecimento da receita é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em subvenção e convênios no passivo circulante e não circulante. À medida que os gastos incorrerem, no mesmo momento as receitas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em subvenção e convênios.

iii) *Serviços hospitalares*

Os serviços hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecido de acordo com o regime de competência. Os serviços hospitalares que se encontram em curso ou ainda não foram faturados aos convênios até o encerramento das demonstrações financeiras são avaliados e quantificados pela administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data do encerramento das demonstrações financeiras.

10. Subvenção e convênios

	2024	2023
Subvenções e convênios (a)	11.913	13.256
Terreno (b)	4.447	4.447
Diferidas edificações e reformas (c)	6.255	6.474
Diferidas máquinas e equipamentos (c)	5.927	7.781
	28.542	31.958
Subvenções passivo circulante	11.913	13.256
Subvenções passivo não circulante	16.629	18.702

(a) Subvenções e convênio referem-se a recursos obtidos de terceiros para a realização de objetivos de interesse comum. Os recursos recebidos e não empregados estão apresentados no ativo circulante, na rubrica de recursos vinculados a projetos (Nota 4). Abaixo demonstramos os principais convênios e o mapa de movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

13. Receitas com serviços prestados e gratuidades

	2024	2023
Receita com serviços prestados		
Prefeitura Municipal de São Paulo	31.445	19.460
Convênios/planos de saúde	52.613	40.546
Ensino/pesquisas/outros	541	622
Receita com gratuidades concedidas (Nota 24)	489	603
	85.088	**61.231**

14. Receitas com captações de recursos

	2024	2023
Doações de mantenedores (a)	68.878	64.219
Outros eventos (b)	60.423	38.198
Eventos McDia Feliz (c)	5.555	6.243
Governamentais (d)	15.032	14.969
Doações de Materiais e medicamentos	1.210	520
Amortização das receitas diferidas	2.566	3.360
	153.664	**127.509**

(a) Doações

No exercício de 2024, a Entidade recebeu doações por depósitos em conta corrente no valor de R$ 68.878 (R$ 64.219 em 2023) de mantenedores.

(b) Outros Eventos

O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R$ 60.423 (R$ 38.198 em 2023) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras. Em 2024, os principais eventos foram: doações PF/PJ não recorrentes R$ 27.922, Investimentos para Obras R$ 10.885, relacionamento institucional R$ 7.571, empresas investidoras R$ 5.255, Bazar R$ 2.983 outros R$ 5.807.

(c) Amortização das diferidas

As receitas diferidas são reconhecidas como receitas em base sistemática durante a vida útil do ativo não monetário, através da depreciação mensal.

(d) Eventos

Os recursos decorrentes do evento anual "McDia Feliz" (renda obtida com a venda do "Big Mac" na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de *souvenirs*, bem como de padrinhos e patrocinadores dessa campanha, de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC.

(e) Governamentais

Referem-se aos recursos captados para a manutenção das áreas assistenciais. Os principais recursos recebidos em 2024 estão atrelados aos projetos, Fumcad R$ 6.465, Emenda parlamentar R$ 3.715, Estadual R$ 3.292, Pronon R$ 986 e outros R$ 574.

15. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, as receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade registrou o montante de R$ 2.830 (R$ 2.811 em 2023) de receitas com voluntários.

Exercício	Diretoria estatutária	Coordenação geral	Coordenação	Subcoordenação	Operação	Total
2024	49	531	750	154	1.346	2.830
2023	44	893	642	136	1.096	2.811

16. Custos com serviços prestados e gratuidades

	2024	2023
Salários e encargos diretos e auxiliares	(71.907)	(62.165)
Medicamentos e materiais	(40.288)	(31.924)
Serviços profissionais	(33.070)	(24.597)
Custos hospitalares (i)	(14.849)	(15.423)
Depreciação e amortização	(7.188)	(7.786)
Gratuidades (Nota 24)	(489)	(603)
	(167.791)	(142.498)

(i) Referem-se aos gastos incorridos para a manutenção das atividades da Entidade, como: manutenção de máquinas hospitalares, equipamentos, energia elétrica, água, correios etc.

17. Custo com captações de recursos

	2024	2023
Salários e encargos	(7.019)	(7.003)
Depreciação e amortização	(389)	(382)
Despesas bancarias	(2.433)	(2.484)
Correios e mala direta	(3.442)	(4.402)
Campanhas e eventos	(6.186)	(5.128)
Serviços pessoa jurídica	(2.215)	(3.044)
Aluguel	(901)	(851)
Licença e manutenção software	(845)	(736)
Custos operacionais	(2.453)	(2.356)
	(25.883)	**(26.386)**

18. Despesas administrativas

	2024	2023
Salários e encargos administrativos	(11.431)	(10.466)
Depreciação e amortização	(539)	(557)
Administração em geral (a)	(2.494)	(2.063)
	(14.464)	**(13.086)**

(a) **Serviço pessoa jurídica, administração software, serviços de informática, etc.**

21. Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune do recolhimento de 2% sobre os serviços prestados a pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (c) Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4º do Decreto nº 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1º a 5º de dezembro de 2002; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à Cofins, a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 2007, são isentas do recolhimento da Cofins no montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

As receitas financeiras de acordo com o Decreto nº 5.442, de 2005, estão reduzidas à alíquota de 0% (zero) da Cofins.

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde (CEBAS) ao Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer – GRAACC,deferido por meio da Portaria SAES/MS nº 112, de 04 de fevereiro de2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 29, de 11 de fevereiro de 2021, seção 1, página 150, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. A Renovação ocorreu em 04/02/2021 e terá validade pelo período de 05 de maio de 2021 a 31 dezembro de 2025.

22. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2024 e 2023:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias;
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Cota Patronal - INSS.

23. Atendimento SUS

Em observância ao artigo 4º da Lei Complementar de 27 de novembro de 2009, aos artigos 19 e 20 do Decreto federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e ao artigo 24 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	2024 Percentual de atendimento	2023 Percentual de atendimento
Atendimentos ambulatoriais		
SUS	81%	76%
Convênios e particulares	19%	24%
	100%	100%
Internações hospitalares		
SUS	76%	78%
Convênios e particulares	24%	22%
	100%	100%

Conforme artigo 32 da Portaria nº 1970/2011, o mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela Entidade para pacientes do SUS e não SUS. Parágrafo único. Para efeitos de atendimento do disposto no caput, a participação do componente ambulatorial SUS será de no máximo 10%, devidamente comprovado.

Sérgio Antônio Garcia Amoroso Presidente	**André Luiz Negrão Albanez** CEO
Alexandre Tadeu da Costa Vice-Presidente	**Ednilson Alves Deo** Contador CRC-1SP192736/O-0
Fabio Henrique Rontani Fonseca Contador CRC-SP292795/O	**Ernest & Young Auditores Independentes S /S Ltda** CRC-SP 034519/O

A versão completa de nossas demonstrações financeiras está disponível em: graacc.org.br

Eufrázio

TIVIT

CONECTANDO TECNOLOGIA
PARA UM MUNDO MELHOR.

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

CNPJ nº 07.073.027/0001-53

DESTAQUES 2024

Receita Bruta **R$ 2,1 Bilhões**	Crescimento da Receita Líquida **12,2%**	Novos Logos Conquistados **181**	Participação de Receitas Digitais e de Nuvem **67% vs. 60%** em 2023
Crescimento da Receita Cyber Security **63%**	Crescimento da Receita Cloud Solutions **25%**	Crescimento da Receita de Soluções Digitais **16%**	Capex Light - Capex como % da Receita **2,6% vs. 3,3%** em 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("TIVIT") vem submeter as suas demonstrações financeiras relativas às atividades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas.

APRESENTAÇÃO

A TIVIT é uma multinacional brasileira, com 25 anos de experiência em fornecer serviços de tecnologia para transformar as empresas. Com operações em 10 países da América Latina, a companhia oferece serviços de Transformação Digital, Gestão de Plataformas Múltiplas de Nuvem incluindo nuvens públicas e privadas, Desenvolvimento Ágil de Software, Construção e Gestão de Data analytics, Cibersegurança, Modernização e Implementações em SAP, AI Generativa, além de deter diversas soluções SaaS, apoiando seus clientes em suas jornadas de Evolução Digital. Com uma organização segmentada por indústrias, a TIVIT responde aos desafios de um mundo cada vez mais conectado e dinâmico. A TIVIT atende a um grupo relevante de empresas líderes de mercado na América Latina. Com um ecossistema repleto de serviços e soluções inovadoras, a TIVIT apoia os grandes desafios tecnológicos dessas empresas que suportam os seus crescimentos. Acreditamos no poder da inovação e temos convicção de que a tecnologia é a chave para um mundo mais sustentável e próspero. Há muitos anos, a TIVIT tem sido um catalisador da transformação em todos os setores da sociedade moderna. Ter o cliente no centro da tomada de decisão é o nosso ponto de partida para o alcance da excelência e da mentalidade de dono. É por isso que criamos relações significativas e parcerias de longo prazo, proporcionando a evolução em cada interação. Nosso posicionamento é norteado pela crença no poder transformador das pessoas. Promovemos diversidade, inclusão, inovação e criatividade, sempre pensando grande e agindo com rapidez, desafiando constantemente o status quo e criando soluções que transcendem as expectativas. Por isso, estamos em constante movimento e preparados para a mudança. Somos um meio para que negócios possam impactar positivamente a vida das pessoas. Ao lado das empresas mais inovadoras do mundo e das melhores pessoas, criamos soluções personalizadas que ajudam a transformar os negócios e a sociedade, com a certeza de que podemos criar um futuro justo para todos.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi marcado pela continuidade da expansão de receitas em Cloud Solutions (25%), Cyber Security (63%) e Digital Solutions, Data&AI (16%). Ao final de 2024, a Companhia apresentou saldo de caixa de R$ 265 milhões (R$225 em 2023) , que são investidos em aplicações de curto prazo em bancos de primeira linha trazendo receita financeira de juros. Esse aumento reflete a sólida estratégia de gestão de recursos, com os saldos de caixa sendo aplicados em investimentos de curto prazo em bancos de primeira linha. Essas aplicações têm gerado uma receita financeira consistente por meio dos juros, o que contribui positivamente para o desempenho financeiro da Companhia. O crescimento do saldo de caixa decorre, em grande parte, dos excelentes resultados obtidos na geração de caixa operacional durante o período. Esse avanço demonstra a eficiência das operações da Companhia, destacando sua capacidade de transformar vendas e operações em fluxo de caixa positivo. O resultado de despesas financeiras de 2024 foi de R$ 100 milhões (devedor), contra R$121 milhões (devedor) em 2023. A diminuição de 17% nas despesas financeiras reflete a transformação do perfil de negócios da empresa onde investimentos em Capex tem sido rapidamente reduzidos com 2,6% da receita em 2024 comparados com 3,3% em 2023, além dos esforços da Companhia em otimizar sua estrutura de capital e reduzir o custo com juros. O Lucro Líquido totalizou R$24 milhões em 2024 (R$6 milhões em 2023). O crescimento significativo é resultado, principalmente, da melhoria da margem bruta da Companhia, que foi impulsionada pelo aumento da receita líquida e pela implementação de ações estratégicas que elevaram a produtividade no período. A Companhia focou em iniciativas de redução de custos e aumento da eficiência operacional, o que permitiu não só expandir a margem bruta, mas também melhorar o controle sobre as despesas operacionais. O desempenho sólido da operação foi crucial para alcançar esse resultado positivo, refletindo a robustez do modelo de negócios e a execução eficiente das estratégias corporativas. O EBITDA Ajustado (LAJIDA) de 2024 foi de R$ 336 milhões, alcançando uma margem de 17,1% sobre a nossa receita líquida.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento bancário líquido consolidado terminou em R$ 533 milhões e representou 1,7 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses (1,8 vezes em 2023).

Em milhares de Reais	FY2024	FY2023
Dívida (i)	(797.473)	(734.601)
Caixa e equivalentes	264.802	224.853
Dívida líquida	**(532.671)**	**(509.748)**

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, arrendamentos contratados com instituições financeiras e debêntures circulantes e não circulantes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade Social é um dos principais pilares da TIVIT, que desde a sua fundação, está comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões onde atua. Buscamos planejar e executar ações e projetos de impacto social relevante, contribuindo com o desenvolvimento sustentável, atendendo demandas sociais locais, regionais e nacionais. Mobilizamos recursos financeiros e pessoas voluntárias para a realização de projetos educacionais e sociais, sejam eles projetos ou campanhas fixas e/ou pontuais para atender alguma demanda emergencial ou temporária.

Atuamos em três pilares:

- Educação para o Trabalho: Voltado para jovens do ensino médio da rede pública de Ensino.
- Ações Assistenciais: voltadas para pessoas de todas as idades em situação de vulnerabilidade social e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atendam o público-alvo da assistência social.
- Nossos colaboradores: Por meio de ações e projetos que visam a garantia de trabalho digno, democratização da educação e desenvolvimento, condições laborais física e emocionalmente saudáveis, valorização da diversidade, ações voltadas para as famílias dos colaboradores, entre outras.

Entre os projetos e ações destacam-se: O TIVIT Solidária: O Programa TIVIT Solidária, faz parte das ações de Responsabilidade Social da TIVIT e tem como propósito mobilizar recursos para destinar instituições sociais, comunidades, famílias ou escolas que se encontrem em situações vulneráveis ou estejam atravessando algum momento de crise. O TIVIT Solidária é uma ação permanente, onde os colaboradores(as) podem realizar doações a qualquer momento. Os recursos obtidos são utilizados nas campanhas anuais ou campanhas emergenciais.

Nossas ações envolvem:

- Doações com arrecadação;
- Doações com recursos TIVIT;
- Programa de voluntariado.

Temos campanhas anuais fixas como Páscoa Solidária, Campanha do Agasalho, Dia Encantado, Árvore dos Sonhos: Todas as campanhas fixas contam com o engajamento dos nossos colaboradores tanto na arrecadação dos itens a serem doados quanto na entrega e doação de tempo nas diferentes instituições que são apadrinhadas anualmente. No Ano de 2024, realizamos a arrecadação de R$39 mil por meio de doação de cerca de 640 colaboradores engajados. Foram destinados o total de 122,9kg para as campanhas, com a contrapartida financeira da Companhia. Cerca de 1.300 pessoas beneficiadas com as campanhas e ações. Destaca-se ainda campanha para ajuda à famílias do Rio Grande do Sul que foram atingidos pelas enchentes no mês de abril de 2024, onde destinamos 102kg para apoio às famílias. **O Instituto TIVIT**: Programa de Voluntariado corporativo voltado com foco em levar Orientação Profissional e Aconselhamento para jovens do ensino médio da rede pública de ensino. O Programa acontece desde 2017 e já foi destaque na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo como um dos 10 projetos mais relevantes do Programa Adoção Afetiva: Escola e Comunidade Unidas. O instituto leva conteúdos para a sala de aula e prepara jovens para o mercado de trabalho, por meio da Jornada da Empregabilidade, composta por um curso de Orientação Profissional Básica, Mentorias individuais de carreira, Acesso a plataforma educacional da TIVIT com conteúdos de desenvolvimento pessoal e Soft skills. Toda a jornada dos jovens pelo instituto é acompanhada por nossos colaboradores das mais diferentes áreas de atuação que se inscrever para atuar de maneira voluntária no projeto. O Programa de Orientação Profissional para a Empregabilidade é uma das iniciativas mais impactantes do Instituto TIVIT, braço social da TIVIT, criado em 2017 com o propósito de oferecer formação profissional e mentoria de carreira para jovens de escolas públicas do estado de São Paulo. Com um modelo baseado no voluntariado corporativo, o programa conecta os jovens a profissionais da TIVIT que compartilham conhecimentos sobre empregabilidade, desenvolvimento de soft skills e competências técnicas em áreas estratégicas como Fundamentos de Rede, Cloud e Programação. Além das aulas, os participantes recebem mentorias individuais de carreira realizadas por voluntários(as) da TIVIT, que também contam com capacitação específica para essa atividade. Após a conclusão do programa, os jovens são acompanhados por seis meses, período em que realizamos pesquisas com os egressos, prospectamos e indicamos vagas alinhadas ao perfil e momento de vida de cada participante, além de oferecer cursos e conteúdos gratuitos para apoiar a entrada no mercado de trabalho. Esse suporte contínuo resultou, por exemplo, em 60% de empregabilidade na turma de 2021, com 17% dos participantes contratados pela própria TIVIT. Nos últimos oito anos, o programa beneficiou diretamente 1500 jovens, com uma taxa de conclusão de 56%, mobilizando para isso cerca de 500 colaboradores(as) como voluntários(as). Indiretamente, cerca de 3.000 pessoas foram impactadas por melhorias nas escolas participantes, ampliando o impacto social da iniciativa.

SUSTENTABILIDADE

A TIVIT segue firme em seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua, no Brasil e no exterior. Atuamos em plena conformidade com a legislação vigente e requisitos legais aplicáveis ao nosso negócio, sempre buscando os mais altos padrões em segurança, saúde, condições de trabalho, gestão ambiental e respeito aos direitos humanos. Em 2024, reforçamos ainda mais nosso posicionamento na Agenda ESG ao aderir ao Pacto Global da ONU, consolidando nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, conquistamos a certificação ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno), fortalecendo nosso compromisso com a ética, integridade e transparência em todas as nossas operações. Mantivemos a certificação ISO 14.001 (Sistema de Gestão Ambiental), e seguimos avançando no processo de mensuração da Pegada de Carbono por meio da ISO 14.064 (Inventário de Gases de Efeito Estufa), no qual conquistamos a redução de gases em 13% nas operações do Brasil. Seguimos monitorando de forma contínua nossos indicadores ambientais - consumo de água e energia, geração de resíduos e emissão de CO^2 - e implementando soluções com tecnologia IoT nos escritórios para promover eficiência e redução de consumo. Aproximadamente 95% dos resíduos gerados pela organização são destinados à reciclagem, reforçando nosso compromisso em minimizar os impactos ambientais. A TIVIT acredita que a educação ambiental é fundamental para promover a conscientização e engajamento de todos os colaboradores em práticas sustentáveis. Por isso, realizamos regularmente workshops e palestras , abordando temas como gestão de recursos naturais, redução de desperdícios, mudanças climáticas e práticas sustentáveis no dia a dia.

AGRADECIMENTOS

A TIVIT agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores o indispensável apoio e a confiança, assim como aos nossos colaboradores pelo trabalho e dedicação prestados.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381, declaramos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não nos prestou quaisquer outros serviços que possam afetar a sua independência profissional. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

BALANÇO PATRIMONIAL - REFERENTE AOS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	188.072	171.240	264.802	224.853
Contas a receber	160.259	166.934	319.303	286.798
Transações com partes relacionadas	7.328	7.495	1.714	1.512
Impostos a recuperar	51.110	55.815	101.146	98.328
Despesas antecipadas	12.391	18.445	59.216	30.692
Dividendos a receber	–	12.209	–	–
Depósitos judiciais e garantias	12.854	13.318	12.854	13.318
Outros créditos	18.957	27.668	24.905	35.529
	450.971	473.124	783.940	691.030
Bens destinados a venda	–	5.325	–	5.325
Total dos ativos circulantes	**450.971**	**478.449**	**783.940**	**696.355**
Não Circulante				
Despesas antecipadas	6.941	6.919	7.372	5.371
Transações com partes relacionadas	7.602	25.834	–	19.334
Outros créditos	–	–	641	1.095
Impostos a recuperar	9.148	–	9.148	–
Depósitos judiciais e garantias	10.206	10.284	22.672	21.310
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	7.652	1.283
Investimentos	380.662	381.504	–	–
Imobilizado	236.357	242.148	339.598	348.216
Intangível:				
Ágio na aquisição de investimentos	1.547.331	1.458.798	1.802.802	1.779.095
Outros intangíveis	116.210	112.266	160.367	176.252
Total dos ativos não circulantes	**2.314.457**	**2.237.753**	**2.350.252**	**2.351.956**
Total dos Ativos	**2.765.428**	**2.716.202**	**3.134.192**	**3.048.311**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Fornecedores	91.958	99.340	194.585	190.769
Empréstimos e financiamentos	26.635	102.054	36.250	107.600
Passivo de arrendamento	38.645	27.292	42.668	32.297
Passivo de arrendamento (direito de uso)	56.631	50.450	70.125	63.096
Provisão para riscos e processos judiciais	16.409	20.799	16.651	21.316
Impostos a recolher	33.299	30.766	89.274	73.130
Salários e encargos sociais	125.323	120.925	169.457	155.679
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	6.370	–	6.370	–
Transações com partes relacionadas	5.255	4.196	5.077	4.633
Demais contas a pagar	15.895	13.790	96.713	47.054
Total dos passivos circulantes	**416.420**	**469.612**	**727.170**	**695.574**
Não Circulante				
Fornecedores	2.974	3.039	6.301	5.971
Empréstimos e financiamentos	606.952	491.876	678.232	530.926
Passivo de arrendamento	34.054	54.422	40.323	63.778
Passivo de arrendamento (direito de uso)	76.430	83.546	104.273	118.943
Provisão para riscos e processos judiciais	55.656	72.744	72.020	93.338
Impostos a recolher	1.238	1.610	1.256	3.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	125.415	142.459	128.819	136.375
Transações com partes relacionadas	105.432	46.754	–	–
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	101.827	151.284	101.827	151.284
Demais contas a pagar	111.236	122.454	146.177	172.616
Total dos passivos não circulantes	1.221.214	1.170.188	1.279.228	1.276.335
Total dos passivos	**1.637.634**	**1.639.800**	**2.006.398**	**1.971.909**
Patrimônio Líquido				
Capital social	1.109.631	1.105.777	1.109.631	1.105.777
Ações em tesouraria	(20.079)	(20.079)	(20.079)	(20.079)
Reservas de capital	15.304	11.877	15.304	11.877
Reservas de lucros	36.669	18.171	36.669	18.171
Transação com sócios	(5.174)	(5.174)	(5.174)	(5.174)
Outros resultados abrangentes	(8.557)	(34.170)	(8.557)	(34.170)
Total dos patrimônio líquido	**1.127.794**	**1.076.402**	**1.127.794**	**1.076.402**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.765.428**	**2.716.202**	**3.134.192**	**3.048.311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

Eufrázio

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

CNPJ nº 07.073.027/0001-53

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R$)

			Reservas de capital		Reservas de lucros					
	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio por incorporação	Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Transações com sócios	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**1.101.883**	**(20.079)**	**3.263**	**8.614**	**15.463**	**–**	**–**	**(5.174)**	**2.615**	**1.106.585**
Lucro do exercício líquido	–	–	–	–	–	–	5.782	–	–	5.782
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	289	–	(289)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–		5.493	(5.493)	–	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(36.785)	(36.785)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(3.074)	–	–	–	(3.074)
Aumento de capital (Plano de incentivo de Longo prazo)	3.894	–	–	–	–	–	–	–	–	3.894
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**1.105.777**	**(20.079)**	**3.263**	**8.614**	**15.752**	**2.419**	**–**	**(5.174)**	**(34.170)**	**1.076.402**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	24.260	–	–	24.260
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	1.213	–	(1.213)	–	–	–
Dividendos mínimos propostos	–	–	–	–	–	–	(5.762)	–	–	(5.762)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	–	17.285	(17.285)	–	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	25.613	25.613
Aumento de capital (Plano de incentivo de Longo prazo)	3.854	–	–	–	–	–	–	–	–	3.854
Plano de opções de ações	–	–	3.427	–	–	–	–	–	–	3.427
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**1.109.631**	**(20.079)**	**6.690**	**8.614**	**16.965**	**19.704**	**–**	**(5.174)**	**(8.557)**	**1.127.794**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Bruta	**1.248.933**	**1.118.227**	**2.149.476**	**1.922.798**
Impostos	(149.341)	(138.775)	(180.535)	(166.640)
Receita Operacional Líquida	**1.099.592**	**979.452**	**1.968.941**	**1.756.158**
Custo dos serviços prestados	(903.897)	(777.669)	(1.606.412)	(1.398.684)
Lucro Bruto	195.695	201.783	362.529	357.474
Vendas	(91.937)	(83.361)	(115.373)	(103.106)
Gerais e administrativas	(67.205)	(70.512)	(109.948)	(130.308)
Resultado de equivalência patrimonial	68.151	42.451	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	15	166	27	240
Despesas (Receitas) operacionais	(90.976)	(111.256)	(225.294)	(233.174)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**104.719**	**90.527**	**137.235**	**124.300**
Receitas financeiras	15.066	22.743	28.934	41.489
Despesas financeiras	(112.824)	(130.083)	(125.340)	(152.690)
Variação cambial, líquida	255	(619)	(3.627)	(9.734)
Resultado financeiro líquido	(97.503)	(107.959)	(100.033)	(120.935)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**7.216**	**(17.432)**	**37.202**	**3.365**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	–	1.037	(30.962)	(32.046)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.044	22.177	18.020	34.463
Lucro Líquido do Exercício	**24.260**	**5.782**	**24.260**	**5.782**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	24.260	5.782
Componentes dos Resultados Abrangentes das Operações Continuadas		
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:		
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	28.105	(35.999)
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas	(2.492)	(786)
Resultado Abrangente Total do Exercício	**49.873**	**(31.003)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	1.248.933	1.118.227	2.149.476	1.922.798
Outras receitas	24.379	13.557	24.379	13.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(558)	(1.342)	(2.178)	(1.369)
	1.272.754	1.130.442	2.171.677	1.935.301
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(309.805)	(216.672)	(773.807)	(622.787)
Valor adicionado bruto	962.949	913.770	1.397.870	1.312.514
Depreciação, Amortização e Exaustão				
Depreciações e amortizações	(132.119)	(116.515)	(167.483)	(157.759)
Valor adicionado líquido produzido	830.830	797.255	1.230.387	1.154.755
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	68.151	42.451	–	–
Receitas financeiras	18.459	20.236	35.391	46.948
Valor Adicionado Total a Distribuir	**917.440**	**859.942**	**1.265.778**	**1.201.703**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal:	633.788	604.319	888.660	854.599
Remuneração direta	515.047	497.153	742.741	747.267
Benefícios	76.890	69.234	87.984	69.336
FGTS	41.851	37.932	57.935	37.996
Impostos, taxas e contribuições:	134.337	117.605	201.530	167.282
Federais	104.481	89.421	161.007	134.782
Estaduais	88	72	88	86
Municipais	29.768	28.112	40.435	32.414
Remuneração de capital de terceiros:	125.055	132.236	151.328	174.040
Juros	115.962	128.195	135.424	167.883
Aluguéis	9.093	4.041	15.904	6.157
Remuneração de Capital Próprio	**24.260**	**5.782**	**24.260**	**5.782**
Juros sobre capital próprio	–	3.074	–	3.074
Lucros retidos do exercício	24.260	2.708	24.260	2.708
Valor Adicionado Distribuído	**917.440**	**859.942**	**1.265.778**	**1.201.703**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício	24.260	5.782	24.260	5.782
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	132.119	116.515	167.483	157.759
Perdas (ganhos) por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquidas de reversões	558	1.342	2.178	1.369
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.044)	(22.177)	(18.020)	(34.463)
Provisão (Reversão) para riscos e processos judiciais	(8.311)	3.145	(8.551)	3.145
Plano de opção de ações	2.679	1.445	2.679	1.445
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	100.118	114.484	110.726	131.382
Custo de financiamento reconhecido no resultado	849	885	849	885
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados	35.101	46.487	41.803	58.320
Baixa de investimento	–	(10.463)	–	–
Variação cambial	(1.566)	3.764	11.321	(32.472)
Resultado de equivalência patrimonial	(68.151)	(42.451)	–	–
	200.612	218.758	334.728	293.152
Redução (aumento) nos saldos de ativos:				
Contas a receber	(7.399)	(25.474)	(54.273)	(36.255)
Contas a receber de partes relacionadas	17.473	20.532	19.132	(1.064)
Impostos a recuperar	(4.243)	(5.877)	(11.966)	(8.370)
Depósitos judiciais e garantias	1.018	4.436	(898)	4.579
Despesas antecipadas	6.032	6.810	(30.525)	13.130
Outros créditos	13.132	(14.546)	11.078	(15.931)
Aumento (redução) nos saldos de passivos:				
Fornecedores	(3.326)	(21.941)	(329)	(32.841)
Partes relacionadas	59.737	4.048	444	4.394
Salários e encargos sociais	(37.616)	(2.449)	(28.025)	(20.024)
Impostos a recolher	4.011	7.193	33.835	20.442
Demais contas a pagar	20.003	4.795	53.026	56.398
Pagamento de provisão para riscos	(19.474)	(22.414)	(19.474)	(22.414)
Passivo de arrendamento	(12.098)	–	(11.173)	–
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de imposto de renda e contribuição social	237.862	173.872	295.580	255.196
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.651)	(2.606)	(19.539)	(14.501)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	234.211	171.266	276.041	240.695
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Recebimentos de dividendos de controladas	13.399	19.367	–	–
Caixa advindo por incorporações	2.890	3.894	–	3.894
Pagamento de "earn-out"	(6.788)	(13.362)	(6.788)	(13.362)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(44.502)	(29.429)	(62.126)	(29.429)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(35.001)	(19.530)	(68.914)	(38.897)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(48.849)	(14.540)	(48.849)	(14.540)
Captação de empréstimos, líquida de custo de captação	396.187	224.145	439.320	224.145
Pagamento de empréstimos e financiamento	(356.033)	(211.667)	(371.213)	(261.872)
Pagamento de arrendamento	(94.332)	(94.496)	(110.057)	(109.213)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(6.598)	(7.354)	(7.542)	(8.130)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(72.753)	(76.063)	(77.409)	(88.981)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(182.378)	(179.975)	(175.750)	(258.591)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	–	–	8.572	(5.694)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**16.832**	**(28.239)**	**39.949**	**(62.487)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	171.240	199.479	224.853	287.340
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	188.072	171.240	264.802	224.853
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**16.832**	**(28.239)**	**39.949**	**(62.487)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e estado de São Paulo. Seu controlador e "holding" é o APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços contendo soluções digitais que compreendem Internet das Coisas ("IOT"), coleta, organização, agrupamento e análise de dados em tempo real (Business Analytics), implementação e soluções de inteligência artificial, soluções de monitoração de negócios por meio da automatização, gerenciamento, controle e segurança em plataforma de integração de negócios, soluções de "Cybersecurity" por meio da gestão de segurança da informação, riscos, continuidade de negócios, e processos operacionais voltados para a segurança dos ambientes de produção, serviços de gestão e monitoração de redes de distribuição elétricas ("Smart Grid"); (c) implantação, operação e gestão de processamento em nuvem por meio de plataformas privadas, públicas ou híbridas além da gestão e apoio ao cliente na escolha e acompanhamento das suas plataformas de nuvem; (d) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (e) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (f) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (g) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (h) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (i) a participação em outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista. Dependência de tecnologia de terceiros: Para a prestação de seus serviços, a Companhia utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização destas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Companhia poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros. Incorporação de Adquiridas: Em 14 de maio de 2019, a Companhia adquiriu, a STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda. ("StoneAge"), passando a ser sua controladora. Em 2 de janeiro de 2024, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi concluído o processo de incorporação pela Companhia de sua controlada. Essa incorporação tem como objetivo resultar em maior eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como garantirá uma administração de modo mais eficiente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base. Operações de arrendamento que estão inseridas no escopo da IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (equivalente ao CPC 06 (R2)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso, estão inseridas no escopo da IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)). A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. **2.3. Critérios de consolidação:** As seguintes empresas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

			Participação capital social %	
Empresas	País	Tipos de controles	31/12/2024	31/12/2023
Tivit USA LLC	USA	Direto	100	100
Tivit One Cloud	Brasil	Direto	100	100
Tivit Colômbia Tercerización de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Direto	0,03	0,03
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Direto	10,78	10,78
Tivit Chile Tercerización de Processos, Servicios y Tecnologia SpA	Chile	Direto	100	100
Tivit México Tercerización de Processos Servicios y Tecnologia	México	Direto	99,95	99,95
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sociedad Anonima	Paraguai	Direto	100	100
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sucursal Bolivia	Bolívia	Direto	100	100
STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda. ("StoneAge") (i)	Brasil	Direto	–	100
Sensr.IT Information Technology Ltda.	Brasil	Direto	100	100
Tivit Holding	Brasil	Direto	100	100
Controladas indiretas por meio da Tivit Chile Tercerización de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S				
Tivit Peru Tercerización de Processos, Serviços Y Tecnologia S.A.C.	Peru	Indireto	100	100
Tivit Colombia Tercerización de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	99,94	99,94
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Indireto	89,22	89,22
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	99	99

continua →

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

CNPJ nº 07.073.027/0001-53

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	País	Tipos de controles	Participação capital social % 31/12/2024	31/12/2023
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Equador	Indireto	1	1
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	75	75
Consorcio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50	50
XMS Technologies SpA	Chile	Direto	100	100
XMS Business Solutions S.A.	Chile	Direto	100	100
XMS Talentos SpA	Chile	Direto	100	100
XMS Latam México S.A.	México	Direto	100	100
XMS Latam Perú S.A.C	Peru	Direto	100	100
Electronics XMS Bolivia S.A.	Bolivia	Direto	100	100
Holding Tecnologico SPA	Chile	Direto	100	100
Controladas indiretas por meio da Tivit Colombia Tercerización de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.				
Tivit México Tercerización de Processos Servicios y Tecnologia	México	Indireto	0,05	0,05
Tivit Colombia Dc Tercerización De Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	100	100
Tivit Colombia Tercerización de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	0,03	0,03
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	25	25
Consorcio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50	50
Controladas indiretas por meio da Tivit Peru Tercerización de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S				
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Equador	Indireto	99	99
Controladas indiretas por meio da Tivit Argentina SRL				
Asesorias y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	1	1
Controladas indiretas por meio da Tivit Holding				
Conpay Tecnologia e Pagamentos S.A.	Brasil	Indireto	100	100
TBanks Instituição de Pagamentos S.A.	Brasil	Indireto	100	100

(i) Empresa incorporada, conforme nota explicativa nº 1.

2.4. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de tecnologia. **2.5. Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida na combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **2.6. Moeda funcional e moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada da Companhia são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera. As moedas funcionais de cada controlada direta ou indireta é a respectiva moeda em cada um dos países, com exceção da Tivit USA, para a qual a moeda funcional é o real (R$), por se tratar de uma extensão das operações e atividades da Companhia brasileira. Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado). Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida que possui operações no exterior ou baixa parcial de um investimento em controlada em conjunto ou coligada que possui operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido da Companhia é reclassificado para o resultado do exercício. Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Consistem principalmente em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado. **2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.9. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE"):** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização. **2.10. Ativos intangíveis: a) Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição. O ágio não é amortizado; entretanto, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior. Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGC). No caso da Companhia, essa segregação é feita por país. **b) Outros intangíveis:** Software: Registrados pelo custo de aquisição e amortizados durante o prazo da licença (cinco anos). Direitos de prestação de serviços a clientes: Apresentados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na rentabilidade futura de cada operação, suportada por laudos de avaliação econômica preparados por empresa especializada. Os contratos de prestação de serviços de processamento de dados, com prazos que variam de cinco a dez anos, são reconhecidos inicialmente pelo custo total e amortizados de forma linear, pelo prazo do contrato. Carteira de clientes: Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à carteira de clientes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira. Marcas e patentes: Apresentados de acordo com a alocação do preço pago às marcas e patentes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 18 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira. **2.11. Imobilizado:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Anos
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Direito de uso - edificações	6

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **2.12. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGCs à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.13. Arrendamentos:** São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro. Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados. **2.14. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos. **2.15. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. **2.16. Reconhecimento de receita: 2.16.1. Prestação de serviços:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. As receitas são reconhecidas conforme os seguintes critérios: • Receitas relacionadas ao gerenciamento e direito de uso de infraestrutura, baseada em ambientes tradicionais dedicados em data centers, em nuvem fornecida pela Companhia ou em nuvem de terceiros e respectivos serviços de conectividade e de equipes de suporte localizadas internamente ou nos clientes são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos. • Serviços de licenciamento de software por tempo determinado e de software como serviço (SaaS) têm suas receitas reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço e em linha com a vigência dos contratos firmados com os clientes. **2.17. Programa de compra de ações:** O programa de compra de ações da Companhia para empregados e administradores é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desse plano estão descritos na nota explicativa nº 27. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa operacional com um correspondente aumento no patrimônio líquido, quando a liquidação do plano é feita através de instrumentos patrimoniais, ou passivo, quando a liquidação do plano é feita em dinheiro, durante o período que os participantes adquirem incondicionalmente o direito às opções. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido ou passivo, nas rubricas "Reserva de compra de ações liquidadas com instrumentos de patrimônio" ou "Demais contas a pagar" no passivo não circulante, respectivamente. Em caso de instrumentos passivos, o valor justo também é remensurado a cada data de reporte e, se necessário, efetuando o ajuste do mesmo em contrapartida ao resultado do exercício. **2.18. Recompra de ações (ações em tesouraria):** Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquidos de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentadas como reservas de capital. **2.19. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **2.20. Outros resultados abrangentes:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos no resultado corrente como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo CPC e as IFRS. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para ao resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas. **2.21. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. **2.22. Reservas de capital:** Representam substancialmente os custos com o plano de opção de ações e ágio por incorporação. **2.23. Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia e para possíveis distribuições aos acionistas. **2.24. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", conforme nota explicativa nº 21. **2.25. Lucro básico e diluído por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado considerando-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a quantidade média ponderada de ações em circulação, considerando os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais. **2.26. Demonstrações dos fluxos de caixa:** Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 5 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.27. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia considerou, quando aplicável, alterações às normas internacionais "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Paulo Sergio Carvalho de Freitas
Diretor Presidente e Diretor Executivo de Operações

Tatiana Silva Lorenzi
Diretora Executiva de Desenvolvimento Humano e Organizacional
e Diretora Executiva Comercial

Silvio Cardozo da Cunha
Diretor Executivo Financeiro
e Diretor Executivo de Relações com Investidores

CONTADORA

Erica Ferreira Nascimento
CRC nº 1SP273669/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://tivit.com/a-tivit/. O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 08 de abril de 2025 sem modificações.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9 | CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.3.0015166.6

Ata da 42ª Assembleia Geral Ordinária Realizada em 28 de Março de 2025

1. Data, Hora e Local: 28 de março de 2025, às 11h, de modo exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede social da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, e §3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"). **2. Realização da Assembleia por Meio Exclusivamente Digital:** A Assembleia foi realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Zoom" ("Plataforma"), observados os requisitos previstos no artigo 28, §1º, da Resolução CVM 81, sem prejuízo da utilização do boletim de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos acionistas da Companhia, nos termos dos artigos 26 e 27, da Resolução CVM 81, conforme informado pela Companhia aos seus acionistas e ao mercado nos documentos referentes à convocação desta Assembleia. **3. Publicações e Divulgações:** Editais de Convocação publicados no jornal "O Estado de São Paulo" nos dias 27 e 28 de fevereiro e 1º de março de 2025 e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicadas no jornal "O Estado de S. Paulo" em 21 de fevereiro de 2025. Os documentos acima e os demais documentos pertinentes à ordem do dia, incluindo a Proposta da Administração, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e da Companhia no dia 27 de fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e da regulamentação aplicável. **4. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bruno Campos Garfinkel, e secretariados pela Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5. Presenças:** Acionistas representando 80,79% do capital social com direito a voto presentes à Assembleia, conforme registro de presença na Plataforma e considerando-se os boletins de voto a distância recebidos, nos termos do artigo 47, incisos II e III, da Resolução CVM 81. Em razão do quórum verificado, o Presidente da Mesa deu por instalada a Assembleia. Presentes, ainda, a distância, por meio da Plataforma, nos termos do artigo 5º, §7º, da Resolução CVM 81, o Sr. Celso Damadi, Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; o Sr. Domingos de Toledo Piza Falavina, Diretor de Relações com Investidores; e a representante da empresa de auditoria independente Ernst & Young, a Sra. Patrícia Di Paula da Silva Paz; e presencialmente o Sr. Rafael Veneziani Kozma e a representante do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, Sra. Lie Uema do Carmo, para atender a eventuais pedidos de esclarecimentos dos acionistas. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 3. Ratificar as declarações de juros sobre capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, deliberadas pelo Conselho de Administração de 25 de março de 2024, 25 de junho de 2024, 24 de setembro de 2024 e 24 de dezembro de 2024. 4. Determinar as datas para o pagamento dos juros sobre capital próprio e dos dividendos aos acionistas. 5. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado. **7. Resumo das Deliberações:** Instalada a Assembleia, a Secretária da Mesa informou os procedimentos a serem observados durante a Assembleia, para garantir o bom andamento dos trabalhos. Nenhum dos acionistas presentes à Assembleia que havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância informou seu interesse em manifestar o voto por meio da Plataforma, para efeitos de se desconsiderar o seu boletim de voto a distância, na forma do artigo 28, §2º, inciso II, e do artigo 48, §5º, inciso II, da Resolução CVM 81, tendo, portanto, simplesmente participado da Assembleia, nos termos do artigo 28, §2º, inciso I, da Resolução CVM 81. Foi dispensada a leitura dos documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., por ausência de requerimento dos acionistas presentes, nos termos do artigo 134 da Lei das S.A., bem como do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, nos termos do artigo 46-C, parágrafo único, da Resolução CVM 81. Dando continuidade aos trabalhos, a Assembleia: **7.1.** Aprovou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsiderados votos em branco, abstenções e os legalmente impedidos da base de votação, integralmente e sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Na deliberação desta matéria, foram computados **517.968.034** votos a favor da aprovação, **3.945.216** votos contra a aprovação e **447.686** abstenções, tendo sido desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação. **7.2.** Aprovou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, a destinação do lucro líquido do exercício, conforme a proposta da administração, no valor de **R$ 2.644.844.928,54** (dois bilhões, seiscentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos), que, após a realização de Reserva de Reavaliação, no montante de **R$ 10.779.667,10** (dez milhões, setecentos e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e dez centavos), perfaz o valor de **R$ 2.655.624.595,64** (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos), da seguinte forma: (i) Destinação de **R$ 132.242.246,43** (cento e trinta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos) para a conta de Reserva Legal; (ii) Distribuição de juros sobre o capital próprio, no valor bruto de **R$ 929.605.120,00** (novecentos e vinte e nove milhões, seiscentos e cinco mil, cento e vinte reais), equivalentes ao valor líquido de **R$ 801.263.085,40** (oitocentos e um milhões, duzentos e sessenta e três mil e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), referentes ao exercício social de 2024, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reuniões de 25 de março de 2024 (declaração de juros sobre o capital próprio referentes aos meses de janeiro a março de 2024), 25 de junho de 2024 (declaração de juros sobre o capital próprio referentes aos meses de abril a junho de 2024), 24 de setembro de 2024 (declaração de juros sobre o capital próprio referentes aos meses de julho a setembro de 2024) e 24 de dezembro de 2024 (declaração de juros sobre o capital próprio referentes aos meses de outubro a dezembro de 2024), e ratificado nesta Assembleia, e da imputação de parcela desse montante, no valor de **R$ 630.845.587,30** (seiscentos e trinta milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2024; (iii) Distribuição de **R$ 388.917.132,44** (trezentos e oitenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, cento e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos) a título de dividendos, adicionalmente aos juros sobre capital próprio ratificados conforme indicado no item 7.2 (ii), acima; e (iv) Destinação de **R$ 1.204.860.096,77** (um bilhão, duzentos e quatro milhões, oitocentos e sessenta mil e noventa e seis reais e setenta e sete centavos) para a conta de Reserva para Manutenção de Participações Societárias, nos termos do artigo 26, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia. Na deliberação desta matéria, foram computados **522.359.100** votos a favor da aprovação, **923** votos contra a aprovação e **913** abstenções, tendo sido desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação. **7.3.** Ratificou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação, as declarações de juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2024, de acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, deliberadas pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, sendo que: (i) em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2024, foram declarados juros sobre o capital próprio referentes aos meses de janeiro a março de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral, no valor bruto de **R$ 192.115.000,00** (cento e noventa e dois milhões, cento e quinze mil reais), correspondendo a R$ 0,29935563114 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), já creditados contabilmente aos acionistas em 28 de março de 2024, com base na posição acionária de 28 de março de 2024, em valores líquidos, correspondendo a R$ 0,25445228647 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria); (ii) em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2024, foram declarados juros sobre o capital próprio referentes aos meses de abril a junho de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral, no valor bruto de **R$ 204.820.000,00** (duzentos e quatro milhões, oitocentos e vinte mil reais), correspondendo a R$ 0,31918046848 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), já creditados contabilmente aos acionistas em 28 de junho de 2024, com base na posição acionária de 28 de junho de 2024, em valores líquidos, correspondendo a R$ 0,27130339821 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria); (iii) em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2024, foram declarados juros sobre o capital próprio referentes aos meses de julho a setembro de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral, no valor bruto de **R$ 263.000.000,00** (duzentos e sessenta e três milhões de reais), correspondendo a R$ 0,40982315690 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), já creditados contabilmente aos acionistas em 27 de setembro de 2024, com base na posição acionária de 27 de setembro de 2024, em valores líquidos, correspondendo a R$ 0,34834968337 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria); e (iv) em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de dezembro de 2024, foram declarados juros sobre o capital próprio referentes aos meses de outubro a dezembro de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral, no valor bruto de **R$ 269.670.120,00** (duzentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta mil, cento e vinte reais), correspondendo a R$ 0,42105133122 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), já creditados contabilmente aos acionistas em 30 de dezembro de 2024, com base na posição acionária de 30 de dezembro de 2024, em valores líquidos, correspondendo a R$ 0,35818711143 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria). Na deliberação desta matéria, foram computados **522.278.360** votos a favor da aprovação, **53.723** votos contra a aprovação e **28.853** abstenções, tendo sido desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação. **7.4.** Determinou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação, que os juros sobre capital próprio ratificados nesta Assembleia, nos termos dos itens 7.2 (ii) e 7.3, acima, já creditados contabilmente aos acionistas, e os dividendos adicionais declarados nesta Assembleia, nos termos do item 7.2 (iii), acima, serão pagos nas seguintes datas: (i) até o dia 10 de abril de 2025, serão pagas parte dos juros sobre o capital próprio declarados pelo Conselho de Administração e ratificados nesta Assembleia, no valor líquido de **R$ 569.019.593,85** (quinhentos e sessenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), e parte dos dividendos adicionais declarados nesta Assembleia, no valor de **R$ 81.475.000,00** (oitenta e um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais); e (ii) até o dia 31 de dezembro de 2025, será pago o saldo restante dos proventos, composto pelo saldo do valor líquido dos juros sobre o capital próprio declarados pelo Conselho de Administração e ratificados nesta Assembleia, no montante de **R$ 232.243.491,55** (duzentos e trinta e dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos), e pelo saldo dos dividendos adicionais declarados nesta Assembleia, no valor líquido de **R$ 307.442.132,44** (trezentos e sete milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos). Na deliberação desta matéria, foram computados **522.359.292** votos a favor da aprovação, **923** votos contra a aprovação e **721** abstenções, tendo sido desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação. **7.5.** Fixou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação, a remuneração dos administradores da Companhia no montante global anual de até R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sendo que o referido valor também atenderá aos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. Os montantes individuais mensais de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos Comitês de Assessoramento e do Conselho de Administração serão fixados oportunamente, nos termo do Estatuto Social da Companhia. Na deliberação desta matéria, foram computados **461.980.280** votos a favor da aprovação, **60.369.648** votos contra a aprovação e **11.008** abstenções, tendo sido desconsiderados os votos em branco e as abstenções da base de votação. **8. Documentos Arquivados na Sede Social:** Demonstrações financeiras; editais de convocação; proposta da administração; publicações; procurações dos acionistas; mapas de votação; boletins de voto recebidos diretamente pela Companhia; e a gravação integral da Assembleia. **9. Encerramento:** Aprovada a publicação da ata dessa Assembleia, com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o §2º do artigo 130 da Lei das S.A. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em livro próprio, em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelo presidente e secretária da mesa, que certificaram a presença dos acionistas e demais comparecentes à Assembleia, nos termos do artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81. São Paulo, 28 de março de 2025. **Bruno Campos Garfinkel** - Presidente da Mesa; Renata Paula Ribeiro Narducci - Secretária. **PRESENÇAS AUTENTICADAS PELO PRESIDENTE E PELA SECRETÁRIA DA MESA**: Celso Damadi - **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos**; Domingos de Toledo Piza Falavina - **Diretor de Relações com Investidores**; Rafael Veneziani Kozma - **Diretor de Controladoria**; Patrícia Di Paula da Silva Paz - **Representante da empresa de auditoria independente Ernst & Young**; Lie Uema do Carmo - **Representante do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria**; **ACIONISTAS PRESENTES VIA PARTICIPAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO Artigo 47, caput, inciso III, c.c. §1º, DA RESOLUÇÃO CVM 81, COM PRESENÇAS AUTENTICADAS PELO PRESIDENTE E PELA SECRETÁRIA DA MESA**: EDELBERTO DA SILVA BOEIRA, LUIZ PAULO HORTA DE SIQUEIRA, PEDRO NUNES FERREIRA, ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, Representados por Anderson Carlos Koch: ONEMARKETS FUND, STICHTING BEDRIJFSTAKPENSIOENFONDS V H S, A,ENGLASZETBEDRIJF, VISIONFUND, AMUNDI INDEX SOLUTIONS, STICHTING JURIDISCH EIGENDOM FGR VGZ, Representados por Guilherme de Morais Vicente: ONYX LATIN AMERICA EQUITY FUND LP, ONYX LATAM EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES - INVESTIMENTO NO EXTERIOR, Representada por Bruno Robert: PORTO SEGURO ITAU UNIBANCO PARTICIPACOES SA. **ACIONISTAS PRESENTES VIA PARTICIPAÇÃO DO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 47, caput, inciso II, c.c. §1º, DA RESOLUÇÃO CVM 81**: PORTO SFA INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, INTER VALOR FIA, PORTO SFA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, PORTO SFA EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, NEO NAVITAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FP NEO TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NICANOR MONIZ NOVAES ROCHA, INTER VALOR EQUITIES ICATU PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIM, CAIO BRANT MARTINS PAIVA, SK WELT, RODRIGO SILVA DE SOUZA, OKWORLD GROWING MARKETS 2.0, LUCAS CORREA LAPORT DOMINGUES, SPDR SP EMERGING MARKETS FUND, LUIS HENRIQUE PACCAGNELLA, JAIDER PINHO GODOY, THE INCUBATION FUND, LTD., WILLIAM BLAIR SICAV, JASSION GOMES DO NASCIMENTO, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS, FLAVIA MIDORI SUZUKI, MARLON VIEIRA DE JESUS, JOILSON SANTOS SANTIAGO, ANTONIO RODRIGUES DA SILVA NETO, JONATHAN QUINTAO JACOB, LGIASUPER TRUSTEE, PEDRO LUCAS CHAVES OLIVEIRA, ELIAQUIM DE LIMA BERNARDO MACHADO, ROBERTO TADEU DE SOUZA, VIDALVO SILVINO DA COSTA FILHO, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, TICIANE CARNEIRO CARVALHO, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, JPMORGAN GLOBAL ALLOCATION FUND, THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE, WALLYSSON RIBEIRO DA SILVA, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CARLOS EDUARDO BIANCHI JUNIOR, MARIA CRISTINA FOGACA VARGAS, XTRACKERS (IE) PUBLIC LIMITED COMPANY, CARLOS MAGALHAES GOMES, LEGAL & GENERAL ICAV, DELA NATURA EN LEVENSVERZEKERINGEN N.V., LUEDNA DIAS SANTOS, THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, ENVIRONMENT FUND, JNL/JPMORGAN GLOBAL ALLOCATION FUND, MICHAEL O BRIEN BRITO, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, DOUGLAS SILVA LISBOA, THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD, COMMONFUND SCREENED GLOBAL EQUITY, LLC, LEANDRO CASSIO SOUZA DE OLIVEIRA, REGINALDO GONCALVES DE LIMA JUNIOR, HMPZ - NEGOCIOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES EIRELI, JOAO MACHADO DA CONCEICAO, MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, JOSE AUGUSTO FERNANDES DO NASCIMENTO NETO, NATWEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EMER MKTS UNIT FUND, YURI FERREIRA GOMES DIAS, ALTRINSIC EMERGING MARKETS FUND, L.P., COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 6, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, WESLEY DINIZ, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS, WARLLEYSSON SANTOS SARAIVA, FAMA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES, GOLDMAN SACHS TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING MARKETS E I F, GOLDMAN SACHS FUNDS II - GOLDMAN SACHS GMS EMERGING MARKETS, LSV GLOBAL SMALL MICRO CAP EQUITY FUND, LP, GAM INVESTMENT MANAGEMENT (SWITZERLAND) AG ON BEHA, MERCER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, SELECT INTERNATIONAL EQUITY MANAGED FUND, MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (EMERGING MARKETS EQUITY SELECT ETF, ARROWSTREET EMERGING MARKET ALPHA EXTENSION TRUST, TIAGO ARANHA LOBO, SCHRODER INTERNATIONAL MULTI-CAP VALUE FUND, ARROWSTREET ACWI ALPHA EXTENSION FUND V (CAYMAN) L, JULIO CESAR PIRES ARMADA, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND, PAULO FURTADO, ANDRESSA EMIDIO CERA, ANDRE MARINO KULLER, WEST VIRGINIA INVESTMENT MANAGEMENT BOARD, WELLINGTON TRUST COMPANY, NATIONAL ASSOCIATION MUL, EDUARDO TABUSO, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, WILLIAN CLAUDIO FERREIRA, BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND, GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING M, UNIVERSAL-INVESTMENT-GE. MBH ON B. OF LVUI EQ. EM. MKTS, LEONARDO DA VENDA NASCIMENTO, RICARDO HENRIQUE DOS SANTOS RIBEIRO, VAERDIPAPIRFONDEN SPARINVEST INDEX GLOBALE AKTIER, ARROWSTREET CLARENDON TRUST FUND, FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO DO AMARAL, KAIQUE GOMES VIANA, ADEMIR BATISTA DOS SANTOS, CITITRUST LIMITED AS T OF A F S A MODERATE GROWTH FUND, CIFM GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, DIRLEI APARECIDO MOREIRA, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS, DENIS GURGEL SANCHES CAMPOI, WESLEY JUNIO DE OLIVEIRA AMARAL, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, GMO GLOBAL EQUITY ALLOCATION INVESTMENT FUND, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZ VGI 1 FON, EDILSON SACARDI FERNANDES, FAMA FIFE ICATU PREVIDENCIRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES, AUSTRALIANSUPER PTY LTD AS TRUSTEE FOR AUSTRALIASUPER, GLOBEFLEX EMERGING MARKETS SMALL CAP, L.P., ALISSON ARANTES CARDOSO, LSV EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND, LP, SPDR S&P EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF, ALCIDES ALBERTO DE CAMARGO, STANLEY LEAL DE CASTRO JUNIOR, GABRIEL RODRIGUES FIOROTO, JNL EMERGING MARKETS INDEX FUND, ANDRE BUENO DA COSTA, WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS EX CHINA GROWTH FUN, RODRIGO DE ALMEIDA SILVA, GABRIEL DIAS LIMA, GLOBEFLEX EMERGING MARKETS ALL CAP COMMINGLED TRUS, RODRIGO DE PAULA MARTINS DE OLIVEIRA, VANDERBILT UNIVERSITY, TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM, ROCHE U.S. RETIREMENT PLANS MASTER TRUST, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL EQUITY ALPHA EXTENSION FUND L, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, THE MASTER TRT BK JPN TRUSTEE OF JPM BRICS5 MOTHER FUND, MACKENZIE EMERGING MARKETS EX-CHINA EQUITY FUND, TD EMERALD EMERGING MARKETS POOLED FUND TRUST, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, LEMANIA GLOBAL EQUITY, FELIPE GAMA MATAS, JPMORGAN ACTIVEBUILDERS EMERGING MARKETS EQUITY ETF, PEDRO BERNARDINELLI JUNIOR, MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND, LUIZ GUSTAVO BAPTISTA GUIMARAES, JEFFERSON RODRIGUES COSTA, IVAN MURILO TENORIO RODRIGUES, SPW MULTI-MANAGER ICVC - SPW GLOBAL (EX UK) EQUITY, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND, WAGNER SANTOS DA ROCHA, QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, WILLIAM BLAIR COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, DWS INVEST EMERGING MARKETS TOP DIVIDEND, PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, PEDRO CARLOS COSENTINO, MERIAN GLOBAL INVESTORS SERIES PLC, ALEXANDRE GRECHI, ALEXANDRE JOSE FAVA DE SOUZA JUNIOR, LSV EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP, BEST INVESTMENT CORPORATION, CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F., MERCER QIF CCF, JPMORGAN FUNDS LATIN AMERICA EQUITY FUND, REASSURE LIMITED, RICARDO CAMPOS DOS SANTOS, ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL ALL COUNTRY ALPHA EXTENSION FUND, ROBERTO BAVARESCO, MARILZA LEMOS GONCALVES, FIREFIGHTERS RETIREMENT SYSTEM, ROBECO QI CUST SUST EME MKTS ENHANCED INDEX EQUITIES FUND, GUILHERME ALMEIDA DOS SANTOS, LUCIANO BROCHINE, BIMCOR GLOBAL EQUITY POOLED FUND, CIBC EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ETF, THE EMERGING M.S. OF THE DFA I.T.CO., EMERSON ELECTRIC COMPANY MASTER RETIREMENT TR, ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC, ACADIAN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, LEONARDO JESUS FALCO, MOMENTUM GLOBAL FUNDS, JORGE LUIS PIRES HENRIQUES, FELIPE FREITAS CHINELATO FOLTRAN, TIAGO AGUIAR DE REZENDE, ARROWSTREET (CANADA) INTERNATIONAL DEVELOPED MARKE, MATEUS AMBROSIM DARE, INVESCO INVESTMENT MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAG, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, DIOGO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE, PAULO HENRIQUE DA SILVA TEIXEIRA, FRANCISCO FARIAS CARVALHO, RODOLFO MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA, SAMUEL MARCELINO FELIX, HUGO CESAR DA SILVA MONTEIRO, JARDELINA MACEDO DA LUZ FERNANDES, ANDERSON FRANCISCO DA SILVA, ALVARO GOMES, SWEDBANK ROBUR GLOBAL EMERGING MARKETS, FT WILSHIRE GLOBAL LARGE MINIMUM VARIANCE INDEX FUND, EMERSON DOS SANTOS MIGUEL, ARROWSTREET CAPITAL COPLEY FUND LIMITED, LEONARDO TEOFILO PIGNATI, SCHRODER GLOBAL VALUE FUND, JOAO VITOR MORETO FERNANDES, KARINE IASMIM OLIVEIRA DO NASCIMENTO, JOSE ROBERTO RODRIGUES JUNIOR, ELAINE CRISTINA DA SILVA COUTINHO, JPMORGAN EMERGING MARKETS RESEARCH ENHANCED EQUITY FUND, INVESTERINGSFORENINGEN BANKINVEST, EMERGING MARKETS AKTIER K, MAURI WOORD, BARCLAYS MULTI-MANAGER FUND PUBLIC LIMITED COMPANY, MGI FUNDS PLC, KLEBER VINICIUS BARRETO REBOUCAS, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERG, PRISCILA ALVES AZEVEDO, HUMBERTO DE VASCONCELOS PRESSER, STATE OF FLORIDA BIRTH RELATED NEUROLOGICAL INJURY COMPE.PL, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, LOCKHEED MARTIN CORP DEFINED CONTRIBUTION PLANS MASTER TRUST, ANA LUIZA BARBOSA DA COSTA VEIGA, GLEIDSON PEREIRA GOMES, GUINNESS ASSET MANAGEMENT FUNDS PLC, NATWEST TRUST AND DEP S L AS T F ST.JAMES'S P B M U TRUST, CARLOS EDUARDO REGIS FEITOSA, UNISUPER, WILLIAM BLAIR SYSTEMATIC INTERNATIONAL ALL CAP CORE FUND LLC, THASSIO MOREIRA SANTOS, LUCIANO LAGO DE SOUZA FRANCO, PRINCIPAL GLOBAL INVESTORS FUNDS, LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD ESG EMERGING MARKETS, MESAQUE SILVA SANTOS, HUDSON BARREIROS DA SILVA, HARTFORD EMERGING MARKETS EQUITY FUND, FUNDAMENTAL LOW V I E M EQUITY, COMMONFUND EM QUANTITATIVE FOCUS FUND, LLC, ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL ALL COUNTRY ALPHA EXTENSION FUND, FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND, ENOC FRANCISCO DOS SANTOS FILHO, CUST. B. O. J. LTD. A. T. F. R. B. L. A. T. F. J. G. D. M. F, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX F, VAGNER NUNES DE MORAIS, LIBERTY MUTUAL 401K PLAN, ARTEMIS GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, SCRI ROBECO QI INST EMERG MKTS ENHANCED IND EQUITIES FUND, SCOTIA EMERGING MARKETS EQUITY INDEX TRACKER ETF, JOÃO GERONIMO DIAS, EDER BENAVENTANA ALVES, J P MORGAN INVESTMENT FUNDS, CCANDL Q EMERGING MARKETS EQUITY UCITS FUND A SUB FUND OF CO, MACKENZIE EMERGING MARKETS LARGE CAP FUND, WELBERT GOMES FERREIRA, SCHRODER COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, ALLIANZ GB INV GMBH ON BEHALF OF ALLIANZ VGL FONDS, FERNANDO HELENE DAVILA, ALLIANCEBERNSTEIN L.P, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, MIGUEL HLEBCZUK JUNIOR, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, STATE OF IDAHO, ENDOWMENT FUND INVESTMENT BOARD, MERCER QIF FUND PLC, ARROWSTREET CAPITAL NEWBURY FUND LIMITED, XTRACKERS MSCI ACWI EX USA ESG LEADERS EQUITY ETF, SUN AMERICA SERIES TRUST-EMERGING MARKETS POR, JONATHAN LOUSADO SILVA, AEGON CUSTODY AS DEP FOR STICHTING MM EMERGING MARKETS FUND, PHOENIX U T M L R P A S INDEX EMERGING MARKET EQUITY FUND, OMERS ADMINISTRATION CORPORATION, THE GOLDMAN SACHS TRUST COMPANY NA COLLECTIVE TRUST, HERMANN MILTON WERNERSBACH, FABIO AUGUSTO DE ALMEIDA LUIZ, UNIVERSAL INVEST LUXEMBOURG SA ON BEHALF OF UNIVEST, SEGALL BRYANT HAMILL EMERGING MARKETS FUND, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS GMBH ACTING FOR ALLIANZGI-FONDS SRF, ARROWSTREET CLARENDON TRUST FUND, NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND, THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA, AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC., INVESCO FUNDS, FIRST TRUST BRAZIL ALPHADEX FUND, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, GUSTAVO TUCHER, GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY, HARTFORD SCHRODERS DIVERSIFIED EMERGING MARKETS FU, INVESTERINGSFORENINGEN BANKINVEST - EMERGING MARKETS AKTIER, LSV INTERNATIONAL (AC) VALUE EQUITY FUND, LP, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, GMO EMERGING MARKETS EX-CHINA FUND, A SERIES OF GM, EDNILSON FRANCISCO DO NASCIMENTO, ADVISORS INNER CIRCLE FUND-ACADIAN E.M.PORTF, ROBECO UMBRELLA FUND I N.V., RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY, LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, FLEXSHARES EMERGING MARKETS QUALITY LOW VOLATILITY INDEX FUN, HSBC INDEX TRACKER INVEST. FUNDS FTSE ALL WORLD INDEX FUND, SAMUEL ANTONIO KLEIN, SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND, PABLO MARTINS CAZZARO, JPMORGAN BETABUILDERS EMERGING MARKETS EQUITY ETF, ALLIANZ GLOBAL INV GMBH ACTING ON BEHALF OF ALLIANZ EEE FON, IVAN MARCELO SCHMIDT, LF ACCESS GLOBAL ACTIVE VALUE FUND, JOSE GEORGE COUTO BARROS LIMA, STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS, MICHEL SILVA SOARES, MERCER EMERGING MARKETS FUND, LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST, ALEXANDRE SATRIANO BAPTISTA, GMO MULTI-ASSET TRUST, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED, INVESCO LATIN AMERICAN FUND (UK), VICTORYSHARES USAA MSCI E. M. VALUE M. ETF, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, JPMORGAN ETFS (IRELAND) ICAV, DIEGO VIEIRA CARDOSO, COMMINGLED P T F (EM M E) OF JP M CHASE BANK, ANTONIEL PEIXOTO GUELBER GRAVINA, THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF KOMFORTDYNAMIK S, ALCEU ZIGLIO, DANIEL CALABRIA LIMA DE SOUSA, LOUSIANA STATE EMPLOYEES RETIR SYSTEM, JPMORGAN DIVERSIFIED RETURN EMERGING MARKETS EQUITY ETF, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, LUIZ FELIPE DE ABREU SOUSA, NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST, FLAVIO VINICIOS MATOS CAMPOS, LORENTZ, WATER AND POWER EMPLOYEES RETIREMENT PLAN, ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL EQUITY LONG/SHORT FUND LIMITED, CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND, ARTEMIS FUNDS (LUX) - GLOBAL EMERGING MARKETS, ENSIGN PEAK ADVISORS,INC, MERCER EMERGING MARKETS SHARES FUND, SILVIO ANDRES ILLI, CESAR AUGUSTO DOS SANTOS ARAUJO, STICHTING BEDRIJFSTAKPENSIOENFONDS VOOR DE DETAILHANDEL, EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, OSANA APARECIDA MIGLIANTI ERTHAL FURQUIM, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, MAYCON TSUYOSHI MINAKAWA, ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS, STICHTING PGGM DEPOSITARY, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, GUSTAVO BEOJONE MESSI, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZ PV-WS FON, SELECT INTERNATIONAL EQUITY MANAGED CORPORATE CLASS, BAYERNINVEST KAPITALVERWALTUNGSGESELLSCHAFT MBH ON BEHALF OF, THE FIRST CHURCH OF CHRIST SCIENT B MASS, ASSET MANAGEMENT EXCHANGE UCITS CCF, JOHN HANCOCK TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT T, JUVENIL CASTRO DE FARIA, QIC LISTED EQUITIES FUND, SCHRODER GEP GLOBAL ACTIVE VALUE FUND, ACADIAN ACWI EX US-SMALL CAP FUND LLC, FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADEX FUND, HUGO DOS ANJOS RIGO, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, JARES DE JESUS DA SILVA, ALEXANDRE HORTENSE, CONSTRUCTION BUILDING UNIONS SUPER FUND, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, COMMINGLED PENSION TRUST FUND EMERGING MARKETS RESEARCH ENHA, JULIANA DOS SANTOS VALERIO, ALEXANDRE BEZERRA DE NOVAIS, LUIZ ALEXANDRE DE ALMEIDA MACEDO, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZ, RICARDO RODRIGUES LUCCA, ARROWSTREET EMERGING MARKET ALPHA EXTENSION TRUST, WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS SMALL CAP GROWTH FUND, LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, JEFFERSON TIBURTINO VENANCIO, JOSE ROMULO DE CASTRO VIEIRA, NBI DIVERSIFIED EMERGING MARKETS EQUITY FUND, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, ROBERTO DE ARAUJO, INVESTORS GROUP TRUST COMPANY LIMITED, CONNOR CLARK & LUNN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, INVESCO SP EMERGING MARKETS LOW VOLATILITY ETF, ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC, AMERICAN FUNDS INS SER GL SMALL CAPITALIZ FD, COMMINGLED PENSION TRUST FUND (GL EMERGING MKT OPP) OF JPM, ACADIAN EMEMRGING MARKETS EQUITY FUND, PEOPLE S BANK OF CHINA, JP MORGAN EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES, SMALLCAP WORLD FUND,INC, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, COMMINGLED PEN TR FD (ACTIVEBUILDERS EM MKTS EQ) OF JPMCB NA, CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS V, STICHITING BLUE SKY ACT EQ EM MK GL FUND, JPMORGAN FUNDS, CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Renata Paula Ribeiro Narducci** - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 135.571/25-0 em 17/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Companhia ESA

CNPJ nº 52.117.397/0001-08

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas.

São Paulo, 28 de abril de 2025. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	103	99
Ativos financeiros	6	11.766	1.120
Impostos a recuperar	7	3.734	4.960
Juros sobre capital a receber	8 c)	5.945	12.810
Demais ativos circulantes	-	128	467
	-	**21.676**	**19.456**
Não circulante			
Investimento	8 a)	246.332	225.871
Imobilizado	-	85	90
	-	**246.417**	**225.961**
Total do ativo	-	**268.093**	**245.417**

Passivo e patrimônio	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	9	-.-	1.622
Demais obrigações tributárias	10	1.424	1.547
Juros sobre capital próprio a pagar	-	7.490	8.505
Obrigações trabalhistas	-	293	301
Outros passivos circulantes	-	19	134
Total do passivo	-	**9.226**	**12.109**
Patrimônio líquido			
Capital social	12 a)	145.000	130.000
Reservas de lucros	-	142.555	112.208
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(28.688)	(8.900)
Total do patrimônio líquido	-	**258.867**	**233.308**
Total do passivo e patrimônio líquido	-	**268.093**	**245.417**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	2024	2023
Resultado de participações societárias	8 a)	**40.249**	**36.665**
Despesas gerais e administrativas	13	(6.566)	(6.802)
Tributos	14	(1.849)	(2.524)
(=) Lucro operacional	-	**31.834**	**27.339**
Receitas financeiras	15	36.413	27.952
Despesas financeiras	15	(5)	(30)
Outras receitas operacionais	-	5	6
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	**68.247**	**55.267**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	-.-	(1.622)
(=) Lucro líquido do exercício	-	**68.247**	**53.645**
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares)	-	**2.337.959**	**2.226.628**
Lucro líquido por ação do capital social	12 d)	**0,0292**	**0,0241**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Especial	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de dezembro de 2023	**80.000**	**3.021**	**69.936**	**19.879**	-.-	**172.836**
Aumento de capital, com Aporte dos Acionistas	40.000	-.-	-.-	-.-	-.-	40.000
Reserva Especial de Lucros - 2018 e 2019	10.000	-.-	(10.000)	-.-	-.-	-.-
Deságio na Aquisição de Investimentos	-.-	-.-	7.790	-.-	-.-	7.790
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	-.-	-.-	-.-	(2.559)	-.-	(2.559)
Outras (Nota 8)	-.-	-.-	-.-	(30.001)	-.-	(30.001)
Lucro líquido do exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	53.645	53.645
Juros sobre capital próprio aprovados	-.-	-.-	-.-	-.-	(12.184)	(12.184)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	-.-	-.-	-.-	3.781	-.-	3.781
Destinação do resultado exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Reserva legal	-.-	2.073	-.-	-.-	(2.073)	-.-
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	-.-	-.-	39.388	-.-	(39.388)	-.-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**130.000**	**5.094**	**107.114**	**(8.900)**	-.-	**233.308**
Aumento de capital, com Reserva Especial de Lucros - 2019 e 2020	15.000	-.-	(15.000)	-.-	-.-	-.-
Distribuição de Lucros de 2019	-.-	-.-	(10.000)	-.-	-.-	(10.000)
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	-.-	-.-	-.-	(413)	-.-	(413)
Outras (Nota 8)	-.-	-.-	-.-	(25.134)	-.-	(25.134)
Lucro líquido do exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	68.247	68.247
Juros sobre capital próprio aprovados	-.-	-.-	-.-	-.-	(12.900)	(12.900)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	-.-	-.-	-.-	5.759	-.-	5.759
Destinação do resultado exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Reserva legal	-.-	2.768	-.-	-.-	(2.768)	-.-
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	-.-	-.-	52.579	-.-	(52.579)	-.-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**145.000**	**7.862**	**134.693**	**(28.688)**	-.-	**258.867**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	2024	2023
Lucro líquido do exercício	-	68.247	53.645
Participação no resultado abrangente da controlada	8	5.759	3.781
Total do resultado abrangente do exercício	-	**74.006**	**57.426**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**68.247**	**55.267**
Ajustes		
Depreciação e amortização	33	29
Resultado de participações societárias (Nota 8)	(40.249)	(36.665)
Receitas	(36.413)	(27.952)
Despesas	5	30
	(8.377)	**(9.291)**
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	1.226	1.337
Demais ativos circulantes	339	(109)
Demais tributos e contribuições a pagar	(1.745)	(1.803)
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	(8)	35
Demais passivos circulantes	(115)	(22)
	(303)	**(562)**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(8.680)**	**(9.853)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	42.045	25.220
Aquisição de investimentos	-.-	(52.707)
Aquisição e baixas de imobilizado	(28)	(30)
Variação dos ativos financeiros	(9.418)	5.843
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimentos	**32.599**	**(21.674)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos aos acionistas	(10.000)	-.-
Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	(13.915)	(8.470)
Aumento de capital com aporte dos acionistas	-.-	40.000
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades de financiamento	**(23.915)**	**31.530**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**3**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	99	96
No final do exercício	103	99
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**3**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Companhia ESA ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede na capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação na controlada Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), controlada em última instância pela família Egydio de Souza Aranha.

2. Políticas contábeis materiais

Um resumo das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis está apresentado a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria, em 28 de abril de 2025.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis (individuais) contêm informações sobre a Companhia e não contêm informações contábeis consolidadas como sendo a controladora de um grupo. A Companhia não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, incluindo a ITAÚSA (Nota 8), uma vez que essa controlada é a *holding* do conglomerado ITAÚSA e, por ser de capital aberto, já prepara demonstrações contábeis consolidadas. A Administração da Companhia concluiu que a preparação das demonstrações contábeis consolidadas incluindo a ITAÚSA, considerando a composição e a relevância de seus ativos e passivos, apenas duplicaria informações já disponíveis, uma vez que não acrescentaria relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público.

Tivesse a Companhia elaborado demonstrações contábeis consolidadas, a única diferença relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA seria a classificação da parcela não detida pela Companhia no patrimônio líquido da ITAÚSA como participação dos não controladores, como a seguir demonstrado:

	2024	2023
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	246	225
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	94.751	86.825
	94.997	**87.050**

Assim, a leitura dessas demonstrações contábeis individuais deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA, que se encontram disponíveis no site oficial da Companhia.

2.2. Tratamento da participação na ITAÚSA

A participação detida na ITAÚSA é reconhecida pela aplicação do método de equivalência patrimonial, por meio do qual a Companhia reconhece sua participação proporcional detida no patrimônio líquido da controlada, a fim de registrar a parte que lhe cabe no resultado, resultado abrangente ou outras transações de capital registradas pela controlada. Não existem eliminações de transações com a controlada no processo de aplicação da equivalência patrimonial.

As transações em que a Companhia adquire participações (ações) de acionistas não controladores ou vende parte de participações detidas, são consideradas como sendo transações entre a Companhia e seus acionistas. Dessa forma, qualquer diferença entre o montante pago e o correspondente valor da participação no patrimônio da controlada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido da Companhia e não no resultado ou no resultado abrangente.

No caso de aquisição adicional de ações da controlada por valor superior ao valor patrimonial (ágio) ou no caso de aquisições de ações com ganho por compra vantajosa (deságio), os valores de ágio ou deságio são contabilizados em conta do patrimônio líquido. Efeitos semelhantes nas vendas de ações são também assim registradas, a não ser que a venda produza perda de controle da investida.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, isto é, as aplicações financeiras (Nota 6). Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não tem contratos de derivativos de qualquer natureza em aberto ou efetuou transações dessa natureza no período coberto por estas demonstrações contábeis.

(b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, quando então são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os equivalentes de caixa, desde que não classificados como valor justo por meio do resultado e demais contas ou valores a receber. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, como resultado financeiro.

2.5. Provisões

As provisões, que incluem os tributos apurados a pagar, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor poderá ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

No período desta demonstração não há ajuste de crédito tributário sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa registrados.

2.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, a serem demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.8. Reconhecimento da receita de participação

(a) Resultado de participação societária

O resultado de participação societária decorre da aplicação do método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base na previsão estabelecida no estatuto social de pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais somente são reconhecidos como passivo na data em que são aprovados pelos acionistas. Os juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas são demonstrados no passivo, no exercício em que o pagamento é aprovado pela diretoria.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), recolhido sobre os juros sobre capital próprio é reconhecido no patrimônio líquido, juntamente com os juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No caso da Companhia, as estimativas contábeis críticas referem-se ao cálculo e registro de tributos sobre o lucro, embora não existam ajustes relevantes ao lucro líquido para a apuração das bases fiscais desses tributos. Nesse sentido, são apurados o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido, além do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com base na legislação vigente.

A apuração final desses tributos, para recolhimento, ocorrerá por ocasião da declaração do Imposto de Renda, e possíveis eventuais ajustes em relação aos valores apurados e registrados nestas demonstrações contábeis.

O julgamento contábil crítico refere-se à determinação do controle detido na ITAÚSA (Nota 8).

4. Gestão de risco financeiro

A atividade da Companhia restringe-se à administração da posição acionária detida na ITAÚSA. Dessa forma, a origem e a aplicação de recursos resumem-se fundamentalmente no recebimento e no pagamento de dividendos e de juros sobre o capital, sem o objetivo de reter valores relevantes de recursos com algum outro objetivo.

O passivo circulante refere-se substancialmente a juros sobre capital próprio a pagar a acionistas. Nesse sentido, na medida em que suficientes recursos são recebidos da ITAÚSA, os acionistas da Companhia são pagos e/ou remunerados. Uma pequena parcela dos recursos é retida para o pagamento de despesas correntes, incluindo tributos além de outras despesas relacionadas ao objeto social da Companhia.

Essa parcela retida é mantida em instrumentos de caixa e equivalentes de caixa, que incluem o caixa, banco conta-movimento e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que, portanto, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos recebíveis. São classificados como ativos circulantes se foram adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

	Empréstimos e recebíveis 2024	Empréstimos e recebíveis 2023	Ativos financeiros designados ao valor justo 2024	Ativos financeiros designados ao valor justo 2023	Total 2024	Total 2023
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	103	99	-.-	-.-	103	99
Ativos financeiros	-.-	-.-	11.766	1.120	11.766	1.120

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em caixa e depósitos em conta-movimento.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos financeiros referem-se as aplicações financeiras e estão apresentados por cotas de fundo de investimento Itaú Empresa Trust RF Referenciado DI FICFI junto ao Itaú Unibanco S.A. que contam com liquidez imediata e com propósito de serem ativa e frequentemente negociadas:

	2024	2023
Caixa e bancos	103	99
Aplicações em fundo de investimento	11.766	1.120
	11.869	**1.219**

7. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRRF referente a juros sobre capital próprio	1.925	3.388
CSLL a recuperar	39	361
IRPJ a recuperar	1.608	985
IRRF sobre aplicações financeiras	162	226
	3.734	**4.960**

8. Investimentos

O saldo dessa conta é composto exclusivamente pela participação da Companhia na controlada ITAÚSA, cujas informações estão detalhadas a seguir:

(a) Movimentação dos investimentos no exercício

Saldo em 1º de janeiro de 2023	**157.488**
Resultado de participações societárias	36.665
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	
Transações com empresas subsidiárias e controladas	(2.559)
Outros	(30.001)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA	3.781
Subscrição	52.707
Deságio	7.790
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**225.871**
Resultado de participações societárias	40.249
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	
Transações com empresas subsidiárias e controladas	(413)
Outros	(25.134)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA	5.759
Subscrição	-.-
Deságio	-.-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**246.332**

(b) Informações sobre a ITAÚSA: A ITAÚSA é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Avenida Paulista nº 1.938, 5º Andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros ("Itaú Unibanco"), madeira, louças, metais, sanitários e celulose solúvel ("Dexco"), holding ("Itautec"), ("ITH Zux Cayman") e ("IUPAR"), calçados e vestuários ("Alpargatas"), transporte de gás natural por meio de gasodutos ("NTS"), distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP ("Copa Energia"), líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil ("Aegea") e ("Águas do Rio Investimentos") e opera empresas de concessão de infraestrutura e mobilidade na América Latina ("CCR").

Nos termos do Acordo de Acionistas da ITAÚSA, de 10 de maio de 2011, a Companhia foi constituída com a finalidade de administrar a posição acionária da família Egydio de Souza Aranha na ITAÚSA. Assim, os membros da família através da Companhia formam o grupo controlador da ITAÚSA com o objetivo de, entre outros, estabelecerem acordo de votos para orientar as atividades da ITAÚSA.

Esses acionistas detêm, em conjunto, 63,52% das ações ordinárias (2023 - 63,52%) e 17,86% das ações preferenciais (2023 - 17,85%) da ITAÚSA, resultando em 33,55% do capital total. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação de 0,27236% (2023 - 0,27229%) e o usufruto das ações ordinárias, atuais e futuras, dos membros integrantes do bloco de controle, compreendendo-se no usufruto o direito de voto e 1,1% dos direitos patrimoniais (dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações em dinheiro). O valor de 1,1% dos direitos patrimoniais totalizou R$ 16.376 (2023 - R$ 13.602), registrado no patrimônio líquido na Rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial":

Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2024 (*)	
Capital social	80.189
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	90.443
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	14.778
Participação detida pela Companhia ESA - %	**0,27236**
Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2023 (*)	
Capital social	73.189
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	82.952
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	13.466
Participação detida pela Companhia ESA - %	**0,27229**

(*) Informações em milhões de reais ou de outra forma indicado.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) a receber: O reconhecimento de juros sobre capital próprio como receitas e direito recebível no ativo circulante se deu com base em Reuniões do Conselho de Administração da ITAÚSA realizadas nas datas informadas a seguir:

	2024	2023
Quantidade de ações		
Companhia ESA	29.528	24.493
Acionistas controladores	25.717	28.122
	55.245	**52.615**
Dividendos		
Dividendos (2024: R$ 0,30050 por ação) em 19/02/2024	15.811	-.-
Juros sobre Capital Próprio		
JCP bruto (2024: R$ 0,04840 por ação) em 16/09/2024	2.546	-.-
Imposto de Renda	(382)	-.-
	2.164	
JCP bruto (2024: R$ 0,05810 por ação) em 11/12/2024	3.210	-.-
Imposto de Renda	(481)	-.-
	2.729	
JCP bruto (2024: R$ 0,02352 por ação) em 20/12/2024	1.238	-.-
Imposto de Renda	(186)	-.-
	1.052	
JCP bruto (2023: R$ 0,05150 por ação) em 20/07/2023	-.-	2.265
Imposto de Renda	-.-	(340)
	-.-	**1.925**
JCP bruto (2023: R$ 0,11650 por ação) em 18/09/2023	-.-	5.125
Imposto de Renda	-.-	(769)
	-.-	**4.356**
JCP bruto (2023: R$ 0,05150 por ação) em 16/10/2023	-.-	2.265
Imposto de Renda	-.-	(340)
	-.-	**1.925**
JCP bruto (2023: R$ 0,07940 por ação) em 13/12/2023	-.-	4.178
Imposto de Renda	-.-	(627)
	-.-	**3.551**
JCP bruto (2023: R$ 0,02352 por ação) em 20/12/2023	-.-	1.238
Imposto de Renda	-.-	(185)
	-.-	**1.053**
	5.945	**12.810**

Companhia ESA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais) (Continuação)*

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante à legislação específica e a Contribuição Social (CS) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A conciliação entre a alíquota nominal e a efetiva pode ser demonstrada da seguinte maneira:

	2024	2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**55.347**	**43.083**
Alíquota Nominal 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Encargos (IRPJ e CSLL) às Alíquotas Vigentes	(18.818)	(14.648)
(Adições) / Exclusões	18.818	13.026
Equivalência Patrimonial	13.685	12.466
Dividendos	5.376	-.-
Ajuste de crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(72)	705
Despesas Indedutíveis	(171)	(169)
Adicional do IRPJ	-.-	24
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	**-.-**	**1.622**

Em dezembro 2024 apesar de a COMPANHIA apresentar um lucro contábil de R$ 68.247, houve adições e exclusões que resultaram em um prejuízo fiscal. O valor demonstrado como ajuste de crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa, não foi registrado.

10. Demais obrigações tributárias

	2024	2023
Programa de Integração Social (PIS)	74	90
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	343	414
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	538	616
Contribuições Sociais Retida na Fonte (CSRF)	18	9
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5	3
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	348	322
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	98	93
	1.424	**1.547**

11. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas", a Companhia não tem contingências passivas ou valores cuja contabilização ou divulgação seja requerida.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 145.000 (2023 - R$ 130.000), representado por 2.337.959.345 ações ordinárias (2023 - 2.226.627.962), todas nominativas, sem valor nominal.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2024, os acionistas deliberaram: (i) aumentar o capital social subscrito em R$ 15.000, mediante a capitalização de reservas; e (ii) simultânea bonificação de ações mediante emissão de 111.331.383 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 5 (cinco) ações novas para cada 100 (cem) ações que possuírem nesta data.

(b) Reservas legal e especial: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a Reserva Especial é constituída objetivando a formação de recursos com as seguintes finalidades: (i) exercício do direito preferencial de subscrição em aumento de capital da ITAÚSA; (ii) aumento de capital social da Companhia; (iii) pagamento de dividendos intermediários, distribuíveis por deliberação da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral.

Essa reserva será formada: (i) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; (ii) pela parcela revertida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo mínimo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; (iii) pela reversão, nos casos aplicáveis, do valor de dividendos intermediários.

Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo saldo não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessa reserva, somado ao da reserva legal não poderá ultrapassar o capital social.

A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição, competindo à Diretoria especificar os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas em função da natureza dos acionistas.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Conforme o artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório (incluem os juros sobre capital próprio), em cada exercício, importância não inferior a 2% (dois por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em reuniões da diretoria, realizadas durante os exercícios de 2024 e 2023, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nas datas indicadas na tabela a seguir, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

	2024	2023
Dividendos		
Dividendos aprovados em 08 de março de 2024 (R$ 0,0044 centavos por ação)	10.000	-.-
Valor reconhecido no exercício	**10.000**	**-.-**
Juros sobre Capital Próprio (JCP)	12.900	12.184
Imposto de Renda (15%)	(1.935)	(1.828)
JCP Líquido	**10.965**	**10.356**
JCP aprovado em 31 de março 2023 (R$ 0,0010 centavos por ação)	-.-	2.200
JCP aprovado em 30 de junho 2023 (R$ 0,0019 centavos por ação)	-.-	4.019
JCP aprovado em 31 de julho 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	-.-	1.012
JCP aprovado em 31 de agosto 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	-.-	1.018
JCP aprovado em 29 de setembro 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	-.-	1.024
JCP aprovado em 31 de outubro 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	-.-	965
JCP aprovado em 29 de dezembro 2023 (R$ 0,0009 centavos por ação)	-.-	1.946
JCP aprovado em 28 de março 2024 (R$ 0,0016 centavos por ação)	3.719	-.-
JCP aprovado em 28 de junho 2024 (R$ 0,0017 centavos por ação)	3.857	-.-
JCP aprovado em 30 de setembro 2024 (R$ 0,0018 centavos por ação)	4.057	-.-
JCP aprovado em 30 de dezembro 2024 (R$ 0,0005 centavos por ação)	1.267	-.-
Valor reconhecido no exercício	**12.900**	**12.184**

(d) Lucro por ação: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	**55.347**	**41.461**
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.337.959	2.226.628
Lucro por ação	**0,0237**	**0,0186**

13. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Salários e benefícios a empregados	4.574	4.358
Serviços de terceiros	465	717
Anúncios e publicações	28	28
Seguros	400	359
Emolumentos	3	2
Outras	561	812
Indedutíveis	502	497
Depreciação	33	29
	6.566	**6.802**

14. Tributos

	2024	2023
COFINS	328	2.076
PIS	1.521	448
	1.849	**2.524**

15. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(5)	(28)
Despesas financeira	-.-	(2)
Juros s/ Capital Próprio	-.-	-.-
Total das despesas financeiras	**(5)**	**(30)**
Receitas financeiras		
Receitas financeiras	979	1.011
Variação monetária	254	332
Juros s/ Capital Próprio	19.369	26.609
Dividendos	15.811	-.-
Total das receitas financeiras	**36.413**	**27.952**
Resultado financeiro, líquido	**36.408**	**27.922**

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se resumem basicamente aos dividendos e juros sobre capital próprio a receber da ITAÚSA e a pagar a seus acionistas.

O pessoal-chave da Administração da Companhia são seus diretores, que também são acionistas. Enquanto diretores, eles não são remunerados.

As demais transações com partes relacionadas referem-se a:

	2024	2023
Aplicações de liquidez imediata no fundo Dynamic (Itaú Unibanco S.A.)	103	99
Aplicações no fundo Trust RF (Itaú Unibanco S.A.)	11.766	1.120
	11.869	**1.219**

	2024	2023
Receita de aplicação financeira (Itaú Unibanco S.A.)	**979**	**1.011**

17. Eventos subsequentes

Aumento de capital da Itaúsa S.A.: Em 10 de fevereiro de 2025, a Itaúsa divulgou um Fato Relevante referente ao aumento de capital, com subscrição de ações na proporção de 1,3766678% sobre as ações da mesma espécie.

Subscrição e Aquisição de Diretos pela Companhia ESA: A Companhia ESA, além de realizar sua subscrição, adquiriu os direitos em Bolsa de 4.755.100 ações ITSA3 e subscreveu pelo valor de R$ 46.143.771,00.

Decisões de Venda pela Diretoria: A Diretoria da Companhia ESA decidiu realizar a venda de 426.002 ações ITSA4 pelo valor de R$ 4.079.033,99, bem como a venda de direitos de subscrição de 5.864 ações ITSA4 pelo valor de R$ 16.748,37.

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia ESA
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia ESA** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia ESA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

BDO — BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Rodrigues
Contador CRC 1 SP 296823/O-8

ESTADÃO RI
CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA **PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS**
PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442
ACESSE E CONHEÇA:
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE
A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês
ESTADÃO 150



Alea S.A.

CNPJ/MF: 34.193.637/0001-63

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos/Circulantes		306.461	200.224
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.609	3.502
Títulos e valores mobiliários	8	28.565	7.680
Contas a receber de incorporação	4	14.610	3.389
Imóveis a comercializar	5	247.247	175.233
Valores a receber de partes relacionadas	6	–	7.334
Outros Ativos		9.430	3.086
Não Circulantes		408.866	230.386
Contas a receber de incorporação	4	92.855	40.164
Imóveis a comercializar	5	257.616	136.579
Tributos diferidos	10.b	4.523	2.570
Imobilizado e Intangível	7	53.872	51.073
Total dos Ativos		715.327	430.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	15	261.279	108.047
Custos	16	(239.132)	(126.552)
Resultado Bruto		22.147	(18.505)
(Despesas) Receitas			
Despesas com vendas	16	(32.911)	(17.619)
Despesas gerais e administrativas	16	(56.553)	(31.246)
Outras receitas (despesas), líquidas	16	(3.610)	(2.993)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(70.927)	(70.363)
Resultado Financeiro		(1.021)	218
Receitas financeiras	17	768	1.015
Despesas financeiras	17	(1.789)	(797)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(71.948)	(70.145)
Prejuízo do Exercício		(71.948)	(70.145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do Exercício	(71.948)	(70.145)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	(71.948)	(70.145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Atribuível aos acionistas			
			Reserva de Lucros		
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022 (Não Auditado)		166.376	2.943	(132.929)	36.390
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(70.145)	(70.145)
Aumento de Capital	12.a	58.581	–	–	58.581
Opções outorgadas reconhecidas	12.b	–	5.470	–	5.470
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		224.957	8.413	(203.074)	30.296
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(71.948)	(71.948)
Aumento de Capital	12.a	139.787	–	–	139.787
Opções outorgadas reconhecidas	12.b	–	4.398	–	4.398
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		364.744	12.811	(275.022)	102.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: As operações da Alea S.A. ("Companhia" ou "Alea") compreende: a execução de obras de construção civil; a incorporação de imóveis; a compra e venda de imóveis; a prestação de serviços de administração de construção civil. A Companhia é uma sociedade anônima fechado, constituída em 12 de setembro de 2019, com sede na Rua Boa Vista, 280, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Políticas Contábeis Materiais: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: a) As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). 2.2 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios considerando o custo histórico como base de valor, passivos e ativos a valor presente ou valor realizável, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (vide nota 13). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, a Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A administração não identifica um risco de continuidade operacional, vistos que em 14 fevereiro de 2025 foi firmado um acordo com novo investidor Good Karma - Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes - Responsabilidade Limitada ("GKP"), gerido pela Good Karma Ventures Gestora de Recursos Ltda. no valor de R$ 80.000 para serem aportados no decorrer do ano de 2025 o qual na visão da entidade é suficiente para manter a continuidade das suas operações. Usando como parâmetro o plano de negócios, cenários de projeções e nas informações conhecidas, quanto a sua posição estratégica, financeira e operacional, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa colocar em risco sua capacidade operacional e de continuidade do ciclo normal de suas operações. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Resumo das políticas contábeis materiais: 2.3.1 Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3.2 Principais Julgamentos contábeis e fontes de incertezas: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Todas as estimativas e as premissas contábeis utilizadas pela Companhia estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil e refletem as melhores estimativas disponíveis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão incluídos abaixo: a) Perdas estimadas com créditos de clientes e provisão para distratos: A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da perda de créditos esperadas e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. O julgamento feito com base na perda histórica e esperada pode divergir do valor que será realizado, face às características singulares de cada cliente. Na nota 2.3.5.3 está descrita a forma desses cálculos. b) Provisões para demandas judiciais: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis conforme detalhado na nota explicativa 11. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) Custo orçado dos empreendimentos: Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o reconhecimento da receita, conforme mencionado na nota 2.3.3(b.ii). 2.3.3 Reconhecimento de receitas, custos e despesas: a) Processo para reconhecimento da receita: No processo de reconhecimento da receita de contratos com clientes, foram adotados os preceitos introduzidos pelo CPC 47 contemplando as orientações do Ofício CVM/SNC/SEP 02/2018, aonde a transferência do controle do bem ou serviço contratado poderá ser evidenciada em um momento específico do tempo ("*at a point in time*") ou ao longo do tempo ("*over time*"). Para definição da forma de apropriação da receita é preciso verificar o cumprimento das obrigações de performance. Tal verificação se dá em cinco etapas: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Nessa avaliação, o modelo de negócios da Companhia em sua totalidade refere-se às vendas integralmente repassadas para instituição financeira, nos empreendimentos em construção e também nos concluídos. No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade é transferida para a instituição financeira, não cabendo mais à incorporadora qualquer risco de recebimento e/ou controle do ativo. Portanto, nesse momento se dá o cumprimento da obrigação de performance para o empreendimento. Abaixo fluxo financeiro do contrato: i) 10% a 20% pagos diretamente para incorporadora; e ii) 80% a 90% para instituição financeira. Na tabela abaixo, resumo do contrato celebrado na modalidade "financiamento na planta e concluídos", partes envolvidas, garantias e riscos existentes:

Contrato	Partes	Garantia Real do Imóvel	Risco de Crédito	Risco de Mercado	Risco de Distrato
Financiamento Bancário	Incorporadora (Vendedora); Comprador e Instituição financeira (Credora fiduciária)	Instituição financeira (IF)	10% a 20% da Incorporadora e 80% a 90% da Instituição financeira	Comprador e Instituição financeira	Não aplicável. *

*Em caso de inadimplemento pelo cliente, a IF poderá consolidar a propriedade em seu nome para posterior alienação do imóvel a terceiros, conforme procedimentos previstos no art. 27 da Lei 9.514/97. O valor arrecadado terá como objetivo principal a quitação do saldo devedor do cliente (b) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis: i) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência do controle desses bens, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. ii) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: • As receitas de vendas são apropriadas ao resultado quando houver a transferência contínua do controle para instituição financeira ou cliente ("*over time*"), utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos. Nos casos que durante o período de aprovação do cliente junto à entidade financiadora se houver indícios que o cliente não cumprirá com sua parte contratual é realizada a provisão para distrato do seu valor integral. • Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes"; • A variação monetária, incidente sobre o saldo de contas a receber até a entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "*pro rata temporis*"; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado de custo de incorporação a venda de imóveis. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque (Nota 2.3.6); • Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção; • Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita auferida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita; • Provisão para garantia é constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos, o cálculo baseia-se em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura. O prazo de garantia oferecido é de cinco anos a partir da entrega do empreendimento. • Os gastos com corretagem são registrados no resultado na rubrica "Despesas com vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constituem receita ou despesa da Companhia. 2.3.4 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias, e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, onde sua variação tanto positiva como negativa afeta a demonstração de resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de curto prazo. Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos e cauções, os quais são classificados a valor justo por meio de resultado. (Nota 8). 2.3.5 Contas a receber de incorporação e serviços prestados 2.3.5.1 Contas a receber de imóveis, terrenos e serviços prestados: São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre ativo

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos e Patrimônio Líquido/Circulantes		212.262	128.858
Empréstimos e financiamentos	8	24.942	4.762
Cessão de créditos	4(a)	2.948	–
Passivo de arrendamento	9	1.484	1.394
Fornecedores de materiais e serviços		16.505	4.554
Impostos e contribuições		634	214
Salários, encargos sociais e participações		17.118	7.418
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	10	135.542	44.230
Provisões e distratos a pagar		27	33
Valores a pagar para partes relacionadas	6	8.013	61.181
Demais contas a pagar		4.995	5.072
Provisão para demandas judiciais	12	54	–
Não Circulantes		400.532	271.455
Empréstimos e financiamentos	8	16.851	5.129
Cessão de créditos	4(a)	14.664	–
Passivo de arrendamento	9	8.807	10.290
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	10	358.590	256.010
Demais contas a pagar		1.494	26
Provisão para demandas judiciais	12	126	–
Patrimônio Líquido		102.533	30.296
Capital social	12	364.744	224.957
Reserva de capital		12.811	8.413
Prejuízo acumulado		(275.022)	(203.073)
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		715.327	430.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(71.948)	(70.145)
Ajustes em:		
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa e provisão para distratos (líquida de custos de distratos)	22.511	4.394
Depreciação e Amortização	5.817	4.963
Ajuste a valor presente	5.808	966
Provisão para realização de ativos não financeiros	(309)	337
Despesas com plano de opções de ações	4.397	5.470
Provisão para demandas judiciais e compromissos	180	–
Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos	2.132	297
Provisão para garantia	1.966	848
Provisão para participação nos lucros	4.676	(5.429)
Provisão para distrato e distratos a pagar	(6)	20
Provisão (PIS/COFINS) diferidos	(1.953)	(2.570)
(Aumento) Redução em ativos operacionais		
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	(113.618)	(40.051)
Imóveis a comercializar e terrenos destinados à venda	(157.678)	(379.191)
Outros Ativos	(6.347)	–
Aumento (Redução) em passivos operacionais		
Fornecedores de materiais e serviços	11.951	4.178
Impostos e contribuições	420	(108)
Salários, encargos sociais e participações	5.025	2.580
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	180.215	374.529
Cessão de créditos	17.612	–
Demais contas a pagar	(577)	(141)
Operações com partes relacionadas	(45.834)	44.832
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades operacionais	(135.555)	(54.222)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(8.616)	(5.013)
(Aplicação)/Resgate em títulos e valores mobiliários	(20.278)	(5.296)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.894)	(10.309)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	139.787	58.581
Captação de empréstimos e financiamentos	82.238	19.838
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(50.570)	(11.248)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(1.813)	(557)
Pagamento de passivo de arrendamento	(2.086)	(1.738)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	167.556	64.876
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.107	346
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	3.502	3.156
No fim do exercício	6.609	3.502
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.107	346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

circulante e ativo não circulante é realizada com base no cronograma de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. 2.3.5.2 Ajuste a valor presente: O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário. A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber. 2.3.5.3 Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos: A Companhia constitui perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa com base na abordagem prevista pelo CPC 48 e provisão de distratos para os clientes que tenham parcelas vencidas e a vencer, conforme premissas definidas pela Companhia para as perdas incorridas e esperadas. Exemplo: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas nacionais desfavoráveis, entre outros. O reconhecimento dessa provisão é efetuado até o limite do saldo do cliente, a qual é reconhecida em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento da receita. Na constituição das perdas estimadas é utilizada uma matriz baseada na perda histórica e esperada, ou ajustada com bases em dados observáveis atuais para refletir as condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. A Companhia avalia o risco de toda sua carteira de clientes, a fim de determinar quais os níveis de risco contidos. A Companhia constitui provisão para distratos para os clientes que apresentem intenções de formalização de distratos, ou estão com atraso a mais de 180 dias e risco de não concluirem o repasse. 2.3.5.4 Cessão de recebíveis: A Companhia tem como prática realizar a cessão de recebíveis, mantendo o ativo registrado. Em contrapartida, reconhece um passivo de cessão, bem como um ativo correspondente ao fundo de despesa e ao fundo de reserva, ambos classificados em 'Outros Ativos'. Adicionalmente, os juros decorrentes da cessão são reconhecidos como despesa financeira no resultado. 2.3.6 Imóveis a comercializar: (i) Terrenos para futuras incorporações: A Companhia adquire terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são registrados ao valor justo, das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos na Nota 2.3.3. A classificação de terrenos entre o ativo circulante e ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários que é revisada periodicamente. (ii) Imóveis em construção: Os imóveis são demonstrados ao custo de construção, e reduzidos por provisão quando tal valor exceder seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo incorrido compreende os gastos com construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), os custos de legalização do terreno e empreendimento, os custos com terrenos e os encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. Os encargos financeiros relativos aos recursos utilizados na construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizados. Portanto, inclui-se a correção monetária desses itens quando houver. 2.3.7 Instrumentos financeiros: Abaixo quadro com as principais práticas contábeis aplicadas para:

Ativos e passivos financeiros não derivativos:	
Reconhecimento	Os empréstimos, recebíveis e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Desreconhecimento	**Ativo Financeiro:** Ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
	Passivo Financeiro: Ocorre quando sua obrigação contratual é retirada (por pagamento ou contratualmente), cancelada ou expirada.
Compensação	Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos Financeiros não derivativos	
Classificação e Mensuração	**Custo Amortizado**: Mantido para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais até o final da obra e tão somente do recebimento de principal e juros em datas específicas, para mensuração é utilizado o método da taxa efetiva de juros.
	Valor justo: Quando o objetivo é permitir a gestão imediata do seu "caixa", de forma a ter a liberdade para venda ou não de seu ativo. Esses ativos são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender.
Impairment	Avaliação feita para todos ativos financeiros classificado como custo amortizado. Mensurado como a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros e seu valor contábil, sendo sua diferença reconhecida no resultado do exercício.
Passivos Financeiros não derivativos	
Classificação e Mensuração	**Valor Justo:** São mensurados por meio do resultado quando do reconhecimento inicial e de forma irrevogável eliminarem ou reduzirem diferenças entre ganhos e perdas dos descasamentos que ocorreria na mensuração de ativos e passivos.
	Custo Amortizado: São classificados e mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo durante o exercício são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item objeto de hedge afetar o mesmo.

continua

★ continuação

Alea S.A. - CNPJ/MF: 34.193.637/0001-63

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

2.3.8 Imobilizado e intangível: Os imobilizados e intangíveis são registrados ao custo de aquisição, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Um item de imobilizado ou intangível é baixado quando vendido ou se nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. As depreciações e amortizações são calculadas com base no método linear, tomando-se a vida útil estimada dos ativos (Nota 6). A Companhia avalia, ao fim de cada exercício, o valor recuperável de seus imobilizados e intangíveis e se houver indicação de perdas são reconhecidas no resultado do exercício. 2.3.9 Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes por permuta: As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), líquido do ajuste a valor presente. As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias apurado pelo valor do metro quadrado definido entre as partes no momento da negociação, são demonstradas ao valor justo das unidades a serem entregues. 2.3.10 Impostos Correntes: A Companhia apura seus principais impostos, conforme detalhado a seguir:

Tributo	Lucro Real
Imposto de Renda	Alíquotas de 15% mais 10% pelo excedente de 240 mil.
Contribuição Social	Alíquota de 9%.
PIS Sobre a receita operacional bruta.	Base Receita bruta menos créditos (*) 1,65%
COFINS Sobre a receita operacional bruta.	Base Receita bruta menos créditos (*)7,6%

* Créditos apurados com base em alguns custos e despesas incorridas.

2.3.11 Impostos Diferidos: O imposto diferido é reconhecido com relação: a) Às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos registrados para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação; e b) Aos prejuízos fiscais, cujo reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitam a sua utilização total ou parcial, mediante a constituição de um ativo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. 2.3.12 Plano de opção de compra de ações: A Companhia oferece aos empregados e administradores, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, dois planos de remunerações com base em ações ("stock options" e "stock grant"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções é estabelecido na data da outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado do exercício (em contrapartida ao patrimônio líquido), à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores. Em uma transação liquidada, para os títulos patrimoniais em que o plano é modificado, uma despesa mínima é reconhecida e corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total das opções outorgadas, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação. Em caso de cancelamento de um plano de opção de compra de ações, o mesmo é tratado como se tivesse sido outorgado na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e o mesmo é designado um plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente. A Companhia revisa, anualmente, suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. 2.3.13 Provisões para demandas judiciais e redução de ativos não financeiros: As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões constituídas referem-se principalmente a: I. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. II. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Anualmente e quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, pela comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia. 2.3.14 Lucro por ação básico e diluído: O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado da mesma maneira que o básico, porém acrescido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias, em casos de prejuízo, não existem efeitos dilutivos.

3. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Emitidas: a. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no exercício corrente: A Companhia avalia e adota as normas abaixo para o atual exercício, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras.

IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de passivos não circulantes, em que a empresa precisa ter o direito de evitar a liquidação por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1° de janeiro de 2024
IAS 7/CPC 26 e IFRS 7/CPC 40	Incorporação de requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores.	a partir de 1° de janeiro de 2024
IFRS 16/CPC 06 (R2)	Passivo não circulante com covenants e classificação de passivos como circulante ou não circulante.	a partir de 1° de janeiro de 2024

Para as novas normas não são esperados impactos relevantes quando da aplicação e pretende-se adotá-los, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IAS 21/CPC 02	Ausência de conversibilidade.	a partir de 1° de janeiro de 2025
IFRS 18	Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional.	a partir de 1° de janeiro de 2027

Diretoria

Rodrigo Osmo - CEO
Jose Geraldo Rodrigues Dos Reis - Diretor Operacional
Luis Gustavo Scrassolo Martini - Diretor Operacional
Andre Luiz Massote Monteiro - Diretor Operacional
João Raupp Sellister - Diretor Operacional
Alex Fernando Hamada - Diretor Operacional

Contadora

Tatiane Silva Alves
CRC 1SP307.485/O-3

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Encontra-se aberto no Complexo Penal de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 005/2025, visando a Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis, para consumo no período de 01/05/2025 a 31/08/2025. A licitação será realizada no dia 30/04/2025 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail: finansupri@gmail.com

---

AVISO DE ALTERAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 406/2024 - Tipo: Menor Preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG, comunica a alteração da licitação que tem por objeto o registro de preços para eventual COMPRA CENTRAL - SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TIC, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 19/5/2025, às 9h, no site **www.compras.mg.gov.br**. Mais informações: **comprascentrais@planejamento.mg.gov.br**. BH/MG, 30/4/2025. Ana Luiza Camargo Hirle - Subsecretária de Compras Públicas - SEPLAG-MG.



ESTADÃO RI

CONHEÇA AS VANTAGENS DE PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2442

estadaori.estadao.com.br

O **Hospital Israelita Albert Einstein** torna público que requereu junto à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - **SVMA** do Município de São Paulo, mediante processo SEI nº 6027.2025/0005649-9, a Licença Ambiental de Instalação - LAI para a implantação da Subestação de 88/138 kV - Unidade Morumbi na Avenida Padre Lebret, 26 - Jardim Leonor, São Paulo - SP.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0454/2025-00 "SOFTWARE DE GESTÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ERP EDUCACIONAL"

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Ata Resumida de Assembleia Geral Ordinária

1. Data, Hora e Local: 07 de abril de 2025, às 9h00, de forma exclusivamente virtual. **2. Deliberações: 2.1. Aprovar**, o Relatório da Administração, as Contas da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **2.2. Aprovar**, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024; **6.3.** Por unanimidade de votos, **Reeleger**, para compor o Conselho de Administração da Companhia, cujo mandato vigorará até 2028: **Romeu Romi; Américo Emílio Romi Neto; Suzana Guimarães Chiti; Juliana Guimarães Chiti; Eugênio Guimarães Chiti; Paulo Romi; Adriana Romi; André Luís Romi; Maria Pia Romi Campos; Giordano Romi Júnior**, e, **eleger Fernando Romi Zanatta. 6.4.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos termos de posse no livro próprio. **6.5. Fixar**, a remuneração anual e global dos administradores, compreendendo Conselho de Administração e Diretoria em até R$ 298.000,00. **7. Aprovação e Assinatura:** Esta ata após lida foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, dispensando as assinaturas dos demais acionistas, considerados signatários da ata nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79/2020. **Aviso**: A presente Ata é apresentada na forma resumida. A íntegra está disponível no endereço eletrônico do Jornal O Estado de São Paulo (https://www.estadao.com.br/). Santa Bárbara D'Oeste, 07 de abril de 2025. Maria Carolina Giubbina Aguiar - Secretária. **JUCESP** nº 136.385/25-4 em 22/04/2025. Aloízio E. Soares Junior- Secretário Geral em Exercício.

Auto Posto Porto Iguape Ltda.

CNPJ nº 12.392.680/0001-15 - NIRE nº 35.223.815.542

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

A Auto Posto Porto Iguape Ltda. ("Porto Iguape" ou "Sociedade"), CNPJ 12.392.680/0001-15, registrada perante a JUCESP NIRE 35.223.815.542, com sede na cidade de Iguape, SP, na Av. Adhemar de Barros, 705, Jd. América, bairro Porto do Ribeira, CEP: 11.920-000, representada pelo seu administrador **Dilermando do Nascimento**, RG 3.040.378 SSP/SP, CPF 047.472.678-91, convoca a Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião"), nos termos do Contrato Social e do art. 1.072 do Código Civil. Assim, ficam os senhores Quotistas da Sociedade convocados a se reunirem em Reunião a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, nos termos do art. 1.080-A, §único, do Código Civil, em 1ª convocação no dia 08/05/2025, às 09h, e, em 2ª convocação, no dia 08/05/2025, às 09h15, cuja ordem do dia é a seguinte: **(a)** Deliberação sobre a destituição da Sra. Maria Odete Cecília Gonçalves Pinto, na qualidade de administradora da Sociedade, nos termos dos arts. 1.063, §1º, e 1.071, inciso III, ambos do Código Civil; e **(b)** Deliberação sobre a proposta de alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de incluir a previsão de exclusão extrajudicial de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Informações Gerais: A Sociedade disponibilizará informações sobre a plataforma digital em que ocorrerá a Reunião diretamente ao Quotista ou ao seu procurador devidamente constituído. Para participar da Reunião via plataforma digital, os Quotistas deverão enviar, no prazo de até 24 horas anteriores ao horário da 1ª convocação, os documentos de habilitação e representação abaixo relacionados, para os seguintes e-mails: rvilela@bvzadvogados.com.br e lferreira@bvzadvogados.com.br, que são os meios eletrônicos para esclarecimento de quaisquer dúvidas e/ou questionamentos. Documentos: cópias do documento de identidade e CPF do Quotista, bem como, se for o caso de representação do Quotista por procurador, instrumento de mandato outorgado pelo Quotista nos termos da legislação aplicável, e cópias do documento de identidade, CPF e OAB do procurador. São Paulo/SP, 25/04/2025. **Auto Posto Porto Iguape Ltda. Dilermando do Nascimento** – Administrador da Sociedade.



Sindicato dos Professores de São José do Rio Preto – Sinpro/RP – R. Honduras, nº 227 – Alto Rio Preto – CEP: 15020-210 – Tels: (17) 3234-4562/3233-1781 – CNPJ 56.359.482-/0001-25 – O **Sindicato dos Professores de São José do Rio Preto – Sinpro/RP**, com registro no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 24.458.000.648/88 por seu presidente Sr. Edmar Delmaschio, em atenção aos seus estatutos, faz saber pelo presente edital, ter sido registrado apenas uma chapa com o nome **"Unidos pela Educação"** para concorrer as Eleições para renovação de diretoria, assim composta:

DIRETORIA – Paulo Henrique de Sousa – **Presidente** – Elizandra Cristina dos Santos - **Vice Presidente** – Eduardo Alves de Lima - **Diretor Social** – Edmar Delmaschio - **Diretor Tesoureiro** - Waldemar Rodrigues Pereira Filho – **Diretor Secretário**. **SUPLENTE DE DIRETORIA** – Luiz Carlos Tarczewsky, Marta Nogueira Martins, Fabiana de Souza Alves, Vanessa Belentani Marques, Andreia Cristina Bandeira Pereira. **CONSELHO FISCAL TITULARES** – Daniela Roberta Marcos Balduíno, Simone Perpétua Matos, Carlos Alípio Caldeira. **MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL** – Vanessa Valéria Dangelo, Lucimara Aparecida Feliz de Paula, Célia Regina de Oliveira Sousa. **REPRESENTANTES PERANTE A FEDERAÇÃO TITULARES** – Fernanda da Cunha Bittencourt, Valéria Maria Volpi. **REPRESENTANTES PERANTE A FEDERAÇÃO SUPLENTES** – Kátia Pocobi Peraçoli, Darcy Antônio Dolce.

A comissão eleitoral será composta pelo prof. EDMAR DELMASCHIO, ora presidente do Sindicato e pelo Prof. Paulo Henrique de Sousa, indicado como representante da chapa. A partir da publicação do presente edital os interessados terão 48 horas para impugnação de candidaturas ou chapa, que deverá ser feita por escrito, dirigida ao presidente da Comissão eleitoral.

SJRio Preto, 23 de abril de 2025.

Prof. Edmar Delmaschio
Presidente

Auto Posto Ponto de Encontro Ltda.

CNPJ nº 64.771.124/0001-53 - NIRE nº 35.209.858.752

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

A **Auto Posto Ponto de Encontro Ltda.** ("Ponto de Encontro" ou "Sociedade"), CNPJ 64.771.124/0001-53, registrada perante a JUCESP NIRE 35.209.858.752, com sede na cidade de Iguape, SP, na Rod. Casimiro Teixeira, 190, bairro Porto do Ribeira, CEP: 11.920-000, representada pelo seu administrador **Dilermando do Nascimento**, RG 3.040.378 SSP/SP, CPF 047.472.678-91, convoca a Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião"), nos termos do Contrato Social e do art. 1.072 do Código Civil. Assim, ficam os senhores Quotistas da Sociedade convocados a se reunirem em Reunião a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, nos termos do art. 1.080-A, §único, do Código Civil, em 1ª convocação no dia 08/05/2025, às 09h, e, em 2ª convocação, no dia 08/05/2025, às 09h15, cuja ordem do dia é a seguinte: **(a)** Deliberação sobre a destituição da Sra. Maria Odete Cecília Gonçalves Pinto, na qualidade de administradora da Sociedade, nos termos dos arts. 1.063, §1º, e 1.071, inciso III, ambos do Código Civil; e **(b)** Deliberação sobre a proposta de alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de incluir a previsão de exclusão extrajudicial de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Informações Gerais: A Sociedade disponibilizará informações sobre a plataforma digital em que ocorrerá a Reunião diretamente ao Quotista ou ao seu procurador devidamente constituído. Para participar da Reunião via plataforma digital, os Quotistas deverão enviar, no prazo de até 24 horas anteriores ao horário da 1ª convocação, os documentos de habilitação e representação abaixo relacionados, para os seguintes e-mails: rvilela@bvzadvogados.com.br e lferreira@bvzadvogados.com.br, que são os meios eletrônicos para esclarecimento de quaisquer dúvidas e/ou questionamentos. Documentos: cópias do documento de identidade e CPF do Quotista, bem como, se for o caso de representação do Quotista por procurador, instrumento de mandato outorgado pelo Quotista nos termos da legislação aplicável, e cópias do documento de identidade, CPF e OAB do procurador. São Paulo/SP, 25/04/2025. **Auto Posto Ponto de Encontro Ltda. Dilermando do Nascimento** – Administrador da Sociedade.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
Processo Administrativo SEI nº 2024.110222.45657
Processo SIGA: SES/0001/2025
Pregão Eletrônico nº 12/2025-SES
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia **16/05/2025 às 09h00min** (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Consumo (seringas e agulhas descartáveis) para atender as demandas da Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, com a finalidade de aplicar vacinas em ação de imunização de rotina e campanhas nos 217 sistemas municipais de saúde, conforme as quantidades e especificações constantes neste instrumento, sendo presidida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro desta SES e realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Informações: Comissão Permanente de Contratação – CPC (subsolo), no e-mail: licitases@saude.ma.gov.br e telefones: (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 24 de abril de 2025

Chrisane Oliveira Barros
Presidente da CPC/SES

Auto Posto Postal de Iguape Ltda.

CNPJ nº 03.706.187/0001-31 - NIRE nº 35.216.181.266

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

A **Auto Posto Postal de Iguape Ltda.** ("Postal de Iguape" ou "Sociedade"), CNPJ 03.706.187/0001-31, registrada perante a JUCESP NIRE 35.216.181.266, com sede na cidade de Iguape, SP, na Av. Jânio Quadros, 163, Quadra 2.810, bairro Canto do Morro, CEP: 11.920-000, representada pelo seu administrador **Dilermando do Nascimento**, RG 3.040.378 SSP/SP, CPF 047.472.678-91, convoca a Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião"), nos termos do Contrato Social e do art. 1.072 do Código Civil. Assim, ficam os senhores Quotistas da Sociedade convocados a se reunirem em Reunião a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, nos termos do art. 1.080-A, §único, do Código Civil, em 1ª convocação no dia 08/05/2025, às 09h, e, em 2ª convocação, no dia 08/05/2025, às 09h15, cuja ordem do dia é a seguinte: **(a)** Deliberação sobre a destituição da Sra. Maria Odete Cecília Gonçalves Pinto, na qualidade de administradora da Sociedade, nos termos dos arts. 1.063, §1º, e 1.071, inciso III, ambos do Código Civil; e **(b)** Deliberação sobre a proposta de alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de incluir a previsão de exclusão extrajudicial de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Informações Gerais: A Sociedade disponibilizará informações sobre a plataforma digital em que ocorrerá a Reunião diretamente ao Quotista ou ao seu procurador devidamente constituído. Para participar da Reunião via plataforma digital, os Quotistas deverão enviar, no prazo de até 24 horas anteriores ao horário da 1ª convocação, os documentos de habilitação e representação abaixo relacionados, para os seguintes e-mails: rvilela@bvzadvogados.com.br e lferreira@bvzadvogados.com.br, que são os meios eletrônicos para esclarecimento de quaisquer dúvidas e/ou questionamentos. Documentos: cópias do documento de identidade e CPF do Quotista, bem como, se for o caso de representação do Quotista por procurador, instrumento de mandato outorgado pelo Quotista nos termos da legislação aplicável, e cópias do documento de identidade, CPF e OAB do procurador. São Paulo/SP, 25/04/2025. **Auto Posto Postal de Iguape Ltda. Dilermando do Nascimento** – Administrador da Sociedade.

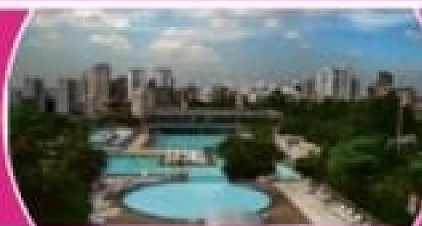
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, o Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM RESTAURANTES, LANCHONETES, BARES, BOTEQUINS, CHOPERIAS, CHURRASCARIAS, COSTELARIAS, FAST-FOOD, BUFFETS, CAFÉS, CANTINAS, CASAS DE CHÁ, CASAS DE LANCHES, LANCHONETES DE PADARIAS, PASTELARIAS, PIZZARIAS, ROTISSERIAS, TRAILLERS DE LANCHES, LEITERIAS, ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM TIPO HOTÉIS, APART-HOTÉIS, FLATS, HOSPEDARIAS, MOTÉIS, PENSÕES E POUSADAS DE CAMPINAS E REGIÃO**, CNPJ Nº 46.106.746/0001-65, com sede na Rua do Professor, n.º 357, Jardim Proença, em Campinas-SP, CONVOCA todos os trabalhadores em Hotéis, Apart-Hotéis, Motéis, Restaurantes, Bares, Buffets, Lanchonetes, Choperias, Pizzarias, Sorveterias, Docerias, Bombonières, Cafés, Costelarias, Pastelarias, Trailers, Hospedarias, Pousadas, Pensões, Casas de Chá e Lanches, Berçários, Rostisserias, Lanchonetes de Padarias sediados em Campinas, Itu, Rio Claro, Mogi Mirim, Amparo, Hortolândia, Holambra, Valinhos, Vinhedo, Jaguariúna, Louveira, Pedreira, Nova Odessa, Sumaré, Monte Mor, Elias Fausto, Capivari, Itatiba, Paulínia e Indaiatuba – SP, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** que realizar-se-á, em primeira convocação, observado o quorum estatutário, no dia **05 de maio de 2025**, às oito horas, no endereço acima, a fim de deliberarem sobre os seguintes itens:

a) Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia anterior; **b)** Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, por ocasião da data-base da categoria; **c)** Autorização para a Diretoria do Sindicato negociar, firmar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, ou instaurar Dissídio Coletivo, caso frustradas as negociações; **d)** Discussão e fixação de valor a título de COTA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL PARA CUSTEIO DE BENEFÍCIOS SOCIAS – CPNCBS ou outra modalidade de contribuição para a subsistência do Sindicato, devida pelos trabalhadores ao Sindicato. Não havendo quorum em primeira chamada, a Assembleia realizar-se-á às nove horas, do mesmo dia, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, na forma do Estatuto Social. Campinas, 30 de abril de 2025.

ORIDES RODRIGUES DE SOUSA
Presidente

Eufrázio



Clube Paineiras do Morumby

CNPJ Nº 52.400.207/0001-57
Av. Dr. Alberto Penteado, 605 - Morumbi - São Paulo - SP - CEP: 05678-000



RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA EXECUTIVA
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024

I - MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

É com um misto de sensações que chegamos ao fim de nossa gestão à frente da Diretoria Executiva do Clube Paineiras do Morumby. Estes três anos foram uma experiência literalmente indescritível para mim e para meus colegas de diretoria, que bravamente dividiram comigo as alegrias e desafios de tocar, com comprometimento e dedicação, a gestão do clube, definir caminhos, implantar novos projetos e visões, contribuir ativamente para a sedimentação de nossa instituição, sempre tendo em mente o valor maior, que é o benefício da comunidade paineirense: o pilar que tem norteado todas as nossas decisões e caminhos ao longo desta bela jornada.

A reta final de nosso caminho não foi simples. O último trimestre do ano é sempre um período de pico nos trabalhos do clube, o volume de demandas aumenta, nossa operação trabalha de maneira ainda mais vigorosa para entregar ao associado os altos padrões com que sempre nos comprometemos e cumprimos. Para isso, gostaríamos de fazer nossa mais sincera homenagem a toda a equipe de dedicados e incansáveis colaboradores, um verdadeiro exército de pessoas motivadas e apaixonadas por nosso clube que, diariamente, fazem com que nossa estrutura siga funcionando eficientemente. Em nome da diretoria e de todo o corpo associativo, manifesto nosso máximo respeito e agradecimento.

Nesses três anos na gestão, pudemos imprimir um pouco de nossa visão para o Paineiras. Trabalhamos nas mais diversas frentes para entregar ao associado um clube cada dia melhor. Os esforços ocorreram em todas as áreas, merecendo destaque a infraestrutura, com a viabilização e entrega de projetos inéditos de grande porte como a Área de Lutas, as miniquadras de tênis, a Arena de Beach Tennis. A nova Piscina Olímpica entrou em sua fase de conclusão.

Nesse ano, houve praticamente um equilíbrio entre receitas e despesas, vale ressaltar que o superávit acumulado entre de 2022 a 2024 foi de R$ 8,6 milhões. Em relação a taxa de transferência de títulos, foram arrecadados neste exercício o valor de R$ 16 milhões, devidamente alocados na conta "fundo de reserva", como aprovado pelo nosso Conselho Deliberativo.

Vale destacar a constante valorização do título patrimonial. Atualmente, o valor-base da taxa de transferência é de R$ 300 mil para terceiros. A escassez de títulos disponíveis para venda permite aos associados negociarem diretamente com os interessados, sendo que há lista de espera por parte de interessados, o que também ocorre com o empréstimo de títulos. Tais dados demonstram que, realmente, fomos capazes de atingir nossos objetivos, tanto quantitativos como qualitativos, não apenas mantendo nossos índices financeiros, mas nos posicionando como referência no segmento de clube sociais brasileiros.

Em suma, o Paineiras finalizou 2024 ainda mais forte, estável, consolidado e pronto para enfrentar novas empreitadas, com uma situação econômica bastante confortável e a robustez financeira representada por um índice de liquidez expressivo na marca dos 2,51.

Desejo sucesso à nova gestão, encabeçada pelo meu amigo, ex-primeiro vice-presidente e, atualmente, presidente, Paulo Mayer. Posso assegurar a todos que o clube estará em ótimas mãos pelos próximos 3 anos e o Paineiras seguirá pujante e desenvolvendo, como deve ser. O futuro paineirense é animador.

Um abraço,

CARIM CARDOSO SAAD
Presidente



BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Milhares de Reais - R$)

	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO		
CIRCULANTE	**51.790**	**43.580**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**41.783**	**34.657**
Contas Manutenção (nota 4)	1.858	4.534
Contas Patrimonial-Obras/Ativo Fixo (nota 4)	5.415	1.422
Contas Fundo de Reserva (nota 4)	30.701	27.177
Lei de Incentivo ao Esporte (nota 19)	3.809	1.524
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	**10.007**	**8.923**
ASSOCIADOS	**4.366**	**3.922**
Mensalidades (nota 5)	1.216	1.083
Provisão para Perdas com Inadimplência (nota 5)	(531)	(453)
Taxas de Transferência de Títulos a Receber (nota 5)	3.681	3.292
CRÉDITOS DIVERSOS (nota 6)	**2.255**	**2.726**
ADIANTAMENTOS (nota 7)	**1.886**	**912**
ESTOQUES (nota 8)	**884**	**777**
DESPESAS ANTECIPADAS (nota 9)	**616**	**586**
NÃO CIRCULANTE	**166.711**	**157.822**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**69**	**74**
Mensalidades *(nota 5)*	9	34
Taxas de Transferência de Títulos a Receber (nota 5)	51	15
Outros Valores a Realizar (nota 10)	9	25
IMOBILIZADO (nota 11)	**158.257**	**151.344**
OBRAS EM ANDAMENTO (nota 12)	**8.198**	**6.147**
INTANGÍVEL (nota 13)	**187**	**257**
TOTAL DO ATIVO	**218.501**	**201.402**

	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO		
CIRCULANTE	**20.646**	**16.896**
Salários e Encargos Sociais *(nota 14)*	8.228	6.856
Fornecedores *(nota 15)*	4.502	4.788
Obrigações Tributárias *(nota 16)*	372	339
Outras Contas a Pagar *(nota 17)*	2.938	2.557
Receitas Antecipadas *(nota 18)*	797	832
Lei de Incentivo ao Esporte *(nota 19)*	3.809	1.524
NÃO CIRCULANTE	**1.292**	**1.129**
Provisão para Contingências Trabalhistas *(nota 20)*	39	3
Depósitos Judiciais Trabalhistas *(nota 20)*	(34)	(11)
Provisão para Outras Contingências *(nota 20)*	1.284	1.133
Receitas de Exercícios Futuros *(nota 21)*	3	4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**196.563**	**183.377**
Patrimônio Social	196.482	179.275
Superávit(Déficit) do Exercício Corrente	81	4.102
TOTAL DO PASSIVO	**218.501**	**201.402**



DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Milhares de Reais - R$)

Período	Outras Movimentações Patrimoniais	Fundo de Reserva	Correção Monetária Ativo Imobilizado	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31.12.2022	52.983	21.691	54.785	129.459	39.302	168.761
Outras movimentações líquidas	(11.807)	22.321	–	10.514	–	10.514
Superávit/Déficit do Período	–	–	–	–	4.102	4.102
Saldo em 31.12.2023	41.176	44.012	54.785	139.973	43.404	183.377
Outras movimentações líquidas	(11.976)	25.081	–	13.105	–	13.105
Superávit/Déficit do Período	–	–	–	–	81	81
Saldo em 31.12.2024	29.200	69.093	54.785	153.078	43.485	196.563



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO POR CENTRO DE CUSTO ANALÍTICO ACUMULADO
(Em Milhares de Reais)

DESPESAS	2024	2023
CONSELHO DELIBERATIVO	**543**	**629**
CONSELHO FISCAL	**164**	**150**
JURÍDICO	**864**	**987**
DIRETORIA EXECUTIVA	**793**	**707**
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PAINEIRAS	**210**	**297**
OUVIDORIA	–	–
SECRETARIA ADMINISTRATIVA	**1.694**	**1.495**
Coordenação	247	235
Central de Atendimento	1.447	1.260
SERVIÇOS GERAIS	**21.931**	**19.130**
Coordenação	470	428
Vestiários	1.758	1.687
Elevadores	–	–
Fichários	915	878
Perdidos e Achados	196	161
Reprografia	216	178
Transportes	593	499
Segurança e Vigilância	6.727	6.068
Estacionamento	559	525
Salva-Vidas	1.010	790
Portaria Social	586	521
Limpeza	8.522	7.149
Lavanderia	379	246
RECURSOS HUMANOS	**2.397**	**2.137**
Supervisão	221	257
Desenvolvimento	1.065	1.089
Administração de Pessoal	609	431
Restaurante de Colaboradores	4	–
C.I.P.A.	61	35
Segurança do Trabalho	437	325
TECNOLOGIA	**2.892**	**2.727**
Supervisão	733	645
Sistemas	657	631
Suporte	1.489	1.451
DPO	13	–
HIGIENE E SAÚDE	**3.633**	**3.258**
Centro Médico	3.321	3.011
Fraldário	312	247
FINANCEIRO	**2.345**	**2.107**
Gerência	591	538
Orçamento	388	309
Cobrança	368	360
Contas a Pagar	377	335
Controle de Caixas	404	364
Central de Recebimento	217	201
CONTABILIDADE	**738**	**710**
SUPRIMENTOS	**947**	**846**
Compras	681	647
Almoxarifado	266	199
PLANEJAMENTO E CONTROLE	**1.002**	**920**
MANUTENÇÃO	**19.830**	**15.846**
Gerência/Engenharia/Zeladoria	3.402	2.944
Manutenção e Reformas	5.669	3.760
Oficinas de Manutenção	10.759	9.142
DIVULGAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MARKETING	**2.029**	**1.843**
ESPORTES	**37.508**	**31.375**
Programação e Eventos	20.999	17.566
Competitivo	10.382	8.405
Formação Esportiva	6.127	5.404
CONCESSIONÁRIOS	**247**	**194**
CULTURAL	**7.787**	**6.504**
Supervisão Geral/Zeladoria	1.083	1.026
Cultural/Eventos	6.704	5.478
SOCIAL	**5.465**	**4.971**
Coordenação	425	367
Social/Eventos	4.827	4.571
Cessão de Espaço	213	33
SERVIÇOS PÚBLICOS	**7.665**	**7.713**
FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	**687**	**654**
TRIBUTÁRIAS	**393**	**317**
MEIO AMBIENTE	**1.605**	**1.397**
Coordenação	1.067	938
Jardins	538	459
PLANO DIRETOR	–	**49**
PROJETOS INCENTIVADOS	**1.086**	**1.199**
PROVISÕES/OUTRAS	**726**	**1.062**
Provisões para Perdas com Inadimplência	249	228
Contingências Trabalhistas	167	(344)
Outras Contingências/Outras	310	1.178
TOTAL DAS DESPESAS	**125.181**	**109.224**
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO PERÍODO	**81**	**4.102**

RECEITAS	2024	2023
EXERCÍCIO CORRENTE	**83.490**	**77.374**
Taxa de Manutenção	72.364	66.794
Complemento Orçamentário	11.126	10.580
RECEITAS E TAXA S/TÍTULOS	**7.350**	**5.365**
Transferência de Propriedade	–	–
Taxa de Empréstimo	7.350	5.361
Frequência Temporária	–	4
RECUPERAÇÃO DE CUSTOS	**26.116**	**22.805**
ESPORTES	**14.953**	**12.974**
Taxas de Cursos e Atividades	12.598	10.832
Tênis	1.739	1.636
Squash	45	32
Formação Esportiva	102	92
Patrocínios	308	213
Eventos Esportivos	57	3
Outras Receitas	104	166
CULTURAL	**3.842**	**2.993**
Taxas de Cursos e Atividades	3.356	2.634
Eventos Culturais	464	340
Biblioteca	22	19
Outras	–	–
SOCIAL	**4.081**	**3.996**
Eventos Sociais	3.519	3.593
Cessão de Espaço	562	403
Outras	–	–
DIVULGAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MARKETING	**529**	**277**
Revistas Paineiras	43	7
Cessão de Espaços/Outras	486	270
HIGIENE E SAÚDE	**1.357**	**1.203**
Centro Médico	1.357	1.203
SECRETARIA ADMINISTRATIVA	**1.205**	**1.181**
Carteiras Sociais	–	–
Confecções de Crachás	41	37
Ingresso de Convidados	1.161	1.140
Outras	3	4
DASP - ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PAINEIRAS	**149**	**181**
PATROCÍNIOS	–	–
RECEITAS FINANCEIRAS	**1.290**	**989**
Acréscimos	630	640
Juros e Multas	101	87
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	559	262
TAXAS DIVERSAS	**4.172**	**3.762**
Cessão de Armários/Bicicletário	685	648
Reprografia	146	102
Estacionamento	3.145	2.886
Outras	196	126
OUTRAS RECEITAS	**138**	**205**
CONCESSIONÁRIOS	**1.620**	**1.627**
PROJETOS INCENTIVADOS	**1.086**	**1.199**
TOTAL DAS RECEITAS	**125.262**	**113.326**



DRE - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
(Em Milhares de Reais - R$)

	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS	**125.262**	**113.326**
Receitas Operacionais	**124.176**	**112.127**
Taxa de Manutenção	83.490	77.374
Atividades Esportivas	14.953	12.974
Transações com Títulos	7.350	5.365
Taxas Diversas	4.172	3.762
Atividades Culturais	3.842	2.993
Atividades Sociais	4.081	3.996
Receitas Financeiras	1.290	989
Concessionários	1.620	1.627
Centro Médico	1.357	1.203
Patrocínios	–	–
Outras Receitas	2.021	1.844
Receitas Incentivadas	**1.086**	**1.199**
Receitas Incentivadas	1.086	1.199
DESPESAS	**(125.181)**	**(109.224)**
Despesas Fixas	**(81.617)**	**(70.891)**
Salários, Horas-Extras, Estagiários	(30.710)	(26.620)
Encargos Sociais/Rescisões	(11.051)	(9.767)
Provisões de Férias/13° Salário	(8.955)	(7.746)
Benefícios	(11.558)	(9.822)
Terceirizados	(19.343)	(16.936)
Despesas Variáveis	**(42.478)**	**(37.134)**
Serviços Públicos	(7.665)	(7.626)
Conservação e Manutenção	(9.851)	(7.409)
Serviços Prestados Terceiros	(7.722)	(6.272)
Locações	(2.325)	(2.181)
Hospedagens e Passagens	(1.729)	(1.383)
Promoções e Eventos	(2.099)	(1.320)
Materiais Consumo/Escritório	(1.613)	(1.420)
Despesas Financeiras	(687)	(655)
Federações/Associações	(1.070)	(919)
Materiais Informática/Permanentes	(609)	(650)
Materiais Esportivos	(1.004)	(787)
Divulgação	(681)	(677)
Lanches e Refeições	(2.352)	(1.919)
Despesas Tributárias	(411)	(336)
Materiais Médicos	(288)	(262)
Provisões/Reversões Diversas	(587)	(748)
Outras Despesas	(1.785)	(2.570)
Despesas Incentivadas	**(1.086)**	**(1.199)**
Despesas Incentivadas	(1.086)	(1.199)
SUPERÁVIT(DÉFICIT) DO PERÍODO	**81**	**4.102**



DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Milhares de Reais - R$)

	31.12.2024	31.12.2023
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receitas:	**124.938**	**113.326**
Taxa de Manutenção	83.490	77.374
Transações com Títulos	7.350	5.365
Recuperação de Despesas	26.115	22.805
Patrocínios	–	–
Receitas Financeiras	1.290	990
Taxas Diversas	4.172	3.762
Outras Receitas	1.435	1.831
Receitas Incentivadas	1.086	1.199
Despesas:	**(124.857)**	**(109.224)**
Pessoal Próprio	(62.273)	(53.955)
Conservação e Manutenção	(9.851)	(7.409)
Provisões Diversas	(587)	(748)
Despesas Financeiras	(687)	(655)
Despesas Tributárias	(411)	(336)
Federações/Associações	(1.070)	(919)
Hospedagens e Passagens	(1.729)	(1.383)
Lanches e Refeições	(2.352)	(1.919)
Locações	(2.325)	(2.181)
Materiais Diversos	(3.515)	(3.119)
Serviços Públicos	(7.665)	(7.626)
Telefones	(72)	(68)
Terceirizados	(19.343)	(16.936)
Xerocópias	(149)	(152)
Outras Despesas	(11.718)	(10.619)
Despesas Incentivadas	(1.110)	(1.199)
(=) Superávit/(Déficit) Operacional	**81**	**4.102**
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Taxas Patrimoniais	–	3.884
Fundo de Reserva	4.342	22.321
Reversões	25.081	(10.580)
Venda/Baixa de Imobilizado	(11.127)	(88)
Outras Patrimoniais	(273)	(147)
Financiamento Imobiliário	146	–
Obras/Ativo Fixo	(13.958)	(13.601)
(=) Superávit/(Déficit) de Investimentos	**4.211**	**1.789**
3) FUNDO GERADO NO EXERCÍCIO		
(=) Resultado Operacional + Resultado Investimentos	**4.292**	**5.891**
4) VARIAÇÕES NO CIRCULANTE		
Ativo	**(1.079)**	**(638)**
Taxas de Transferências a Receber	(425)	(244)
Taxas Pendentes	(108)	146
Provisão para Devedores Duvidosos	78	36
Adiantamentos	(974)	59
Despesas Antecipadas	(30)	156
Estoques	(107)	(215)
Créditos Diversos	487	(576)
Depósitos Judiciais Cíveis e Fiscais	–	–
Passivo	**3.913**	**962**
Contas a Pagar	3.784	1.563
Provisões e Depósitos Judiciais Trabalhistas	164	(267)
Receitas Antecipadas	(35)	(334)
(=) Acréscimo/(Decréscimo) no Capital de Giro	**2.834**	**324**
5) VARIAÇÃO TOTAL		
(=) Fundo Gerado no Exercício + Acréscimo/(Decréscimo) no Capital de Giro	**7.126**	**6.215**
6) AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NO DISPONÍVEL		
Disponibilidade Inicial	**34.657**	**28.442**
Manutenção	4.534	2.567
Obras/Ativo Fixo	1.422	1.964
Fundo de Reserva	27.177	21.550
Lei de Incentivo ao Esporte	1.524	2.361
Disponibilidade Final	**41.783**	**34.657**
Manutenção	1.858	4.534
Obras/Ativo Fixo	5.415	1.422
Fundo de Reserva	30.701	27.177
Lei de Incentivo ao Esporte	3.809	1.524
(=) Variação no Disponível (Final - Inicial)	**7.126**	**6.215**

continua →



Clube Paineiras do Morumby

CNPJ Nº 52.400.207/0001-57

Av. Dr. Alberto Penteado, 605 - Morumbi - São Paulo - SP - CEP: 05678-000

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Contexto operacional: 1.1. Fundação, regime fiscal, sede e finalidade do Clube: O Clube Paineiras do Morumby é uma associação de fins não econômicos, fundada em 09 de agosto de 1960, com prazo de duração indeterminado. Mantém sede social à Avenida Alberto Penteado, nº 605, Jardim Silvia, CEP 05678-000, São Paulo, SP. Tem por finalidade manter para seus associados e dependentes um centro de convivência e lazer, oferecendo-lhes atividades culturais, sociais e esportivas, implementando estratégias de melhoria contínua, preocupando-se com aspectos ambientais e humanos. **1.2. Administração do Clube: 1.2.1. Mandato da diretoria executiva atual:** De acordo com a assembleia geral de sócios realizada em 12 de setembro de 2021, os Srs. Carim Cardoso Saad, Paulo Cesar Pereira Mayer, Rogerio Marques da Silva, João Andrade Grilo Neto e Sebastião Luiz da Silva Filho, foram eleitos respectivamente como Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro da diretoria atual do **Clube** para o triênio compreendido entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024. Ainda, de acordo com termo de posse, o presidente, os vice-presidentes e os demais diretores da Diretoria Executiva foram empossados em seus respectivos cargos no dia 03 janeiro de 2022. **1.2.2. Mandato da futura diretoria executiva:** De acordo com a assembleia geral de sócios realizada em 01 de setembro de 2024, ocorreu eleição da nova diretoria executiva, sendo Paulo Cesar Pereira Mayer, Marcelo Calil Bianchi, Rolf Stauffenegger, Dora Regina Estevam e Guilherme Ribeiro dos Santos Filho, eleitos respectivamente como Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, Diretora Administrativa e Diretor Financeiro da nova diretoria do **Clube** para o mandato do triênio compreendido entre janeiro de 2025 e dezembro de 2027. E apesar da eleição ter ocorrido em 01 de setembro de 2024, conforme regra do estatuto do **Clube**, a posse do presidente, dos vice-presidentes e dos demais diretores se dará em 02 de janeiro de 2025. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão em **24/01/2025,** considerando os eventos subsequentes ocorridos até aquela data. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, principalmente aquelas aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1); estas demonstrações estão apresentadas em conformidade com o formato previsto na NBC TG 26 (R5) para o exercício e NBC TG 21 (R4) para os trimestres. As demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional do **Clube.** Os valores dos ativos e passivos, no balanço patrimonial, estão apresentados de forma comparativa com os saldos do fim do exercício anterior, findo em **31/12/2023.** As contas de receitas e despesas estão apresentadas de forma abrangente, ou seja, comparadas com igual período do exercício anterior. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas contábeis são revistas de maneira contínua. As revisões com relação às estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que são revisadas e/ou em exercícios futuros que possam vir a ser afetados. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que o instituto se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro. Em **31/12/2024,** o **Clube** não mantinha transações com derivativos ou com instrumentos financeiros de renda variável. Os valores mobiliários são atualizados pelos juros incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e são inferiores ao valor esperado de sua realização no mercado. **b) Apuração do resultado:** Com exceção das receitas de ganhos de processos judiciais que são reconhecidas com observância do regime de caixa, todas as demais receitas e despesas das atividades-fim são reconhecidas com observância do regime de competência, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações de resultado gerenciais estão apresentadas de acordo com os centros de custo dos departamentos e setores correspondentes. **c) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem que a administração, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados daquelas demonstrações. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a determinação da vida útil estimada para os itens que compõem o ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para inadimplência, assim como a análise dos demais riscos para determinar outras provisões, incluindo a provisão para contingências e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos, passivos, receitas e despesas na data do balanço. **d) Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente. **e) Caixas e equivalentes de caixa:** Os recursos vinculados a projetos incentivados estão apresentados de forma segregada dos recursos provenientes da operação, ou seja, a movimentação das contas de manutenção e patrimoniais (obras e fundo de reserva). As taxas patrimoniais e a renda obtida nas aplicações financeiras, líquidas do imposto de renda retido na fonte, são registradas diretamente no patrimônio líquido, não reconhecidas na demonstração do resultado do período a que se referem. **f) Contas a receber de associados - mensalidades:** As taxas de manutenção e patrimoniais (obras e fundo de reserva) são registradas mensalmente no resultado e no patrimônio líquido, respectivamente e, são apresentadas no ativo pelo valor nominal, deduzido da provisão para perdas com inadimplência. As multas e demais encargos financeiros cobrados dos associados, em atraso, somente são registrados quando efetivamente recebidos. **g) Contas a receber de associados - transferências de títulos a receber:** As transferências de títulos podem ocorrer à vista ou a prazo. Sobre as transferências a prazo não incidem encargos financeiros. Os valores vencíveis após 1 (um) ano estão classificados no Ativo Não Circulante. **h) Estoque:** O estoque de materiais de consumo está avaliado pelo custo médio de aquisição, que não excede ao seu valor de reposição. **i) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, exceto para os casos em que ocorra o desfecho favorável da demanda a favor do **Clube. j) Imobilizado e intangível:** O Imobilizado é demonstrado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzidas as depreciações e amortizações, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada para os bens. O intangível é registrado pelo seu custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. Os softwares classificados no intangível são amortizados de acordo com o tempo de vida útil estimado. Os demais intangíveis não são amortizados, todavia são objeto de análise quanto à sua recuperabilidade: em caso de evidências de uma provável "não recuperação" destes ativos, é constituída a provisão para perdas. **k) Redução do valor recuperável dos ativos "Impairment":** Os saldos de imobilizado e outros ativos são revistos internamente ao final de cada exercício para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **l) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos estão apresentados pelos seus valores de custo, que não excedem o valor esperado de sua realização. **m) Fornecedores:** As contas a pagar com fornecedores são obrigações oriundas das aquisições de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas pelo valor da sua contratação. As referidas contas a pagar são classificadas como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses a partir da data do balanço, caso contrário são classificadas como passivo não circulante. **n) Demais passivos circulantes:** Demonstrado pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **o) Passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o **Clube** possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **4) Disponíveis:** Os disponíveis (aplicações financeiras e outros recursos) estão assim representados:

	Valores em milhares de reais	
4.1 - Contas manutenção	**31.12.2024**	**31.12.2023**
- Caixa	8	8
- Banco conta movimento	32	44
- Aplicações financeiras	2.309	3.633
- Numerários em trânsito	118	94
- Provisão transf. numerários para cta. obras	(45)	(20)
- Provisão transf. numerários para cta. fundo de reserva	(2.631)	(989)
- Provisão recebto. numerários da cta. fundo de reserva	2.067	1.764
Subtotal (4.1)	**1.858**	**4.534**
4.2 - Contas patrimoniais obras/imobilizados		
- Aplicações financeiras	5.415	1.422
Subtotal (4.2)	**5.415**	**1.422**
4.3 - Contas fundo de reserva		
- Contas fundo de reserva	30.701	27.177
Subtotal (4.3)	**30.701**	**27.177**
4.4 - Contas de incentivo ao esporte		
- Lei do incentivo ao esporte	3.809	1.524
Subtotal (4.4)	**3.809**	**1.524**
Total (4.1 + 4.2 + 4.3 + 4.4)	**41.783**	**34.657**

As movimentações ocorridas na conta manutenção para as contas de depósitos bancários e aplicações financeiras das contas vinculadas aos investimentos patrimoniais 4.2 - obras (ativo fixo) e 4.3 - fundo de reserva, foram as seguintes:

	Valores em milhares de reais	
	4.2 Obra Imob. (patrim.)	4.3 Fundo de reserva (f.r.)
Saldos contábeis em 31/12/2022	**1.964**	**21.550**
Taxas brutas recebidas no exerc. atual na - cta. manut.	3.721	19.909
Renda líquida de aplic. financ. direto ctas patrim/f.r.	136	2.463
Transf. saldo de taxas do exerc. anterior - cta. manut.	24	1.279
Transf. de compl. orçamentário para - cta. manut.	–	(6.000)
Prov. saldo de repasses do art.15 "a" e "b", para - cta. manut.	–	(1.764)
Saldo taxas do exerc. atual a transf. - cta. manut.	(20)	(989)
Pgtos. efetuados no exerc. corrente pelas - ctas. patrim/f.r.	(4.403)	(9.271)
Saldos contábeis em 31/12/2023	**1.422**	**27.177**
Taxas brutas recebidas no exerc. atual na - cta. manut.	4.059	35.942
Renda líquida de aplic. financ. direto ctas patrim/f.r.	318	2.564
Transf. saldo de taxas do exerc. anterior - cta. manut.	20	989
Transf. de compl. orçamentário para - cta. manut.	2.700	(9.700)
Prov. saldo de repasses do art. 15 "a" e "b", para - cta. manut.	–	(2.067)
Saldo taxas do exerc. atual a transf. - cta. manut.	(45)	(2.631)
Pgtos. efetuados no exerc. corrente pelas - ctas. patrim/f.r.	(3.059)	(21.573)
Saldos contábeis em 31/12/2024	**5.415**	**30.701**

5) Associados: 5.1) Mensalidades: Os valores a receber de mensalidades, taxas de transferências e empréstimo de títulos são assim apresentados, somando-se circulante e não circulante:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Mensalidades	1.225	1.117
Taxa de transferências e empréstimos de títulos a receber	3.733	3.307
Provisão para perdas com inadimplência	(531)	(453)
Total	**4.427**	**3.971**

A provisão para perdas com inadimplência é computada tomando por base a experiência histórica e o volume de contas em atraso (100% dos débitos vencidos há mais de 60 dias e 50% dos débitos vencidos entre 31 e 60 dias). **A)** A posição da conta mensalidades é assim resumida:

	Valores em milhares de reais	
Vencidas	**31.12.2024**	**31.12.2023**
- até 30 dias	398	357
- entre 31 e 60 dias	230	192
- entre 61 e 120 dias	189	163
- entre 121 e 180 dias	59	49
- entre 181 e 270 dias	50	48
- entre 271 e 360 dias	30	27
- acima de 360 dias	88	70
Subtotal (A)	**1.044**	**906**

B) A posição da conta mensalidades renegociadas é assim resumida:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Renegociações com pelo menos uma parcela vencida	89	80
Renegociações que não apresentam atrasos, a vencer em:		
- até 60 dias	25	34
- entre 61 e 120 dias	21	24
- entre 121 e 180 dias	19	18
- entre 181 e 270 dias	16	20
- entre 271 e 360 dias	8	12
- acima de 360 dias	3	23
Subtotal (B)	**181**	**211**
Total (A + B)	**1.225**	**1.117**

5.2) Associados - Taxas de transferências de títulos e empréstimos a receber: A composição das taxas de transferências de títulos e empréstimos de títulos a receber são assim resumidas:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Vencidas:	**517**	**313**
A vencer - até 60 dias	1.121	1.229
- entre 61 e 120 dias	853	598
- entre 121 e 180 dias	567	480
- entre 181 e 270 dias	507	569
- entre 271 e 360 dias	117	103
- acima de 360 dias	51	15
Total	**3.733**	**3.307**

6) Créditos diversos: A composição da conta créditos diversos, são registrados os patrocínios, os concessionários, os cartões de crédito, cheques e outros:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Patrocínio Ambev	–	106
Concessionários	152	175
Cielo administradora de cartões	1.926	2.115
Amex administradora de cartões	67	78
Cheques a depositar	2	4
Cheques devolvidos	3	10
Outros	105	238
Total	**2.255**	**2.726**

7) Adiantamentos: No grupo de contas adiantamentos são registrados os adiantamentos para fornecedores, antecipações a colaboradores, adiantamento a processos cíveis e adiantamentos a viagens.

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamentos a fornecedores	1.112	76
Antecipações a colaboradores	711	774
Adiantamento para processo cível	62	62
Adiantamentos a viagens	1	–
Total	**1.886**	**912**

8) Estoques: Em **31/12/2024,** o estoque representava os materiais consumíveis na operação do **Clube**, valorados pelo custo médio de aquisição. Na data do balanço, não existiam itens obsoletos ou com prazo de validade vencido, que pudessem requerer a constituição de provisão para perdas.

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Almoxarifado de materiais diversos	884	777
Total	**884**	**777**

9) Despesas antecipadas: O grupo de contas "despesas antecipadas" representa as despesas com seguros diversos, vale-transporte, cesta básica, eventos futuros, patrocínio a atletas não profissionais, e outras despesas operacionais.

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Seguros diversos	26	27
Vale-transporte	112	130
Cesta básica	101	93
Eventos futuros	234	118
Patrocínio a atletas não profissionais	–	96
Outras despesas operacionais	143	122
Total	**616**	**586**

10) Outros valores a realizar: A conta outros valores a realizar é composta pela conta despesas antecipadas:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Despesas antecipadas exercícios futuros	9	25
Total	**9**	**25**

11) Imobilizado em uso:

11.A) Ativo Imobilizado:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Computadores e periféricos	2.197	1.563
Edificações e construções	92.834	83.478
Reavaliação	18.847	18.846
Equipamentos esportivos	6.023	5.354
Gerador	1.183	1.183
Instalações	1.470	1.183
Máquinas e equipamentos	2.760	2.479
Móveis e utensílios	3.200	2.859
Terrenos	78.185	78.185
Veículos	745	921
Equipamentos musicais	149	149
Direito de uso - leasing telão de LED	373	373
Outros	514	8
Subtotal (A)	**208.480**	**196.581**

11.B) Depreciação Acumulada:

	Taxa Anual Depreciação	Valores em milhares de reais 31.12.2024	31.12.2023
Computadores e periféricos	20%	842	611
Edificações e construções	laudo técnico	33.945	31.085
Reavaliação	laudo técnico	9.081	8.646
Equipamentos esportivos	10%	1.932	1.393
Gerador	10%	833	751
Instalações	10%	460	312
Máquinas e equipamentos	10%	998	701
Móveis e utensílios	10%	1.522	1.191
Veículos	20%	439	427
Equipamentos musicais	10%	47	33
Direito de uso/leasing telão de LED	10%	124	87
Subtotal (B)		**50.223**	**45.237**
Imobilizado líquido = (A - B)		**158.257**	**151.344**

11.C) Movimentação Geral:

	Custo 31.12.2023	Adição	Baixas	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido em 31.12.2024
Computadores e periféricos	1.563	698	64	842	1.355
Edificações e construções	83.478	9.356	–	33.945	58.889
Reavaliação	18.846	–	–	9.081	9.765
Equipamentos esportivos	5.354	771	101	1.932	4.092
Gerador	1.183	–	–	833	350
Instalações	1.183	287	–	460	1.010
Máquinas e equipamentos	2.479	287	6 8	998	1.762
Móveis e utensílios	2.859	348	–	1.522	1.677
Terrenos	78.185	–	–	–	78.185
Veículos	921	–	175	439	307
Equipamentos musicais	149	–	–	47	102
Direito de uso - telão de LED	373	–	–	124	249
Outros	8	2.751	2.245	–	514
Total:	**196.581**	**14.498**	**2.599**	**50.223**	**158.257**

O registro das reservas de reavaliações, em conta do Patrimônio Líquido foi vetado com a promulgação da Lei nº 11.638/07, entretanto aquele normativo legal permitiu que os valores registrados à conta de "Reservas" no Patrimônio Líquido, constituídos antes da eficácia da Lei, fossem mantidos. A decisão de manter a reavaliação em conta de Patrimônio Líquido foi deliberada pela administração em fins de **2008**, uma vez que a manutenção destas reservas proporciona uma apresentação mais adequada da situação patrimonial do **Clube.** Os bens adquiridos até **31/12/2004,** estão apresentados pelo valor da reavaliação espontânea contabilizada naquela data, com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, deduzidos da depreciação acumulada. A parcela correspondente ao ajuste de avaliação patrimonial é mantida no patrimônio líquido; os bens adquiridos após **31/12/2004** estão avaliados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada. Em **31/10/2020** foi realizado um inventário físico dos bens móveis do **Clube,** cujo laudo técnico emitido por empresa especializada justifica os ajustes realizados às contas dos grupos: computadores e periféricos, equipamentos esportivos, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e equipamentos musicais. Os demais grupos como edificações, construções, gerador e terrenos permanecem registrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, utilizando as taxas máximas admitidas para fins de dedutibilidade fiscal, e quando aplicável, com base em laudos técnicos emitidos por empresa especializada, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. As aquisições de bens ou inversões em obras são efetuadas com recursos provenientes da taxa patrimonial. As taxas patrimoniais cobradas dos associados, os decréscimos do imobilizado ou intangível, em decorrência da depreciação ou baixa, são registrados diretamente em conta de patrimônio líquido, não reconhecidas na Demonstração do Resultado do período a que se referem: **12) Obras em andamento:**

12.A) Obras em andamento:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Projeto regularização do Clube	60	60
SPDA etapa 3	–	146
Retrofit novo parquinho	590	–
Interligação de esgoto SABESP - P6176	7	–
Mini quadras de tênis - plano de obras 2022 a 2024	–	1.551
Laje de lutas - plano de obras 2022 a 2024	–	3.646
Extensão do complexo aquático - plano de obras 2022 a 2024	7.541	156
Ampliação das quadras de areia - PL 5970	–	580
Construção da quadra de tênis 17 - PL 6013	–	8
Total (A)	**8.198**	**6.147**

12.B) Movimentação:	31.12.2023	Adições	Baixas	31.12.2024
Projeto regularização do Clube	60	–	–	60
SPDA etapa 3	146	–	146	–
Retrofit novo parquinho	–	590	–	590
Interligação de esgoto SABESP - P6176	–	6	–	6
Miniquadras de tênis - PL 5917/5698	1.551	3	1.554	–
Laje de lutas - plano de obras 2022 a 2024	3.646	32	3.678	–
Extensão do complexo aquático - plano de obras	156	7.824	438	7.542
Ampliação das quadras de areia - PL 5970	580	3.864	4.444	–
Construção da quadra de tênis 17 - PL 6053	8	15	23	–
Total (B)	**6.147**	**12.334**	**10.283**	**8.198**

13) Intangíveis:

13.A) Ativo Intangível:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Direito de uso de linha telefônica	34	34
Marcas e patentes	11	11
Softwares	1.290	1.281
Provisão para perda do direito de uso de linha telefônica	(34)	(34)
Subtotal (A)	**1.301**	**1.292**

13.B) Amortização Acumulada:

	Taxa anual de amortização	31.12.2024	31.12.2023
Softwares	20%	1.114	1.035
Subtotal (B)		**1.114**	**1.035**
Intangível líquido = (A - B)		**187**	**257**

13.C) Movimentação:

	31.12.2023	Adições	Baixas	Amortizações	31.12.2024
Marcas e patentes	11	–	–	–	11
Softwares	1.281	9	–	1.114	176
Total	**1.292**	**9**	**–**	**1.114**	**187**

14) Salários e encargos sociais:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Salários a pagar	1.307	996
Retenções sobre folha	999	825
Encargos sociais	1.172	985
Férias, 13º salário e encargos a pagar	4.750	4.050
Total	**8.228**	**6.856**

15) Fornecedores:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de materiais	1.452	1.650
Fornecedores de serviços	2.342	2.901
Fornecedores de ativo fixo/obras	708	237
Total	**4.502**	**4.788**

16) Obrigações tributárias:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Impostos retidos de terceiros	315	291
Impostos e contribuições a recolher	57	48
Total	**372**	**339**

17) Outras contas a pagar:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Consumo de gás	306	226
Consumo de energia elétrica	187	214
Consumo de água	312	298
Provisão de repasses nas transf. de títulos no art.15 "a" e "b"	2.067	1.764
Outras	66	55
Total	**2.938**	**2.557**

18) Receitas antecipadas:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Patrocínio diferido - Ambev	–	301
Patrocínio diferido - BTG Pactual	–	272
Mensalidades recebidas antecipadas	562	108
Eventos futuros	206	125
Acréscimos sobre negociação de débitos à receber	24	26
Propaganda - veiculação de vinhetas	5	–
Total	**797**	**832**

19) Lei de incentivo ao esporte: Refere-se à captação de recursos do Projeto Complexo de Excelência em Esportes com supervisão do Ministério do Esporte, com aporte inicial de **R$ 3** (três mil reais) de doações oriundas de incentivos fiscais do Imposto de Renda, aplicados em conta vinculada no **BB**, com mais doações, cujo saldo atualizado em **31.12.2024** era de **R$ 149** (cento e quarenta e nove mil reais), mais o Projeto ICMS - Polo Aquático aportado em **29.05.2023** no valor de **R$ 164** (cento e sessenta e quatro mil reais) aplicados no **BB** com saldo atualizado de **R$ 42** (quarenta e dois mil reais) o qual foi devolvido no dia **20.06.2024**, mais o Ato Convocatório Nº 8 que teve como objetivo o apoio financeiro para viabilização de Equipe Técnica e Multidisciplinar vinculada à formação de atletas olímpicos e paraolímpicos do **Clube**, aportado em **10.08.2020** no valor de **R$ 3.175** (três milhões, cento e setenta e cinco mil reais) com saldo atualizado até **31.12.2024** de **R$ 0** (zero), mais o Ato Convocatório Nº 9 que teve como objetivo a aquisição de equipamentos e/ou materiais esportivos visando a atualização e modernização dos parques esportivos que o **Clube**, em consonância com o programa de formação de atletas **CBC**, com aporte em **01.11.2021** no valor de **R$ 922** (novecentos e vinte e dois mil reais) com valor atualizado até **05.07.2024** de **R$ 42** (quarenta e dois mil reais) o qual foi devolvido em **05/07/2024**, mais o Ato Convocatório Nº 11 que tem como objetivo o apoio financeiro para viabilização de Equipe Técnica e Multidisciplinar vinculada à formação de atletas olímpicos e paraolímpicos do **Clube**, aportado em **05.12.2024** no valor de **R$ 2.676** (dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais) com saldo atualizado até **31.12.2024** de **R$ 2.676** (dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais), mais o Ato Convocatório Nº 12 que tem como objetivo a aquisição de equipamentos e/ou materiais esportivos visando a atualização e modernização dos parques esportivos que o **Clube** em consonância com o programa de formação de

continua →

Clube Paineiras do Morumby
CNPJ Nº 52.400.207/0001-57
Av. Dr. Alberto Penteado, 605 - Morumbi - São Paulo - SP - CEP: 05678-000

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

atletas **CBC**, com aporte em **18.12.2024** no valor de **R$ 984** (novecentos e oitenta e quatro mil reais) com valor atualizado até **31.12.2024** de **R$ 984** (novecentos e oitenta e quatro mil reais) perfazendo um saldo disponível geral no montante de **R$ 3.809** (três milhões, oitocentos e nove mil reais) até **31.12.2024** - (**R$ 1.524** em **31.12.2023**) conforme quadro demonstrativo a seguir:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Projeto IR complexo excelência em esportes	149	57
Projeto ICMS polo aquático	–	95
Projeto CBC ato convocatório nº 08	–	968
Projeto CBC ato convocatório nº 09	–	404
Projeto CBC ato convocatório nº 11	2.676	–
Projeto CBC ato convocatório nº 12	984	–
Total	**3.809**	**1.524**

20) Não circulante - provisão para contingências e depósitos judiciais: As movimentações das contas de provisão para contingências trabalhistas, fiscais e outras, nos exercícios de 2024 e 2023, estão demonstradas no quadro a seguir:

	Valores em milhares de reais		
	Provisão para contingências trabalhistas	Depósitos judiciais trabalhistas	Provisão para outras contingências
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**538**	**(98)**	**951**
Acordos/Pagtos/Levant. de Alvarás	(177)	87	(684)
Provisões/Correções/Depósitos	73	–	866
Reversões	(431)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3**	**(11)**	**1.133**
Acordos/Pagtos/Levant. de Alvarás	(130)	30	–
Provisões/Correções/Depósitos	174	(53)	174
Reversões	(8)	–	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**39**	**(34)**	**1.284**

As provisões para contingências são registradas contabilmente de acordo com o Pronunciamento Técnico **CPC 25.** De acordo com esta norma, **passivo é** uma obrigação presente do **Clube**, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos financeiros, capazes de gerar benefícios econômicos, enquanto **obrigação legal** é aquela que deriva de um contrato, por meio de termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da Lei. Por sua vez, **Passivo Contingente** é assim definido pelo CPC/CFC: **a)** Uma obrigação **possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou **b)** Uma obrigação **presente** que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: • Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou • O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. De acordo com o item 14 do referido pronunciamento do CPC, uma provisão deve ser reconhecida quando atender simultaneamente as três condições a seguir: **a)** a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; **b)** seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e **c)** possa ser feita uma **estimativa** confiável do valor da obrigação. Dessa forma, as contingências passivas podem ou não serem registradas como passivo. Os principais passivos contingentes do **Clube** são de natureza trabalhista, tributária e cível. A provisão existente abrange somente os **casos conhecidos** e que foram avaliados pelos advogados patronos das causas, como: **perda provável** e que a **provável obrigação** foi passível de ser **estimada de forma confiável** pelos referidos advogados. As **provisões** são ajustadas trimestralmente tomando por base posição e recomendação apresentada pelos advogados patronos das causas. A política adotada é a de provisionar as perdas consideradas **prováveis** e que possam ser estimadas com elevado grau de segurança, e apenas divulgar as contingências com perdas consideradas possíveis. Como uma parte substancial das provisões não estão suportadas por depósitos judiciais, nem por recursos apartados e aplicados no mercado financeiro, as atualizações dessas provisões impactam diretamente os resultados dos exercícios, uma vez que não existe renda de aplicações financeiras para se contrapor às atualizações das provisões para as quais não existem depósitos judiciais. **20.A - Trabalhistas: 20.A1 - Provisão para contingências trabalhistas:** As **provisões trabalhistas** são compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-colaboradores com pedidos de horas extras ou outras verbas, assim como ex-colaboradores de empresas terceirizadas, cooperativas ou prestadores de serviços com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias, cujo saldo provisionado é de **R$ 39** (trinta e nove mil reais), em **31.12.2024** existiam **24** (vinte e quatro) causas de natureza trabalhista em curso (**17** em **31.12.2023**). A posição dos processos para efeito de provisão contábil é assim resumida:

	Valores em milhares de reais
(+) Valor Envolvido	**544**
(–) Perdas consideradas possíveis ou remotas	505
(=) Valor para as perdas consideradas prováveis ou praticamente certas	**39**

20.A2 - Depósitos judiciais trabalhistas: O **Clube** tem **R$ 34** (trinta e quatro mil reais) de depósitos recursais e bloqueios judiciais para processos em andamento que se fizeram necessários com controle histórico e individual. **20.B - Provisão para outras contingências:** O **Clube** mantém um montante de **R$ 1.284** (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil reais) de provisão para outras contingências que correspondem aos seguintes processos:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
COFINS sobre receitas não próprias	1.284	1.110
Processos cíveis e fiscais de pequenas montas	–	23
Total	**1.284**	**1.133**

20.B1- COFINS: O **Clube** obteve sucesso parcial, com decisão transitada em julgado, relacionada a liminar obtida em 1999 para afastar a pretensão da tributação pelo COFINS sobre suas receitas próprias que, segundo entendimentos do consultor tributário do **Clube** já estariam isentas, conforme a constituição federal de 1988, artigo 195, Lei Complementar 70/1991, Lei nº 9718/98 e MP 2158-35/2001. A provisão mantida dos últimos 5 (cinco) anos no valor de **R$ 1.284** (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil reais) é suficiente para cobrir o risco existente.

21) Receitas de exercícios futuros:

	Valores em milhares de reais	
	31.12.2024	31.12.2023
Acréscimos sobre negociação de débitos a receber	3	4
Total	3	4

22) Contingências cíveis e fiscais ativas: 22.A) - Contingências fiscais ativas: 22.A1 - PIS: Foi solicitado a União Federal a restituição ou compensação de PIS na modalidade folha de pagamento do período de dezembro de 1987 à março de 1996 através de Ação Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito e Declaração de Inexigibilidade da Contribuição do PIS na modalidade Folha de Pagamento conforme processo Nº 0036906-08.1997.4.03.61000 de dezembro de 1997 e o **Clube** obteve êxito no pedido de restituição ou compensação no montante aproximado (fase de regularização do crédito junto a Receita Federal) de **R$ 725** (setecentos e vinte e cinco mil reais) o qual só será reconhecido no resultado do exercício após a efetiva compensação. **22.A2 - IPTU:** Foi solicitado a restituição de valores pagos, à título de IPTU, referente a exercícios anteriores a 1998 através de Ação Ordinária de Repetição de Indébito conforme processo Nº 0423575- 81.1998.8.26.0053, tendo o **Clube** uma **provável** chance de êxito de ser restituído no montante de **R$ 685** (seiscentos e oitenta e cinco mil reais) de valor de ofício de **11.05.2009** mais atualização até a data de pagamento, o qual só será lançado a resultado após restituído. Foi solicitada também a isenção do IPTU (Predial) do exercício de 2016 através do Processo Administrativo Nº 6017.2016/0002018-5 e do exercício de 2017 através do Processo Administrativo Nº 6017.2017/0013400-0 e do exercício de 2018 através do Processo Nº 6017.2018/0017299-0 e do exercício de 2019 através do Processo Administrativo Nº 6017.2019/0023050-9 e do exercício de 2020 através do Processo Administrativo Nº 6017.2020/0023086-1 e do exercício de 2021 através do Processo Administrativo Nº 6017.2021/0019845-5 e do exercício de 2022 através do Processo Administrativo Nº 6017.2022/0016773-0 e do exercício de 2023 através do Processo Administrativo Nº 6017.2023/0013722-0 e do exercício de 2024 através do Processo Administrativo Nº 6017.2024/0016909-4. O **Clube**, em razão da sua atividade, não é contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, entretanto as áreas utilizadas por terceiros não são alcançadas pelo instituto da isenção, desta forma, os concessionários reembolsam o **Clube** todo e qualquer valor pago a este título. **23) Seguros contratados:** O **Clube** tem contratado, seguros nas modalidades: multirrisco empresarial (patrimonial e terceiros), responsabilidade civil dos administradores, veículos da frota e seguro de vida em grupo para os colaboradores. Com base na opinião dos nossos corretores, os valores e as coberturas são suficientes para fazer face à eventuais sinistros, que porventura venham a ocorrer. **24) Instrumentos financeiros:** O **Clube** mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde os resultados são consistentes com as expectativas da administração e, os resultados obtidos com recursos destinados a manutenção do **Clube**, são reconhecidos no resultado do exercício, já as de recursos de obras e fundo de reserva são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O **Clube** não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento de instrumentos financeiros, visto que a administração entende que não há risco significativo de perdas aos associados, pois não efetua aplicações de caráter especulativo e/ou em produtos que oferecem elevado grau de risco. Com exceção dos valores mantidos em aplicações financeiras, reconhecidos pelo valor justo, com base nos resultados obtidos com os rendimentos, os demais instrumentos financeiros existentes em **31.12.2024**, são classificados como empréstimos e recebíveis. Todos os instrumentos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o **Clube** se torna parte das disposições contratuais do instrumento. **25) Eventos subsequentes:** O **Clube** declara não ter ciência de nenhum outro fato ou ocorrência que venha surtir efeitos significativos nos resultados futuros até a presente data.

DIRETORIA

CARIM CARDOSO SAAD
Presidente

SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA FILHO
Diretor Tesoureiro

ROBSON TEIXEIRA DE BRITO
Superintendente

EUGÊNIO ALEXANDRE NETO
Contador - CRC 1SP172683/0-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Integrantes do Quadro Social do **Clube Paineiras do Morumby** - São Paulo SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis do Clube Paineiras do Morumby, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Clube Paineiras do Morumby em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Clube e membros da sua administração, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações Contábeis do exercício anterior**: As demonstrações contábeis do Clube Paineiras do Morumby para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 15 de fevereiro de 2024, sem modificações. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração do Clube Paineiras do Morumby é responsável por estas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre estes relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se estes relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**: A administração do Clube Paineiras do Morumby é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Clube são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube Paineiras do Morumby. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube Paineiras do Morumby. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube Paineiras do Morumby a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócios para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Clube e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração do Clube a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, foram comunicados por meio de cartas de recomendação ao longo do exercício. Estes assuntos devem ser descritos em nosso relatório de auditoria somente nos casos em que lei ou regulamento exija divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação são de interesse público.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2025

JDM

JDM Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP014873
CVM nº 6.890

Dionísio Ferreira Moreira Filho
Contador
CRC - 1SP108251/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 10 de março de 2025, reuniram-se no clube Paineiras do Morumby, os Srs. Membros do Conselho Fiscal do Clube Paineiras do Morumby, para nos termos do Estatuto Social, emitirem o seu Parecer quanto às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2024.

PARECER

As demonstrações contábeis do clube, que correspondem ao Balanço Patrimonial em 31.12.2024 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, foram examinadas por auditores externos da empresa JDM Auditores Independentes, que assim como no exercício anterior, emitiram parecer sem ressalvas. Em decorrência das avaliações realizadas e diligências com membros da Diretoria Executiva e Auditores Independentes, o Conselho Fiscal aprova as demonstrações financeiras e conclui que elas apresentam de forma transparente e adequada a situação do Clube.

WESLEY LUCIO CAVALCANTE DE MELO - Presidente
LAURO LEITE SILVA - Secretário
ALEXANDRE MELO MITZKUN - Membro
LUIZ CARLOS LAZARINI - Membro
SERGIO VIEIRA RODADO - Membro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião realizada no dia 28 de abril de 2025, conforme a Artigo 77, alínea "m" do Estatuto Social do Clube Paineiras do Morumby, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, as Demonstrações Financeiras do Clube Paineiras do Morumby, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

MARCELO DE LIMA DIAS - Presidente
SÁLVIO SPÍNOLA FAGUNDES FILHO - Vice-Presidente
JOSÉ LUÍS MARQUEZINI - Secretário

e|investidor ESTADÃO
e-book gratuito
ONDE INVESTIR EM 2025
Tudo o que você precisa saber para fazer o seu dinheiro render mais no próximo ano
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e confira!



CIDADE DE SÃO PAULO

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº **90003/CRSSE/2025** - Processo SEI **6018.2025/0023140-4**

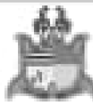
Objeto: **Aquisição de MOBILIÁRIOS, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital para as Unidades de Saúde da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste** - tipo MENOR PREÇO ITEM - Data/Hora da Sessão Pública: **13:00 horas do dia 15 de Maio de 2025** - Local: **https://www.gov.br/compras** - Retirada do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR, EXPORTADOR E DISTRIBUIDOR DE DROGAS, MEDICAMENTOS, CORRELATOS, PERFUMARIAS, COSMÉTICOS E ARTIGOS DE TOUCADOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCAMESP

CNPJ/MF nº 52.806.460/0001-05

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

SINCAMESP, por seu Presidente, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **06 de maio de 2025, às 16h, em primeira convocação, na sede desta entidade à Rua Barão do Triunfo, 751, Brooklin, São Paulo,** a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** nos termos do artigo 36 e seu parágrafo único do Estatuto Social da Entidade, aprovar a venda de Imóvel de propriedade desta entidade sindical, localizado na Rua Barão do Triunfo, 751, Brooklin, São Paulo, de matrícula 42.083 do 15º Cartório de Imóveis de São Paulo, **b)** aprovar a compra de imóvel para esta entidade sindical, localizado na Rua Barão do Triunfo, 520, Conjunto 62, Brooklin, São Paulo, de matrícula 130.056 do 15º Cartório de Imóveis de São Paulo. Em não havendo número legal de associados para instalação da Assembleia em primeira convocação, a mesma será realizada em segunda convocação uma hora após, ou seja, 17h, com qualquer número de associados presentes. São Paulo, 30 de abril de 2025. Reinaldo Mastellaro - Presidente.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
AVISO DE ADIAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2025-SES
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2023.110222.00744-SES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Chamamento Público nº. 002/2025 - SES, Processo SEI nº **2023.110222.00744-SES**, que tem por objeto a Seleção de Organização da Social - OS para celebrar contrato de gestão, para execução e operacionalização das ações e serviços de saúde no **Hospital Macrorregional de Caxias Dr. Everaldo Ferreira Aragão** de interesse da Secretaria de Estado da Saúde - SES/MA, cuja **abertura dos envelopes está marcada para o dia: 05/05/2025 às 10h00min, fica adiada** até data até ulterior deliberação. Maiores Informações através e-mail: **comissaochamamentopublico@saude.ma.gov.br**. Telefones: (98) 3198-5558/3198-5559/3198-5560 e 3198-5561.

São Luís, 24 de abril de 2025.
Tiago José Mendes Fernandes
Secretário de Estado da Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE ARUJÁ 2025. Disputa: dia 16/05/2025 às 10:00 horas.

Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.

Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de Arujá, 29 de abril de 2.025.

Associação Tamboré Residencial 2

CNPJ: 03.422.432/0001-89
Av. Dr. Yojiro Takaoka, 2.000 - Tamboré - Santana de Parnaíba - SP - 06542-001

Convocação para Assembleia Geral Ordinária Presencial (AGO)

Atendendo a solicitação da **Associação Tamboré Residencial** 2, o Representante Legal vem através desta, convocar os senhores para a Assembleia Geral Ordinária Presencial, que terá início no dia **05 de maio de 2025**, quinta-feira, **às 18h (em 1ª Convocação** de metade mais um dos habilitados a condição de associado) ou **às 19h (em 2ª Convocação** qualquer quorum) **Salão da sede administrativa.**

Ordem do Dia

1 - Exposição, deliberação e votação referente às contas do exercício findo em dezembro de 2024;

As decisões tomadas em Assembleia obrigam a todos os associados, inclusive os ausentes a acatá-las. Os procuradores deverão estar munidos de procuração. De acordo com o art. 1335, inciso III do Código Civil, o associado poderá votar em Assembleia desde que esteja quite com sua contribuição associativa.

Os proprietários podem fazer-se representar por procurador de preferência, através de instrumento de procuração específico, conforme determina o Estatuto Social.

Na impossibilidade de seu comparecimento, Vossa Senhoria poderá fazer-se representar por procurador legal, conforme determina o Estatuto e Legislação aplicável à espécie, salientando que a procuração é limitada a duas por representante e com firma reconhecida (artigo 16, parágrafo 3º do Estatuto).

A procuração deverá conter:

1) Qualificação do outorgante e do outorgado;
2) Os poderes delegados e a finalidade específica a que se destina, ou seja, apreciação, deliberação e votação dos tópicos em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 05 de dezembro de 2024.

A entrega das procurações impreterivelmente com 15 minutos antes da abertura da Assembleia, juntamente com cópia da matrícula ou cópia do contrato de venda e compra de modo a possibilitar que o Presidente possa verificar a legitimidade do autorgante.

Caso a alteração da propriedade dos lotes tenha sido realizada, solicitamos encaminhar a matrícula (válida por 30 dias) ou cópia do contrato de compra e venda para a administração da associação atualizar o cadastro.

Todos os documentos (convocação, apresentação, etc.) e os demais materiais de suporte desta Assembleia Geral Ordinária Presencial estarão à sua disposição neste **DataRoom: 20250505-00512-AGO-AGO Aprovação das contas do exercício findo em dezembro 2024**.

Santana de Parnaíba, 28/abr./2025
Alexandre Bannwart de Arruda Pires
Associação Tamboré Residencial 2

Pares Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 43.761.758/0001-55 - NIRE 35300357841

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 22 de Abril de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2025 às 10 horas, de modo exclusivamente digital, via plataforma zoom, sendo considerada como realizada na sede social, na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Guaianases, nº 1281, sala 5, reuniram-se os acionistas da Pares Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), para deliberação sobre a ordem do dia indicada abaixo. **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Jayme Brasil Garfinkel - Presidente; e Rafael Damasceno Generoso - Secretário. **4. Publicações:** Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicadas no dia 17 de abril de 2025 no jornal O Estado de São Paulo, seção impressa página B9 e sessão digital página RI 1. **5. Ordem do Dia: Matéria Ordinária: 5.1** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **5.2** Destinação do resultado do exercício e distribuição de juros sobre o capital próprio; **5.3** Eleição da Diretoria; **5.4** Fixação da remuneração global anual dos Diretores; **6. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: **6.1.** Aprovou integralmente o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6.2.** Aprovou a destinação do lucro líquido do exercício, conforme proposta dos administradores constante das Demonstrações Financeiras, no valor de R$ 538.720.855,05 (quinhentos e trinta e oito milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos) da seguinte forma: **(i)** R$ 26.936.042,75 (vinte e seis milhões, novecentos e trinta e seis mil, quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos) para a conta Reserva Legal; **(ii)** R$ 312.912.255,42 (trezentos e doze milhões, novecentos e doze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) para a conta Reserva Estatutária, para Manutenção de Participações Societárias; **(iii)** R$ 198.872.556,88 (cento e noventa e oito milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos) distribuídos aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, sendo: **a.** Juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 189.210.201,17 (cento e oitenta e nove milhões, duzentos e dez mil, duzentos e um reais e dezessete centavos), creditados contabilmente aos acionistas no exercício de 2024. Após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido totalizou R$ 160.828.671,00 (cento e sessenta milhões, oitocentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e um reais); e **b.** Distribuição de dividendos no montante de R$ 9.662.355,71 (nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos). O pagamento aos acionistas, referente ao item 6.2, incisos 'iii', alíneas 'a' e 'b', será realizado até 31 de dezembro de 2025. **6.3.** Aprovou a reeleição da diretoria para um novo mandato válido até assembleia que deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2027 constituída pelos senhores: Diretor Presidente: Jayme Brasil Garfinkel, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3.158.134-1 SSP/SP e do CPF nº 525.260.388-04; Diretores: Cleusa de Campos Garfinkel, brasileira, divorciada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 3.828.062-0 SSP/SP e do CPF nº 410.929.458-49; Bruno Campos Garfinkel, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 28.972.375-9 SSP/SP e do CPF nº 267.737.238-09; Ana Luiza Campos Garfinkel, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 32.545.098-5 SSP/SP e do CPF nº 299.713.918-05. Todos os membros da Diretoria possuem domicílio comercial na Rua Guaianases, nº 1281, São Paulo/SP. Os membros da Diretoria ora reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer atividades empresariais e/ou mercantis, nos termos da legislação vigente, e que possuem pleno conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme declaração de desimpedimento arquivada na sede da Companhia. Os membros da Diretoria reeleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, que serão lavrados em livro próprio da Sociedade. **6.4.** Fixou a remuneração dos Diretores no valor global anual de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em livro próprio, em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 22 de abril de 2025. Presidente: Jayme Brasil Garfinkel; Secretário: Rafael Damasceno Generoso; Acionistas: Jayme Brasil Garfinkel, Cleusa de Campos Garfinkel, Bruno Campos Garfinkel e Ana Luiza Campos Garfinkel. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Jayme Brasil Garfinkel** - Presidente da Mesa; **Rafael Damasceno Generoso** - Secretário. **JUCESP** nº 147.478/25-0 em 28/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

PORTO BANK S.A.

CNPJ/ME nº 46.350.164/0001-40 - NIRE 35.300.59.606-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Fevereiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 27 de fevereiro de 2025, às 09h00, na sede social da Porto Bank S.A. ("Companhia"), à Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01.216-012. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sr. Marcos Roberto Loução - Presidente; Sr. Pedro Vitor Dias Trindade - Secretário. **4. Ordem do Dia: (i)** Aprovar o aumento do capital social da Companhia; **(ii)** Aprovar a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Aprovar a alteração do parágrafo único do art. 19º do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas nesta Assembleia. **5. Deliberações:** A Assembleia, por unanimidade de votos e sem ressalvas, decidiu por: **5.1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 21.060.000,00 (vinte e um milhões e sessenta mil reais), em conformidade com o disposto no caput do art. 170 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista que o capital social está, nesta data, totalmente subscrito e integralizado, passando **de** R$ R$ 1.497.096.430,86 (um bilhão, quatrocentos e noventa e sete milhões, noventa e seis mil quatrocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos) **para** R$ 1.518.156.430,86 (um bilhão, quinhentos e dezoito milhões, cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos), mediante a emissão, após arredondamento, de 7.687.879 (sete milhões, seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e setenta e nove) novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 2,73937714 por ação, nos termos do art. 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, as quais serão totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Porto Seguro S.A., em moeda corrente nacional nesta data, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata ("**Anexo I - Boletim de Subscrição**"). Foi dispensada a fixação de prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações, tendo a acionista Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. renunciado ao seu direito em favor da acionista Porto Seguro S.A. **5.2.** Aprovar, em consequência do aumento de capital, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º*** *- O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.518.156.430,86 (um bilhão, quinhentos e dezoito milhões, cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos), dividido em 645.185.289 (seiscentos e quarenta e cinco milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal*". Os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para a formalização do aumento do capital social, bem como a realização de registros e lançamentos competentes referentes à ordem do dia e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o art. 130, parágrafo 1º, da LSA. **5.3.** Aprovou a alteração da redação do parágrafo único do Artigo 19 do Estatuto Social, passando a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 19*** *A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (...)* ***Parágrafo único*** *- As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado.*" **5.4.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nos termos dos itens supra, o qual passará a vigorar conforme a redação do **Anexo II**. **6. Documentos Arquivados na Companhia:** Procurações, Boletim de Subscrição e demais documentos pertinentes a ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025. Marcos Roberto Loução - **Presidente;** Pedro Vitor Dias Trindade - **Secretário. Acionistas: Porto Seguro S.A.** - Marcos Roberto Loução, Celso Damadi. **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.** - Marcos Roberto Loução, Celso Damadi. **JUCESP** nº 147.482/25-2 em 28/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Anexo II** à ata de Assembleia Geral Extraordinária da Porto Bank S.A. realizada em 27 de fevereiro de 2025. **Estatuto Social da Porto Bank S.A. Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social - Artigo 1º** - A **Porto Bank S.A.** é uma sociedade anônima fechada regida por este estatuto social, por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **Parágrafo único** - Por decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º** - O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades financeiras e/ou outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e/ou atividades relacionadas, correlatas e/ou complementares a atividades financeiras e/ou a outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior. **Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.518.156.430,86 (um bilhão, quinhentos e dezoito milhões, cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos), dividido em 645.185.289 (seiscentos e quarenta e cinco milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º** - As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º** - Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10** - Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais - Artigo 11** - A assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º** - As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º** - Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da assembleia geral. **Parágrafo 3º** - A assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º** - Só poderão exercer o direito de voto na assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou a distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia. **Artigo 12** - As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13** - As deliberações da assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14** - Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1º** - Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º** - Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração - Artigo 15** - A Companhia será administrada por no mínimo 08 (oito) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 03 (três) Diretores de Negócios e 01 (um) Diretor sem denominação especial. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo único** - A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16** - O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º** - A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º** - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º** - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17** - A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º** - As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não. **Parágrafo 2º** - Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º** - Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18** - Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19** - A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo 19. **Parágrafo único** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula *ad judicia* que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Artigo 20** - Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo único** - Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 21** - A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22** - Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo único** - A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas - Artigo 23** - A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo único** - Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados - Artigo 24** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25** - O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do *caput* do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º** - Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º** - O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26** - A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27** - A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28** - Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia - Artigo 29** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas - Artigo 30** - Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31** - Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados a interpretação ou aplicação deste estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições Finais - Artigo 32** - Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder.





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Campus "Luiz de Queiroz"
CENTRO DE ENERGIA NUCLEAR NA AGRICULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00649745142025 - UASG: 102152 - CENA/USP

Modalidade: Pregão Eletrônico para Ata de Registro de Preços nº 006/2025 – CENA/USP. **Nº Processo:** 154.00000505/2025-57. **Objeto:** Ata de registro de preços visando a aquisição de materiais para estoque do almoxarifado, itens de higiene e limpeza em geral. **Total de itens licitados:** 23 (vinte e três). **Valor total da licitação:** R$ 23.644,77 (vinte e três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais, setenta e sete centavos). **Disponibilidade do edital:** 02/05/2025. **Horário:** Das 08h00 às 17h00. **Endereço:** Avenida Centenário, 303 - São Dimas - Piracicaba - SP - CEP 13.416-000 - Seção de Material. **Link do PNCP:** https://pncp.gov.br/app/editais/63025530000104/2025/1367. **Entrega das propostas:** A partir de 02/05/2025 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras. Abertura das propostas:** 15/05/2025 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras. Fonte:** DOESP e PNCP.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Eufrázio

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

CNPJ nº 61.697.678/0001-60 - Rua Santo Américo, 275, - Organização Social sem Fins Lucrativos



Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais)

Balanço patrimonial	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante		**24.686.286**	**39.502.248**
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.452.552	22.955.380
Caixa e Equivalente de Caixa c/Restrição	8	1.733.572	1.233.595
Contas a receber	9	3.683.609	2.824.049
Contas a receber com convênios	10	2.575.387	11.508.246
Estoque		124.091	84.503
Impostos a recuperar		9.978	9.928
Despesas antecipadas		32.331	133.253
Adiantamento a funcionários		964.445	693.040
Outros adiantamentos		110.321	60.253
Não Circulante		**228.994.652**	**229.124.564**
Outras contas a receber		1.332.520	1.332.520
Depósito judicial	17 c)	4.319.010	2.746.501
Imobilizado	11	266.590.366	265.556.397
Imobilizado c/restrição	11	558.260	387.038
Depreciação acumulada	11	(44.635.793)	(41.771.402)
Depreciação Acumulada c/restrição	**11**	(154.423)	(105.241)
Intangível		767.257	767.257
(–) Amortização		(736.620)	(735.412)
Bens de direito de uso	**11 c)**	7.447.815	6.717.469
(–) Depreciação Acumulada	**11 c)**	(6.493.739)	(5.770.562)
Total Ativo		**253.680.939**	**268.626.813**

Balanço patrimonial	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante		**34.582.104**	**42.738.402**
Fornecedores	12	1.292.189	1.393.278
Obrigações tributárias, trabalhistas e sociais	13	5.639.574	5.540.419
Empréstimos	14	9.750.028	9.694.689
Partes Relacionadas	27	1.160.858	1.160.858
Gastos a incorrer com convênios	15	7.439.558	14.861.214
Mensalidades antecipadas	16	9.176.203	8.774.309
Outras contas a pagar		76.383	779.074
Arrendamento Mercantil	12 d)	47.312	534.561
Não Circulante		**26.546.666**	**33.999.001**
Arrendamento Mercantil	12 d)	19.137	–
Provisão para contingências	17 a)	223.772	1.199.259
Empréstimos	14	21.176.633	26.511.760
Partes Relacionadas	27	5.127.124	6.287.983
Patrimônio Líquido		**192.552.168,43**	**191.889.409,17**
Patrimônio Social	18	(3.551.971)	(9.410.385)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	19	195.441.381	196.762.915
Superávit/Déficit do Período		662.759	4.536.879
Total Passivo e Patrimônio Líquido		**253.680.939**	**268.626.813**

Demonstração do resultado do período	Nota	2024	2023
Receita Líquida	20	**81.776.269**	**78.787.618**
Receita Educacional		84.144.626	82.060.981
(–) Dedução Educacional		(10.236.109)	(9.804.419)
Receita Com Restrição		7.738.516	6.367.706
Receita c/Doações		129.236	163.350
Custo	21	**(49.011.072)**	**(40.838.395)**
(–) Custo com gratuidades		(7.736.842)	(4.290.898)
(–) Custo c/pessoal		(41.274.230)	(36.547.496)
(=) Superávit/Déficit Bruto		**32.765.197**	**37.949.224**
(+/–) Despesas e Receitas operacionais	21	**(27.452.739)**	**(27.226.273)**
Pessoal e encargos		(12.478.525)	(10.449.844)
Despesas Administrativas		(18.737.606)	(16.385.219)
Despesas Tributárias		(17.641)	(8.745)
Despesas com recursos c/Restrição		–	(6.367.706)
Outras Receitas operacionais	23	3.781.033	5.985.241
(=) Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro líquido		**5.312.458**	**10.722.951**
Resultado financeiro	22	**(4.649.699)**	**(6.186.072)**
Receitas Financeiras		2.574.156	2.064.747
Despesas Financeiras		(7.223.855)	(8.250.819)
Superávit/(Déficit) do período		**662.759**	**4.536.879**

Demonstração do resultado abrangente	2024	2023
Superávit/(Déficit) do período	**662.759**	**4.536.879**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Período	**662.759**	**4.536.879**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit/déficit do período	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**119.361**	**197.358.641**	**(10.125.471)**	**187.352.530**
Incorporação ao Patrimônio Social	(10.125.471)		10.125.471	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	595.725	(595.725)		–
Resultado do Período			4.536.879	4.536.879
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(9.410.385)**	**196.762.915**	**4.536.879**	**191.889.409**
Incorporação ao Patrimônio Social	4.536.879		(4.536.879)	–
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.321.535	(1.321.535)		–
Resultado do Período			662.759	662.759
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(3.551.971)**	**195.441.381**	**662.759**	**192.552.168**

Demonstração do Resultado do Período	Nota	Educacional	Assistencial	2024	Educacional	Assistencial	2023
Receita Líquida	20	**81.647.033**	**129.236**	**81.776.269**	**78.624.269**	**163.350**	**78.787.618**
Receita Educacional		84.144.626	–	84.144.626	82.060.981	–	82.060.981
Receitas com mensalidades educacionais		84.127.730		84.127.730			
Taxas		16.896		16.896			
(–) Dedução Educacional		(10.236.109)	–	(10.236.109)	(9.804.419)	–	(9.804.419)
Receita c/Restrição		7.738.516	–	7.738.516	6.367.706	–	6.367.706
Receita c/Doações			129.236	129.236		163.350	163.350
Custo	21	**(48.186.541)**	**(824.531)**	**(49.011.072)**	**(40.121.738)**	**(716.657)**	**(40.838.395)**
(–) Custo com gratuidades		(7.736.842)		(7.736.842)	(4.290.898)		(4.290.898)
(–) Custo c/pessoal		(40.449.699)	(824.531)	(41.274.230)	(35.830.839)	(716.657)	(36.547.496)
(=) Superávit/(Déficit) Bruto		**33.460.492**	**(695.295)**	**32.765.197**	**38.502.531**	**(553.307)**	**37.949.224**
(+/–) Despesas e Receitas operacionais	21	**(27.143.594)**	**(309.145)**	**(27.452.739)**	**(26.902.386)**	**(323.887)**	**(27.226.273)**
Pessoal e encargos		(12.396.191)	(83.334)	(12.478.525)	(10.354.195)	(95.649)	(10.449.844)
Despesas Administrativas		(18.511.839)	(225.768)	(18.737.606)	(16.157.043)	(228.177)	(16.385.219)
Despesas Administrativas e Gerais		(25.750.732)	(228.370)	(25.979.102)			
Despesas financeiras e bancárias		(7.221.295)	(2.560)	(7.223.855)			
Despesas tributárias		(17.598)	(43)	(17.641)			
Despesas Tributárias		(17.598)	(43)	(17.641)	(8.683)	(62)	(8.745)
Outras Receitas operacionais	23	3.781.033	–	3.781.033	5.985.241	–	5.985.241
Outras Receitas Operac. Educ		1.229.049					
Receitas Transitórias e Eventuais		2.439.726					
Donativos e Promoções		112.258					
Despesas com recursos c/Restrição			–	–	(6.367.706)	–	(6.367.706)
(=) Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro líquido		**6.316.897**	**(1.004.439)**	**5.312.458**	**11.600.145**	**(877.195)**	**10.722.951**
Resultado financeiro	22	**(4.647.139)**	**(2.560)**	**(4.649.699)**	**(6.185.724)**	**(348)**	**(6.186.072)**
Receitas Financeiras		2.574.156	–	2.574.156	2.064.600	147	2.064.747
Despesas Financeiras		(7.221.295)	(2.560)	(7.223.855)	(8.250.324)	(495)	(8.250.819)
Superávit/(Déficit) do período		**1.669.758**	**(1.006.999)**	**662.759**	**5.414.421**	**(877.542)**	**4.536.879**

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do Exercício	662.759	4.536.879
Depreciação e amortização	4.010.901	3.031.864
Superávit/Déficit do Período Ajustado	**4.673.660**	**7.568.742**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(859.561)	(616.008)
Contas a receber com convênios	8.932.859	6.016.127
Estoque	(39.588)	(17.318)
Impostos a recuperar	(49)	(1.916)
Despesas antecipadas	100.922	(110.727)
Outras contas a receber		105.735
Adiantamento a funcionários	(271.404)	(89.443)
Depósito judicial		(177.661)
Outros adiantamentos	(50.068)	(20.789)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(101.089)	(131.064)
Obrigações tributárias, trabalhistas e sociais	99.156	(297.775)
Gastos a incorrer com convênios	(7.421.656)	(6.323.338)
Mensalidades antecipadas	401.894	(764.016)
Contingências	(975.487)	(2.216.578)
Outras contas a pagar	(702.691)	(310.123)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(886.762)**	**(4.954.896)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aquisição) de ativo imobilizado e intangível	(2.308.480)	(1.475.824)
Baixas de ativo imobilizado e intangível		
Depósito judicial	(1.572.509)	36.568
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(3.880.989)**	**(1.439.256)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	5.000.000	
Pagamento de empréstimos	(10.279.789)	7.565.317
Partes Relacionadas	(1.160.859)	(1.160.858)
Pagamento de arrendamentos	(468.113)	534.561
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(6.908.761)**	**6.939.020**
Aumento/Redução líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(7.002.851)	8.113.610
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	24.188.975	16.075.365
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.186.124	24.188.975
Variação ocorrida no período	**(7.002.851)**	**8.113.610**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: O Mosteiro São Geraldo de São Paulo ("Entidade"), fundado em 19 de janeiro de 1950, na cidade de São Paulo - SP, é uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos. Tem caráter educacional, cultural, filantrópico e presta serviços públicos gratuitos de educação, e assistência social por meio da promoção da infância, adolescência, juventude e adultos, atendendo às suas carências emergenciais de recursos materiais e humanos, tendo como atividade preponderante, a educação, tudo em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases ("LDB"), a Lei Orgânica de Assistência Social ("LOAS"), o Estatuto da Criança e do Adolescente ("ECA") e pela legislação aplicável. A Entidade possui o CEBAS (Certificado de Entidades Beneficente e Assistência Social) e seus pedidos de renovação foram protocolados perante o MEC tempestivamente, conforme disposto na legislação vigente à época de cada protocolo. O último processo foi protocolado sob o nº 23000.036525/2024-64, em 02/09/2024, conforme disposições da Lei Complementar nº 187/2021 e do Decreto nº 11.791/2023. Este pedido de renovação será avaliado com base nos critérios da Lei Complementar nº 187 de 2021, levando-se em consideração que a Lei 12.101/2009 foi declarada inconstitucional. Até a data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, o MEC não havia julgado o referido processo. Conforme Certidão do MEC emitida em 24/02/2025, o Mosteiro São Geraldo possui certificado ativo e seu processo de renovação está em fase de análise. Sendo assim, sua imunidade está estendida até a data da decisão do MEC, conforme legislação vigente. A Entidade está localizada na capital do Estado de São Paulo, onde funciona a matriz e suas quatro filiais - as unidades socioeducativas, a saber: - Colégio Santo Américo - Obras Sociais Unidade CEI Dom José Gaspar (Vila Morse) - Obras Sociais Unidade CEI Santa Escolástica (CCT Paraisópolis) - Obras Sociais Unidade CEI Santo Estevão Rei (CEI SER) - Obras Sociais Sede. O custeio destas unidades de educação e assistência social é apurado levando-se em consideração, os gastos específicos a eles atribuíveis e aqueles incorridos pelas unidades de uma maneira geral e que são rateados. Todos as unidades são mantidas pelo Mosteiro São Geraldo de São Paulo e são integralmente gratuitos. Para a consecução de suas finalidades, a Entidade obtém recursos financeiros por meio de mensalidades cobradas pelo Colégio Santo Américo, sua principal fonte de renda, convênios, doações e rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras. **Regime tributário:** A Entidade, nos termos estabelecidos no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 em atendimento ao disposto nos artigos 9º, IV, "c" e 14 do Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66, é imune de tributação sobre seu patrimônio, renda e prestação de serviço. Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 195, parágrafo 7º, a Entidade é imune de contribuição para a seguridade social. O Mosteiro São Geraldo de São Paulo é uma entidade beneficente de educação e assistência social, possui vigente o certificado de entidade beneficente de assistência social - CEBAS e para usufruir da imunidade tributária, cumpre as disposições da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, da Lei Complementar nº 187/2021 e do Decreto nº 11.791/2023. **Plano da Administração para a manutenção de resultados superavitários:** O Mosteiro mantém seu compromisso com a elaboração, acompanhamento e execução do Plano Orçamentário que permite planejar a destinação de recursos para melhorias em sua infraestrutura operacional, bem como acompanhar a geração de receitas e o mapeamento e monitoramento de seus gastos operacionais, visando um ganho de eficiência econômica e financeira. Dessa forma, ao longo de 2024, foram mantidos pontos de monitoramento que impactaram diretamente no desempenho financeiro da Entidade: (a) Avaliação das unidades deficitárias, visando a redução dos custos e despesas, e consequente melhoria na gestão do caixa; (b) Acompanhamento mensal de gastos operacionais segregados por unidades; (c) Renegociação de dívidas com instituições financeiras, para redução de juros e nas condições de garantia; (d) Revisão da política de descontos; (e) Exigência de contratos para os prestadores de serviços; (f) Manutenção do Comitê de Compras e avaliação dos fornecedores de bens e serviços; (g) Levantamento mensal e sucessivo do fechamento contábil e acompanhamento orçamentário; (h) Monitoramento e acompanhamento de melhorias na infraestrutura e gestão de serviços; (i) Revisão e mapeamento relacionados a processos de melhorias na tecnologia da informação e reestruturação do software de gestão administrativa e educacional; (j) Manutenção do Comitê de Filantropia e monitoramento das atividades filantrópicas; (k) Melhoria nos critérios de avaliação acadêmica e discussão da carreira docente; (l) Substituição de mobiliário, equipamentos de informática e aquisição de acervo bibliotecário. Diante disso, a Administração executou ações que impactam em modificações na estrutura organizacional, modelo de gestão e planejamento estratégico, além da efetivação e continuidade de projetos como os de Gestão de Governança, Riscos e Compliance e de um Conselho Fiscal para acompanhamento e auxílio nas tomadas de decisões, bem como as projeções financeiras para os exercícios futuros. Desta forma, o Mosteiro São Geraldo de São Paulo vem praticando uma operação financeira e economicamente viável. A seguir evidenciamos o resultado proveniente do desempenho econômico do ano de 2024.

	2024	2023
Superávits do período	662.759	4.536.879

Por fim, destacamos que ao longo de 2024, o Mosteiro realizou ajustes no quadro de pessoal que estavam represados em anos anteriores, ou seja, destinou um maior volume de recursos financeiros para cobrir gastos com verbas rescisórias. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e aplicadas a entidades sem finalidade de lucro ITG 2002 (R1), NBC TG 07 (R2). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações. No caso de determinados ativos e passivos financeiros, o seu custo foi ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5. As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de contabilidade, em especial, o princípio da realização da receita e confrontação da despesa. **a. Normas e interpretações novas e revisadas:** Não existem novos Pronunciamentos, interpretações ou Orientações emitidos pelo CPC que entraram em vigor, durante o exercício de 2024, que impactaram significativamente as demonstrações contábeis da Entidade. **b. Promulgação da Lei 187/2021 (Nova Lei do CEBAS).** Tendo em vista a inconstitucionalidade da Lei 12.101/2009 declarada pelo Supremo Tribunal Federal, foi publicada a Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos necessários para o gozo da imunidade de contribuições à seguridade social. Em 21 de novembro de 2023, foi publicado seu Decreto regulamentador nº 11.791. Em 2024, o Mosteiro São Geraldo protocolou pedido de renovação do CEBAS, com base nesta legislação. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas utilizando o Real (R$), que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo. **b. Recursos vinculados à convênios:** Recursos vinculados à convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita, e somente serão utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio junto a Prefeitura Municipal de São Paulo. **c. Contas a receber:** Representam, basicamente, as mensalidades emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com clientes de mensalidades vencidas. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a perdas esperadas na realização das mensalidades e negociações a receber. A Instituição utiliza uma matriz de estimativas para a mensuração de perda de crédito esperada com as contas a receber de alunos. As taxas de perdas são calculadas por meio de uso de "rolagem" com base na probabilidade de um valor avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. **d. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores atualizados no realizável a longo prazo. **e. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou de construção e ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Todos os custos de reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para os exercícios findos em 2024 e 2023 são as seguintes:

	Anos
Prédio e edificações	35-53
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Equipamentos de informática e comunicação	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em 31 de dezembro de 2024 não houve necessidade de constituição de perdas pelo valor recuperável dos ativos da Entidade. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **f. Obrigações a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **g. Mensalidades antecipadas:** Como prática de nosso negócio e mercado de atuação, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente, são reconhecidas como mensalidade recebida antecipadamente, no passivo circulante, aquelas mensalidades de períodos subsequentes que são recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso, sendo que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i. Reconhecimento das receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente. A Entidade reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Entidade; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Entidade, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas a prestação de serviço tenham sido atendidas. A Entidade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada transação. **j. Venda de serviços:** A receita da Entidade consiste principalmente na prestação de serviços de educação, mensalidade do colégio, é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a Entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados. **k. Recursos recebidos de Convênios e Subvenções:** Os recursos recebidos de terceiros em convênio são reconhecidos e contabilizados conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.305/10 que aprova a NBC TG 07 - Subvenção e Assistências Governamentais da seguinte forma: **(i) Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. **(ii) Consumo como despesa:** Quando ocorrem o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado dos exercícios em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. **l. Receitas financeiras:** As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Entidade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo está calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **m. Despesas financeiras:** As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (quando existente), são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **n. Instrumentos financeiros: 4.1 Classificação:** A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. **a. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Recursos vinculados à convênios", "Contas a receber" e "Contas a receber com convênios". **4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Entidade ou da contraparte. **4.4 *Impairment* de ativos financeiros: a. Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Instrumentos financeiros derivativos. A instituição não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2024 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*. **b. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor

continua →

→ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Mosteiro São Geraldo de São Paulo

contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indicativos de *impairment*. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A prática contábil adotada de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e ITG 2002, respeitando os princípios fundamentais de Contabilidade, em especial o regime da oportunidade e o regime de competência. A Entidade reconhece as receitas e despesas respeitando o Princípio da Competência, conforme ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução 1.409/12. **(i) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ***Nota explicativa 4.e - Imobilizado - Prazo de vida útil do ativo imobilizado; Nota explicativa 4.4.b - Valor recuperável dos ativos não financeiros; Nota explicativa 9 - Perdas estimadas para crédito liquidação duvidosa; Nota explicativa 17 - Provisão para contingências, Processos e depósitos judiciais.*** **6. Trabalho voluntário:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras receitas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 a Instituição registrou o montante de R$ 84.134,78 (R$ 104.785 em 2023).

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Caixa	6.152	5.935
Bancos conta movimento e Aplicações financeiras	15.446.400	22.949.445
	15.452.552	22.955.380

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de investimentos classificados como Renda Fixa com rendimentos que variam 103,28% a 106,12% do CDI 2024/94,08% até 98,71% (2023) do Certificado de depósito bancários (CDB) com rentabilidade de 97% a 100% CDI.

8. Caixa e equivalente de caixa vinculados à convênios (com restrição):

	2024	2023
Conta poupança	689.988	799.037
Aplicações financeiras	1.043.584	434.558
	1.733.572	1.233.595

Esses valores monetários possuem destinação específica. As aplicações financeiras referem-se a caderneta de poupança, são remuneradas a taxa de 70% da meta SELIC+TR em 2024 (70% em 2023) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras.

9. Contas a receber: a. Mensalidade a receber:

	2024	2023
Contas a receber de alunos	6.411.994	5.574.902
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(2.728.385)	(2.750.853)
	3.683.609	2.824.049

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir as eventuais inadimplências, e apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.750.853)**
Líquido de Constituição/Reversão de perdas em função de melhorias nos processos de recebimento	22.469
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.728.384)**

Abaixo segue o quadro por vencimento do saldo de contas a receber e da provisão para perdas de crédito esperadas:

	CR - 2024	%	PECLD
A) a vencer	–	–	
B) 1 a 30 dias	413.408	5%	
C) 31 a 60 dias	198.944	2%	
D) 61 a 90 dias	114.881	1%	
E) 91 a 180 dias	212.243	2%	
F) 181 a 360 dias	2.373.094	27%	–
G) acima de 361 dias	2.728.385	31%	2.728.385
Acordo	2.901.134	32%	–
	8.942.090		2.728.385

b. Outras Contas a Receber:
Ainda na rubrica de contas a receber temos valores a receber provenientes de:

	2024	2023
Cartões de créditos a receber	183.000	78.785
Créditos de pessoa jurídica	6.921	22.771
Cessão de espaços	8.368	87.476
	198.289	189.032

10. Contas a receber de convênios:

	2024	2023
CEI Santa Escolástica - CCT Paraisópolis	2.974.951	6.456.544
CEI Dom José Gaspar - Vila Morse	(584.281)	2.036.383
CEI Santo Estevão Rei - CEI SER	184.718	3.015.320
	2.575.387	11.508.246

A Entidade possui programas conveniados ao Poder Público - Prefeitura de São Paulo, sendo os registros nessa rubrica correspondente aos valores firmados em contrato e ainda não recebidos. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a convênios no ativo circulante em contrapartida na rubrica de gastos a incorrer com convênios no passivo circulante (vide nota explicativa 8). **11. Imobilizado e bens de direito de uso: a. Imobilizado:** As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	183.710.428	–	–	–	183.710.428
Prédios e edificações	51.714.281	139.040	–	–	51.853.321
Veículos	626.219	292.795	(212.000)	–	707.013
Instalações	3.904.527	455.317	–	–	4.359.843
Aparelhos de som e imagem	758.085	14.481	–	–	772.566
Material didático e laboratório	1.055.533	–	–	–	1.055.533
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	15.293.398	661.417	(112)	–	15.954.703
Equipamentos de Informática	5.446.016	65.209	(473)	–	5.510.752
Construções em andamento*	3.224.467	–	–	–	3.224.467
Total custo	**265.732.953**	**1.628.258**	**- 212.585**	**–**	**267.148.626**
	–	–	–		–
Prédios e edificações	(19.684.177)	–	(2.151.889)	–	(21.836.066)
Veículos	(626.219)	212.000	(22.366)	–	(436.585)
Instalações	(1.666.566)	–	(307.627)	–	(1.974.193)
Aparelhos de som e imagem	(682.938)	–	(27.794)	–	(710.731)
Material didático e laboratório	(943.103)	–	(23.676)	–	(966.780)
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	(12.901.899)	112	(747.881)	–	(13.649.668)
Equipamentos de Informática	(5.161.259)	473	(55.407)	–	(5.216.193)
Total depreciação	**(41.666.161)**	**212.585**	**(3.336.640)**	**–**	**(44.790.216)**
Saldo líquido	**224.066.792**	**1.840.843**	**(3.549.225)**	**–**	**222.358.410**

O saldo em "Construções em Andamento" refere-se à construção de um prédio localizado dentro do Mosteiro São Geraldo de São Paulo que será utilizado pela área administrativa da Entidade. Devido aos déficits apresentados pela mesma, a obra se encontra paralisada por tempo indeterminado, a Entidade irá retomar a construção assim que possível. Quando concluído, o saldo será reclassificado para "Imóveis". **b. Bens com restrições:** O saldo apresentado no quadro de imobilizado é composto também por bens que foram adquiridos com a verba da Prefeitura do Município de São Paulo após aprovação das prestações de contas com a mesma e assim são apresentados:

	2023			2024		
	Bens próprios	Convênios	Total	Bens próprios	Convênios	Total
Aparelhos de som e imagem	693.308	64.777	758.085	705.682	66.884	772.566
Equipamentos de Informática	5.364.897	81.119	5.446.016	5.372.431	138.321	5.510.752
Instalações	3.883.407	21.120	3.904.527	4.334.810	25.033	4.359.843
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	15.073.377	220.022	15.293.398	15.626.680	328.022	15.954.703
Total custo	25.014.988	387.038	25.402.026	26.039.604	558.260	26.597.864
Aparelhos de som e imagem	(666.734)	(16.204)	(682.938)	(687.706)	(23.025)	(710.731)
Equipamentos de Informática	(5.134.209)	(27.051)	(5.161.259)	(5.179.722)	(36.471)	(5.216.193)
Instalações	(1.665.902)	(664)	(1.666.566)	(1.970.997)	(3.196)	(1.974.193)
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	(12.840.577)	(61.322)	(12.901.899)	(13.557.938)	(91.730)	(13.649.668)
Total da depreciação	(20.307.421)	(105.241)	(20.412.662)	(21.396.363)	(154.423)	(21.550.786)
Saldo líquido imobilizado	**4.707.567**	**281.797**	**4.989.364**	**4.643.241**	**403.837**	**5.047.078**

c. Bens de direito de uso - CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil: Os "Bens de Direito de Uso", são os contratos de Locação e Leasing vigentes em 2024 que foram enquadrados na norma do CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil, que entrou em vigor no Brasil em 01 de janeiro de 2019. Os contratos de Locações e Leasing foram reconhecidos no Ativo não Circulante e contrapartida no passivo de arrendamento mercantil na mesma proporção.

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Ajustes	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	4.347.033	20.665	–	–	4.367.698
Equipamentos de Informática	2.212.807	709.681	–	–	2.922.488
Veículos	157.629	–	–	–	157.629
Total	**6.717.469**	**730.346**	**–**	**–**	**7.447.815**
Imóveis	(3.871.485)	–	(513.588)	–	(4.385.073)
Equipamentos de Informática	(1.741.448)	–	(209.589)	–	(1.951.037)
Veículos	(157.629)	–	–	–	(157.629)
Total depreciação	**(5.770.562)**	**–**	**(723.177)**	**–**	**(6.493.739)**
Saldo Líquido	**946.907**	**730.346**	**(723.177)**	**–**	**954.076**

Isenções:
A Entidade aplicou as isenções conforme item 5 da norma CPC 06, decidindo por não aplicar a: (a) arrendamentos de curto prazo; (b) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Os contratos que a Entidade aplicou a isenção de acordo o pronunciamento está registrado no grupo de despesas de aluguéis. Os quadros abaixo demonstram as movimentações do passivo e do ativo:

Ativo - Direto de Uso	
Saldo em 31/12/2023	**946.907**
Depreciação	(723.177)
Adição	730.346
Saldo em 31/12/2024	**R$ 954.076**

Passivo CP de Arrendamento Mercantil	
Saldo em 31/12/2023	**(534.561)**
Adição	(170.915)
Contraprestação Paga	658.164
Saldo em 31/12/2024	**(47.312)**

Passivo LP de Arrendamento Mercantil	
Saldo em 31/12/2023	–
Adição	(19.137)
Contraprestação Paga	–
Saldo em 31/12/2024	**(19.137)**

A Entidade aplicou o CPC 06, nas operações de arrendamento mercantil em todos os contratos com mais de 12 meses de vigência. Consideramos todos os contratos com ativo identificável, que seja de uso exclusivo da Entidade e que seu gerenciamento de uso passa a ser da Entidade durante o período do contrato.

12. Fornecedores:

	2024	2023
Fornecedores	(1.292.189)	(1.393.278)
	(1.292.189)	(1.393.278)

Os valores acima são compostos por fornecedores de bens ou serviços relacionados com as atividades operacionais da Instituição.

13. Obrigações tributárias, trabalhistas e sociais:
Essas obrigações advêm de salários, remunerações e benefícios pessoal e com prestação de serviços no curto prazo. Não havendo assim composição no passivo não circulante decorrente de obrigações de longo prazo, conforme quadro abaixo:

	2024	2023
Salários e outros valores a pagar	1.292.347	1.189.447
Provisão para férias e 13º salários	2.516.445	2.596.135
IRRF de terceiros a recolher	1.140.849	1.155.729
FGTS a recolher	349.055	348.385
INSS de terceiros a recolher	296.724	227.637
PIS/COFINS/CSLL de terceiros a recolher	29.115	7.058
Contribuição sindical	2.805	6.221
PIS sobre folha de pagamento	237	237
ISSQN de terceiros a recolher	11.997	9.570
	5.639.574	5.540.419

14. Empréstimos: Os empréstimos bancários estão contratados na modalidade de capital de giro e são utilizados para atender necessidades de investimento e liquidação de outras obrigações de curto prazo. Essas operações estão garantidas por hipotecas, AF de imóvel (alienação fiduciária de imóveis), recebíveis (direito creditório) e aplicações financeiras. Ressalta-se que o contrato com o Banco Santander contém cláusulas que estabelecem condições específicas e indicadores financeiros a serem observados pela Entidade. A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

Bancos	Taxa Contratuais % a.a.	Garantia	Vencimentos	Curto Prazo 2024	Longo Prazo 2024	Curto Prazo 2023	Longo Prazo 2023
Banco Itaú	9,77%	AF de imóvel	12/09/2025	2.150.676	–	2.639.271	2.150.676
Banco Itaú	19,56%	AF de imóvel	17/07/2026	–	–	884.919	1.111.084
Bradesco	12,68%	AF de imóvel	28/06/2024	–	–	670.499	
Banco do Brasil	CDI + 3,95%	Hipoteca + Recebíveis	26/09/2028	3.333.333	9.166.666	2.500.000	12.500.000
Banco Daycoval	CDI + 6,68%	AF de imóvel	19/09/2028	3.000.000	7.750.000	3.000.000	10.750.000
Banco Santander	2,92%	Aplic. Financ. + Recebíveis	30/09/2029	1.111.111	3.888.889	–	–
				9.595.120	20.805.555	9.694.689	26.511.760

Abaixo a movimentação dos saldos para os anos de 2024 e 2023:

Bancos	31/12/2023	Captação	Juros	Amortização	31/12/2024
Banco Itaú	4.789.947		(343.080)	(2.296.191)	2.150.676
Banco Itaú	1.996.003		(1.257.483)	(738.520)	–
Bradesco	670.499		(24.160)	(646.339)	–
Banco Brasil	15.000.000		(1.299.691)	(1.200.309)	12.500.000
Banco Daycoval	13.750.000		(896.304)	(2.103.696)	10.750.000
Banco Santander	–	5.000.000	–	–	5.000.000
Totais	**36.206.448**	**5.000.000**	**(3.820.718)**	**(6.985.055)**	**30.400.676**

O fluxo de pagamentos dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

2025	9.317.343
2026	7.444.444
2027	7.694.444
2028	5.018.519
2029	925.926
	30.400.676

Adicionalmente, informamos que, no ano de 2024, a empresa contratou dois contratos de leasing junto ao Banco Daycoval, no montante de R$ 680.973,67, destinados à aquisição de computadores e periféricos. Em 31/12/2024, o saldo a pagar era de R$ 525.984,58. O fluxo de pagamentos dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

2025	158.011
2026	158.036
2027	178.123
2028	31.815
	525.985

15. Gastos a incorrer em convênios: Os Gastos a incorrer em convênios apresentam os valores que a Entidade tem a aplicar referente as Subvenções recebidas no exercício. As adições referem-se aos novos contratos de convênio celebrados. As receitas referem-se aos gastos que foram empregados nos convênios ao longo do exercício social. Os rendimentos provêm das aplicações financeiras das contas com restrições. Os Ajuste de Verbas referem–se aos ajustes do valor a receber e a incorrer devido as alterações correntes durante o ano, exemplo, quantidade de alunos x valor a receber. As devoluções são decorrentes do encerramento de convênios. Abaixo demonstramos a movimentação dos gastos a incorrer:

	Saldo 31/12/2023	Receitas (-)	Rendimentos Financeiros (+)	Ajustes da Verba (+/–)	Saldo 31/12/2024
Vila Morse	3.057.463	2.385.234	11.495	258.531	942.256
Paraisópolis	8.035.168	2.961.683	16.798	12.179	5.102.462
CE ISER	3.768.583	2.391.600	13.583	4.273	1.394.840
Total Gastos à incorrer	**14.861.214**	**7.738.516**	**41.876**	**274.983**	**7.439.558**

Obra Social - Unidade CEI Dom José Gaspar - CNPJ 61.697.678/0002-40 (Vila Morse): Convênio destina-se ao atendimento às crianças por meio do Centro de Educação Infantil Dom José Gaspar, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Diretoria de Educação do Butantã. O atendimento é integralmente gratuito para 160 crianças na faixa etária de zero a 04 anos de idade. **Obra Social - Unidade CEI Santa Escolástica - CNPJ 61.697.678/0003-21 (CCT Paraisópolis):** Convênio destina-se ao atendimento às crianças por meio do Centro de Educação Infantil Santa Escolástica, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Diretoria de Educação do Campo Limpo. O atendimento é integralmente gratuito para 178 crianças na faixa etária de zero a 03 anos de idade. **Obra Social - Unidade CEI Santo Estevão Rei- CNPJ 61.697.678/0005-93 (CEI SER):** Convênio destina-se ao atendimento às crianças por meio do Centro de Educação Infantil Santa Escolástica, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação - DRE. O atendimento é integralmente gratuito para 144 crianças na faixa etária de zero a 03 anos de idade.

16. Mensalidades antecipadas:

	2024	2023
Mensalidades antecipadas	9.176.203	8.774.309

As mensalidades antecipadas referem-se, substancialmente, às matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, onde serão reconhecidas ao resultado do exercício de acordo com o regime de competência, e o princípio contábil da realização da receita. **17. Provisão para contingências, Processos e depósitos judiciais: a. Provisão para contingências:** A Instituição é parte envolvida em processos trabalhistas, e discute essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2024	2023
Trabalhista	223.772	1.199.259

b. Movimentação dos processos no exercício:

	2023	Adições	Reversão	2024
Trabalhista	1.199.259	395.032	(1.370.518)	223.772

Além dos processos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2024 existem outros processos e obrigações cíveis pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R$ 655.539 (R$ R$ 50.000 em 2023). Em 2024 foram realizados acordos trabalhistas no valor de R$ 1.023.154. A maioria das reclamações contra a Entidade são por motivos de responsabilidade subsidiária, jornada de trabalho (horas extras, adicional noturno e intervalos) e adicional de insalubridade. **c. Processos e Depósitos judiciais:** Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, sendo esta sua movimentação e composição: (i) Nos autos da Execução Fiscal nº 0064255-40.2011.4.03.6182, o Mosteiro realizou depósito judicial, em relação a qual foram opostos os Embargos à Execução nº 0028083-60.2015.4.03.6182 que ainda aguardam julgamento. Referidos Embargos à Execução sustentam a improcedência da Execução Fiscal, sob o argumento de que o Mosteiro São Geraldo de São Paulo é entidade imune, conforme prevê o § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, enquanto preencher os requisitos do artigo 14 do CTN. (ii) O Mosteiro São Geraldo de São Paulo, nos autos da Ação Declaratória nº 2002.61.00.029658-0, obteve reconhecimento da sua imunidade à cota patronal de contribuição previdenciária, preenchidos os requisitos previstos no art. 55, da Lei nº 8.212/91. Por outro lado, nos autos da Ação Declaratória nº 5006228-84.2018.4.03.6100, o Mosteiro São Geraldo de São Paulo obteve o reconhecimento da sua imunidade com fundamento no art. 195, §7º, da Constituição Federal, dos arts. 9º e 14, do CTN, e do art. 55, da Lei 8.212/91, alterada pelas Lei 9.732/98 e Lei 12.101/2009, quanto ao recolhimento de contribuição social para o PIS incidente sobre o total da folha de pagamento de remuneração dos seus empregados. Sendo assim, os direitos declarados nestes processos afetarão a decisão a ser proferida nos Embargos à Execução Fiscal acima citados. **18. Patrimônio Social:** Conforme o Estatuto Social, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. O Superávit do exercício é incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 R1 em especial no item 15 que prescreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. O patrimônio líquido no final de 2024 totaliza o montante de R$ 192.552.168 contra R$ 191.889.409 do ano imediatamente anterior. **19. Ajuste de avaliação patrimonial:** No momento da adoção inicial das normas do CPC, foi constituído o ajuste em decorrência da atribuição do "*deemed cost*" da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o Patrimonio Social. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir Imunidade tributária. O valor da Avaliação Patrimonial em 2024 é de R$ 195.441.381. **20. Receita operacional:** A Entidade gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de ensino básico. Receitas patrimoniais incluem valores recebidos com locação de espaço. Além de receitas com convênios que correspondem a valores recebidos de órgãos públicos.

	2024	2023
Receita de ensino	84.144.626	82.060.981
Receita com convênios - educacional	7.738.516	6.367.706
Receita com doações	129.236	163.350
	92.012.378	**88.592.037**
Cancelamentos e devoluções		
Bolsas institucionais e sindicais	(7.019.427)	(6.480.661)
Descontos sobre mensalidades	(3.216.682)	(3.323.758)
	(10.236.109)	**(9.804.419)**
Receita operacional líquida	**81.776.269**	**78.787.618**

21. Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais são registrados em conformidade com regime de competência contemplando as apropriações correspondentes e oriundas das atividades próprias da Instituição. Os custos e despesas são reconhecidos quando há redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados com uma base confiável de valor.

	2024	2023
Por função		
Custos com atendimento gratuito	(7.736.842)	(4.290.898)
Custos com pessoal	(41.274.230)	(36.547.496)
Despesas gerais e administrativas	(27.452.739)	(27.171.343)
	(76.463.811)	**(68.009.737)**
Custo com pessoal	(41.274.230)	(39.044.435)
Despesas com pessoal administrativo	(12.478.525)	(11.066.128)
Despesas com serviços	(9.381.092)	(8.223.372)
Despesas administrativas	(1.806.680)	(1.839.317)
Despesas com depreciação e amortização	(4.010.901)	(2.987.650)
Despesas com convênios - educacional	(7.736.842)	(6.367.706)
Serviços básicos	(2.024.507)	(2.106.279)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.554)	(401.909)
Despesas com materiais de consumo	(878.056)	(896.975)
Despesas com manutenção	(406.976)	(458.103)
Despesas com veículos	(78.191)	(129.042)
Despesas com impostos	(17.641)	(6.302)
Despesas com propaganda e marketing	(144.769)	(432.174)
Despesas com trabalhos voluntários	(2.880)	(35.586)
Outras despesas e receitas operacionais	(3.301.257)	(5.985.241)
	(76.463.811)	**(68.009.737)**

22. Resultado financeiro: Em descontos concedidos estão apresentados descontos que foram concedidos aos clientes tanto por bolsa quanto por pontualidade nos pagamentos.

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento financeiro	1.676.779	1.592.473
Outras receitas financeiras	897.378	472.274
	2.574.157	**2.064.747**
Despesas financeiras		
Descontos Mensalidade	(458.136)	(1.697.298)
Despesas Financeiras	(6.715.954)	(6.510.332)
Juros/Multas e Variações monetárias	(49.765)	(43.188)
	(7.223.855)	**(8.250.818)**
	(4.649.698)	**(6.186.071)**

23. Outras receitas operacionais:

	2024	2023
Patrimoniais (i)	1.229.049	2.828.144
Recuperação de despesas e reembolsos (ii)	2.439.726	2.947.282
Donativos e promoções	112.258	140.616
Voluntários	2.880	69.199
	3.781.033	**5.985.241**

(i) As receitas patrimoniais, são referentes a valores recebidos de aluguéis e cessão de espaço e venda de ativo imobilizado. (ii) As recuperações de despesa estão relacionadas a recuperação como créditos Nota Fiscal Paulista, PECLD e correção de depósitos judiciais. **24. Benefícios sociais ofertados:** A Entidade oferece bolsas de estudos para alunos com vulnerabilidade socioeconômica, segundo os critérios previsto na Lei complementar 187/2021, e em seu Decreto regulamentador 11.791/2023, não cobrando mensalidades, taxas de matrícula e de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utiliza os critérios impostos pela Lei Complementar nº 187/2021: *Para fins de concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverá: III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes. § 1º Para o cumprimento da proporção descrita no inciso III do caput, a entidade poderá oferecer bolsas de estudo parciais, observadas as seguintes condições: I-no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes; II - bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido, conforme definido em regulamento.* A Entidade desenvolveu suas atividades de educação básica e de assistência social por meio de suas unidades que estão concentrados no Município de São Paulo: **Período de 2024 - Educação Básica e Assistência Social:**

Unidades	Crianças atendidas	Educação infantil	Assistência social
Vila Morse	**159**	159	–
CCT Paraisópolis	**178**	178	–
CEI SER	**221**	142	79
Total	**558**	**479**	**79**

Período de 2023 - Educação Básica e Assistência Social:

Núcleos	Crianças atendidas	Educação infantil	Assistência social
Vila Morse	**129**	129	–
Paraisópolis	**176**	176	–
C.E.I.SER	**219**	125	94
Total	**524**	**430**	**94**

a. Projetos de Educação Infantil Bolsas de Estudos Integrais de até 4 anos e 11 meses 100% gratuitas: O projeto Educação Infantil no Mosteiro São Geraldo, tem por finalidade promover a primeira etapa da educação básica, objetivando o desenvolvimento integral da criança de até 4 anos e 11 meses, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, de acordo com o artigo 29 da LDB. Dessa forma, o Mosteiro São Geraldo aplicou recursos em gratuidade de 100% na educação básica em tempo integral. Conforme determina a Lei Complementar 187/2021, artigo 19 e incisos, a Entidade demonstra no quadro a seguir a oferta das bolsas de estudo com o quantitativo de alunos beneficiados, na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral, para cada 5 (cinco) alunos pagantes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **b. Quadro da distribuição do número de bolsas de estudo - quantitativo de alunos em 31 de dezembro de 2024 (aplicação 1x5): Conceito: Bolsas de Estudos CEBAS** - As bolsas de estudos CEBAS, para fins de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, as chamadas filantrópicas, são concedidas pela direção administrativa de cada unidade escolar, e estão

continua →

◄ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Mosteiro São Geraldo de São Paulo

embasadas no perfil socioeconômico do candidato avaliado pelo setor de Serviço Social da Entidade, com base na documentação apresentada pelo responsável, levando em consideração também as demais prerrogativas definidas no edital de bolsas de estudos, divulgado anualmente. As bolsas de estudos somente são concedidas aos beneficiários que atendam as prerrogativas impostas pelo § 1º do artigo 19 da Lei Complementar 187 publicada em 17.12.2021, corroborado pelo artigo 51, I, do Decreto nº 11.791/2023. **Bolsas de estudos funcionais/Sindicais** - As bolsas de estudos funcionais são aquelas às quais a Entidade é obrigada a conceder aos filhos de seus empregados (professores e auxiliares), por força da convenção coletiva do sindicato, do qual os empregados da Instituição fazem parte. Cabe lembrar, que tais bolsas são concedidas por obrigação normativa, e são reconhecidas e divulgadas separadamente das bolsas filantrópicas (CEBAS) por não estarem embasadas no perfil socioeconômico definido em lei.

EDUCAÇÃO BÁSICA	2024	2023
1 - Alunos Base	**1374**	**1408**
(+) Bolsas - Filantropia 100% - CEBAS	160	206
(+) Bolsas - Programas Sociais 100% - CEBAS	316	206
(+) Outras bolsas de estudos 100% - sindicais e institucionais	79	97
(=) Total de bolsas de estudos	**555**	**509**
2 - Alunos pagantes	**819**	**899**
3 - Necessidade 1/5	164	180
4 - (+) Benefícios complementares (conversão)	–	–
5 - (=) Bolsas de filantropia ofertadas à maior 1/5	**312**	**232**

A Entidade beneficiou alunos com bolsas de estudo, na seguinte proporção: 555 alunos com bolsas de estudo integrais 100% gratuitas, sendo 160 para alunos com bolsas filantrópicas, 316 para bolsas Programas Sociais, e ainda, bolsas sindicais e institucionais para 79 alunos. Na relação atendendo à legislação (1 bolsa de estudo para cada 5 alunos pagantes), foram concedidas 312 bolsas de estudo acima do mínimo devido para o cumprimento da Lei Complementar 187/2021. **25. Certificados de imunidades e renúncia fiscal: a. Certificados, imunidades:** O Mosteiro São Geraldo de São Paulo possui imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados, com base no artigo 150 da Constituição Federal. E, também, imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, § 7º, da Constituição Federal. Destacamos também o seguinte:

O Mosteiro São Geraldo de São Paulo, pessoa jurídica constituída sob forma de associação privada, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, reconhecida de utilidade pública e detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS. Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS emitido pela SERES/MEC para o período de 01/01/2016 a 31/12/2018, através da Portaria nº 94, de 21/02/2019. O processo de renovação de nº 23000.0028484/2018-94 para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, o processo de renovação nº 23000.011338/2021-25 para o período de 01/01/2022 à 31/12/2024 e o processo de renovação nº 23000.036525/2024-64 para o período de 01/01/2025 à 31/12/2027 foram encaminhados dentro do prazo legal e aguardam julgamento pelo Ministério da Educação. Os processos protocolizados asseguram a validade do Certificado até a conclusão de análise dos mesmos, conforme disposto na Lei Complementar 187/2021, art. 37, § 2º, motivo pelo qual nenhuma provisão foi efetuada nas demonstrações contábeis referentes às imunidades patronais usufruídas no exercício, nos termos do § 7º, artigo 195 da Constituição Federal e conforme previsto na Lei Complementar nº 187 de 2021 e em seu Decreto regulamentador nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. **b. Imunidades previdenciárias usufruídas:** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Esses valores anuais equivalem à Imunidade Usufruída - INSS.

Imunidade usufruída	2024	2023
Total INSS Educacional	12.362.383	11.218.670
Total PIS sobre folha de pagamento	432.838	415.077
Total das Isenções	**12.795.222**	**11.633.747**

Renúncia fiscal: Em atendimento a ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002 (R1) em setembro de 2015, a Entidade por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes: ***• Incidentes sobre a receitas tributáveis (PIS 0,65%, COFINS 3,0%); • Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS 34,0%);*** **26. Instrumentos financeiros** A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para a gestão da Instituição. A administração da Entidade é responsável pela gestão de riscos garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. A Instituição não participa de quaisquer negociações de instrumentos financeiros derivativos. A Instituição está exposta a risco de crédito, liquidez e taxa de juros. **a. Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se, principalmente, às disponibilidades e as contas a receber da Entidade. Para minimizar seus riscos, a Entidade realiza transações com bancos de primeira linha e além de revisar exposição ao risco de perda esperada do contas a receber de forma individualizada; **b. Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade da Instituição em cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Instituição vem utilizando de empréstimos com instituições financeiras para garantir o cumprimento de suas obrigações, presentes e futuras. O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros da Instituição, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento e fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

	Valor Contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	1.292.189	1.292.189		
Empréstimos	30.926.660	9.475.353	7.602.480	13.848.827
Mútuo	6.287.983			
	38.506.832	10.767.542	7.602.480	13.848.827

c. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre da captação de empréstimos de curto e longo prazo. As taxas de juros sobre estes empréstimos encontram-se mencionadas na Nota 14. A Instituição está exposta a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros atualmente praticadas e as taxas de juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade apresentava exposição a taxa de juros no montante de R$ 30.926.660 (R$ 36.206.448 em 2023). Adicionalmente a Instituição mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e recursos vinculados a convênios indexados à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade apresentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R$ 15.452.552 (R$ 22.955.380 em 2023) em aplicações financeiras e recursos vinculados à convênios remunerados em CDI.

d. Instrumento financeiro por categoria

Ativos, conforme balanço patrimonial	Custo amortizado
31 de dezembro de 2024	
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	15.452.552
Recursos vinculados a convênios (Nota 8)	1.733.572
Contas a receber (Nota 9)	3.683.609
Contas a receber com convênios (Nota 10)	2.575.387
	23.445.120
31 de dezembro de 2023	
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	22.955.380
Recursos vinculados à convênios (Nota 8)	1.233.595
Contas a receber (Nota 9)	2.824.049
Contas a receber com convênios (Nota 10)	11.508.246
	38.521.270

Passivos, conforme balanço patrimonial	Custo amortizado
31 de dezembro de 2024	
Empréstimos (Nota 14)	30.926.660
Fornecedores (Nota 12)	1.292.189
Gastos a incorrer com convênios (Nota 15)	7.439.558
	39.658.407
31 de dezembro de 2023	
Empréstimos (Nota 14)	36.206.448
Fornecedores (Nota 12)	1.393.278
Gastos a incorrer com convênios (Nota 15)	14.861.214
	52.460.940

27. Partes relacionadas: b. A entidade possui as seguintes operações com partes relacionadas:

	Ativo	Passivo	Despesas
Abadia São Geraldo	–	6.287.983	459.594
Saldo em 2024	–	6.287.983	459.594
Saldo em 2023	–	7.448.842	533.125

Os saldos da Entidade com a Abadia São Geraldo são substancialmente relacionados aos aluguéis dos imóveis. Destaca-se que em 2020 a Instituição celebrou um contrato de mútuo com a Abadia São Geraldo no valor total de R$ 10.157.510, com uma taxa anual de 6,17% a.a., e no final de 2024 o saldo remanescente dessa soma foi o montante de R$ 6.287.983. **c. Serviço Voluntários de Dirigentes Estatutário.**

	2024	2023
Diretoria Estatutária	84.134,78	104.785

São Paulo, 31 de dezembro de 2024

José Rodolpho Perazzolo – Procurador – CPF: 073.370.258-90

Ana Paula Figueiredo Sousa – Contadora - CRC 1SP301692 – CPF: 375.637.248-00

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do **Mosteiro São Geraldo de São Paulo** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri - SP, 23 de abril de 2025

Audisa Auditores Associados
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior – Contador - CRC/RS "S"-SP 058.252/O-1 – CVM: Ato Declaratório nº 7710/04

Geraldo Nonato Severino – Sócio/Contador – CRC: 1SP 136.191/0-2

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

PORTAL AGRO ESTADÃO

Um novo ecossistema para o futuro do agronegócio

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO /FFM 2972/2025

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de empresa especializada para fornecimento **DETETOR DE RADIAÇÃO GAMA**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2934/2025

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Elber Industria de Refrigeração Ltda - CNPJ nº 81.618.753/0001-67, para o fornecimento de **01 REFRIGERADOR VERTICAL LABORATORIAL E 01 FREEZER VERTICAL LABORATORIAL**, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM**.

COMPRA REGULAMENTO FFM 2955/2025

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Flexform Industria Metalúrgica Ltda - CNPJ nº 49.058.654/0001-65, para o fornecimento de **20 CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO**, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM**.

ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA | PPP DO TREM INTERCIDADES EIXO OESTE

Consulta Pública SPI nº 02/2025

A Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, do Governo do Estado de São Paulo, comunica que realizará CONSULTA PÚBLICA para colher sugestões e contribuições destinadas ao aprimoramento do PROJETO DE CONCESSÃO PATROCINADA (PPP) PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SOBRE TRILHOS DO TREM INTERCIDADES EIXO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (TIC SOROCABA).

Os documentos relevantes para a concessão, bem como as orientações sobre as formas de participação na consulta pública, estarão disponíveis a partir do dia 30 de abril de 2025, por meio de data room. O acesso será concedido mediante solicitação enviada ao e-mail: pppticeixooeste@sp.gov.br, contendo as seguintes informações: nome completo, e-mail, CPF, instituição, telefone e cidade do(a) solicitante.

O prazo para envio de contribuições permanecerá aberto até o dia 02 de junho de 2025.

ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA | CONCESSÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO.

Consulta Pública SPI nº 03/2025

A Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, do Governo do Estado de São Paulo, comunica que realizará CONSULTA PÚBLICA para colher sugestões e contribuições destinadas ao aprimoramento do PROJETO DE CONCESSÃO DE USO PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO COMPLEXO TURISTICO DA ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO.

Os documentos relevantes para a concessão, bem como as orientações sobre as formas de participação na consulta pública, estarão disponíveis a partir do dia 5 de maio de 2025, por meio de data room. O acesso será concedido mediante solicitação enviada ao e-mail: concessaoefcj@sp.gov.br, contendo as seguintes informações: nome completo, e-mail, CPF, instituição, telefone e cidade do(a) solicitante.

O prazo para envio de contribuições permanecerá aberto até o dia 23 de junho de 2025.

Sociedade Aldeia da Serra - Residencial Morada dos Pinheiros

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Data 07/05/2025

Ficam convocados os associados da **Sociedade Aldeia da Serra - Residencial Morada dos Pinheiros**, com sede na Praça da Aldeia, 240, em Aldeia da Serra, Santana de Parnaíba, para Assembleia Geral Ordinária realizada, por deliberação do Conselho Diretor, na forma do art. 15, alínea "b" do Estatuto Social, ficando designada para o dia **07/05/2025** no Salão Social. Iniciando os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, **com primeira convocação às 19h00**, com a presença mínima de metade mais um dos associados e **segunda convocação às 20h00**, com qualquer número de associados para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Apreciação e deliberação sobre as contas do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024**. Desta forma fica assim regularmente convocada a AGO, para que o presente edital produza seus regulares efeitos, uma vez afixado na sede social da associação, e publicado na forma do art. 11 do Estatuto Social, ficam assim convocados todos os associados, para que compareçam, uma vez que as deliberações contidas na ordem do dia obrigam inclusive os associados ausentes.

Santana de Parnaíba, 30 de abril de 2025
Claudio Roberto R. de Simone - Conselheiro Presidente

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2832/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8322/2025 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa **Bcf Plasticos Ltda** - CNPJ nº 63.002.976/0001-13, para o fornecimento de **BIOMBO SANFONADO EM PVC**, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM**.

CENTRO EMPRESARIAL CONCEIÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores condôminos e demais ocupantes de unidades localizadas no **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL CONCEIÇÃO**, situado em Campinas/SP, na rua Conceição, nº 233, Centro, Inscrito no CNPJ sob nº 00.714.169/0001-03, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, prevista na convenção do Condomínio, a realizar-se no dia 08 de maio de 2025, no salão de convenções do próprio edifício, às **17h30 em Primeira Convocação**, e **às 18h00 em Segunda Convocação**, no mesmo dia e local, como o quórum existente, para a deliberação sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**, fixando-se cópia do presente em diversos locais visíveis a todos no Edifício:

a) Informações acerca do débito condominial da unidade denominada cobertura localizada no 28º andar, bem como ratificação da arrematação efetuada pelo condomínio; b) Assuntos gerais. Nos termos do artigo 29 da Convenção, o valor do voto será expresso pela fração ideal de terreno de cada unidade autônoma ou pela maioria dos presentes conforme a forma prescrita em lei. Por outro lado, os representantes de condôminos e demais ocupantes das unidades do edifício deverão apresentar a respectiva procuração com poderes válidos específicos. Campinas, 16 de abril de 2025.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL CONCEIÇÃO
Waldemar de Oliveira Ramos Junior — Síndico

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
Processo Administrativo SEI nº 2024.110222.39900
Processo SIGA: SES/00102/2024
Pregão Eletrônico nº 13/2025-SES
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia **21/05/2025 às 09h00min** (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR VALOR GLOBAL**, que tem por objeto a " Contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de serviços terceirizados de Carrego e Descarrego, para atender às necessidades logísticas da Secretaria de Estado da Saúde (SES), sendo presidida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro desta SES e realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Informações: Comissão Permanente de Contratação – CPC (subsolo), no e-mail: licitases@saude.ma.gov.br e telefones: (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 24 de abril de 2025
Chrisane Oliveira Barros
Presidente da CPC/SES

Secretaria de Gestão — SALVADOR PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Salvador, capital do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), por meio da Comissão Central Permanente de Contratos (COMPEL), torna público **PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE N.º 90049/2025 - PROC: 14131/2025 - SEMGE, cujo objeto é elaboração** de registro de preço para aquisição de **MATERIAL DE LIMPEZA (ÁCIDO, CLORO, QUEROSENE E OUTROS)**, com a abertura da sessão no dia 03/06/2025, às 10h. Obs.: horário oficial de Brasília. Obs.: horário oficial de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, que poderão retirar, gratuitamente, da seguinte forma: Portal da SEMGE (www.gov.br/compras). Informações: compel@salvador.ba.gov.br.

UTINGÁS ARMAZENADORA S.A.

UTINGÁS

C.N.P.J. nº 61.916.920/0001-49

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL - em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em milhares de Reais)*

Ativos	31/12/2024	31/12/2023
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	5.784	20.455
Aplicações financeiras	21.258	9.870
Contas a receber de clientes	1.841	2.669
Estoques	286	171
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68	299
Despesas antecipadas	344	257
Demais contas a receber	7	32
Total dos ativos circulantes	29.588	33.753
Não circulantes		
Depósitos judiciais	138	143
Despesas antecipadas	6	13
Ativos de direito de uso	48	-
Imobilizado, líquido	17.190	16.957
Intangível, líquido	7	9
Total dos ativos não circulantes	17.389	17.122
Total dos ativos	46.977	50.875

Passivos	31/12/2024	31/12/2023
Circulantes		
Fornecedores nacionais	388	524
Salários e encargos sociais	1.335	1.519
Obrigações tributárias	157	140
Dividendos a pagar	35	2.648
Imposto de renda e contribuição social a pagar	905	927
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	8
Arrendamentos a pagar	50	-
Demais contas a pagar	68	1
Total dos passivos circulantes	2.952	5.767
Não circulantes		
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	163	98
Total dos passivos não circulantes	163	98
Patrimônio líquido		
Capital social	30.739	30.739
Reserva de reavaliação	79	87
Reservas de lucros	13.044	14.184
Total do patrimônio líquido	43.862	45.010
Total dos passivos e do patrimônio líquido	46.977	50.875

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de serviços prestados	29.691	27.977
Custos dos serviços prestados	(15.129)	(15.056)
Lucro bruto	14.562	12.921
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas e comerciais	(35)	-
Gerais, administrativas	(2.059)	(1.491)
Outros resultados operacionais, líquidos	(15)	41
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	12.453	11.471
Receitas financeiras	3.055	3.651
Despesas financeiras	(163)	(14)
Resultado financeiro líquido	2.892	3.637
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.345	15.108
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(4.493)	(4.516)
	(4.493)	(4.516)
Lucro líquido do exercício	10.852	10.592

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ação)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**30.739**	**99**	**6.148**	**80**	-	**4.403**	**41.469**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.592	-	10.592
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	10.592	-	10.592
Realização da reserva de reavaliação	-	(12)	-	12	-	-	-
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(4.403)	(4.403)
Destinação do resultado líquido:							
Reserva de lucros	-	-	-	7.944	(7.944)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,49089 por ação ordinária)	-	-	-	-	(2.648)	-	(2.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**30.739**	**87**	**6.148**	**8.036**	-	-	**45.010**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.852	-	10.852
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	10.852	-	10.852
Destinação do resultado líquido:							
Reserva de lucros	-	(8)	-	6.860	(6.852)	-	-
Dividendos intermediários (R$ 1,4830 por ação ordinária)	-	-	-	(8.000)	-	-	(8.000)
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,5030 por ação ordinária)	-	-	-	-	(2.713)	-	(2.713)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R$ 0,2386 por ação ordinária)	-	-	-	-	(1.287)	-	(1.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.739	79	6.148	6.896	-	-	43.862

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	10.852	10.592
Resultado abrangente do exercício	10.852	10.592

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	11.365	9.432
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(11.338)	9.672
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(14.698)	(5.870)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	(14.671)	13.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.455	7.221
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.784	20.455

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL - A Utingás Armazenadora S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP. A Sociedade tem por atividade a prestação de serviços de armazenagem de gás liquefeito de petróleo – GLP nos Estados de São Paulo e Paraná, substancialmente para partes relacionadas, que incluem as acionistas da Sociedade. O controlador final da Sociedade é a Ultrapar Participações S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na "B3" (Bolsa de Valores do Brasil) e NYSE (Bolsa de valores de Nova Iorque). A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião da Diretoria a Sociedade, em 28 de abril de 2025. **2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Sociedade. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão detalhadas a seguir, e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados: a) O resultado é apurado pelo princípio da competência de exercícios. b) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente. c) Os demais ativos e passivos são demonstrados pelos valores realizáveis e exigíveis, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos e variações monetárias incorridos.

3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a. Capital social - O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está representado por 5.394.151 ações ordinárias, com o valor de R$ 5,6987 (R$ 5,6987 em 2023) cada. **b. Reserva de reavaliação -** A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à instituição da Lei 11.638/07, é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e é transferida para lucros acumulados com os encargos tributários correspondentes. O saldo em 31 de dezembro de 2024 totaliza R$ 79 (R$ 87 em 31 de dezembro de 2023). **c. Reservas de lucros -** ***c.1 Reserva legal*** - Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal era de R$ 6.148, atingindo 20% do capital social (R$ 6.148 em 31 de dezembro de 2023). Portanto, não houve constituição da reserva nos anos de 2024 e 2023. ***c.2 Reserva de retenção de lucros*** - É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva de retenção de lucros totalizava R$ 6.896 (R$ 8.036 em 31 de dezembro de 2023). **d. Dividendos e destinação do resultado do exercício -** Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Em 29 de agosto de 2024 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas detentores de ações ordinárias no montante de R$ 12.000, sendo R$ 8.000 obtidos através de recursos da conta de reserva de retenção de lucros, referentes a exercícios anteriores e R$ 4.000 obtidos através da conta de lucro líquido do exercício social de 2024, pagos a partir da data de aprovação, sendo R$ 2.713 através de dividendos mínimos obrigatórios e R$ 1.287 através de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios. A proposta de distribuição de lucros é assim demonstrada:

	31/12/2024
Destinação do lucro líquido	
Lucro líquido do exercício	10.852
Lucro líquido ajustado (base para distribuição de lucros)	10.852
Total da distribuição	
Dividendos mínimos obrigatórios	2.713
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	1.287
Saldo de dividendos propostos	4.000
Destinação do lucro líquido	
Dividendos mínimos obrigatórios	2.713
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	1.287
Reserva de Retenção de Lucros	6.852
Total da destinação do lucro líquido	10.852

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.648
Dividendos mínimos obrigatórios	2.713
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	1.287
Dividendos intermediários	8.000
Pagamentos	(14.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	35

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, devidamente acompanhadas de parecer sem ressalvas, encontram-se à disposição na sede da sociedade. **A Diretoria**

Rodrigo Legaspe Barbosa Pereira
Contador - CRC SP-267322/O-7

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2952/2025

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Hanimagem Comercial Ltda - CNPJ nº 58.598.368/0001-83, para o fornecimento de **monitor de diagnostico 3mp de 21 polegadas**, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

Maxishop Administração e Participações S/A.

CNPJ.MF. 56.439.094/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da MAXISHOP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A., para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária conjuntas, no dia 12 de Maio de 2025, às 16:00 horas, na sede social à Avenida Antônio Frederico Ozanan, nº 6000, Piso Superior, Loja E1, em Jundiaí/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024; b) Destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse social.

Jundiaí, 25 de Abril de 2025. Presidente do Conselho de Administração

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Cruzeiro do Sul Educacional

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000

Aviso de Extravio de Livros Sociais

A Companhia, com sede na Rua Cubatão, nº 320, pavimentos 3º, 8º e 9º, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04013-001, comunica o extravio dos seus seguintes livros sociais: (i) Registro de Atas das Assembleias Gerais nº 1, autenticado em 26/01/2012, sob o nº 133; (ii) Registro de Atas das Assembleias Gerais nº 2, autenticado em 18/04/2018, sob o nº 312139; (iii) Registro de Atas das Assembleias Gerais nº 3, autenticado em 18/04/2018, sob o nº 312140; (iv) Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração, autenticado em 26/01/2012, sob o nº 134. A administração da Companhia irá providenciar a abertura e preenchimento de novas versões dos livros supramencionados, para o posterior registro e averbação na JUCESP.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 0392/2025-00 (RC 42.721) LN PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA, 08.257.762/0001-80. **FFM 0468/2025-00** (PI 20250055) HAMISHIM TRADING INC., REPRESENTADA PELA EMPRESA HEALTH RESOURCES COM., IMP., EXP. E SERVIÇOS LTDA-ME, 28.643.200/0001-81.

REVOGAÇÃO

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, comunica a **REVOGAÇÃO** do PROCESSO DE COMPRA REGULAMENTO FFM: **FFM 0371/2025-00** – "SERINGA DESCARTAVEL P/ INSULINA 100UI AG 8X0, 33MM", as empresas não atendem as exigências do faturamento mínimo solicitada pela área requisitante.

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.
Assista AO VIVO pelo canal do Estadão no Youtube.
Estadão Analisa com Carlos Andreazza
DE SEGUNDA A SEXTA 7h DA MANHÃ
Ou ouça depois nas principais plataformas de áudio e vídeo do Estadão.
ESTADÃO

ESTADÃO
NEWSLETTER
Pílula
Um resumo leve e descontraído das principais notícias do dia, além de colunas, dicas de entretenimento e jogos
Política, Economia, Internacional, Cultura, Saúde e muito mais!
Use o QR code abaixo para inscrever-se e receber por e-mail, de segunda a sexta, sempre no início da noite.
https://bit.ly/news-pilula
EXCLUSIVA PARA ASSINANTES

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da Audiência Pública para debater as seguintes matérias:

2ª Audiência Pública

1) PL 595/2021 - Autor: Ver. ARSELINO TATTO (PT); Ver. RODRIGO GOULART (PSD); Ver. MARCELO MESSIAS (MDB) - Institui o Programa Gratuito de Assistência à Saúde Animal – PASA no Município de São Paulo e dá outras providências.

2) PL 57/2023 - Autor: Ver. DRA. SANDRA TADEU (PL) - Dispõe sobre a criação de bebedouros e comedouros públicos para animais na cidade de São Paulo e dá outras providências.

3) PL 268/2023 - Autor: Ver. MARCELO MESSIAS (MDB) - Dispõe sobre a criação do Hospital Público Veterinário de M'Boi Mirim.

4) PL 339/2023 - Autor: Ver. MARCELO MESSIAS (MDB) - Dispõe sobre a criação do Hospital Público Veterinário de Campo Limpo.

5) PL 431/2023 - Autor: Ver. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO); Ver. THAMMY MIRANDA (PSD) - Dispõe sobre a implantação de microchip, gratuitamente, em animais domésticos, na cidade de São Paulo e dá outras providências.

6) PL 442/2023 - Autor: Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - Dispõe sobre a remoção e compactação de veículos abandonados em vias públicas do município de São Paulo e dá outras providências.

7) PL 470/2023 - Autor: Ver. ISAC FÉLIX (PL) - Dispõe sobre a poda de árvore pelas empresas concessionárias de energia elétrica, na forma que especifica e dá outras providências.

8) PL 572/2023 - Autor: Ver. GILBERTO NASCIMENTO (PL); Ver. CORONEL SALLES (PSD) - Dispõe sobre controle de população e controle de zoonoses no Município de São Paulo, e dá outras providências.

9) PL 690/2023 - Autor: Ver. ISAC FÉLIX (PL) - Dispõe sobre a disponibilização de Área Reservada para Famílias em ginásios, estádios e espaços públicos e privados, nas situações que especifica e dá outras providências.

10) PL 723/2023 - Autor: Ver. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - Determina a obrigatoriedade de sistema de aterramento nas novas edificações no Município de São Paulo.

11) PL 744/2023 - Autor: Ver. MARCELO MESSIAS (MDB) - Altera a redação do Art. 22 da Lei Municipal nº 17.202 de 16 de outubro de 2019, com a redação dada pela Lei nº 17.346/2020 de 25 de junho de 2020 bem como a redação do art. 7º da Lei 16.886 e dá outras providências. [Prazo para a regularização de edificações]

12) PL 773/2023 - Autor: Ver. CRIS MONTEIRO (NOVO) - Altera a Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, Lei nº 15.031, de 13 de novembro de 2009, e dá outras providências.

1ª Audiência Pública

13) PL 29/2020 - Autor: Ver. AURÉLIO NOMURA (PSD); Ver. GILBERTO NATALINI (S/PARTIDO); Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL CENTRO ECOLÓGICO YARY TY E MEMORIAL DE CULTURA GUARANI (CEYTY) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

14) PL 359/2021 - Autor: Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) - Altera o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 16.050, de 31 de Julho de 2014 e dá outras providências (ref. adiamento do prazo para encaminhamento de proposta de revisão do Plano Diretor).

15) PL 4/2022 - Autor: Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - Dispõe sobre a delimitação das Áreas de Preservação Permanente no Município de São Paulo, e dá outras providências.

16) PL 458/2022 - Autor: Ver. MILTON LEITE (UNIÃO); Ver. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) - Dispõe sobre a instalação de estacionamento para bicicletas ou bicicletários nos imóveis que especifica, e dá outras providências.

17) PL 459/2022 - Autor: Ver. MILTON LEITE (UNIÃO); Ver. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de ciclovias em novos projetos urbanísticos no Município de São Paulo, e dá outras providências.

18) PL 39/2023 - Autor: Ver. CELSO GIANNAZI (PSOL) - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área localizada na Rua Quintana, 206, Setor 085, Quadra 176, Lote 0001, Distrito Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros, para criação de parque público, e dá outras providências.

19) PL 51/2023 - Autor: Ver. JAIR TATTO (PT); Ver. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE); Ver. THAMMY MIRANDA (PSD); Ver. CORONEL SALLES (PSD); Ver. SILVINHO LEITE (UNIÃO) - Estabelece a obrigatoriedade de criação de espaço adequado ao atendimento de portadores de Transtorno do Espectro Autista – TEA em aeroportos, terminais transporte interestaduais, estádios de futebol e arenas esportivas

20) PL 52/2023 - Autor: Ver. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT); Ver. NABIL BONDUKI (PT); Ver. LUNA ZARATTINI (PT) - Institui a Taxa de Preservação Ambiental - TPA como medida de mitigação de danos causados por aeronaves privadas, particulares e executivas na cidade de São Paulo

21) PL 168/2023 - Autor: Ver. JAIR TATTO (PT) - Institui Taxa de Fiscalização de Poluição e Ruído Aeronáutico - TFRA e Fundo Municipal de Mitigação de Danos
Socioambientais de Ruído Aeronáutico – FMDRA.

22) PL 169/2023 - Autor: Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - Cria a Política Municipal de monitoramento da qualidade do ar por meio de sensores de baixo custo e dá outras providências.

23) PL 610/2023 - Autor: Ver. DRA. SANDRA TADEU (PL); Ver. DR. NUNES PEIXEIRO (MDB) - Dispõe alteração da Lei n. 11.782/1995, sobre o Armazenamento de Botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no Município de São Paulo.

24) PL 616/2023 - Autor: Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) - Autoriza a Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, dos lotes F0015, F0014, F 0022, F0021, F0020, F0019, F0023 e F0024, situados na quadra F136 do setor 012, localizados na Subprefeitura da Lapa.

25) PL 692/2023 - Autor: Ver. ISAC FÉLIX (PL) - Disciplina a colocação de Painéis de LED nas Bancas de Jornais, e dá outras providências.

26) PL 702/2023 - Autor: Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) - Autoriza a criação do Parque Mata Esmeralda na Subprefeitura do Butantã

27) PL 775/2023 - Autor: Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - Regulamenta a atuação da Guarda Civil Metropolitana na fiscalização e autuação de residências, estabelecimentos comerciais e veículos automotores que descumprirem os parâmetros de incomodidade no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providencias.

28) PL 787/2023 - Autor: Ver. GILBERTO NASCIMENTO (PL) - Estabelece a substituição de exemplares arbóreos em situação de risco, nos termos em que especifica e dá outras providências

29) PL 74/2024 - Autor: Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) - Dispõe sobre medidas para o controle da poluição sonora no município de São Paulo.

30) PL 80/2024 - Autor: Ver. RODRIGO GOULART (PSD); Ver. THAMMY MIRANDA (PSD) - Dispõe sobre a criação do Polo Ecoturístico Histórico Cultural Zona Leste, e dá outras providências.

31) PL 158/2024 - Autor: Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL); Ver. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL); Ver. RENATA FALZONI (PSB); Ver. LUNA ZARATTINI (PT) - Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Jurubatuba e dá outras providências.

32) PL 168/2024 - Autor: Ver. FABIO RIVA (MDB) - Autoriza transformar a Praça do Saber, localizada na Avenida Florestan Fernandes, no Jardim Monte Belo, da Subprefeitura de Perus-Anhanguera, em Parque Municipal, e dá outras providências

33) PL 174/2024 - Autor: Ver. GILBERTO NASCIMENTO (PL); Ver. ELI CORRÊA (UNIÃO) - Estabelece incentivo à utilização de veículos automotores movidos à propulsão híbrida ou elétrica, e dá outras providências

34) PL 199/2024 - Autor: Ver. CRIS MONTEIRO (NOVO) - Institui o Programa de Ações Sustentáveis para compactação de materiais recicláveis e não recicláveis no Município de São Paulo e dá outras providências.

35) PL 249/2024 - Autor: Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) - Altera o MAPA 2 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, para incluir o imóvel localizado na Rua Fradique Coutinho, 361 (Setor 015, Quadra F008, Lote CD08) como ZEPEC APC (Área de Proteção Cultural) e dá outras providências.

36) PL 250/2024 - Autor: Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) - Altera o MAPA 2 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, para incluir a região conhecida como o "Beco do Batman" (lotes de frente para a Rua Medeiros de Albuquerque e Gonçalo Afonso das quadras 174 e 209 no Setor 081) como ZEPEC AUE (Áreas de Urbanização Especial) e dá outras providências.

37) PL 264/2024 - Autor: Ver. RODRIGO GOULART (PSD); Ver. THAMMY MIRANDA (PSD) - Institui o Mês Caramelo, dedicado aos cuidados e prevenção de doenças em animais de estimação, promovendo campanhas de vacinação e conscientização sobre o bem-estar dos animais, altera o Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo, Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007.

38) PL 293/2024 - Autor: Ver. JAIR TATTO (PT); Ver. DR. MURILLO LIMA (PP) - Cria o selo "Condomínio Amigo dos Animais" no âmbito do Município de São Paulo.

39) PL 309/2024 - Autor: Ver. THAMMY MIRANDA (PSD) - Altera a Lei nº 15.023, de 06 de novembro de 2009 e a Lei nº 17.703, de 3 de novembro de 2021 para o fim de ampliar e salvaguardar a proteção de animais em transporte

40) PL 352/2024 - Autor: Ver. LUANA ALVES (PSOL) - Garante espaço de amamentação ou recebimento de leite materno congelado nas escolas públicas e privadas na cidade de São Paulo.

41) PL 369/2024 - Autor: Ver. FABIO RIVA (MDB) - Dispõe sobre o descarte doméstico adequado de materiais perfurocortantes no âmbito municipal e dá outras providências.

42) PL 433/2024 - Autor: Ver. GILBERTO NASCIMENTO (PL) - Institui o Protocolo Municipal Pet em situações de catástrofes naturais ou calamidade pública no âmbito do município de São Paulo.

43) PL 486/2024 - Autor: Ver. ELISEU GABRIEL (PSB); Ver. RENATA FALZONI (PSB) - Fica vedado o asfaltamento de vias constituídas de paralelepípedo, bloquetes, entre outros, no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

44) PL 563/2024 - Autor: Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Transforma a área pública "Unidade de Parque e Jardim" na Subprefeitura de São Miguel Paulista em Parque Municipal, e dá outras providências.

45) PL 575/2024 - Autor: Ver. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL); Ver. KEIT LIMA (PSOL) - Autoriza ao Poder Público municipal a instituir ações para assegurar condições de presença de bebês e crianças em prédios públicos.

46) PL 608/2024 - Autor: Ver. RODRIGO GOULART (PSD); Ver. THAMMY MIRANDA (PSD) - Altera a Lei nº 16.059, de 13 de agosto de 2014. [Acessibilidade e segurança dos frequentadores de piscina conforme a sua condição de saúde]

47) PL 267/2024 - Autor: Ver. MAJOR PALUMBO (PP); Ver. SARGENTO NANTES (PP) - Altera a lei nº16.402/2016, estabelecendo sanções para perturbação do sossego.

Data: **07/05/2025**
Horário: **13:00h**
Local: **Auditório Virtual e Auditório Prestes Maia (1º andar)**
Câmara Municipal de São Paulo - Viaduto Jacareí, 100

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**.

Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **urb@saopaulo.sp.leg.br**.

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE

ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 02/SUB-VP/2025** - Processo SEI nº **6060.2025/0000266-8**.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE QUADRA - VILA INDUSTRIAL - CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** - Data/hora da sessão pública: **16/05/2025 às 10:00 horas** - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br ou www.gov.br/compras/pt-br e também https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Japão Logística S.A.

CNPJ nº 03.726.905/0001-31

Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 29 de abril de 2025. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais

Ativo	2024	2023
Circulante	**11.354**	**11.685**
Caixa e equivalentes de caixa	5.617	5.825
Dividendos a receber	5.737	5.860
Não Circulante	**49.819**	**43.906**
Impostos a recuperar	845	669
Investimentos em coligadas	48.974	43.237
Total do Ativo	**61.173**	**55.591**
Passivo e Patrimônio Líquido	**2024**	**2023**
Circulante	**5.799**	**5.976**
Contas a pagar	12	2
Obrigações com partes relacionadas	20	20
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	5.760	5.947
Outras obrigações	7	7
Patrimônio Líquido	**55.374**	**49.615**
Capital social	3.166	3.166
Reserva legal	633	633
Reserva de lucros	48.821	42.955
Ajustes de avaliação patrimonial	2.754	2.861
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**61.173**	**55.591**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	3.166	633	36.933	2.969	43.701
Lucro líquido do exercício	-	-	11.894	-	11.894
Dividendos pagos de exercício anterior	-	-	(33)	-	(33)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.947)	-	(5.947)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	108	(108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	3.166	633	42.955	2.861	49.615
Lucro líquido do exercício	-	-	11.519	-	11.519
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.760)	-	(5.760)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	107	(107)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	3.166	633	48.821	2.754	55.374

Demonstrações do Resultado

	2024	2023
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.474	11.721
Despesas/ Receitas Operacionais		
Gerais e administrativas	(518)	(528)
Resultado financeiro, líquido	577	736
Lucro Operacional antes do IRe e da CS	11.533	11.929
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14)	(35)
Lucro Líquido do Exercício	11.519	11.894
Lucro Líquido p/Ação (Básico e Diluído)-R$	1,86	1,92

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	11.519	11.894
Outros resultados abrangentes	107	108
Resultado Abrangente Total do Exercício	11.626	12.002

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.519	11.894
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(11.474)	(11.721)
Variação nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(176)	(79)
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	10	3
Obrigações com partes relacionadas	-	1
Outras obrigações	-	1
Caixa usado nas operações, antes dos dividendos recebidos	(121)	99
Dividendos recebidos	5.860	11.179
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.739	11.278
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(5.947)	(11.200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.947)	(11.200)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(208)	78
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.825	5.747
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.617	5.825
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(208)	78

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. **Contexto Operacional:** A Japão Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. A Companhia tem como objetivo principal a participação societária em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação societária na Libraport Campinas S.A. ("Libraport"), cujas atividades estão concentradas na operação, movimentação e armazenagem de cargas e contêineres de importação e exportação em centro logístico industrial aduaneiro no Município de Campinas - SP, sob a permissão da Superintendência da Receita Federal. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1). **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo, nesse caso, o Real (R$). **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado, quando houver. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. **g) Investimento em coligada:** O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. **h) Outras provisões:** Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presente como resultado de um evento passado, e é provável que uma saída de recursos será necessária para cumprir com a obrigação. Provisões são reconhecidas baseando-se na melhor estimativa do risco envolvido. **i) Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e não vigentes.**

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações ao pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Afetam a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Indicam que apenas covenants a serem cumpridos até ou no final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Isso é válido mesmo que o cumprimento do covenant seja avaliado após essa data.
Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda, e requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.
Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acrescentam dever de divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.
Alterações ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acrescenta acordos de financiamento a fornecedores dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da Entidade à concentração do risco de liquidez.
IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração; e melhoria em requisitos de agregação e desagregação de informações. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações ao CPC 02 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Intitulada Falta de Conversibilidade	Especificam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Capital Social:** O capital social é representado por 6.208.211 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R$ 3.166. A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, nos termos da Lei nº 6.404/76. O estatuto social da Companhia não prevê o dividendo obrigatório, sendo, portanto, reconhecido 50% do lucro líquido ajustado, podendo esse ser distribuído em percentual inferior ao estipulado mediante deliberação da Assembleia Geral.

Lucro por ação:	2024	2023
Lucro líquido do exercício	11.519	11.894
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	6.208	6.208
Lucro básico e diluído por ação - R$	1,86	1,92

Shunsuke Mochizuki - Diretor-Presidente **Eduardo Yoshimitsu Hidaka** - Contador - CRC 1 SP 219788/O-1

A empresa "POSTO REDE NOVA DO BOSQUE LTDA", inscrita no CNPJ: 11.154.487/0001-83, registrada na JUCESP sob NIRE 35223147078, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, sito à Avenida Andromeda, no 3.815 – Bosque dos Eucaliptos – CEP: 12.233-000, neste ato representada por sua administradora Lara Carvalho Miragaia Costa, comunica redução do capital social da empresa de R$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais), para R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), pelo motivo de prejuízos acumulados.

Encontra-se aberto nesta Delegacia Seccional de Polícia de Registro, o Pregão Eletrônico nº 90003/2025 (Processo nº 058.00005332/2025-45), do tipo menor preço, no modo de disputa aberto, elaborado nos moldes da Lei Federal 14.133/2021, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação Predial para o prédio que abriga a Delegacia de Polícia de Sete Barras. A sessão será realizada na data de 20/05/2025, às 10h, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, sendo monitorado pelo Setor Administrativo desta Seccional de Polícia de Registro, sito na Avenida Clara Gianotti de Souza, 1051, segundo piso, centro – Registro – CEP 11.900-000, local onde poderá ser obtida a consulta do Edital e seus anexos, assim como no endereço eletrônico www.doe.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90006/2025

UASG - 380254 - PENITENCIÁRIA FEMININA "SANDRA APARECIDA LÁRIO VIANNA" DE PIRAJUÍ

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90006/2025

Nº Processo: 006.00123015/2025-42

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com entrega parcelada, para o período de maio a agosto de 2025.

Total de Itens Licitados: 03 (três) itens.

Valor total da licitação: R$ 67.784,00 (sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais)

Disponibilidade do edital: 30/04/2025

Horário: das 08h00 às 17h00

Endereço: Estrada Vicinal João Pereira Martins, Km 01 - Zona Rural - CEP: 16.604-900 - Pirajuí/SP; e

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Entrega das Propostas: a partir de 30/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 15/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

Fonte: DOESP e PNCP

2ª Vara Cível de Americana São Paulo. SP Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1005391-56.2023.8.26.0019. O Sr. Dr. Marcos Cosme Porto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Americana São Paulo - SP, Faz Saber THAIS NEVES SANTOS (CPF: 623.641.993-01) que BANCO BRADESCO S/A, lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, para declarar rescindidos os contratos de empréstimos pactuados: Cartão de crédito/compra - contrato n.º 4066559971939432/4066699929859553; da bandeira: VISA, pelo inadimplemento do demandado, bem como condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 287.568,10 (26/04/2023), atualização da última fatura, reconhecendo a aplicação de multa de 2%, já aplicada nos extratos, juros de 1% ao mês e correção monetária segundo índices oficiais (INPC). Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação por edital, para que em 20 dias, a fluir após o prazo de 10 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo/SP, 07/06/2024.

CONSTRUTORA TENDA S.A.

CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35.300.348.206 - Companhia Aberta -

Edital de Segunda Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Construtora Tenda S.A., companhia aberta, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º pavimentos, Centro, CEP 01014-908, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.348.206, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 71.476.527/0001-35, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código 21148 ("Companhia" ou "Tenda"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei das S.A., e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/2022"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se, em segunda convocação, no dia 12 de maio de 2025, às 14h00, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE" ou "Assembleia"), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica ***Microsoft Teams***, nos termos do artigo 5º, § 3º, da Resolução CVM 81/2022, a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da ampla reforma do Estatuto Social da Companhia, bem como a sua consolidação, nos termos das alterações constantes da proposta da administração para a AGE ("**Proposta da Administração**"). **Informações Gerais:**: Nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM 81/2022 e do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGE digital, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão solicitar suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância e encaminhar à Companhia os seguintes documentos, em **até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGE**, para o e-mail **ri@tenda.com**: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou, no caso de acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, na forma do artigo 126 da Lei das S.A.; **(iii)** documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e **(iv)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista por procurador ("Documentos"). **A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/2022**. Nesse sentido, as instruções gerais para participação na Assembleia, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico contratado pela Companhia, encontram-se dispostas detalhadamente na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia juntamente com o presente Edital de Convocação nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia (www.ri.tenda.com), da CVM (gov.br/cvm), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). Ademais, nos termos do artigo 7º da Resolução CVM 81/2022, todos os documentos e informações mencionados neste Edital de Convocação, bem como quaisquer outros exigidos pela regulamentação pertinente, estão disponíveis aos senhores acionistas nos referidos *links*. O formato exclusivamente à distância e digital **(i)** possibilita que a votação seja realizada de forma conveniente aos senhores acionistas; **(ii)** facilita e proporciona um maior número de votações, mitigando a possibilidade de uma segunda convocação; e **(iii)** exige menor infraestrutura física, trazendo uma economia de tempo e recursos. Os acionistas que participarem da Assembleia por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, ou que tiverem enviado seu boletim de voto à distância por ocasião da primeira convocação, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81/2022. O acesso à AGE será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da AGE. **A Companhia ressalta que os acionistas que enviaram o boletim de voto a distância disponibilizado por ocasião da primeira convocação que tenha sido considerado válido serão considerados presentes à Assembleia e signatários da ata da Assembleia, sendo que suas instruções de voto serão consideradas na votação da matéria que consta da ordem do dia da Assembleia, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM 81/2022.** Para orientações adicionais deve-se observar as regras previstas na Resolução CVM 81/2022. São Paulo/SP, 29 de abril de 2025. **Claudio José Carvalho de Andrade** - Presidente do Conselho de Administração

Setor de energia **Fim do impasse**

Eletrobras aprova acordo com União e dividendos adicionais

Governo passará a controlar três das dez cadeiras do conselho de administração da companhia; proventos somam valor recorde

DENISE LUNA
RIO
LUCIANA COLLET
SÃO PAULO

WILTON JUNIOR/ESTADÃO-21/11/2012



Privatização da Eletrobras, realizada no último ano do governo Bolsonaro, tem sido criticada por Lula

Os acionistas da Eletrobras aprovaram ontem, em assembleia, acordo de conciliação entre a ex-estatal e a União, encerrando uma disputa do governo federal por maior espaço dentro da empresa. Com o acordo, mediado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a União passará a ter direito a indicar diretamente três dos dez membros do conselho de administração da companhia (antes, era um só) e um membro para o seu conselho fiscal. Em troca, a Eletrobras não terá mais a obrigação de investir nas obras da usina nuclear de Angra 3.

Apesar de ter mais de 40% das ações da Eletrobras, a União tem o poder de voto limitado a 10%, assim como os demais acionistas, o que levou o governo a entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para reivindicar mais poder na companhia. Com a homologação do acordo, a ação será extinta. Na Bolsa de Valores, as ações ON da Eletrobras fecharam com alta de 0,8%, enquanto as PN subiram 0,51%.

A privatização da Eletrobras, que aconteceu no último ano do governo Bolsonaro, tem sido assunto recorrente de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pelo acordo, os indicados para compor o conselho de administração da Eletrobras terão de deixar seus cargos atuais em empresas concorrentes. Pela União, foram confirmados os nomes do engenheiro Maurício Tolmasquim, hoje diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras; e dos ex-ministros de Minas e Energia Silas Rondeau, atual presidente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), e Nelson Hubner, que está no conselho da mesma ENBPar.

Na situação atual, Tolmasquim e Hubner seriam vetados por conflito de interesses, assim como Rondeau, contra quem também pesaria a regra do "overboarding", uma vez que ele preside a ENBPar e frequenta o seu conselho.

O governo chegou a indicar Guido Mantega para o conselho fiscal, mas o ex-ministro acabou desistindo de disputar o cargo. Uma nova indicação da União para a vaga de titular no colegiado da Eletrobras "ocorrerá oportunamente", segundo informou a empresa à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

DIVIDENDOS. Ainda durante a assembleia, foi aprovada a distribuição adicional de R$ 1,8 bilhão em dividendos, algo que havia sido proposto no mês passado pela empresa. Com isso, o total pago aos acionistas referente ao exercício de 2024 totaliza R$ 4 bilhões, equivalente a 41% do lucro líquido ajustado da companhia. Essa é a maior distribuição de dividendos da história da Eletrobras. O valor equivale a R$ 0,111041503, por ação preferencial de classe B, e a R$ 0,895300835 por ação ordinária e "golden share". O pagamento será realizado em 13 de maio deste ano.

Desistência
O ex-ministro Guido Mantega abriu mão de indicação para o conselho fiscal

Os acionistas acertaram também a incorporação da Eletropar pela Eletrobras. A Eletrobras detém 83,71% da Eletropar, empresa que é responsável pela gestão de participações do grupo em diferentes companhias. ●

COLUNA SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO
Informe Publicitário
Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTb 19.466 | Ano 42 Nº 2.230 - 30 de abril de 2025 | secovi.com.br

Secovi-SP debate segurança pública

Secretário estadual Guilherme Derrite inaugura retomada do Núcleo de Altos Temas da entidade



Ely Wertheim, presidente-executivo do Secovi-SP, Derrite, Amary e Chap Chap

Criado em 2008 pelo ex-presidente do Secovi-SP, Romeu Chap Chap, e agora sob coordenação do também ex-presidente Flavio Amary, o Núcleo de Altos Temas (NAT) retoma suas atividades como fórum multidisciplinar dedicado à análise de questões de interesse nacional.

"O papel do NAT é discutir assuntos relevantes e contribuir como sociedade civil organizada", destacou Amary, em encontro com a presença do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite (22/4). "Nosso trabalho setorial se espalha. A habitação tem essa natureza: se interliga com todos os setores", adicionou o presidente do Secovi-SP, Rodrigo Luna.

Derrite apresentou indicadores, operações e programas de combate ao crime organizado. Dentre eles, o projeto Muralha Paulista que, com câmeras e inteligência artificial, em convênio com municípios, permitirá localizar e prender criminosos, bem como fazer análises preditivas.

Deputado federal licenciado, Derrite é autor da lei nº 14.843/2024, a qual alterou a Lei de Execução Penal e restringiu significativamente o benefício da saída temporária de presos. "Mas é preciso avançar mais. Crime é um negócio que precisa ser inviabilizado no Brasil. Não questão política, de direita ou de esquerda, mas de civilidade ou barbárie", disse.

Para ele, dentre as reformas estruturantes e modernizantes necessárias, destaca-se a reforma do sistema de justiça criminal. "É preciso que a sociedade se mobilize em torno dessa bandeira."



LEIA MAIS

Conselho terá novo critério de desempate

RIO
SÃO PAULO

Reunidos ontem em assembleia, os acionistas da Eletrobras aprovaram alteração no critério de desempate de matérias deliberadas pelo seu conselho de administração. O primeiro critério passará a ser o predomínio da manifestação de vontade do grupo de conselheiros que contemplem o maior número de membros independentes. O voto de Minerva do presidente do conselho ficará, então, como um segundo critério de desempate.

A empresa justificou que a mudança tem como objetivo "resguardar as premissas da desestatização da Eletrobras e do modelo 'corporation' (*sem um único bloco controlador*)".

A mudança foi alvo de críticas do conselheiro e advogado Marcelo Gasparino, que chegou a enviar uma consulta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) questionando as regras propostas. Para Gasparino, a alteração garantiria que somente aqueles candidatos que foram ungidos pelo conselho de administração teriam poderes para fazer prevalecer suas posições.

Os acionistas da Eletrobras também aprovaram a redução do número mínimo de membros independentes para cinco; até então, eram seis cadeiras. Segundo a administração, o novo patamar se mantém enquadrado nas orientações e melhores práticas de governança e se adequa "com mais razoabilidade às necessidades da companhia à luz dos critérios mais rigorosos sobre independência". ● D.L. e L.C.

Eufrázio

HSR
Specialist Researchers

Mais do que IA.
Uma nova rede de pensamento.

Na HSR, a **inteligência artificial se tornou parte do DNA** da nossa operação, como uma rede de sinapses, ampliando nossa capacidade analítica e criativa.

É a **união da mente humana com o poder da IA** — para entregar insights mais rápidos, relevantes e transformadores.

Viva o futuro da pesquisa com a HSR.

Siga nas redes sociais:
@hsr.specialistresearchers

Fale com um especialista:
myspecialist@hsr.com.vc

EVO
LUÇÃO

Eufrázio

MATHEUS PIOVESANA E CIRCE BONATELLI
GABRIEL BALDOCCHI (edição)

X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Andbank vende corretora à plataforma Allfunds e atuará em parceria no Brasil

O Andbank, banco com origem em Andorra e que tem foco na gestão de patrimônio de clientes de altíssima renda, venderá a corretora que tem no Brasil para a Allfunds, empresa que fornece tecnologia relacionada à distribuição de investimentos por meio de acordos com instituições financeiras. A operação, de valor não revelado, marca a estreia da Allfunds no País. O primeiro cliente será o próprio banco, que dará o pontapé inicial na chamada codistribuição de investimentos, modelo muito comum no exterior. Através da Allfunds, o Andbank vai expandir a carteira de fundos que distribui. Os clientes e valores sob custódia seguirão com o banco, e a Allfunds receberá, além da licença, a plataforma de distribuição da corretora, a equipe, com cerca de 20 pessoas, e o acordo comercial.

Banco administra R$ 330 bi no mundo

O CEO do Andbank Brasil, Rodolfo Pousa, afirma que a transação vai permitir que o banco se concentre na curadoria de investimentos para os clientes, uma vez que os produtos virão através da Allfunds. Globalmente, o Andbank gere o equivalente a R$ 330 bilhões em patrimônio de clientes.

Negócio de fundos soma R$ 5 bi

A operação brasileira de distribuição de fundos, que está envolvida na operação, soma cerca de R$ 5 bilhões. Neste ano, a captação líquida no Brasil já soma R$ 3,9 bilhões. Pousa considera que o Andbank encontrou "a fórmula certa". O banco está no Brasil desde 2007 e, no ano passado, contratou 37 pessoas no País.

● **CONSOLIDAÇÃO.** Nos últimos anos, muitos nomes internacionais deixaram a gestão de patrimônio no chamado *private banking* no País por não terem conseguido atingir escala suficiente. O exemplo mais recente foi o do banco suíço Julius Baer, que este ano anunciou a venda de sua operação local para o BTG Pactual. Outro grande banco brasileiro que tem consolidado o segmento é o Bradesco, que ficou com as carteiras do norte-americano JPMorgan e do francês BNP Paribas neste segmento.

● **CONCORRIDO.** A venda da operação brasileira do Julius Baer foi finalizada em março deste ano. O negócio atraiu o interesse de quase todas as gestoras e bancos que operam com gestão de fortunas. O BTG Pactual pagou R$ 600 milhões pela unidade local do banco suíço e, com isso, acrescentou cerca de R$ 60 bilhões em patrimônio desse público de altíssima renda, o mais disputado pelos bancos no mercado, por ter mais recursos para aplicar, no Brasil e no exterior.

CODISTRIBUIÇÃO

ANDBANK / DIVULGAÇÃO



Sede do Andbank, em Andorra, território entre a França e a Espanha; banco vai trazer nova forma de distribuição de investimentos ao País

● **PESQUISA.** A Claro, a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) firmaram uma parceria para investir R$ 40 milhões nos próximos cinco anos para a criação de um centro de pesquisa para o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) generativa combinada com a internet de quinta geração (5G). A parceria, antecipada para a *Coluna*, será anunciada oficialmente hoje no Web Summit Rio.

● **BONDE DA PESQUISA.** Os recursos serão usados para a implantação de um laboratório na Cidade Universitária, na capital paulista, que reunirá cerca de 100 pesquisadores e estudantes dedicados a 40 projetos nas áreas de indústria, agronegócios e automação das cidades.

● **TRAÇÃO.** A evolução da inteligência artificial generativa – aquela em que a máquina é capaz de "aprender" e dar respostas a perguntas complexas – tende a ganhar mais tração daqui para frente graças à difusão da internet 5G, que permite um tráfego de dados maior e mais rápido.

● **NOVAS POSSIBILIDADES.** Por isso, as operadoras de internet têm dedicado maior atenção ao tema. "Como operadora, temos acesso a tecnologias com um potencial imenso, mas que ainda não foi explorado em sua totalidade", diz o professor universitário e diretor do núcleo de inovação da Claro, Rodrigo Assad. "A conexão com a pesquisa acadêmica é fundamental para desbloquear a capacidade das tecnologias emergentes."

● **PESQUISA E PRÁTICA.** Claro, USP e Fapesp pretendem lançar pesquisas avançadas o suficiente para competir no circuito internacional de produção de conhecimento, inclusive servindo de base para novos produtos e serviços comerciais em escala global.

● **OPORTUNIDADE.** "O novo centro cria oportunidades significativas de pesquisa e desenvolvimento de aplicações inovadoras em sistemas inteligentes, integrando técnicas de IA generativa em redes avançadas sem fio", aponta Eduardo Zancul, professor da Escola Politécnica da USP e diretor do Centro de Pesquisa.

SOBE

Confiança do comércio sobe após quatro meses de queda

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 6/10/2023



O Índice de Confiança do Comércio cresceu 4,4 pontos de março para abril, para 87,5 pontos, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). O avanço recupera quase metade da perda acumulada nos quatro meses anteriores de recuos. "O resultado foi influenciado pela melhora das expectativas, disseminada entre as atividades, e indica uma calibragem no pessimismo no setor", disse Rodolpho Tobler, economista do Ibre/FGV.

DESCE

Índice do setor de serviços recua 2,5 pontos em março

FOTO TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 26/11/2022



O Índice de Confiança de Serviços recuou 2,5 pontos na passagem de março para abril, para 90,4 pontos, menor nível desde maio de 2021, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). "Após um resultado positivo no mês passado, a confiança de serviços volta a recuar em abril, influenciada, principalmente, pela piora nas expectativas futuras do setor que recuaram com maior intensidade", afirmou Stéfano Pacini, economista do Ibre/FGV.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 135.092,99 PTS. | Dia 0,06% | Mês 3,71% | Ano 12,31%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
P.ACUCAR-CBDON NM	4,60	8,24	20.656
COGNA ON ON ED	2,57	4,33	17.791
PETRORIO ON NM	34,66	2,51	35.674

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

AZUL PN N2	1,75	-10,26	62.999
MRV ON NM	5,80	-4,29	14.565
GRUPO NATURAON	9,55	-3,92	12.785

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

26/4 a 26/5	0,1489	0,9530	0,6476	0,5000
27/4 a 27/5	0,1883	1,0035	0,6701	0,5000
28/4 a 28/5	0,1712	1,0540	0,6721	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	40.527,62	0,75	-3,51	-4,74
FRANKFURT - DAX	22.425,83	0,69	1,18	12,64
LONDRES - FTSE	8.463,46	0,55	-1,39	3,55
TÓQUIO - NIKKEI	35.839,99	0,38	0,62	-10,16

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,41	3.375,61
	15/8/2040	7,33	1.532,05
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,58	4.173,51
PREFIXADO	1º/1/2028	13,55	712,58
	1º/1/2032	14,08	417,05
SELIC	1º/3/2028	0,08	16.434,16

(*) TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Março	Abril	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,51	-	2,00	5,20
IGP-M (FGV)	-0,34	0,24	1,23	8,50
IGP-DI (FGV)	-0,50	-	0,88	8,37
IPC (FIPE)	0,62	-	1,37	4,89
IPCA (IBGE)	0,56	-	2,04	5,48
CUB (Sinduscon)	0,12	-	2,26	6,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,22	-	1,02	6,45

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0850	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)
Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

VENCIMENTO 15/05. O PERCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	14,45	0,14	2,05	17,19
CDI	14,15	0,00	0,00	16,46

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/25	17,02	44.407	17,44	17,30	-1,20
CAFÉ NY*	JUL/25	388,80	73.301	386,70	408,80	-2,50
SOJA CBOT**	MAI/25	10,41	20.097	10,34	10,52	1,05
MILHO CBOT**	JUL/25	4,70	686.553	4,69	4,85	-3,09

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	129,22	-0,65	3,02
BOI Cepea/esalq, R$/@	319,90	-4,00	39,33
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	80,37	-0,12	38,31
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.865,07	7,00	100,62

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,6306	-0,31	-1,31	-8,89
DÓLAR TURISMO	5,8080	-0,56	-1,96	-9,28
EURO	6,4090	-0,18	3,49	0,40
OURO US$/ONÇA-TROY	3308,40	N/A	5,45	30,28
WTI US$/BARRIL	60,0300	-2,56	-15,52	-16,10
BRENT US$/BARRIL	63,0300	-1,49	-15,60	-15,73

	US$ 1/NY	Euro/ 1 Europa	Libra/ 1 Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,1385	1,3408	0,1770
EURO	0,8781	1,0000	1,1776	0,1562
FRANCO SUÍÇO	0,8254	0,9381	1,1047	0,1465
LIBRA ESTERLINA	0,7460	0,8492	1,0000	0,1326
IENE	142,3100	162,0980	190,8000	25,2700

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: BC

Metalurgia Perspectivas

Gerdau vê menos investimento com guerra comercial e aço estrangeiro

Empresa se queixa de regra que permite a entrada do produto de outros países, que hoje abastece 22% do mercado nacional

TALITA NASCIMENTO

A Gerdau sinalizou ao mercado que deve reduzir investimentos a partir de 2026 em razão da guerra comercial e a insatisfação do setor siderúrgico com a atual política nacional de importação de aço. O chamado capex (plano de despesas no longo prazo) da companhia aprovado para 2025 é de R$ 6 bilhões.

Em conferência com analistas de mercado, o CEO da Gerdau, Gustavo Werneck, disse ontem que a empresa teria condições de manter o mesmo patamar de investimentos nos próximos anos, mas provavelmente vai desembolsar menos recursos.

Um dos motivos, disse ele, é que a empresa desistiu de um novo investimento no México para a produção de aços especiais. A outra razão, mais enfatizada pela Gerdau, é a "dificuldade de o governo brasileiro estabelecer mecanismos de defesa comercial".

Mais cedo, ele afirmou a jornalistas que a empresa mantém conversas com o governo federal e espera que sejam tomadas novas medidas contra o aço importado. Segundo o CEO da Gerdau, o atual sistema de cotas e tarifas não impediu que as importações chegassem a 22% do consumo de aço no País no primeiro trimestre de 2025.

Ao falar sobre as medidas que avalia como necessárias, o executivo disse que o governo precisaria começar a "tampar buracos no muro". O primeiro, afirmou Werneck, é a permissão para a entrada de importados pelas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) de Manaus. Na sequência, ele citou o acordo de comércio entre o Mercosul e o Egito, que também tem motivado mais importações. Por fim, ele falou do abatimento de ICMS de Santa Catarina que, a seu ver, neutraliza a tarifa de 25% para as importações que superam a cota permitida pelo sistema atual.



> ***"Esse tema das tarifas deve trazer uma transformação mais profunda no setor automotivo, do ponto de vista de fluxos de fornecimento"***
> **Gustavo Werneck, CEO da Gerdau**

O CEO da Gerdau disse ainda que, após essas iniciativas, o Brasil tem de "subir o muro", com uma tarifa para todo o aço importado a partir de um limite histórico de 10% ou 11% de participação nas vendas do País. Ele entende ainda que a política de julgamento de dumping no Brasil deveria ser mais célere e que novas fábricas de carros elétricos deveriam ser acompanhadas de planos de desenvolvimento de parques de fornecimento locais. "Não estão surgindo fábricas de carros elétricos no Brasil. São peças prontas", afirma Werneck, dizendo que boa parte dessas peças é importada da China.

Na mesma tarde, a Gerdau anunciou que decidiu cancelar seu estudo de investimento em uma nova fábrica de aços especiais no México. Werneck afirmou que o movimento de aplicação de tarifas de importação nos Estados Unidos deve trazer mudanças estruturais no mercado automotivo, que têm impacto na produção desse tipo de material no mercado mexicano.

"Nunca tomamos decisão de investimento baseada em governos. No entanto, esse tema das tarifas deve trazer uma transformação mais profunda no setor automotivo, do ponto de vista de fluxos de fornecimento. Vai haver uma reorganização. É cedo para entendermos. Nossa decisão passa pela incerteza de como se configurará a cadeia global automotiva", afirmou Werneck.

A estimativa de mercado era de um investimento de US$ 600 milhões.

NÚMEROS. Os números do primeiro trimestre de 2025 da companhia foram, em geral, melhores do que o esperado pelo mercado.

A Gerdau reportou lucro líquido de R$ 756 milhões no primeiro trimestre de 2025, uma queda de 39,4% em relação ao mesmo período de 2024. O Ebitda (lucro operacional antes de descontos de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R$ 2,397 bilhões, um recuo de 14,7% na comparação anual.

A receita líquida, por sua vez, somou R$ 17,375 bilhões, alta de 7,2% ante o primeiro trimestre de 2024. ●

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

JABAQUARA



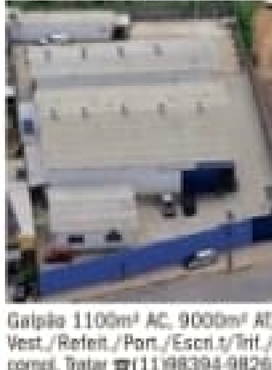
Vendo imóvel coml., 2500m² á.c. R:Cambuis 326. Ao lado do Assaí. Direto c/ Propr. (11)99953-6202

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

ITAPECERICA DA SERRA



Galpão 1100m² AC, 9000m² AT, Vest./Refeit./Port./Escri.t/Trif./compl. Tratar ☎(11)98394-9826

Classificados ESTADÃO (11) 3855-2001

LITORAL

Vendem-se

APARTAMENTOS

GJÁ PITANGUEIRAS

R$800.000 209m².1 p/and, 4ds. 1ste, 3 banh, Fte praia/shopp., 8° and., sacada. Vista mar de qualquer depend. (19)98181-5111

Vendem-se

CASAS

CAMBURI

Casa Cond. Fechado, 160m² á.c. 3 suítes, 3 vagas gar., mobiliada, piscina, playground, 300mts da praia. (11)99999-8877 c/propr.

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

RIBEIRÃO PRETO

Vendo Lindas fazendas, cana,soja, gado,sítio,chac,casas,apt,cond. fech A. Padrão. Creci 25375 ☎(16) 3635-6075/(16)99993-4561

OPORTUNIDADES

LEILÕES

PRÉDIO ADMINISTRATIVO 6.121M², RIO DE JANEIRO/RJ

R. Duquesa de Bragança, 100, Grajaú. Inicial R$ 50.400.000,00. www.carloferrarileiloes.com.br ☎0800-707-9272 Lei. Of. Carlo Ferrari JUCERJA 316/2023

COMUNICADOS

EXTRAVIO DE DIPLOMA

Eu Vanessa Regina Saraiva do Nascimento Quissack, portadora do RG 48966906-X, CPF 430603638-XX, declaro extravio, perda ou roubo do meu diploma de graduação do curso de bacharelado em Psicologia da Universidade de Marília - UNIMAR

RELAX / ACOMPANHANTES

CASA DAS 7 MULHERES

C/acessórios. Em Moema. R$170 ☎(11)5051-3128/ 98340-6989

EMPREGOS

REPRESENTANTE COML

Exp. vendas de prods. descartáveis p/festa em papelão ondulado. Tr.José Carlos (11)2412-8306

@eseulance.com

LEILÕES "ON-LINE" E "PRESENCIAIS" - CADASTRE-SE!

TRATOR FORD • VEÍCULOS LEVES • MÁQS. OPERATRIZES • ROBÔS INDUSTRIAIS • PORTA PALETES • MÁQS. SOLDA • TRANSFORMADOR • GRUPO GERADOR • LINHAS DE EXTRUSÃO • ESTUFAS • TALHAS • COMPRESSORES DE AR • FERRAMENTAS • MOBILIÁRIO • DIVERSOS.

FEB Robotics & AUTOMATION

DATA: 06/05/2025
3ª FEIRA - 14:00H

DESATIVAÇÃO TOTAL DA EMPRESA:
03 Robôs Industriais • Ford Ka 1.5 SD • Máqs. Operatrizes (Fresadora/ Serras/ Torno/ Furadeira, Etc.) • Braço de Medição • Pórtico • Transpaleteira Hidr. - 03 Bancadas • Barras e Tarugos AC • Máq. Solda MIG • Compressor de Ar • Prateleiras Metálicas • Ferramentas Industriais • Mobiliário • Diversos.

METALTORK

DATA: 07/05/2025
4ª FEIRA - 11:00H

04 Laminadoras Manuais: 03 Cavour e 01 Cheng • Laminadora de Rosca Aut • Rosqueadeira Aut. • Estruturas Porta Paletes (Aprox. 32 Pés Direitos e 635 Longarinas) • 03 Panelas Alimentadoras • Equipto. p/Seleção de Trincas.

ADM

DATA: 09/05/2025
6ª FEIRA - 11:00H

02 Linhas de Extrusão de Alimentos • Trator Ford 6610 • Veículos Leves • Equiptos. de Laboratório (Espectrômetros/ Cromatógrafo/ Agitadores/ Estufas/ Deionizadores, Etc.) • Linha Produção de Álcool em Gel • Grupo Gerador 260KVA • Sugador de Grãos • Tanques • Compressores • Envasadora • Almoxarifado • Diversos.

PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 678



Pensou em anunciar, pensou Estadão

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp

Segunda a Sábado:
8h às 20h
Domingo e feriados:
14h às 20h

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE





Amanda Graciano @amandagraciano.com

O que ver antes dos outros

O ano de 2025 nos lembra, todos os dias, que o mundo dos negócios não vive em uma bolha. A geopolítica, muitas vezes tratada como um tema distante da rotina corporativa, atravessou a porta da frente das empresas e passou a influenciar decisões que vão do planejamento estratégico ao operacional.

A guerra comercial deflagrada pelos Estados Unidos, impondo tarifas universais, é apenas um dos exemplos mais visíveis. Mas os efeitos já se espalham em ondas silenciosas: cadeias de suprimento redesenhadas, parcerias comerciais questionadas, novas vulnerabilidades emergindo em setores que antes pareciam sólidos.

Brasil e Chile, diante desse cenário, se movem com cautela. Tentam diversificar suas alianças comerciais, evitando a dependência de uma única potência, mas sabem que cada decisão traz novos riscos e novas apostas. Num tabuleiro que muda rapidamente, quem hesita perde espaço.

O Barômetro C-Suite 2025, da Forvis Mazars, revela uma tensão palpável: 93% dos executivos C-level ainda mantêm uma perspectiva de crescimento, mas a maioria reconhece que a instabilidade política e econômica internacional é, hoje, um dos maiores riscos para os negócios. Não basta mais dominar tecnologia, ESG ou inovação. A capacidade de ler o mundo em transformação virou peça-chave para quem deseja se manter relevante.

> ***Adaptar-se a mudanças já não é diferencial; é condição básica para sobreviver***

E o Brasil, mais uma vez, tem um papel estratégico. A presidência rotativa do Brics em 2025 não é apenas uma posição diplomática. Ela abre portas para negociações que tentam reduzir a dependência do dólar e fortalecer o comércio em moedas locais. Um movimento que muda as regras do jogo para exportadores, indústrias, startups e multinacionais instaladas por aqui.

Para as empresas, a pergunta inevitável é: estamos olhando para o cenário completo ou seguimos presos à lógica do curto prazo? Negócios resilientes se antecipam. Eles mapeiam fornecedores alternativos, criam redes de apoio regionais, investem em análise de risco geopolítico e, sobretudo, mantêm a flexibilidade como um valor estratégico.

Adaptar-se a mudanças já não é diferencial; é condição básica para sobreviver. O diferencial está em antecipar, em criar planos de ação antes que a necessidade grite.

Num mundo em ebulição, a velocidade de resposta é tão importante quanto a direção para onde se corre. E talvez a pergunta mais poderosa para 2025 seja essa: o que sua empresa já está vendo e o que ela ainda não enxerga? No fim do dia, o futuro pertence a quem se antecipa. E o tempo dos observadores já passou. ●

CONSELHEIRA DO PACTO GLOBAL DA ONU E MANAGING PARTNER NO EXPERIENCE CLUB

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**, Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tecnologia Internet rápida

Amazon lança satélites e entra de vez em mercado dominado pela Starlink

Gigante do varejo envia 27 equipamentos para o espaço e projeta outros 3,2 mil para prestar serviço de banda larga

CABO CANAVERAL (EUA)

O primeiro lote de satélites de internet da Amazon entrou em órbita na segunda-feira, marcando a entrada da companhia de Jeff Bezos em um mercado de internet de banda larga dominado pela Starlink, da SpaceX, de Elon Musk. O foguete Atlas V, da United Launch Alliance, transportou 27 equipamentos do Projeto Kuiper, nomeado em homenagem às franjas geladas do Sistema Solar além de Netuno. Uma vez lançados em órbita, os satélites atingirão uma altitude de quase 630 quilômetros.

Dois satélites de teste haviam sido lançados em 2023, também por um Atlas V. Os responsáveis pelo projeto afirmaram que foram feitas significativas atualizações na versão mais recente.

Os equipamentos mais recentes são revestidos com uma película espelhada projetada para dispersar a luz solar refletida, o que ajuda a tornar os instrumentos menos visíveis para os astrônomos na Terra – e, assim, evitar conflito com os pesquisadores.

Os observadores de estrelas se opõem às constelações de satélites de órbita baixa em rápido crescimento, argumentando que elas prejudicam as observações. Outros temem mais colisões.

Fundada por Bezos, que agora dirige sua própria empresa de foguetes, a Blue Origin, a Amazon pretende colocar mais de 3,2 mil desses satélites em órbita para fornecer serviço de banda larga rápida e acessível em todo o mundo.

Já a SpaceX lançou mais de 8 mil Starlinks desde 2019. A empresa comemorou seu 250.º lançamento na noite de domingo. Mais de 7 mil Starlinks ainda estão em órbita a mais de 550 quilômetros acima da Terra.

No Brasil, no início do mês, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou o pedido da Starlink para lançar mais 7,5 mil satélites na órbita do País.

A empresa de Musk já tinha 4,4 mil satélites em operação no Brasil e, agora, chegará a 11,9 mil unidades, o que deve reforçar a sua liderança no segmento de internet rápida por satélites.

A constelação OneWeb, sediada na Europa, conta com centenas de satélites em uma órbita ainda mais alta. A Amazon já adquiriu dezenas de lançamentos de foguetes da United Launch Alliance e da Blue Origin para o Projeto Kuiper, entre outros. "Há coisas que você só aprende em voo", apesar dos extensos testes em solo, disse Rajeev Badyal, vice-presidente do projeto.

"Não importa como a missão se desenrole, esse é apenas o começo da nossa jornada", disse ele, em um comunicado antes da decolagem.

A primeira tentativa de decolagem, no início deste mês, havia sido cancelada devido ao mau tempo. Demorou até agora para garantir outro lugar na fila de lançamentos na Estação da Força Espacial do Cabo Canaveral. ● AP

Conexão

3,2 mil é a quantidade de satélites que a Amazon prometeu lançar para oferecer serviço de banda larga

8 mil é o total de satélites da Starlink lançados desde 2019

SpaceX, de Elon Musk, agora oferece banda larga com antena portátil

ALICE LABATE

A Starlink, serviço de internet via satélite da SpaceX, iniciou nesta semana a venda de uma antena portátil (a Starlink Mini) no Brasil. Com preço de R$ 1,8 mil, o equipamento é destinado a quem precisa de conexão em trânsito, e vem acompanhado de planos a partir de R$ 315 mensais. O anúncio da chegada do produto ao mercado brasileiro foi feito na semana passada, poucos dias após aval da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Apresentada em junho de 2024, a Starlink Mini foi desenvolvida para ser uma solução móvel de internet de alta velocidade. Do tamanho aproximado de um notebook, a antena pesa 1,53 kg (sem o kit completo) e é projetada para caber facilmente em uma mochila, o que facilita seu transporte em viagens ou atividades ao ar livre. O dispositivo promete velocidades de conexão de até 280 Mbps, e a antena também funciona como roteador.

PLANOS. Para utilizar a Starlink Mini, é necessário assinar um dos planos oferecidos pela empresa. A opção mais barata custa R$ 315 mensais e inclui 50 GB de franquia de dados, indicada para usuários individuais ou viagens esporádicas. Caso a franquia termine, é possível adquirir pacotes adicionais.

A Starlink também oferece um plano ilimitado por R$ 576 mensais, voltado para quem utiliza a internet com mais frequência em motorhomes ou acampamentos. Ambos os planos permitem o uso em movimento, em velocidades de até 160 km/h, e a cobertura é válida em todo o território nacional e em águas internacionais.

O serviço permite ainda o uso da antena em viagens internacionais, com limite de dois meses por deslocamento. Outra funcionalidade é a possibilidade de pausar e retomar o plano de acordo com a necessidade do usuário.

Em comparação com a antena residencial da Starlink, o modelo portátil é mais acessível: enquanto o equipamento fixo custa R$ 2,4 mil, a Mini sai por R$ 1.799. No entanto, os planos da versão doméstica são mais baratos, com mensalidade de R$ 236 e dados ilimitados. ●

REPRODUÇÃO/STARLINK



Starlink oferece antena portátil para consumidores brasileiros

C6 E C7 **A fundo**



Cientistas desenham o mapa para procurar vida extraterrestre

CULTURA & COMPORTAMENTO C2

QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO



Televisão

Com swing

Tony Ramos vive seu 149º papel em 'Dona de Mim', com Duke Ellington como trilha de fundo



MANOELLA MELLO/TV GLOBO

DANILO CASALETTI

Abel, que Tony Ramos interpreta em *Dona de Mim*, novela de Rosane Svartman que estreou na segunda, 28, no horário das sete da noite, se soma a outros 148 personagens que o ator já viveu ao longo de 61 anos de carreira, quase 50 deles na TV Globo. O ator lamenta não poder contabilizar os que fez nos teleteatros ao vivo da TV Tupi, nos anos 1960.

Na história, Abel é um próspero empresário, dono de uma fábrica de lingerie e apaixonado por poesia, à qual recorre para tentar entender o mundo ao seu redor. "Ele acha que a poesia é a grande companheira dos vazios e silêncios. Ele tem alguns tufões girando em sua cabeça.", diz Ramos ao **Estadão**.

Abel é pai de quatro filhos: Samuel (Juan Paiva), Davi (Rafa Vitti) e Ayla (Bel Lima), frutos do seu primeiro casamento, e Sofia (Elis Cabral), registrada como filha após a cobrança de uma dívida de vida que ele tem com Ellen (Camila Pitanga). A menina é criada com o auxílio de sua segunda mulher, Filipa (Claudia Abreu), e Leona (Clara Moneke).

Contra Abel está o irmão, Jacques (Marcello Novaes), que quer vender a tradicional empresa para aplicar o dinheiro no mercado da capitais. A mãe, Rosa (Suely Franco), fica no meio disso tudo.

Tony Ramos se preparou para interpretar Abel como se aprontou para todos os personagens que já caíram em suas mãos: em seu escritório instalado em casa, estudando e decorando o texto ao som de Duke Ellington, um dos maiores nomes do jazz de todos os tempos.

O ator certamente sabe a principal lição de seu ídolo: "Não significa nada se não tiver aquele swing" (*It Don't Mean a Thing if It Ain't Got That Swing*) é uma das canções mais famosas de Ellington. O swing, no caso da atuação, para Tony, também está em se encantar e trocar com antigos e novos colegas. E Tony sabe de tudo, sobre todos. Sabe, por exemplo, com qual peça Suely Franco está em cartaz atualmente. Viu, no passado, Rafael Vitti viver o mágico Davi em *Além da Ilusão*. "Fazia lindamente", diz.

O experiente ator admira-se com a dedicação de Juan Paiva. "No set, ele está sibilando frases da cena seguinte, em silêncio. Eu brinco com ele: 'Está rezando meu filho? Vamos passar a cena juntos'", conta. Elogia ainda o diretor-geral Allan Fiterman. "Ele exerce uma doce liderança." ●

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ATOR, SUA CARREIRA E SEUS PLANOS NA PÁGINA C3

Streaming *Estreia*

Um documentário sobre animais e seus humanos de estimação



DISNEY+

Filme desperta interesse pelo bem-estar dos bichos

Com direção da atriz Bryce Dallas Howard, filme é dedicado às crianças e reflete sobre cuidados em relação aos bichinhos

ALISSA WILKINSON
THE NEW YORK TIMES

A maioria dos documentários não é voltada para as crianças. O mundo do cinema parece achar que elas só se interessam por filmes de animação sobre pets falantes. E, se o documentário é para a família toda, há uma boa chance de que gire em torno dos mistérios da natureza e da vida selvagem.

Mas *Bichinhos de Estimação* (disponível no Disney+) reelabora tudo isso: é um documentário sobre os animais de estimação e seus humanos, voltado para as crianças e, em grande medida, estrelado por elas.

Com direção da também atriz Bryce Dallas Howard (da franquia *Jurassic World*) é um filme doce, que celebra os animais que amamos e parece ter também um segundo propósito: convencer os espectadores a apoiar e até mesmo a ter um amor pelo resgate de animais.

Howard consegue isso adotando uma abordagem segmentada. Crianças adoráveis falam sobre seus pets em entrevistas no estúdio – seus nomes, suas características, as maneiras como parecem entender as emoções das crianças. Essas entrevistas são intercaladas com vídeos caseiros, quase sempre na vertical, como você costuma ver nos feeds de redes sociais: cachorros fazendo acrobacias, gatos sendo gatos, porcos passeando por aí e assim por diante.

Depois, vem uma série de minidocumentários sobre pessoas que trabalham com animais, especialmente os resgatados ou traumatizados. Entre elas estão Sterling "TrapKing" Davis, rapper que é um contagiante entusiasta de gatos; Rodney Stotts, mestre falcoeiro que dedica seu trabalho tanto aos pássaros quanto às crianças da comunidade; e Shinobu Takahashi, que administra o abrigo Dog Duca em Nagoya, Japão.

FOCO. Não acho que alguém propenso a assistir a *Bichinhos de Estimação* precise ser convencido de que os animais são legais e de que deveríamos gostar deles. Mas é encantador esse foco em resgatar aqueles que, por qualquer motivo, estão em perigo. E – palmas para Howard – o tema se integra perfeitamente à celebração da vida junto aos animais, o que certamente vai plantar uma semente de interesse nos espectadores mais jovens.

O que me impressionou no filme foi uma influência que eu não costumava considerar ao assistir a documentários. A estrutura segmentada e o estilo variado de *Bichinhos de Estimação* me pareciam familiares e, mais ou menos na metade do filme, percebi que estava pensando em *Vila Sésamo*, que marcou a infância de muitas gerações.

Proposta
Não é só entretenimento: produção faz pensar em temas como resgate e adoção de pets

Essa série também tem um estilo particular e uma estrutura variada, fragmentada por diferentes tipos de produção cinematográfica: entrevistas com crianças, clipes divertidos de crianças na rua e documentários curtos sobre coisas comuns que, mesmo assim, são fascinantes, como fábricas que produzem giz de cera ou saxofones.

As crianças se interessam pelo mundo real ao seu redor e querem saber como as coisas funcionam. Documentários são bons em alimentar essa curiosidade, em dar às crianças um vislumbre de mundos que elas não necessariamente conseguem acessar sozinhas. *Bichinhos de Estimação* foi criado para fazer com que a criança não apenas queira um bichinho de estimação, se ainda não tiver um, mas também queira encontrar um animal que precise de lar e amor. E, dessa forma, *Bichinhos de Estimação* oferece entretenimento e também algo para o público jovem pensar. ●

TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

A COLUNA DE ALICE FERRAZ É PUBLICADA ÀS TERÇAS, QUINTAS, SÁBADOS E DOMINGOS

ESTADÃO
EMPRESAS

Informação pode transformar o dia a dia de uma empresa

Adquira a assinatura do **Estadão Digital** para seus colaboradores e impulsione o seu negócio.



Consulte nossa equipe comercial!



Acesse o QR Code acima ou entre em contato:
WhatsApp: (11) 94511-0145
Tel.: (11) 3856-2532 | 3856-2524
E-mail: vendascorporativas@estadao.com

Televisão *Perfil*

‘É um novelão, graças a Deus’, diz Tony Ramos

Continuação da página C1

Ator defende gênero que o consagrou, lembra de trabalhos no cinema e prepara volta ao teatro com a peça ‘O Que Só Sabemos Juntos’



LEO ROSÁRIO/GLOBO

Como Abel, cercado de sua imensa família em ‘Dona de Mim’; estímulo está no bom texto

Tony Ramos já ouviu a pergunta mesmo de seus colegas de profissão: “Mas você vai fazer mais uma novela?”. “Eu gosto de obras abertas! São desafiadoras. E, ao mesmo tempo, estimulantes. O estímulo está no bom texto, em uma proposta diferenciada”, explica Tony, dizendo ter encontrado no texto de Rosane Svartman, com quem trabalha pela primeira vez, esse impulso para encarar mais um personagem.

Dona de Mim é uma novelão em sua essência, como gosta Tony. “Graças a Deus! A Rosane nunca fez olhares blasé para o novelão. Minha gente, quando muitos batem palmas para a série do momento, lembrem-se das palavras deste velho aqui: Cuidado! Isso (as séries) é novela também!”, reage Tony, com bom humor.

Nesse ponto, Tony recorre à dramaturga Janete Clair (1925-1983), que lhe deu grandes personagens da TV, entre eles, Márcio, de *O Astro* (1977), para explicar o que novelas – e séries – precisam ter obrigatoriamente para atrair o público: o triângulo amor, paixão e suspense.

> ***“Dostoievski escreveu ‘Os Irmãos Karamazov’ no formato folhetim, em jornal, para, no domingo, alguém comprar e acompanhar a historinha dele”***

“Você vai buscar em *Família Soprano*. O que será que vai acontecer agora? Tony Soprano vai fazer sessão de análise, por que será? Ele vai se humanizar? São perguntas novelísticas, folhetinescas. Ninguém foge disso em lugar nenhum. Nas novelas, toda vez que você envereda por um caminho não novelístico, você fere o produto e fere a relação com espectador. Ele é soberano”, analisa o ator.

Tony vai além para defender o produto que o consagrou perante o grande público, embora tenha trabalhos importantes no teatro e cinema, entre eles, *O Pagador de Promessas* (1979) e *Getúlio* (2014), respectivamente.

“Negar isso (a importância da telenovela) seria, no mínimo, desonestidade. Aquela coisa de que ‘oh, a novela é ópio do povo’ é um discurso velho, bobo, rançoso e absolutamente preconceituoso. Dostoievski escreveu *Os Irmãos Karamazov* no formato folhetim, em jornal, para, no domingo, alguém comprar e acompanhar a historinha dele. Tanto que ele percebeu a maravilha que era e a transformou em um romance”, afirma.

“Eu exerço meu ofício com um respeito muito grande por mim, em primeiro lugar. Quero sair de casa e olhar para o espelho e para os meus companheiros com os olhos brilhando. Eu não cortejo ninguém, nem críticas. Eu cortejo o espectador. É para ele que eu trabalho”, reafirmar o ator.

SEM REDE. O contato com o público Tony prefere estabelecer da forma mais direta possível. Nas ruas, no olho no olho, como ele descreve, retribui a audiência que tem no veículo que considera o mais democrático para as artes. Por isso, é avesso às redes socais. Não tem nenhuma. Nem pretende ter. Tem a resposta na ponta da língua quando alguém recomenda que ele o faça. “Ué, mas sou obrigado a ter para ter carteirinha de que sou artista?”

Tony, aos 76 anos, conta que o primeiro contato com o público, na rua, se dá, muitas vezes, antes mesmo do reconhecimento visual. É pela voz. Ocorre, como ele conta, quando embarca em um táxi, chegando ao Rio ou a São Paulo. Ou quando entra em um elevador, acompanhado por sua companheira de 56 anos, Lidiane, a quem ele cita diversas vezes na entrevista. “Se ela estivesse aqui (no escritório), ia mostrá-la. Ela, certamente, ia me xingar”, ri Tony.

Talvez, por isso, a TV Globo o tenha escolhido para ser a voz das comemorações de 60 anos da emissora, neste mês de abril. Foi Tony quem narrou os anúncios dos programas especiais que foram ao ar até o dia 28 de abril, data de fundação da Globo.

“É uma homenagem a mim e, por tabela, a outros colegas que têm até mais tempo do que eu na emissora, como Susana Vieira e Ary Fontoura, e também a outros que não estão no momento na empresa, mas que podem estar futuramente”, diz Tony. “Foi um surpresa, claro, mas sem pompa. Porém, não serei hipócrita nem bobinho: a minha voz tem um característica já muito conhecida de milhões de pessoas.”

Tony também foi o ator escolhido para, em uma participação especial na novela *Garota do Momento*, interpretar o empresário Roberto Marinho (1904-2003), o fundador da TV Globo. Ele repetiu o mesmo papel no show que marcará a data.

O ator conta que conheceu Marinho, embora não tivesse uma intimidade cotidiana com ele. Esteve na mansão do empresário, no Cosme Velho, por duas ou três vezes em jantares. Disse ter visto, nessa ocasiões, funcionários de diferentes escalões da emissora entre os convidados.

Lembra-se ainda de um episódio em especial, esse, na emissora. “Estávamos eu e um técnico de áudio para entrar no elevador e vimos que o doutor Roberto estava chegando para pegar aquele elevador, que ele sempre pegava. Nós, naturalmente, saímos. Nunca mais vou me esquecer. Ele disse: ‘Que isso! O elevador é de todos nós!’. Se você conversar com técnicos da emissora dos anos 1970, 1980, eles vão confirmar isso. ‘Bom dia, companheiros’ era a frase do doutor Roberto.”

PALCO. Tony vai conciliar as gravações de *Dona de Mim* e outros compromissos com uma nova temporada da peça *O Que Só Sabemos Juntos*, que apresenta ao lado de Denise Fraga, com direção de Luiz Villaça, a partir de 9 de maio, no Teatro Tuca.

“Tudo na vida é foco. As horas que eu tenho para descansar, eu as aproveito muito bem. O texto (da peça) é contundente, lindo. Me realimenta. E a realimentação teatral é boa para a novela, para a televisão”, justifica Tony, para encarar o ritmo puxado de gravações e apresentações no palco.

Foi quando fazia *O Que Só Sabemos Juntos*, em maio de 2024, que Tony passou por duas cirurgias de emergência na cabeça para corrigir um hematoma que estava pressionando seu cérebro. Ele ficou oito dias internado. Era a primeira peça do ator em mais de dez anos, desde que havia apresentado, com sucesso, *Novas Diretrizes em Tempos de Paz*, ao lado de Dan Stulbach.

> ***“Minha vida é o trabalho. É exagero? Não. Pretendo trabalhar até o Papai do céu dizer: ‘Companheiro, valeu! Agora, comece a diminuir o ritmo’”***

A reportagem pergunta a Tony se a vida mudou depois desse episódio. “Ah, mudou muito! Me deu mais fome, mais vontade de gravar, de terminar logo o filme (*A Lista*) que eu estava fazendo com a Lilia Cabral. Uma ansiedade de recuperar os 45 dias que fiquei em repouso, fazendo fisioterapia. Não mudou nada! (*risos*)”, diverte-se.

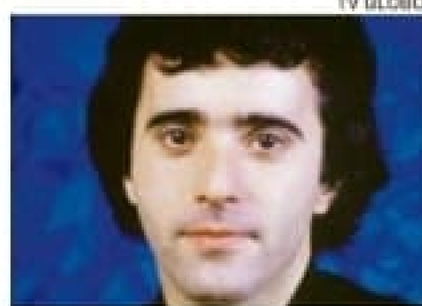
Contou com o apoio da família, depois de receber o sinal verde de seu cirurgião, Paulo Niemeyer Filho, para voltar às atividades normais. Inclusive do filho, o cirurgião cardiovascular Rodrigo. “Ele me disse: ‘Pai, toca tua vida’.” Lidiane, a companheira, fez o mesmo. “Teu pai sabe o que faz”, disse, para tirar qualquer insegurança que poderia pairar no ar.

“Minha vida é o trabalho. É exagero? Para mim, não. Pretendo trabalhar até o Papai do céu dizer: ‘Companheiro, valeu! Agora, comece a diminuir o ritmo’”, finaliza o ator. ● DANILO CASALETTI

Quatro momentos

Papéis marcantes na TV e na telona

TV GLOBO



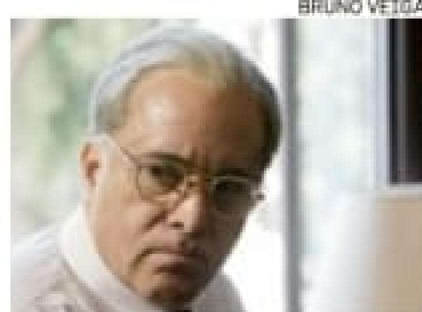
● **Pai Herói**
Um de seus primeiros papéis de grande destaque em novelas da Globo, em 1979

REDE GLOBO



Grande Sertão: Veredas
Em cena com Bruna Lombardi no seriado *Grande Sertão: Veredas*, de 1985

BRUNO VEIGA



● **Getúlio**
Como Getúlio Vargas no filme de 2014 do diretor João Jardim (Netflix)

FOX FILM DO BRASIL



● **Se Eu Fosse Você**
Parceria com Gloria Pires levou 3,6 milhões aos cinemas em 2016 (Prime Video)

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Brincar e ser alegres

Vênus ingressa em Áries em conjunção com Netuno

Queremos brincar e ser alegres, porque nos sentimos no direito de desfrutar enquanto respiramos entre o céu e a terra, cientes de que a vida é uma dádiva, mas não demora muito para começarmos a considerar que essa dádiva seja um fardo difícil de carregar, e de que deva haver algo errado conosco, que devamos ser um brinquedo quebrado que precisa de conserto, e aí passamos a nos dedicar a esse conserto para, com esperança, podermos voltar ao plano original.

Não conseguimos ser quem somos, não porque não o sejamos, mas porque investimos mais recursos em sustentar a ignorância de quem somos, porque nos fascina a escuridão, o que está quebrado, a melancolia de sermos criaturas abandonadas no infinito e, enquanto isso, a Vida de nossas vidas aguarda, paciente, que nos orientemos na direção certa. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Compartilhar é melhor do que acumular, porém, como há espalhadas por aí inúmeras pessoas que encostam no que as outras conseguem por próprio esforço, sua alma há de ser muito seletiva a respeito de com quem compartilhar.

TOURO 21-4 a 20-5
Para a inspiração ser clara, é preciso haver silêncio, e como o silêncio é raro de acontecer no mundo, sempre há alguém fazendo barulho, o que sua alma precisa é tomar distância e se isolar temporariamente. Aí sim.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Nos sentimos perdidos, não porque assim estejamos, mas porque pretendemos entender o Universo inteiro a partir da partícula que representamos nele, e a brincadeira funciona exatamente ao contrário. Investigue.

CÂNCER 21-6 a 21-7
É bom ter planos e estratégias bem montadas, porém, melhor ainda será se você se permitir mudar tudo de acordo às coincidências que acontecerem, e que apontarem rumos diferentes dos que foram planejados. Aí sim!

LEÃO 22-7 a 22-8
Sem ideais para a alma se apaixonar e se envolver, tudo o mais perde o sentido. Portanto, apesar de todos os perrengues e picuinhas que distraem, nunca perca de vista os ideais que fazem seu coração arder. Essa é a vida.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Evidentemente, nem todas as ideias se transformam em realidade, porque nossa humanidade é capaz de idealizar muito mais do que tem poder de realizar, isso é um fato, que não deve ser tratado como defeito de fábrica.

LIBRA 23-9 a 22-10
O que as outras pessoas vivem, não é algo que esteja desvinculado de suas experiências, portanto, estenda uma mão amiga e solidária para ajudar e facilitar o que estiver ao seu alcance. Isso não contaminará você.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
É nas questões simples e corriqueiras que sua alma encontrará regozijo e serenidade nesta parte do caminho. Em muitos momentos, a alma humana se perde por buscar longe o que, na verdade, está ao alcance de sua mão.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
A vida oferece orientações seguras, mas não na forma objetiva e clara com que nós gostaríamos que fosse. As orientações da vida são criptografadas em enigmas, para que nós utilizemos o intelecto para as decifrar.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Nos mesmos lugares de sempre, que por terem se tornado corriqueiros já nem chamam tanto a atenção, mas é nesses mesmos lugares de sempre que se escondem os tesouros que sua alma gostaria de descobrir. Investigue.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Tantas ideias novas e interessantes surgem ao mesmo tempo que a alma não sabe o que priorizar. Tome nota de tudo, essa é a verdadeira prioridade do momento, porque as boas ideias sem registro desaparecem sem rastros.

PEIXES 20-2 a 20-3
Continue sonhando alto, sem compromisso com a realidade imediata, porque mesmo que tudo pareça impossível e fora do alcance, a força dos sonhos não será em vão. Ao contrário, irá produzindo um vórtice de realização.

Literatura

ABL escolhe hoje o novo ocupante da cadeira 7, que foi de Cacá Diegues

Cristovam Buarque e Míriam Leitão estão entre os candidatos; eleição para vaga de Heloisa Teixeira será em maio

A Academia Brasileira de Letras (ABL) vai eleger hoje, 30, a partir das 16h, o novo ocupante para a cadeira 7, que era ocupada pelo cineasta Cacá Diegues, morto em fevereiro, aos 84 anos.

Ao todo, são 13 concorrentes, incluindo Míriam Leitão, Cristovam Buarque, Tom Farias e Marcia Camargos. O novo ocupante da cadeira deve ser revelado em 30 minutos.

A ABL divulgou também os nomes dos concorrentes às vagas que pertenceram aos imortais Heloisa Teixeira e Marcos Vilaça. Heloisa ocupava a cadeira 30 da Academia. Em abril de 2023, tomou posse como a 10.ª mulher eleita imortal. Escritora, crítica cultural e importante nome do feminismo brasileiro, ela morreu dia 28 de março, aos 85 anos.

O advogado, jornalista e escritor Marcos Vilaça morreu no dia seguinte, 29 de março, também aos 85 anos. Ele ocupava a cadeira 26 desde 1985. As eleições para as vagas dos acadêmicos serão nos dias 22 e 29 de maio, respectivamente.

CONCORRENTES. Disputam a vaga que pertenceu a Heloisa o poeta, professor e tradutor Paulo Henriques Britto, e o poeta e compositor Salgado Maranhão. Também estão inscritos Arlindo Miguel, Paulo RobertoCeratti, Spencer Hartmann Júnior e Eduardo Baccarin Costa.

Entre os inscritos para a sucessão da cadeira 26, que era de Vilaça, estão o advogado, escritor e professor universitário José Roberto de Castro Neves e o escritor, editor, tradutor e historiador Rodrigo Lacerda. Completam a lista Diego Mendes Sousa, Sivaldo Venerando do Nascimento e Evandro Aléssio Rodrigues Pereira. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Palavra é tempo, o silêncio é eternidade"* **Maurice Maeterlinck**



Roberto DaMatta

Na dúvida, condicionais!

E se os governantes fossem mais sinceros, eficientes e, sobretudo, honestos? E se o "cara" fosse mais sensato e o sistema menos personalista? E se fôssemos menos preocupados com relações e mais preocupados com a ética? E se em vez de discutir e calcular simpatias e intrigas, medíssemos projetos e valores?

E se e Papai Noel existisse? E se você fosse negro, gay, judeu e de "direita"? Ou uma loura gostosa? E se Trump comprasse os Estados Unidos ou o capitalismo? E se não houvesse mulatos, morenos, pardos, caboverdianos, mamelucos, cafuzos, curibocas, mestiços, morenos puxados, roxinhos, neguinhos, brancos baianos e escurinhos no cenário das peles nacionais? E se não tivéssemos escravidão? E se não existisse o "mais ou menos"?

E se legalizássemos o jogo do bicho e a corrupção? E se não existissem doenças incuráveis? E se os políticos trocassem "soluções" "por projetos para o Brasil? E se não tivéssemos carnaval e procissões?

E se Gilberto Freyre tivesse estudado na USP e o Florestan Fernandes fosse pernambucano? E se acabássemos com o sucesso? E se o pau que bate em Chico também batesse em Francisco? E se a Lava Jato que vale para Collor valesse para todos? E se o mar virasse sertão? E se você fosse a pessoa mais famosa do Brasil?

> *E se não existissem poesia, flores, sol e guerra? E se o Lima Barreto aparecesse no programa do Huck?*

E se não houvesse drogas? E se você ganhasse na Mega Sena? E se você fosse indígena? E se os operários do mundo se unissem? E se você soubesse o dia de sua morte? E se Pedro Álvares Cabral tivesse descoberto a Flórida? E se os bichos falassem?

E se Machado de Assis fosse alto, branco e rico? E se d. João VI não tivesse fugido para o Brasil? E se tivéssemos comido o Pão de Açúcar com manteiga e café com leite? E se deixássemos de mentir? E se os espíritos se manifestassem?

E se não tivesse havido a ditadura militar? E se o golpe planejado tivesse acontecido? E se você tivesse ido a Pasárgada? E se não falássemos a mesma língua? E se você fosse um deficiente físico? E se não existissem poesia, flores, sol e guerra? E se o Lima Barreto aparecesse no programa do Huck? E se não existisse esse humano "se"?

Respondendo à metade, você vira "filósofo". Deixando todas as questões sem nenhuma resposta, você continua "anormal".

Agora, se você jamais pensou em nenhuma dessas questões, és – como diria Rudyard Kipling – um imbecil, meu filho! ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Alice Ferraz, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Lusa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli ● **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4jK0Q07

Auxílio; amparo
Sucede ao "E"
Pôr arreio de assento no cavalo
(?) Cubas, criação de Machado de Assis
O banco para crianças no carro
O plano alternativo
Em (?): inutilmente
Arma com que se atiram flechas
V
Ã
O
Ensino da escrita adequada
Decepção pelo desejo não realizado
Sufixo de "tremor"
Saudação telefônica
Atuar como cirurgião
Estilhaço; fragmento
"Tensão", em TPM
Ocupar (o espaço vazio)
Produto da soja usado em frituras
(?) Artes: Pintura e Escultura
Tecla de gravadores
Desocupado
Entidade como o Viva Rio
Cê-cedilha
Perceber; observar
Etapa inicial da viagem
Confusão (pop.)
Cromo (símbolo)
Alvo da manicure
Orifício do nariz
Utensílio em que se serve a refeição
É deixado na secretária eletrônica
Gato inimigo do Jerry (TV)
Cadete (abrev.)
Um, em inglês
Amapá (sigla)
Sílaba de "crise"
Cobertura do pudim
300, em algarismos romanos
Cicatriz; sinal
Acreditar; ter fé
(?)-alas, carro da escola de samba
Cervídeo que puxa trenós
Tempero branco medido em pitadas
Interjeição de enfado
Dito engraçado
Consoantes de "táxi"
Bianca Salgueiro, atriz
Substitui os dentes naturais
O peito (Anat.)
(?) Braga, treinador brasileiro (fut.)

BANCO 3/one — rec. 5/tórax. 10/frustração — ortografia.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, uma realidade autocontida em separado, mas que coexiste com a nossa.

Reunido.	1	2	3		4	1	5	6
A falta ao trabalho que pode ser justificada.	1	7	6		1	8	9	10
Classificação do crime de tortura (jur.).	11	9	5		6	12	5	6
Barra de ferro para levantar objetos.	1	10	1		1	12	13	1
Anexado; reunido.	1	2	3		2	1	5	6
Loja como o "sebo".	10	14	8		1	3	14	1
Que tem muitas habilidades.	8	9	3		1	15	14	10
"Globo (?)", programa jornalístico (TV).	3	9	4		3	15	9	3
Auxiliar do comandante do avião.	13	6		14	10	6	15	6
Pessoa bonita (pop.).	7	6		4	14	12	15	1
Muito feio; assustador.	11	6		3	9	12	5	6
Aparelho imprescindível ao asmático.	14	12		10	1	5	6	3
População (?): densidade demográfica.	3	9		1	15	14	8	1
(?) Lacerda, atração da capital baiana.	9	10		8	1	5	6	3
Fator que valoriza o imóvel usado.	16	9		11	6	3	14	1
Ajeitar; alojar.	1	13		16	6	5	1	3

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/4k6ozYL

Nível Fácil

	7			4			3	
1	9			7			4	2
					2			
		6		3				
3	2		1		4		7	5
				5		4		
			5					
5	4			2			6	7
	8			1			2	

SOLUÇÕES



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel
ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br



— Na busca por impressões digitais extraterrestres, é preciso descobrir quais planetas têm atmosfera

O mapa para caçar vida fora da Terra

ELISE CUTTS
QUANTA MAGAZINE

No fim da década de 1970, Titã, a estranha lua de Saturno, um mundo laranja e enevoado, esperava visitantes: primeiro, a sonda Pioneer 11 da Nasa, depois a Voyager. A maioria das luas não tem ar ou pouco mais que véus gasosos e transparentes. Mas Titã está envolta por nitrogênio e metano espessos.

Poucos anos após as sondas passarem por Titã, Kevin Zahnle, cientista planetário do Ames Research Center da Nasa, refletindo sobre a atmosfera da lua de Saturno, perguntou-se sobre como os planetas funcionam: "Por que tem ar ali?" A maioria dos cientistas achava que atmosferas ao redor dos planetas – e da estranha lua Titã – eram uma questão de materiais iniciais. Se um planeta em crescimento engolisse muito material vaporizável, teria atmosfera.

Os cientistas sabiam que atmosferas se agarram aos mundos por causa da gravidade e que os mundos muito pequenos não têm peso suficiente para reter ar. Mas aí observações de Marte sugeriram que o planeta havia perdido quantidades substanciais de ar.

Zahnle passou então a se perguntar se a perda atmosférica – e não os materiais iniciais – poderia determinar se os mundos reteriam ar. Ele pôs dezenas de corpos do sistema solar em um gráfico que comparava a velocidade de escape de um mundo – uma medida de sua gravidade – com a quantidade de luz solar que recebia conforme as atmosferas se esvaíam sob o Sol. O gráfico revelou uma linha nítida separando rochas nuas de mundos envoltos em gás, um limite que Zahnle chamou de linha costeira cósmica. "Estava conscientemente tentando invocar uma imagem que Carl Sagan teria usado", diz.

Linha costeira cósmica
Teoria defende que há uma 'linha' que separa rochas nuas de mundos envoltos em gás

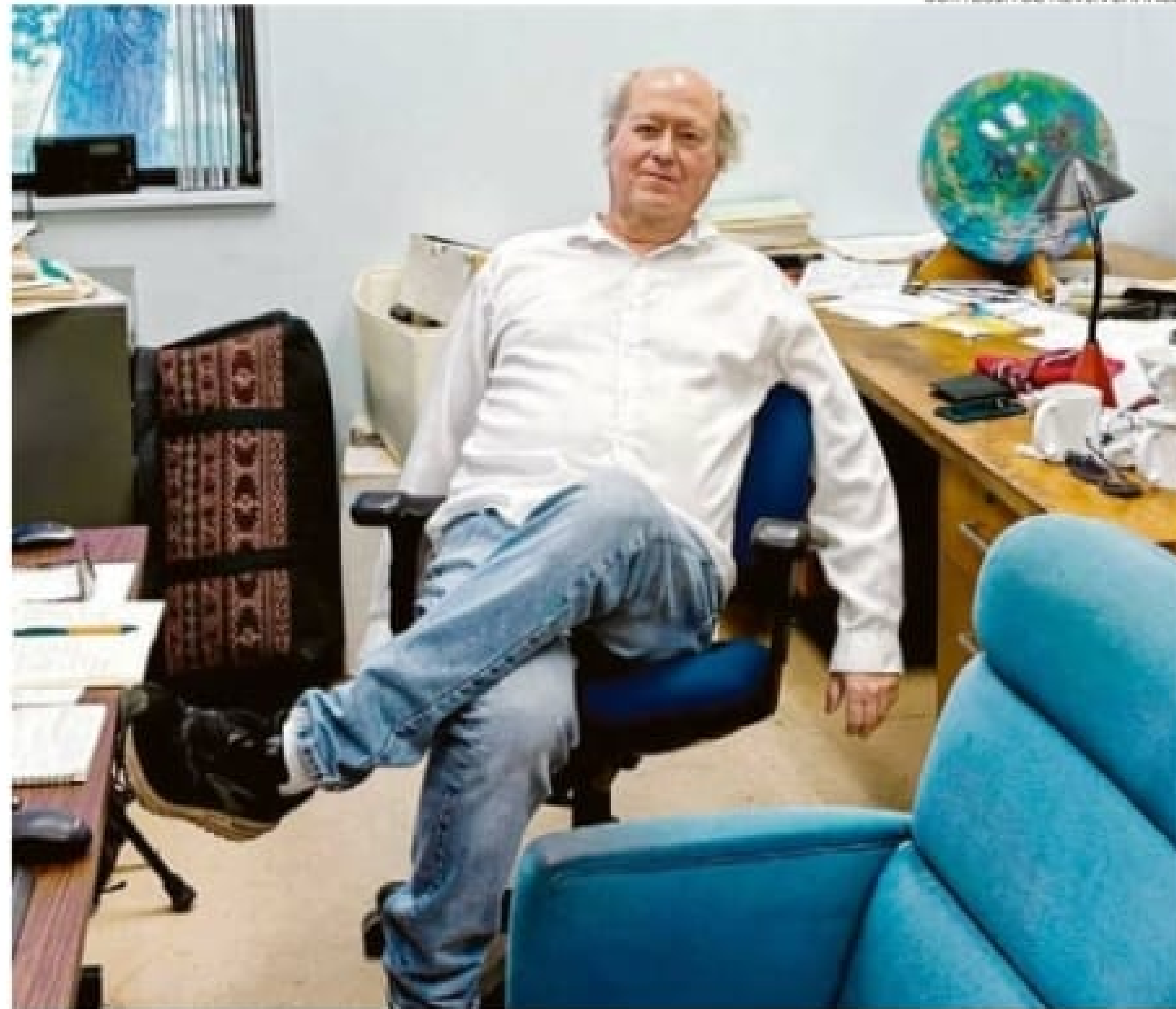
No início, isso foi ignorado. A ideia de escape, ele disse, não era muito popular. Mas, décadas depois, a descoberta de milhares de mundos além do nosso sistema solar deu nova vida à ideia negligenciada.

Começou a busca por mundos alienígenas habitáveis – e, quem sabe, por sinais de vida em suas atmosferas. Os caçadores de extraterrestres buscam planetas com ar. E a linha costeira cósmica pode lhes mostrar por onde co-

KRISTINA ARMITAGE/QUANTA MAGAZIN



CORTESIA DE KEVIN ZAHNLE



CORTESIA DE DAVID CATLING



'Mapa' pode facilitar a busca por planetas com atmosfera; acima, o cientista Kevin Zahnle, que teve a ideia da linha costeira cósmica; à direita, David Catling, que se uniu a Zahnle

mente é uma simplificação: ignora a quantidade de ar com que os planetas começam; parte do pressuposto de que tudo o que importa é o escape; e pressupõe que, se um planeta perde atmosfera, a perde para sempre.

A realidade provavelmente é mais complexa. A linha costeira cósmica provavelmente é menos uma cerca organizada e mais uma zona fronteiriça caótica, disse Joshua Krissansen-Totton, cientista planetário da Universidade de Washington. Notavelmente, seus modelos de computador sobre planetas ao redor de anãs M sugerem que, com o tempo, podem recuperar atmosferas perdidas.

"Nem mesmo perdas maiores significam que esses planetas necessariamente vão acabar sem ar", disse. A atmosfera de um planeta mais velho é uma função complexa da evolução do planeta e de suas condições iniciais.

Em mundos rochosos
O ar provavelmente começou com materiais vaporizáveis nas partes internas do planeta

Zahnle concorda. "É a velha questão de natureza versus criação. Claro que a resposta é natureza e criação."

Seja a linha costeira cósmica uma fronteira nítida ou um limite mais difuso, ela tem consequências importantes para a compreensão da vida no universo.

Além do sistema solar, 70% das estrelas de nossa galáxia são anãs M – sistemas muitas vezes enquadrados como "imóvel galáctico pronto para morar", disse Bean. Se as anãs M inevitavelmente explodirem as atmosferas de seus planetas, esse imóvel não será tão habitável assim.

Dependendo do que o James Webb encontrar, a busca pelas impressões digitais atmosféricas da vida pode começar agora. Ou pode ser necessário esperar pela próxima geração de observatórios espaciais, décadas no futuro, para caçar bioassinaturas nas atmosferas de mundos semelhantes à Terra.

Como mostra a busca pela linha costeira cósmica, aprender qualquer coisa sobre exoplanetas ainda é extremamente difícil. Mas a multidão de exoplanetas oferece uma vantagem inegável: números. Jamais conseguiremos enfiar um sistema solar dentro do laboratório, mas nem precisamos. O universo criou muitos mundos, e cada um deles é um experimento de formação de planetas. "Esta", disse Bean, "é a promessa dos planetas extrassolares". ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

➔ meçar essa busca. Agora os cientistas estão usando o Telescópio Espacial James Webb da Nasa para testar o conceito. "É uma questão tão interessante que todo o mundo, acho eu, meio que se ligou nela", disse o astrofísico Kevin Stevenson, do Laboratório de Física Aplicada da Universidade Johns Hopkins.

ATMOSFERA. Segundo Zahnle, a linha costeira é uma fronteira metafórica. "Planetas com atmosferas finas constituem uma espécie de praia entre um oceano profundo e sem vida de mundos gasosos e um planalto morto de mundos desérticos sem ar", disse.

O ar ao redor dos mundos rochosos provavelmente começou como materiais vaporizáveis em suas partes internas. Se um planeta constrói sua atmosfera assim, acontece rápido: a maior parte da ação termina depois de algumas centenas de milhões de anos. A linha costeira analisa o que resta depois dessa janela e se concentra em como o escape atmosférico determina se os gases vão se agarrar a um mundo em maturação.

Para escapar, uma partícula atmosférica precisa exceder a velocidade de escape. Quanto maior a atração gravitacional, mais rápido a partícula precisa voar para se libertar.

A luz solar aquece atmosferas e aumenta as chances de partículas se libertarem. A linha costeira cósmica de Zahnle capturou o equilíbrio entre a luz das estrelas e a velocidade de escape – e usou a relação para distinguir planetas sem ar dos cobertos de gás.

O James Webb não foi projetado para espiar exoplanetas. E ele tem problemas para enxergar planetas escuros e rochosos que orbitam estrelas maiores e mais brilhantes. Mundos como a Terra. O Webb pode, porém, estudar planetas rochosos em órbitas temperadas ao redor de estrelas pequenas e fracas chamadas anãs M, que são as mais abundantes na nossa galáxia.

Em seus primeiros cem milhões de anos, as anãs M produzem luz em comprimentos de onda ultravioleta e raios X de alta energia (XUV). Mesmo depois, emitem uma fração maior de luz XUV do que estrelas semelhantes ao Sol.

Em 2017, Zahnle e Catling publicaram novos gráficos das linhas costeiras de luz solar e de impacto, dessa vez com centenas de exoplanetas. E traçaram uma terceira linha costeira derivada da radiação XUV total que um planeta recebe ao longo da vida.

Os três limites distinguiram os planetas do sistema solar igualmente bem. Mas as linhas costeiras de XUV e de luz solar cortam faixas muito

NASA



Ponto de partida

Caçadores de extraterrestres precisarão encontrar planetas com ar. E a linha costeira cósmica é onde começa a busca

"Planetas com atmosferas finas constituem espécie de praia entre um oceano de mundos gasosos e um planalto de mundos desérticos sem ar"
Kevin Zahnle
Cientista do Ames Research Center da Nasa

"Planetas que podemos observar têm atmosfera?"
Eliza Kempton
Cientista da Universidade de Maryland

diferentes entre planetas rochosos orbitando anãs M, com mais mundos no lado sem ar da linha divisória.

"Não sabemos exatamente onde fica a linha costeira cósmica para as anãs M", diz Eliza Kempton, da Universidade de Maryland. Antes de encontrar sinais de vida em mundos habitáveis, temos que perguntar: "Planetas que podemos observar com o James Webb têm atmosfera, para começo de conversa?"

Em 2017, astrônomos avistaram sete planetas quase do tamanho da Terra orbitando a estrela anã vermelha TRAPPIST-1. Não apenas três planetas estavam na zona habitável da estrela, como os sete acabariam entrando na mira do Webb. Os astrobiólogos procuravam impressões digitais da vida nas atmosferas.

Mas, isso só seria possível se os planetas tivessem ar.

O jeito de detectar atmosfera é medindo a temperatura do planeta, disse Jacob Bean, astrônomo da Universidade de Chicago. Ao comparar as temperaturas nos lados diurno e noturno, os cientistas podem inferir se há uma atmosfera distribuindo calor.

VIDA NA PRAIA CÓSMICA. Embora os cientistas estejam caçando a linha costeira cósmica, alguns também reconhecem que o conceito provavel-

Cinema Francês

O desafio de mostrar na tela momentos íntimos como se fossem reais

Criar nova versão de 'Emmanuelle' trouxe para a diretora Audrey Diwan mais dúvidas do que ela inicialmente imaginou

LAYSA ZANETTI

Audrey Diwan não havia visto o clássico *Emmanuelle* quando foi sondada por seus produtores para dirigir uma nova versão da história. Instigada pela curiosidade, a cineasta francesa, premiada com o Leão de Ouro do Festival de Veneza de 2021 pelo excelente *O Acontecimento*, que trata com firmeza sobre aborto, assistiu a 10 minutos do filme de 1974, dirigido por Just Jaeckin, e desligou. "Tive a clara sensação de que eu não era o público-alvo", confessa a diretora, de passagem pelo Brasil, em entrevista ao **Estadão**. "Mas li o livro para entender de onde vinha o fenômeno."

Agora, Diwan propõe fazer dessa história, baseada no livro de Emmanuelle Arsan, algo inteiramente seu. Na década de 1970, o soft porn teve suas bases moldadas no cult erótico estrelado por Sylvia Kristel (1952-2012), que originou uma série de continuações, virou fenômeno no Brasil pelas exibições no *Cine Privé*, da Band, e pavimentou o caminho de um fascínio global pelo cinema erótico moldado para satisfazer uma determinada figura masculina.

Mas, segundo a diretora, faltava espaço para enxergar tudo isso pela ótica feminina. Foi por isso que ela propôs uma releitura para o novo filme, que ganha exibições no Brasil durante a primeira edição do Festival de Cinema Europeu Imovision. Na nova trama, sai o voyeurismo e entra o olhar de uma mulher independente e com camadas psicológicas densas e complicadas. Agora, Emmanuelle (Noémie Merlant) é uma inspetora a serviço de uma rede de hotéis, que viaja para Hong Kong para avaliar os serviços do estabelecimento local. Um hóspede misterioso, Kei (Will Sharpe), uma garota de programa, Zelda (Chacha Huang), e a atmosfera vibrante acabam despertando nela uma vontade de redescobrir seu próprio desejo, até então escondido e tímido. Com uma protagonista um pouco mais velha cujo desafio é reencontrar o próprio prazer, Audrey propõe uma discussão sobre sexualidade e frustrações reais.

"O livro é cheio de velhos clichês sobre sexualidade, mas também é a história de uma garota tentando ter mais prazer", resume. "Achei que isso era moderno de certa forma, e comecei a pensar no erotismo como uma linguagem cinematográfica. Isso é empolgante, mas não é motivo para fazer um filme. Recusei e, meses depois, estava pensando nessa garota que não sente prazer e comecei a enxergar seu rosto. Liguei para os produtores e disse que havia mudado de ideia."

EXPLORAÇÃO. Ao longo do filme, Emmanuelle vai tendo sua resistência quebrada e passa a ser interessar em explorar o próprio corpo. Mas, para a diretora, retratar a busca evasiva pelo prazer passa por um desafio prático: reproduzir, com realismo, sensações e reações que não podem soar falsas.

"Usei minhas próprias experiências e as de Noémie", conta, ao explicar como encontrou o caminho para criar momentos íntimos. "Retratar o orgasmo era uma grande questão. Porque não dá para retratar todos os orgasmos. É preciso achar o tom certo de um."

A diretora prossegue revelando os bastidores de uma cena específica do filme em que a protagonista, enfim, encontra prazer. "Passamos uma noite toda nessa sequência. Estávamos exaustas. É complicado porque muitas mulheres fingem, todas nós já fingimos na nossa vida. Então, como retratar algo que se parece com um orgasmo real, fingindo? Depois de 10 horas, estávamos tão exaustas que relaxamos."

A dificuldade, para a realizadora francesa, também vem de um lugar histórico em que o orgasmo é tradicionalmente retratado como uma glória masculina. "Já vimos muitos orgasmos ruins em filmes, aquele que só existe para dizer ao homem que ele é bom. O prazer feminino não era muito um assunto."

Este, aliás, é um dos motivos por que Emmanuelle se encontra sozinha em muitas das cenas mais íntimas do longa. "O filme também tenta falar sobre solidão, porque é algo que sinto de forma muito forte atualmente. Na França, há pesquisas dizendo que as gerações mais novas não querem fazer sexo, acho que é uma mudança da civilização. Algo muito profundo está acontecendo na nossa sociedade, que precisa se reconectar ao próprio corpo e saber como se cuidar e se amar. É essa solidão que ela finalmente rompe para conseguir ser vulnerável na frente de outra pessoa."

ATMOSFERA IMPESSOAL. Ao ambientar o filme em um hotel luxuoso de Hong Kong, Diwan explica que seu objetivo era construir uma justaposição entre atmosferas frias e ambientes impessoais e a noção moderna de desejo. "Tudo é classificado para fornecer a melhor experiência para os clientes, para que eles tenham o máximo de prazer. Mas é uma satisfação artificial", adverte. "O capitalismo tenta definir o prazer de uma forma que não é realista e acaba por matá-lo."

Questionada sobre o papel da pornografia na definição dessas noções não realistas, a francesa não hesita. "Eu queria mostrar a sexualidade pelo ângulo da beleza, algo que perdemos com a pornografia. Adicionar beleza é um sinal de que podemos aproveitar nossa sexualidade e não nos sentirmos mal."

Reflexiva sobre sua jornada e a recepção do filme, Diwan confessa que dirigir *Emmanuelle* também foi uma forma de superar seus próprios medos. "Eu sabia que o filme era arriscado, poderia ser amado por alguns e odiado por outros. Que não poderia ser a mesma experiência que tive com *O Acontecimento*. Tive medo, me senti como a Emmanuelle. Se você quer que algo mude, só precisa pular. Foi o que fiz", constata. "Acho que toquei em algo importante para o público mais novo, eles realmente gostaram do filme. Eu gosto do lugar da controvérsia."

Ao se abrir para tal contradição, Diwan admite que até considera sua versão de Emmanuelle feminista, mas não só isso. "Sempre que as pessoas tentam definir meu olhar como feminista, eu dou um aviso. Se você diz que meu olhar é apenas feminista, você coloca as mulheres em uma caixa. O meu olhar é construído pela minha história, relação com o mundo, a política, o feminino. Embora eu seja feminista, não tento fazer filmes feministas. Não quero que os filmes sejam manifestos, raramente me sinto tocada por filmes do tipo." ●

RETÂNGULO PRODUÇÕES



Noémie Merlant em cena do longa; experiências da atriz ajudaram na composição da personagem

Para lembrar

Produção teve 13 sequências

- **Mesmo recebendo críticas negativas, a produção de 1974 foi uma das maiores bilheterias do período na França. O longa também recebeu críticas de movimentos feministas**
- **O filme teve seis continuações no cinema e sete feitas para exibição na televisão. O diretor original não quis participar das sequências**

PARAMOUNT



"O livro é cheio de velhos clichês sobre sexualidade, mas também é a história de uma garota tentando ter mais prazer"

"Não tento fazer filmes feministas. Não quero que meus filmes sejam manifestos, não me sinto tocada por isso"
Audrey Diwan
Diretora

JORNAL DO CARRO
JC
D1
QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2025 • ANO 43 • Nº 2173 O ESTADO DE S. PAULO

Internacional

Salão de Xangai comprova evolução sem precedentes dos carros chineses

Repletos de modelos que logo estarão em várias partes do mundo, estandes de marcas locais atraem holofotes enquanto 'estrangeiras' lançam veículos exclusivos para a China

FOTOS: DIOGO DE OLIVEIRA/ESTADÃO



Primeiro sedã da Leapmtor, B01 faz estreia global na feira

DIOGO DE OLIVEIRA
XANGAI, CHINA

O avanço das marcas chinesas de carros dá o tom à 21ª edição o Salão de Xangai, que vai até a próxima sexta-feira, na China. Gigantes como BYD, GAC, Geely e GWM, desconhecidas de muitos ocidentais até recentemente, são as protagonistas. O cenário é bem diferente do visto há poucos anos, quando as fabricantes estrangeiras eram as que brilhavam no país.

A feira também foi palco para anúncios para o Brasil. Como a estreia da Leapmotor, da Stellantis, o início da produção da GWM, que trará uma nova marca, e os planos da GAC. Veja alguns destaques. ●

O JORNALISTA VIAJOU À CHINA A CONVITE DA GWM E DA LEAPMOTOR



● **FRONTIER HÍBRIDA.** A próxima geração da picape média da Nissan terá versão híbrida plug-in. O motor 1.5 com turbo será ligado a um elétrico montado na transmissão. Com potência de 410 cv e 81,5 mkgf de torque, a Frontier terá autonomia elétrica de 135 km.



● **PRÉVIA DO M3 ELÉTRICO.** Com visual e soluções que antecipam como será o iM3, versão elétrica de um dos mais icônicos esportivos da BMW. Assim é o Vision Driving Experience (VDX). Os quatro motores geram cerca de 1.300 cv e impressionantes 1.835 mkgf.



● **JAC HUNTER HÍBRIDA.** A nova versão da picape média chega ao País em 2026. O conjunto une motor 2.0 turbo a gasolina a dois elétricos – um por eixo. No total, são 523 cv e 102 mkgf e, no modo 100% elétrico, a autonomia passa dos 100 km, segundo a fabricante.

ZEEKR



● **ZEEKR 9X.** Modelo de topo da marca que acaba de chegar ao Brasil, o SUV grande tem exageros como tela de 43 polegadas na parte traseira. Há sistema de condução autônoma de nível 3 e, conforme a Zeekr, a aceleração de 0 a 100 km/h é feita em 3 segundos.



● **AUDI E5.** Um dos três lançamentos previstos para a China até 2027, o E5 Sportback é o primeiro carro da submarca da alemã no país. Haverá opções com potências de 295 cv a 776 cv, tração traseira e 4x4 e autonomia de até 760 km, conforme o padrão chinês.



● **AION.** Primeira marca da GAC a desembarcar no Brasil, ainda neste ano, a Aion foca elétricos. Além dela, virá a Hyptec, do segmento de luxo. Wei Hai Gang, responsável pelas operações internacionais, diz que também venderá carros com motores flex.

Mercado

GWM confirma produção do Haval, vinda da Wey e da Poer

Chinesa promete iniciar fabricação no Brasil em junho, anuncia estreia de marca de luxo e de linha de picapes

DIOGO DE OLIVEIRA

A chinesa GWM está a todo vapor. Além de anunciar o início de produção no Brasil, na fábrica de Iracemápolis (SP), a empresa prepara o lançamento de sua marca de luxo, Wey, e das picapes Poer no País.

As unidades de pré-série do Haval H6 começam a ser feitas em maio. Até julho, os primeiros SUVs híbridos feitos pela empresa no País começam a chegar às concessionárias.

O modelo que será feito no País já terá visual atualizado – diferentemente do atual, importado. No visual, os faróis full-LEDs, o para-choque e a grade foram reestilizados. Bem como as lanternas traseiras e a tampa do porta-malas, entre outros. Também são esperados novos equipamentos.

Inicialmente, a maioria dos componentes virá da China. Porém, meta é nacionalizar vários itens até 2027, visando também a exportação para outros países da América do Sul.

"Nosso modelo não será um SKD ou CKD", afirma o diretor de Assuntos Internacionais da GWM, Ricardo Bastos. O Haval já está no sistema do programa Mover. Habilitamos peça por peça, sendo que algumas estão com alíquota reduzida. A fábrica terá duas linhas e cabine de pintura com tanques dimensionados também para receber a linha Poer."

Ele se refere à família de picapes, com vinda ao País programada para agosto – inicialmente com motor a diesel. Bastos diz que a opção híbrida plug-in (PHEV), com motor a gasolina e elétrico, será feita em Iracemápolis a partir do fim do ano.

Segundo Bastos, o modelo terá duas configurações distintas, inclusive no visual. "Não vamos oferecer uma picape apenas para uso na cidade. Teremos um modelo também para o trabalho. Os próprios concessionários pediram a versão a diesel. Temos um motor 2.4 turbo ideal para o uso severo. Não será um produto de nicho", garante o executivo.

FOTOS: DIOGO DE OLIVEIRA/ESTADÃO







1. Wey 7 será o primeiro da marca a vir ao Brasil;

2. Novo Haval será fabricado em SP;

3. Poer terá 2.0 a diesel e opção híbrida

WEY. Para a estreia da marca de luxo Wey no Brasil, o escolhido foi o Wey 7. Segundo a GWM, o SUV mira compradores de marcas como Lexus e Volvo.

Além disso, pretende desafiar a Denza, marca de luxo da conterrânea BYD, que também chegará ao País em 2025. Porém, o Wey é grande – tem 5,16 metros de comprimento e 3,05 m de distância entre os eixos – e leva seis pessoas.

Embora o preço não tenha sido revelado, ficará acima do Tank 300. O jipe recém-lançado parte de R$ 333 mil.

O Wey 7 terá motor 1.5 turbo a gasolina e três elétricos, sendo que um deles funciona como gerador de eletricidade. A potência total é de 416 cv e o torque, de 71,4 mkgf. A tração é integral permanente. ●



FORD

Ford F-150 e Maverick ganham versão Tremor

As picapes Ford F-150 e Maverick vão ganhar versão Tremor, inédita no Brasil. Trata-se de um pacote repleto de características visuais e mecânicas alusivas ao fora de estrada que é oferecido para alguns produtos da marca em vários países. Há maior altura do solo, pneus para todo tipo de terreno, amortecedores especiais, ampliação dos ângulos de entrada e saída, bloqueio do diferencial e protetores inferiores, por exemplo. A Maverick deve manter o motor 2.0 turbo de 253 cv e a F-150, o V8 de 450 cv. A expectativa é de lançamento em junho. ●

● **NOVO SUV DA RENAULT.** A Renault revelou o nome de seu próximo SUV no Brasil: Boreal. O modelo, do segmento "C", será vendido no Brasil e em outros 70 países, todos fora do continente europeu. De porte médio, o Boreal será a aposta da marca para disputar vendas com Volkswagen Taos, Jeep Compass e Toyota Corolla Cross, por exemplo. Segundo a marca, o nome resume os valores ligados ao SUV. Ou seja, tecnologia, status e conforto. A Renault não revelou quando o modelo será lançado, mas a expectativa é que isso ocorra no último trimestre de 2025.

● **NISSAN DESISTE DE PICAPINHA.** Com a proximidade do fechamento de sua fábrica na Argentina, a Nissan passará a figurar como importadora de veículos no país vizinho. Como parte desse processo, a empresa vai transferir a produção da Frontier para o México e cancelou os planos de desenvolver uma picape intermediária com base compartilhada da Niagara. O projeto do modelo revelado como conceito pela Renault, por sua vez, está mantido.

● **BYD TERÁ RIVAL DA FIAT STRADA.** A Fiat Strada é, desde 2021, o carro mais vendido do Brasil – em 2024, somou 144.684 emplacamentos. Porém, se depender da BYD esse reinado vai acabar. A chinesa, que já domina os segmentos de híbridos e elétricos no País, quer produzir uma picape compacta na Bahia justamente para disputar compradores com o modelo da marca italiana a partir de 2026. E os planos vão além. A marca também quer uma picape intermediária, para rivalizar com Fiat Toro e Ford Maverick, por exemplo.

● **S10 100 ANOS.** Para celebrar dos 100 anos da GM e da Chevrolet no Brasil, a marca anunciou uma edição especial da S10, com produção limitada a 100 unidades e foco no fora de estrada (*à esq.*). A picape chega às concessionárias com itens exclusivos no visual e suspensão recalibrada, voltada para encarar terrenos difíceis. Entre os destaques há para-choque dianteiro com luzes de LEDs integradas, santantônio exclusivo, detalhes pretos e pintura branca. O motor é o 2.8 turbodiesel de 207 cv e 52 kgfm, o câmbio é automático de oito marchas e a tração, 4x4. A tabela é de R$ 325.690. ●



CHEVROLET

Eufrázio

Oficina mobilidade ESTADÃO

Apresentado por:
bradesco seguros



GETTY IMAGES

Dicas para manter a aparência de carro novo.

Confira no Portal **Oficina Mobilidade**



estadaooficinamobilidade.com.br



Bradesco Seguro **Auto**
Especialista no seu carro

Patrocínio: bradesco seguros
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Viabilização: Mobilidade ESTADÃO
Realização: ESTADÃO 150





D7 Opinião
William Pereira
Estrutura inteligente e o futuro sustentável

Lançamento

Nova BMW R 1300 GS Adventure é bigtrail recheada de tecnologia

Modelo mais vendido da marca no Brasil traz modernos sistemas de assistência ao condutor e estreia câmbio automatizado da fabricante; preço parte de R$ 136,5 mil

ARTHUR CALDEIRA
MANAUS (AM)

Por ser a motocicleta mais vendida da BMW no mundo – e também no Brasil –, a R 1300 GS Adventure foi escolhida pela marca alemã como uma espécie de vitrine do que há de mais moderno em termos de tecnologia. E isso se mantém no modelo 2025, que acaba de chegar ás lojas do País.

Montada na planta de Manaus, a aventureira traz de radares a sistemas como aviso de risco de colisão traseira e frontal, só encontrados em carros de luxo, e também estreia o novo câmbio automatizado para motocicletas da marca alemã. "A BMW R 1300 GS Adventure une tecnologia de ponta e design revolucionário", afirmou Matheus Pereira, CEO da BMW Motorrad Brasil, durante evento de lançamento do modelo na planta em Manaus. "Para nós é motivo de orgulho produzir esse modelo no Brasil, que é referência global entre as motocicletas de aventura", acrescentou Pereira.

Com preços que vão de R$ 136.500 a R$ 154.500, a GS Adventure é uma moto feita para quem quer rodar longas distâncias por qualquer terreno. Equipada com um motor de dois cilindros opostos e 145 cv, o boxer mais potente já produzido pela BMW, o modelo é uma versão mais aventureira da 1300 GS. Diferencia-se pelo tanque com capacidade para 30 litros de gasolina, suspensões de curso mais longo e quadro mais resistente para transportar garupa e bagagem em uma viagem.

BMW



Montada na planta da BMW em Manaus, R 1300 GS Adventure se destaca tanto pelo desenho quanto pelas modernas soluções eletrônicas

'RINOCERONTE' DOMADO. Visualmente, a versão Adventure se diferencia por seu porte avantajado, pois o tanque de 30 litros faz a moto parecer um "rinoceronte". Não por acaso, animal escolhido como símbolo do modelo da BMW. Ela tem 2,28 metros de comprimento, 1,1 metro de largura e pesa 269 kg pronta para rodar.

Mas, graças à eletrônica, a GS Adventure é um rinoceronte domável. Mesmo com o assento alto, conta com ajuste automático de altura que ajuda a domar a aventureira até mesmo para quem mede 1,71 metro, como eu. O sistema reduz a altura do assento quando parada, facilitando as manobras.

Já em movimento, o motor boxer também esbanja torque e potência para rodar em rodovias ou estradas de terra, como as que percorremos ao sul de Manaus. Suas suspensões com mais de 200 mm de curso ignoram pedras, valetas e buracos como deve fazer uma moto aventureira.

Há sete modos de pilotagem que ajustam as suspensões, o controle de tração, a resposta do acelerador e os freios ABS de acordo com o terreno – há até um modo Enduro Pro para rodar com mais segurança e controle na terra. Vale destacar a boa ciclística da moto, que, mesmo com esse tamanho todo, encarou estradas esburacadas e até uma travessia de rio pela floresta amazônica.

A missão torna-se ainda mais fácil com o novo câmbio automatizado. Batizado de Automated Shift Assistant, o sistema não tem alavanca de embreagem, que é acionada por meio de atuadores eletroeletrônicos. As trocas no câmbio de seis marchas podem ser feitas de forma automática ou "manual", pelo pedal. Seu funcionamento é praticamente perfeito – apenas senti algum tranco em uma pilotagem mais esportiva em estradas de asfalto. Mas, sem dúvida, é mais um auxílio eletrônico que torna a aventureira alemã acessível a mais consumidores.

PREÇOS E VERSÕES. Depois de rodar mais de 200 km pelas estradas amazônicas em uma grande variedade de terrenos, a nova R 1300 GS Adventure mostra porque é a preferida dos fãs de BMW. Confortável, potente e versátil, a moto aventureira se aproveita de tecnologias modernas que tornam a pilotagem mais simples e segura. Além de transmitir a sensação de que, desde que haja gasolina no enorme tanque, pode-se ir aonde o motociclista desejar com o modelo.

A bigtrail da BMW já está nas lojas em quatro opções de cores e seis versões, duas delas com o câmbio automatizado. Os preços partem de R$ 136.500, para a versão de "entrada", e chegam até R$ 154.500, para a mais equipada e completa. Todas elas trazem a tecnologia das motos BMW, mas se diferenciam pelas cores e acabamentos, além do inovador câmbio. ●

O JORNALISTA VIAJOU A MANAUS A CONVITE DA BMW

Ficha técnica

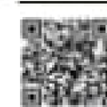
BMW R 1300 GS Adventure

Motor:	2 cilindros opostos, 1300 cm³
Câmbio:	Seis marchas
Transmissão final:	por eixo-cardã
Potência:	145 cv a 7.750 rpm
Torque:	15,2 m.kgf a 6.500 rpm
Peso em ordem de marcha:	269 kg
Preço:	a partir de R$ 136.500

FONTE: BMW

Estradas da Amazônia

Marca escolheu Manaus, com grande variedade de terrenos, para promover o teste da nova motocicleta



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor:
mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor

Uma corrida icônica em uma pista histórica

Veja a Copa Hyundai HB20 de pertinho em Interlagos

Dias 17 e 18 de maio



O carro que conquistou as ruas do Brasil, agora, acelera em Interlagos. Venha viver essa emoção!

Compre já seu ingresso para assistir à corrida do dia 18 de maio!


Acesse e adquira o seu ingresso.

5 ANOS Garantia Sem limite de quilometragem

HyundaiBR

hyundai.com.br

HYUNDAI

Garantia Hyundai de 5 anos: o período de 5 anos já contempla a garantia legal de 90 dias. Início da garantia de 5 anos na data de entrega do veículo ao primeiro proprietário. Uso particular: garantia de 5 anos, sem limite de quilometragem. Uso comercial: garantia de 5 anos ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro. A garantia Hyundai de 5 anos está condicionada à observação pelo proprietário do plano de manutenções periódicas e demais condições determinadas no manual de garantia do veículo, disponíveis no site www.hyundai.com.br assim como no manual do proprietário. Imagens meramente ilustrativas. Consulte coberturas no site www.hyundai.com.br.

FXQUADRO/ADOBE STOCK



Combustível com maior concentração de etanol anidro faz parte da estratégia brasileira para expandir o uso de biocombustíveis no País

'Combustível do futuro'

Como a nova gasolina E30 pode afetar o desempenho das motos

Produzida com 30% de etanol, nova gasolina passa por testes de viabilidade técnica em carros e motos antes de ser liberada

ARTHUR CALDEIRA

A nova gasolina E30 deve chegar ainda neste ano às bombas dos postos de combustível do País. Com aumento do teor de etanol anidro na gasolina de 27% para 30%, a E30 tem gerado dúvidas nos motoristas e motociclistas. Mas, afinal, o que muda na sua moto com a nova gasolina?

Muitos motociclistas ficaram preocupados que a gasolina com mais etanol pudesse comprometer o rendimento da moto ou até mesmo aumentar o consumo. Diversas notícias, com títulos exagerados e sensacionalistas, reforçaram o receio de que a novidade pudesse "destruir" o motor da moto. Mas não é bem assim.

Criada pela Lei do Combustível do Futuro (14.993/24), a E30 faz parte da estratégia brasileira de ampliar o uso de biocombustíveis para acelerar a descarbonização e a transição energética no País. Entretanto, antes de chegar ao mercado, o Ministério de Minas e Energia encomendou um estudo sobre a viabilidade técnica do combustível.

ESTUDO. Conduzida pelo Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), a "avaliação da utilização do percentual de 30% do etanol anidro na gasolina em veículos leves e em motocicletas" teve relatório completo divulgado no final de março. O estudo confirma que a nova mistura, denominada E30, é viável do ponto de vista técnico e ambiental. Os testes, feitos entre janeiro e fevereiro, envolveram 16 veículos leves e 13 motocicletas, analisando emissões de gases poluentes, dirigibilidade e desempenho.

Como forma de testar a viabilidade da gasolina E30, os testes utilizaram três tipos de combustíveis. A gasolina E27, atualmente vendida nos postos, a futura E30 e uma mistura com 32% de etanol. Embora não revele a marca nem o modelo das motos, o Instituto Mauá selecionou modelos fabricados entre 2004 a 2024, carburadas e injetadas e com cilindrada entre 100 cc e 600 cc, uma amostragem representativa das motos mais vendidas no Brasil.

PONTOS DE ATENÇÃO. De acordo com o estudo, algumas motos tiveram dificuldades na partida a frio com ambos os combustíveis. Sendo que três apresentaram mais dificuldade com E32. Na conclusão, porém, o relatório afirma que as motocicletas apresentaram um comportamento similar com ambos os combustíveis nos ensaios de partida a quente, aceleração a quente, retomada e emissões.

Contudo, as dificuldades de partida de alguns modelos de moto fizeram com que a Abraciclo, associação dos fabricantes de motos, emitisse uma nota sobre o assunto. A associação acompanhou os estudos e afirmou que os "resultados e ensaios indicaram pontos de atenção", gerando mais preocupação aos motociclistas. "Apoiamos essas iniciativas, mas a nossa preocupação é com o consumidor", afirmou o diretor executivo da Abraciclo, Sergio Oliveira. Segundo ele, algumas motos demoraram mais para pegar com o combustível E32, ou seja, com 32% de etanol anidro adicionado à gasolina.

Menos poluente

1,7
milhão de ton de gases de efeito estufa a menos/ano

R$ 0,13
é a redução por litro da E30, segundo o governo

NADA MUDA PARA MOTOS. Para entender melhor os resultados do estudo, conversamos com Renato Romio, chefe da divisão de motores e veículos do Instituto Mauá. De acordo com ele, "para resumir em uma frase: não muda nada para as motos".

O engenheiro esclarece que foram feitos testes de emissões de gases poluentes, dirigibilidade e desempenho. Nos primeiros testes de partida e percurso a frio, as motos eram submetidas a uma câmara fria até que o óleo lubrificante atingisse a temperatura de 0° C (zero graus Celsius).

O teste tinha como objetivo avaliar a capacidade de partida das motocicletas a baixas temperaturas, estabilização em marcha lenta e o comportamento no percurso a frio. O resultado mostrou que as motos carburadas tiveram mais dificuldade para pegar. "Mas, analisando os resultados mais a fundo, algumas motos, já mais rodadas, tiveram dificuldade até mesmo com a atual gasolina E27", esclarece Romio.

Motociclista de longa data e proprietário de uma scooter Suzuki Burgman 400 2003 carburada, o engenheiro diz que motos são mais sensíveis mesmo. "Até a minha, é preciso pegar o jeito para dar partida em dias mais frios."

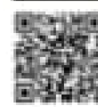
ACELERAÇÃO. Outra dúvida e preocupação dos motociclistas era se a nova gasolina E30 iria afetar o desempenho da moto. Segundo os testes do Instituto Mauá, nenhuma moto apresentou diferença significativa nos tempos de retomada. O teste avaliou o tempo de retomada entre 40 km/h e 80 km/h.

Imperceptível
Nos testes, a diferença no consumo foi tão pequena que não pode ser medida pelo equipamento

Nos testes de aceleração, o objetivo era avaliar se a moto conseguia atingir o limite de dosagem do sistema de alimentação de combustível. Para isso, a moto acelerava de 0 a 60 km/h, no caso das motos menores, e de 0 a 100 km/h, nas motos maiores. Nesse caso, algumas, inclusive, tiveram melhor aceleração com a gasolina E30, afirma o estudo. "Mas, no fim, a diferença é muito pequena, imperceptível para o usuário." Romio cita como exemplo o fato de que, ao nível do mar, as motos têm, em média, 10% mais potência do que na cidade de São Paulo. "Mas ninguém vai para Santos, no litoral, e acha que sua moto está andando mais". Ou seja, as alterações são imperceptíveis.

CONSUMO DEVE AUMENTAR. Outra preocupação dos motociclistas se referia ao consumo, pois o etanol tem menor poder calorífico, portanto consome mais. Os testes do Instituto Mauá mostraram isso, mas, novamente, com uma variação insignificante.

De acordo com a conclusão do estudo, os valores de consumo de combustível foram de 1,1 a 1,8% menores com E30 em comparação ao E27. Por exemplo, se com a atual gasolina E27 uma moto percorre 25 km com um litro, com a nova E30 irá rodar 24,6 km/litro. "A diferença é tão pouca que nem o equipamento conseguiu medir em alguns casos", concluiu o engenheiro do Instituto Mauá. ●



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor: mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor



William Pereira

Infraestrutura inteligente no Brasil

Não há como negar: a maneira como planejamos e gerenciamos nossas cidades está diretamente ligada à qualidade de vida da população. Com o avanço das tecnologias emergentes, temos a oportunidade de transformar a infraestrutura urbana em um ecossistema mais eficiente, resiliente e sustentável. Mas o que isso significa para o cidadão brasileiro? Energia mais barata, transporte mais rápido e menos poluente, e serviços públicos que funcionam de maneira mais inteligente e integrada.

Para alcançar essa revolução, é essencial repensar como projetamos e administramos as infraestruturas ao apostar em soluções que aumentem a eficiência energética, reduzam emissões e incentivem a mobilidade elétrica. Nesse contexto, o conceito de infraestrutura inteligente surge como um elemento-chave para essa mudança.

Focada na segurança, conforto e bem-estar das pessoas, a infraestrutura inteligente se adapta rapidamente às novas demandas dos usuários e aos desafios urbanos, especialmente os impostos pelas mudanças climáticas. Além de otimizar o uso de recursos, ela fortalece a resiliência das cidades, o que as torna mais preparadas para lidar com eventos climáticos extremos, como tempestades e secas.

A digitalização, de acordo com o relatório *Pictures of Transformation – Um Retrato do Brasil em 2035*, é um dos pilares que potencializa as infraestruturas inteligentes, transformando processos tradicionais em operações mais eficientes.

Infraestrutura inteligente é mais que tendência: é uma necessidade estratégica para garantir um futuro mais equilibrado, resiliente e eficiente

DESAFIOS DO BRASIL. Ao integrar sistemas de automação nos mais variados segmentos, como energia e edifícios, conseguimos criar uma rede que proporciona maior eficiência operacional e melhoria da qualidade de vida nas cidades. No setor energético, o uso de redes inteligentes de distribuição de energia permite gestão otimizada, o que reduz perdas e custos, ao mesmo tempo em que impulsiona a transição para fontes renováveis.

O Brasil, com sua diversidade climática e geográfica, enfrenta desafios únicos. A integração de tecnologias nos sistemas urbanos permite que as infraestruturas respondam de maneira ágil às adversidades, como tempestades, secas ou temperaturas extremas, o que garante que serviços essenciais, como energia, não sejam interrompidos.

Essa resiliência é crucial para assegurar o bem-estar da população e garantir a continuidade do desenvolvimento econômico.

As infraestruturas inteligentes também viabilizam a gestão mais eficaz dos recursos, financeiros e naturais. O monitoramento em tempo real possibilita a análise de dados que indicam áreas de desperdício e ineficiência, permitindo soluções rápidas e precisas. Esse tipo de gestão é fundamental para equilibrar crescimento e sustentabilidade, o que diminui desperdícios e otimiza o uso de recursos.

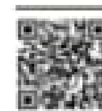
EMISSÕES. A eficiência energética é outro pilar importante. Ao reduzir o consumo de energia sem comprometer a qualidade dos serviços prestados, não apenas diminuímos os custos operacionais, mas contribuímos para a redução das emissões de gases de efeito estufa. O que ajuda diretamente na mitigação das mudanças climáticas – um dos maiores desafios da atualidade.

A automação predial, por exemplo, contribui para a criação de edifícios energeticamente mais eficientes, reduz a pegada ambiental, gera economia de recursos e melhora a competitividade do País. Além disso, a automação promove a segurança dos ocupantes com soluções avançadas de proteção eletrônica, patrimonial e contra incêndios.

Diante deste contexto, a infraestrutura inteligente é mais que uma tendência – é uma necessidade estratégica para garantir um futuro mais equilibrado, resiliente e eficiente. E esse futuro começa agora, com cada decisão e investimento que tomamos em direção a um Brasil mais sustentável. Por isso, finalizo com uma reflexão: será que estamos utilizando todo o potencial das infraestruturas inteligentes para reduzir o desperdício e promover a economia circular? ●

VP DA SMART INFRASTRUCTURE DA SIEMENS BRASIL

ESTE TEXTO NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DO ESTADÃO.



NA WEB
Para saber o que pensam outros embaixadores da Mobilidade, acesse: mobilidade.estadao.com.br/embaixadores

VEM AÍ

MAIO AMARELO 2025

MOBILIDADE HUMANA: A VALORIZAÇÃO DA VIDA NO TRÂNSITO

ESPECIAL MULTIPLATAFORMA TRAZ CONTEÚDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DE CADA UM NA CONSTRUÇÃO DE UM TRÂNSITO SEGURO.

Conheça as possibilidades de patrocínio e associe a sua marca a um movimento de conscientização global.

Escreva para: publicacoes@estadao.com



Realização: ESTADÃO 150 Mobilidade ESTADÃO
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107,3
Patrocínio: Uber

Transição energética

Logística 'limpa' e baterias mais eficientes recebem investimentos das empresas

JBS



Frota da JBS tem 281 caminhões a eletricidade

Companhias do setor da eletrificação apostam em operações de transporte com baixas emissões e no aumento da autonomia

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

O serviço de entregas nos centros urbanos feito por veículos elétricos vem ganhando adesão cada vez maior das empresas, convencidas de que os carros movidos a bateria são ideais para a logística de última milha, a etapa final da distribuição dos produtos ao comprador.

Mas o trabalho de delivery não se restringe aos veículos com vocação comercial. Automóveis de passeio, como o recém-lançado BYD Dolphin Mini Cargo, também ganham adaptações para o e-commerce. Já a empresa de alimentos JBS está nessa jornada há algum tempo e não hesita em aumentar sua frota de caminhões elétricos. E, a julgar pelos investimentos das fabricantes de bateria, todos os modelos ganharão mais autonomia em breve. A CATL vive uma espécie de corrida pela eficiência energética e, recentemente, apresentou três soluções para estender o alcance dos elétricos. Confira a seguir.

DOLPHIN MINI CARGO. O carro elétrico mais vendido do Brasil acaba de ganhar uma versão de carga. A BYD adaptou o Dolphin Mini para o transporte e a entrega de pequenos volumes. Com capacidade de levar 289 quilos na área livre de 2,1 m³, o Dolphin Mini Cargo é destinado à logística da chamada última milha, quando os veículos rodam principalmente nos centros urbanos.

Com autonomia de 280 quilômetros, o compacto chinês é a nova alternativa da fabricante para frotas comerciais sustentáveis. Por fora, o carro não sofreu alterações. As mudanças aconteceram internamente: a BYD retirou o banco traseiro para abrir espaço às mercadorias das empresas de delivery, e-commerce e serviços técnicos, que operam em cidades onde existem restrições à circulação de automóveis com motor a combustão.

O Dolphin Mini Cargo é o primeiro passo da BYD no segmento de comerciais leves no País. A montadora pretende expandir sua atuação nessa área. "O hatch é uma proposta interessante às novas demandas da logística urbana, que buscam a sustentabilidade", afirma Marcello Schneider, diretor de veículos comerciais e solar da BYD. "Queremos mostrar que a eletrificação é viável e vantajosa nas atividades comerciais de pequeno porte."

Zero emissões
Caminhão elétrico BYD eT5 tem autonomia de até 185 km e 3,9 toneladas de capacidade de carga

Mas o Dolphin Mini Cargo não é a única opção da BYD para as entregas urbanas com veículos 100% elétricos. A empresa apresentou o caminhão eT5, apropriado para as operações de médio porte. O modelo amplia a presença da BYD no segmento de transporte comercial com emissão zero.

BYD



Dolphin Mini Cargo é aposta da BYD para transporte de última milha

Com 185 quilômetros de alcance e capacidade de carga de 3.900 quilos, o eT5 vem equipado com motor de 145 kW de potência (o equivalente a 197 cv), freio regenerativo, controle de tração e sistema eletrônico de frenagem. A bateria de 99 kWh pode ser recarregada em apenas duas horas.

FROTA DA JBS. As companhias brasileiras seguem investindo em veículos elétricos para o trabalho do dia a dia. Nos últimos três anos, a empresa de alimentos JBS multiplicou por sete sua frota, passando de 40 para 281 unidades. Ela calcula que, nesse período, 5,2 mil toneladas de CO2 deixaram de ser despejadas na atmosfera.

Segundo a JBS, o aumento da frota de veículos urbanos de carga (VUC) movidos a bateria extrapola o compromisso com a sustentabilidade. "Investir em soluções sustentáveis abrange a preocupação com o meio ambiente e a eficiência, o que contribui também para a melhoria dos serviços", afirma Armando Volpe, diretor comercial da No Carbon, braço da JBS responsável pela aquisição dos veículos.

Ele destaca que, além de minimizar a emissão de CO2, os caminhões elétricos reduzem os custos operacionais e de manutenção em comparação aos modelos a diesel. "Os VUCs elétricos aproveitam até 90% da energia disponível, em contraste aos 30% do similar a diesel", diz Volpe. "Com revisões mais rápidas, menos frequentes e até sete vezes mais baratas, a frota ganha em disponibilidade e produtividade."

Com autonomia de 150 quilômetros, os caminhões JAC 1200 T transportam até 3 toneladas e são fornecidos com baús frigoríficos, que mantêm os produtos resfriados e congelados dentro das normas obrigatórias sem consumir a energia do próprio veículo.

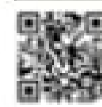
BATERIA DA CATL. Uma corrida pela bateria mais eficiente está sendo travada pela indústria. Se, em março a BYD anunciou a Super e-Plataform – cuja recarga de cinco minutos lhe garante autonomia de 400 quilômetros –, a fabricante CATL deu o troco. Ela apresentou três inovações nessa área: a bateria Freevoy Dual Power com alcance de 1.500 quilômetros, uma nova geração de equipamentos com recarga ultrarrápida e a célula de sódio prestes a ser produzida já nesse ano.

A Freevoy Dual Power tem arquitetura de núcleo duplo, tecnologia que divide o componente em duas zonas de energia, utilizando materiais distintos. Essa estrutura alia alto desempenho e maior densidade energética e possui sistemas de proteção térmica e de gerenciamento de carga, conceitos empregados na aviação.

A CATL também desenvolveu a segunda geração da bateria Shenxing, que só precisa de cinco minutos de recarga para alcançar autonomia de 520 quilômetros. Mesmo se estiver praticamente descarregada, a nova versão consegue manter o desempenho de até 830 kW.

A terceira solução é a bateria de sódio, que deverá entrar em produção comercial em dezembro. A tecnologia à base de sódio prima pela estabilidade térmica e desempenho superior em ambientes frios. Testes realizados a 30°C negativos mostraram que a bateria carrega de 30% a 80% em apenas meia hora.

Se depender dos estudos e investimentos das fabricantes, a autonomia das baterias – ainda um calcanhar de Aquiles de quem almeja comprar um carro elétrico – é um temor bem próximo de acabar. ●



NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse: mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico



BR PARTNERS

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
O ano de 2024 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023. O Outlet Premium Brasília se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2024 com vendas de R$ 466,2 milhões, um aumento de 6,4% em relação a 2023 – de acordo com a Associação Brasileira de Shoppings Centers, o setor teve um faturamento em 2024 apenas 1,9% acima de 2023. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de shoppings outlets continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**4.381**	**2.911**	**10.992**	**9.274**
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.683	1.430	3.475	2.279
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	6	1.946	1.713	8.489	8.138
Provisão para perdas esperadas	6	(254)	(243)	(1.066)	(1.206)
Tributos a recuperar		6	11	94	63
Não circulante		**57.874**	**46.653**	**90.705**	**91.618**
Realizável a longo prazo		–	–	**3.654**	**3.238**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	6	–	–	3.654	3.238
Investimentos		**57.874**	**46.653**	**87.051**	**88.380**
Participações em controlada	8	44.713	33.224	–	–
Propriedade para investimento	7b	13.161	13.429	87.051	88.380
Total do ativo		**62.255**	**49.564**	**101.697**	**100.892**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**442**	**449**	**18.514**	**17.187**
Fornecedores e outras contas a pagar	9	67	67	125	125
Tributos a recolher		167	226	812	789
Imposto diferidos	16b	208	156	208	156
Passivos financeiros	14	–	–	17.369	16.117
Não circulante		–	–	**21.370**	**34.590**
Passivos financeiros	14	–	–	21.370	34.590
Patrimônio líquido		**61.813**	**49.115**	**61.813**	**49.115**
Capital social	11	54.872	49.872	54.872	49.872
Reserva de capital		6.957	6.957	6.957	6.957
(-) Prejuízos acumulados		(16)	(7.714)	(16)	(7.714)
Total do passivo e patrimônio líquido		**62.255**	**49.564**	**101.697**	**100.892**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receita operacional líquida	12	5.582	5.302	17.957	16.371
Custo com manutenção	13	(322)	(367)	(1.962)	(2.149)
Lucro bruto		**5.260**	**4.935**	**15.995**	**14.222**
Reversão/(constituição) para perdas esperadas	6	(11)	39	140	111
Despesas administrativas	15	(546)	(566)	(3.051)	(2.955)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**4.703**	**4.408**	**13.084**	**11.378**
Receitas financeiras		172	176	745	706
Despesas financeiras		–	–	(4.454)	(5.996)
Resultado financeiro		**172**	**176**	**(3.709)**	**(5.290)**
Resultado não operacional		(1)	1	(1)	2
Resultado de equivalência patrimonial	8	3.489	1.186	–	–
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**8.363**	**5.771**	**9.374**	**6.090**
Imposto de renda e contribuição social	16a	(665)	(635)	(1.676)	(954)
Lucro líquido do exercício		**7.698**	**5.136**	**7.698**	**5.136**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	7.698	5.136	7.698	5.136
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**7.698**	**5.136**	**7.698**	**5.136**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reservas de capital	(Prejuízo) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**50.372**	**(3.500)**	**6.957**	**(12.850)**	**40.979**
Integralização de capital	–	3.000	–	–	3.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.136	5.136
Em 31 de dezembro de 2023	**50.372**	**(500)**	**6.957**	**(7.714)**	**49.115**
Aumento de capital	5.000	–	–	–	5.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.698	7.698
Em 31 de dezembro de 2024	**55.372**	**(500)**	**6.957**	**(16)**	**61.813**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido dos exercícios		**7.698**	**5.136**	**7.698**	**5.136**
Ajustes de receitas e despesas					
Depreciação	7b	333	330	2.126	2.115
Resultado de equivalência patrimonial	8	(3.489)	(1.186)	–	–
Apropriação de despesas com passivos financeiros		–	–	4.773	6.343
Constituição/(Reversão) de perdas esperadas	6	11	(39)	(140)	(112)
Impostos diferidos		52	15	52	15
Lucro ajustado		**4.605**	**4.256**	**14.509**	**13.497**
Variações em:					
(Aumento)/diminuição em ativos financeiros ao custo amortizado		(233)	(198)	(767)	(1.738)
(Aumento)/diminuição em outros ativos		–	15	–	75
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar		5	(11)	(31)	(63)
Aumento/(diminuição) em fornecedores e outras contas a pagar		–	6	–	12
Aumento/(diminuição) em tributos a recolher		573	572	655	922
Imposto de renda e contribuição social pagos		(632)	(575)	(632)	(575)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**4.318**	**4.065**	**13.734**	**12.130**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de participação societária	8	(8.000)	(7.000)	–	–
Aumento do investimento em edificações	7b	(65)	(107)	(797)	(231)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(8.065)**	**(7.107)**	**(797)**	**(231)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital integralizado		5.000	3.000	5.000	3.000
Pagamento de passivos financeiros		–	–	(16.741)	(15.251)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		**5.000**	**3.000**	**(11.741)**	**(12.251)**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**1.253**	**(42)**	**1.196**	**(352)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.430	1.472	2.279	2.631
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	2.683	1.430	3.475	2.279
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**1.253**	**(42)**	**1.196**	**(352)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais

A BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 17 de agosto de 2009, com sede em São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia participa como controladora direta na seguinte empresa:

			% Participação	
Controlada direta	Ramo de atividade	País	31/12/2024	31/12/2023
BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99	99,99

A Companhia e sua Controlada (conjuntamente denominada, "Grupo BR Partners") possuem por objetivo: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *shopping centers* e *outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresariais e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas ser exercidas diretamente ou por meio de controladas e coligadas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e sua controlada cumprirão com as obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14.

No resultado, foi reconhecido um lucro líquido consolidado de R$ 7.698 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 5.136 em 31 de dezembro de 2023) e geração de caixa líquido consolidado nas atividades operacionais de R$ 13.734 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$ 12.130 em 2023), e nesta mesma data base o passivo circulante consolidado excedeu o ativo circulante consolidado em R$ 6.270 (R$ 7.913 em 2023). Esse evento ocorreu, substancialmente, por conta das posições patrimoniais da controlada BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A..

A Companhia controlada acredita que o pagamento do empréstimo ocorrerá conforme o planejado, salientando que no exercício de 2024 e anteriores, os pagamentos foram realizados de acordo com o fluxo firmado em contrato, sem incorrer em atrasos. A Companhia controlada antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso a investimentos que podem ser realizados pelo seu controlador e acionista, bem como, planos de aporte de capital, se necessário. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia controlada possui junto ao seu controlador, bem como, a análise em conjunto das *Outlets*, a Companhia controlada conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar com a execução de seus planos de negócio. Deste modo, a Administração tem uma expectativa razoável de que conseguirá recursos financeiros suficientes para continuar operando seus negócios dentro dos próximos 12 meses.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Ativos financeiros

i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 – Instrumentos Financeiros para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possui componente de financiamento significativo. A Companhia determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

ii. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado ("VJR") compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com o CPC 48, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas esperadas por *impairment* na data do balanço.

e. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

f. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

g. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Controladora é tributada pelo regime de apuração presumido, tendo por base de cálculo a receita bruta. A entidade controlada utiliza o método de tributação do lucro real, sendo calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

i. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

continua ...



BR PARTNERS

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no Banco que está dentro do Grupo BR Partners, vide nota nº 5.

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Aplicações financeiras	3.472	2.276
Total	**3.472**	**2.276**

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos, conta corrente e caixa [1]	2	2
Aplicações financeiras [2]	2.681	1.428
Total	**2.683**	**1.430**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos, conta corrente e caixa [1]	3	3
Aplicações financeiras [2]	3.472	2.276
Total	**3.475**	**2.279**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A.

[2] Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 106% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentada, refere-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2024.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Composição

Referem-se a valores a receber de aluguéis das propriedades para investimento:

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Outlet Premium Brasília	1.817	1.691
General Shopping do Brasil	129	22
Total	**1.946**	**1.713**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Outlet Premium Rio de Janeiro	6.433	6.086
Outlet Premium Brasília	1.817	1.691
Aplicações financeiras [1]	3.654	3.238
General Shopping do Brasil	239	361
Total	**12.143**	**11.376**

[1] No consolidado, refere-se à constituição de fundo de reserva, direcionada para conta vinculada de titularidade da Controlada, mantida com o Banco Itaú Unibanco S.A., equivalente a três parcelas da média de pagamento anual da Cédula de Crédito Bancário, objeto da concessão de empréstimos (Nota explicativa nº14), remunerado a 97% do DI ao ano, com data de vencimento em 13 de dezembro de 2027. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 3.654 (R$ 3.238 em 2023). O referido ativo foi registrado a custo amortizado em ambos exercícios.

A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Na Controladora foi constituída provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber no valor de R$ 254 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 243 em 2023), no Consolidado R$ 1.066 em 2024 (R$ 1.206 em 2023).

No resultado da controladora não houve impacto de provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2024 (R$ 39 de constituição em 2023). Nos saldos consolidados o impacto da provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2024 foi de reversão de R$ 151 (R$ 111 em 2023).

i. Abertura por prazo

Controladora – *Outlet Premium* Brasília	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
A vencer	1.463	1.503
Vencidos		
1 a 30 dias	74	49
31 a 60 dias	3	–
61 a 90 dias	6	–
91 a 180 dias	85	130
Acima de 180 dias	315	31
Total	**1.946**	**1.713**

Consolidado – *Outlet Premium* Brasília e Rio de Janeiro	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
A vencer	6.169	6.949
Vencidos		
1 a 30 dias	392	650
31 a 60 dias	42	–
61 a 90 dias	18	1
91 a 180 dias	98	143
Acima de 180 dias	1.770	395
Total	**8.489**	**8.138**

ii. Movimentação da provisão para perdas esperadas

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial	**243**	**282**
(-) Baixa	11	(39)
Saldo final	**254**	**243**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial	**1.206**	**1.318**
(-) Baixa	(140)	(112)
Saldo final	**1.066**	**1.206**

7. Propriedade para investimento

a. *Shopping Center Outlet Premium* Brasília

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado *Outlet Premium* Brasília ("*Shopping Center*").

O *Shopping Center Outlet Premium* Brasília, do Grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da BR-060, em Alexânia, município que integra a microrregião da capital federal. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área de 121 mil m2 e um projeto arquitetônico inspirado na arquitetura do plano-piloto da capital do país.

Em 11 de maio de 2012, foi celebrado o Acordo de Investimentos e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 18,77% no montante de R$ 15.230.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2025, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de outubro 2024 foi de R$ 87.823 (R$ 60.838 em 2023).

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2024. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

b. *Shopping Outlet Premium* Rio de Janeiro

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado *Outlet Premium* Rio de Janeiro ("*Shopping Center*").

O *Shopping Center Outlet Premium* Rio de Janeiro, do grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall*, localiza-se na Rodovia Washington Luiz (BR 040), km 109 – Rio de Janeiro-RJ, que liga o Rio de Janeiro a Juiz de Fora, tem fácil acesso aos aeroportos Santos Dumont e Galeão/Tom Jobim, e as cidades serranas, como Petrópolis e Teresópolis, e está ao lado do arco rodoviário metropolitano. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área bruta locável de 31.886 m^2.

Em 24 de fevereiro de 2015, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Controlada adquiriu 48% do empreendimento *Shopping Center*. O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 11.940.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2024, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de outubro de 2024 foi de R$ 107.845 (R$ 103.157 em 2023).

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2024. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

i. Controladora

	Terreno Outlet Brasília	Edificações Outlet Brasília	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**291**	**13.361**	**13.652**
Custo	–	107	107
Depreciação acumulada	–	(330)	(330)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**291**	**13.138**	**13.429**
Custo	–	65	65
Depreciação acumulada	–	(333)	(333)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**291**	**12.870**	**13.161**

ii. Consolidado

	Edificações Outlet Rio	Terreno Outlet Brasília	Edificações Outlet Brasília	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**76.612**	**291**	**13.361**	**90.264**
Custo	124	–	107	231
Depreciação acumulada	(1.785)	–	(330)	(2.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**74.951**	**291**	**13.138**	**88.380**
Custo	732	–	65	797
Depreciação acumulada	(1.793)	–	(333)	(2.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**73.890**	**291**	**12.870**	**87.051**

8. Participações em controladas

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o seguinte investimento na BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("BR Rio"):

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial	**33.224**	**25.038**
Aumento/integralização de capital em controlada	8.000	7.000
Resultado de equivalência patrimonial	3.489	1.186
Saldo final	**44.713**	**33.224**

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores	67	67	125	125
Total	**67**	**67**	**125**	**125**

10. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
Controladora	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
Certificados de depósitos bancários [1]	2.681	172	1.428	176
Valores a pagar [2]	–	(82)	–	(87)

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
Consolidado	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
Certificados de depósitos bancários [1]	3.472	409	2.276	406
Valores a pagar [2]	–	(164)	–	(174)

[1] Refere-se ao Certificado de Depósito Bancário, vide nota explicativa 5.

[2] Referem-se ao pagamento de despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é representado por 3.126 (milhares) por ações totalizando o montante de R$ 55.372 (R$ 50.372 em 2023). Não houve integralização de capital social em 2024 (R$ 3.000 em 2023).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram distribuídos dividendos.

12. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Brasília	5.794	5.503
(-) PIS e COFINS	(212)	(201)
Total	**5.582**	**5.302**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas de aluguéis – Outlet Premium Brasília e Outlet Premium Rio de Janeiro	19.247	17.518
(-) PIS e COFINS	(1.290)	(1.147)
Total	**17.957**	**16.371**

13. Custos com manutenção

No Consolidado, referem-se a custos operacionais com a manutenção dos *Shoppings Outlet Premium* Brasília e Rio de Janeiro, no valor de R$ 1.962 em 2024 (R$ 2.149 em 2023). Na Controladora, refere-se a custos com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Brasília no valor de R$ 322 em 2024 (R$ 367 em 2023).

14. Passivos financeiros

Os empréstimos bancários têm vencimento até 15 de abril de 2027 com encargos equivalentes à variação acumulada do índice de remuneração básica dos depósitos em caderneta de poupança livre (pessoa física) Taxa Referencial – TR, acrescidos de juros remuneratórios à taxa fixa de 8,90% (oito inteiros e novecentos mil milionésimos por cento) ao ano, podendo a taxa variar de acordo com faixas da taxa Selic definidas em contrato.

O total dos empréstimos no montante de R$ 80.300, preponderantemente obtidos junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., incluem obrigações garantidas (hipoteca da fração ideal do imóvel *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília, cessão fiduciária das receitas advindas da exploração comercial do *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília e alienação fiduciária das ações emitidas pela BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.). O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 38.749 (R$ 50.707 em 2023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia esteve em conformidade com os covenants financeiros.

15. Despesas administrativas

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de depreciação	333	330
Despesas tributárias	67	67
Contrato de rateio de despesas administrativas [2]	82	87
Despesas de serviços técnicos especializados	23	22
Outras despesas	52	60
Total	**557**	**566**

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de depreciação	2.126	2.115
Despesas bancárias [1]	318	347
Contrato de rateio de despesas administrativas [2]	164	174
Despesas de serviços técnicos especializados	47	44
Despesas tributárias	151	150
Outras despesas	256	125
Total	**3.062**	**2.955**

[1] Refere-se preponderantemente à despesa amortizada de comissão de estruturação de Cédula de Crédito Bancário do Banco Itaú BBA.

[2] Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 10).

16. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(626)	(623)
Total do imposto corrente	**(626)**	**(623)**
Imposto diferido		
Constituição/Utilização imposto diferido sobre receita	(39)	(12)
Total do imposto diferido	**(39)**	**(12)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(665)**	**(635)**

O montante de despesa de imposto de renda e contribuição social no consolidado foi de R$ 1.676 em 2024 (R$ 954 em 2023).

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	117	78	(39)	156
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	39	222	(209)	52
Total passivo fiscal diferido	**156**	**300**	**(248)**	**208**

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	105	65	(53)	117
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	36	197	(194)	39
Total passivo fiscal diferido	**141**	**262**	**(247)**	**156**

c. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
Controladora	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**5.794**	**5.794**	**5.503**	**5.503**
Alíquota (0,65% de PIS e 3% COFINS)	(37)	(175)	(36)	(165)
Despesa com PIS e COFINS	**(37)**	**(175)**	**(36)**	**(165)**

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
Consolidado	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	17.957	17.957	16.371	16.371
Alíquota (0,65% de PIS e 3% COFINS)	(37)	(175)	(36)	(165)
Alíquota (1,65% de PIS e 7,6% COFINS)	(222)	(1.022)	(198)	(913)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	30	136	29	136
Total de PIS/COFINS sobre receitas da atividade	**(229)**	**(1.061)**	**(205)**	**(942)**
Receitas financeiras	**745**	**745**	**706**	**706**
Alíquota (0,65% de PIS e 4% COFINS)	(5)	(30)	(5)	(28)
Total de PIS/COFINS sobre receitas financeiras e outras rendas	**(5)**	**(30)**	**(5)**	**(28)**

No consolidado o montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 10.230 (R$ 10.673 em 2023), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

17. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

continua ...

Eufrázio


BR PARTNERS

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Diretores da
BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

•Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

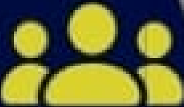
ESTADÃO RI

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.


+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE


A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês


PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:


ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO AE AGÊNCIA ESTADO broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS PRESTANDO SERVIÇOS PARA O PROGRESSO DO BRASIL

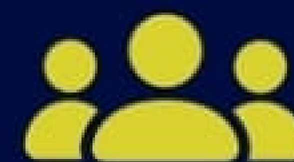
CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS




+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE


A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês


ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

Eufrázio



BR PARTNERS

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O ano de 2024 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023. O *Outlet Premium* Rio de Janeiro se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2024 com vendas de R$ 438,2 milhões, um aumento de 11,6% em relação a 2023 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings Centers*, o setor teve um faturamento em 2024 apenas 1,9% acima de 2023. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**6.611**	**6.364**
Caixa e equivalentes de caixa	5	792	849
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		5.731	5.462
- Valores a receber	6b	6.543	6.425
- Provisão para perdas esperadas	6b	(812)	(963)
Tributos a recuperar		88	53
Não circulante		**77.543**	**78.189**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		3.653	3.238
- Aplicações financeiras	6a	3.653	3.238
Propriedade para Investimento	7	73.890	74.951
Total do ativo		**84.154**	**84.553**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**18.071**	**16.738**
Fornecedores e outras contas a pagar	8	57	57
Tributos a recolher		645	564
Passivos financeiros	13	17.369	16.117
Não circulante		**21.370**	**34.591**
Passivos financeiros	13	21.370	34.591
Patrimônio líquido		**44.713**	**33.224**
Capital social	10a	74.350	66.350
Prejuízos acumulados		(29.637)	(33.126)
Total do passivo e patrimônio líquido		**84.154**	**84.553**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Prejuízo acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**64.350**	**(5.000)**	**(34.314)**	**25.037**
Aumento de capital	5.000	(5.000)	–	–
Integralização de capital	–	7.000	–	7.000
Lucro líquido do exercício	–	–	1.187	1.187
Em 31 de dezembro de 2023	**69.350**	**(3.000)**	**(33.127)**	**33.223**
Aumento de capital	6.000	(6.000)	–	–
Integralização de capital	–	8.000	–	8.000
Lucro líquido do exercício	–	–	3.490	3.490
Em 31 de dezembro de 2024	**75.350**	**(1.000)**	**(29.637)**	**44.713**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receita operacional líquida	11	12.375	11.068
Custos com manutenção	12	(1.640)	(1.782)
Lucro bruto		**10.735**	**9.286**
Despesas administrativas	14	(2.484)	(2.380)
Reversão para perdas esperadas	6b	151	73
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**8.402**	**6.979**
Receitas financeiras		575	531
Despesas financeiras		(4.476)	(6.005)
Resultado financeiro		**(3.901)**	**(5.474)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**4.501**	**1.505**
Tributos sobre o lucro	15a	(1.011)	(318)
Lucro líquido do exercício		**3.490**	**1.187**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	3.490	1.187
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**3.490**	**1.187**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		3.490	1.187
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação	7	1.793	1.785
Apropriação de despesas com passivos financeiros		4.770	6.343
(Reversão) para perdas esperadas	6b	(151)	(73)
Resultado líquido ajustado		**9.902**	**9.242**
Variações em:			
(Aumento) de instrumentos financeiros ao custo amortizado		(533)	(1.540)
(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar		(35)	6
Aumento de fornecedores e outras contas a pagar		–	5
Aumento de tributos a recolher		81	351
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**9.415**	**8.064**
Atividades de investimento			
Aquisição de investimento em edificações	7	(732)	(124)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(732)**	**(124)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		8.000	7.000
Pagamento de passivos financeiros		(16.740)	(15.251)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		**(8.740)**	**(8.251)**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(57)**	**(311)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		849	1.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	792	849
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(57)**	**(311)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 11 de novembro de 2014, com a sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. é controlada diretamente pela BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., com 100% de participação.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 3.490 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.187 em 31 de dezembro de 2023) e geração de caixa líquido nas atividades operacionais de R$ 9.416 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$ 8.064 em 2023), e nesta mesma data base o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 11.558 em 2024 (R$ 10.374 em 2023).

A Companhia acredita que o pagamento do empréstimo ocorrerá conforme o planejado, cabendo aqui salientar que, no exercício de 2024 e anteriores, os pagamentos foram feitos de acordo com o fluxo firmado em contrato, sem haver histórico de atrasos. A Companhia antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso a investimentos que podem ser feito pelo seu controlador e acionista, bem como, planos de aumento de capital, se necessário.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o seu controlador, bem como, a análise em conjunto das *Outlets*, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Deste modo, a Administração tem uma expectativa razoável de que conseguirá recursos financeiros suficientes para continuar operando seus negócios dentro dos próximos 12 meses.

3. Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Ativos financeiros

i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possui componente de financiamento significativo. A Companhia determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

ii. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado ("VJR") compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

e. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

f. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

g. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), apurados de acordo com o regime tributário do lucro real. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

i. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no Banco que está dentro do Grupo BR Partners, vide nota nº 5.

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Aplicações financeiras	4.444	4.086
Total	**4.444**	**4.086**

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos, conta corrente e caixa [1]	1	1
Aplicações financeiras [2]	791	848
Total	**792**	**849**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A..

[2] Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 105% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentada, refere-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2024.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

a. Aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros referem-se à constituição de fundo de reserva, direcionada para conta vinculada de titularidade da Companhia, mantida com o Banco Itaú Unibanco S.A., equivalente a três parcelas da média de pagamento anual da Cédula de Crédito Bancário, objeto da concessão de empréstimos, remunerado a 97% do CDI ao ano, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2027. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 3.653 (R$ 3.238 em 2023). O referido ativo foi registrado a custo amortizado em ambos exercícios.

b. Valores a receber

Referem-se a valores a receber de aluguéis, no montante de R$ 6.433 em 2024 (R$ 6.086 em 2023) do *Outlet Premium* Rio de Janeiro ("*Shopping Center*") e valores a receber da General *Shopping* do Brasil no montante de R$ 110 em 2024 (R$ 339 em 2023).

A Administração do *Shopping Center* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Foi constituída provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber no valor de R$ 812 em 2024 (R$ 963 em 2023). No resultado do exercício houve reversão da provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2024 de R$ 151 (em 2023 foi constituída provisão no montante de R$ 73).

continua ...



BR PARTNERS

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Rio de Janeiro

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
A vencer	4.706	5.446
Vencidos		
1 a 30 dias	318	601
31 a 60 dias	39	–
61 a 90 dias	12	1
91 a 180 dias	13	13
Acima de 180 dias	1.455	364
Total	**6.543**	**6.425**

ii. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial	**963**	**1.036**
(-) Reversão	(151)	(73)
Saldo final	**812**	**963**

7. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado *Outlet Premium* Rio de Janeiro ("*Shopping Center*").

O *Outlet Premium* Rio de Janeiro, do grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se na Rodovia Washington Luiz (BR 040), km 109 – Rio de Janeiro-RJ, que liga o Rio de Janeiro à Juiz de Fora, fácil acesso a aeroportos Santos Dumont e Galeão/Tom Jobim, cidades serranas, como Petrópolis e Teresópolis, e ao lado do arco rodoviário metropolitano. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *Outlet Center* da região, com uma área bruta locável de 31.886 m².

Em 24 de fevereiro de 2015, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Controlada adquiriu 48% do empreendimento *Shopping Center*. O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 11.940.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2025, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de outubro de 2024 foi de R$ 107.845 (R$ 103.157 em 2023).

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2024. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

Custo	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**76.612**	**76.612**
Custo	124	124
Depreciação acumulada	(1.785)	(1.785)
Em 31 de dezembro de 2023	**74.951**	**74.951**
Custo	732	732
Depreciação acumulada	(1.793)	(1.793)
Em 31 de dezembro de 2024	**73.890**	**73.890**

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores	57	57
Total	**57**	**57**

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
Certificados de depósitos bancários [1]	791	237	848	230
Valores a pagar [2]	–	(82)	–	(87)

[1] Refere-se ao Certificado de Depósito Bancário, vide nota explicativa 5.

[2] Referem-se ao pagamento de despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 90.496 milhares por ações (79.717 milhares por ação em 2023). O capital social integralizado é de R$ 74.350 (R$ 66.350 em 2023). Houve integralização de capital social no valor de R$ 8.000 em 2024 (R$ 7.000 em 2023).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram distribuídos dividendos.

11. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Rio de Janeiro	13.453	12.015
(-) PIS e COFINS	(1.078)	(947)
Total	**12.375**	**11.068**

12. Custos com manutenção

O valor de R$ 1.640 em 2024 (R$ 1.782 em 2023) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Rio de Janeiro.

13. Passivos financeiros

Os empréstimos bancários têm vencimento até 15 de abril de 2027 com encargos equivalentes à variação acumulada do índice de remuneração básica dos depósitos em caderneta de poupança livre (pessoa física) Taxa Referencial – TR, acrescidos de juros remuneratórios à taxa fixa de 8,90% (oito inteiros e noventos mil milionésimos por cento) ao ano, podendo a taxa variar de acordo com faixas da taxa Selic definidas em contrato.

O total dos empréstimos foi no montante de R$ 80.300 (valor nominal), preponderantemente obtidos junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., que incluem obrigações garantidas (hipoteca da fração ideal do imóvel *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília, cessão fiduciária das receitas advindas da exploração comercial do *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília e alienação fiduciária das ações emitidas pela BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.). O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 38.739 (R$ 50.708 em 2023), valores atualizados da dívida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia esteve em conformidade com os *covenants* financeiros.

14. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de depreciação [1]	1.793	1.785
Despesas de publicidade	49	50
Contrato de rateio despesas administrativas [2]	82	87
Despesas tributárias	27	26
Despesas de serviços técnicos especializados	23	23
Despesas bancárias [3]	318	348
Outras despesas	192	61
Total	**2.484**	**2.380**

[1] Refere-se a depreciação de edificações *Outlet Premium* Rio de Janeiro (Nota explicativa 7).

[2] Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 9).

[3] Refere-se preponderantemente à despesa amortizada de comissão de estruturação de Cédula de Crédito Bancário do Banco Itaú BBA.

15. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**4.501**	**1.505**
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(1.506)	(487)
Adições/Exclusões temporárias	51	22
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	444	147
Despesa com IRPJ/CSLL	**(1.011)**	**(318)**

O montante de crédito tributário não registrado em 2024 foi de R$ 10.230 (R$ 10.673 em 2023), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	13.453	13.453	12.015	12.015
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(222)	(1.023)	(198)	(913)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	30	136	29	136
Total de PIS/COFINS sobre atividade principal	**(192)**	**(887)**	**(169)**	**(777)**
Receita tributável sobre receitas financeiras	574	574	531	531
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(4)	(23)	(3)	(21)
Total de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(4)**	**(21)**	**(3)**	**(21)**

16. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki

Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

— Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

KPMG **KPMG Auditores Independentes**
CRC-2SP 027.685/O-0 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC-1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

ESTADÃO

VODCAST

doispontos

Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.

@estadao

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.

FOTO: PEDRO KIRILOS



BR PARTNERS

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.977.303/0001-61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O ano de 2024 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023. O Outlet Premium Salvador se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2024 com vendas de R$ 282,4 milhões, um aumento de 9,7% em relação a 2023 – de acordo com a Associação Brasileira de Shoppings Centers, o setor teve um faturamento em 2024 apenas 1,9% acima de 2023.

Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de shoppings outlets continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**7.387**	**5.608**
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.210	1.982
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		4.154	3.608
- Valores a receber	6a	5.655	5.415
- Provisão para perdas esperadas	6c	(1.501)	(1.807)
Tributos a recuperar		23	18
Não circulante		**43.888**	**44.879**
Propriedade para Investimento	7	43.888	44.879
Total do ativo		**51.275**	**50.487**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**718**	**640**
Fornecedores e outras contas a pagar	8	46	46
Tributos a recolher		226	299
Impostos diferidos	14b	328	295
Dividendos a pagar		118	–
Total do Passivo		**718**	**640**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	42.260	43.860
Reservas de lucros		8.297	5.987
Total do Patrimônio líquido		**50.557**	**49.847**
Total do passivo e patrimônio líquido		**51.275**	**50.487**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receita operacional líquida	11	7.498	7.124
Custos com manutenção	12	(791)	(1.002)
Lucro bruto		**6.707**	**6.122**
Reversão para perdas esperadas		306	244
Despesas administrativas	13	(1.216)	(1.210)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**5.797**	**5.156**
Receitas financeiras		243	224
Despesas financeiras		(7)	(9)
Resultado financeiro líquido de impostos		**236**	**215**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**6.033**	**5.371**
Imposto de renda e contribuição social	14a	(905)	(857)
Lucro líquido do exercício		**5.128**	**4.514**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	**46.860**	**1.171**	**3.302**	–	**51.333**
Redução de capital social	(3.000)	–	–	–	(3.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.514	4.514
Constituição de reservas	–	226	2.288	(2.514)	–
Dividendos	–	–	(1.000)	(2.000)	(3.000)
Em 31 de dezembro de 2023	**43.860**	**1.397**	**4.590**	–	**49.847**
Redução de capital social	(1.600)	–	–	–	(1.600)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.128	5.128
Constituição de reservas	–	256	4.872	(5.128)	–
Dividendos	–	–	(2.818)	–	(2.818)
Em 31 de dezembro de 2024	**42.260**	**1.653**	**6.644**	–	**50.557**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	5.128	4.514
Outros resultados abrangentes	–	–
Lucro abrangente do exercício	**5.128**	**4.514**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		5.128	4.514
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Depreciação	7	991	990
(Reversão) de provisão para perdas esperadas	6c	(306)	(244)
Impostos diferidos		33	21
Lucro líquido ajustado		**5.846**	**5.281**
Variações em:			
(Aumento) de instrumentos financeiros ao custo amortizado		(240)	(200)
(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar		(5)	32
Aumento de fornecedores e outras contas a pagar		–	4
Aumento de tributos a recolher		1.050	705
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.123)	(722)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**5.528**	**5.100**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	10b	(2.700)	(3.000)
Redução de capital social		(1.600)	(3.000)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(4.300)**	**(6.000)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.228**	**(900)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		1.982	2.882
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	5	3.210	1.982
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.228**	**(900)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 3 de junho de 2013 com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que essa entidade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

3. Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

e. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

f. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia adotou o regime de tributação "lucro presumido" para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

h. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e/ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., que está inserido no Grupo BR Partners, (vide nota nº 5).

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Aplicações financeiras	3.209	1.981
Total	**3.209**	**1.981**

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos, conta corrente e caixa [1]	1	1
Aplicações financeiras [2]	3.209	1.981
Total	**3.210**	**1.982**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A.

[2] Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 106,5% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2024.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

a. Composição dos valores a receber

Referem-se a valores a receber de aluguéis, no montante de R$ 5.655 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 5.415 em 2023), do *Outlet Premium* Salvador.

A Administração do *shopping center* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Foi constituída provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber no valor de R$ 1.501 em 2024 (R$ 1.807 em 2023). No resultado do exercício houve reversão da provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2024 de R$ 306 (reversão de provisão no montante de R$ 244 em 31 de dezembro de 2023).

b. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Salvador

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
A vencer	3.217	2.964
Vencidos		
1 a 30 dias	289	297
31 a 60 dias	3	8
61 a 90 dias	–	35
91 a 180 dias	194	265
Acima de 180 dias	1.952	1.846
Total	**5.655**	**5.415**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial	**1.807**	**2.051**
(-) Reversão	(306)	(244)
Saldo final	**1.501**	**1.807**

7. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center*, denominado *Outlet Premium* Salvador ("*Shopping Center*").

O *Outlet Premium* Salvador, do grupo *General Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da Estrada do Coco, km 12,5, Vila de Abrantes, no município de Camaçari, situado a cerca de 41 km de Salvador. Dispõe de mais de 70 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área bruta locável de 14.964,41 m².

Em 18 de junho de 2013, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Companhia adquiriu 48% do *Shopping Center*. O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 46.149.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi emitido laudo de avaliação em fevereiro de 2025, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de outubro de 2024 foi de R$ 81.156 (R$ 85.533 em 2023).

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2024. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

Depreciação	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**4.962**	**40.907**	**45.869**
Depreciação acumulada	–	(990)	(990)
Em 31 de dezembro de 2023	**4.962**	**39.917**	**44.879**
Depreciação acumulada	–	(991)	(991)
Em 31 de dezembro de 2024	**4.962**	**38.926**	**43.888**

continua ...



BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.977.303/0001-61

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores	46	46
Total	**46**	**46**

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
- Certificados de depósitos bancários [1]	3.209	242	1.981	224
- Valores a pagar [2]	–	(82)	–	(87)

[1] Refere-se ao Certificado de Depósitos Bancários, vide nota explicativa nº 5.

[2] Referem-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 41.606 milhares de ações (43.181 milhares de ações em 2023), totalizando o montante de R$ 42.260 (R$ 43.860 em 2023).

Em 30 de janeiro de 2024 foi deliberada a redução de capital social no montante de R$ 1.600, correspondente a 1.575 de milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia (R$ 3.000 em 2023 correspondente a 2.953 de milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2024 foram destinados dividendos no montante de R$ 1.218 relativos ao exercício de 2024 (R$ 3.000 em 2023) e R$ 1.600 relativo a períodos anteriores, deduzido da rubrica de "Outras reservas de lucros".

11. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Salvador	7.781	7.393
(-) PIS e COFINS	(283)	(269)
Total	**7.498**	**7.124**

12. Custos com manutenção

O valor de R$ 791 em 2024 (R$ 1.002 em 2023) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Salvador.

13. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de depreciação [1]	991	990
Contrato de rateio despesas administrativas [2]	82	87
Despesas de publicações	50	45
Despesas de serviços técnicos especializados	24	23
Outras despesas	69	65
Total	**1.216**	**1.210**

[1] Refere-se a depreciação das propriedades para investimentos (Nota explicativa 7).

[2] Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 9).

14 Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(881)	(841)
Total do imposto corrente	**(881)**	**(841)**
Imposto diferido		
Constituição/(Utilização) imposto diferido sobre receita	(24)	(16)
Total do imposto diferido	**(24)**	**(16)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(905)**	**(857)**

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	221	122	(98)	245
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	74	285	(276)	83
Total passivo fiscal diferido	**295**	**407**	**(374)**	**328**

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	205	96	(80)	221
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	69	270	(265)	74
Total passivo fiscal diferido	**274**	**366**	**(345)**	**295**

c. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**7.781**	**7.781**	**7.393**	**7.393**
Alíquota (0,65% de PIS e 3% de COFINS)	(51)	(232)	(48)	(221)
Despesa com PIS/COFINS	**(51)**	**(232)**	**(48)**	**(221)**

15. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP - 027.685/O-0 F SP
Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

agro.estadao.com.br



CONHEÇA O PORTAL AGRO
Conteúdo relevante para a gestão
de toda a cadeia de abastecimento

Uma parceria:
ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO


BR PARTNERS

BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.

CNPJ/MF nº 31.799.830/0001-54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
O ano de 2024 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023. O Outlet Premium Fortaleza se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2024 com vendas de R$ 177,6 milhões, um aumento de 6,6% em relação a 2023 – de acordo com a Associação Brasileira de Shoppings Centers, o setor teve um faturamento em 2024 apenas 1,9% acima de 2023. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de shoppings outlets continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**2.784**	**4.607**
Caixa e equivalentes de caixa	5	781	3.177
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		1.841	1.382
- Valores a receber	6a	2.190	1.766
- Provisao para perdas esperadas	6c	(349)	(384)
Tributos a recuperar		31	26
Outros ativos		131	22
Não Circulante		**12.479**	**12.643**
Propriedade para Investimento	7	12.479	12.643
Total do ativo		**15.263**	**17.250**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**763**	**1.181**
Fornecedores e outras contas a pagar	8	46	46
Tributos a recolher		106	184
Impostos diferidos	14b	260	251
Dividendos a pagar		351	700
Total do Passivo		**763**	**1.181**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	11.900	13.900
Reservas de lucros		2.600	2.169
Total do Patrimônio líquido		**14.500**	**16.069**
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.263**	**17.250**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Outras reservas	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	15.100	(1.200)	91	1.200	–	15.191
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.577	1.577
Constituição de reservas	–	–	79	798	(877)	–
Dividendos	–	–	–	–	(700)	(700)
Em 31 de dezembro de 2023	15.100	(1.200)	170	1.998	–	16.068
Redução de capital	(2.000)	–	–	–	–	(2.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.483	1.483
Constituição de reservas	–	–	74	709	(783)	–
Dividendos	–	–	–	(351)	(700)	(1.051)
Em 31 de dezembro de 2024	13.100	(1.200)	244	2.356	–	14.500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receita operacional líquida	11	3.874	3.765
Custos com manutenção	12	(1.614)	(1.646)
Lucro bruto		**2.260**	**2.119**
Reversão para perdas esperadas	6c	35	370
Despesas administrativas	13	(477)	(721)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**1.818**	**1.768**
Receitas financeiras	9	125	341
Despesas financeiras		(4)	(6)
Resultado financeiro líquido de impostos		**121**	**335**
Resultado não operacional		–	(9)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**1.939**	**2.094**
Imposto de renda e contribuição social	14a	(456)	(517)
Lucro líquido do exercício		**1.483**	**1.577**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.483	1.577
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.483**	**1.577**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.483	1.577
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Despesas com depreciação	7	280	274
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9	4
(Reversão) de provisão para perdas esperadas	6c	(35)	(370)
Lucro líquido ajustado		**1.737**	**1.485**
Variações em:			
(Aumento)/diminuição em instrumentos financeiros ao custo amortizado		(424)	349
(Aumento) em outros ativos		(109)	(22)
(Aumento) em tributos a recuperar		(5)	(19)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar		–	4
Aumento em tributos a recolher		392	508
Imposto de renda e contribuição social pagos		(471)	(474)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.120**	**1.831**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimento em edificações	7	(116)	(240)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(116)**	**(240)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital		(2.000)	–
Dividendos pagos		(1.400)	–
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(3.400)**	**–**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(2.396)**	**1.591**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		3.177	1.586
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	5	781	3.177
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(2.396)**	**1.591**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais
A BR Partners Outlet Fortaleza S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 24 de outubro de 2018, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
a. Base de preparação e apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
b. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.
c. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.
Continuidade
A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que essa entidade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

3. Políticas contábeis materiais
a. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
b. Instrumentos financeiros
Ativos financeiros ao custo amortizado
Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.
Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.
c. Propriedade para investimentos
A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.
A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.
A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.
O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.
d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.
e. Capital social
As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.
f. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.
A Companhia adotou o regime de tributação "lucro presumido" para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.
h. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro
A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:
I. Risco de crédito
Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.
A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e/ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., que está inserido no Grupo BR Partners (vide nota nº 5).
A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.
II. Risco de liquidez
Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.
A abordagem da administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.
III. Risco de mercado
Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.
Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Aplicações financeiras	780	3.176
Total	**780**	**3.176**

• **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:**
As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos, conta corrente e caixa [1]	1	1
Aplicações financeiras [2]	780	3.176
Total	**781**	**3.177**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A..
[2] Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 107% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2024.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado
a. Composição dos valores a receber

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Outlet Premium Fortaleza [1]	2.023	1.666
General *Shopping* do Brasil	167	100
Total	**2.190**	**1.766**

[1] Referem-se a valores a receber de aluguéis do *Outlet Premium* Fortaleza ("*Shopping Center*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Em 31 de dezembro de 2024 foi revertida provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber no montante de R$ 35 (R$ 370 em 2023).

b. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Fortaleza

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
A vencer	1.797	1.334
Vencidos		
1 a 30 dias	7	18
31 a 60 dias	8	4
61 a 90 dias	13	–
91 a 180 dias	27	4
Acima de 180 dias	338	406
Total	**2.190**	**1.766**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial	**384**	**754**
(-) Reversão	(35)	(370)
Saldo final	**349**	**384**

7. Propriedade para investimento
A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center*, denominado *Outlet Premium* Fortaleza ("*Shopping Center*").
O *Outlet Premium* Fortaleza, do Grupo General *Shopping*, foi inaugurado em outubro de 2014, é o primeiro e único *outlet* do Estado do Ceará e é a maior referência do segmento na região Norte/Nordeste. Tem uma área bruta locável (ABL) de 15.137 m2 , com mais de 90 marcas nos setores de moda, acessórios, cama, mesa e banho, óticas, artigos esportivos, alimentação e um estacionamento gratuito para 1.300 veículos.
Em 1º de novembro de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra de Venda de Fração Ideal de Imóvel e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 50% do montante de R$ 22.476.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2025, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de outubro de 2024 foi de R$ 44.418 (R$ 51.381 em 2023).
A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2024. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

Depreciação	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**12.677**	**12.677**
Benfeitorias	240	240
Depreciação acumulada	(274)	(274)
Em 31 de dezembro de 2023	**12.643**	**12.643**
Benfeitorias	116	116
Depreciação acumulada	(280)	(280)
Em 31 de dezembro de 2024	**12.479**	**12.479**

continua ...



BR PARTNERS

BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.

CNPJ/MF nº 31.799.830/0001-54

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores	46	46
Total	**46**	**46**

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários [(1)]	780	125	3.176	341
Dividendos a pagar [(2)]	(352)	–	(700)	–
Valores a pagar [(3)]	–	(82)	–	(87)

[(1)] Aplicações financeiras realizadas com o BR Partners Banco de Investimento S.A.

[(2)] Dividendos a pagar ao controlador BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações.

[(3)] Refere-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 6.442 de milhares de ações, totalizando o montante de R$ 13.100 (R$ 15.100 em 2023). O montante de R$ 1.200 (R$ 1.200 em 2023) refere-se a parcela do capital a integralizar que é deduzida do patrimônio líquido.

Em 16 de janeiro de 2024 foi deliberada a redução de capital social no montante de R$ 2.000, correspondente a 984 de milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia.

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2024 foram destinados dividendos no montante de R$ 700 (R$ 700 em 2023) e R$ 351 relativo a períodos anteriores, deduzido da rubrica de "Outras reservas de lucros".

11. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium Fortaleza*	4.021	3.907
(-) PIS e COFINS	(147)	(142)
Total	**3.874**	**3.765**

12. Custos com manutenção

O valor de R$ 1.614 em 2024 (R$ 1.646 em 2023) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Fortaleza.

13. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de depreciação [(1)]	280	273
Despesas de publicações	48	46
Contrato de rateio de despesas administrativas [(2)]	82	87
Despesas de serviços técnicos especializados	21	21
Outras despesas	46	294
Total	**477**	**721**

[(1)] Refere-se à depreciação das propriedades para investimentos (Nota 7).

[(2)] Valores a pagar partes relacionadas (Nota 9).

14. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(449)	(514)
Total do imposto corrente	**(449)**	**(514)**
Imposto diferido		
Constituição/(utilização) imposto diferido sobre receita	(7)	(3)
Total do imposto diferido	**(7)**	**(3)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(456)**	**(517)**

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	188	78	(71)	195
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	63	147	(145)	65
Total passivo fiscal diferido	**251**	**225**	**(216)**	**260**

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	185	142	(139)	188
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	62	143	(142)	63
Total passivo fiscal diferido	**247**	**285**	**(281)**	**251**

c. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2023	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**4.021**	**4.021**	**3.908**	**3.908**
Alíquota (0,65% de PIS e 3,00% de COFINS)	(25)	(122)	(24)	(117)
Despesa com PIS/COFINS	**(25)**	**(122)**	**(24)**	**(117)**

15. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP
Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

e|investidor
ESTADÃO

Tudo sobre o **Tesouro Direto**



Um mergulho no **investimento mais escolhido** entre os brasileiros.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito





BR PARTNERS

BR Partners Outlet Brasília S.A.

CNPJ/MF nº 31.961.265/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: O ano de 2024 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023. O Outlet Premium Brasília se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2024 com vendas de R$ 466,2 milhões, um aumento de 6,4% em relação a 2023 – de acordo com a Associação Brasileira de Shoppings Centers, o setor teve um faturamento em 2024 apenas 1,9% acima de 2029.

Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de shoppings outlets continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos: A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**7.417**	**5.348**
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.055	1.501
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		4.336	3.804
- Valores a receber	6a	4.717	4.169
- Provisão para perdas esperadas	6c	(381)	(365)
Tributos a recuperar		26	43
Não circulante		**39.375**	**40.159**
Propriedade para Investimento	7	39.375	40.159
Total do ativo		**46.792**	**45.507**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante		**40.536**	**211**
Instrumentos financeiros passivos	9	40.066	–
Fornecedores e outras contas a pagar	8	57	58
Impostos a recolher		413	153
Não circulante		**–**	**39.892**
Instrumentos financeiros passivo	9	–	39.892
Total do Passivo		**40.536**	**40.103**
Patrimônio líquido			
Capital social	11a	6.501	6.501
Reservas de lucros		78	35
(-) Prejuízos acumulados		(323)	(1.132)
Total do Patrimônio líquido		**6.256**	**5.404**
Total do passivo e patrimônio líquido		**46.792**	**45.507**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receita operacional líquida	12	7.968	7.573
Custos com manutenção	13	(483)	(550)
Lucro bruto		**7.485**	**7.023**
Reversão/(provisão) para perdas esperadas		(16)	59
Despesas administrativas	14	(1.096)	(1.140)
Outras despesas operacionais	15	(19)	(235)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**6.354**	**5.707**
Receitas financeiras		260	187
Despesas financeiras	9	(5.560)	(6.138)
Resultado financeiro líquido de impostos		**(5.300)**	**(5.951)**
Resultado não operacional		199	206
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**1.253**	**(38)**
Imposto de renda e contribuição social	16a	(401)	–
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**852**	**(38)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	852	(38)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**852**	**(38)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	**15.000**	**35**	**(1.094)**	**13.941**
Redução de capital social	(8.499)	–	–	(8.499)
(Prejuízo) do exercício	–	–	(38)	(38)
Em 31 de dezembro de 2023	**6.501**	**35**	**(1.132)**	**5.404**
Constituição de reserva legal	–	43	(43)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	852	852
Em 31 de dezembro de 2024	**6.501**	**78**	**(323)**	**6.256**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		852	(38)
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo) do exercício			
Depreciação	7	881	880
(Reversão)/Provisão para perdas esperadas	6c	16	(59)
Apropriação de despesas com juros sobre debêntures		5.556	6.339
Lucro líquido ajustado		**7.305**	**7.122**
Variações em:			
(Aumento)/diminuição em instrumentos financeiros ativo		(548)	7.995
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar		17	(12)
Aumento/(diminuição) em fornecedores e outras contas a pagar		(1)	6
Aumento/(diminuição) em impostos a recolher		348	13
Imposto de renda e contribuição social pagos		(88)	(447)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**7.033**	**14.677**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimentos em edificações/expansões	7	(97)	(71)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(97)**	**(71)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		–	(8.499)
Pagamento de juros sobre debêntures		(5.382)	(6.257)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(5.382)**	**(14.756)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.554**	**(150)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		1.501	1.651
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	5	3.055	1.501
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.554**	**(150)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BR Partners Outlet Brasília S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 3 de junho de 2019, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Em 3 de junho de 2019, com a sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A BR Partners Brasília S.A., é detentora do "CRI Outlet Premium Brasília", um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) com amortização *bullet* e vencimento originalmente previsto para junho de 2025. A Administração da Companhia informa que a dívida está em processo de refinanciamento. As documentações pertinentes serão aditadas, mantendo-se os termos atuais e alterando-se o vencimento para junho de 2030.

O reperfilamento tem como objetivo principal a adequação do perfil de endividamento da Companhia, proporcionando maior flexibilidade financeira e alinhamento com a estratégia de longo prazo. É importante destacar que, com esta medida, não haverá impacto negativo na continuidade dos negócios da Companhia para os próximos 12 meses. A BR Partners Brasília S.A. mantém sua solidez financeira e capacidade de honrar seus compromissos, assegurando a continuidade das operações e a execução de seu plano de negócios.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas à um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros

Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada sobre o custo de aquisição menos o valor residual, de acordo com o método linear, aplicando-se à taxa de 2% a.a. no horizonte de vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

e. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

f. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

g. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), apurados de acordo com o regime tributário do lucro real. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

h. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira pertencente ao Grupo BR Partners (vide nota nº 5).

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da Companhia, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Aplicações financeiras	3.054	1.500
Total	**3.054**	**1.500**

• **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:**

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Bancos, conta corrente e caixa (1)	1	1
Aplicações financeiras (2)	3.054	1.500
Total	**3.055**	**1.501**

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A.

(2) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração de 100% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "Receitas financeiras".

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

a. Composição dos valores a receber

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Valores a receber de empresa ligada	226	226
Outlet Premium Brasília (1)	2.277	2.088
Fundo de Reserva (2)	2.020	1.822
General *Shopping* Brasil (3)	194	33
Total	**4.717**	**4.169**

(1) Referem-se a valores a receber de aluguéis do *Outlet Premium* Brasília ("*Shopping Center*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Foi constituída provisão para perda referente aos aluguéis a receber em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$ 381 (R$ 365 em 2023). No resultado do exercício o impacto da provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2024 foi de uma constituição no montante de R$ 16 (R$ 59 de baixa em 2023). Inserimos abaixo o *aging list* dos valores a receber, bem como a movimentação da provisão para perdas esperadas.

(2) Refere-se ao Fundo de Reserva administrado pelo Habitasec Securitizadora S.A. constituído em garantia do cumprimento das obrigações garantidas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série única, para Colocação Privada.

(3) Valores a receber da General *Shopping* do Brasil relativo a ressarcimento de despesas.

b. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Brasília

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
A vencer	1.930	1.631
Vencidos		
1 a 30 dias	176	143
31 a 60 dias	–	33
61 a 90 dias	15	21
91 a 180 dias	20	61
Acima de 180 dias	136	199
Total	**2.277**	**2.088**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial	**365**	**424**
(+) Constituição	16	–
(-) Baixa	–	(59)
Saldo final	**381**	**365**

7. Investimentos

O *Shopping Center Outlet Premium* Brasília, do Grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da BR-060, em Alexânia, município que integra a microrregião da capital federal. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área de 121 mil m2 e um

continua ...



BR PARTNERS

BR Partners Outlet Brasília S.A.

CNPJ/MF nº 31.961.265/0001-80

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

projeto arquitetônico inspirado na arquitetura do plano-piloto da capital do país.

Em 18 de julho de 2019, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra de Venda de Fração Ideal de Imóvel e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 28,23% no montante de R$ 40.677.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2025, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de outubro de 2024 foi de R$ 91.472 (R$ 90.215 em 2023).

A Administração não identificou mudanças nos fatos e nas circunstâncias que indicassem alteração neste valor para 31 de dezembro de 2024.

Depreciação	**Edificações**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2022	**40.968**	**40.968**
Benfeitorias	71	71
Depreciação	(880)	(880)
Em 31 de dezembro de 2023	**40.159**	**40.159**
Benfeitorias	97	97
Depreciação	(881)	(881)
Em 31 de dezembro de 2024	**39.375**	**39.375**

8. Fornecedores e outras contas a pagar

Custo	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2023**
Fornecedores	57	58
Total	**57**	**58**

9. Debêntures

Refere-se a emissão privada de debêntures no valor total de R$ 40.000 com vencimento para junho de 2025, destinados integralmente e exclusivamente para a aquisição da fração ideal de 28,23% do empreendimento imobiliário denominado *Outlet Premium* Brasília, conforme Instrumento Particular de Escritura de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R$ 40.066 (R$ 39.892 em 2023), sendo classificado ao custo amortizado.

Como garantia há: (i) um fundo de reserva, em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$ 2.020 (R$ 1.616 em 2023); (ii) alienação fiduciária das ações; e (iii) cessão fiduciária dos recebíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia esteve em conformidade com os *covenants* financeiros das debêntures. Ensejam no vencimento antecipado automático das debêntures o inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista (aproximadamente R$ 200 ao mês), e, desde que na hipótese de utilização do fundo de reserva (no valor de R$ 350) para o pagamento mensal do CRI ("Certificados de Recebíveis Imobiliários"), não haja recomposição do fundo.

As despesas financeiras registrada na demonstração do resultado refere-se, substancialmente, a despesa de captação de debêntures no valor de R$ 5.556 em 2024 (R$ 6.138 em 2023).

10. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2024		**Saldo em 31/12/2023**	
	Ativo/ (Passivo)	**Receita/ (Despesas)**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receita/ (Despesas)**
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	3.054	257	1.500	187
Valores a receber				
BR Partners *Outlet Premium* FIP [1]	226	–	226	–
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A.[2]	–	(82)	–	(87)

[1] Refere-se a valores a receber de empresa ligada, sobre a integralização de capital subscrito conforme boletim de subscrição datado em 3 de junho de 2019. Em 15 de dezembro de 2023 houve a baixa do montante de R$ 8.499 a título de redução de capital.

[2] Refere-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 6.501 (6.501 em 2023) de ações, totalizando o montante de R$ 6.501 em 2024 (R$ 6.501 em 2023).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram distribuídos dividendos.

12. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	**Saldo em 31/12/2023**
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Brasília	8.690	8.255
(-) PIS e COFINS	(722)	(682)
Total	**7.968**	**7.573**

13. Custos com manutenção

O valor de R$ 483 em 2024 (R$ 550 em 2023) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Brasília.

14. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2024	**Saldo em 31/12/2023**
Despesas de depreciação [1]	881	880
Despesas de publicações	47	54
Contrato de rateio de despesas administrativas [2]	82	87
Despesas de serviços técnicos especializados	21	22
Outras despesas	65	97
Total	**1.096**	**1.140**

[1] Refere-se a depreciação das propriedades para investimentos (Nota explicativa 7).

[2] Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 10).

15. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 foram registrado os valores de R$ 19 (R$ 235 em 2023), essas despesas refere-se custos de securitização e outras despesas tributárias.

16. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31/12/2024	**Saldo em 31/12/2023**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**1.253**	**(38)**
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(402)	(13)
Adições/Exclusões permanentes	–	7
Adições/Exclusões temporárias	(6)	–
Prejuízo fiscal	7	(7)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(401)**	**–**

O montante de prejuízo fiscal não registrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$0 (R$ 7 em 31 de dezembro de 2023).

b. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2024		**Saldo em 31/12/2023**	
	PIS	**COFINS**	**PIS**	**COFINS**
Receita tributável da atividade	8.690	8.690	8.255	8.255
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(143)	(660)	(137)	(627)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	15	67	15	67
PIS/COFINS sobre atividade principal	**(128)**	**(593)**	**(122)**	**(560)**
Outras receitas tributáveis	202	202	226	226
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(3)	(15)	(4)	(17)
PIS/COFINS sobre outras receitas	**(3)**	**(15)**	**(4)**	**(17)**
Receitas financeiras	260	260	187	187
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(2)	(10)	(1)	(7)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(2)**	**(10)**	**(1)**	**(7)**
Total de despesa com PIS/COFINS	**(133)**	**(618)**	**(127)**	**(584)**

17. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A DIRETORIA

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
BR Partners Outlet Brasília S.A. | São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Outlet Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Outlet Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2025.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

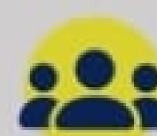


O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês


+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS


ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

///Sterlite Power

Two Square Transmissions Participações S.A.
(anteriormente denominada Sterlite Brazil S.A.)
CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27



Demonstrações Financeiras 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.235	33.517	42.792	238.256
Concessionárias e permissionárias	–	–	30.789	24.895
Ativo de concessão	–	–	320.492	307.094
Prêmio de seguro	180	86	3.908	3.934
Tributos e contribuições a compensar	6.573	5.752	12.063	9.715
Adiantamento a fornecedores e funcionários	789	2	1.131	14
Dividendos a receber	3.538	3.463	–	–
Outros créditos	–	–	1.137	35
Valor a receber pela alienação de investimento	–	2.771	–	2.771
Partes relacionadas	–	2.202	–	–
Total do ativo circulante	12.315	47.793	412.312	586.714
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito	23.299	–	119.313	6.958
Ativo da concessão	–	–	3.897.531	3.782.806
Adiantamento a fornecedores e funcionários	2.877	2.643	102.094	64.373
Impostos de renda e contribuição social diferido	134	444	7.793	4.077
Valores a receber pela alienação de investimento	4.707	4.707	4.707	4.707
Prêmio de seguro	3	7	529	1.083
	31.020	7.801	4.131.967	3.864.004
Investimentos	1.196.464	1.339.100	–	–
Imobilizado	19	2.492	19	2.492
Intangível	2.142	2.253	2.142	2.253
	1.198.625	1.343.845	2.161	4.745
Total do ativo não circulante	1.229.645	1.351.646	4.134.128	3.868.749
Total do ativo	1.241.960	1.399.439	4.546.440	4.455.463

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	2.276	2.202	105.834	197.226
Empréstimos, financiamentos e debêntures	633.881	542.218	1.045.310	1.263.605
Tributos e contribuições sociais	8.242	10.703	20.879	24.756
Imposto de renda e contribuição social	1.700	2.623	2.934	3.827
PIS e COFINS diferidos	–	–	20.972	21.292
Salários e encargos sociais	442	1.453	6.526	9.027
Arrendamentos	–	250	–	250
Provisão para onerosidade de contratos	–	–	48.220	–
Encargos setoriais	–	–	3.490	1.386
Partes relacionadas	178.366	90.279	170.564	38.997
Dividendos a pagar	3.902	3.902	3.347	3.347
Outros	2.442	1.238	7.742	2.927
Total do passivo circulante	831.251	654.868	1.435.818	1.566.640
Não circulante				
Fornecedores	–	–	105.000	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	2.137.988	1.730.260
Arrendamentos	–	475	–	475
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	114.642	120.743
PIS e COFINS diferidos	–	–	256.935	258.924
Provisão para contingências	–	–	83.722	34.325
Total do passivo não circulante	–	475	2.698.287	2.144.727
Patrimônio líquido				
Capital social	397.407	397.407	397.407	397.407
Reservas de lucros	13.302	346.689	13.302	346.689
	410.709	744.096	410.709	744.096
Participação de não controladores	–	–	1.626	–
Total do patrimônio líquido	410.709	744.096	412.335	744.096
Total do passivo e patrimônio líquido	1.241.960	1.399.439	4.546.440	4.455.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370.913	33.381	155.283	288.991	–	848.568	–	848.568
Aumento de capital conforme AGE de 20 de março de 2023	26.494	–	–	–	–	26.494	–	26.494
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(130.966)	(130.966)	–	(130.966)
Absorção de prejuízo do exercício	–	–		(130.966)	130.966	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	397.407	33.381	155.283	158.025	–	744.096	–	744.096
Aumento de capital (não controladores)	–	–	–	–	–	–	1.732	1.732
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(333.387)	(333.387)	(106)	(333.493)
Absorção de prejuízo do exercício	–	(20.079)	(155.283)	(158.025)	333.387	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	397.407	13.302	–	–	–	410.709	1.626	412.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	–	–	216.538	947.031
Remuneração do ativo de concessão	–	–	334.790	285.366
Receita operacional líquida	–	–	551.328	1.232.397
Custo de implementação de infraestrutura	–	–	(479.396)	(1.014.198)
Custo de operação e manutenção	–	–	(15.320)	(12.923)
Lucro bruto	–	–	56.612	205.276
Despesas gerais e administrativas	(7.694)	(6.492)	(49.516)	(49.268)
Resultado de equivalência patrimonial	(234.560)	(26.721)	–	–
Outras receitas (despesas)	(267)	(1)	8.338	10.424
Lucro antes do resultado financeiro líquido	(242.521)	(33.214)	15.434	166.432
Receitas financeiras	4.385	12.914	14.759	21.418
Despesas financeiras	(95.856)	(94.757)	(368.744)	(295.413)
Resultado financeiro líquido	(91.471)	(81.843)	(353.985)	(273.995)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(333.992)	(115.057)	(338.551)	(107.563)
Imposto de renda e contribuição social corrente	–	–	(4.565)	(4.384)
Imposto de renda e contribuição social diferido	605	(15.909)	9.623	(19.019)
Prejuízo do exercício	(333.387)	(130.966)	(333.493)	(130.966)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	–	–	(333.387)	–
Acionistas não controladores	–	–	(106)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(333.387)	(130.966)	(333.493)	(130.966)
Total de resultados abrangentes	(333.387)	(130.966)	(333.493)	(130.966)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	–	–	(333.387)	–
Acionistas não controladores	–	–	(106)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos	(333.992)	(115.057)	(338.551)	(107.563)
Ajustes para reconciliar o prejuízo nas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	234.560	26.721	–	–
PIS e COFINS diferidos	–	–	(2.309)	110.458
Provisão para contingências	–	–	49.397	21.112
Depreciação e amortização	2.584	(752)	2.584	(752)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	91.472	81.248	274.543	225.932
Juros e IOF sobre empréstimos com partes relacionadas	193	906	–	94
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	58.336	68.730
Apropriação dos custos de captação	191	–	7.170	2.714
Provisão para onerosidade de contratos	–	–	48.220	
Reversão de provisão de Scrow	915	–	915	–
Outros ajustes	–	1	(703)	348
	(4.077)	(6.933)	99.602	321.073
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Concessionárias e permissionárias	–	–	(5.894)	(17.706)
Ativo de concessão	–	–	(128.123)	(1.190.541)
Tributos e contribuições a compensar	(821)	3.294	(2.348)	1.488
Prêmio de seguro	(90)	(82)	580	523
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(1.021)	(448)	(38.838)	61.196
Partes relacionadas	2.202	–	–	–
Outros	–	(550)	(1.072)	4.336
	270	2.214	(175.695)	(1.140.704)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	74	(6.452)	13.608	2.982
Tributos e contribuições sociais	(2.461)	1.250	(3.877)	6.788
Encargos setoriais	–	–	2.104	1.059
Salários e encargos sociais	(1.011)	(221)	(2.501)	(1.698)
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(539)	–
Partes relacionadas	23.757		23.757	
Outras obrigações	1.204	1.245	4.785	(332)
	21.563	(4.178)	37.337	8.799
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(923)	–	(5.325)	(3.522)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	16.833	(8.897)	(44.081)	(814.354)
Atividades de investimentos				
Investimento em controladas	(48.515)	(21.155)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(43.484)	(230.957)	–	–
Dividendos recebidos	–	–	–	–
Recebível alienação de investimentos	2.771	506	2.771	506
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(89.228)	(251.606)	2.771	506
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	–	26.494	–	26.494
Aumento de capital (não controladores)	–	–	1.732	–
Caixa restrito	(23.299)	–	(112.355)	(6.958)
Debêntures, empréstimos e financiamentos captados líquidos do custo de emissão	–	42.900	95.286	990.404
Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	–	(11.500)	(3.470)	(19.311)
Amortização do principal de debêntures, empréstimos e financiamentos	–	(37.265)	(89.363)	(335.536)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	–	(16.965)	(153.069)	(164.022)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	107.875	45.670	107.810	35.065
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	(43.738)	(10.605)	–	–
Passivo de arrendamentos	(725)	(226)	(725)	(226)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	40.113	38.503	(154.154)	525.910
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(32.282)	(222.000)	(195.464)	(287.938)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	33.517	255.517	238.256	526.194
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.235	33.517	42.792	238.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Two Square Transmissions Participações S.A. ("Companhia" ou "TS Transmissions") anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2017, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar, Edifício Continental Square no município de São Paulo. As acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited., com sede em Mumbai, Índia e Sterlite Grid 5 Limited, com sede em Nova Deli, Índia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua→





Two Square Transmissions Participações S.A.
(anteriormente denominada Sterlite Brazil S.A.)
CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3 Principais políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Contratos onerosos:** Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato. **3.3. Investimentos:** A Companhia bem como suas controladas reconhecem e demonstram os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.4. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. d) Ganho ou perda de eficiência na implementação de infraestrutura: Refere-se às variações positivas ou negativas alocadas no resultado no momento da entrada em operação de cada projeto de reforço, melhorias e os novos contratos de concessão.

4 Eventos subsequentes

TS Transmissions

a) Contratação de empréstimos

A Companhia emitiu a CCB nº 0000587-1 junto ao Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A ("Sumitomo") no valor de R$ 26.907 em 07 de março de 2025, desembolsado na mesma data, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 3,20 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 3,20% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. A data de pagamento do principal e dos juros é 22 de dezembro de 2027, correspondente à data de vencimento original do contrato.

A Companhia emitiu a CCB nº 100125030000200 junto ao Banco Itaú S/A. ("Itaú") no valor de R$ 13.653 em 05 de março de 2025, desembolsado em 07 de março de 2025, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 3,20 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 3,20% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. A data de pagamento do principal e dos juros é 22 de dezembro de 2027, correspondente à data de vencimento original do contrato.

GBS Participações

a) Composição da Conta Reserva

Em 07 de março de 2025 a GBS preencheu a Conta Reserva com 2 (duas) Parcelas Vincendas, de acordo com o previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R$ 54.288 que, adicionado à Parcela de Segurança que já estava depositada na conta desde agosto de 2025, totalizaram R$ 81.540.

b) Liberação das Fianças Bancárias

A GBS obteve em 21 de março de 2025 a Exoneração das Fianças Bancárias que garantiam a Emissão de Debêntures uma vez cumpridas as condições para Conclusão dos Projetos previstas na Escritura.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima
Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa
Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Two Square Transmissions Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Two Square Transmissions Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures no montante total de R$ 737.936 mil no consolidado, que podem ter seu vencimento antecipado declarado pelos credores em função do não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em instrumentos de dívidas de controladas da Companhia, os quais não foram reclassificados para o passivo circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante está apresentado a maior nesse montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 818.936 mil na controladora e R$ 1.023.506 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2024, substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, nos montantes de R$ 525.399 mil na controladora e R$ 844.544 mil no consolidado para o passivo circulante, em virtude do descumprimento de convenants financeiros, os quais demandarão obtenção de waivers dos credores. Adicionalmente, conforme mencionado na seção "base para opinião com ressalva", o montante de R$ 737.936 mil relativo a dívidas as quais a Companhia não possui o direito de diferir o pagamento pelos próximos 12 meses da data das demonstrações financeiras não foi reclassificado para o passivo circulante. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 11, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R$ 4.218.023 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de sua controlada, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4 requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de abril de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

Demonstrações Financeiras **2024**

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	181	8.366	18.610	69.814
Concessionárias e permissionárias	–	–	14.764	14.198
Ativo de concessão	–	–	154.899	148.314
Prêmio de seguro	–	–	1.247	1.691
Tributos e contribuições a compensar	318	291	873	920
Adiantamento a fornecedores e funcionários	–	–	285	8
Dividendos a receber	4.955	4.722	–	–
Partes relacionadas	10.275	51.282	10.275	51.282
Outros	–	–	649	–
Total do ativo circulante	15.729	64.661	201.602	286.227
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito	29.543	–	52.433	–
Ativo da concessão	–	–	1.819.036	1.755.486
Adiantamento a fornecedores e funcionários	1.409	353	10.691	6.105
Prêmio de seguro	–	–	–	36
	30.952	353	1.882.160	1.761.627
Investimentos	1.285.737	1.224.153	–	–
	1.285.737	1.224.153	–	–
Total do ativo não circulante	1.316.689	1.224.506	1.882.160	1.761.627
Total do ativo	1.332.418	1.289.167	2.083.762	2.047.854

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	6.772	5.164	16.993	28.437
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22.201	622.369	54.319	651.873
Tributos e contribuições sociais	44	9	2.209	1.010
Imposto de renda e contribuição social	–	–	1.139	1.064
PIS e COFINS diferidos	–	–	5.654	5.808
Salários e encargos sociais	–	–	5.970	4.419
Encargos setoriais	–	–	2.232	1.018
Dividendos a pagar	1.903	1.828	1.903	1.828
Outras contas a pagar	–	–	5.063	1.719
Total do passivo circulante	30.920	629.370	95.482	697.176
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	625.509	–	1.164.906	545.772
Provisão para contingências	–	–	19.651	17.726
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	60.801	58.638
PIS e COFINS diferidos	–	–	66.933	68.745
Total do passivo não circulante	625.509	–	1.312.291	690.881
Patrimônio líquido				
Capital social	475.820	475.820	475.820	475.820
Reservas de lucros	191.759	183.977	191.759	183.977
	667.579	659.797	667.579	659.797
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.410	–	8.410	–
Total do patrimônio líquido	675.989	659.797	675.989	659.797
Total do passivo e patrimônio líquido	1.332.418	1.289.167	2.083.762	2.047.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	–	–	25.883	99.007
Remuneração do ativo de concessão	–	–	173.883	161.515
Receita operacional líquida	–	–	199.766	260.522
Custo de implementação de infraestrutura	–	–	(19.641)	(90.931)
Custo de operação e manutenção	–	–	(7.889)	(10.620)
Lucro bruto	–	–	172.236	158.971
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(347)	(385)	(22.292)	(15.230)
Outras receitas/(despesas)	10	–	13.546	8.589
Resultado de equivalência patrimonial	99.493	90.461	–	–
Lucro antes do resultado financeiro	99.156	90.076	163.490	152.330
Receitas financeiras	963	450	3.977	4.683
Despesas financeiras	(92.262)	(97.192)	(152.509)	(157.337)
Resultado financeiro líquido	(91.299)	(96.742)	(148.532)	(152.654)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	7.857	(6.666)	14.958	(324)
Imposto de renda e contribuição social corrente	–	–	(4.532)	(4.384)
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	(2.569)	(1.958)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.857	(6.666)	7.857	(6.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	7.857	(6.666)	7.857	(6.666)
Total de resultados abrangentes	7.857	(6.666)	7.857	(6.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	475.820	9.624	181.019	–	666.463	–	666.463
Prejuízo do exercício	–	–	–	(6.666)	(6.666)	–	(6.666)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(6.666)	6.666	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	475.820	9.624	174.353	–	659.797	–	659.797
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	8.410	8.410
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.857	7.857	–	7.857
Constituição de reserva legal	–	393	–	(393)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(75)	(75)	–	(75)
Reserva de lucros a realizar	–	–	7.389	(7.389)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	475.820	10.017	181.742	–	667.579	8.410	675.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	7.857	(6.666)	14.958	(324)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(99.493)	(90.461)	–	–
PIS e COFINS diferidos	–	–	(1.966)	11.296
Provisão para contingências	–	–	1.925	4.513
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	31.149	28.850	42.467	39.337
Juros sobre empréstimos e debêntures	47.235	45.289	83.415	79.451
Apropriação dos custos de captação de debêntures	3.348	2.635	3.470	2.706
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Ativo de concessão	–	–	(70.135)	(156.474)
Concessionárias e permissionárias	–	–	(566)	(7.009)
Tributos a compensar	(27)	690	47	401
Prêmio de seguro	–	–	480	(89)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(1.056)	(353)	(4.863)	39.872
Partes relacionadas	41.007	(812)	41.007	(812)
Outros	(233)	4.366	(649)	4.366
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	1.608	4.625	(11.444)	(58.992)
Tributos e contribuições sociais	35	(8)	1.199	(655)
Salários e encargos sociais	–	–	1.551	(3.393)
Encargos setoriais	–	–	1.214	691
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(539)	–
Outros	–	–	3.344	1.673
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	(4.324)	(3.522)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	31.430	(11.845)	100.591	(46.964)
Aportes de capital em controladas	(65.869)	–	–	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital em controladas	18.066	(7.656)	–	–
Dividendos recebidos de controladas	85.712	–	–	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	37.909	(7.656)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.410	–	8.410	–
Caixa restrito	(29.543)	–	(52.433)	–
Captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	–	–	–	61.207
Amortização de principal de debêntures, empréstimos e financiamentos	(9.954)	(8.266)	(25.164)	(15.584)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(46.437)	(45.103)	(82.608)	(76.621)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(77.524)	(53.369)	(151.795)	(30.998)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(8.185)	(72.870)	(51.204)	(77.962)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.366	81.236	69.814	147.776
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	181	8.366	18.610	69.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A GBS Participações S.A. ("Companhia" ou "GBS"), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar, Edifício Continental Square, na Vila Olímpia., no município de São Paulo e é controlada pela Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Trasmission"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. As Companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris") são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 2 de abril de 2025.

3 Principais políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condi-

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.3. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: i) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. iii) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4 Eventos Subsequentes

a) Composição da Conta Reserva

Em 07 de março de 2025 a Companhia preencheu a Conta Reserva com 2 (duas) Parcelas Vincendas, de acordo com o previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R$ 54.288 que, adicionado à Parcela de Segurança que já estava depositada na conta desde agosto de 2025, totalizaram R$ 81.540.

b) Liberação das Fianças Bancárias

A Companhia obteve em 21 de março de 2025 a Exoneração das Fianças Bancárias que garantiam a Emissão de Debêntures uma vez cumpridas as condições para Conclusão dos Projetos previstas na Escritura.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima
Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa
Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **GBS Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GBS Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada Borborema Transmissão de Energia não reclassificaram para o passivo circulante os montantes de R$ 625.509 mil e R$112.427 mil, respectivamente, referente a empréstimos, financiamentos e debêntures, os quais podem ter seu vencimento antecipado declarado pelos credores, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em instrumentos de dívidas de outras sociedades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor em R$625.509 mil na controladora e R$737.936 mil no consolidado e o passivo não circulante está demonstrado a maior nos mesmos montantes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em dívidas de outras sociedades do grupo econômico pode resultar na declaração de vencimento antecipado de parte do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de sua controlada Borborema Transmissão de Energia S.A. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R$ 1.973.935 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de abril de 2025



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

agro ESTADÃO
CONHEÇA O PORTAL AGRO
agro.estadao.com.br
Uma parceria: ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Sterlite Power

BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.109.417/0001-10

Demonstrações Financeiras 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**6.424**	16.398
Concessionárias e permissionárias	**4.649**	5.831
Tributos e contribuições a compensar	**92**	64
Prêmio de seguro	**414**	441
Adiantamento a fornecedores	**128**	8
Ativo da concessão	**51.142**	50.005
Outros ativos	**303**	–
Total do ativo circulante	**63.152**	72.747
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	**10.302**	–
Ativo da concessão	**605.249**	601.453
Adiantamentos a fornecedores	**2.341**	1.451
Total do ativo não circulante	**617.892**	602.904
Total do ativo	**681.044**	675.651

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	**3.191**	9.022
Empréstimos e financiamentos	**12.901**	11.347
Salários e encargos sociais	**2.017**	1.561
Tributos e contribuições sociais	**914**	353
Imposto de renda e contribuição social	**368**	370
Encargos setoriais	**730**	371
Dividendos a pagar	**1.792**	1.622
PIS e COFINS diferido	**1.867**	1.963
Total do passivo circulante	**23.780**	26.609
Não circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**232.105**	238.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**20.218**	20.065
PIS e COFINS diferidos	**22.091**	23.608
Provisões para contingências	**5.068**	5.930
Total do passivo não circulante	**279.482**	288.305
Patrimônio líquido		
Capital social	**187.232**	164.458
Reservas de lucros	**184.020**	169.123
	371.252	333.581
Adiantamento para futuro aumento de capital	**6.530**	27.156
Total do patrimônio líquido	**377.782**	360.737
Total do passivo e patrimônio líquido	**681.044**	675.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	**1.845**	74.251
Receita de remuneração do ativo de concessão	**57.855**	53.845
Receita operacional líquida	**59.700**	128.096
Custo de implementação de infraestrutura	**(3.422)**	(58.031)
Custo de operação e manutenção	**(3.144)**	(3.470)
Lucro bruto	**53.134**	66.595
Despesas gerais e administrativas	**(5.792)**	(4.832)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(5.754)**	2.362
Lucro antes do resultado financeiro	**41.588**	64.125
Receitas financeiras	**769**	814
Despesas financeiras	**(22.829)**	(20.515)
Resultado financeiro	**(22.060)**	(19.701)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**19.528**	44.424
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(1.512)**	(1.234)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(149)**	(1.538)
Lucro líquido do exercício	**17.867**	41.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**17.867**	41.652
Total de resultados abrangentes	**17.867**	41.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucro a realizar	Lucro (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	164.458	6.454	121.413	–	–	292.325	19.500	311.825
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	7.656	7.656
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	41.652	41.652	–	41.652
Constituição de reserva legal	–	2.083	–	–	(2.083)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(396)	(396)	–	(396)
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	39.173	(39.173)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	164.458	8.537	121.413	39.173	–	333.581	27.156	360.737
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	**2.148**	**2.148**
Aumento de capital social	**22.774**	–	–	–	–	**22.774**	**(22.774)**	–
Distribuição de dividendos	–	–	**(2.800)**	–	–	**(2.800)**	–	**(2.800)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**17.867**	**17.867**	–	**17.867**
Constituição de reserva legal	–	**893**	–	–	**(893)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	**(170)**	**(170)**	–	**(170)**
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	**16.804**	**(16.804)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**187.232**	**9.430**	**118.613**	**55.977**	–	**371.252**	**6.530**	**377.782**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	**19.528**	44.424
PIS e COFINS diferidos	**(1.613)**	5.172
Provisões para contingências	**(862)**	741
Apropriação custo de captação de debêntures	**102**	71
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	**15.733**	14.698
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**2.926**	2.685
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(4.933)**	(92.737)
Concessionárias e permissionárias	**1.182**	(3.732)
Impostos e contribuições a compensar	**(28)**	15
Prêmio de seguro	**27**	201
Adiantamentos a fornecedores	**(1.010)**	15.834
Outros ativos	**(303)**	–
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**(5.831)**	(9.981)
Tributos e contribuições sociais	**561**	(453)
Salários e encargos sociais	**456**	(1.379)
Encargos setoriais	**359**	257
Imposto de renda e contribuição social	**(9)**	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(1.501)**	(864)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**24.784**	(25.048)
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	**2.148**	7.656
Dividendos distribuídos	**(2.800)**	–
Caixa restrito	**(10.302)**	–
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	41.809
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	**(8.447)**	(7.318)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(15.357)**	(11.941)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(34.758)**	30.206
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(9.974)**	5.158
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**16.398**	11.240
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**6.424**	16.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Borborema"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 2 de abril de 2025.

3 Principais políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 9). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima
Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa
Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

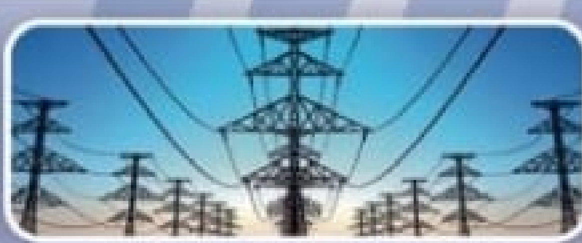
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Borborema Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Borborema Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reclassificou para o passivo circulante o montante de R$112.427 mil, referente a empréstimos, financiamentos e debêntures, os quais podem ter seu vencimento antecipado declarado pelos credores em função do não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em instrumentos de dívida de outras sociedades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante a maior em R$112.427 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que o não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em dívidas de outras sociedades do grupo econômico pode resultar na declaração de vencimento antecipado de parte do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →





Sterlite Power

BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.109.417/0001-10

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3. às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 656.391 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4., requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e às justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4., 3.3. e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de abril de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

Publique seus balanços e atos societários no Estadão e garanta os melhores resultados



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

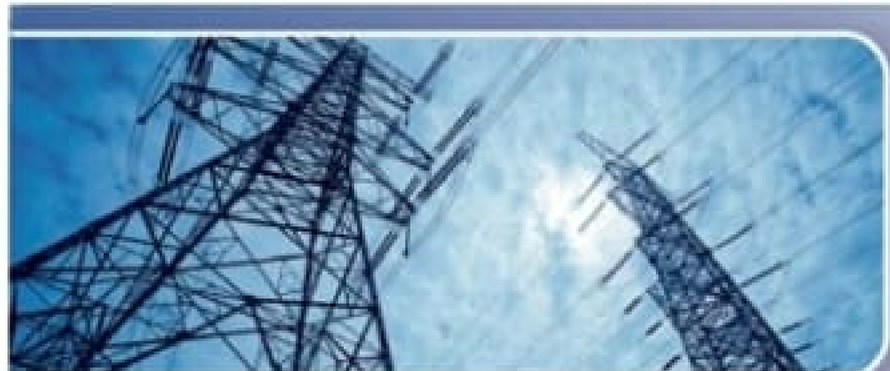
ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)





SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**10.781**	35.656
Concessionárias e permissionárias	**6.303**	5.706
Tributos e contribuições a compensar	**302**	302
Prêmio de seguro	**445**	612
Adiantamento a fornecedores e funcionários	**88**	–
Ativo da concessão	**66.424**	62.075
Outros ativos	**346**	–
Total do ativo circulante	**84.689**	104.351
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	**12.588**	–
Ativo da concessão	**785.061**	730.499
Prêmio de seguro	–	8
Adiantamento a fornecedores e funcionários	**5.089**	3.004
Total do ativo não circulante	**802.738**	733.511
Total do ativo	**887.427**	837.862

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	**5.102**	8.859
Empréstimos e financiamentos	**19.217**	18.157
Salários e encargos sociais	**2.602**	2.032
Tributos e contribuições sociais	**624**	402
Imposto de renda e contribuição social	**498**	488
Encargos setoriais	**1.011**	452
Dividendos a pagar	**3.057**	2.434
PIS e COFINS diferido	**2.424**	2.452
Total do passivo circulante	**34.535**	35.276
Não circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**307.292**	307.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**26.226**	24.412
PIS e COFINS diferidos	**28.655**	28.849
Provisões para contingências	**3.117**	1.887
Total do passivo não circulante	**365.290**	362.218
Patrimônio líquido		
Capital social	**197.691**	186.491
Reservas de lucros	**287.651**	253.877
	485.342	440.368
Adiantamento para futuro aumento de capital	**2.260**	–
Total do patrimônio líquido	**487.602**	440.368
Total do passivo e patrimônio líquido	**887.427**	837.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	**21.580**	14.109
Receita de remuneração do ativo de concessão	**77.389**	71.185
Receita operacional líquida	**98.969**	85.294
Custo de implementação de infraestrutura	**(3.958)**	(10.935)
Custo de operação e manutenção	**(2.393)**	(3.898)
Lucro bruto	**92.618**	70.461
Despesas gerais e administrativas	**(8.794)**	(6.328)
Outras receitas operacionais	**19.374**	4.687
Lucro antes do resultado financeiro	**103.198**	68.820
Receitas financeiras	**2.016**	2.788
Despesas financeiras	**(35.704)**	(36.997)
Resultado financeiro	**(33.688)**	(34.209)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**69.510**	34.611
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(2.037)**	(2.140)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(1.876)**	268
Lucro líquido do exercício	**65.597**	32.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**65.597**	32.739
Total de resultados abrangentes	**65.597**	32.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	186.491	11.188	60.403	149.858	–	407.940	–	407.940
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	32.739	32.739	–	32.739
Constituição de reserva legal	–	1.637	–	–	(1.637)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(311)	(311)	–	(311)
Reserva de retenção de lucros	–	–	30.791	–	(30.791)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	186.491	12.825	91.194	149.858	–	440.368	–	440.368
Aumento de capital social	**11.200**	–	–	–	–	**11.200**	–	**11.200**
Adiantamento para futuro aumento de capital social	–	–	–	–	–	–	**2.260**	**2.260**
Distribuição de dividendos	–	–	–	**(31.200)**	–	**(31.200)**	–	**(31.200)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**65.597**	**65.597**	–	**65.597**
Constituição de reserva legal	–	**3.280**	–	–	**(3.280)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	**(623)**	**(623)**	–	**(623)**
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	**61.694**	**(61.694)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**197.691**	**16.105**	**91.194**	**180.352**	–	**485.342**	**2.260**	**487.602**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	**69.510**	34.611
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**(222)**	4.091
Apropriação custo de captação de debêntures	**20**	–
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	**20.447**	19.464
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**8.392**	7.802
Provisões para contingências	**1.230**	977
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(58.911)**	(36.963)
Adiantamentos a fornecedores	**(2.173)**	12.930
Prêmio de seguro	**175**	(64)
Concessionárias e permissionárias	**(597)**	(1.748)
Tributos e contribuições a compensar	–	(141)
Outros ativos	**(346)**	–
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**(3.757)**	(42.160)
Tributos e contribuições sociais	**222**	(231)
Salários e encargos sociais	**570**	(995)
Encargos setoriais	**559**	306
Imposto de renda e contribuição social	**(146)**	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(1.943)**	(1.652)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**33.030**	(3.773)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital social	**11.200**	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	**2.260**	–
Distribuição de dividendos	**(31.200)**	–
Caixa restrito	**(12.588)**	–
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	19.398
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	**(6.763)**	
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(20.814)**	(19.577)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(57.905)**	(179)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(24.875)**	(3.952)
Caixa e equivalentes de caixa em 1° janeiro	**35.656**	39.608
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**10.781**	35.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Solaris"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 2 de abril de 2025.

3 Principais políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1° de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima	Hamilton Corrêa Barbosa	Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor	Diretor Financeiro	Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Solaris Transmissão de Energia S.A. -** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Solaris Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 851.485 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →





SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de abril de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

ESTADÃO

VODCAST

dois pontos

Forme sua **opinião** ouvindo os "Dois Pontos"

FOTO: PEDRO KIRILOS

Conclave: Quem será o novo Papa?



A morte do Papa Francisco aos 88 anos, na última segunda-feira, 21, deixou vago o cargo máximo da Igreja Católica. Após seu sepultamento ocorrido no último sábado, 25, no Vaticano, as atenções agora se voltam para a escolha do novo pontífice, que deverá ocorrer na próxima semana.

Quais são os nomes mais cotados como 'papáveis'? As respostas estão no episódio desta semana do Dois Pontos. **Francisco Borba Neto**, sociólogo da PUC-SP especialista em religião, e **Filipe Domingues**, professor da Pontifícia Universidade do Vaticano, debatem o legado de Francisco e explicam as especificidades do conclave.

A apresentação é de **Roseann Kennedy**, colunista do Estadão, com participação da repórter especial **Renata Cafardo**.

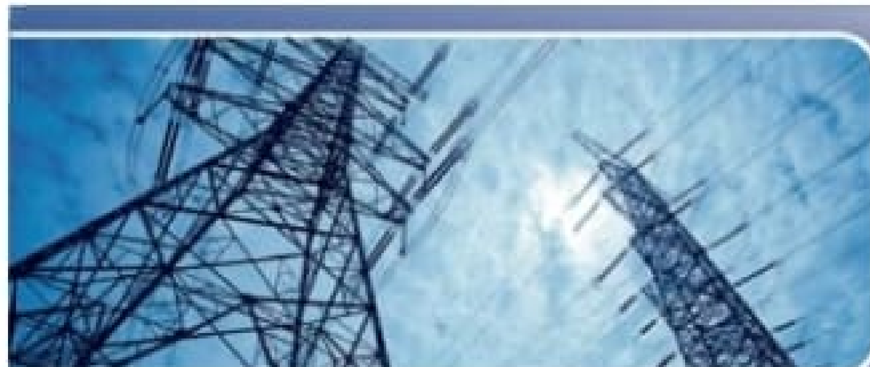
//// EPISÓDIO 73 \\\\

ASSISTA AGORA!



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code acima.

@estadao





Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

Demonstrações Financeiras 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	21.092	85.391
Concessionárias e permissionárias	9.897	10.697
Ativo da concessão	96.278	93.638
Tributos e contribuições a compensar	3.589	2.142
Prêmio de seguro	891	1.325
Adiantamentos a fornecedores	57	4
Partes relacionadas	–	30
Outros ativos	453	–
Total do ativo circulante	132.257	193.227
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	30.681	–
Ativo da concessão	1.187.929	1.172.581
Prêmio de seguro	–	183
Adiantamentos a fornecedores	9.718	5.476
Total do ativo não circulante	1.228.328	1.178.240
Total do ativo	1.360.585	1.371.467

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	24.078	119.257
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.834	11.554
Salários e encargos sociais	114	3.155
Tributos e contribuições sociais	927	1.156
Imposto de renda e contribuição social	–	14
Encargos setoriais	1.152	368
Dividendos a pagar	1.055	1.055
PIS e COFINS diferidos	8.906	8.925
Outros passivos	507	–
Total do passivo circulante	56.573	145.484
Não circulante		
Fornecedores	105.000	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	693.660	696.724
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.915	61.476
PIS e COFINS diferidos	109.883	111.767
Provisão para contingências	23.735	16.599
Total do passivo não circulante	984.193	886.566
Patrimônio líquido		
Capital social	239.143	239.143
Reservas de lucros	80.676	100.274
Total do patrimônio líquido	319.819	339.417
Total do passivo e patrimônio líquido	1.360.585	1.371.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	9.353	196.785
Receita de remuneração do ativo de concessão	100.789	84.761
Receita operacional líquida	110.142	281.546
Custo de implementação de infraestrutura	(41.362)	(231.523)
Custo de operação e manutenção	(3.827)	(2.303)
Lucro bruto	64.953	47.720
Despesas gerais e administrativas	(15.784)	(23.601)
Outras receitas/(despesas)	(5.160)	1.781
Lucro antes do resultado financeiro	44.009	25.900
Receitas financeiras	6.281	3.821
Despesas financeiras	(78.781)	(35.681)
Resultado financeiro	(72.500)	(31.860)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.491)	(5.960)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.893	(4.083)
Prejuízo do exercício	(19.598)	(10.043)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(19.598)	(10.043)
Total de resultados abrangentes	(19.598)	(10.043)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239.143	5.588	104.729	–	349.460	120	349.580
Estorno adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	(120)	(120)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(10.043)	(10.043)	–	(10.043)
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	(10.043)	10.043	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	239.143	5.588	94.686	–	339.417	–	339.417
Prejuízo do exercício	–	–		(19.598)	(19.598)	–	(19.598)
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	(19.598)	19.598	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	239.143	5.588	75.088	–	319.819	–	319.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Prejuízo o antes dos impostos de renda e contribuição social	(28.491)	(5.960)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	(1.903)	28.859
Provisão para contingências	7.136	16.599
Apropriação de custos de captação de debêntures	24	8
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	54.683	28.115
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.477	28.162
Outros	(668)	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	800	(10.697)
Ativo de concessão	(17.988)	(273.433)
Adiantamentos a fornecedores	(4.295)	12.251
Impostos e contribuições a compensar	(1.447)	(1.854)
Prêmio de seguro	617	(192)
Partes relacionadas	30	(30)
Outros	(453)	–
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	9.821	39.112
Tributos e contribuições sociais	(229)	(2.571)
Encargos setoriais	784	368
Salários e encargos sociais	(3.041)	1.916
Partes relacionadas	–	–
Outros	507	14
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(14)	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	24.350	(139.333)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	–
Estorno de adiantamento para futuro aumento de capital	–	(120)
Caixa restrito	(30.681)	–
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	142.161
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.284)	(2.687)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(47.684)	(37.461)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(88.649)	101.893
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(64.299)	(37.440)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	85.391	122.831
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	21.092	85.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de abril de 2025.

3. Principais políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima
Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa
Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Marituba Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Marituba Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia não atingiu determinado covenant financeiro previsto na Escritura de Emissão das Debêntures e decidiu não complementar a Conta Reserva Debenturistas, conforme faculta a mesma Escritura, estando em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) para obter waiver pelo não cumprimento do referido covenant e não complementação da Conta Reserva Debenturistas no prazo exigido. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 1.284.207 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção,

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →





MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de abril de 2025.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS PRESTANDO SERVIÇOS PARA O PROGRESSO DO BRASIL

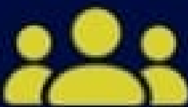
CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS



+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Demonstrações Financeiras 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.224	9.394
Concessionária e permissionárias	3.812	2.661
Tributos e contribuições a compensar	161	263
Prêmio de seguro	388	638
Adiantamento a fornecedores e funcionários	69	–
Ativo da concessão	37.333	36.234
Total do ativo circulante	42.987	49.190
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Ativo da concessão	428.726	423.534
Prêmio de seguro	–	28
Adiantamento a fornecedores	1.852	1.297
Total do ativo não circulante	430.578	424.859
Total do ativo	473.565	474.049

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.928	5.392
Salários e encargos sociais	1.351	826
Tributos e contribuições sociais	627	246
Imposto de renda e contribuição social	273	206
Encargos setoriais	491	195
PIS e COFINS diferido	1.363	1.393
Dividendos a pagar	152	712
Outros passivos	5.017	1.673
Total do passivo circulante	11.202	10.643
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.357	14.161
PIS e COFINS diferidos	16.187	16.288
Provisões para contingências	11.466	9.909
Total do passivo não circulante	42.010	40.358
Patrimônio líquido		
Capital social	380.765	348.870
Reservas de lucros	39.288	74.178
	420.053	423.048
Adiantamento para futuro aumento de capital	300	–
Total do patrimônio líquido	420.353	423.048
Total do passivo e patrimônio líquido	473.565	474.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	2.458	10.647
Remuneração do ativo de concessão	38.639	36.485
Receita operacional líquida	41.097	47.132
Custo de implementação de infraestrutura	(12.261)	(21.965)
Custo de operação e manutenção	(2.352)	(3.252)
Lucro bruto	26.484	21.915
Despesas gerais e administrativas	(7.359)	(3.685)
Outras receitas (despesas) operacionais	(84)	1.540
Lucro antes do resultado financeiro	19.041	19.770
Receitas financeiras	229	631
Despesas financeiras	(1.714)	(2.633)
Resultado financeiro	(1.485)	(2.002)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.556	17.768
Imposto de renda e contribuição social corrente	(983)	(1.010)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(544)	(688)
Lucro líquido do exercício	16.029	16.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	16.029	16.070
Total de resultados abrangentes	16.029	16.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	348.870	2.941	55.320	–	407.131	–	407.131
Lucro líquido do exercício	–	–	–	16.070	16.070	–	16.070
Constituição de reserva legal	–	804	–	(804)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(153)	(153)	–	(153)
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	15.113	(15.113)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	348.870	3.745	70.433	–	423.048	–	423.048
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	32.195	32.195
Aumento de capital social	31.895	–	–	–	31.895	(31.895)	–
Distribuição de dividendos	–	–	(50.767)	–	(50.767)	–	(50.767)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	16.029	16.029	–	16.029
Constituição de reserva legal	–	801	–	(801)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(152)	(152)	–	(152)
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	15.076	(15.076)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	380.765	4.546	34.742	–	420.053	300	420.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	17.556	17.768
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	(131)	2.032
Provisões para contingências	1.557	2.795
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(6.291)	(26.773)
Concessionárias e permissionárias	(1.151)	(1.529)
Impostos e contribuições a compensar	102	(164)
Prêmio de seguro	278	(224)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(624)	11.458
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(3.464)	(11.476)
Tributos e contribuições sociais	381	34
Salários e encargos sociais	525	(1.016)
Encargos setoriais	296	128
Outros passivos	3.344	1.673
Imposto de renda e contribuição social	(384)	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(880)	(1.003)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	11.114	(6.297)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	31.895	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	300	–
Dividendos pagos	(51.479)	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(19.284)	–
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(8.170)	(6.297)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	9.394	15.691
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.224	9.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 2 de abril de 2025.

3 Políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima – Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa – Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David – Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa – CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Goyaz Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goyaz Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2025.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura
do agronegócio no Brasil sob uma nova perspectiva,
com a credibilidade do Grupo Estado

>>>

Uma parceria:
ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS

Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

Sterlite Power

OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

Demonstrações Financeiras 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10	222	1.816	49.505
Concessionárias e permissionárias	–	–	6.128	–
Ativo da concessão	–	–	69.315	64.401
Prêmio de seguro	–	–	1.422	643
Tributos e contribuições	–	–	1.025	901
Outros créditos	–	–	35	36
Total do ativo circulante	10	222	79.741	115.485
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito	–	–	12.900	6.958
Ativo da concessão	–	–	843.628	847.160
Prêmio de seguro	–	–	253	417
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	248	149	75.621	46.975
Impostos de renda e contribuição social diferidos	–	–	7.659	3.633
	248	149	940.061	905.143
Investimentos	368.279	483.717	–	–
Total do ativo não circulante	368.527	483.866	940.061	905.143
Total do ativo	368.537	484.088	1.019.802	1.020.628

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	3.043	–	58.426	45.906
Empréstimos, financiamentos e debêntures	173.928	–	337.276	57.960
Tributos e contribuições sociais	–	–	9.500	11.883
Imposto de renda e contribuição social	–	–	54	85
PIS e COFINS diferidos	–	–	6.412	5.957
Encargos setoriais	–	–	106	–
Dividendos a pagar	–	–	18	18
Partes relacionadas	–	–	–	1.877
Provisão para onerosidade de contratos	–	–	48.220	–
Outros passivos	–	–	55	–
Total do passivo circulante	176.971	–	460.067	123.686
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	153.272	279.422	487.764
PIS e COFINS diferidos	–	–	78.035	78.362
Provisão para contingências	–	–	10.712	–
Total do passivo não circulante	–	153.272	368.169	566.126
Patrimônio líquido				
Capital social	384.126	344.126	384.126	344.126
Prejuízos acumulados	(235.861)	(13.310)	(235.861)	(13.310)
	148.265	330.816	148.265	330.816
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.301	–	43.301	–
Total do patrimônio líquido	191.566	330.816	191.566	330.816
Total do passivo e patrimônio líquido	368.537	484.088	1.019.802	1.020.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	–	–	144.723	356.935
Remuneração do ativo de concessão líquido	–	–	59.344	26.027
Receita operacional líquida	–	–	204.067	382.962
Custo de implementação de infraestruturs	–	–	(382.349)	(392.331)
Custo de operação e manutenção	–	–	(3.601)	–
Prejuízo	–	–	(181.883)	(9.369)
Despesas gerais e administrativas	(146)	(123)	(3.321)	(1.534)
Outras receitas (despesas)	–	–	219	55
Resultado de equivalência patrimonial	(198.683)	(9.309)	–	–
Prejuízo antes do resultado financeiro	(198.829)	(9.432)	(184.985)	(10.848)
Receitas financeiras	–	–	–	–
Despesas financeiras	(23.722)	(3.878)	(41.592)	(6.620)
Resultado financeiro	(23.722)	(3.878)	(41.592)	(6.620)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(222.551)	(13.310)	(226.577)	(17.468)
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	4.026	4.158
Prejuízo do exercício	(222.551)	(13.310)	(222.551)	(13.310)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(222.551)	(13.310)	(222.551)	(13.310)
Total de resultados abrangentes	(222.551)	(13.310)	(222.551)	(13.310)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (*)	–	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE de 23 de agosto de 2023	322.972	–	322.972	–	322.972
Aumento de capital conforme AGE de 22 de setembro de 2023	21.154	–	21.154	–	21.154
Prejuízo do exercício	–	(13.310)	(13.310)	–	(13.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	344.126	(13.310)	330.816	–	330.816
Aumento de capital social	40.000	–	40.000	–	40.000
Adiantamento para futuro aumento capital	–	–	–	43.301	43.301
Prejuízo do exercício	–	(222.551)	(222.551)	–	(222.551)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	384.126	(235.861)	148.265	43.301	191.566

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$100,00 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	(222.551)	(13.310)	(226.577)	(17.468)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	198.683	9.309	–	–
PIS e COFINS diferidos	–	–	128	39.034
Apropriação custo de captação de debêntures	–	–	3.485	–
Provisão para contingências	–	–	10.712	–
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13.264	2.641	44.973	20.784
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.392	1.231	7.392	1.231
Provisão para onerosidade de contratos	–	–	48.220	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais				
Ativo de concessão	–	–	(1.382)	(421.998)
Concessionárias e permissionárias	–	–	(6.128)	–
Impostos e contribuições	–	–	(124)	110
Prêmio de seguro	–	–	(615)	255
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(99)	(149)	(28.646)	46.723
Outros ativos	–	–	–	(35)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais				
Fornecedores	3.043	–	12.520	30.315
Tributos e contribuições sociais	–	–	(2.383)	2.245
Encargos setoriais	–	–	106	–
Partes relacionadas	–	–	(1.877)	–
Outros	–	–	55	(1.098)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	(31)	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(268)	(278)	(140.172)	(299.902)
Atividades de investimento				
Investimento em controladas	(40.000)	(198.946)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	(43.245)	28.892	–	–
Caixa proveniente de controlada adquirida	–	–	–	105.198
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(83.245)	(170.054)	–	105.198
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	40.000	21.154	40.000	21.154
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.301	–	43.301	–
Caixa restrito	–	–	(5.942)	(6.958)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	149.400	95.286	544.136
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(3.470)	(7.811)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(53.915)	(280.000)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(22.777)	(26.312)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	83.301	170.554	92.483	244.209
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(212)	222	(47.689)	49.505
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	222	–	49.505	–
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10	222	1.816	49.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Olindina Participações S.A. ("Companhia" ou "Olindina"), foi constituída em 08 de junho de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico de investir e desenvolver o projeto de transmissão de energia: São Francisco (a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 7 do Leilão de Transmissão n° 002/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, composto por instalações de transmissão de energia localizadas no estado de Sergipe e Bahia).

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e sua controlada não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 3 de abril de 2025.

3 Principais políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da controlada da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1° de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Contratos onerosos:** Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →

Eufrázio

Sterlite Power

OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato. **3.3. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima
Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa
Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Olindina Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Olindina Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 176.691 mil na controladora e R$ 380.326 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2024, substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, nos montantes de R$ 173.493 mil na controladora e R$ 319.145 mil no consolidado para o passivo circulante, em virtude do descumprimento de covenants, e que a Companhia irá solicitar aos credores a dispensa temporária do referido covenant (waiver). Adicionalmente, chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve sobre os atrasos da entrada em operação do empreendimento, e as consequências advindas desse atraso nos termos do contrato de concessão. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mai significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a controlada da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R$ 912.943 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da controlada da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de sua controlada, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da controlada da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da controlada da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela controlada da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado à taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da controlada da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela controlada da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de abril de 2025



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE - 026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Noticiário
Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Classificados
Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor

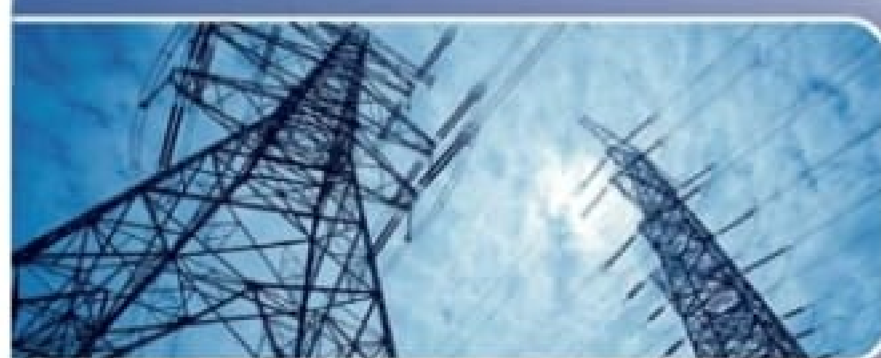


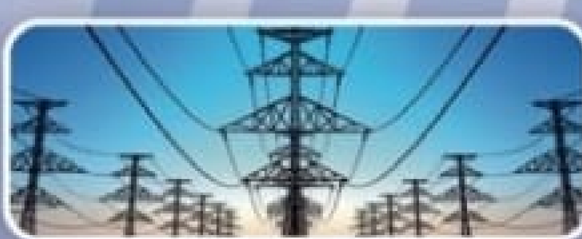
Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.limao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE





Sterlite Power

SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

Demonstrações Financeiras 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.806	49.283
Concessionárias e permissionárias	6.128	–
Ativo da concessão	69.315	64.401
Prêmio de seguro	1.422	643
Tributos e contribuições	1.025	901
Outros ativos	35	35
Total do ativo circulante	79.731	115.263
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	12.900	6.958
Ativo da concessão	843.628	847.160
Prêmio de seguro	253	417
Adiantamentos a fornecedores	75.373	46.826
Impostos de renda e contribuição social diferidos	7.659	3.633
Total do ativo não circulante	939.813	904.994
Total do ativo	1.019.544	1.020.257

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	55.383	45.906
Empréstimos e financiamentos	163.348	57.960
Tributos e contribuições sociais	9.500	11.883
Imposto de renda e contribuição social	54	85
PIS e COFINS diferidos	6.412	5.957
Encargos setoriais	106	–
Dividendos a pagar	18	18
Partes relacionadas	–	1.877
Provisão para onerosidade de contratos	48.220	–
Outros passivos	55	–
Total do passivo circulante	283.096	123.686
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	279.422	334.492
PIS e COFINS diferidos	78.035	78.362
Provisão para contingências	10.712	–
Total do passivo não circulante	368.169	412.854
Patrimônio líquido		
Capital social	531.129	491.129
Prejuízos acumulados	(206.095)	(7.412)
	325.034	483.717
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.245	–
Total do patrimônio líquido	368.279	483.717
Total do passivo e patrimônio líquido	1.019.544	1.020.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	144.723	645.484
Remuneração do ativo de concessão	59.344	37.623
Receita operacional líquida	204.067	683.107
Custo de implementação de infraestrutura	(382.349)	(686.670)
Custo de operação e manutenção	(3.601)	–
Prejuízo bruto	(181.883)	(3.563)
Despesas gerais e administrativas	(3.175)	(3.172)
Outras receitas (despesas)	219	55
Prejuízo antes do resultado financeiro	(184.839)	(6.680)
Despesas financeiras	(17.870)	(3.763)
Resultado financeiro	(17.870)	(3.763)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(202.709)	(10.443)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.026	3.550
Prejuízo do exercício	(198.683)	(6.893)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(198.683)	(6.893)
Total de resultados abrangentes	(198.683)	(6.893)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	(–) Capital a integralizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	292.183	(205.669)	(519)	85.995	8.846	94.841
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	246.369	246.369
Integralização de capital	49.546	205.669	–	255.215	(255.215)	–
Aumento de capital conforme AGE de 06 de outubro de 2023	149.400	–	–	149.400	–	149.400
Prejuízo do exercício	–	–	(6.893)	(6.893)	–	(6.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	491.129	–	(7.412)	483.717	–	483.717
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	43.245	43.245
Aumento de capital	40.000	–	–	40.000	–	40.000
Prejuízo do exercício	–	–	(198.683)	(198.683)	–	(198.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	531.129	–	(206.095)	325.034	43.245	368.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	(202.709)	(10.443)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	128	69.668
Provisão para contingências	10.712	–
Apropriação custo de captação de debêntures e empréstimos	3.485	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	31.709	34.477
Provisão para onerosidade de contratos	48.220	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(1.382)	(752.776)
Concessionárias e permissionárias	(6.128)	–
Tributos e contribuições	(124)	(265)
Prêmio de seguro	(615)	695
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(28.547)	10.992
Outros ativos	–	(35)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	9.477	27.890
Tributos e contribuições sociais	(2.383)	8.960
Encargos setoriais	106	–
Partes relacionadas	(1.877)	–
Outros	55	(2.659)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(31)	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(139.904)	(613.496)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	40.000	149.400
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.245	246.369
Caixa restrito	(5.942)	(6.958)
Captação de empréstimos e financiamentos	95.286	594.736
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	(3.470)	(7.811)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(53.915)	(280.000)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(22.777)	(32.975)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	92.427	662.761
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(47.477)	49.265
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	49.283	18
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.806	49.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "São Francisco"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de abril de 2025.

3 Principais políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1° de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Contratos onerosos:** Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato. **3.3. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima
Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa
Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **São Francisco Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 203.365 mil em 31 de dezembro de 2024, substancialmente pela reclassificação de financiamento para o passivo circulante, no montante de R$ 145.652 mil, em virtude do descumprimento de convenants exigidos em contratos de financiamento, e que a Companhia irá solicitar aos credores a dispensa temporária do referido covenant (waiver). Adicionalmente, chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os atrasos da entrada em operação do empreendimento, e as consequências advindas desse atraso nos termos do contrato de concessão. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apre-

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →

Eufrázio

Sterlite Power

SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

sentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de abril de 2025.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

ESTADÃO RI

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS dos segmentos do Futebol e do Clube Social e Esportes Amadores em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Balanços PATRIMONIAIS

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.699	736
Contas a receber	5.1	510.303	362.695
Outras contas a receber		190.106	81.699
Estoques		1.437	2.207
Despesas do exercício seguinte	6	40.054	75.031
Total do ativo circulante		**754.599**	**522.368**
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	15	68.278	18.314
Contas a receber	5.1	441.103	212.251
Investimento no Fundo Imobiliário Arena Corinthians	9	1.332	-
Despesas do exercício seguinte	6	1.477	-
Total do realizável a longo prazo		**512.190**	**230.565**
Imobilizado líquido	7	572.651	572.232
Intangível	8	203.281	199.235
Total do Imobilizado e intangível		**775.932**	**771.467**
Total do ativo não circulante		**1.288.122**	**1.002.032**
Total do ativo		**2.042.721**	**1.524.400**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	227.722	82.710
Fornecedores	11	372.927	227.596
Exploração de imagem a pagar	12	102.755	114.018
Obrigações e encargos sociais	13	198.078	111.620
Obrigações tributárias		26.181	11.073
Tributos parcelados	14	107.836	79.959
Receitas a realizar	5.2	194.650	206.182
Outras contas a pagar		40.954	54.265
Total do passivo circulante		**1.271.103**	**887.423**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	16.950	13.557
Fornecedores	11	46.180	48.986
Tributos parcelados	14	596.441	511.290
Receitas a realizar	5.2	373.286	166.804
Provisão para contingências	15	163.973	10.625
Total do passivo não circulante		**1.196.830**	**751.262**
Total do passivo		**2.467.933**	**1.638.685**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		1	1
Reserva de reavaliação		77.805	77.805
Reserva de capital		31	31
Ajuste avaliação patrimonial		394.293	395.974
Déficits acumulados		(897.342)	(588.096)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	16	**(425.212)**	**(114.285)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**2.042.721**	**1.524.400**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos RESULTADOS

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Segmento futebol			
Receita bruta no segmento futebol			
Direitos de transmissão de TV		295.064	307.004
Patrocínios e publicidades		253.721	117.067
Arrecadação de jogos		93.994	90.771
Premiações, fiel torcedor e loterias e outras		70.635	106.564
Total da receita bruta no segmento futebol		**713.414**	**621.406**
Receitas com repasses de direitos federativos		338.421	251.027
Total das receitas brutas operacionais no segmento futebol		**1.051.835**	**872.433**
Deduções das receitas brutas no segmento futebol			
Impostos e contribuições		(34.536)	(34.814)
Total da receita operacional líquida no segmento futebol		**1.017.299**	**837.619**
Receitas (despesas) operacionais no segmento futebol			
Pessoal		(367.714)	(348.874)
Serviços de terceiros		(46.311)	(31.686)
Gerais e administrativas		(106.376)	(50.751)
Custo com vendas e aquisição de atletas		(71.041)	(68.501)
Depreciação e amortização de direitos		(82.489)	(81.083)
Futebol		(54.566)	(66.856)
Rateio de despesas administrativas	17	(31.289)	(31.497)
Total das despesas operacionais no segmento futebol		**(759.786)**	**(679.248)**
Superávit operacional do futebol antes das despesas financeiras e resultado de outras receitas (despesas) não operacionais		**257.513**	**158.371**
Provisão de contingências	15	(112.242)	7.700
Despesas financeiras líquidas	18	(169.223)	(42.937)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	1.930	(2.334)
Superávit líquido (déficit) líquido do exercício no segmento futebol		**(22.022)**	**120.800**
Segmento clube social e esportes amadores			
Receita bruta no segmento clube social e esportes amadores			
Receita bruta			
Contribuições dos sócios		26.991	25.366
Patrocínios e publicidades		10.828	11.572
Arrecadação de jogos		88	285
Explorações comerciais		3.908	3.780
Licenciamento e franquias		19.750	20.017
Premiações, fiel torcedor e loterias e outras		1.523	3.232
Receitas com repasses de direitos federativos		-	6
Total das receitas brutas no segmento clube social e esportes amadores		**63.088**	**64.258**
Deduções da receita bruta no segmento clube social e esportes amadores			
Impostos e contribuições		(872)	(2.046)
Receita operacional líquida no segmento clube social e esportes amadores		**62.216**	**62.212**
Receitas (despesas) operacionais no segmento clube social e esportes amadores			
Pessoal		(60.951)	(49.451)
Serviços de terceiros		(42.770)	(44.188)
Gerais e administrativas		(35.339)	(33.418)
Depreciação e amortização de direitos		(3.065)	(2.911)
Esportes amadores		(1.676)	(1.705)
Rateio das despesas administrativas	17	31.289	31.497
Total das despesas operacionais no segmento clube social e esportes amadores		**(112.512)**	**(100.176)**
Superávit (déficit) operacional do clube social e esportes amadores antes das despesas financeiras e do resultado de outras receitas (despesas) não operacionais		**(50.296)**	**(37.964)**
Despesas financeiras líquidas	18	(109.933)	(84.445)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	485	2.784
Total do Déficit líquido do exercício no segmento clube social e esportes amadores		**(159.744)**	**(119.625)**
Total de Superávit (déficit) do exercício		**(181.766)**	**1.175**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de capital doações	Déficits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	1	77.805	397.654	31	(589.271)	(113.780)
Déficit líquido do exercício					1.175	1.175
Ajuste de avaliação patrimonial			(1.680)		-	(1.680)
Em 31 de dezembro de 2023	1	77.805	395.974	31	(588.096)	(114.285)
Déficit líquido do exercício			-		(181.766)	(181.766)
Baixa custos de formação de atletas (ITG2003 R2)			-		(127.480)	(127.480)
Ajuste de avaliação patrimonial			(1.681)		-	(1.681)
Em 31 de dezembro de 2024	1	77.805	394.293	31	(897.342)	(425.212)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Total do superávit/déficit líquido do exercício	(181.766)	1.175
Ajustes para reconciliar o superávit/(déficit) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação do ativo imobilizado	9.579	8.371
Amortização do ativo intangível	75.975	75.623
Encargos sobre empréstimos	58.937	45.883
Baixas de ativo imobilizado	18	2
Provisão para contingências	112.242	(7.700)
Total do superávit/Déficit líquido do exercício ajustado	**74.985**	**123.354**
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(376.460)	(235.303)
Direitos e uso de imagem	–	16.733
Outras contas a receber	(108.406)	(41.035)
Estoques	770	(265)
Despesas do exercício seguinte	33.499	(47.857)
Depósitos judiciais	(49.964)	(3.331)
Total do (aumento) diminuição nos ativos operacionais	**(500.561)**	**(311.058)**
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	142.525	3.953
Exploração de imagem a pagar	(11.263)	47.285
Obrigações e encargos sociais	86.458	20.205
Obrigações tributárias	15.108	3.455
Tributos parcelados	113.029	86.064
Outras contas a pagar	27.795	35.016
Receitas a realizar	194.949	86.537
Total do aumento (diminuição) nos passivos operacionais	**568.601**	**282.515**
Total do Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**143.025**	**94.811**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(11.696)	(7.787)
Adições do ativo intangível	(207.502)	(52.682)
Investimentos Arena	(1.332)	932
Total do Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	**(220.530)**	**(59.537)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação dos empréstimos e financiamentos	204.167	56.133
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	(114.699)	(102.763)
Total do Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamentos	**89.468**	**(46.630)**
Total do aumento (diminuição) líquida do caixa e equivalentes de caixa	**11.963**	**(11.356)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	736	12.092
No fim do exercício	12.699	736
Total do aumento (diminuição) líquida do caixa e equivalentes de caixa	**11.963**	**(11.356)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Sport Club Corinthians Paulista (Clube) é uma sociedade civil de fins não econômicos fundada em 1 de setembro de 1910 e com prazo indeterminado para o exercício de suas atividades.

O Clube, cuja sede social está localizada à Rua São Jorge, nº 777, Tatuapé, São Paulo, tem como finalidade proporcionar a prática dos esportes em geral, bem como promover a realização de reuniões sociais, artísticas e culturais e administrar suas atividades patrimoniais.

De acordo com a assembleia geral de sócios realizada no dia 25 de novembro de 2023, os Srs. Augusto Pereira de Melo, Osmar Stabile e Armando José Terreri Rossi Mendonça foram eleitos respectivamente como Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente da diretoria do Clube para o triênio compreendido entre janeiro de 2024 e dezembro de 2026, conforme resultado de eleição realizada na referida data. Ainda, de acordo com termo de posse, o Presidente e os Vice-Presidentes da diretoria foram empossados em seus respectivos cargos no dia 02 de janeiro de 2024.

1.1. Incerteza relacionada com a continuidade operacional

O Clube, ciente dos desafios enfrentados recentemente, informa que está adotando medidas estratégicas para assegurar sua continuidade operacional de forma sustentável e responsável.

O compromisso com a transparência, a responsabilidade financeira e a valorização de nossos profissionais, torcedores e parceiros permanece inabalável. Estamos revisando processos internos, renegociando compromissos e estruturando ações que garantam a estabilidade e o fortalecimento da instituição no curto, médio e longo prazo.

Contamos com o apoio de todos para superar este momento com união e confiança. Seguiremos trabalhando com seriedade para honrar a história do Clube e construir um futuro sólido dentro e fora de campo.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e 9, o Clube detém cotas subordinadas Junior do Arena Fundo de Investimento Imobiliário - FII, cujo principal ativo é a edificação do estádio Arena Corinthians. O Fundo detentor do empreendimento Neo Química Arena (antiga Arena Corinthians) vem apresentando rentabilidade negativa desde a entrada em operação do empreendimento.

Em 10 de outubro de 2022 foi concluída a reestruturação societária e do financiamento junto à Caixa Econômica Federal, cujos detalhes estão descritos na nota 1.2. A reestruturação da dívida objetivou o alongamento do prazo (até dezembro de 2041), a repactuação da taxa de juros, e o fluxo de pagamentos das parcelas - com carência de amortização do principal e amortizações crescentes a partir do terceiro ano - adequando assim o fluxo de pagamento do financiamento à geração de caixa da Neo Química Arena.

Com a estrutura de receitas atual, considerando o contrato de *naming rigths* assinado com a Hypera (que utiliza a marca Neo Química para dar nome a Arena) em 01 de setembro de 2020 e o incremento de receitas em diversas áreas de negócios (camarotes, eventos, cadeiras exclusivas, etc.), além do considerável aumento do público médio e das receitas com bilheteria das partidas de futebol, as condições gerais para cumprimento do fluxo de pagamento do financiamento se mostram adequadas à geração de receitas do negócio.

1.2. Arena FII (Fundo de Investimento Imobiliário)

No ano de 2011, através de uma estrutura de "*Project Finance*", o Clube deu início às obras do estádio Neo Química Arena (antiga Arena Corinthians), obras estas executadas pela Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Para a construção da Arena Corinthians foram tomados financiamentos bancários e auferidos benefícios concedidos pela Lei Municipal nº 15.413/2011, que contempla a emissão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento-CIDs.

Em novembro de 2013, foi celebrado com a Caixa Econômica Federal, na qualidade de instituição financeira repassadora, o contrato de financiamento de longo prazo da Neo Química Arena (antiga Arena Corinthians), com recursos oriundos do Programa Pró-Copa Arenas do BNDES, onde o Clube apresentou como garantia à Caixa Econômica Federal dois terrenos de sua propriedade conforme nota explicativa nº 19.

Em 10 de outubro de 2022 foi finalizada e formalizada renegociação e reestruturação do financiamento junto à Caixa Econômica Federal, estabelecendo novas condições em relação a prazo, taxa de juros, garantias e alocação de receitas para o cumprimento do fluxo de pagamentos, além de alteração na estrutura de cotistas do Arena Fundo de Investimento Imobiliário-FII, bem como na estrutura societária do negócio envolvendo as atividades da Neo Química Arena.

A nova estrutura de financiamento prevê como prazo de pagamento o período de 19 anos (até dezembro de 2041) com carência da amortização do principal e amortizações crescentes a partir do terceiro ano (2025) além de juros pagos a partir de 2023, pagamentos esses suportados basicamente com as receitas da venda do "*naming rights*" da Arena (Neo Química) e 50% das receitas de bilheteria, sendo as demais receitas do negócio tais como receitas de camarotes, de assentos VIP, de eventos, de explorações comerciais, etc., se mantendo como recursos para o custeio operacional da Neo Química Arena.

continua →

AQUI É CORINTHIANS

SPORT CLUB **CORINTHIANS** PAULISTA
CNPJ/MF nº 61.902.722/0001-26

Demonstrações Financeiras **2024**

→ continuação

Notas Explicativas às **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**


(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo)

A fim de garantir a governança adequada para a nova estruturação financeira e de investimento, considerando a saída do Grupo Novonor (ex-Odebrecht) da estrutura societária, foi constituído o Arena Fundo de Investimento em Participações (Arena FIP) que por sua vez é sócio majoritário da SPE UPI Arena S.A. e da Arena Itaquera S.A., sendo que o Arena Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Arena FII"), que detém a propriedade formal da Neo Química Arena (antiga Arena Corinthians), tem como cotistas o Sport Club Corinthians Paulista, A SPE UPI Arena S.A. e a Arena Itaquera S.A., considerando as seguintes classes de cotas assim distribuídas após a reestruturação, e de acordo com o regulamento vigente do Arena FII:

1.3 Cotas Subordinadas Juniores: foram atribuídas ao Sport Club Corinthians Paulista (SCCP) e estão integralizadas pelo Clube com base em conferência, pelo Clube ao Arena FII, do direito de exploração da marca Corinthians (exclusivamente no âmbito da Neo Química Arena-antiga Arena Corinthians), da cessão temporária do direito de uso do terreno no qual foi construída a Neo Química Arena (antiga Arena Corinthians) e do direito aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID's), em seu conjunto definidos como "Direitos Corinthians". Conforme o regulamento vigente do Fundo, observada a prioridade das **cotas seniores** e das ***cotas subordinadas mezanino***, as **cotas subordinadas *juniores*** serão amortizadas e remuneradas de acordo com o resultado residual do Fundo.

O valor da integralização/conferência ao Arena Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Arena FII") foi definido com base no potencial de fluxo de caixa futuro do empreendimento trazido a valor presente, suportado por laudo de avaliação econômica, elaborado por empresa especializada e independente à época.

Na integralização das cotas, foram considerados adicionalmente a conferência do direito de exploração da marca Corinthians e dos respectivos Certificados de Investimentos de Desenvolvimento - CID's, os quais foram homologados como forma de subvenção da Prefeitura Municipal de São Paulo ao Clube. Tais Certificados foram negociados no mercado secundário de títulos.

1.4 Cotas Subordinadas Mezanino: foram atribuídas originalmente à Odebrecht Participações pelo valor de R$1,00 e transferidas após a reestruturação societária para a SPE UPI Arena S.A. De acordo com o regulamento vigente do Fundo, observada a prioridade da amortização e remuneração aplicáveis às cotas seniores, as cotas subordinadas mezanino serão amortizadas com a maior celeridade possível e farão jus a uma remuneração máxima (alvo) de 115% do CDI, salvo conforme previsto de outra forma nos respectivos compromissos de investimento das cotas seniores e subordinadas mezanino.

1.5 Cotas Seniores: foram atribuídas à Arena Itaquera S/A e foram integralizadas com recursos financeiros próprios obtidos através de financiamentos bancários. São rentabilizadas de acordo com a performance do Arena FII, atendendo, entretanto, a um mínimo de rendimento esperado (*Benchmark*) das cotas seniores de 115% do rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e serão amortizadas em um prazo 30 anos de acordo com o regulamento vigente do Fundo.

As cotas seniores serão amortizadas de acordo com o disposto no cronograma de amortização das cotas seniores, previsto no compromisso de investimento de cotas seniores.

De acordo com o regulamento vigente do Fundo, ressalvados os valores empregados na aquisição de ativos financeiros, o Fundo distribuirá a seus cotistas, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos lucros auferidos, apurados segundo o regime de caixa com base em balanço encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

Em função da nova estrutura societária envolvida o Clube se tornou proprietário integral da Neo Química Arena, por deter participações direta e indireta por intermédio das cotas juniores e das cotas mezanino e seniores, respectivamente, no Arena FII, levando-se ainda em conta que o Arena FII é detido diretamente pelo Arena Fundo de Investimento em Participações que por sua vez pertence integralmente ao Clube.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base para apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao pronunciamento "Estrutura Conceitual" para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, emitido pelo CPC e, por conseguinte, estejam em consonância com as normas contábeis internacionais.

Adicionalmente, para os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações financeiras em entidades de futebol profissional, o Clube adota o definido pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.429/13, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2003 Entidade Desportiva Profissional a qual revogou a Resolução nº 1.005/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que havia aprovado a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 10.13 dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais e em novembro de 2017 foi aprovada a ITG 2003 (R1) pelo Plenário do CFC, as alterações incorporadas na norma entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018 que substitui a ITG 2003 (R1), complementarmente adotando as práticas contábeis contidas no "Manual de Contabilidade para Entidades Desportivas", publicado pela APFUT - Autoridade Pública de Governança do Futebol, que visa padronizar procedimentos de registro de atividades dessas entidades e Norma Brasileira de Contabilidade, DTG 2003, de 5 de dezembro de 2019, que dispõe sobre contratos de cessão onerosa de direitos de transmissão e de exibição de espetáculos desportivos, receita de bilheteria, de cessão definitiva de direitos profissionais e de ativos intangíveis - atletas.

Em 07 de dezembro de 2023 foi aprovada a ITG 2003 (R2) pelo Plenário do CFC, as alterações incorporadas na norma entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024. Conforme previsto na referida resolução, os registros contábeis do Clube evidenciam as contas de receitas, custos e despesas, segregando o desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas ou sociais.

2.2. Demonstração dos resultados abrangentes

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um exercício que resulta de transações e outros eventos não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. O Clube não possui itens de receitas e despesas com natureza que afete a demonstração dos Resultados Abrangentes e, dessa forma, ela está sendo apresentada dentro das mutações do patrimônio líquido.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

2.4. Contas a receber e contas a pagar a fornecedores (incluindo transferência de jogadores)

Contas a receber: Correspondem, substancialmente, aos valores a receber pela negociação de atletas no curso normal das atividades do Clube, licenciamento de marca e patrocínios. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Clube não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é analisada individualmente. O novo modelo de *impairment* para ativo financeiro é um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Contas a pagar a fornecedores: Correspondem obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.5. Estoques

Os estoques são compostos por materiais esportivos e de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Custo atribuído: Terrenos e edificações estão demonstrados pelo custo atribuído ("*deemed cost*" nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC N.º 1.409, de 21 de setembro de 2012), calculados a partir de 01 de janeiro de 2012 (suportado por laudo de peritos independentes), deduzidos de depreciação (quando aplicável), e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) a partir dessa data.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em transferência de direitos sobre atletas corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Atletas profissionais: Compreendem os gastos incorridos com atletas profissionais, formados na base, que são transferidos da rubrica "atletas em formação" para "atletas profissionais", quando da profissionalização do atleta. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato profissional.

Atletas em formação: Reconhecidos pelos gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, etc.). Semestralmente é realizada uma avaliação dos atletas da base para avaliar a viabilidade técnica e definir os atletas aptos a continuarem o processo de formação profissional, os que não apresentarem o desempenho são dispensados e baixados contra o resultado do exercício. A partir de 01/01/2024 o intangível relacionado aos custos de formação de atletas será extinto durante a transição para plena adequação às regras contábeis brasileiras e internacionais. As entidades que registram gastos com formação de atletas no ativo intangível devem, a partir de 1º/1/2024, manter os registros contábeis dos referidos gastos, em contas de resultado.

Direitos econômicos sobre atletas profissionais: Compreendem os direitos econômicos de atletas profissionais adquiridos pelo Clube pelos valores nominais constantes nos contratos de compra dos atletas, líquidos e das amortizações realizadas de acordo com o prazo contratual para a parcela ativa. Os pagamentos são realizados de acordo com os cronogramas financeiros previstos contratualmente.

Conversão em moeda estrangeira: São inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

2.8 Impostos e contribuições

O Clube é uma associação sem fins lucrativos, portanto goza dos seguintes benefícios fiscais:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL): isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, e o artigo 195 da Constituição Federal.
- Programa para Integração Social (PIS): pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97 Impostos e contribuições.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.
- Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS): recolhimento da quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento e 5% sobre a receita bruta.

2.9. Informações por Segmento

O Clube opera apenas no segmento desportivo. Além da análise do segmento como um todo, foi incluída divulgação adicional do resultado do exercício, para atendimento à ITG 2003 (R1), desagregando o resultado de cada esporte (Futebol, Olímpicos, Clube Social e Outros).

2.10. Reconhecimento de Receita

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Clube espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Clube conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Clube estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência dos direitos ou serviços. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de direitos profissionais sobre atletas fornecem aos clientes o direito de rescisão caso algumas condições não sejam satisfeitas em um período pré-determinado, condições essas que dão origem a contraprestação variável.

Receita de Repasse de Direitos Profissionais sobre Atletas: São contabilizadas quando os contratos são assinados e/ou os direitos profissionais sobre atleta são transferidos ao outro clube.

Receita de Mecanismo de Solidariedade: Decorrem dos recebimentos de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente. Considerando que os detalhes contratuais de cada transação de venda de direitos profissionais sobre atletas não são de conhecimento público, o processo de solidariedade é efetuado através da FIFA, que centraliza a captura das informações junto ao Clubes, calcula os montantes devidos e informa aos Clubes formadores.

Portanto, somente neste momento os valores passam a ser conhecidos, mensuráveis e as respectivas receitas reconhecidas.

Receita com Direito de Transmissão de Jogos: São contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos.

Receitas de Publicidade (Patrocínios Diretos): São contabilizadas por competência com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

Receitas de Publicidade (Patrocínios Incentivados): São contabilizadas com base na utilização dos recursos incentivados, pois em caso de não utilização de recursos durante o período do projeto, o mesmo pode ser prorrogado e/ou se faz necessário a devolução do saldo remanescente ao Governo que liberou a compensação, podendo ser estadual pelo ICMS ou Federal com o Imposto de Renda.

Receitas de *Royalties* (Licenciamento de Produtos): São reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados.

Receitas com Associados: São reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nas associações, podendo ser de sócios do Clube, de fora de São Paulo e Torcedor.

Receitas de Bônus de Assinatura (Luvas): A taxa inicial não restituível é reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços são prestados, pelo regime de competência.

Receitas de Bilheteria: São contabilizadas com base nos borderôs dos jogos conforme a realização dos eventos.

2.11. Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Clube revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

2.11.1. Contratos de Curto e de Longo Prazo Aprovados e Autorizados de Mídia Televisiva, de Rádio e de Patrocínios em Geral

A partir do exercício de 2017, não estão sendo registradas no ativo não circulante, as estimativas futuras de rendas a receber (e consequentemente no passivo não circulante as respectivas receitas a realizar).

Esta alteração do procedimento contábil foi baseada no entendimento dos critérios estabelecidos nas normas contábeis publicadas pela APFUT Autoridade Pública de Governança do Futebol, através do "Manual de Contabilidade para Entidades Desportivas", que visa padronizar procedimentos de registro de atividades dessas entidades, bem como pelo avanço das discussões técnicas mantidas em comitês que visam a padronização de apresentação das demonstrações financeiras dessas entidades. Os valores envolvidos para esses contratos de longo prazo estão discriminados na nota explicativa nº 5. Sua contrapartida na rubrica de receitas a apropriar é reconhecida por regime de competência à conta de resultado operacional quando da sua realização.

Destaca-se que historicamente elas têm sido efetuadas nos termos contratuais por ambas as partes, não gerando, consequentemente, qualquer dúvida quanto à concretização e apropriação da receita tempestivamente e que não tem havido multas por descumprimento contratual que recomende ao Clube a adoção de política contábil diferente da presentemente adotada.

2.11.2. Valor Recuperável de Ativos

O Clube analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

2.11.3. Avaliação de Risco de Crédito de Contas a Receber

A provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é fundamentada em análise individual dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação. Considerando a natureza das operações do Clube, a Administração é requerida a estimar a possibilidade/probabilidade de recebimentos de suas contas a receber, especialmente junto a outras entidades esportivas. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na nota explicativa nº 5.1, em alguns casos, requer negociações complementares por parte do Clube.

2.11.4. Ajustes a Valor Presente

Para as contas de ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, o Clube avalia os impactos do ajuste a valor presente, conforme requerido pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. Em 31 de dezembro de 2023, não foram efetuados ajustes nas contas a receber, considerando que os valores classificados nessa rubrica no ativo circulante e não circulante possuem sua contrapartida no grupo de receitas a realizar no passivo circulante e não circulante.

2.11.5. Apresentação de Ativos e Passivos Circulantes

Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

2.11.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

O Clube é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11.7. Normas, Interpretações e Alterações de Normas Contábeis

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras do clube estão divulgadas abaixo, as quais foram integralmente adotadas. Vamos eliminar, exceto se houver alguma nova norma que necessite ser citada. O que está mencionado abaixo são normas já vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Em 7 de dezembro de 2017, o CFC emitiu a ITG - 2003 (R1) - Entidade Desportiva Profissional, destacando-se as seguintes alterações, as quais entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018:

- O item 4 da referida instrução: "Compõe o ativo intangível da entidade desportiva entre outros - (b) os valores relativos aos direitos de imagem" - foi eliminada pela ITG 2003 (R1);
- Os gastos com candidato a atleta devem ser reconhecidos no resultado do exercício, enquanto não apresentar as condições para o reconhecimento como ativo intangível;
- Os valores classificados no ativo intangível relativos aos custos com a formação de atletas devem ser reclassificados para a conta atletas formados, no mesmo grupo do intangível, quando o atleta alcançar a formação pretendida pela administração;
- As receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luva e outras assemelhadas devem ser registradas em contas específicas de acordo com o princípio contábil da competência;
- No caso de contrato de cessão onerosa de direitos de transmissão e exibição de jogos com previsão de recebimento de parte do valor do contrato a título de luva, prêmio ou outra denominação congênere, mesmo que seja sem qualquer obrigação de *performance* explícita, o contrato deve ser analisado como um todo e a receita deve ser reconhecida de acordo com o regime da competência, nos termos dos itens B48 a B51 da NBC TG 47- Receita de Contrato com Cliente;
- Os gastos com formação de atleta somente podem ser reconhecidos como ativo intangível a partir do momento em que o candidato a atleta apresentar viabilidade técnica de se tornar atleta profissional, de acordo com a NBC TG 04- Ativo Intangível, especialmente os itens 13 e 54 a 64; e
- As notas explicativas, além das exigidas nas NBC, devem conter as seguintes informações: (c) receitas auferidas por atividade; e (d) o total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações financeiras, contemplando o percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico.

Em 7 de dezembro de 2023, o CFC emitiu a ITG- 2003 (R2) - Entidade Desportiva Profissional, destacando-se as seguintes alterações, as quais entraram em vigor em 1 de janeiro de 2024:

Extinção do intangível relacionado aos custos de formação

- O intangível relacionado aos custos de formação de atletas será extinto durante a transição para plena adequação às regras contábeis brasileiras e internacionais.
- As entidades que registram gastos com formação de atletas no ativo intangível devem, a partir de 1º/1/2024, manter os registros contábeis dos referidos gastos, em contas de resultado.
- Os saldos registrados em 31/12/2023 devem ser avaliados e segregados entre valores que não atendiam à regra de capitalização e valores que foram corretamente registrados como intangíveis, conforme regras descritas na ITG 2003 (R1).
- Os valores registrados como ativos intangíveis em desacordo com esta Interpretação devem ser ajustados, retrospectivamente, como retificação de erro, conforme regras emanadas pela NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os valores registrados adequadamente, conforme ITG 2003 (R1), devem reconhecer a baixa integral do saldo referente aos custos de formação como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) em 1/1/2024.

Classificação de ganhos ou perdas nas transações com cessão de direitos profissionais sobre atletas

- Os ganhos provenientes de alienações do ativo intangível, independentemente do objeto de exploração ou atividade principal da entidade desportiva, oriundos de transações com cessão de direitos profissionais sobre atletas, não devem ser classificados como receita de venda, em

continua →



→ continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo)

atenção à NBC TG 04 (R4) - Ativo Intangível, item 113, e ao respectivo pronunciamento do *International Accounting Standards Board* (Iasb) - *Player Transfer Payments* (IAS 38 *Intangible Assets*).

• Os ganhos ou as perdas decorrentes da baixa de ativo intangível devem ser classificados em conta representativa de outras receitas e despesas operacionais, em atenção à estrutura definida pela NBC TG 26 (R5), no seu art. 82, alínea (f), item (iii). Em caso de erro, a entidade deve seguir as regras da NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro para os ajustes devidos e efetuar a reapresentação retrospectiva, para fins de comparabilidade.

Cessão temporária de direitos profissionais

• As entidades desportivas devem avaliar a necessidade de registro das cessões temporárias de direitos profissionais sobre atletas, em observância às regras emanadas pela NBC TG 06 (R3), e seguir as regras de transição nela dispostas, considerando como data de aplicação 1/1/2024.

2.12. Reclassificação para fins comparativos da Demonstração do Resultado do exercício de 2023

• O motivo dessa reclassificação é para uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

• Do exercício findo em 31/12/2023: Foram feitas reclassificações contábeis não afetando o resultado do ano, abaixo demonstrados nas demonstrações financeiras do Clube ora reapresentadas para o exercício findo em 31/12/2023, nos termos do CPC23 e CPC26 (R1), ambos acima descritos, uma vez que aquelas por ele anteriormente publicadas, emitidas em 23/04/2024.

• O quadro abaixo demonstra apenas as rúbricas que foram alteradas em 2023, portanto, os totais permanecem os mesmos e as linhas em que não houveram alterações não são demonstradas no quadro abaixo.

Reapresentação das demonstrações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração dos resultados	(Anteriormente apresentado) 2023	ajustes	Reapresentado 2023
Segmento futebol			
Receitas (despesas) operacionais no segmento futebol			
Pessoal (nota explicativa nº 2.12.1)	(261.415)	(87.459)	(348.874)
Serviços de terceiros (nota explicativa nº 2.12.1)	(119.145)	87.459	(31.686)
Gerais e administrativas (nota explicativa nº 2.12.3)	(43.051)	(7.700)	(50.751)
Total das despesas operacionais no segmento futebol	**(671.548)**	**(7.700)**	**(679.248)**
Superávit operacional do futebol antes das despesas financeiras e resultado de outras receitas (despesas) operacionais	**166.071**	**(7.700)**	**158.371**
Provisão de contingência (nota explicativa nº 2.12.3)	-	7.700	7.700
Total do superávit líquido do exercício no segmento futebol	**120.800**	**-**	**120.800**
Segmento clube social e esportes amadores			
Receita bruta no segmento clube social e esportes amadores			
Contribuições dos sócios (nota explicativa nº 2.12.4)	25.108	258	25.366
Patrocínios e publicidades (nota explicativa nº 2.12.4)	-	11.572	11.572
Arrecadação de jogos (nota explicativa nº 2.12.4)	-	285	285
Explorações comerciais (nota explicativa nº 2.12.4)	14.259	(10.479)	3.780
Premiações, fiel torcedor e loterias e outras (nota explicativa nº 2.12.4)	4.874	(1.642)	3.232
Receitas com repasses de direitos federativos (nota explicativa nº 2.12.4)	-	6	6
Total das receitas brutas no segmento clube social e esportes amadores	**64.258**	**-**	**64.258**
Receita operacional líquida no segmento clube social e esportes amadores	**62.212**	**-**	**62.212**
Receitas (despesas) operacionais no segmento clube social e esportes amadores			
Pessoal (nota explicativa nº 2.12.2)	(47.829)	(1.622)	(49.451)
Serviços de terceiros (nota explicativa nº 2.12.2)	(45.810)	1.622	(44.188)
Total das despesas operacionais no segmento clube social e esportes amadores	**(100.176)**	**-**	**(100.176)**
Superávit operacional do clube social e esportes amadores antes das despesas financeiras e do resultado de outras receitas (despesas) operacionais			
Total de superávit do exercício	**1.175**	**-**	**1.175**

2.12.1. Reclassificação de Despesas - Segmento Futebol

O saldo de R$ 87.459, anteriormente classificado na rubrica "Serviços de Terceiros", foi reclassificado para a rubrica "Pessoal", por se referir a despesas com direitos de imagem. Essa medida visa refletir com maior fidedignidade a natureza da despesa no grupo de Despesas Operacionais relacionadas ao segmento de futebol.

2.12.2. Reclassificação de Despesas - Segmento Clube Social e Esportes Amadores

No mesmo sentido, foi realizada a reclassificação do valor de R$ 1.622 da rubrica "Serviços de Terceiros" para a rubrica "Pessoal", também referente a direitos de imagem, no grupo de Despesas Operacionais do segmento clube social e esportes amadores.

2.12.3. Reclassificação de Provisões - Segmento Futebol

A importância de R$ 7.700, anteriormente registrada em "Despesas Gerais e Administrativas", foi reclassificada para a rubrica "Provisão para Contingências". Tal ajuste decorre da necessidade de melhor identificação e segregação das despesas relacionadas a passivos contingentes no segmento de futebol.

2.12.4. Reclassificação de Receitas Brutas - Segmento Clube Social e Esportes Amadores

A administração também reestruturou a apresentação das receitas brutas, redistribuindo o valor de R$ 12.121, originalmente alocado nas rubricas "Explorações Comerciais" e "Premiações, Fiel Torcedor, Loterias e Outras", conforme detalhado abaixo:

• R$ 258 realocados para "Contribuições dos Sócios";
• R$ 11.572 para "Patrocínios e Publicidades";
• R$ 285 para "Arrecadação de Jogos";
• R$ 6 para "Receitas com Repasses de Direitos Federativos".

Esta reclassificação visa assegurar maior clareza e precisão na apresentação das naturezas econômicas das receitas do segmento clube social e esportes amadores, além de melhor comparabilidade com o exercício de 2024.

2.13. DRE GERENCIAL AJUSTADO

A Administração elaborou a **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO AJUSTADO DE 2024**, dado que no exercício de 2024 houve um saldo expressivo de contingências geradas por passivos existentes antes deste exercício, (contingências reconhecidas de exercícios passados e ajuste no saldo do PROFUT) impactando no resultado atual de 2024.

Sendo assim, para melhor entendimento do exercício de 2024, segue abaixo a demonstração do resultado gerencial apresentando os comparativos de 2024 e 2023.

Demonstração dos resultados gerenciais dos segmentos Futebol e Clube para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Segmento futebol/clube		
Receita bruta no segmento Futebol/Clube		
Direitos de transmissão de TV	295.064	307.004
Patrocínios e publicidades	264.549	128.640
Arrecadação de jogos	94.081	91.056
Contribuições dos sócios	26.991	25.366
Explorações comerciais	3.908	3.780
Licenciamento e franquias	19.750	20.017
Premiações, fiel torcedor e loterias e outras	72.158	109.797
Total da receita bruta no segmento Futebol/Clube	**776.501**	**685.660**
Receitas com repasses de direitos federativos	338.421	251.033
Total das receitas brutas operacionais no segmento Futebol/Clube	**1.114.922**	**936.693**
Deduções das receitas brutas no segmento Futebol/Clube		
Impostos e contribuições	(35.407)	(36.860)
Total da receita operacional líquida no segmento Futebol/Clube	**1.079.515**	**899.833**
Custo com vendas e aquisição de atletas	(71.041)	(68.501)
Total do superávit bruto do exercício no segmento Futebol/Clube	**1.008.474**	**831.332**
Despesas operacionais no segmento Futebol/Clube		
Pessoal	(428.665)	(398.325)
Serviços de terceiros	(89.081)	(75.874)
Gerais e administrativas	(141.715)	(84.169)
Futebol	(54.566)	(66.856)
Esportes amadores	(1.676)	(1.705)
Total das despesas operacionais no segmento Futebol/Clube	**(715.703)**	**(626.929)**
Superávit operacional do Futebol/Clube - (EBTIDA)	**292.771**	**204.403**
Provisão de Contingências	(112.242)	7.700
Depreciação e amortização de direitos	(85.554)	(83.995)
Despesas financeiras líquidas	(279.155)	(127.383)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.414	450
Total de déficit do exercício no segmento Futebol/Clube	**(181.766)**	**1.175**
Adições efeitos dívidas passadas		
Auto de infração e multa e juros PPI ISS **(nota explicativa nº 2.13.1)**	76.029	-
JUROS PROFUT **(nota explicativa nº 2.13.1)**	30.211	-
Contingência CNRD/FIFA/CAS **(nota explicativa nº 2.13.1)**	19.238	-
Contingência CÍVEL **(nota explicativa nº 2.13.1)**	6.780	-
Contingência TRABALHISTA **(nota explicativa nº 2.13.1)**	10.187	-
Contingência fiscal (auto de infração FGTS e IRRF) **(nota explicativa nº 2.13.1)**	48.851	-
Total das despesas operacionais dívidas passadas	**191.296**	**-**
Total de déficit do exercício no segmento Futebol/Clube (Gerencial)	**9.530**	**1.175**

2.13.1 Reconciliação de Efeitos Não Recorrentes no Resultado de 2024

A Administração está ajustando o resultado do exercício de 2024 com os efeitos decorrentes de despesas e provisões relacionadas a passivos de exercícios anteriores, os quais impactam negativamente a análise da performance operacional corrente. Essa segregação visa demonstrar, de forma mais precisa o desempenho da atual gestão, totalizando um ajuste de **R$ 191.296**, conforme detalhado a seguir:

i. ISS, Multa e Juros sobre Parcelamentos de Execuções Fiscais Municipais (2022 e 2023): Reconhecimento, em junho de 2024, de obrigações tributárias municipais retroativas aos exercícios de 2022 e 2023, no montante de **R$ 76.029**, que distorcem negativamente o resultado operacional do exercício vigente.

ii. Correção de Atualização Monetária - Parcelamento PROFUT: Ajuste na memória de cálculo para a correta atualização de juros do parcelamento do PROFUT. Anteriormente, a atualização foi realizada com base no valor principal, quando o correto seria utilizar o saldo atualizado. Esse ajuste gerou um impacto de **R$ 30.211**, com reflexos nas contas "Tributos Parcelados - Passivo Não Circulante" e "Despesas Financeiras Líquidas".

iii. Contingências de Processos com Classificação de "Perda Provável" Não Reconhecidos em Exercícios Anteriores: Reconhecimento, em 2024, de contingências com classificação de "perda provável" relativas a exercícios anteriores, que não haviam sido contabilizadas oportunamente, no valor de **R$ 56.233**.

iv. Reconhecimento de Atualização monetária de Contingências Existentes de Exercícios Anteriores: Reconhecimento de processos já existentes, classificados como "perda provável", ainda não registrados até 2024, no valor de **R$ 4.203**.

v. Contingências de Novos Processos Relativos a Dívidas Antigas (Perda Provável): Reconhecimento, em 2024, de novos processos judiciais relacionados a passivos de exercícios anteriores, classificados como "perda provável", totalizando **R$ 2.895**.

vi. Reclassificação de Contingências Existentes de "Perda Possível" para "Perda Provável": Atualização da avaliação de risco de processos anteriores, inicialmente classificados como "perda possível" e reclassificados em 2024 como "perda provável", no montante de **R$ 21.725**.

Abaixo quadro explicativo com as descrições das contingências geradas este ano, excluídos os itens i) e ii) acima.

	Abertura contingências - Dívidas passadas anteriores a 2024				
Natureza da Contingência	**Processos novos de dívidas antigas**	**Mudanças de Status (processos antigos)**	**Processos existentes (Atualização monetária)**	**Processos antigos (não registrado em 2023)**	**Total dívidas passadas Anteriores 2023**
Contingência Cível	-	-	6.780	-	**6.780**
Contingência Esfera CNRD/FIFA/CAS	-	(2.359)	4.149	17.448	**19.238**
Contingência Trabalhista	2.895	4.597	2.695	-	**10.187**
Contingência Tributária	-	19.487	(9.421)	38.785	**48.851**
	2.895	**21.725**	**4.203**	**56.233**	**85.056**

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Clube o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de câmbio e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

3.1.1. Risco de Mercado

Risco de Câmbio - As principais operações efetuadas pelo Clube são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. As operações de compra e venda de direitos contratuais de atletas profissionais junto a outras entidades esportivas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Clube nas contas a receber e a pagar. Além disso, os compromissos em moeda estrangeira estão diretamente vinculados aos direitos econômicos dos atletas, cuja cotação segue o mercado internacional, tornando-se um hedge natural para essas obrigações.

Risco de Taxa de Juros - O risco de taxa de juros do Clube decorre, substancialmente, dos empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros prefixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade de que o Clube pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos, risco esse mitigado pela prática de contratação de empréstimos e financiamentos a taxas prefixadas.

O Clube não contratou quaisquer operações com instrumentos derivativos para proteger-se contra risco de taxa de juros. Porém, monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir ou renegociar sua dívida. Os detalhes dos contratos de empréstimos e financiamentos denominados em reais e que estão sujeitos à taxa de juros variável estão descritos na nota explicativa nº 10.

3.1.2. Risco de Crédito - O risco de crédito do Clube é primariamente atribuível as suas contas a receber junto principalmente a patrocinadores, parceiros comerciais e transações com atletas profissionais. Para minimizar esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dessas partes, bem como, invariavelmente, contratos são firmados entre as partes para formalização dessas operações. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização.

3.1.3. Risco de Liquidez - A liquidez do Clube depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento próprio. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Clube dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

Os passivos financeiros do Clube, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, estão descritos na nota explicativa nº 10.

3.1.4. Risco da Indústria - O mercado brasileiro de futebol passa por um momento de transformação, com criação de blocos comerciais para comercialização de direitos de transmissão do campeonato brasileiro e profissionalização deste mercado. Essas ótimas expectativas com o potencial do futebol brasileiro vêm gerando alta inflação no mercado de jogadores profissionais. Para mitigar esse risco, o Clube faz as suas tomadas de decisão baseado em sua capacidade de pagamentos futuros em sua na projeção de fluxo de caixa comprometendo-se com valores que sabe que poderá cumprir.

3.2. Instrumentos Financeiros

Quanto a classificação e mensuração contábil de acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, a saber:

• Custo amortizado (CA);
• Valor justo por meio do resultado (VJR); e
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Como se nota foram eliminadas as categorias anteriormente existentes no CPC 38; tais como: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda. Tal classificação contábil é baseada, em duas condições:

(i) O modelo de negócios do Clube, no qual o ativo financeiro é mantido; e

(ii) Os termos contratuais dos ativos financeiros, os quais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest-SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios do Clube são divididos em três categorias apresentados a seguir:

1. Manter ativos financeiros para coletar somente fluxos de caixa contratuais - São os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.

2. Manter ativos financeiros tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda deles - Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.

3. Demais modelos de negócio para os instrumentos financeiros - Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio na gestão dos ativos financeiros - O Clube avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda deles ou por ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros - Os fluxos de caixa contratuais, cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o principal indicam um empréstimo básico em que as parcelas do mesmo e o risco de crédito normalmente são os elementos mais significativos dos juros. Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos, *spread* da instituição financeira.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros do Clube, conforme definições abaixo:

Ativos Financeiros (Mensurados) ao Custo Amortizado - Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método dos juros efetivo e a receita de juros e demais ganhos auferidos, bem como as perdas cambiais e de *impairment* são reconhecidos no resultado do exercício. Portanto, nota-se que o custo amortizado desses ativos financeiros é reduzido por eventuais perdas por *impairment*.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento de ativos financeiros são registradas no resultado do exercício.

Ativos Financeiros Mensurados a VJR - Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado do exercício.

Instrumentos de Dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo e os ganhos auferidos e as perdas cambiais e de *impairment* são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). Destaca-se que outros resultados líquidos são também reconhecidos em ORA. Os rendimentos auferidos de juros são calculados utilizando o método dos juros efetivo.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Clube poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo desse investimento em ORA, sendo que essa escolha exercida é feita para cada investimento realizado.

No eventual desreconhecimento do ativo financeiro, o resultado contábil acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos Patrimoniais ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos recebidos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os outros resultados líquidos existentes são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Vide a seguir comparação entre as categorias de mensuração antiga conforme o CPC38 e as novas categorias de mensuração nos termos do CPC48 para cada classe de ativos financeiros.

Ativos Financeiros (Classificados no Circulante e/ou no Não Circulante):

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - anteriormente (CPC38) a classificação desses ativos já se dava ao Valor Justo por Meio do Resultado **(VJR)** e foi mantida no CPC48; e

• Contas a receber de clientes e outros créditos - anteriormente a classificação desses ativos se dava pelo CPC38 como Empréstimos e Recebíveis e, presentemente, a classificação se dá pelo CPC48 como Custo Amortizado.

continua →



→ continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo)

Destaca-se também uma substituição fundamental na abordagem da avaliação dos ativos financeiros de perda incorrida (CPC38) por perda de crédito esperada (CPC48).

Novo Modelo de *Impairment* pelo CPC48:

- Aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados pelo VJORA; e
- Não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Provisão para Perdas esperadas - A mensuração dessa provisão se dá de acordo com as seguintes bases nos termos do CPC48:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses - Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira- Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Clube adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Sendo assim, é considerado pelo Clube um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Clube, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras do Clube.

Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Em cada data de apresentação das demonstrações financeiras, o Clube avalia se os ativos financeiros avaliados e contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados e registrados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

O Clube apresenta em seus balanços patrimoniais ativos e passivos financeiros caracterizados como instrumentos financeiros, conforme descrito no CPC48 - Instrumentos Financeiros.

As práticas contábeis utilizadas para valorização dos ativos e passivos financeiros determinam o reconhecimento desses ativos e passivos financeiros a valores que não diferem dos de mercado e foram relatados nas correspondentes notas explicativas. Até o encerramento das demonstrações financeiras, o Clube não possuía operações com derivativos.

3.3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores de caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e aplicações financeiras em reais indexadas ao CDI com disponibilidade imediata de resgate. São mensurados ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos, se houver.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fundo fixo	455	298
Depósitos bancários	2.197	71
Aplicações financeiras	10.047	367
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**12.699**	**736**

5 CONTAS A RECEBER E RECEITAS A REALIZAR POR OBRIGAÇÕES DE PERFORMANCE

As receitas arrecadadas pelo Clube com licenças e franquias decorrentes de cessão dos direitos de uso da marca do Clube são reconhecidas em conformidade com a substância do contrato que normalmente ocorrem linearmente durante o prazo contratual.

5.1. Contas a receber líquidas

	31/12/2024		31/12/2023	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Direitos de transmissão de campeonatos	99.506	-	67.146	-
Patrocínios	240.051	409.328	212.274	156.318
Clubes desportivos localizados no país e no exterior (nota explicativa nº 5.3.5)	139.006	25.291	78.317	50.800
Licenciados e franqueados	36.829	6.484	19.068	5.133
Outros valores a receber	22.656	-	13.635	-
Valor Bruto das Contas a Receber	**538.048**	**441.103**	**390.440**	**212.251**
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(27.745)	-	(27.745)	-
Total das Contas a Receber líquida	**510.303**	**441.103**	**362.695**	**212.251**

A partir do exercício de 2017, não estão sendo registradas no ativo não circulante as estimativas futuras de rendas a receber, e, consequentemente no passivo não circulante as respectivas receitas a realizar. A alteração do procedimento contábil foi baseada no entendimento dos critérios estabelecidos nas recentes normas contábeis publicadas pela APFUT - Autoridade Pública de Governança do Futebol, através do "Manual de Contabilidade para Entidades Desportivas", que visa padronizar procedimentos de registro de atividades dessas entidades, bem como pelo avanço das discussões técnicas mantidas em comitês que visam a padronização de apresentação das demonstrações financeiras dessas entidades.

O Clube mantém contratos e propostas firmes de longo prazo de direitos de transmissão e de patrocínios, compreendendo os períodos/anos de 2020 a 2024 e de 2019 a 2025, como por exemplo os contratos firmados via LFU de venda de direitos de transmissão do campeonato brasileiro, que além de terem sido vendidos por valor recorde no mercado nacional, o Corinthians possui uma garantia mínima de receitas vigente até 2029.

Esses valores são corrigidos por índices de inflação ou sujeitos à variação cambial, dependendo da forma de contratação. Há ainda receitas variáveis sobre os contratos de direitos de transmissão que são baseadas em índices de audiência e de performance esportiva, de acordo com a colocação no campeonato obtida pelo Clube, as quais podem aumentar os valores aqui apresentados.

O cálculo do valor efetivo dessas verbas será realizado no decorrer dos períodos/anos em que os campeonatos ocorrerem, tendo como fatores de medição os índices de audiência e a performance esportiva auferida em cada período.

5.2. Receitas a realizar por obrigações de performance

	31/12/2024		31/12/2023	
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Modalidades das Receitas Diferidas				
Direitos de transmissão de TV dos campeonatos	2.484	-	63.549	-
Patrocínios	181.528	347.289	131.880	153.335
Projeto incentivado e outros	335	-	110	-
Licenciados e franqueados	10.303	25.997	10.643	13.469
Total das Receitas a Realizar por Obrigação de Performance	**194.650**	**373.286**	**206.182**	**166.804**

Conforme descrito na nota explicativa nº 5.1 acima, a partir do exercício de 2017, não estão sendo registradas receitas a realizar dos contratos de longo prazo dos direitos de transmissão de campeonatos e de patrocínios.

5.3. Comentários sobre as Contas a Receber

5.3.1. Direitos de Transmissão de Campeonatos

Decorrentes da cessão dos direitos de captação, fixação, exibição e transmissão dos sons e imagens em televisão aberta de todos os jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol, do Campeonato Paulista de Futebol, Copa do Brasil e Copa Libertadores da América.

5.3.2. Patrocínios

A seguir apresentamos os principais contratos de patrocínios vigentes:

Contrato com a Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda. em setembro de 2009 para fornecimento de produtos para futebol e de outros esportes, vigente até 31 de dezembro de 2025.

Em outubro de 2017 foi efetuado um novo modelo de contrato com vigência entre 01 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2025, com opção de renovação até 2029.

Contrato com a AEA Distribuidora de materiais elétricos Ltda. (AREA), assinado em 27 de setembro de 2024 para divulgar sua marca nos uniformes e materiais esportivos do departamento de futebol profissional, vigente até 31 de dezembro de 2025;

Contrato com Brax Produção e Publicidade, assinado em 21 de novembro de 2023, para comercialização das placas de propaganda na Neo Química arena de futebol, vigente até 31 de dezembro de 2029.

Contrato com Ezze Seguros S.A., assinado em 21 de dezembro de 2023 para divulgar sua marca nos uniformes e materiais esportivos do departamento de futebol profissional e amadores, vigente até 31 de dezembro de 2025.

Contrato com HSF *Gaming N.V Limited Liability Company* (Esporte da sorte), assinado em 24 de julho de 2024 para divulgar sua marca nos uniformes e materiais esportivos do departamento de futebol profissional e amadores, vigente até 23 de julho de 2027.

5.3.3. Licenciados e Franqueados

Contratos de licenciamento para uso da marca "Corinthians", firmados com diversos fornecedores de produtos de variados segmentos de negócios.

5.3.4. Projetos Incentivados

Existem atualmente diversos projetos, com diferentes modalidades de captação de recursos, para atender várias áreas de atuação esportiva, via a celebração de convênios.

Lei do Incentivo ao Esporte - LIE, onde os projetos estão em apreciação pela Secretária especial do Esporte no Ministério da Cidadania.

Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - LPIE, onde os projetos estão suspensos no momento devido à questão da pandemia o Governo do Estado de São Paulo redirecionou a verba disponibilizada, para ajuda no combate e Pandemia da Covid-19, aguardando como será feita a formalização de nova verba.

Programa de Excelência Federação Paulista de Futebol

O Departamento também é responsável pelo acompanhamento junto à Federação Paulista de Futebol-FPF, no Programa de Excelência, que tem objetivo gestão dos clubes, por meio de boas práticas e profissionalização do pessoal, onde o impacto é quanto melhor a gestão, melhor a organização financeira, melhor a infraestrutura do Clube, melhor a elaboração de ações de sucesso, melhor a profissionalização dos recursos humanos.

E mais que isso: boa gestão inspira CREDIBILIDADE, palavra-chave para que possíveis patrocinadores tenham confiança em estampar sua marca junto à marca do Clube desde 2017.

O Clube é filiado Pleno ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) desde 2015, que celebra editais de chamamento anualmente, para o programa de formação de atletas, onde o Corinthians é contemplado, desde aquisição de materiais e equipamentos esportivos, pagamentos de passagens aéreas e hospedagens em Campeonatos Brasileiros de Clubes CBIs e auxílio ao clube em RH no pagamento de Profissionais que desenvolvem a formação de atletas nas seguintes modalidades: Basquete, Handebol, Judô, Nado Sincronizado, Natação, Remo, Taekwondo, Tênis, Vôlei.

Convênio nº 84/2016 Edital 6 Viabilização da Equipe Técnica e Equipe Multidisciplinares em consonância com Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paralímpicos do CBC- Prestação de Contas Aprovada.

Convênio nº 44/2017- Edital 7 Competições - Assinado em 04 de agosto de 2017 - Durante o ciclo Olímpico de 2017-2020 o Clube foi contemplado com atletas e comissão técnica das modalidades olímpicas e paralímpicas com pagamento de passagens aéreas e hospedagens, para participação nos Campeonatos Brasileiros Interclubes- CBIs apoiados pelo CBC, em conjunto com as Confederações e Clubes, onde em valores (Indiretos) representam R$1.111.730,05. Realização em mútua cooperação do campeonato brasileiro interclubes de natação -Troféu Júlio De Lamare-categoria júnior, no ano de 2018 no Parque São Jorge, como critério de participação do Edital nº 7. (Relatório com Valores em Anexo recebido indiretamente, pela execução feita pelo CBC de passagens aéreas e hospedagens) - (Extrato de Aprovação de Contas ainda não disponibilizado pelo CBC).

5.3.5. Clubes Desportivos Localizadas no País e no Exterior

Valores a receber provenientes de cotas de solidariedade, venda e empréstimos de direitos federativos de atletas profissionais. Como cotas de solidariedade são classificados os direitos a ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional que pode ser feito: (i) de forma espontânea pelo Clube contratante do jogador ou (ii) em virtude de cobrança perante a Câmara de Resolução de Litígios da *Federation Internationale de Football Association* (FIFA), endereçada aos Clubes contratantes que não realizam o pagamento de forma espontânea. O quadro a seguir apresenta os valores a receber curto prazo e longo prazo por entidade e respectivo atleta:

Clube	Atleta	31/12/2024	31/12/2023
Sport Lisboa Benfica Sad	Pedro Henrique (Pedrinho)	-	2.687
Football Club Shakhtar Donetsk	Pedro Henrique (Pedrinho)	3.524	2.930
Clube de Regatas Vasco da Gama	Lucas Piton, Felipe Bastos, Giovanni Augusto	5.154	4.612
Sport Club do Recife	Felipe Bastos	4.080	4.080
Botafogo Futebol de Regatas	Jean Carlos/ Yago Fernando/ Moises Roberto	1.978	1.978
Major League Soccer (Orlando City)	Gabriel Pereira/Tarciane Karen	3.793	2.541
Cuiabá Esporte Clube	Marcos Vinicius Sousa Natividade (Marquinhos)	361	375
Cruzeiro Esporte Clube	Matheus Davó	-	3.000
FC ZENIT	Malcom Filipe Silva de Oliveira	8.396	1.676
Al-Rayyan Football Club Co	Roger Guedes	25.755	36.915
Al-Hilal Saudy FC	Malcom Filipe Silva de Oliveira	1.991	7.349
Nottingham Forest Football Club	Murillo Santiago/Carlos Miguel	6.436	44.011
Clube Atlético Mineiro	Fausto Vera	17.540	-
Al Nassr Saudi	Wesley	74.308	-
Outros	Outros	10.981	16.963
Total Geral (nota explicativa nº 5.1)		**164.297**	**129.117**

5.3.6. Outros valores a receber

Saldos de valores a receber de franqueados, entre outros direitos pertinentes aos recebimentos ligados aos associados do Clube.

6 DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

As despesas antecipadas são avaliadas ao custo, acrescidas de atualizações, quando aplicável.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Encargos financeiros a apropriar	19.624	36.144
Outras despesas antecipadas	20.241	38.190
Prêmios de seguros a apropriar	189	697
Total das Despesas do Exercício Seguinte (Circulante)	**40.054**	**75.031**
Total das Despesas do Exercício Seguinte-Encargos financeiros a apropriar (Não Circulante)	**1.477**	**-**

7 IMOBILIZADO

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e a provisão para perda pelo valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O Clube efetua periodicamente análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, a fim de que sejam ajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil estimada e para o cálculo da depreciação.

O valor depreciável é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada de acordo com o CPC 27- Ativo Imobilizado. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. A vida útil de cada item do imobilizado está descrita no quadro a seguir. O saldo do imobilizado é composto como segue:

	Taxa Anual de			31/12/2024	31/12/2023
Descrição	**Depreciação**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Terrenos	-	421.824	-	421.824	421.824
Edificações	4%	207.343	(77.383)	129.960	134.112
Máquinas e equipamentos	10%	5.949	(4.644)	1.305	1.145
Equipamentos de informática	10%	36.282	(19.855)	16.427	11.898
Móveis e utensílios	10%	8.268	(6.842)	1.426	425
Equipamentos esportivos	10%	2.804	(2.399)	405	1.382
Veículos	20%	1.679	(1.337)	342	484
Instalações	10%	1.348	(1.346)	2	2
Acervo memorial	-	341	-	341	341
Franquias	-	619	-	619	619
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado		**686.457**	**(113.806)**	**572.651**	**572.232**

As movimentações do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2024
Terrenos	421.824	-	-	-	-	421.824
Edificações	134.112	1.525	-	-	(5.679)	129.958
Equipamentos de informática	11.900	9.377	(17)	-	(4.831)	16.429
Máquinas e equipamentos	1.143	416	-	-	(255)	1.304
Móveis e utensílios	1.383	306	(1)	-	(260)	1.428
Equipamentos esportivos	423	72	-	-	(93)	402
Veículos	483	-	-		(141)	342
Instalações	4	-	-	-	-	4
Acervo memorial	341	-	-	-	-	341
Franquias	619	-	-	-	-	619
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado	**572.232**	**11.696**	**(18)**	**-**	**(11.259)**	**572.651**

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Terrenos	421.824	-	-	-	-	421.824
Edificações	136.541	3.154	-	-	(5.583)	134.112
Equipamentos de informática	12.437	3.210	-	-	(3.747)	11.900
Máquinas e equipamentos	1.007	380	-	-	(244)	1.143
Móveis e utensílios	1.029	620	(1)	-	(265)	1.383
Equipamentos esportivos	481	40	(1)	-	(97)	423
Veículos	206	383	-	-	(106)	483
Instalações	13	-	-	-	(9)	4
Acervo memorial	341	-	-	-	-	341
Franquias	619	-	-	-	-	619
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado	**574.498**	**7.787**	**(2)**	**-**	**(10.051)**	**572.232**

8 INTANGÍVEL

Representado pelos valores de direitos federativos dos atletas profissionais adicionada à aquisição de vínculos desportivos desses atletas ao longo do exercício de 2022. Os valores gastos, diretamente relacionados com a formação de atletas, são registrados no ativo intangível em conta específica de formação de atletas.

Quando da profissionalização do atleta, os custos são transferidos para a conta específica do atleta formado, para amortização ao resultado do exercício pelo prazo contratual firmado.

No encerramento do exercício, no mínimo, o Clube avalia a possibilidade de recuperação econômico-financeira do valor líquido contábil do custo de formação de cada atleta registrado no intangível. Constatada a impossibilidade de recuperação do custo, o valor integral é baixado em conta específica de resultado. Os gastos efetivamente incorridos com a contratação ou a renovação de contrato de atletas profissionais são calculados pelo valor efetivamente pago ou contratado. Inclui-se nesses gastos o pagamento de luvas ou assemelhados, sem direito de ressarcimento pelo Clube. Anualmente é realizada a avaliação de valor de realização (mercado) dos atletas profissionais e eventual *impairment* é registrado. Destacamos que não houve registro contábil de *impairment* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e que nessas datas os saldos de atletas são de 31 e 32, respectivamente, os quais estão assim representados:

Em 7 de dezembro de 2023, o CFC emitiu a ITG- 2003 (R2) - Entidade Desportiva Profissional, destacando-se as seguintes alterações, as quais entraram em vigor em 1 de janeiro de 2024:

Extinção do intangível relacionado aos custos de formação

§ O intangível relacionado aos custos de formação de atletas será extinto durante a transição para plena adequação às regras contábeis brasileiras e internacionais.

§ As entidades que registram gastos com formação de atletas no ativo intangível devem, a partir de 1º/1/2024, manter os registros contábeis dos referidos gastos, em contas de resultado.

§ Os saldos registrados em 31/12/2023 devem ser avaliados e segregados entre valores que não atendiam à regra de capitalização e valores que foram corretamente registrados como intangíveis, conforme regras descritas na ITG 2003 (R2).

Os valores registrados adequadamente, conforme ITG 2003 (R2), devem reconhecer a baixa integral do saldo referente aos custos de formação como ajuste ao saldo de abertura de superávit/déficit acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) em 1º/1/2024.

continua →

SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA
CNPJ/MF nº 61.902.722/0001-26

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo)

Profissionais	Direitos econômicos %	Início de contrato	Término de contrato	Valor do Custo	Amortização	2024 Saldo líquido	2023 Saldo líquido
Fausto Vera	70%	25/07/2022	30/06/2026	-	-	-	24.095
Yuri Alberto Monteiro da Silva	50%	02/01/2023	31/12/2027	25.827	(9.817)	16.010	21.346
Angelo Giovani Araos Lanos	10%	02/01/2023	31/12/2024	7.998	(7.998)	-	3.999
Maicon de Andrade Barberan	0%	02/01/2024	31/12/2024	3.880	(3.880)	-	-
Giovane Santana do Nascimento	65%	15/07/2022	31/07/2025	3.334	(2.703)	631	1.712
Fagner Conserva Lemos	50%	01/07/2024	31/12/2026	3.780	(2.398)	1.382	684
Ryan Gustavo de Lima	85%	15/07/2023	15/07/2026	1.845	(923)	922	1.538
Guilherme Sucigan Mafra Cunha	90%	23/03/2023	31/12/2027	1.424	(540)	884	1.203
João Victor Andrade Caetano	90%	01/10/2021	31/12/2024	1.307	(1.307)	-	402
Matheus Araujo de Andrade	70%	18/01/2022	31/12/2024	1.032	(1.032)	-	324
Matheus Planelles Donelli	90%	12/06/2024	30/06/2028	1.463	(1.020)	443	291
José Eduardo Bitencourt da Silva	50%	01/08/2019	31/10/2024	550	(550)	-	98
Arthur Sousa Araujo	60%	16/03/2019	08/09/2025	388	(353)	35	99
Roni Medeiro de Moura	90%	22/06/2020	31/12/2024	274	(274)	-	97
Matheus Lima Beltrão Oliveira (Bidu)	20%	02/01/2023	31/12/2025	1.650	(1.100)	550	1.100
Janderson Santos de Souza	20%	02/01/2023	31/12/2025	1.600	(1.067)	533	1.067
Junior Nazareno Sornoza	40%	02/01/2023	31/12/2024	4.312	(4.312)	-	2.156
Richard Candido Coelho	35%	02/01/2023	31/12/2024	2.822	(2.822)	-	1.411
Gustavo Henrique Vermes	70%	10/01/2024	31/12/2025	854	(427)	427	-
Hugo Ferreira de Farias	80%	08/01/2024	31/12/2026	375	(125)	250	-
Rodrigo Garro	80%	21/08/2024	31/12/2028	42.710	(8.256)	34.454	-
Diego José Palácios Espinoza	100%	02/01/2024	31/12/2027	2.736	(684)	2.052	-
Raniele Almeida Melo	70%	17/01/2024	31/12/2028	18.283	(3.099)	15.184	-
Felix Eduardo Torres Caicedo	80%	17/01/2024	31/12/2028	38.959	(7.792)	31.167	-
Pedro Raul Garay da Silva	80%	15/02/2024	31/12/2028	30.461	(5.679)	24.782	-
Matheus França Silva	60%	15/02/2024	31/12/2028	23.528	(4.386)	19.142	-
Pedro Henrique Konzen	70%	15/02/2024	31/12/2025	820	(410)	410	-
Igor Caique Coronado	100%	15/02/2024	31/12/2025	3.000	(1.500)	1.500	-
Breno de Souza Bidon	90%	04/03/2024	28/02/2029	368	(61)	307	-
Hugo de Souza Nogueira	60%	01/07/2024	31/12/2027	6.214	(1.310)	4.904	-
André Ramalho Silva	100%	11/07/2024	31/12/2026	2.734	(547)	2.187	-
Alex Paulo Menezes Santana	100%	10/07/2024	31/12/2027	2.659	(380)	2.279	-
Charles Rigon Matos	100%	22/07/2024	31/12/2028	12.136	(1.124)	11.012	-
Talles Magno Bacelar Martins	0%	07/08/2024	30/06/2025	550	(275)	275	-
José A. Martinez Torres	100%	23/08/2024	31/12/2027	10.530	(939)	9.591	-
Memphis Depay	100%	09/09/2024	31/07/2026	25.316	(4.403)	20.913	-
Outros (4 e 12 atletas, respectivamente)				2.164	(1.109)	1.055	10.141
Subtotal				**287.883**	**(84.602)**	**203.281**	**71.755**
Direitos de Imagem							**-**
Atletas em Formação (base) profissionalizados						**-**	**50.599**
Atletas em formação (base)						**-**	**76.881**
Total do Intangível						**203.281**	**199.235**

9 INVESTIMENTO NO ARENA FUNDO IMOBILIÁRIO ARENA FII

9.1. Aplicações e Avaliação do Investimento em Cotas Subordinadas Juniores

Conforme apresentado em junho de 2014 foram integralizadas 686.690.000,00 quotas subordinadas júnior com valor unitário de R$1,00 cada. O investimento é avaliado a valor justo e considera a continuidade operacional do empreendimento relacionado a edificação e operação do estádio Arena Corinthians, considerando o plano estratégico proposto pela Administração e descrito na nota explicativa nº 1.

9.2. Movimentação das Cotas do Arena FII

A movimentação das cotas é assim apresentada:

Descrição	Quantidade de Cotas	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**686.690.000**	**-**
Rentabilidade conforme extrato apresentado pela BRL Trust DTVM S.A para os anos calendários de 2016, 2017, 2018, 2019,2020, 2021 e 2022, 2023 e 07/2023.		
Rentabilidade conforme extrato apresentado pela REAG Administradora a partir de 08/2023	686.690.000	-
Saldos entre em 31 de dezembro de 2016 e 2024	**686.690.000**	**-**

9.3. Movimentação das Cotas do SCCP fundo de investimento em participações multiestratégia

O clube possui participação no fundo de investimento em participações multiestratégia (FIP) SCCP. Em 2023 o clube possuía 1.500 cotas com valor negativo de R$178,47, cada cota, e não apresentava saldo em ativo. Em 2024 foram adicionadas 2.896,30472 novas cotas, assim o clube passou a possuir 4.396,30472 cotas. Estas cotas sofreram um ágio de R$ 481,36992315, passando a totalizar R$ 302,89212982 cada cota.

Assim o clube possui em 2024, 4.396,30472 cotas, perfazendo um total de R$ 1.331.606,10. O valor das cotas apresentado no ativo, está relacionado abaixo:

Descrição	31/12/2023	Adição cotas	Ágio	31/12/2024
Cotas	1.500,00000000	2.896,30472000	-	4.396,30472000
Valor da cota (R$)	(178,477793330)	-	481,36992315	302,89212982
Saldo final (R$)	**(268)**		**481,36992315**	**1.332**

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

São reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Clube tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

Descrição	Indexador	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e financiamentos a pagar			
Instituições financeiras:			
Banco Daycoval S.A.	1,96% ao mês	28.359	43.849
Banco BMG S.A.	1,27% ao mês	13.880	9.968
Banco Santander S.A.	CDI + 0,85% ao mês	157	619
Banco Voiter S.A.	CDI + 0,49% ao mês	12.664	-
Banco XP Investimentos CCTVM S/A	Até 11/2025 sem taxa condições do contrato e a partir de 12/2025 CDI + 3% ao ano	147.221	-
Outros bancos	CDI + 0,60% ao mês	6.047	2.839
Mútuos passivos:			
Giuliano Pacheco	1,80% ao mês	8.102	8.102
André Cury Marduy	0,60% ao mês	6.406	6.406
Luis Fernando Menezes	-	-	10.935
Brucker - administradora de bens Ltda.	1 % ao mês	4.886	-
Total do circulante (Instituições financeiras e mútuos passivos)		**227.722**	**82.710**
Instituições financeiras:			
Banco Daycoval S.A.	1,96% ao mês	6.159	6.806
Banco BMG S.A.	1,27% ao mês	4.039	-
Giuliano Pacheco	1,50% ao mês	6.752	6.751
Total do não circulante (Instituições financeiras)		**16.950**	**13.557**
Total dos Empréstimos e Financiamentos a Pagar		**244.672**	**96.267**

11 FORNECEDORES

	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante
Fornecedores de produtos	1.890	-	2.517	-
Fornecedores de serviços	194.673	46.180	180.555	39.523
Fornecedores de futebol	176.042	-	44.494	9.463
Fornecedores de viagem	322	-	30	-
Total dos fornecedores	**372.927**	**46.180**	**227.596**	**48.986**

12 DIREITOS DE USO DE IMAGEM

Referem-se aos contratos de direitos de uso de imagem dos atletas e da comissão técnica do elenco profissional do Clube. Em 31 de dezembro de 2017, os **direitos de imagem** haviam sido demonstrados no ativo intangível conforme a ITG-2003 Entidade Desportiva Profissional. Em 07 de dezembro de 2017, o CFC emitiu a ITG- 2003 (R1), que substitui a ITG- 2003, removendo os direitos de imagem do ativo intangível, sendo que essas alterações entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

Conforme "Manual de Contabilidade para Entidades Desportivas" da APFUT - Autoridade Pública de Governança do Futebol, em seu item 3.4.5 os contratos de imagem a pagar tão somente são registrados no passivo circulante, se eventualmente tiverem tais contratos valores vencidos e não quitados aos respectivos beneficiários. Esses contratos foram então classificados pelo Clube como passivos circulantes acrescidos dos eventuais encargos devidos.

Os valores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

Exploração de Imagem a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Direito de imagem a pagar (jogadores)	99.777	111.318
Direito de imagem a pagar (Comissão técnica)	2.978	2.700
Total de Exploração de Imagem a pagar	**102.755**	**114.018**

13 OBRIGAÇÕES E ENCARGOS FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar a funcionários	7.819	14.785
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	107.371	36.040
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	35.584	39.998
Férias a pagar	-	-
Provisão de férias e de encargos previdenciários	8.683	7.374
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	31.361	8.581
Programa de Integração Social (PIS)	3.538	697
Outras	3.722	4.145
Total das obrigações e dos encargos fiscais e sociais a recolher	**198.078**	**111.620**

14 TRIBUTOS PARCELADOS

Descrição	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante
Parcelamento *PROFUT* Lei 14.155/2015 (nota 14.1)	9.836	120.429	2.990	99.612
Parcelamento PERSE- Previdenciário (nota 14.2)	29.059	35.038	19.578	43.348
Parcelamento PERSE- Federal (nota 14.2)	29.712	258.178	27.006	254.791
Parcelamento FGTS (nota 14.3)	6.500	23.302	6.500	25.839
Parcelamento de Impostos Federais (nota 14.4)	23.642	85.588	22.841	81.436
Parcelamento de PPI (nota 14.5)	4.325	34.685	815	5.886
Parcelamento da Prefeitura PAT (nota 14.6)	-	-	68	-
Parcelamento da Prefeitura SP (nota 14.7)	165	348	161	378
Parcelamento da TDM Prefeitura SP (nota 14.8)	4.597	39.073	-	-
Total dos tributos parcelados	**107.836**	**596.641**	**79.959**	**511.290**

14.1 . Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT)

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada a Lei nº 14.155, que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas com a União; cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol-APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva-LOTEX, ainda não regulamentada. Destacamos, que inexiste presentemente qualquer questionamento do PROFUT sobre os princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira que devem ser cumpridos pelo Clube.

As entidades desportivas profissionais de futebol que aderirem ao PROFUT poderão parcelar os débitos na Secretaria da RFB do Ministério da Fazenda, na PGFN e no Banco Central do Brasil, bem como os débitos previstos na Subseção II, no Ministério do Trabalho e Emprego.

A dívida objeto do parcelamento será consolidada, no âmbito de cada órgão responsável pela cobrança, na data do pedido, e deverá ser paga em até 240 parcelas, com redução de 70% das multas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais.

Ao valor de cada parcela, serão acrescidos juros obtidos pela aplicação da SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Em 18/11/2015 o Clube aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), unificando todos os parcelamentos federais que estavam em andamento neste programa. Esta unificação resultou num montante de R$181.769, o qual será pago em 240 parcelas mensais que se iniciaram em 30 de novembro de 2015.

Sobre essas parcelas haverá incidência de juros calculados pela aplicação da SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, de acordo com as regras e condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1340, sendo que a mensuração final dos efeitos da adesão ao Programa deverá ser confirmada através de consolidação dos débitos pela autoridade fiscal.

O Clube tem recolhido os valores dos débitos de acordo as regras estabelecidas desde então e ainda aguarda a homologação formal do débito pela autoridade fiscal. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente desse parcelamento é de R$130.265 (R$102.602 em 31 de dezembro de 2023), segregado entre passivo circulante de R$9.836 (R$2.990 em 31 de dezembro de 2023) e passivo não circulante de R$120.429 (R$99.612 em 31 de dezembro de 2023). A mensuração final dos efeitos da adesão ao Programa somente será confirmada através da consolidação dos débitos pela Receita Federal do Brasil (RFB).

14.2. Transação Tributária PGFN

Em 05 de novembro de 2021 o Clube aderiu parcelamento através do recibo de nº 00191000210544111313 de débitos previdenciários junto à PGFN através de transação tributária conforme previsto na Lei 14.988, de 14 de abril 2020, Portaria ME 7.163, de 21 junho de 2021 e Portaria PGFN 7.917, de 02 julho de 2021, conforme as informações prestadas em 05/11/2021. O montante parcelado foi de R$36.062 a ser pago em 60 meses a partir de 08 de novembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente desse parcelamento montava a R$64.097, segregado entre passivo circulante R$29.059 e passivo não circulante R$35.038.

Em 05 de novembro de 2021 o Clube aderiu parcelamento através do recibo de nº 00191000210536111355 de débitos federais junto a PGFN através de transação tributária conforme previsto na Lei 14.988, de 14 de abril 2020, Portaria ME 7.163, de 21 junho de 2021 e Portaria PGFN 7.917, de 2 julho de 2021, conforme as informações prestadas em 05 de novembro de 2021. O montante parcelado foi de R$36.062 a ser pago em 145 meses a partir de 08 de novembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente desse parcelamento montava a R$287.890, segregado entre passivo circulante R$29.712 e passivo não circulante R$258.178.

14.3. Parcelamento Fundo Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Em 19 de abril de 2022 foi deferido e homologado junto à Caixa Econômica Federal - CEF, parcelamento do saldo em aberto de FGTS no valor total de R$ 46.312 em 85 parcelas de R$545, sendo a primeira paga no momento da homologação do acordo e as demais mensalmente. Em 31 de dezembro de 2022 já haviam sido pagas parcelas antecipadamente até o mês de agosto de 2023, sendo o próximo vencimento em 19 de setembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente desse parcelamento montava a R$29.802, segregado entre passivo circulante R$6.500 e passivo não circulante R$23.302.

14.4 Parcelamento Federal junto à Receita Federal do Brasil (RFB)

Em 13 de dezembro de 2022 o Clube aderiu ao parcelamento pela Internet, representado substancialmente pelo (PIS/INSS/IRRF sobre folha de pagamento) do período de julho/2022 a outubro de 2022. O valor total dos débitos levados ao parcelamento naquela data totalizou R$28.537 os quais devem ser liquidados em 60 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente desse parcelamento montava a R$109.230, segregado entre passivo circulante R$23.642 e passivo não circulante R$85.588.

14.5. Parcelamento PPI junto à Prefeitura de São Paulo

Em 17 de dezembro de 2017 o Clube aderiu ao PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) representado substancialmente pelo Impostos (IPTU e ISS) do período de 2004, 2005 e 2006. O valor total dos débitos levados ao parcelamento naquela data, totalizou R$4.943, os quais devem ser liquidados em 120 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Em 2021, foi renegociado com adesão de um novo parcelamento PPI.

Em 23 de dezembro de 2021 o Clube aderiu ao PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) através do recibo PPI nº 17807409-8, representado substancialmente pelo Impostos (IPTU e ISS). O valor total dos débitos levados ao parcelamento naquela data, totalizou R$6.527. O montante parcelado foi de R$ 6.527 a ser pago em 120 meses a partir de 14 de janeiro de 2022.

continua →



→ continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo)

Em 28 de junho de 2024 o Clube aderiu ao PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) através do recibo PPI 2024 - 21.811.190-8, representado substancialmente pelo Impostos (auto de infração "AI:06.713.568-4", "AI:06.713.563-3" "AI:06.713.558-7" "AI:06.713.553-6" referente ISS sobre bilheteria dos anos de 2010 a 2013). O valor total dos débitos levados ao parcelamento naquela data, totalizou R$ 47.338, foi concedido benefícios de redução de 35% de multa e 45% juros moratórios somando o valor de desconto de R$ 14.968. Portanto, o montante parcelado foi de R$ 32.369 a ser pago em 120 meses a partir de 15 de julho de 2024, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente dos parcelamentos com a modalidade de PPI montava a R$38.810, segregado entre passivo circulante R$4.325 e passivo não circulante R$34.485.

14.6. Parcelamento da Prefeitura PAT

Em 18 de outubro de 2017 o Clube aderiu ao PAT (Programa Administrativo de Débitos Tributários) representado substancialmente pelo Imposto sobre serviços (ISS) do período de 2017. O valor total dos débitos levados ao parcelamento naquela data, totalizou R$299, os quais devem ser liquidados em 60 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Em 13 de julho de 2018 o Clube aderiu ao PAT (Programa Administrativo de Débitos Tributários) representado substancialmente pelo Imposto sobre serviços (ISS) do período de 2018. O valor total dos débitos levados ao parcelamento naquela data, totalizou R$388, os quais devem ser liquidados em 60 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Sendo assim em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente dos parcelamentos foi liquidado.

14.7. Parcelamento da Prefeitura São Paulo

Em 30 de junho de 2023 o Clube aderiu junto a Procuradoria Geral do Município de São Paulo, o acordo nº 5.202.148, parcelamento especial dos débitos de ISS vinculados às Execuções Fiscais nº 1562350-05.2022.8.26.0090 (CDA 548.804-4/2022-1), 1562349-20.2022.8.26.0090 (CDA 548.803-6/2022-9), 1561703-10.2022.8.26.0090 (CDA 548.802-8/2022-6) e nº 1575683-24.2022.8.26.0090 (570.308-5/2022-5) referentes débitos de ISS de 2014 e 2015, e débitos de ISS de 2021, o valor total dos débitos levados ao parcelamento na data, totalizou R$485, os quais devem ser liquidados em 60 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Sendo assim em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente do parcelamento montava a R$513, segregado entre passivo circulante R$165 e passivo não circulante R$348.

14.8. Parcelamento transação débitos municipais da Prefeitura São Paulo

Em 28 de junho de 2024 o Clube aderiu ao TDM (Transação de débitos municipais) através do recibo TDM 2/2023 - 21.810.410-4, representado substancialmente pelo Impostos (auto de infração referente ISS de bilheteria (dos anos de 2014 a 2018), locação dos pontos comerciais e quadras e visita memorial dos anos de 2014 a 2022). O valor total dos débitos levados ao parcelamento naquela data, totalizou R$ 93.717, foi concedido benefícios de redução de 80% de multa, 80% juros moratórios e 80% nos honorários advocatícios somando o valor de desconto de R$ 50.031. Portanto, o montante parcelado foi de R$ 43.686 a ser pago em 120 meses a partir de 15 de julho de 2024, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Sendo assim em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente do parcelamento montava a R$43.670, segregado entre passivo circulante R$4.597 e passivo não circulante R$39.073.

15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Clube é parte envolvida em processos fiscais, trabalhistas, cíveis e na esfera CNRD/FIFA/CAS e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração do Clube, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos, tendo sido provisionadas e divulgadas as contingências passivas existentes, cujas perdas são consideradas prováveis, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Movimentações das contingências								2023
Natureza da Contingência	Saldo bruto de contingência 2022	Estorno de provisão	Adições	Paga-mentos	Transferência fornecedores	Saldo bruto de contingência 2023	Depósito Judicial	Saldo Líquido de contingência 2023
Contingência Cível	17.487	(7.700)	-	(5.958)	-	3.829	(16.516)	(12.687)
Contingência Esfera CNRD/FIFA/CAS	-	-	-	-	-	-	-	-
Contingência Trabalhista	7.916	-	-	(1.120)	-	6.796	(1.798)	4.998
Contingência Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**25.403**	**(7.700)**	**-**	**(7.078)**	**-**	**10.625**	**(18.314)**	**(7.689)**
	ANO	2.024						

Movimentações das contingências								2024
Natureza da Contingência	Saldo bruto de contingência 2023	Estorno de provisão	Adições	Paga-mentos	Transferência fornecedores	Saldo bruto de contingência 2024	Depósito Judicial	Saldo Líquido de contingência 2024
Contingência Cível	3.829	-	8.962	(589)	44.348	56.550	(66.286)	(9.736)
Contingência Esfera CNRD/FIFA/CAS	-	-	36.956	-	-	36.956	-	36.956
Contingência Trabalhista	6.796	-	17.474	(2.654)	-	21.616	(1.992)	19.624
Contingência Tributária	-	-	48.851	-	-	48.851	-	48.851
Total	**10.625**	**-**	**112.243**	**(3.243)**	**44.348**	**163.973**	**(68.278)**	**95.695**

Total de Ajustes de Contingência Esfera CNRD/FIFA/CAS, Cível, Trabalhista e Fiscal

Abertura contingências - Dívidas passadas anteriores a 2024

Natureza da Contingência	Processos novos de dívidas antigas	Mudanças de Status (processos antigos)	Processos existentes (Atualização monetária)	Processos antigos (não registrado em 2023)	Total dívidas passadas Anteriores 2023	Dívidas atuais 2024	Total de Contigências Dívidas Passadas e Atuais
Contingência Cível	-	-	6.780	-	**6.780**	**2.182**	**8.962**
Contingência Esfera CNRD/FIFA/CAS	-	(2.359)	4.149	17.448	**19.238**	**17.717**	**36.955**
Contingência Trabalhista	2.895	4.597	2.695	-	**10.187**	**7.287**	**17.474**
Contingência Tributária	-	19.487	(9.421)	38.785	**48.851**	**-**	**48.851**
	2.895	**21.725**	**4.203**	**56.233**	**85.056**	**27.186**	**112.242**

Contingências cíveis - Estão representadas, substancialmente, por questionamentos judiciais quanto ao não cumprimento integral de contratos firmados entre o Clube e parceiros, além de discussões com órgãos públicos relativas à utilização de áreas do Clube.

Os processos que estão classificados pelos advogados como "Perda provável" em 2024, no valor de R$ 168.404, sendo R$146.722 são referente dívidas passadas anteriores a 2024 e R$ 21.682 do ano de 2024, sendo valor de R$ 56.550 registrado nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado na conta de provisão para contingência e o valor de R$ 111.854 que se encontram registrados nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado nas contas de fornecedores, conforme descritos na nota 11.

Os processos cíveis classificados como perda possível e perda remota tem valores em discussão estimados em R$205.672.

Contingência Esfera CNRD/FIFA/CAS - Estão representadas, substancialmente, por questionamentos judiciais quanto ao não cumprimento integral de contratos firmados entre o Clube e parceiros, além de discussões com órgãos esfera CNRD - Câmara nacional de resolução de disputa, FIFA - Federação Internacional de futebol e na CAS - Tribunal Arbitral do Esporte.

São processos de intermediação, direitos de imagem, débitos trabalhistas e processos Desportivos de transferências de Atletas estão classificados pelos advogados como "Perda provável" em 2024, no valor de R$ 189.319, sendo R$ 95.776 são referente dívidas passadas anteriores a 2024 e R$ 93.543 do ano de 2024, sendo valor de R$ 36.956 registrado nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado na conta de provisão para contingência e o valor de R$ 152.363 que se encontram registrados nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado nas contas de fornecedores, conforme descritos na nota 11. Os processos nas esferas CNRD/FIFA/CAS que estão classificados como "perda possível" e "perda remota" tem valores em discussão estimados em R$ 32.236.

Contingências trabalhistas - Compreendem em sua maioria, questionamentos quanto ao direito de uso de imagem de atletas profissionais e comissão técnica, contratos de trabalho, vínculo empregatício, horas extra, salários adicionais, entre outros.

Os processos que estão classificados pelos advogados como "Perda provável" em 2024, no valor de R$ 21.616, sendo R$ 13.429 são referente dívidas passadas anteriores a 2024 e R$ 8.187 do ano de 2024, sendo valor de R$ 21.616 registrado nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado na conta de provisão para contingência.

Os processos trabalhistas classificados como perda possível e perda remota tem valores em discussão estimados em R$ 8.361.

Contingências fiscais - Estão representadas, substancialmente, por autuações fiscais que envolvem dois temas específicos: (i) ISS sobre diversas receitas contabilizadas nos períodos de 2014 a 2021 incluindo, cessão direitos de TV, receitas de exploração da marca e outras. As ações tramitam na justiça com ações anulatórias classificadas com risco "possível" cujo valor total estimado é de R$ 364. (ii) Auto de infração para o período de 04/2020 a 09/2020 com questionamentos relativos 75% de multa sobre o valor dos tributos retidos e não recolhidos no valor de R$ 12.454 estão classificadas com risco "possível", devido os débitos correspondentes desse auto já está sendo pagos através do parcelamento PERSE. O restante dos autos de infração no montante dos supostos débitos fiscais em discussão é de R$ 380.630, classificados como risco "possível" embora com jurisprudência amplamente favorável ao Clube em relação ao tema, em julgamentos realizados no Conselho Superior no CARF em casos idênticos de outros clubes de futebol. (iii) Há ainda, diversos processos administrativos em andamento, representados substancialmente por débitos de FGTS e impostos federais (IRRF) referente períodos 2018 a 2021, no montante de R$ 122.125, que são considerados perdas prováveis, sendo valor de R$ 48.851 registrado nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado na conta de provisão para contingência e o valor de R$ 73.274 que se encontram registrados nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado mas que se encontram registrados nos passivos e obrigações do balanço patrimonial considerado nas rubricas de tributos parcelados e obrigações e encargos sociais, conforme descritos na nota 13 e 14.

Ainda, existem outros processos nessa data em andamento de natureza cível, trabalhista e tributária cujas perdas são consideradas possíveis ou remotas de acordo com a avaliação e opinião dos assessores jurídicos do Clube e para os quais não foi efetuada uma provisão para contingências, de acordo com o CPC 25. Esses processos são revisados periodicamente pela administração e se houver qualquer deterioração da classificação de possível ou remota para perda provável uma provisão para contingências é contabilizada.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial, acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a fundação do Clube.

	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de capital doações	Déficits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**1**	**77.805**	**397.654**	**31**	**(589.271)**	**(113.780)**
Déficit líquido do exercício	-	-	-	-	1.175	1.175
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.680)	-	-	(1.680)
Em 31 de dezembro de 2023	**1**	**77.805**	**395.974**	**31**	**(588.096)**	**(114.285)**
Déficit líquido do exercício	-	-	-	-	(181.766)	(181.766)
Baixa custos de formação de atletas (ITG2003 R2)	-	-	-	-	(127.480)	(127.480)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.681)	-	-	(1.681)
Em 31 de dezembro de 2024	**1**	**77.805**	**394.293**	**31**	**(897.342)**	**(425.212)**

Os valores registrados adequadamente, conforme ITG 2003 (R2), devem reconhecer a baixa integral do saldo referente aos custos de formação como ajuste ao saldo de abertura de superávit/déficit acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) em 1º/1/2024.

Com isso, houve a baixa do intangível dos gastos de formação de atletas no valor de R$ 127.480, com essa alteração das normas contábeis acabou prejudicando ainda mais o Patrimônio líquido do clube e os gastos que anteriormente era registrado no ativo intangível hoje está sendo registrado diretamente na demonstração do resultado, afetando o orçamento do clube.

17 RATEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS ENTRE O FUTEBOL, CLUBE SOCIAL E ESPORTES AMADORES

Com objetivo de aprimorar a segregação das despesas entre o futebol e o clube social e esportes amadores, foram definidos critérios de rateio das despesas com pessoal e gerais e administrativas, para correta alocação por atividade.

18 (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos com acréscimos moratórios incidentes sobre valores a receber, os quais são reconhecidos no resultado. Já as despesas financeiras, abrangem despesas com juros, variação cambial passiva e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos no resultado.

As transações em moeda estrangeira são reconhecidas contabilmente, no momento inicial pela moeda funcional (Reais), mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Vale observar que o ajuste de apropriação de juros do PROFUT e os juros referentes ao parcelamento de ISS feito junto à prefeitura de São Paulo estão contemplados na linha de atualização monetária de impostos, totalizando R$ 69.698.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado dos exercícios findos nas datas indicadas a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023
Total das Receitas Financeiras	**27.496**	**10.920**
(Despesas) Financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos a pagar	(48.908)	(40.459)
Variação cambial passiva	(61.931)	(3.909)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(2.200)	(1.692)
Com atualização monetária de impostos nota	(158.541)	(18.065)
Outras (despesas) financeiras	(45.072)	(74.177)
Total das (Despesas) Financeiras	**(316.652)**	**(138.302)**
Total do Resultado Financeiro Líquido (Devedor)	**(279.156)**	**(127.382)**
Alocações realizadas do resultado financeiro líquido (devedor):		
Alocados ao clube social e esportes amadores	**(109.933)**	**(84.445)**
Alocados ao futebol	**(169.223)**	**(42.937)**

19 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas (despesas) operacionais	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Doações (Torcida) (nota 19.1)	34.182	-
Receitas Futebol/Clube	4.774	450
ISS Sobre Bilheteria - Anos Anteriores (nota 19.2)	(36.542)	-
Total Outras receitas (despesas) operacionais	**2.414**	**450**

19.1 Doações (Torcida)

Em 25 de novembro de 2024, na decisão judicial do processo 5031840-14.2024.4.03.6100/CECON - São Paulo.

Por iniciativa do Gaviões, houve uma campanha de arrecadação de doações em favor do Corinthians, com a finalidade exclusiva de amortização ou quitação do empréstimo contraído junto à CEF para construção da Arena "Neo Química".

Considerando-se a finalidade específica das doações efetuadas em favor do Corinthians (a quitação do financiamento da Arena junto à Caixa), sejam desde já penhorados os créditos depositados na conta a receber as doações a fim de amortizar diariamente até a plena quitação do referido empréstimo.

Que o Corinthians autoriza o desconto do valor nominal do percentual de 0,45%, assinado em contrato, destinando à prestação de serviços por parte da Plataforma que receberá as doações; que o Corinthians e a Arena declaram aceitar as doações propostas; que se comprometem a utilizar os recursos apenas para essa finalidade específica, não podendo haver movimentação da conta de arrecadação para qualquer outra destinação, com exceção do percentual mencionado pertencente à Plataforma.

Em 31 de dezembro de 2024, o Corinthians obteve um saldo recebido de 762.496 mil doações no valor de R$ 34.182, destinado exclusivamente para a quitação da Arena.

19.2 ISS Sobre Bilheteria - Anos Anteriores

São os valores representado o valor principal das autuações fiscais que envolvem ISS sobre bilheteria e outras sobre receitas contabilizadas nos períodos de 2014 a 2019, que foram parcelados e reconhecidos em 28/06/2024, através dos parcelamentos TDM (Transações de Débitos Municipais) e no PPI (Programa de Parcelamento Incentivado).

20 (DESPESAS) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS COM O ESTÁDIO NEO QUÍMICA ARENA

Os valores apresentados como resultado líquido do Arena FII representam os pagamentos realizados de acordo com a Cláusula 2.2 e o anexo 2.2.1.1 do Contrato de Operação de Equipamento Esportivo assinado entre o Arena FII e o Clube para a operação e manutenção da Neo Química Arena datado de 10 de junho de 2014. De acordo com o contrato, o Clube é responsável pelo pagamento das despesas da operação da Neo Química Arena, sendo ressarcido desses custos no evento em que o fundo gere resultado positivo, situação que não tem ocorrido conforme nota explicativa nº 1.2.

O quadro abaixo demonstra a movimentação de valores recebidos e repassados ao Arena FII para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os valores a repassar então foram reduzidos por essa movimentação relativa aos custos suportados pelo Clube durante esse período.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial do Clube	-	-
Receita bruta de jogos	94.081	91.056
Despesas conforme boletim financeiro (borderô)	(43.222)	(40.184)
Saldo Líquido que deve ser repassado ao Fundo Arena FII pelo Clube	**50.859**	**50.872**
Repasses efetivos de caixa pelo Clube ao Arena FII	-	-
Despesas assumidas diretamente pelo Clube por conta do Arena FII relativas a Neo Química Arena	-	-
Saldo final passivo do Clube	-	-

Em 2022, em função do acordo com a Caixa Econômica Federal - CEF, conforme mencionado na nota 1.1, não há repasse de Bilheteria.

21 GARANTIAS PRESTADAS

No dia 03 de junho de 2013, através da ata da assembleia geral ordinária do conselho deliberativo do Clube, foram aprovadas todas as diretrizes e seus respectivos detalhamentos sobre a operação financeira entre o Clube, Caixa Econômica Federal, BNDES e a construtora Odebrecht, autorizando a dar em garantia parte do terreno do Clube.

Em 07 de fevereiro de 2014, foram formalizadas tais garantias, conforme averbações registradas nas matrículas 162.200 e 241.016, para a conclusão da obra de construção do estádio de futebol no bairro de Itaquera-SP, atual estádio Neo Química Arena. As mencionadas garantias foram formalizadas como garantias secundárias na estrutura de financiamento e se limitam ao valor das matrículas mencionadas, na nota explicativa nº 7 - matrículas 162.200 e 241.016 e representam a responsabilidade atual do Clube em relação a estrutura financeira envolvida na construção do estádio Arena Corinthians.

22 SEGUROS (NÃO AUDITADO)

O Clube mantém seguro para cobertura dos atletas profissionais, que é considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre suas responsabilidades.

continua →

Eufrázio



→ continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo)

A importância segurada deve garantir ao atleta profissional ou ao beneficiário por ele indicado no contrato de seguro o direito à indenização mínima correspondente ao valor anual da remuneração pactuada. Os valores contratados pelo Clube abrangem os atletas profissionais e da base que foram profissionalizados, tendo como valor de cobertura o montante de R$ 341.869.

Em determinados contratos de cessão temporária, estão estabelecidas cláusulas que impõem ao Clube a responsabilidade de contratação de apólice de seguro.

No caso da não aquisição desta apólice, estes contratos definem outras formas de indenização ao beneficiário. As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

23 EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Contrato de patrocínio: O Clube celebrou um contrato de patrocínio no dia 22 de janeiro 2025 no valor total de R$ 30 milhões com a empresa Viva da Sorte Distribuidora e Intermediadora de Negócios Ltda. (Viva Timão), tendo seu prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2026;

(ii) O Sport Club Corinthians Paulista entrou com pedido de RCE (Regime centralizado de execuções) para organizar suas dívidas cíveis em 26 de novembro de 2024, sendo a última lista enviada pelo Corinthians com valor de cerca de R$ 313M, com consolidação ainda pendente de decisão judicial. O clube está cumprindo os prazos legais do processo, já apresentou seu plano de pagamentos e aguarda homologação para iniciar seus pagamentos.

Parecer do CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do **Sport Club Corinthians Paulista,** nos termos das disposições legais e estatutárias, Artigo 102, alínea "E", considerando o exame efetivado no Relatório Financeiro e nas Demonstrações Contábeis e Documentos Adicionais solicitados; considerando o parecer da Auditoria Independente - GF Brasil Auditores Independentes Ltda., o Conselho Fiscal, por unanimidade, **RECOMENDA** a **REPROVAÇÃO** do **BALANÇO GERAL E DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RECEITA E DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2024.**

Faz parte integrante deste parecer a Ata 28ª da Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal realizada no dia 24 de abril de 2025 que dá o suporte necessário para esta decisão.

PSJ, 24 de abril de 2025

Haroldo José Dantas da Silva Presidente	**Paulo Schmidt Pimentel** Integrante	**Claudio Luiz Senise** Secretário

Parecer do CONSELHO DE ORIENTAÇÃO - CORI

DA DELIBERAÇÃO E VOTOS

Dessa forma contabilizamos 16 votos recomendando a reprovação das contas e 1 voto pela Aprovação consignada pelo Sr. Celso de Oliveira Sobrinho, para que sejam tomadas as devidas medidas reforçando que entendemos que é obrigação deste órgão fiscalizar, bem como neste ato a reprovação preserva a instituição junto aos órgãos de controle como por exemplo PROFUT, demonstrando a efetividade na atuação dos órgãos fiscalizadores internos do clube e funcionamento junto à instituição, bem como a indicação de Gestão Temerária.

Renovamos os votos de estima e consideração.

São Paulo, 28 de abril de 2025

Miguel Marque e Silva Presidente	**Roberto Garcia Parisi** Vice-Presidente	**Pedro Luis Soares** Secretário

Parecer do CONSELHO DELIBERATIVO - CD

O Conselho Deliberativo do Sport Club Corinthians Paulista, no gozo de seus direitos sociais e no desempenho de suas funções e atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 28 de abril de 2025, julgou reprovadas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos termos dos pareceres do Conselho Fiscal e do CORI.

Romeu Tuma Junior Presidente	**Roberson de Medeiros** Vice-Presidente	**Maria Ângela de Sousa Ocampos** 1ª Secretária	**Denis Nieto Piovesan** 2º Secretário

Membros da DIRETORIA

Augusto Melo Presidente da Diretoria	**Valmir Costa** Secretário Geral	**Eloizio Pagani** Direção de Esportes Aquáticos	**Claudinei Alves** Direção de Futebol de Base	**Thaies Cezar de Oliveira** Direção de Relações Intitucionais
Osmar Stabile 1º Vice-Presidente da Diretoria	**Ricardo Jorge** Direção Administrativa	**Marco Polo Lopes Pinheiro** Direção de Esportes Terrestres	**Vinicius Cascone** Direção de Negócios Jurídicos	**Michelle Rocha** Direção Social
Armando Mendonça 2º Vice-Presidente da Diretoria	**Raul Corrêa da Silva** Direção Cultural	**Pedro Silveira** Direção de Finanças	**Marcelo Tadeu Machado Vieira** Direção de Patrimônio e Obras	**Edgar Soares** Direção de Marketing

Mauro Tulio Garcia
Técnico em Contabilidade - CRC-TC 1SP-137.860/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Conselheiros e Administradores do
Sport Club Corinthians Paulista
São Paulo- SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Sport Club Corinthians Paulista ("Clube"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sport Club Corinthians Paulista em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R2)).

Base para opinião com ressalva

Ausência da reapresentação dos valores correspondentes

O Clube reconheceu, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 106.240 mil, referente a autos de infração e multas de ISS, acrescidos de encargos relacionados ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).

Adicionalmente, foi registrado o valor de R$ 85.056 mil a título de provisões para contingências de naturezas cível, trabalhista, fiscal e tributária, sendo R$ 56.233 mil correspondentes a fatos geradores ocorridos no exercício de 2023 e o valor remanescente relacionado a novas contingências oriundas de passivos constituídos em exercícios anteriores.

Dessa forma, tais valores foram expurgados, com o propósito de proporcionar uma melhor compreensão do desempenho operacional do exercício de 2024. Mesmo assim, os ajustes referentes aos juros do PROFUT e às contingências com fatos geradores anteriores à 2024 ensejariam a retificação dos respectivos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro. Consequentemente, o déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentado a maior no valor de R$ 191.296 mil e o superávit do exercício de 2023 está apresentado a maior, enquanto a rubrica provisão para contingências e o patrimônio líquido de 2023 estão apresentados a menor no mesmo valor.

Ausência da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, o Clube é proprietário integral da Neo Química Arena por deter participações direta e indireta, por intermédio das cotas juniores e das cotas mezanino e seniores, respectivamente, no Arena Fundo de Investimento Imobiliário - FII (Arena FII), levando-se ainda em conta que o Arena FII é detido diretamente pelo Arena Fundo de Investimento em Participações que por sua vez pertence integralmente ao Clube. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Clube deveria divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas. O Clube não está divulgando demonstrações financeiras consolidadas em conjunto ou separadamente às demonstrações individuais, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Se o Clube tivesse apresentado demonstrações financeiras consolidadas, alguns elementos nas demonstrações financeiras teriam sido afetados de forma relevante. Os efeitos da não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras que indica que o Clube incorreu em déficit de R$ 181.766 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nessa data, o passivo circulante do Clube excedeu o total do ativo circulante em R$ 516.504 o patrimônio líquido está negativo em R$ 425.212 mil.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1, esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Clube. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) e do PERSE

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 14.1, o Clube aderiu em 2015 ao Programa de Modernização da Gestão de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) e em 2022 ao PERSE. Desde então, vem atualizando seus débitos e recolhendo os tributos e contribuições incluídos nos referidos programas de acordo com as condições estabelecidas pela Receita Federal do Brasil, sendo que os valores ainda se encontra em fase de homologação pela autoridade fiscal.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de abril de 2024, sem modificação, mas com parágrafos de ênfase sobre: (i) Reestruturação da dívida perante a Caixa Econômica Federal; e (ii) Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) e do PERSE.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002(R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 R2)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalvas. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

§ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.

§ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

§ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.

§ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2025

GFBRASIL Auditores Independentes CRC - 2SP034344/0	**Ronaldo Antônio Bordini** Contador CRC - 1SP145437/O-6

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS PROMOVENDO AÇÕES QUE DEFENDEM O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO E AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

CONHEÇA AS VANTAGENS DE PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

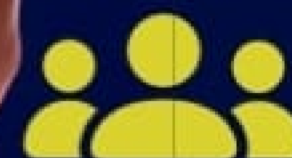




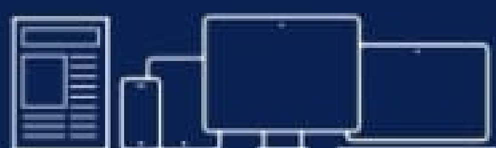
+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)